

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Título: CONTESTAÇÃO, ENGAJAMENTO E MILITANTISMO: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul.

ELIANA TAVARES DOS REIS

Porto alegre, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Título: CONTESTAÇÃO, ENGAJAMENTO E MILITANTISMO: da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul.

ELIANA TAVARES DOS REIS

Tese apresentada como requisito parcial
à obtenção do grau de doutor em
Ciência Política.

ORIENTADOR: PROF. DR. ODACI LUIZ CORADINI.

Porto Alegre, 2007.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
Capítulo 1: OBSTÁCULOS E APORTES CONCEITUAIS	30
1.1 – Reflexão geral sobre alguns obstáculos e procedimentos para a análise do engajamento e militância.....	31
1.2 – Análise histórica e <i>crises políticas</i>	36
1.3 – Sobre a idéia de hibridismo.....	42
1.4 – Para o estudo dos militâncias e engajamentos.....	49
1.5 – Identidades e identificações.....	59
1.6 – Constituição de <i>redes de relações</i>	62
Capítulo 2: PERFIS, MODALIDADES DE INTERVENÇÃO E ITINERÁRIOS	69
2.1 – Fontes e perfis: uma caracterização geral da população investigada.....	71
2.2 – Modalidades de itinerários e sentidos de intervenção.....	101
2.2.1 – Delineando Padrões.....	107
2.2.2 – “Especialização Militante”.....	110
2.2.3 – “Especialização Técnico-Administrativa”.....	118
2.2.4 – “Especialização Político-Eleitoral”.....	128
2.2.5 – “Especialização Universitária” e Profissional.....	137
2.2.6 – Considerações Finais.....	152
Capítulo 3: PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E LUTAS POLÍTICAS	154
3.1 – Catolicismo, inserção na universidade e comunismo: uma seqüência de posicionamentos a partir da Ação Popular.....	164
3.2 – Marxismo, produção intelectual e disputas partidárias (Parte I): uma seqüência de posicionamentos a partir da Ala Vermelha.....	182
3.3 - Marxismo, produção intelectual e disputas partidárias (Parte II): uma seqüência de posicionamentos a partir do Partido Operário Comunista.....	196
3.4 – “Ativismo”, socialismo e ocupação de cargos: uma seqüência de posicionamentos a partir do “Incrível Exército Brancaleone”.....	212
3.5 – “Luta pela democracia”, títulos escolares e disputas partidárias: uma seqüência de posicionamentos a partir do IEPES.....	235

Capítulo 4: GRANDES EXPEDIENTES COMO LUGARES DE CONSAGRAÇÃO: “memória”, “geração”, “evento” e “heróis”	254
4.1 – “Causa”, “heroísmo” e “patrimônio partidário” na homenagem aos “Guerrilheiros do Araguaia”	259
4.2 – “Ode a minha geração”, retribuições e consagração coletiva: a “despedida” de Flávio Koutzii	269
4.3 – “Protagonismo militante”, e “eventos” de afirmação geracional: a homenagem a Marcos Klassmann	279
4.4 – “Geração”, “intelectualidade” e “democracia”: a ativação de um “legado” e valorização de um “período”	286
CONSIDERAÇÕES FINAIS	296
BIBLIOGRAFIA	306
ANEXOS	314

QUADROS

Quadro 1: Objetivos do memorial.....	75
Quadro 2: Organizações clandestinas nos anos sessenta e setenta.....	79
Quadro 3: Ocupações exercidas.....	84
Quadro 4: Profissão do pai.....	88
Quadro 5: Primeira filiação partidária pós-regime militar.....	91
Quadro 6: Última filiação partidária.....	94
Quadro 7: Cursos universitários realizados.....	95
Quadro 8: Instituição de ensino superior na qual já estiveram vinculados como professores.....	97
Quadro 9: Temas desenvolvidos em livros e artigos variados.....	98

SIGLAS E ABREVIATURAS

AI-5: Ato Institucional número 5
Ala: Ala Vermelha do PC do B,
ALN Ação Libertadora Nacional
AMRIGS: Associação Médica do Rio Grande do Sul
ANDES: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
AP: Ação Popular
CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEEE: Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEFIP: Centro de Filosofia e Política
CNPq: Conselho Nacional de Pesquisas
COLINA: Comando de Libertação Nacional
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CPC: Centro Popular de Cultura
CPERS/Sindicato: Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul
CPOR: centro de Preparação de Oficiais da reserva
CREA: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul
CRM: Companhia Ri-grandense de Mineração
DAECA: Diretório Acadêmico de Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais/UFRGS
DCE: Diretório Central dos Estudantes
DOPS: Departamento de Ordem Política e Social
DS: Democracia Socialista/PT
ESPM: Escola Superior do Ministério Público
FAFIMC: Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada da Conceição
FASC: Fundação de Assistência Social e Comunitária
FBT: Fração Bolchevique Trotskista
FFCMPA: Fundação Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre
FIDENE: Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado
GAS: Gabinete de Assessoria Superior
GUS: Grupo Unidade Socialista
IBRAP: Instituto Brasileiro de Ação Popular
IEPES: Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais
JAC: Juventude Agrária Católica
JEC: Juventude estudantil Católica
JUC: Juventude Universitária Católica
M26M: Movimento 26 de março
MDB: Movimento Democrático
ME: Movimento Estudantil
MEB: Movimento Educação de Base
MEC: Ministério da Educação
METROPLAN: Fundação de Planejamento Metropolitano
MNR: Movimento Nacionalista Revolucionário
MR-8: Movimento Revolucionário 8 de outubro
MRT: Movimento Revolucionário Tiradentes
MUC: Movimento Universidade Crítica

NP: Nova Proposta
OLAS: Organização Latino-Americana de Solidariedade
OP: Orçamento Participativo
ORM-PO (POLOP): Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PC do B Partido Comunista do Brasil
PCB Partido Comunista Brasileiro
PDS: Partido Democrático Social
PDT: Partido Democrático Trabalhista
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PFL: Partido da Frente Liberal
POC: Partido Operário Comunista
POR-T: Partido Operário Revolucionário – Trotskista
PP: Partido Progressista
PPS: Partido Popular Socialista
PRC: Partido Revolucionário Comunista
PRT: Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSB: Partido Socialista Brasileiro
PSD: Partido Social Democrata
PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL: Partido Socialismo e Liberdade
PT: Partido dos Trabalhadores
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PTB: Partido Trabalhista Brasileiro
PUC: Pontifícia Universidade Católica
SJ: Setor Jovem
SJM: Setor Jovem Metropolitano
SJSM: Setor Jovem de Santa Maria
SOPS: Supervisão da Ordem Política e Social
SUSEP: Superintendência dos Serviços Penitenciários
TS: Tendência Socialista
UCPel: Universidade Católica de Pelotas
UCS: Universidade de Caxias do Sul
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais
UFPel: Universidade Federal de Pelotas
UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM: Universidade Federal de Santa Maria
UGES: União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas
ULDP: União pela Liberdade e pelo Direito do Povo
UNAM: Universidad Nacional Autónoma de México
UNB: Universidade de Brasília
UNE: União Nacional dos Estudantes
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP: Universidade de Campinas
UNIJUÍ: Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Unisinos:
VAR-Palmares: Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares

RESUMO

O presente trabalho aborda a temática da seleção de elites culturais e políticas no estado do Rio Grande do Sul (Brasil) a partir da análise dos perfis e trajetórias de agnete que inauguraram sua atuação política durante os anos sessenta e setenta. A investigação focaliza a gama de registros e de lógicas que compõem os repertórios de afirmação simultaneamente políticos e intelectuais, assim como sua tradução em modalidades de intervenção e de sentidos que lhes são atribuídos pelos agentes. Neste caso, o tratamento das condições de contestação política durante o “regime militar” brasileiro e seus efeitos sobre a redefinição dos espaços de ação e de tomadas de posição concertentes às lutas políticas e intelectuais visa evidenciar um duplo processo de inovação dos trunfos utilizados e a persistência de uma disposição para a intervenção e a formulação de objetos de disputa em diferentes meios sociais. Para tanto, a pesquisa analisa os recursos detidos pelos agentes, os itinerários individuais e coletivos seguidos, as estratégias acionadas em distintos momentos históricos, biográficos e diferentes domínios de inserção, bem como os feitos disso nos seus destinos sociais.

ABSTRACT

This work deals with the theme of selection of cultural and political elites in the state of Rio Grande Do Sul (Brazil) using an analysis of profiles and trajectories of individuals whose political careers began under the rule of the Brazilian “military regime”. The investigation focuses the gamut of registers and logic which compose the repertoires of political and intellectual affirmation and its translation into modalities of intervention and meaning given by the agents. In this case the treatment of conditions of political contestation during the Brazilian “military regime” and its effects on the redefinition of spaces of action and positions taken in intellectual and political confrontations are evidence for a dual process: 1) innovation of triumphs utilized, and 2) of persistence of a disposition towards intervention accompanied by the formulation of disputed objects in different social means. For all this, the research analyses the resources used by the agents, individual and collective itineraries follow, the strategies used at particular historic moments, biographies and different domains of insertion, such as the effects of this on their social destinies.

RESUMÉ

Ce travail aborde la thématique de la sélection des élites culturelles et politiques dans l'État du Rio Grande do Sul (Brésil) à partir de l'analyse des profils et des trajectoires des agents qui ont inauguré leurs militantisme durant le régime militaire brésilienne. L'investigation focalise la gamme de registres et de logiques qui composent les répertoires d'affirmation simultanément politique et intellectuelle, ainsi que leur traduction en modalités d'engagements et de sens qui leur sont attribués par les agents. Dans ce but, le traitement des conditions de contestation politique durant la période dictatoriale brésilienne et leurs effets sur la redéfinition des espaces d'action et des prises de position concernant les luttes politiques et intellectuelles vise à mettre en évidence un double processus d'innovation des atouts utilisés et de persistance d'une disposition pour l'intervention et la formulation d'objets de disputes dans différents milieux sociaux. La recherche analyse les ressources détenues par les agents, les trajectoires qu'ils ont suivies, les stratégies déclenchées par à différents moments de leur vie et dans divers domaines sociaux, et aussi les effets des évènements historiques sur les itinéraires et sur les destins sociaux.

INTRODUÇÃO

O presente estudo se insere no campo de estudos sobre os processos de seleção das elites culturais e políticas e se dedica à análise dos perfis e das trajetórias de um conjunto de agentes que inaugurou seu engajamento político nos anos sessenta e setenta no Rio Grande do Sul. Com o tratamento das condições de contestação política durante o período “ditatorial” brasileiro e dos seus efeitos na redefinição dos espaços de inserção e das tomadas de posição relativamente às lutas políticas e intelectuais sul-riograndenses procurou-se evidenciar um duplo processo. Por um lado, a contínua inovação dos trunfos ou repertórios utilizados e, por outro lado, a persistência de uma disposição para a intervenção e a formulação de objetos de disputas em variados meios sociais. Para tanto, foram examinados os recursos detidos pelos agentes, seus itinerários políticos e profissionais, as estratégias por eles acionadas e as “escolhas” efetuadas nos diferentes momentos das suas vidas e nos variados domínios sociais, e ainda foram observados os efeitos dos eventos históricos sobre as carreiras e sobre os destinos sociais dos mesmos.

Buscou-se, então, identificar alguns padrões de carreiras políticas e profissionais de protagonistas que debutaram sua atuação num momento específico, atentando para os diferentes usos e combinações efetuados de “troféus” e trunfos conquistados (ou eventualmente perdidos ou abandonados) graças à sua inserção em determinados eventos e sua dedicação a determinadas “causas”.

Deste modo, o tema desta tese está explicitado no título “Contestação”, “engajamento” e “militantismo”. Expressões que poderiam ser utilizadas de forma irrefletida e eventualmente até indiscriminada. No entanto, deseja-se defini-las desde já porque implicam em níveis diferentes de práticas de intervenção que estão relacionados aos perfis sociais dos agentes e às “oportunidades” (históricas, políticas, etc.) que se apresentam no decorrer dos trajetos seguidos.

Antônimo de “admitir”, a idéia de contestação é a mais conjuntural e situacional das três noções referidas, pois é entendida aqui como oposição ou negação de algo definido, seja uma situação, seja uma idéia em processo de afirmação. Coaduna-se com o sentido dado por Tarrow (2004) que define a contestação como uma interação episódica e coletiva dotada de reivindicações e também de inimigos compartilhados pelos atores. Pode-se entender, nos termos concebidos por Hirschmann (1984) como o uso da voz nos momentos de insatisfação ou deterioro, portanto adequada para caracterizar a ação política de esquerda no período do “regime militar” brasileiro, no qual os protagonistas homogeneizavam-se pela “contestação” à ditadura.

Os diferentes movimentos de contestação à “ditadura” no Brasil podem ser caracterizados a partir da noção de *ciclos de contestação* utilizada por Charles Tilly (1992) para pensar os laços existentes entre movimentos em diferentes cenários e similitudes entre contextos de resistência aos regimes do “leste europeu”. Os mesmos são produtores de *estruturas oportunidades políticas* (do mesmo modo que revoluções ou mortes de governantes) e ocorrem em cadeias nas quais “reivindicações levam à reivindicações outras por espaços (aberturas) ou reações em sentido contrário (fechamentos) até o momento em que a concorrência cessa”. Cada ciclo deixa marcas, por sua vez, na constituição de novos “grupos, novas relações dos movimentos sociais com o poder público, renovação do discurso, novos meios de ação (...)”. (Tilly, 1992:7-9).

O processo descrito por Tilly (1992) produz uma espiral de reivindicações e de concorrência entre “organizações”, no bojo do qual são testadas novas formas de organização, de disputas por aderentes e acúmulo de trunfos. Sendo assim “no fim do ciclo, certos atores obtiveram uma parte do poder, outros viram seus recursos políticos reduzidos, o discurso público sobre determinados objetos de luta se transformam (...) e o repertório de ação sofreu igualmente modificações”. Com efeito, não somente são transformadas as capacidades de ação dos diferentes atores, como as expectativas em relação ao Estado e a própria capacidade de ação do mesmo (Idem).

No que tange às concepções de “engajamento” e “militantismo” estas remetem a atuações mais contínuas no tempo e no espaço. A primeira se delineia na disposição dos agentes para tomar posição sobre “temas” e “problemas” variados a partir de domínios igualmente diversos. Ou seja, independentemente do lugar e da atividade

exercida, há um sentido de intervenção e de inserção na realidade que define suas ações e relações. Como sugerem Sawicki e Berlivet (1994) pode-se falar de uma “ética” que faz da necessidade de buscar a intervenção (ou transformação) uma dimensão imprescindível da prática social, que é constantemente atualizada nos vários momentos, lugares e etapas de vida dos indivíduos. A segunda é, talvez, a mais “exigente” das três modalidades porque, de certo modo, as engloba, porém se distingue pela dedicação sistemática a uma “causa” ou “organização”. Partindo dos estudos de Gaxie (1977), Offerlé e Gaxie (1985) e Sawicki (2003), utiliza-se uma definição de militância que abarca um conjunto de práticas e sentidos que vão além da simples adjetivação e substantivação diretas. Quer dizer, extrapola o sentido mais comum como de qualificação da adesão a uma “causa” (militante) ou de atribuição de um rótulo que define e encerra sua própria essência (“militância”). A perspectiva seguida é de que tanto as “habilidades” militantes quanto a dedicação à “militância” implicam em processos muito mais amplos. Os mesmos envolvem variáveis como mecanismos de socialização, formas de engajamento, sentidos atribuídos às “causas”, modalidades de investimentos oferecidos e de recompensas extraídas dos mesmos, assim como padrões de carreiras construídas tendo o conjunto de recursos adquiridos (aprendizados, relações, etc.) como predominantes ou complementares.

Sendo assim, as três modalidades de intervenção não são excludentes. Particularmente para o caso estudado, uma pode favorecer ou ser favorecida pela outra, assim como todos os níveis de intervenção são o produto e ao mesmo tempo produzem uma condição em que a lógica política irá se impor a todos (ou quase) domínios sociais, confundindo-se com as dinâmicas de concorrência dos mesmos. Isto é, não há a concentração de princípios, regras e profissionais em esferas específicas, mas a proliferação de domínios que são politizados, devido à imposição das lógicas políticas aos princípios de legitimação dos mesmos e, a partir desses, a própria vida social é politizada.

Isso posto, alguns critérios preliminares de demarcação do universo empírico podem ser, desde já, esboçados. Primeiramente, a pesquisa se dedicou à análise de agentes cujas *entradas na política*¹ ocorreram durante as décadas de 1960 e 1970, no

¹ Utiliza-se a idéia de “entradas na política”, conforme ressaltou Offerlé (1996:3-4), “no plural, pois a questão é estudar tanto as trajetórias individuais como as trajetórias coletivas (novos entrantes) e de perceber de que maneira os novos entrantes devem adaptar suas propriedades aos constrangimentos estruturais do métier e da profissão política tendencialmente delimitadas sem ser fechadas ou codificadas; de que maneira

Rio Grande do Sul, via movimento estudantil (secundarista e/ou universitário). O trabalho não pretendeu englobar, pois, o conjunto da “oposição” ao “regime militar”. Soma-se a esse o fato de que os indivíduos e “grupos”, além do movimento estudantil, aderiram também a “organizações” de esquerda constituídas naquele período. Deste modo, a pesquisa não visou tratar do conjunto dos indivíduos atuantes no movimento estudantil. A adoção desses dois critérios permitiu observar a origem do engajamento e do militância de agentes sem vínculos políticos prévios consolidados, visto que o movimento estudantil é marcado como o momento da *entrada na política* para os agentes estudados, a partir da contestação ao “regime militar”.

É preciso esclarecer qual o critério utilizado para a identificação dos variados momentos de *entrada na política* tendo em vista as diferentes temporalidades biográficas dos agentes. Assim, os militantes foram classificados segundo os diferentes momentos em que aliaram o estabelecimento de vínculos orgânicos com alguma “organização” e com a atuação no movimento estudantil. Neste caso, pode-se demarcar desde já e grosso modo dois “fluxos” de *entradas* que relacionam esses dois elementos no período estudado. O primeiro é o que ocorre entre 1961 e 1972, ou seja, entre o momento que se estende da deflagração do golpe militar de 64, passando pela formação de organizações clandestinas de resistência, pela pulverização das organizações esquerdistas, pelo fortalecimento da opção pela luta armada, pelo recrudescimento do “regime militar” e chegando à ação dos órgãos de segurança nacional no sentido da extinção desses focos guerrilheiros por todo o país. O segundo é entre 1973 e 1979, isto é, no período em que havia poucas e debilitadas organizações, portanto no qual as intervenções das polícias (com prisões e torturas) eram mais localizadas e menos frequentes, os movimentos pela democratização e ativação da sociedade civil criticavam os erros das iniciativas armadas e pregavam uma transformação pela via institucional, e se caracteriza pelo fortalecimento do único partido de oposição consentido (o Movimento Democrático Brasileiro) como opção viável de luta política. No final dos anos setenta a transição para a democracia foi pautada

os entrantes criam e recriam pela concorrência (entre eles e com seus predecessores) as condições de possibilidade de seu sucesso político”.

pelos debates e pelos esforços visando a formação de partidos políticos capazes de aglutinar os projetos de sociedade forjados na contestação ao “regime militar”².

Além destes, evidentemente os movimentos de contestação comportavam militantes provenientes de inserções anteriores ao período investigado. À diferença daqueles que ingressaram nos “fluxos” mencionados, estes estiveram vinculados organicamente a partidos comunistas ou trabalhistas e atuaram no movimento estudantil antes dos anos sessenta. Por este motivo, foram contemplados nesta tese apenas a partir dos elos e influências relativamente aos mais “jovens”.

É importante também justificar a opção de recorte empírico adotado. Em primeiro lugar, o estudo proposto não tomou como ponto de partida uma “organização”, um “grupo” ou “instância” consolidado para proceder a um trabalho de reconstituição da sua existência como tal ou do desempenho dos seus militantes. Em segundo lugar, a pesquisa não abordou uma “organização”, “grupo” ou “instância” atuante durante o “regime militar” para buscar seu itinerário coletivo, deserções, fusões e desdobramentos. Finalmente, a proposta também não foi a de identificar ocupantes de determinados cargos ou posições de destaque no atual cenário gaúcho para, a partir desta eleição, buscar as origens e os condicionantes sociais que intervieram para a conquista dos mesmos.

As alternativas supracitadas apresentam vantagens no que se refere à delimitação precisa do universo empírico e, conseqüentemente, das fontes e dados possíveis de serem tratados. No entanto, o caráter efêmero e não permanente das “organizações” e a fragilidade das fronteiras institucionais diante a força e a preponderância das *redes de relações pessoais* e das “personalidades” que as centralizam apontam para a dificuldade em circunscrever um “grupo” ou uma “organização” específica. Ou seja, estas formas de tratamento podem deixar escapar uma série de lógicas e de trânsitos que definem a existência sempre precária dos “grupos” e das “organizações”. Por outro lado, estudar somente a trajetória das lideranças ou dos casos “bem sucedidos” reduziria justamente a possibilidade de apreender as condições e os condicionantes que contribuíram para a conquista de posições sociais e para o potencial de trânsito desses agentes. É na análise comparativa de perfis contrastantes e, ainda, na análise longitudinal e diacrônica da dinâmica de lutas que inserem os agentes num mesmo *sistema de desvios*

² O processo de afirmação política e institucional desta geração nos anos 70 foi o objeto de investigação de um estudo anterior (Reis, 2001).

(Bourdieu, 1989b)³ que se pode detectar aqueles que se enquadram, se afastam ou subvertem os *códigos de realização política* (Collovald, 1985)⁴.

Cabe igualmente esclarecer que não se tratou nem de uma pesquisa sobre o movimento estudantil, nem de uma história das “organizações de esquerda”, nem tampouco de uma celebração da “resistência” e da “luta contra a ditadura militar” no Brasil. Tratou-se, isto sim, de um estudo que visou caracterizar um conjunto de protagonistas que, no que pese possuírem origens e destinos sociais díspares, comungam de aspectos marcantes das suas trajetórias, sobretudo no que concerne às condições históricas em que estrearam sua intervenção política, às modalidades de engajamento privilegiadas e os trunfos utilizados (com maior ou menor sucesso) com vista à afirmação como porta-vozes de determinadas “causas”. Desta forma, a análise dos itinerários permitiu captar o peso destes elementos comuns para a constituição de *cadeias de interdependências* entre os agentes, logo a *configuração* de um sistema relacional entre eles e ainda o processo de reconfiguração das lógicas e formas de intervenção política no Rio Grande do Sul. Além disso, possibilitou também observar como os “próprios interessados colocam em valor na sua biografia seu direito militante à palavra política” (Gaxie e Offerlé, 1985:106).

Justificativa e Problemática

A pesquisa ora apresentada buscou detectar os condicionantes que intervieram na afirmação dos agentes investigados como porta-vozes de “causas” forjadas a partir da sua inserção política e profissional. Neste caso, a possibilidade de se constituir

³ Nos termos concebidos por Pierre Bourdieu (1989b: 178): “(...) a produção de tomadas de posição depende do sistema das tomadas de posição propostas em concorrência pelo conjunto dos partidos antagonistas, quer dizer, da *problemática política* [grifo no original] como campo de possibilidades estratégicas objetivamente oferecidas à escolha dos agentes em forma de posições efetivamente ocupadas e das tomadas de posição efetivamente propostas no campo. Os partidos, como as tendências no seio dos partidos, só têm existência relacional e seria vão tentar definir o que eles são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo”.

⁴ Seguindo as indicações de Collovald (1985), a análise do movimento histórico geral revela possíveis mecanismos garantidores dos sucessos ou dos fracassos políticos, profissionais e/ou intelectuais. Sendo assim, há que se buscar perceber a relação dos “novos quadros” com os *códigos de realização política*, paralelamente aos tipos de recursos que colocam em jogo e sua repercussão na reclassificação entre os pretendentes às posições nos meios políticos e intelectuais gaúchos.

como porta-voz de “problemáticas legítimas” em meios sociais variados e inter-relacionados depende da conquista de um duplo e indissociável reconhecimento. Trata-se do reconhecimento da sua capacidade de intervenção política ligada ao domínio de uma linguagem e de saberes tidos como “intelectuais” (como o domínio de conceitos e experiências históricas que lhes permitem decifrar a “realidade” e, com isso, obter os meios para transformá-la). E trata-se, no mesmo processo, da valorização da intervenção como mecanismo que favorece o reconhecimento de uma condição de “intelectual”. Quer dizer, o histórico de práticas e experiências, que atestam o contínuo engajamento político e a relevância das tomadas de posição relativas às definições de sociedade, política e cultura, autoriza os agentes ao papel de intérpretes da “realidade”, da “conjuntura” e dos “destinos históricos”.

Essa problemática pôde ser cotejada em diferentes contextos históricos. A escolha pela dinâmica instaurada ou incrementada a partir do “regime militar” brasileiro é justificada pela “oportunidade” que o momento traz para acumular “experiências excepcionais” nas trajetórias dos protagonistas. Pretendeu-se, assim, detectar os fatores centrais de distinção e hierarquização de “gerações” de militantes e entre eles, tendo em vista os investimentos na dedicação às “causas” e a acumulação de “saberes” e “competências” intelectuais. São justamente esses fatores que podem configurar simultaneamente os condicionantes da intervenção e os marcos das “vivências” que singularizam os agentes. Isto é, pôde-se identificar um conjunto de recursos consagrados como ímpares e viabilizados pelo momento de sua produção (exílios, prisões, manifestações, presença em eventos, torturas, cursos, seminários, etc.). Estes recursos e experiências, por sua vez, deram sentidos e créditos aos caminhos e posicionamentos assumidos ao longo dos itinerários. O caráter de extraordinariedade conferido às “reflexões” e às “causas” empreendidas naquele contexto contribuiu para a dupla valorização (capacidade de apreender e transformar a realidade) dos agentes enquanto porta-vozes de novas “lutas” nos momentos subseqüentes. É preciso ressaltar que, por um lado, há a afirmação de determinados “atributos” como singulares e, por outro lado, há uma distribuição desigual destes “atributos” entre os agentes que produz diferenciações entre eles e deles com outros protagonistas atuantes nos mesmos espaços.

A escolha pela análise de agentes com atuação no movimento estudantil, em um período histórico singular, permitiu tratar um número considerável de agentes e abarcar

destinos diversificados em termos de posições sociais, de domínios de inserção e de matizes ideológicas. Sendo assim, constituiu-se num ponto de partida relevante para a análise de carreiras políticas, universitárias e profissionais marcadas pela aquisição e uso (em diferentes níveis) de um duplo reconhecimento do saber intelectual e da prática da intervenção. Com efeito, pretendeu-se refletir em que medida os processos de intelectualização da atividade política ou de politização da atividade intelectual nas suas diferentes modalidades e matizes podem ser relacionados aos recursos de origem ou adquiridos pelos agentes e aos destinos sociais dos mesmos⁵.

Ainda que não seja uma novidade constatada a partir do “regime militar” brasileiro, os eventos desencadeados naquele período contribuíram para a reconfiguração dos repertórios de mobilização e dos espaços de expressão da capacidade de intervenção, sobretudo no que tange à composição dos domínios intelectuais e políticos, dos seus intérpretes e das suas “causas” (Coradini, 1998a; 2001). Sendo assim, a investigação das condições e das *estratégias de subversão* (Lagroye, 1997:200), bem como seus efeitos nas carreiras dos agentes, colaborou para a identificação do carácter inovador das lutas estabelecidas entre e inter “gerações” de militantes e seu reflexo em termos de construção de novas problemáticas, repertórios e instrumentos de mobilização que acabaram redefinindo o sentido e as estratégias de intervenção política a partir de diferentes domínios sociais.

Assim sendo, sustenta-se que a “luta contra a ditadura” se constituiu num evento fundador, singular e valorizante para aqueles que nele se inseriram para contestar contra o “regime militar” ou a ele “resistir” e que não cessaram de disputar e lhe atribuir novos sentidos e de combiná-los com novos emblemas de lutas no decorrer de suas trajetórias. Esse processo contribuiu, então, para a produção de um sistema comum de referências que está em constante redefinição nos movimentos interdependentes entre parceiros e adversários, empresas coletivas e investimentos pessoais. Isto é, ainda que espalhados por domínios de atividades diversos esses agentes se reconhecem como contemporâneos de lutas comuns e, sobretudo, configuram *redes de relações* que persistem e podem se constituir num dos principais recursos de luta detidos. Tendo em vista a

⁵ Sobre um processo em via dupla de “universitarização das formas de fazer e sentir a política” e “partidarização das formas de sentir e fazer política universitária”, ver Neiburg (1999:127) referindo-se ao caso argentino no período pós Peronista (1955).

plasticidade do espaço social (Lagroye, 1997), o *capital de relações sociais* passíveis de ser maximizado incide ainda mais sobre o acesso a determinadas posições.

Soma-se a isso a proposição de que a conciliação de um período notabilizado por transformações sociais vinculadas às condições restritas e repressivas de expressão política forjou, como já foi dito, a diversificação das modalidades e dos repertórios da ação, ao mesmo tempo, concomitantes e competitivas. Ou seja, a contrapartida de uma situação em que estavam fragilizadas as relações, as concepções e os cálculos, foi a flexibilização dos espaços de intervenção e de emergência de novos recursos de luta passíveis de serem utilizados. A abertura de “brechas” para novas apostas e a diversificação de dimensões do mundo social politizáveis se traduziu na ampliação do contingente de agentes interpelados e empenhados em fazer valer seus respectivos atributos. Em vista disso, esta situação obrigou os personagens a aprimorar suas estratégias de afirmação no espaço de concorrência oposicionista.

Dentre os elementos comuns encontrados pelos agentes, destacam-se as mudanças estruturais no que diz respeito à expansão e à diversificação das universidades, criação de cursos de graduação e pós-graduação nas ciências humanas, notadamente nas ciências sociais. A formação universitária dos agentes estudados se deu basicamente nos anos sessenta e setenta e, por conseguinte, eles estiveram sob os efeitos das formulações produzidas para o público de esquerda pelos intelectuais de esquerda. A universidade se constituiu como um dos principais vetores de diversificação das modalidades de atuação, dos conteúdos e dos recursos passíveis de serem ativados na dinâmica de intervenção.

Os “saberes” adquiridos e compartilhados nesse meio foram primordiais para a potencialização dos instrumentos de participação na “luta política”, especialmente no que concerne à aquisição de um manancial conceitual e prático passível de ser retraduzido para os outros agentes e domínios sociais, e também no que se refere à oportunidade de estabelecer *redes* qualificadas. Neste caso, por exemplo, os intercâmbios de intelectuais com o exterior também colaboraram na composição da complexidade dos mecanismos de transfiguração das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. Uma vez que estes trânsitos viabilizavam a importação de novas temáticas e esquemas de interpretação a serem disponibilizados para o contingente de novos protagonistas

dispostos a defenderem as mais variadas “causas”, nos diferentes espaços sociais nos quais atuam ou virão a atuar.

Além da universidade, as organizações políticas formais e institucionais ou informais e clandestinas cumpriram papel similar de promoção das condições para a socialização cultural e militante, para formação nas questões pertinentes ao meio e para o gozo de sociabilidades. No primeiro pólo (formal ou institucional) aparece o partido de oposição ao “regime militar”, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e alguns órgãos situados no seu interior como o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), o Setor Jovem, o Gabinete de Assessoria Superior (GAS) na Assembléia Legislativa. No outro pólo (informal ou clandestino) podem ser elencadas as “organizações clandestinas” como: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Ação Popular (AP), o Partido Operário Comunista (POC), o Partido Comunista do Brasil (PC do B), a Ala Vermelha do PC do B, o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8), A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), entre outros. Numa posição intermediária, pois não estavam ligados a um partido e não eram clandestinos, encontram-se os grêmios estudantis, diretórios de estudantes universitários e jornais da chamada “imprensa alternativa” como: “Em Tempo”, “Informação”, “Coojornal”, “Movimento”, etc. Não raro os militantes compatibilizaram o trânsito nesses diferentes meios, sendo que a inserção nas “organizações clandestinas” foi mais intensa nos anos sessenta (a proliferação de “organizações” se deu basicamente depois do “golpe de 1964” – como reflexo das várias opções de “resistência” polarizadas pelas opções armadas ou não – e sua contenção, ou mesmo dizimação, se deu no início dos anos setenta como resultado das prisões e torturas inauguradas principalmente após a instituição do AI-5) e a participação em instâncias como o MDB, o IEPES e o GAS se deram fundamentalmente nos anos 70. Esses últimos espaços, adicionando a universidade e os jornais alternativos de circulação nacional e local, englobaram militantes das mais variadas tendências e “gerações” em espaços e funcionavam, ao mesmo tempo, como espaços de formação (em termos de socialização política), espaços em disputa (oportunidade de conquistar adesões) e de afirmação institucional propriamente dita.

Conjuga-se a esses, as experiências de exílio (com especial destaque para países como Chile, Uruguai, México e França) e treinamentos no exterior (efetuados em Cuba, China e Argélia) como momentos privilegiados de socialização, formação e

sociabilidade na contestação. Em todos os casos (inserção nos meios universitários, organizações clandestinas ou não, exílios, cursos de treinamento de guerrilha) tais experiências contribuíram também para a circulação internacional dos militantes que puderam contar com acréscimos de autoridade nas suas intervenções.

Partiu-se, então, da idéia de que a “extraordinariedade” dos períodos de *crises políticas* permite a emergência de novos recursos e repertórios de mobilização (Dobry, 1992). Desta maneira, se tornou relevante observar quais são os agentes que agilizam tais recursos ou deles se apropriam e assim conseguem ou não se impor nas suas arenas de disputas. Foi necessário do mesmo modo atentar para as diferentes estratégias de conservação do valor dos recursos em jogo, de conjugação destes com outros “atributos”, as situações de defasagem entre recursos, estratégias e as “exigências” do espaço e das condições de luta, e ainda mesmo de abandono do “jogo”, no decorrer das trajetórias e em conjunturas rotinizadas. Isto porque há recursos que podem ser rentáveis no início, e sob certas condições e em certas circunstâncias, e esta “rentabilidade” só poderá ser compreendida levando-se em conta o momento de sua evidência, a totalidade dos recursos disponíveis para os diferentes protagonistas e as modalidades de ativação dos mesmos, uns em referência aos outros. Além disso, seguiu-se a orientação de que o engajamento sistemático ou o militantismo proporciona um acréscimo e aprimoramento destes trunfos, fazendo com que o militante se sinta e seja “gratificado” por sua dedicação, além de favorecer a renovação dos reconhecimentos.

A problemática que orientou este trabalho também foi decorrente da interlocução com pesquisas destinadas à compreensão da heteronomia predominante no trabalho intelectual em realidades periféricas. Produzidas a partir do confronto com estudos sobre dinâmicas históricas marcadas por processos de autonomização dos campos sociais, estas pesquisas buscam testar e sofisticar instrumentos para a análise de contextos históricos discrepantes daqueles que inspiraram sua construção original (Pécaut, 1990; Badie, 1992; Badie e Hermet, 1993; Anjos, 1998; Sigal, 2002; Coradini, 2002; 2003, entre outros trabalhos).

A concepção de *campo cultural periférico* foi utilizada por Sigal (2002) e colabora exatamente para a compreensão das situações de inexistência de instâncias próprias de consagração para o *campo cultural* nacional (ela analisa o caso argentino)

exigindo que os porta-vozes “locais” recorram a um *campo cultural* externo e central como mecanismo de atribuição e definição dos princípios de excelência e hierarquização. Esta dinâmica de buscar fora (no centro) as condições de reconhecimento interno (na periferia) acaba reforçando a vulnerabilidade do campo cultural frente ao poder político e aos pólos exportadores. Esta perspectiva vai ao encontro e complementa as pistas fornecidas por Pécaut (1990) ao analisar a relação dos intelectuais brasileiros com o poder político. Para ele não há justaposição ou interferência entre dois campos e sim uma mescla, haja vista que “todas as estratégias individuais se colocam sobre os dois registros” (Pécaut, 1990:89).

A não objetivação de constrangimentos, regras e relações específicas aos diferentes âmbitos sociais traduzem-se, então, na possibilidade de se jogar com trunfos variados e com lógicas cruzadas em espaços de concorrência distintos, sem prejuízo no valor potencial dos recursos mobilizados pelos agentes nos diferentes domínios sociais. Por conseguinte, o conjunto de recursos detidos garante a ocupação de posições similares nos *sites* de inserção priorizados pelos protagonistas ou, ao menos, o trânsito privilegiado entre os espaços sem a necessidade de uma mudança mais relevante de registro por meio de retraduições, eufemizações, etc.

Para a investigação que se pretende empreender, os estudos que vem sendo desenvolvidos por Coradini (1998a; 2002; 2003; 2004; 2005) são particularmente importantes tanto para a composição de um esquema analítico mais eficiente para o tratamento de dinâmicas periféricas, como no sentido da apreensão das lógicas sociais e espaços de inserção dos agentes a serem estudados especificamente no cenário gaúcho. Logo, as indicações oferecidas pelo autor colaboram para a explicitação das preocupações que norteiam esta tese e para a construção de diretrizes compatíveis com esses mesmos questionamentos.

Para o que está em pauta cabe sublinhar a concepção de “intelectual” que se define na dinâmica de produção e apropriação das ciências humanas e sociais nas suas múltiplas relações com outros domínios sociais. Adotando uma perspectiva longitudinal e qualitativa, Coradini (1998a) analisou as transfigurações da categoria intelectual no Rio Grande do Sul durante o período que se estende das décadas de vinte a de sessenta e evidenciou a existência de uma via dupla de atuação e consagração advindas dos amálgamas entre o espaço universitário, a “cultura” e a “política”. Ou seja:

“(...) mais que uma relação de exclusão entre atividades e carreiras mais estritamente escolares ou acadêmicas e as de cunho mais ‘político’ e ‘cultural’, o que ocorre é uma subordinação daquelas a estas. Essa subordinação, no entanto, não impossibilita sua expansão, se bem que as características ou as marcas dessa subordinação e amálgama [tem como] efeito principal [o de] transformar qualquer ato escolar em ‘político’”. (Idem: 106).

Essa proposição foi corroborada em estudos posteriores. Coradini constatou (2003) a preponderância das inserções extra-acadêmicas de um conjunto heterogêneo de professores de diferentes universidades e disciplinas, cujos indicadores testados (que vão desde origens sociais até “posições teóricas”) revelaram a intervenção da “militância” política e do engajamento no ensino universitário. Essas considerações podem ser somadas à demonstração da importância do “engajamento em diferentes esferas de militância e mediação social e cultural” para a constituição de um *capital de relações sociais* (não raro acrescidos àquele oriundo do grupo familiar) que contribui para a ocupação de determinadas posições no âmbito profissional e, inclusive, político-partidário, assim como favorece o trânsito nacional e internacional dos agentes (Coradini, 2004:220).

Tais relações, operacionalizadas com base na oposição centro-periferia, refletem as próprias características do processo de institucionalização das ciências humanas e sociais brasileiras. Ainda que as condições que definem os termos dessas relações se recomponham com a “expansão e diversificação do ensino e dos usos dessas disciplinas em diferentes esferas sociais” (idem:213), há uma constante significação da produção destas ciências como “a serviço de algum *a priori* ou adesão primordial” (Coradini, 2005:13) que é a sua condição de existência, ou seja, sempre “há uma premissa ontológica subjacente” definindo a própria produção no âmbito das ciências humanas e sociais (idem:37). Apesar de Coradini (2005) referir-se neste caso especificamente à concepção de ciência social forjada na apropriação e instrumentalização da mesma tendo em vista as transformações no ensino universitário de teologia, sua asserção é válida para todas as relações possíveis das disciplinas concernentes com os demais domínios sociais, ou seja, pode-se aferir que a:

“(...) noção de ciências sociais adquire um sentido muito próprio, não apenas devido ao uso instrumental, mas porque a apropriação e instrumentalização ocorrem com base numa perspectiva de ‘intelectuais’, ou seja, como recurso para a formação de normatividades e fundamentação de sentidos. Isso não decorre apenas do fato de que, via de regra, os

autores e respectivos trabalhos são tomados com base no critério de autoridade e do grau de afinidade com a problemática legítima, mas principalmente, apropriados, interpretados e expostos como uma espécie de ‘profecia social’” (Idem:32).

As transformações ocorridas no mundo universitário nos anos sessenta colaboraram na complexificação dos elementos articulados nessas relações devido à “incorporação progressiva e ‘sempre conflituosa’ de novos ‘grupos’, ‘missões’, ‘interesses’ e esferas de atuação, mas sempre perpassado pela política” (Coradini, 1998a:08). Assim, longe de uma relativa “autonomia acadêmica e escolar”, os efeitos da recomposição do mundo universitário e dos usos das ciências sociais em especial levaram a uma redefinição das possibilidades de sua instrumentalização e apropriação com vistas às mais variadas formas de militância e engajamento em diversos domínios sociais (Coradini 2002:106).

As análises de Coradini demonstram a série de ligações possíveis entre a “universidade”, a “cultura”, a “política”, a “religião” e como a própria definição e prática das ciências humanas e sociais se constroem no cerne mesmo dessas relações sempre originais e persistentes entre esses domínios. Neste caso, a disposição para o engajamento em determinadas “causas”, ou o sentido de intervenção ou realismo (Pécaut, 1990), se apresenta como a matriz comum desses múltiplos referenciais. Logo, tal matriz estrutura os universos sociais disponíveis para a atuação e afirmação dos agentes.

O presente trabalho também decorre de algumas constatações obtidas mediante o desenvolvimento de uma pesquisa anterior (Reis, 2001)⁶ que permitiu, de um modo geral, identificar diferentes indivíduos e/ou “grupos”, portadores de uma série de características comuns e a reivindicação de um “pertencimento geracional” nos “quadros partidários” e no “âmbito intelectual” sul-rio-grandense. Ou seja, chegou-se a um conjunto de agentes que ingressaram na “política” num determinado período, estabeleceram elos políticos, ideológicos, afetivos, etc. entre eles, se notabilizaram pela formulação/apropriação de repertórios de mobilização política e passaram a ocupar posições de destaque em variados domínios (sindical, universitário, cultural, eleitoral e administrativo). Os perfis, os conteúdos acionados nas suas tomadas de posição na segunda metade dos anos setenta e os cortes que tentaram fixar com os demais “políticos” atuantes

⁶ O estudo resultou na produção da dissertação de mestrado defendida em 2001 junto ao PPGCP/UFRGS intitulada “Juventude, Intelectualidade e Política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB gaúcho nos anos 70”.

naquele cenário informam a importância de se investigar os aspectos concernentes aos efeitos duráveis dos alinhamentos estabelecidos naquele momento, aos processos de seleção social aos quais foram submetidos e à configuração de novas modalidades de engajamento, de recursos e estratégias de afirmação “política” e “intelectual”.

Seguindo essas indicações, a investigação em pauta indagou como os agentes, engajados na “luta contra a ditadura”, pertencentes a diferentes “gerações” e submetidos aos condicionantes do período renovam, combinam, mesclam e fundem os mais variados registros no sentido da intervenção política? Como determinadas formações e formulações acadêmicas interferem ao mesmo tempo em que resultam dos novos repertórios de mobilização e identificação política? Como a conjunção entre recursos acadêmicos e políticos atualiza o sentido do engajamento e da missão, a crença no militância e a lógica de politização nos mais variados domínios do espaço social?

Diretrizes, Objetivos e Operacionalização

Dois requisitos foram utilizados para a delimitação da população: 1) a participação no movimento estudantil durante as décadas de sessenta e setenta; 2) a vinculação com “grupos” ou “organizações” reconhecidamente de “esquerda”, seja as ditas clandestinas ou aquelas que se abrigavam no interior do MDB. Apesar de não dar conta do conjunto de agentes que ingressaram no período analisado e igualmente colaboraram na redefinição das modalidades e repertórios de intervenção política, a partir da gama de agentes focalizados para a realização da pesquisa pôde-se englobar um vasto espectro de posições políticas e ideológicas presentes no cenário político gaúcho nas duas últimas décadas. Isto sem falar que alguns agentes ocuparam e ocupam postos relevantes em diferentes arenas e foram responsáveis pela gestão e implementação de “experiências” em diferentes âmbitos de atividades políticas e profissionais.

Os parâmetros de análise seguidos estão explicitados no destaque dado à correspondência que é observada entre recursos de origem, recursos acumulados, espaços e condições de utilização dos trunfos detidos, bem como sua tradução em posições sociais ocupadas. Ou seja, pretenderam-se identificar as origens sociais e políticas dos agentes, os

investimentos (títulos escolares, *redes de amigos*, casamentos, formação cultural, cargos, etc.), os espaços de inserção priorizados (universidade, sindicato, igreja, partido, organizações, etc.), as oportunidades que se apresentaram ao longo dos seus itinerários (conjunturas históricas mais ou menos favorável à utilização de determinado conjunto de recursos, possibilidades de viagens, ocupação de cargos, candidaturas, etc.), e, conseqüentemente, as escolhas mais ou menos bem sucedidas efetuadas nestas condições que também devem ser investigadas à luz dos diferentes ciclos de vida e temporalidades.

Cabe neste momento detalhar as fontes de pesquisa que foram utilizadas, a saber: documentos institucionais produzidos pelos órgãos da “repressão” (fichas, relatórios, correspondências, etc.); documentos institucionais produzidos por órgãos de “direitos humanos”, anistia, etc. (listas de desaparecidos, torturados, sites da Internet, livros, etc.⁷); materiais e documentos produzidos nos diferentes lugares de expressão e formação política (cartilhas, textos de discussão, periódicos etc.); a produção dos agentes ao longo das suas carreiras políticas e/ou intelectuais (livros, artigos, ensaios, etc. seja de circulação municipal, e/ou estadual, e/ou nacional, e/ou internacional); publicações em geral (colunas em jornal, panfletos, etc.); materiais veiculados na mídia impressa e eletrônica; grande-expedientes realizados na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em homenagem a ativistas da “luta contra a ditadura”, cuja a íntegra das seções (discursos, intervenções, etc.) foi reproduzida no site da instituição; entrevistas.

Em termos práticos de pesquisa e muito esquematicamente pode-se sistematizar os eixos de investigação adotados. A identificação dos protagonistas que atuaram na contestação do “regime militar” a partir de fontes advindas do enquadramento institucional que podem ser confrontadas com listas de registro e/ou de consagração dos personagens, além dos livros (de memórias, biográficos, acadêmicos, etc.) e dos sites da Internet dedicados à “recuperação da memória”⁸ dos protagonistas e eventos. Para um segundo plano de sistematização da composição social da população, examinou-se os dados de perfis sociais, filiações a “grupos”, atuação na universidade e em outras

⁷ Pode-se citar como exemplo o livro “Brasil: Nunca Mais” que contém uma série de dados sobre os militantes da luta armada, torturados e exilados políticos, bem como os dados do projeto de mesmo nome organizado pela Arquidiocese de São Paulo (1985), além de informações a serem obtidas junto aos comitês pela anistia dos exilados e presos políticos e aos demais grupos que falam em nome da “causa”.

⁸ Acrescenta-se a intervenção do *trabalho de memória*, na medida em que a lembrança sobre os “fatos” é guiada por uma rede de significações e relações sobre e constituídas no “presente” informado pelo “passado” e o “passado” sendo dinamicamente reconstituído com base no “presente”. A alusão ao passado permite reconstituir justificadamente a trajetória que se seguiu e, assim, revelar. (Pollak, 1989).

instituições, cursos privilegiados, etc. Tais procedimentos viabilizaram o recorte da população por momento de *entrada* na política, caracterizando as diferentes “gerações”. Da mesma forma, esses dados, quando complementados com uma bibliografia temática pertinente, permitiram examinar os “grupos”, seus tempos de existência, suas mudanças de denominações, suas divisões, suas fusões, etc.

No que tange à escolha dos entrevistados, esta obedeceu a critérios como: perfis sociais, distribuição por “grupos”, distribuição por “gerações”, por tipos de carreiras e por meios sociais nos quais atuam. Além destes, outro critério fundamental foi abranger tanto aqueles militantes que passaram pelo exílio ou viveram fora do país, como os que não foram submetidos a essas experiências. Considerou-se este um dado importante da trajetória dos agentes, posto que revela muito dos “saberes” possivelmente adquiridos nestes deslocamentos, das *redes de relações* e solidariedade que se constituem e dos efeitos desta circulação em termos de distinção e importação de sistemas de pensamento e de ação.

Quanto às entrevistas, estas visaram captar as origens sociais e o conjunto de posições ocupadas, reconstituir as *redes* de pertencimentos, identificações, sociabilidades, fidelidades, desafetos, rupturas e alianças, etc. A comparação geral das carreiras a partir de três níveis indissociáveis - as características sociais, as competências e os itinerários - forneceu pistas sobre a dinâmica de transfiguração nos mecanismos de seleção social expressa na reconfiguração das modalidades de intervenção política e dos elementos que conformam a sua multidimensionalidade. Ou seja, recursos, trajetórias, saberes e relações que passam a pautar as carreiras daqueles que compõem os quadros destacados ou não nos domínios políticos e culturais no estado, e que foram forjados nos movimentos de contestação ao “regime militar” durante os anos 1960 e 1970, fundamentalmente no interior dos movimentos estudantis, partidários e clandestinos. Cabe neste momento elencar algumas informações recolhidas e que foram importantes para a operacionalização do estudo em pauta.

No que se refere aos perfis sociais, a realização das entrevistas teve como objetivo reunir dados como: data de nascimento, profissão e grau de escolarização dos pais. Foram acrescentadas informações sobre as carreiras dos indivíduos como: o ano, local e forma que iniciou o engajamento político; as filiações partidárias e os postos ocupados; a

participação sindical e/ou associativas; os outros tipos de atuações políticas prévias ou concomitantes à política institucional (movimento estudantil – “grupo” [s] ao [s] qual [is] foi vinculado –, e/ou outros). Ainda no plano das carreiras, dados de formação, escolarização e profissionalização foram fundamentais: as instituições escolares que frequentou (ano e local); os tipos de estudos realizados e os diplomas adquiridos; as ocupações desempenhadas (assessorias, docência, pesquisa, etc.); as instituições em que atuaram e os tipos de dedicações; a participação em jornais e revistas (conselho editorial, colaborador, articulista, etc.); as publicações em geral (livros, artigos, ensaios, etc.); e os temas aos quais se dedicam ou as especializações escolhidas nas carreiras.

Em outro nível, ao solicitar para os entrevistados identificarem os contemporâneos e os laços existentes ao longo do tempo, foi possível evidenciar *redes* de aliados e grupos de rivais persistentes no tempo. Ou seja, se existem vínculos, relações e “convivências” com os contemporâneos (em escolas, universidades, atividades profissionais) aliados e adversários (no movimento estudantil, sindical, partidário, etc.), se comungam dos mesmos posicionamentos políticos, partidários e ideológicos hoje, se as lideranças que influenciaram no ingresso e na formação políticas persistem como aliados, se existem rupturas e as razões para isso ter ocorrido.

Finalmente se mostrou decisivo para o argumento perceber os padrões de homogeneização e diferenciação entre os indivíduos que militaram naqueles anos quanto aos tipos de leituras (jornais, revistas, literatura, poesia, etc.), quanto aos gostos estéticos, quanto aos cursos e seminários que destacam nos seus percursos (influências no início da “militância” e ao longo da carreira), quanto aos eventos marcantes nas suas “militâncias”, engajamentos e aos seus protagonistas, etc.

No que diz respeito aos grupos de exilados ou de indivíduos como algum tipo de formação escolar buscada fora do Brasil, foram aplicadas algumas questões específicas, incluindo informações sobre: condições dos deslocamentos (locais, “fase da vida”, conjuntura nacional e internacional, etc.) e justificações dos deslocamentos e da escolha do país de acolhida. Do mesmo modo, foram captadas as percepções sobre estas “experiências”, os contatos, as sociabilidades, as atividades realizadas, os auxílios recebidos, os investimentos (escolares, matrimoniais, etc.), as condições de vida, as características da vida e atuação política fora do território. A pretensão foi buscar os efeitos

dessa *exopolítica* cuja característica principal é a da alteração das condições de atuação política em relação à situação original, isto é, em que os agentes atuam em condições em que se encontram alteradas “a língua que é preciso falar, a profissão que se teria o direito de exercer, a harmonia entre o título e o posto, os documentos de identidade, o pertencimento nacional...” (Dufoix, 2002:29)⁹. Mostrou-se relevante reter também informações relativas ao retorno: a “fase da vida”, a conjuntura nacional e internacional, as expectativas e percepções sobre a “reinstalação”, os tipos de atividades, as relações (pessoais, institucionais, etc.) com o “exterior”, o momento de estabilização profissional, as percepções sobre a conjuntura. Este procedimento contribuiu para o tratamento das “utilizações possíveis da posição de exilado e dos atributos sociais e políticos que ela supõe nas [tentativas] construção de um papel de mediação” (Popa, 2000).

Lançar mão da realização de entrevistas como principal ferramenta dessa pesquisa se justificou por sua potencialidade para a apreensão das informações perseguidas. Em primeiro lugar, pode-se enfatizar a possibilidade de selecionar os agentes a serem contatados seguindo parâmetros representatividade da população e, assim, o estudo não ficou limitado aos casos “bem sucedidos” ou consagrados pelos repertórios biográficos, livros de memórias, autobiografias, etc. Em segundo lugar, as entrevistas permitiram a detenção de dados biográficos imprescindíveis para a apreensão dos perfis sociais e das respectivas carreiras político-partidárias, sindicais, profissionais e escolares dos agentes. Estes dados raramente estão disponíveis em outras fontes biográficas ou são demasiadamente imprecisos. Em terceiro lugar deve-se grifar que, com base nos depoimentos, puderam-se identificar os tipos e os objetos de aproximação ou rivalidade que conformam *redes*, bem como a persistência ou dissolução de laços de naturezas variadas ao longo dos trajetos. Soma-se a estas vantagens relativas à utilização de entrevistas, a possibilidade de extrair dos relatos a caracterização pelo próprio agente dos recursos e das estratégias acionadas com vistas à conquista ou manutenção de posições sociais e políticas, assim como captar as estratégias de justificação das suas tomadas de posição.

⁹ Esta análise pode ser sofisticada com os estudos sócio-históricos de Noiriel (1997) sobre as transformações das “representações” e “categorizações” das idéias de “imigrado” e “refugiados políticos” na França. Pode-se considerar o duplo processo de classificação jurídico-administrativa e de identificação de grupo entre os “estrangeiros” para a elucidação dos fatores que transformam a França em destino para muitos militantes exilados e dos elementos que explicam as “marcas duráveis” (em termos de trunfos e estilos de vida) deixadas pela passagem por aquele país.

Há que se destacar ainda a importância da realização de entrevistas para observar a interferência das estratégias de “heroicização” e de reprodução de discursos estandardizados na produção de “verdades” e de “versões” sobre os eventos e sobre as biografias. Foi preciso levar em conta que a reconstrução biográfica oferecida pelo indivíduo é definida por uma série de elementos que podem não ser tão evidentes. Da posição social e política que ele ocupa no momento da sua enunciação e tendo em vista as demais posições correntes, os tipos e a distribuição dos recursos disponíveis bem como os objetos de disputados, derivam duas construções que dificilmente podem ser decompostas. A primeira refere-se às expectativas quanto à maximização do depoimento para o próprio “jogo”, a segunda, e talvez mais importante, é a busca daquele que se apresenta e apresenta a sua vida de construir uma “constância de si mesmo como uma história bem construída” (Bourdieu, 1996:81).

Mediante o exame dessas reconstruções biográficas procurou-se perceber tanto as condições sociais de valorização de determinados trunfos que dizem respeito ao duplo reconhecimento (político e intelectual) dos agentes, quanto às lógicas identitárias que cimentam e dão sentido ao próprio fato dos engajamentos sob esse duplo registro (Sawicki et Berlivet, 1994; Pudal, 2003, 1994; Pollak, 1989). Ressalta-se que se entende a idéia de identidade como o resultado não permanente de processos de identificação. Trata-se de uma formação contingencial construída na adição e síntese das várias “realidades”, momentos, experiências, enfim, de “eus” anteriores articulados e redefinidos no sentido de dar coerência para a identidade presente (Dammame, 1994; Pizzorno, 1988, 1986). Sendo assim, o trabalho de memória informa justamente esse mecanismo de seleção operado a partir não só da posição ocupada e do estado do campo de forças ao qual se está inscrito, como também das tomadas de posição que se deve justificar e dos reconhecimentos que se deseja manter ou conquistar (Pollak, 1989; Pizzorno, 1989)¹⁰.

Finalmente, os depoimentos constituíram uma fonte singular para o exame das concepções de política e de cultura que orientam as respectivas práticas e saberes com vistas à intervenção. Estas concepções se revelaram justamente na análise dos vários registros e lógicas que configuram os repertórios de afirmação e mobilização militante. A

¹⁰ Conforme Passeron (1990:20) pode-se “tentar perceber a estruturação das biografias *ao mesmo tempo* como um efeito das estruturações longitudinais que se resumem na ‘instituição biográfica’ e como o produto agregado que a ação social dos inscreve, em aval, da manutenção ou na transformação dessas estruturas longitudinais”.

entrevista foi, portanto, um meio (não exclusivo, evidentemente) potente para detectar a definição, os condicionantes e as estratégias de conquista, conservação ou perda (nos diferentes momentos históricos e em função dos diferentes tempos biográficos) do duplo e indissociável reconhecimento “intelectual” e “político”.

Estratégia de Apresentação

A partir das orientações teórico-metodológicas apresentadas acima, a estratégia de apresentação utilizada foi a de expor a pesquisa em quatro capítulos, seguidos de uma conclusão. O primeiro capítulo da tese trata dos obstáculos epistemológicos para o estudo de um espaço social no qual as próprias ciências sociais e humanas, a partir dos seus usos, são importantes instrumentos de luta no período e contribuem para a sua constante redefinição posteriormente. Na seqüência do capítulo são mobilizadas as noções de *crise* e de *hibridismo* e a pertinência das mesmas para a análise dos anos sessenta e setenta, assim como são apresentados os parâmetros conceituais tomados para o exame dos militanismos/engajamentos, dos processos de identificação e constituição de *redes de relações*.

O segundo e o terceiro capítulo guardam a preocupação comum de abordar, de forma inter-relacionada, militantes e “organizações”. Sendo assim, o capítulo 2 é dedicado à apresentação dos perfis, padrões de carreiras e suas modalidades de intervenção e itinerários exemplares que permitem visualizar a articulação feita entre variáveis para a delimitação dos tipos de especialização (militante, técnico-administrativa, político-eleitoral e acadêmica e/ou profissional). O capítulo 3, por sua vez, é dirigido à descrição de processos de identificação a partir de relações, de atributos, de disposições, de percepções e de posicionamentos considerando algumas seqüências de desdobramentos de “organizações” e “grupos” ao longo do tempo, assim como os deslocamentos individuais e coletivos.

Por fim, o último capítulo é construído com vistas a apreender o trabalho de memória e de celebração ativado em quatro Grandes Expedientes realizados na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em homenagem à protagonistas da “luta contra a

ditadura” (João Carlos Haas Sobrinho, Paulo Rodrigues, José Bronca, Cilon Brum – “mortos no Araguaia”-; Flávio Koutzii; Marcos Klassmann; e André Forster), pertencentes a diferentes “gerações”, perfis e “grupos”. São caracterizadas estratégias dos agentes que participam das sessões (do promotor da iniciativa e dos diferentes deputados que fazem “uso da palavra”), as lógicas da trocas entre “vivos” e “mortos“, entre “gerações”, entre militantes situados em posições diferenciadas no espaço analisado, etc., assim como os trunfos consagrados, reativados, selecionados e associados a uma mesma “luta”.

Capítulo 1 – OBSTÁCULOS E APORTES CONCEITUAIS

O intuito da discussão que segue é sistematizar algumas questões compatíveis com o desenvolvimento da pesquisa que teve como foco as mudanças do militância e do engajamento de um conjunto de agentes que inauguraram sua atuação durante o “regime militar” brasileiro. Visando revelar os mecanismos que legitimam suas intervenções mais ou menos bem sucedidas em diferentes domínios sociais, foram analisadas as trajetórias individuais e coletivas, buscando as interferências “conjunturais” nos diversos movimentos operados pelos agentes, os variados investimentos escolares e militantes empreendidos, os diferentes vínculos interpessoais e interdependentes, bem como o acúmulo e utilização desses recursos nos espaços de inserção privilegiados.

Para o desenvolvimento dos argumentos, optou-se por dividir o capítulo em seis momentos encadeados. No primeiro, propõe-se uma breve reflexão sobre os obstáculos da crença no *envolvimento* ou na *alienação* absolutos ou da adoção definitiva de um ponto de vista *subjetivista* ou de uma postura exclusivamente (e ilusoriamente) *objetivista* em relação ao objeto de pesquisa. A discussão seguinte visa fixar as condições de apreensão do objeto de pesquisa a partir do controle da tendência à “visão teológica-política” que classifica, cria e recria o passado e as “vontades” dos protagonistas segundo as lógicas de uma posição no presente. Aliás, esta sim dimensão indissociável da própria existência (reificada e incorporada) dos eventos e dos protagonistas que compõe o universo

dessa pesquisa. Os passos seguintes propostos estabelecem os parâmetros de abordagem dos processos históricos seguidos pelas possibilidades de apreensão dos engajamentos numa perspectiva igualmente processual.

Na tentativa de cercar instrumentos analíticos pertinentes ao tratamento do universo de estudo no qual se investiu, o penúltimo momento é chave para o desdobramento da problemática que fundamenta a investigação em pauta. Desenvolve-se a questão do intercruzamento de esferas e lógicas como estruturante da realidade histórica na qual o trabalho está inscrito. Com esta linha de preocupação, dedica-se a última seção às potencialidades heurísticas de determinados instrumentos de análise para o tratamento das dinâmicas, lógicas e efeitos da conquista, manutenção ou dissolução de vínculos interpessoais nas estratégias cotidianas ou excepcionais dos agentes. Debruçando-se fundamentalmente na noção de *redes*, pretende-se apreender como estes elementos se articulam na constituição de um espaço relacional ou a cadeia de interdependências específica que é sustentada por operações de *inclusão/exclusão* entre os agentes. Assim, a discussão que antecede a sistematização das perspectivas de tratamento das *redes* trata particularmente da noção de *identificação* tomada como primordial para a apreensão dos variados mecanismos sociais e subjetivos que interferem nos sentidos e práticas dos engajamentos.

1.1 – Reflexão geral sobre alguns obstáculos e procedimentos para a análise do engajamento e do militantismo

O alvo da pesquisa realizada apresenta dois níveis de obstáculos ao tratamento sociológico: o primeiro no que se refere à influência dos agentes e eventos a serem analisados na afirmação das ciências humanas e sociais no Brasil e o segundo no que tange ao caráter de “heroicização” que costuma envolver os protagonistas e o período. Para suplantá-los é preciso um trabalho incessante de reflexão sobre a própria “tradição” da disciplina da qual se faz parte e sobre a estruturação de uma agenda de pesquisa sem as marcas da ressonância social e política no cenário sul-rio-grandense atual.

Cabem, pois, algumas considerações sobre o grau de envolvimento e possibilidades de distanciamento do pesquisador em relação ao seu objeto, para assim tentar estabelecer alguns aportes epistemológicos considerados imprescindíveis para a investigação.

Uma discussão desse tipo se justifica quando se opta por transformar uma pauta socialmente consagrada em objeto de análise. Sem a intenção de ser mais uma versão sobre os “fatos” e sem a pretensão de observá-los “externamente”, a proposta é de estudar o fenômeno do militantismo e do engajamento a partir de diretrizes e parâmetros de pesquisa previamente construídos.

Bourdieu (1980:43) introduz o capítulo sobre a “crítica da razão teórica” sublinhando a necessidade de se romper com “os modos de conhecimento sábios” ou objetivistas (que se encontram no uso de um método – com pretensões de ser cientificamente neutro – as glórias de impor *visões* e *di-visões* no mundo social) e os “modos de conhecimento prático” (aqueles que se apóiam no inventário de casos particulares a partir da atribuição às pessoas de um saber objetivo sobre suas próprias ações). Ele enfatiza, assim, a importância de se transpor essas barreiras que limitam as ciências sociais ou a uma “física social” ou a uma “fenomenologia social”.

Em um estudo sobre o mundo acadêmico francês, o autor sintetiza de maneira precisa a preeminência de se superar as duas perspectivas em um empreendimento de pesquisa que:

“(...) ultrapassa a alternativa da visão objetivista da classificação objetiva – na qual a pesquisa de uma escala única e de índices acumulados representa uma expressão caricatural – e a visão subjetivista, ou melhor, perspectivista, que se contentaria em registrar a diversidade de hierarquias tratadas como uma série de pontos de vista incomensuráveis”. (Bourdieu, 1984:30).

Deste modo, é preciso atentar para as lutas de classificação operadas pelos agentes sem abdicar dos instrumentos analíticos que permitam explicar as estratégias e lógicas de classificação de si e dos outros e suas relações com as posições no espaço construído analiticamente. Para tanto, é preciso proceder a uma dupla ruptura: tanto aquela priorizada na prática subjetivista para a qual o conhecimento é produto da “experiência indígena e a representação dessa experiência”; como a adotada na ênfase objetivista que,

acreditando nos preceitos imanentes ao observador absoluto, acaba por projetar no objeto “os princípios de sua relação com o objeto” (Bourdieu, 1980:46).

No caso das ciências sociais o acúmulo do conhecimento depende da sua capacidade de auto-reflexão, ou seja, da capacidade de aplicar na própria prática de pesquisa as explicações construídas com vistas aos seus objetos. A proposta de Elias (1999; 1998) é buscar um *modelo de equilíbrio*, que não se posiciona nem em prol da “autonomia absoluta” que vai ao encontro de uma “total alienação”, nem a favor da “heteronomia absoluta”, coincidente com um “total envolvimento”. A questão é incorporar a *interdependência* das pesquisas teóricas e empíricas rompendo com o “dualismo ontológico” entre “sujeitos” e “objetos” – que pressupõe uma capacidade transcendental dos sujeitos em relação aos objetos como se a existência de um não dependesse da existência do outro.

Para Bourdieu (1987), a ciência social deve se fazer no nível abstrato da razão e não no nível do “real”, uma vez que o “real” é pré-construído. A epistemologia e o trabalho de investigação produzem explicações a objetos produzidos na própria investigação, neste caso a construção do objeto significa a coincidência do vetor epistemológico, da problemática teórica, das hipóteses e das metodologias em construção. Os esforços em busca de regularidades sociais e as técnicas de pesquisa aplicadas para tanto supõe, obviamente, uma “descontinuidade entre o conhecimento científico e o conhecimento prático” (Bourdieu, 1980:44), contudo exige igualmente o controle sobre a construção do objeto e os procedimentos utilizados.

Como não é possível proclamar a neutralidade do sociólogo na escolha e tratamento do seu objeto, deve-se apostar na possibilidade que os cientistas sociais têm de submeter as suas questões à reflexão sociológica. Essa capacidade de reflexividade – ou de aplicar a si mesmos os instrumentos da ciência social para transpor os obstáculos das determinações sociais – pode significar a possibilidade de não cair no relativismo ou nas formulações genéricas sem bases empíricas em nome da inerente inserção social do pesquisador (Bourdieu, 1987).

A ruptura com as crenças e valores compartilhados grupalmente em direção a um maior distanciamento das recompensas imediatas não ocorrem sem que o cientista social pareça “um pouco fora da lei” (Bourdieu, 1989c: 39) ou “um perigoso herético”

(Elias, 1998:124) ao evidenciar no seu trabalho as condições sociais de realização da sociologia. Segundo Elias (1998:125-126) o dilema que se apresenta é que, não raro, o dever de desempenhar atividades enquanto sociólogo entra em choque com as “identidades” compartilhadas nos demais espaços de inserção dos indivíduos e que funcionam como força provocativa para o *envolvimento*. O desafio, portanto, é administrar esses papéis e fazer predominar, enquanto grupo profissional, o de pesquisador.

De qualquer modo, o tratamento de um espaço do qual o próprio pesquisador participa representa uma forma “dramatizada” de recolocar alguns problemas epistemológicos (Bourdieu 1984; 1989c). Ou seja, os perigos do excesso de proximidade e de distanciamento e, principalmente, os obstáculos encontrados para “instaurar esta relação de proximidade rompida ao preço de um longo trabalho sobre o objeto, mas também sobre o sujeito da pesquisa” (idem:11). Neste caso, o exercício de socio-análise se apresenta como instrumento de rompimento com a ilusão das profecias e com o envolvimento com as classificações que se impõe ao cientista social:

“Com efeito, para o pesquisador preocupado em saber o que ele faz, o código, o instrumento de análise torna-se objeto de análise: o produto objetivado do trabalho de codificação torna-se, sob o olhar reflexivo, o traço imediatamente legível da operação de construção do objeto, a escala que foi feita para construir o dado, o sistema mais ou menos coerente de categorias de percepção que produziram o objeto de análise científica (...)” (Bourdieu, 1984:18).

Visando empreender um exercício reflexivo deste tipo, ainda que de modo preliminar, cabem algumas considerações sobre concepções e categorias que constituem o objeto de estudo ora proposto e que são fortemente arraigadas e naturalizadas na gramática das lutas e tomadas de posição indissociavelmente políticas e intelectuais, tais como as idéias de “crise política”, “democracia”, “ação militante”, “engajamento” e “identidade”.

Os esforços se dão, então, no sentido de tentar evitar as armadilhas do olhar de “juiz dos juizes” ou da redução à descrição dos pontos de vista em concorrência. Para a execução da presente pesquisa, significou não adotar as “explicações” e “perspectivas” dos militantes sobre a “luta contra a ditadura”, suas realizações e motivações. Porque as operações de seleção, idealização, justificação e racionalização que se processam nas estratégias de apresentação de si e dos feitos são resultantes de dinâmicas (de luta,

identificação, exclusão, consagração, etc.) muito mais amplas e sociologicamente apreensíveis do que o “perspectivismo” oferece meios de apreender. Significa igualmente, não impor, de um ponto de vista pretensamente externo, razões, fatos, determinações incontroláveis, aferidas com base em instrumentos metodológicos que trariam em si a imparcialidade do sujeito da pesquisa e a submissão do seu objeto. Quer dizer, é preciso controlar a tendência ao “objetivismo” de considerar o processo histórico sem levar em consideração o trabalho de memória, invenção, reinvenção, enfim, de atividade original, multifacetada e definitiva dos protagonistas das “lutas” em relação aos “fatos”.

Inicialmente, deve o pesquisador perceber que as suas construções são passíveis de apropriações nas lutas sociais, objetivando-se muitas vezes como categorias com *status* jurídico. Em seguida, deve atentar para o fato de que as codificações analíticas muitas vezes reúnem propriedades desigualmente distribuídas na população que passam a serem percebidas como “grupos” homogêneos capazes, através de um trabalho de reificação, de agir enquanto tal. Finalmente, é preciso considerar que as classificações com as quais se trabalha, em muitos casos sob a aparência de categorias objetivas (“geração”, “organização”, “grupo” e “ideologia”, por exemplo), escondem processos de lutas sociais, de hierarquização e divisão social que dão origem a essas categorias (Bourdieu, 1984:21-22).

Para o trabalho em pauta cabe se perguntar não só pelos militantes, suas “causas” e os “grupos” que constituem, como também pelo trabalho ativo de expressão e reinvenção de eventos singulares que atestam a sua própria singularidade (tortura, guerrilha, exílio, excepcionalidade, etc.). Deve-se também ponderar sobre a interferência nos “saberes” produzidos pelos cientistas sociais e pelo uso das ciências humanas de um modo geral e das ciências sociais particularmente para a legitimação, para a produção dos repertórios de mobilização ou para a configuração dos cenários de enfrentamentos políticos.

1.2 – Análise histórica e *crises políticas*

No empreendimento de pesquisa em questão parte-se da idéia de que as dinâmicas históricas se redefinem constantemente graças à ação produtiva e interdependente dos indivíduos e “grupos” que as impulsionam. Isto é, podem ser consideradas como o resultado inesperado e ilimitado de movimentos que são acionados sob bases de conexões interpessoais e interdependentes, cuja possibilidade de sustentação e alteração é dada justamente pela contingencialidade dos elementos que dela participam e dos objetos que as interligam.

Elias (1999) propõe a noção de *configuração* para definir essa imprevisibilidade dos arranjos sociais e essa dimensão de interdependência crescente entre as ações e reações dos indivíduos, bem como a incerteza com relação aos resultados das mesmas. O que se traduz igualmente na precariedade das identidades e pertencimentos que se constituem muitas vezes *na* e também motivam *as* tensões e os confrontos entre os diferentes protagonistas que almejam, de forma mais ou menos refletida, conquistar ou manter espaços e posições de reconhecimento.

Concepção essa que se coaduna com a de Bourdieu (1989a), desde que, antes das condições de conformação das configurações históricas para a identificação dos seus efeitos nas teias de relações sociais e nas personalidades individuais, seja contemplado o trabalho de invenção e reinvenção de agentes que estão inseridos em “campos de forças antagonistas ou complementares” (idem:81) nos quais operam suas disposições, investem seus recursos, disputam posições e forjam seus interesses e desejos.

Os processos históricos somente podem ser apreendidos retrospectivamente e, conforme Bourdieu (1989a) há sempre a inclinação de pretender encontrar as “origens”, as “responsabilidades” e inclusive os “responsáveis” pelo desencadeamento destes processos e de atribuir-lhes “intenções” e “cálculos” *a posteriori*. Quer dizer, de atribuir uma capacidade de previsão e racionalização aos agentes contando com o privilégio do conhecimento do “fim da história” quando os próprios envolvidos não poderiam controlar todas as suas “razões”, “reações” e o resultado de suas ações no momento de sua operação: “é fácil, de fato, quando se conhece a palavra final, transformar o *fim* da história em *fim* da acção histórica, a intenção objetiva só revelada no seu termo após a batalha” (idem:80).

Deve-se, logo, transpor as barreiras do “animismo que faz dos processos os agentes da história” e, como indicou Lacroix (1985), ao tratar do fenômeno da politização, avaliar, isto sim, os usos sociais que se define pela relação com a política instituída “ao mesmo tempo em que aquela se realiza” (idem:523). Torna-se imprescindível descolar a análise dos fenômenos das categorias universais que costumam explicá-lo e perceber os processos efetivos de afirmação de uma *razão prática* que se desenvolve segundo diferentes formas de acionar os trunfos e os sentidos que o jogo adquire. Para tanto, o procedimento fundamental é o da superação das formas de apreensão baseadas nas categorias e nos discursos *ex post* que são resultados das lutas sociais – e não deixam de se constituir numa “visão teológica-política que permite louvar, condenar ou reabilitar imputando a vontades benéficas ou malignas as propriedades aprovadas ou reprovadas do passado” (Bourdieu, 1989a:79) – e a reorientar o olhar em direção às dinâmicas de produção e de disputa por significação dos mesmos fenômenos, isto é, *ex ante*. Adotar uma pesquisa regressiva com o intuito de apreender e descrever a reconstituição progressiva (Lacroix, 1985).

A opção por uma postura desse tipo implica em buscar as lógicas e recursos acionados por agentes enredados num determinado estado de relações de forças e que, buscando conquistar, manter ou modificar suas posições incitam a renovação dos recursos de luta e das estratégias de ativação dos mesmos, impulsionando, dessa forma, o próprio desdobramento da dinâmica desse jogo. Ora, uma dada configuração história ou suas instituições, agrupamentos, crenças, etc. são o resultado temporário de um trabalho incessante, e não necessariamente refletido, de fazê-los existir como coisa e como idéia e assim garantir a existência e persistência do próprio jogo.

Essa discussão se justifica, em primeiro lugar porque explicita o ponto de partida que se está adotando para entender a dinâmica de afirmação de um conjunto de agentes que compartilham de algumas características comuns, entre elas: a estréia militante via movimento estudantil, “organizações” de “esquerda” ou “clandestinas” num mesmo período histórico reconhecido como singular, os efeitos dessa experiência na constituição de vínculos de “geração”, bem como a construção de interdependências que se traduz na constituição de *sistema relacional* alimentado por laços de rivalidades e de alianças. Apesar de não ser possível investigar essa configuração a partir de um campo social específico ou de uma intersecção entre campos uma vez que nas condições históricas

investigadas não existe uma separação entre esferas sociais, pode-se seguir as indicações referidas, principalmente no que tange à idéia de *sistema relacional*. Quer dizer, é possível pensar nas condições de *entrada* e permanência no militância/engajamento tendo em vista as rentabilidades e reconversões dos recursos disponíveis para os agentes e como estes definem suas posições, constroem relações sociais ou alianças e identificações como trunfos de luta (alvo de outros tópicos tratados neste capítulo).

Em segundo lugar, há um trabalho de consagração dos agentes edificado na sua inserção num momento “heróico”. “Intelectuais”, “políticos” e “profanos”, tendo tido ou não algum tipo de “militância” durante o “regime militar”, colaboram na rememoração e atestação da singularidade dos eventos mediante os aniversários de comemoração, *sites da internet* com objetivos que vão desde a glorificação biográfica até a mera condenação dos “responsáveis” (sejam militares ou militantes), passando pelo uso nas auto-apresentações, memoriais, indenizações, produção de livros de memórias, romances, registros históricos, trabalhos acadêmicos, etc.

Enfim, há um conjunto de investimentos pessoais, institucionais e jurídicos que legitimam o valor do período, dos eventos e dos protagonistas e com os quais é preciso estabelecer, a um só golpe, distância e envolvimento. No que concerne à distância, esta deve se dar em relação às disputas pelos sentidos que definem os “acontecimentos” e “personagens” e aos posicionamentos e categorias criados nas lutas. Quanto ao envolvimento, este se impõe não apenas no sentido de incorporar tais elementos ao objeto de pesquisa, mas também considerando sua interferência nas próprias condições de realização do estudo e assim informando a posição do trabalho e do analista em um espaço acadêmico dedicado a estudar o período.

De qualquer modo, os agentes tratados conseguiram legitimar seus recursos em diferentes domínios sociais devido, fundamentalmente, à constante atualização de práticas, valores e relações (de oposição e similitude) estabelecidas durante aquele período. Portanto, a capitalização desses trunfos está associada à reinvenção da excepcionalidade das suas condições inaugurais e excepcionais de aquisição. Aliás, rendimento esse maximizado igualmente pela identificação do definhamento do “regime” como o marco de desencadeamento do processo de “redemocratização” do país, reativação da “sociedade

civil”, enfim, como o início de uma “era” de consolidação de valores “democráticos” e “universais”.

Logo, o resultado da luta instituída durante o “regime militar” entre, grosso modo, “conservadores” e “subversivos” faria daquele um momento chave para a observação dos variados tipos de apostas colocadas em obra pelos ativistas e compreensão das estratégias de reconversão mobilizadas posteriormente. Porém, há que se ter presente que assim como a “constância aparente pode ocultar uma mudança”, também uma “constância real pode se esconder sob a mudança aparente”, ou seja, uma configuração precedida ou resultante de um período percebido como excepcional não necessariamente evidencia mudanças contundentes nas matrizes que regem essa sociedade (Bourdieu, 1989d: 465).

Segundo Elias (1999:176) existe uma variabilidade entre as configurações sociais dada por seu “grau de maleabilidade e plasticidade (ou inversamente o grau de rigidez)” o que contribui para o exame dos processos de transformação. Ou seja, essas *configurações* se constituem em momentos chaves de emergência e explicitação dos confrontos entre agentes e “grupos” antagonistas interessados na manutenção ou modificação de um estado de coisas.

Nesta linha de raciocínio vislumbra-se que é possível identificar conjunturas históricas que melhor manifestam a gestação de transações e tentativas de imposição de lógicas, objetos, práticas e linguagens subjacentes a uma sociedade. Dito de outro modo há situações que melhor explicitam as tentativas de redefinição dos parâmetros de organização social, de ação e de intervenção dos agentes. Essas conjunturas comumente são caracterizadas como “instáveis” e “críticas”, em oposição àquelas “estáveis” e “normais”. Sendo as primeiras consideradas no uso corrente como “negativas” e as segundas “positivas”, tais constatações, quando resultam de avaliações da conjuntura no presente apontam para necessidade de superá-la e, quando são avaliações retrospectivas servem como justificativa da configuração existente.

O período de *entrada na política* dos agentes investigados nesta tese é fonte de créditos políticos da onde retiram gratificações e “troféus”, bem como se constitui numa conjuntura marcada por “incertezas” e “desequilíbrios”. Esses dois fatores parecem intimamente associados: o caráter “excepcional” do “regime militar” e o contraste com o

posterior “amadurecimento da democracia” oferecem significativos estoques de legitimação dos militantes, dos repertórios então forjados, das fidelidades e alianças construídas naquele momento. Sendo assim, a associação do “regime militar” a processos de desequilíbrio e sua definição como um período de crise política traz subjacente a valorização das regras e dos procedimentos democráticos e, principalmente, dos protagonistas que levaram a cabo a “luta contra a ditadura” ou a “redemocratização” e estariam, portanto, aptos a consolidar a democracia.

A idéia de *crise política* é aqui assimilada na perspectiva apresentada por Michel Dobry (1992:40) para entender as conjunturas políticas fluídas sem aplicar a “lógica binária que opõe, de um lado, a rotina e a estabilidade política e, de outro lado, a desintegração social e o reino da violência”. A fluidez das conjunturas críticas pode ser verificada nos processos de *mobilização multisetorial* que afetam “nas suas ‘estruturas’ mesmas a organização rotineira da sociedade” (idem:121).

As sociedades complexas possuem, segundo o autor, um conjunto de características como a diferenciação entre setores ao mesmo tempo autônomos e interdependentes, institucionalizados e com lógicas específicas que são profundamente alteradas numa situação de crise. Deste modo, é “o que se joga” na dinâmica interna desses setores e entre eles que se apresenta como foco privilegiado de observação do grau de *plasticidade das estruturas sociais*. Os setores são “zonas limitadas de interdependência tática dos atores” que (de) limitam seus cálculos possíveis sendo, portanto, espaços de captação dos mesmos (Dobry, 1992:101). As lógicas setoriais condensam a objetivação das relações sociais, isto é:

“[são o produto de um] conjunto de processos que ajudam a situar relações sociais e regras habitualmente aplicadas nessas relações, na ordem de uma ‘realidade objetiva’, percebida como indo por si mesma, se impondo aos seres humanos e regendo seus comportamentos. Disso resulta que a ordem objetivada das instituições e das classificações, ainda que produzidas pelas atividades humanas, reveste-se de características análogas àquelas do mundo das coisas naturais” (Lagroye, 1997:157).

Porém, há determinadas conjunturas que se caracterizam pela fluidez política e, portanto, pela debilitação das “realidades objetivadas”. Um dos elementos que definem a situação de crise é justamente este da “desobjetivação” das relações

intersetoriais resultante dos golpes trocados e das táticas ativadas pelos protagonistas. Tais golpes e táticas são produzidos nesta circunstância de des-setorização do espaço social, isto é, as fronteiras que delimitariam cada setor e sua relativa autonomia em relação aos outros estão fragilizadas. Os *enjeux* extrapolam os limites setoriais e as lógicas localizadas produzindo “espaços de confrontação” abrangentes. Ocorre uma alteração nos valores atribuídos e nos tipos de recursos jogados, as chances de “antecipar as linhas de ação ou dos prováveis golpes dos adversários” são minimizadas e encontra-se reduzida a capacidade de “identificar ou definir a situação”, ou seja, é instaurada a “incerteza estrutural” (idem:150). Desenha-se, pois, uma conjuntura marcada pela mobilidade dos objetos (o que dificulta a possibilidade de controle dos conflitos), pelo intercruzamento de registros internos e externos aos variados setores e em que os envolvidos vêem suas interações “naturais” prejudicadas.

Para o tratamento do militantismo e do engajamento nas *dinâmicas periféricas* é preciso sempre considerar os aspectos relativos à fluidez política não como excepcionais, mas rotineiros. Uma vez que há historicamente uma baixa objetivação das relações e esferas sociais; não há obstáculos institucionais determinantes para a inserção dos indivíduos em domínios sociais diferentes; evidencia-se a coexistência de vários princípios formais e informais nas transações cotidianas dos agentes; o espaço social pode ser considerado como “politizado” no sentido em que os agentes são constrangidos a definir sua adesão, ou “o lado do qual pertencem” e essa escolha acaba engajando-os em todas as suas atividades.

Obviamente, isso não invalida a utilização da idéia de *crise política* nos termos propostos por Dobry para caracterizar o período de *entrada* dos agentes no ativismo político. As contestações e estratégias de mobilização das décadas de sessenta e setenta no Brasil são exemplares de uma dinâmica de reformulação da oferta e de expansão do espaço dos possíveis políticos e intelectuais. Ou seja, colocar em questão as bases da caracterização do social, assim como dos projetos de sociedade disponíveis significava, no limite, apoderar-se da capacidade de condução da “sociedade” neste duplo terreno. Mais especificamente, as questões são: quais são e como se dá a redefinição das lógicas e práticas a partir desse momento? Que recursos detêm os agentes responsáveis por esse trabalho de afirmação? Quais as estratégias ativadas visando retirar daí a sua própria legitimação no espaço de concorrência gaúcho?

Logo, foi preciso buscar os condicionantes históricos e, sobretudo, sociais que vão definir os investimentos acionados ao longo das trajetórias individuais e coletivas dos militantes bem como o valor ou a desvalorização dos recursos acumulados e os efeitos disso em termos de posições e trânsito social. Com a análise das lógicas próprias dos engajamentos individuais e coletivos dos agentes nesses processos captaram-se os mecanismos de articulação de arenas, lógicas e práticas militantes e “intelectuais” cujo caráter indecomponível é a própria condição de sua existência e de possibilidade da conquista de reconhecimento para seus protagonistas. Isto é, entende-se que as noções de militância e engajamento remetem a um conjunto de disposições para agir e interpretar a realidade que emerge nessa condição estrutural de fluidez política e cujas diferentes combinações de registros de atuação produzem os repertórios passíveis de serem acionados em diversos domínios.

1.3 – Sobre a idéia de *hibridismo*

A noção de *hibridismo* remete à combinação de elementos com origens variadas para a formação de algo diferente que se define justamente por sua natureza compósita. O híbrido é, portanto, o resultado desta sincronia cujo êxito é tanto maior quanto mais harmônico (e homogêneo) ele se impõe e, conseqüentemente, mais difícil é a tarefa de dissecá-lo. Nos marcos do trabalho desenvolvido a *hibridação* se define a partir da operação de intercâmbio de produtos entre os espaços “intelectuais” e “políticos”, em universos sociais e históricos contrastantes, e o objetivo da discussão que segue é o de encaminhar uma reflexão sobre as possibilidades ou não de verificação dos processos de intersecção entre esferas sociais no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul.

Objeto de uma série de trabalhos relativos ao caso francês, o descolamento entre o campo intelectual e o campo político e as interferências possíveis entre eles potencializaram o desenvolvimento de instrumentos analíticos e metodológicos compatíveis com as condições sócio-históricas ocidentais. A pesquisa em pauta se insere, pois, no campo de discussões sobre a adequação de referenciais forjados em outras dinâmicas para a análise de contextos periféricos, e segue as elaborações já sistematizadas

por cientistas sociais concentrados na investigação desta problemática (Miceli, 1979; Pécaut, 1990; Coradini 1998a; Sigal, 2002; entre outros).

Pode-se desde já destacar três tipos de abordagens possíveis sobre o tema, a saber: pesquisas que se dedicam a apreender a autonomia ou heteronomia dos campos sociais; outras que atentam para a legitimação de recursos escolares e profissionais em espaços políticos; e ainda algumas que refletem sobre a transação de modelos culturais.

Essas três modalidades de estudos são aqui sistematizadas em dois momentos. No primeiro, as análises são consagradas ao caso francês e revelam que naquela dinâmica a questão do *hibridismo* se define enquanto recursos de luta ativados por determinados agentes, com determinadas posições, sob condições específicas e interessados na circulação de produtos entre esferas sociais, sobretudo na legitimação dos seus trunfos no domínio no qual buscam sua afirmação. Em um segundo momento, alguns trabalhos que refletem sobre os processos de *hibridação* em contextos marcados pela inexistência de esferas autônomas e pela mescla de registros foram contemplados. São, igualmente, estratégias de legitimação de recursos *exógenos* em universos propícios para tanto que impulsionam as aproximações entre modelos culturais e a conformação de *dinâmicas híbridas* na periferia (ou pólo importador) destas transações. A descrição, muitíssimo geral e breve, destes processos de interferências entre realidades históricas, seus principais agentes e os produtos “demandados”, permite orientar o olhar para os intercruzamentos internos a essas dinâmicas e recolocar a questão do *hibridismo* nos termos de um trabalho incessante e pautado por dimensões sociais estrutural e historicamente formado e reproduzido sob esta lógica.

A discussão sobre a *autonomia* e *heteronomia* do campo intelectual ocupou uma posição central nos trabalhos desenvolvidos por Bourdieu e sua equipe (Charle 2001, 1990; Bourdieu e Saint Martin, 1987; Bourdieu 1989d, 1984, entre outros). Estes trabalhos revelaram que a rigidez das fronteiras de uma determinada esfera social é mantida mediante a manutenção de disputas e gratificações específicas. Porém, essas fronteiras não obstruem, ainda que possam constranger, a circulação dos seus produtos levada a cabo por agentes localizados justamente nos *limites híbridos* entre um campo e outro. Evidentemente, por um lado, os “contrabandos” são mais facilmente operados nas “fronteiras mal guardadas e nas zonas de soberania incerta”, e por outro, as transferências

se efetuam em referência às regras do universo importador, o que supõe “um jogo de constrangimentos formais e intelectuais”, mais rigoroso no caso da “ciência” (Siméant, 2002:36-37). Neste sentido, pesquisas foram realizadas enfocando os usos de registros e recursos escolares e intelectuais no campo político ou nos universos militantes. Assim, os estudos se debruçam tanto em processos de reconversão e combinação de competências escolarmente adquiridas em competências políticas como nas interferências da libido política nas disputas “intelectuais”¹⁰.

A questão compartilhada pelos estudos é que a análise das circulações entre os mundos *savant* e *político* possibilitam entender os mecanismos de afirmação de recursos advindos de outras esferas sociais em competências propriamente políticas: “um diploma, uma formação, uma especialidade, mesmo dada como essencial por e para a competição política, não dá, no entanto, um acesso automático à profissão” (Offerlé, 1996:05). Trata-se, então, de demonstrar “como outras competências gerais tiradas do *savoir-faire* adquirido em grupos primários e de saberes derivados de uma formação universitária, impõe-se em um dado momento como capacidades políticas” (idem).

As lógicas da importação de objetos para campos diferentes daqueles que os produziram obedece, principalmente, às condições e lutas travadas no âmbito do universo importador e os efeitos híbridos se dão a perceber mais facilmente nestes últimos. No que pese estas negociações terem, serem ou produzirem redefinições também nas fronteiras do espaço exportador.

O mesmo se aplica para pensar os processos de importação, legitimação e *hibridismo* entre dinâmicas históricas contrastantes, nos termos propostos por Badie e

¹⁶ Dulong (1996) observou os processos de reconversão de uma competência econômica em competência política legítima e cujo principal resultado das lutas travadas neste sentido é então o da valorização da ciência econômica no espaço público. O campo dos economistas franceses e sua maior ou menor autonomia foi analisado por Lebaron (2000) que constatou uma forte heterogeneidade e heteronomia deste, refutando, pois, a hipótese da autonomia e caráter “científico” defendido por alguns de seus porta-vozes. Ainda que de fato seja possível assimilar vários aspectos que atestariam a existência desta suposta autonomia (características que fundamentam a crença na “neutralidade científica” da economia), há, entretanto, a coexistência de “diferentes instâncias de consagração, diferentes fontes de capital simbólico, que são freqüentemente concorrentes e remetem a definições concorrentes da economia” (p. 44). Lebaron demonstra o quanto a palavra “economista” é polissêmica, o que se reflete no tipo de capital simbólico que fundamenta sua autoridade social como “aquele que consegue se fazer reconhecer como tal” (2000:41). Outro exemplo é o estudo de Verrier (2002) que desvelou as estratégias agilizadas por militantes socialistas para traduzir um recurso de *expertise* – advindo da combinação dos registros tecnocrático, intelectual e político – em recurso militante que acabou redefinindo as “maneiras socialistas de fazer política” durante as décadas de 60 e 70 na França. Sobre a *mélange* de registros nos *discours savants* e *discours militants*, ver HAMMAN, Philippe et alli (2002).

Hermet (1993) e Badie (1992). Nos marcos de uma sociologia histórica, os autores descreveram a especificidade da *dinâmica ocidental* e o sucesso das estratégias universalistas ou de universalização do modelo europeu, comprovado, notadamente, por sua fixação como “fonte de inspiração” privilegiada por “demandadores” provenientes de países periféricos. Interessados em “aperfeiçoar”, “modernizar”, “mundializar” ou *reinventar* instituições, valores, posições, etc., *de* ou *em* seus países de origem eles buscam, enfim, redefinir o que se joga nas suas fronteiras. É claro que o resultado destas *estratégias de importação* não é uma reprodução das estruturas políticas, culturais, econômicas, religiosas, etc. do centro (ocidente) na periferia (“terceiro-mundistas”). O processo de ocidentalização remete muito mais à afirmação dos modelos centrais como ponto de referência, como fontes ideais, aos quais as “dinâmicas órfãs” não conseguem fugir.

Para analisar as *dinâmicas órfãs* as principais diretrizes de trabalho propostas pelos autores podem então ser sistematizadas da forma que segue: em primeiro lugar, é necessário detectar as formas políticas tradicionais de legitimação, posteriormente as estratégias dos atores no poder a fim de legitimar sua posição e os valores acionados para isso e, por fim, as condutas oposicionistas e a forma como interpretam e transformam em objeto de disputa o projeto de inovação política. Os importadores e os objetos selecionados (símbolos, modelos, tecnologias, noções, etc.) dificilmente se impõem sem adequá-los aos códigos próprios (ou *tradicionais*) da dinâmica na qual buscam aplicá-los. Processo este que, somado às interferências das disputas internas (entre domínios, forças, “grupos” ou “personalidades”) – que pode ser resultado ou ter estimulado as estratégias de importação – promove deslocamentos dos sentidos, dos formatos, das representações e das posições dos agentes que conformam este amálgama de elementos *endógenos* e *exógenos*.

O acesso aos códigos ocidentais, cuja seleção é definida “segundo os interesses internos em jogo (e também a pressão dos interesses externos)” (Anjos, 1998:22) se constitui em trunfo contundente para a conquista ou manutenção de “posições de elite”. Ocorre que tanto as estratégias como os bens simbólicos importados e os projetos em nome dos quais os importadores atuam são diversos e seguem lógicas igualmente variadas (no que diz respeito a um mesmo universo importador).

Além disso, no que tange às *estratégias de importação* de modelos políticos ocidentais, em primeiro lugar, não necessariamente elas são movimentos desencadeados por “decisões mais ou menos forçadas dos atores (...). [os movimentos] resultam freqüentemente de um efeito de composição de escolha, de processos sociais e políticos que nenhum ator controla diretamente e no qual a realização é tanto mais irreversível” (Badie, 1992:145). Em segundo lugar, elas desencadeiam “processos tanto mais diferenciados das nações ocidentais porquanto o amálgama de modelos externos e sua adequação às realidades internas acabam constituindo realidades insólitas” (Anjos, 1998:22). Logo, mediante uma *sociologia da transação de modelos culturais*, é possível debruçar-se no “jogo de imposição de novas classificações e princípios de identidade que se expressa nos diferentes estados do campo político e intelectual local” (idem:6); desvendando os princípios subjacentes, os recursos de sustentação e as estratégias acionadas pela “elite” em posição, acima de tudo os investimentos da “elite intelectual” visando conquistar ou manter posições de poder.

No caso dos “intelectuais” como importadores, a perspectiva é de que eles responderiam à necessidade de invenção de sua posição específica e ao acúmulo de recursos autônomos de poder (Badie, 1992:158). Neste caso, a noção de *campo cultural periférico* parece elucidativa por contemplar as “necessidades” dos intelectuais “nacionais” de buscar referências externas (países ocidentais) tais como temas, disciplinas, correntes, autores, etc. e rearticulá-las no sentido de nutrir sua própria identidade (Sigal, 2002). As relações estabelecidas entre *periferia* e *centro* cultural revelam então este processo de “retro-alimentação” que fragiliza as instituições culturais deixando-as a mercê do poder político. Institui-se uma dupla dependência dos intelectuais em relação à “metrópole” e ao poder político que incide na fraca autonomia do campo cultural e que favorece o fortalecimento da função de mediação entre espaços culturais, do seu papel de construtores da nação e da sua capacidade de circulação/transmissão nacional e internacional de concepções, valores, práticas.

Deve-se, neste momento, destacar dois pontos que ordenam a problemática em pauta. A primeira, diz respeito à constituição de um espaço de acentuação das relações entre domínios e registros de ação e percepção do mundo social, e os usos destes registros disponibilizados (misturados, fabricados e realocados) nas diversas arenas de inserção dos

agentes. A segunda concerne às condições de afirmação ou não de algumas “personalidades” intelectuais e políticas em diferentes espaços de consagração.

A abordagem empreendida por Daniel Pécaut (1990) para o tratamento dos intelectuais brasileiros, assim como os resultados por ele obtidos são indispensáveis para um estudo deste tipo. Três dimensões de análise foram por ele estabelecidas com o objetivo de desvendar as lógicas que presidiam às tomadas de posição dos intelectuais – enquanto posições políticas e opções ideológicas. São elas: a) a posição social dos intelectuais (como lugar que os próprios se conferiam e que o Estado lhes incumbia); b) suas representações sobre o fenômeno político; e c) as articulações entre o domínio intelectual e o político.

A conjugação entre estes três níveis é compatível com a noção já referida de *campo cultural periférico* utilizada por Silvia Sigal (2002)¹². A existência de interferência em via dupla entre o espaço do cultural e o do político se reflete numa fraca autonomia às atividades culturais, na imposição interna ao campo intelectual de mecanismos externos de legitimação e na necessidade de instâncias de consagração externas. Quer dizer, a inexistência de “critérios culturais consensuais” como base de legitimidade vulnerabilizam as fronteiras ante a intervenção direta de divisões ideológicas-políticas e exposição à coerção estatal deste espaço (Sigal, 2002).

Vários trabalhos já foram dirigidos às relações entre “intelectuais” e a “política” no Brasil. Dentre eles podem ser destacados o de Renato Ortiz (1985) que concebeu o papel do intelectual como *mediador simbólico*, isto é, o indivíduo decifrador do popular e construtor do nacional. Além deste, Luciano Martins (1987) distinguiu a *intelligentsia* brasileira (em analogia à *intelligentsia* Russa, também por ele analisada) por seu “sentido de missão social” e carência de utopia (ao menos no período tratado).

Nesta linha de compreensão da absorção dos intelectuais pelo Estado, Sérgio Miceli (1979) investigou a relação entre os intelectuais e a classe dirigente no Brasil, se detendo sobre as estratégias ativadas pelos próprios agentes com vistas a ocupar

¹² No prefácio de Pécaut ao livro de Sigal (1996) sobre os intelectuais argentinos, ele sublinha que no Brasil os intelectuais são “(...) ao mesmo tempo os militares e tecnocratas, os construtores do estado e da concepção de Nação” (p. 13) enquanto na Argentina, por exemplo, estes atores limitaram-se a ser reconhecidos como velhos protagonistas políticos mesmo nas situações em que foram veementemente mobilizados. A questão é que, neste contexto, os intelectuais não ocuparam posições de mando no estado, mas, em contrapartida, conquistaram e sustentaram a condição de autoridade legítima para definir a Nação, isto é, de serem conhecidos como os *arquitectos da Nação*.

posições no setor público e privado. O autor enfatizou três eixos centrais de análise: a) relação entre declínio das famílias dos intelectuais e expansão do trabalho político e cultural; b) expansão do setor editorial; 3) influência do poder público sobre o mercado de trabalho intelectual.

Em contraposição, Daniel Pécaut (1990) grifou que a complexidade de possibilidades de inserção intelectual é decorrente, isto sim, do fato dos agentes se movimentarem segundo:

“(...) a inexistência de uma justaposição entre um campo intelectual regido por suas próprias modalidades institucionais de legitimação, e um campo político, igualmente submetido a outras modalidades de legitimação. De imediato se produziu, não uma interferência, mas uma mescla. Todas as estratégias individuais se colocam sobre os dois registros” (idem:89).

Com base nas análises de Pécaut (1990) e Coradini (1998a, 2002, 2003, 2005) segue-se a idéia de que os múltiplos posicionamentos possíveis para os intelectuais brasileiros advêm da multiplicidade de dimensões e de registros que conformam as lógicas sociais e os repertórios de mobilização política. E que os mesmos viabilizam mecanismos de legitimação indistintos para os investimentos políticos e intelectuais.

Coradini (1998a) grifou o caráter *multidimensional* das representações e práticas dos agentes que podem se posicionar com a mesma variedade de registro em “instâncias” que não contam com critérios específicos de definição. Ainda que se modifiquem os conteúdos, objetos, os eixos que sintetizam as lutas, os espaços privilegiados de elaboração (jornais, revistas, partidos, sindicatos, etc.), ou o momento histórico, o “trabalho ativo de elaboração de intercruzamentos” que define posições e tomadas de posição dos agentes, não deixa de existir como princípio gerador e, portanto, se constitui em alvo central de investigação (Idem).

Em suma, as chances de afirmação no espaço político e no espaço intelectual estão condicionadas à capacidade de aquisição de reconhecimento, domínio e de circulação concomitantemente nas múltiplas arenas de inserção dos agentes e nas dinâmicas centrais. Neste caso, para a caracterização do militantismo e do engajamento deve-se considerar os investimentos no sentido de conquista e manutenção de posições de reconhecimento assim como da capacidade de trânsito (nacional e internacional) buscada

pelos agentes. Logo, conformam as várias lógicas e possibilidades de trunfos que podem ser mobilizados e disso advém a legitimidade das “causas” que professam e o constituem e também da sua ativação em diferentes espaços sociais nos quais os agentes investem.

A questão central do trabalho emerge da possibilidade de investigar processos de invenção e reinvenção de modalidade de intervenção a partir das articulações entre diferentes registros, recursos e mecanismos colocados em obra nas tentativas dos novos protagonistas em conquistar posições em diferentes domínios sociais. A pesquisa buscou, então, compreender uma série de posições e posicionamentos que contemplam o atual cenário de concorrência gaúcha, mediante o exame das dinâmicas de afirmação das mesmas, dos recursos que as balizam, dos vínculos de solidariedade e concorrência que elas promovem.

1.4 – Para o estudo dos militantismos e dos engajamentos

Nas condições históricas e estruturais sob as quais os agentes em diferentes momentos das suas vidas estream seu engajamento político, a supressão do “regime militar” constituía-se na causa síntese das justificações dos movimentos de *entrada*, resistência ou recuo no jogo. A contestação se impunha como alternativa para a modificação do “estado das coisas” em benefício dos militantes e da “sociedade em geral” e justificou o prolongamento da “militância” política e do engajamento mesmo com a “queda do regime”.

Hirschmann (1996; 1984; 1977) propôs um esquema que possibilitaria entender as escolhas realizadas por militantes insatisfeitos em “situações de crise”. As noções de *voz*, *lealdade* e *saída* contemplariam as opções possíveis para a intervenção e protesto com intuito de modificar as condições de modo satisfatório, bem como o abandono do jogo para buscar a situação desejada em outro lugar. A construção das referidas noções visa compor um modelo de análise das condições em que os indivíduos fazem escolhas rompendo, por um lado, com os enfoques econômicos que atribuem às ações dos indivíduos uma razão exclusivamente instrumental e, por outro lado, com as abordagens politicológicas que buscam apenas os estímulos coletivos para a ação.

Hirschman sustenta que tanto as escolhas econômicas como as políticas dos indivíduos são elaboradas sob esse duplo registro e se expressam nas opções de voz ou de saída.

Pizzorno (1988) em artigo publicado em coletânea sobre “o pensamento de Albert O. Hirschman”, por sua vez, indicou a possibilidade de desenvolver-se uma “teoria da lealdade” para fundamentar o modelo de análise centrado nas identificações. O autor se indaga sobre os mecanismos que podem favorecer a ação coletiva ou individual. Conforme Pizzorno, o esquema de Hirschman abarca duas categorias de membros numa “organização”: aqueles para os quais a saída é a opção menos onerosa, depreendendo-se que possuem “baixa lealdade” em relação à “organização”; e aqueles para os quais a saída é *subjetivamente* custosa tendo em vista sua “alta lealdade” em relação à “organização”, no entanto mesmo para estes últimos a defecção não deixa de ser uma opção para o caso de “intensa carga de insatisfação” (1988:369). Todavia, a “organização” em nenhuma hipótese deixa de existir e funcionar, mesmo com a perda dos seus membros os mais leais. Deve-se pressupor a existência de uma terceira classe de componentes para os quais essas opções não se colocam a não ser sob pena da dissolução do próprio “grupo” ou “organização”. Pizzorno propõe chamá-los *identificadores*, pois estes retiram da existência do “grupo” a sua própria identidade, neste caso uma ruptura ou o fim do “grupo” poderia “representar um fim *subjetivo*” deles próprios.

O membro leal não se modifica ao trocar de “organização” a qual dedicará a sua lealdade, aliás, “pode ser leal a vários grupos ao mesmo tempo, se esses grupos não forem concorrentes” (idem:370) e a própria “organização” segue funcionando independentemente dele. O *identificador* tem “fé” na existência do “grupo” enquanto “realidade objetiva” e, portanto, não tem condições de barganhar sua saída, porque isso implicaria na modificação dos próprios valores e práticas que o constituem e o tornam um ser reconhecível. Isto é, a sua identidade depende deste universo de referências que dão sentido para as suas escolhas, crenças, retribuições e cujo fim significaria o nascimento de uma outra pessoa em referência a um novo ou renovado “círculo de reconhecimento”: “o que esse ‘círculo’ é chamado a reconhecer são os valores que a pessoa está utilizando em suas escolhas, valores esses que a tornam um determinado agente congruente e reconhecível” (idem:380). A mudança deste ou neste “círculo de reconhecimento” resulta numa mudança nos investimentos necessários para permanecer em identificação.

“O fiel não pode ameaçar perder sua fé, assim como o amante não pode ameaçar deixar de amar. Ameaças desse tipo não mereceriam crédito, constituindo ameaças da pessoa contra si mesma. Uma vez que a identidade, a fé ou o amor se percam, então nasce uma nova pessoa. (...). (...) um eu torna-se um eu diferente quando o grupo, o casal, a organização ou o movimento que deram origem aos valores que permitiam que a pessoa agisse, escolhesse, julgasse pessoas ou idéias de uma certa maneira, sentisse certas emoções já não existem para ela. Isso porque parece difícil manter valores, ser gratificado por recompensas, ter satisfações, sem ter por referência outras pessoas capazes de reconhecer esses valores, recompensas, satisfações, e de responder de alguma forma a eles” (Idem:370-371).

Sendo assim, a participação numa ação coletiva pode remeter a mecanismos identitários que não se restringem à busca de satisfação via ato econômico individual ou via participação em si. A questão é saber quais são as estratégias “necessárias para confirmar sua identidade coletiva e a renovada eficácia do círculo de pessoas no âmbito do qual você pode continuar a agir, assim como continuar a ser visto como a mesma pessoa” (idem:373).

Com o mesmo intuito de refletir sobre as opções de voz e saída apontadas por Hirschman, Bourdieu (1988) pondera que as mesmas se colocam como as alternativas possíveis quando a perspectiva se encerra na lógica individual, ressaltando que “as instituições especialmente projetadas para expressar exigências, aspirações e protestos fornecem um terceiro caminho [que é] o porta-voz, uma voz autorizada que fala em nome de todo o grupo” (idem:313). No que tange aos militantes e sua ligação com as “organizações”, a possibilidade de expressão do desconforto e de manutenção de círculos reconhecimentos seria a criação de uma nova “organização”, novos porta-vozes, novos conflitos e novas deserções em nome do “protesto legítimo”.

Há que se marcar a importância das dinâmicas de identificações para a compreensão dos engajamentos – a partir de um conjunto de agentes com características específicas – que promovem a constituição de um sistema de interdependências e de laços interpessoais complexos. Com o tratamento da dinâmica de constituição, renovação e ruptura com esse ou nesse sistema a partir da análise das mutações do militância apreende-se um conjunto de estratégias de afirmação e exclusão que conformam o espaço político (em termos genéricos) gaúcho.

É preciso considerar os elementos que promovem identificações que podem nem ser efêmeras nem perenes, mas que impulsionam os indivíduos a tentar manter-se como “agente congruente e reconhecível” (Pizzorno, 1988:383). Evidentemente os “investimentos necessários para permanecer em identificação” e os níveis de lealdade são diferentes para os diferentes membros de um “grupo”, de uma “organização” ou de um *círculo de reconhecimento*, e isso se reflete na diferenciação e hierarquização dos lugares ocupados por eles e, conseqüentemente, na sua maior ou menor capacidade de contestação, resistência ou (auto) exclusão. As identificações somente podem, então, ser concebidas como resultado das lutas entre indivíduos e “grupos” por sua manutenção, transformação ou ruptura. Há que se perguntar sobre os recursos e estratégias investidas nessa disputas bem como na sua tradução em termos de posição e tomadas de posição que, por sua vez, definem condições de existência das identificações e também das des-identificações. Sendo assim, pode-se pensar nos *círculos de reconhecimentos* como campos de lutas, ou seja:

“(...) como sistema de relações objetivas no qual as posições e as tomadas de posição se definem relacionalmente e que domina ainda as lutas que visam transformá-lo. É somente com referência ao espaço de disputa que as define e que elas visam a manter ou a redefinir, enquanto tal, mais ou menos completamente, que é possível compreender as estratégias individuais ou coletivas, espontâneas ou organizadas, que visam a conservar, transformar, transformar para conservar ou, até mesmo, conservar para transformar” (Bourdieu, 1998: 175).

Seguindo essas orientações de Bourdieu (1998), pretende-se investigar as condições de formação de um espaço de luta entre os militantes que o alimentam mediante o confronto de “poderes específicos” ativados relacionalmente para garantir posições e produzir identificações sendo, portanto, esses trunfos eles mesmos objeto de disputa dos agentes.

A pesquisa do militantismo e do engajamento não pode se descuidar das transmissões e aquisições de “ideologias” enquanto valores e os sentidos que definem o pertencimento de cada pessoa aos *círculos de reconhecimento* ou *redes de relações* e reputações, espaços e suas transformações ao longo do tempo. Entende-se como sendo esta uma dimensão primordial de análise das formas de constituição de proximidades criadas a partir de identificações equivalentes nos diferentes “grupos” que participam os agentes, assim como das rupturas que acontecem. Sendo que os princípios das identificações podem

ter as mais diversas origens (ideológicas, afetivas, utilitárias, alianças, rivalidades, entre outras) e combinações entre elas, bem como produzem os mais variados resultados em termos de posições e destinos sociais.

Portanto, optou-se por examinar os múltiplos mecanismos que interferem nessas escolhas e que não estão necessariamente sendo mensurados pelos indivíduos e, muito menos, irão gerar os resultados desejados. As satisfações e insatisfações são também resultantes das condições específicas sob as quais os agentes fazem escolhas, isto é, elas são relacionalmente produzidas tendo em vista os imponderáveis ao qual são expostos a cada momento. É pertinente, desta forma, perguntar-se sobre quais são as motivações que impulsionam os indivíduos a aderirem a determinadas “organizações” em um determinado momento da sua trajetória e sob determinadas condições históricas? Que sentidos atribuem a sua adesão? Em que base se sustenta a constituição de laços de lealdade ou de identidades entre os membros? Como se relacionam e como concebem a sua atuação? Em que medida as suas características sociais interferem nos sentidos atribuídos, nas práticas privilegiadas e nas retribuições extraídas do militantismo? Sob que condições a resistência (ou *voz*) pode se esgotar como fonte de retribuição, e a desistência (ou defecção) se impõem como única alternativa viável? Quais os impactos dos alinhamentos e movimentos para a constituição das identidades militantes?

Para a investigação em pauta, é possível concentrar-se nos vínculos construídos entre militantes, as “causas” que justificam sua dedicação e as *redes* que viabilizam o seu exercício. Não é possível, pois, entender o engajamento em uma “causa” apenas pelo rótulo que a sintetiza (“foquismo”, “nacionalismo”, “socialismo”, “comunismo”, etc.); ao contrário é necessário buscar a lógica dos investimentos dos agentes que em nome delas falam, se relacionam, as modificam e substituem. A adoção dessa perspectiva é relevante, uma vez que há alterações significativas nas “causas” e modalidades de militantismo dos agentes, ao longo do período investigado, no entanto essas modificações não se dão em prejuízo de uma disposição persistente para a intervenção e de uma necessidade de atualizá-la. Esta disposição, por sua vez, é reveladora de uma matriz comum que permite aos agentes, independentemente do lugar a partir do qual tomam suas posições, posicionar-se a partir de uma multiplicidade de registros. Essa adequação sem a necessidade de retraduzões de um lugar para o outro é orientada por sentidos de “comprometimentos” que, combinados com outros recursos, sobretudo os

provenientes da valorização de “saberes” tidos como “intelectuais”, os constituem como intérpretes autorizados da “realidade” e promotores de “projetos de sociedade”.

O militantismo possui as suas próprias formas de gratificação. Este é o postulado de Daniel Gaxie (1977). No seu estudo ele demonstra que a existência e o montante de recompensas que os militantes são capazes de extrair da sua atividade política são proporcionais aos empreendimentos nesta mesma atividade que eles são capazes de fazer. Tanto as contribuições *ao* como as recompensas *do* militantismo são resultantes do encontro entre propriedades sociais dos agentes (que se constituem em trunfos passíveis de serem investidos na “causa”) e recursos da “organização” ao qual ele se vincula (que podem combinar características ideológicas, disponibilidade de cargos, possibilidade de acréscimos nos saberes escolares, etc.). Assim, as proposições de Gaxie acerca da conformação entre recursos, expectativas e retribuições obtidas pelo militantismo se apresentam como uma possibilidade explicativa das condições de sustentação de uma empresa política a partir de uma série de lógicas combinadas (financeiras, afetivas, ideológicas e outras).

Centrando-se nas gratificações obtidas pelo pertencimento partidário, uma das questões sublinhadas pelo autor refere-se aos problemas práticos que se impõem às perspectivas que apostam nas “motivações ideológicas” como eixo fundamental para explicar o engajamento. O obstáculo principal é o da homogeneização dos sentidos sobre a “causa” e sobre a “ideologia” compartilhada. Melhor dito, é a pressuposição de que “todos os aderentes dominam a ideologia que justifica essa causa ou, ao menos, que eles articulam sumariamente os principais conceitos fazendo assim prova de um elevado nível de politização” (idem:126). Logo, cabe refletir sobre como se estabelece para os diferentes protagonistas (de origens, aspirações, expectativas e ideologias diversas) a sua relação com a “organização” e a “causa” que ela representa. Paralelamente, quais as equivalências tramadas e os princípios norteadores nos diferentes agrupamentos que se abrigam sob o repertório final que pode ser percebido como relativamente homogêneo.

Rey e Subileau (1991) desenvolveram um estudo junto a militantes socialistas (entre 1985 e 86) localizados ao longo do território francês. Os autores se perguntaram neste trabalho sobre quem se engaja e por que, uma vez que a atividade política não garante contrapartidas imediatas e ainda é exigente tanto do ponto de vista

material quanto em tempo e energia. Isto considerando que a adesão a um partido e/ou “causa” não se dá de um só golpe, por um ou outro motivo racionalizado, mas é o resultado da combinação entre uma série de condições e condicionantes tais como: “a socialização familiar, a busca de uma identidade social, a expectativa de gratificações materiais e simbólicas, a realização de escolhas ideológicas e políticas” (idem:25). Os autores propõem o exame das características sociais e profissionais dos militantes, das principais inter-relações entre o “grupo” e a organização partidária e, finalmente, do universo ideológico que orienta as práticas. Partindo de um ponto de vistas das *contribuições* dos militantes, eles questionam a centralidade das “lógicas do interesse” presente no estudo de Gaxie (1977) acerca das *retribuições* do militantismo. Ainda que expandida para a consideração das gratificações afetivas e simbólicas, para eles Gaxie reduz a gama de motivações possíveis que explicam o militantismo:

“[É para] participar da transformação da sociedade e transcrever em atos suas orientações ideológicas que os militantes escolhem o engajamento partidário. E isso mesmo quando outros componentes intervêm nessa decisão. Se se manifestam por vezes em cinismo político, carreirismo e clientelismo, a participação voluntária a um projeto coletivo de transformação social implica sempre, em algum grau, um acordo com os valores e os fins que ele vincula. Nem simples cálculo, nem somente altruísmo, o militantismo poderia representar um modelo para toda prática social”. (Rey e Subileau, 1991:25).

Porém, Gaxie não aposta nem no predomínio da racionalidade estratégica para os partidos, tampouco em empreendimentos puramente utilitaristas por parte dos militantes. Neveu (1992:81) observou, inspirado em Gaxie, que as gratificações do militantismo “englobam valores tão diversos quanto a estima de si, o sentimento de sua dignidade, de sensações gratificantes”. Dentre essas recompensas, nem somente as financeiras, nem somente a contribuição a uma “causa justa”, mas também os vínculos afetivos que se estabelecem entre os indivíduos que partilham de valores e práticas e delimitam seu universo de convívio baseado nesses códigos. Gaxie segue notoriamente os pressupostos de Bourdieu que sustenta:

“Se o desinteresse é sociologicamente possível, isso só ocorre por meio do encontro entre habitus predispostos ao desinteresse e universos sociais nos quais o desinteresse é recompensado. Dentre esses universos os mais típicos são, junto com a família e toda a economia das trocas domésticas, os diversos campos de produção cultural (...). O que não

significa que eles não conheçam outras formas de interesse (...) e pelos quais se está pronto a morrer” (Bourdieu, 1996:153).

Não é o caso, portanto, de advogar a favor da busca racional e calculada de benefícios por parte dos agentes politicamente envolvidos. Ao contrário, trata-se de se perguntar sobre o encontro entre suas expectativas e as ofertas das “organizações” nas quais se engajam. Além disso, parte-se da idéia de que há em qualquer ação a necessidade de reconhecimento dessa ação e os conteúdos desse reconhecimento constituem-se em recompensas potentes que motivam os agentes a agir de uma ou outra forma. A vinculação a uma “causa” fornece modalidades de reconhecimento entre aqueles que nela estão engajados. Sendo assim, uma vez “pertencentes” os militantes necessitam renovar o estoque de incentivos que informam a relevância da sua participação e a percepção de que ela vale a pena.

Apostando na potencialidade explicativa da análise dos engajamentos numa perspectiva processual, Fillieule (2001; 2005) focalizou os fenômenos de des-engajamento. Sua tese se desenvolve em torno da dimensão variável do grau e da intensidade do engajamento nos diferentes momentos das carreiras militantes e da igualmente diferenciada *configuração* das recompensas nos mesmos, o que lhe permite demonstrar como a *defecção* pode ser mais onerosa que a permanência em uma “organização”. Alguns pontos por ele destacados são de extrema pertinência quando o intuito é evidenciar as condições de emergência do militantismo em determinada etapa de uma trajetória e as condições que favorecem ou a conservação de determinadas gratificações ou que as levam ao desgaste.

Os agentes sociais transitam entre uma “pluralidade de espaços sociais” sendo necessário levar-se em conta as diferentes recompensas que eles extraem desses diferentes domínios, bem como a variabilidade do valor das mesmas no tempo. Com este procedimento revelam-se os empreendimentos na valorização, ou os condicionantes que incidem na desvalorização, ou mesmo as estratégias de reconversão dos trunfos sociais que se convertem como gratificações. Neste caso, a noção de *carreira* assume centralidade por contemplar uma dimensão temporal que viabiliza o tratamento da multiplicidade e variabilidade das formas de engajamento, das transformações das identidades que implicam, assim como dos mecanismos sociais intervenientes para a manutenção ou desistência da relação militante com a “organização” específica (Fillieule 2001:205). Nesta

linha, cabem as considerações de Sawicki e Berlivet (1994) no tocante às potencialidades heurísticas de se interrogar sobre as *carreiras* dos agentes que compõe o universo analisado como “meio para compreender em que medida o engajamento constitui uma disposição ética e social que se atualiza em diversas ocasiões, em momentos diferentes da existência individual”.

No que diz respeito à noção de carreira, Juhem (2001) também ressalta a importância de se atentar para o fato de que as “carreiras militantes ascensionais podem conhecer um eclipse ou interrupção quando não reconvertem nas organizações ‘adultas’ recursos adquiridos no militantismo da juventude”, o que pode ser evidenciado mediante a observação de “como as oportunidades oferecidas [por determinadas] configurações políticas se articula com os constrangimentos e os ritmos das trajetórias individuais”. Idéia essa compatível com a de Fillieule (2001) de confrontar os aspectos que proporcionam o engajamento ou a defecção com “a possível variação das oportunidades profissionais, particularmente nas *configurações* onde os recursos adquiridos nas esferas militantes podem ser objeto de *reconversões* no campo das atividades assalariadas” ou de outros tipos.

Em síntese, a análise das *carreiras* viabiliza o tratamento dos engajamentos numa perspectiva processual e diacrônica, ou seja, esta noção operacionalizada no sentido de apreender diferentes momentos e tipos de atuação (profissional e militante), os domínios sociais nos quais os agentes se inserem, os recursos que acionam e as identificações que constituem e desfazem. A esta linha de investigação foi somado o estudo sincrônico no intuito de observar os deslocamentos e os atributos jogados pelos agentes nas suas arenas de disputa e com isso pretende-se entender as lógicas dos engajamentos mediante a análise de como, onde e com quais meios elas se definem.

Reafirmando, a proposta é de realizar um estudo das *entradas na política* tendo como universo de análise um conjunto de agentes que estrearam seu engajamento em uma *configuração* histórica que pode ser caracterizada como um momento de *crise*. É preciso considerar a *crise* como fonte de créditos excepcionais, uma vez que “em um contexto de efervescência (...) os benefícios do engajamento tem todas as chances em efeito de serem superiores àqueles ofertados em um momento de perda de confiança na eficácia da ação política” (Fillieule, 2005:35).

O estudo das *entradas na política* permite, igualmente, apreender as mutações e transfigurações dos militantes na diversidade de *sites* de interação ao longo da vida dos agentes, como também as estratégias de reconversão nos domínios nos quais eles investem, tomando as condições de origem e os trunfos acumulados nos movimentos iniciais e considerando as posições e os papéis ocupados ao longo dos trajetos. Com a análise das múltiplas inserções é possível observar os múltiplos papéis assumidos nas biografias e a dinâmica de atualização das gratificações correspondentes (Fillieule, 2001; 2005, Juhem, 2001).

Enfatiza-se a preocupação com o uso dos diferentes tipos de recursos herdados e adquiridos pelos agentes para a profissionalização política e especialização profissional no sentido largo (incluindo os investimentos no meio acadêmico). No universo de pesquisa ao qual se dedica o presente estudo os domínios sociais são fortemente porosos e os agentes circulam entre eles sem a necessidade de imediata reconversão de um domínio para o outro, antes disso, a própria circulação promove e é promovida pela necessidade de retroalimentação entre eles. Diante de tal porosidade e ausência de fronteiras relativamente rígidas entre os universos sociais, talvez seja mais adequado falar mesmo de *papéis* que são “endossados” e que solicitam dos seus protagonistas o desenvolvimento de habilidades prescritas para o trânsito entre linguagens e domínios, assim como para o uso de lógicas multidimensionais. Ao passo que a idéia de *reconversão* implica na necessidade de transfiguração de determinados recursos de um campo para o outro devido à existência de constrangimentos específicos em cada um deles. Isto é, um determinado tipo ou espécie de recurso pode não ser “útil” em um determinado campo que conta com mecanismos de censura a pautas exógenas, com uma linguagem particular, enfim, contam com seus próprios princípios de legitimação.

Por esse mesmo motivo vale ponderar sobre os processos de des-engajamento, tal como propôs Fillieule (2001; 2005). Não se pode centrar a análise em espaços específicos de inserção para observar os processos de *entrada* e saída do mundo militante, pois os agentes transitam entre vários domínios, jogam seus trunfos, acumulam gratificações ou frustrações e definem o sentido dos seus engajamentos na conjunção de uma multiplicidade de lógicas cruzadas. Assim, parece mais adequado para o caso em pauta buscar os condicionantes que intervêm no potencial de trânsito dos agentes e as

condições que interferem na atualização dos engajamentos não só numa perspectiva diacrônica, mas também sincrônica.

Além disso, tem-se que o tratamento dos trajetos seguidos pelo conjunto dos militantes a serem investigados permite perceber como a passagem da “militância” política de origem para os engajamentos “adultos”, como diz Juhem (2001: 144) reconfigura os espaços privilegiados em termos de repertórios, problemáticas, etc. No caso de um universo empírico onde há uma evidente fluidez dessas lógicas, a migração de registros de um momento e de um domínio para o outro é muito mais dinâmica e direta.

Efetua-se, assim, um estudo que se ampara, por um lado, numa perspectiva longitudinal e dinâmica dos itinerários militantes e, por outro, numa abordagem sincrônica dos investimentos e gratificações extraídos pelos agentes do seu militância. O tratamento das carreiras militantes em relação às condições conjunturais correspondentes permitiu reconstituir processos de sucessão, ruptura e continuidade de formas legítimas de engajamentos.

1.5 – Identidades e Identificações

No conjunto de recompensas que o militante pode extrair de seu ativismo, uma das mais significativas é a identidade compartilhada. Trata-se então de atentar para o trabalho identitário que se processa e que se constitui numa das mais importantes gratificações produzidas pelo engajamento político. Neste caso, entende-se que a aquisição de um *ethos militante* pode emergir da combinação de disposições familiares e disposições adquiridas, da detenção de propriedades sociais, culturais e recursos conquistados, bem como na sua tradução, observada a partir dos itinerários, na “crença nas virtudes da dedicação” a uma “causa” (Sawicki e Berlivet, 1994).

As construções identitárias erguidas no engajamento e no militância apresentam-se então como particularmente instigantes, já que: “a ação protestatária constitui um terreno propício a esse trabalho identitário. Ela constitui um ato público de tomada de posição que pode ser eminentemente classificante tanto para o indivíduo mobilizado quanto para os olhares de fora...”. Sendo assim, o pertencimento identitário

extraído da ação protestatória “constitui uma forma de instituição de certeza permanente de uma identidade valorizante, pois ligada a uma causa vivida como transcendente à biografia pessoal” (Neveu, 1992:81).

Identidades não podem ser concebidas senão enquanto resultados provisórios de construção de identificações. Avançando neste raciocínio, pode-se pensar no *militantismo* como uma matriz produtora e produzida por lógicas de identificação que se modificam ao longo dos itinerários dos indivíduos e dos “grupos” de militantes. Uma discussão mais detida sobre a noção de identificação parece pertinente neste momento.

As considerações de Alessandro Pizzorno (1986) e Rogers Brubaker (2001) são particularmente elucidativas dos processos de identificação inerentes às disputas políticas e que ultrapassam as perspectivas inspiradas em modelos universalizantes (razão instrumental, comunicativa ou teleológica) e a exaltação das identidades (ou teorias simbólicas da política). Para estes autores a questão primordial é tentar superar a oposição entre o “idioma analítico universalista e individualista e um idioma da identidade e do grupo” (Brubaker, 2001:83).

Pizzorno (1986) recorre à idéia de identificação para ponderar sobre as condições da intervenção política. Para ele, o mecanismo de identificação abarca os dois papéis políticos presentes na relação de representação: 1) de produzir identidades coletivas a partir de “grupos”, partidos, movimentos, associações, sindicatos, Estados, etc., que criam símbolos de reconhecimento, de solidariedade, de mobilização e de desencadeamento de ações coletivas; 2) de tomar decisões que envolvem a utilização de estruturas dadas (aparelho estatal, instituições, repertórios culturais, etc.) e estabelecer estratégias, alianças, conflitos, escolhas, negociações, que produzem adesões.

A partir da noção de identificação é possível conceber os processos de engajamento afastando-se das teorias utilitaristas e das perspectivas simbólicas. Em relação às primeiras, elas geralmente agregam o componente da confiança como elemento constituinte da crença no laço indissolúvel entre os indivíduos e os “grupos” e pressupõe que “a ação política é mais frequentemente orientada em direção a uma modificação das necessidades do que em direção às necessidades já existentes” (Pizzorno, 1986:345). Em relação à segunda, elas possuem o mérito de não essencializar solidariedades horizontais e de incorporar o trabalho político como constituidor de identidades, ou seja, pressupõem

que “a identidade política coletiva (...) não abarca simplesmente interesses sociais preexistentes, ela os seleciona, os informa, os inventa, e mesmo, se há necessidade, os negligencia e os sufoca” (idem:362).

A utilização do termo identificação (ao lado de outros recursos terminológicos) também é seguida por Brubaker (2001) em detrimento do emprego da noção de identidade que remeteria a um conteúdo reificante e ambíguo. Conforme o autor, o uso de “concepções fortes” da palavra “identidade” que insistem sobre a similitude e permanência, e de “concepções fracas” (construtivistas) que grifam o caráter fluido, múltiplo, instável, fragmentado, construído, negociado, etc. (o que o autor denomina de clichê construtivista) ocasionaram a perda do valor analítico do conceito. No primeiro caso há a essencialização do termo identidade e a não distinção do seu uso como categoria da prática e como categoria da análise social. No segundo caso, o esforço em romper com o essencialismo e em afirmar as identidades como algo fluido, fragmentado e múltiplo fornece um emprego tão elástico e impreciso que dificulta a especificação dos processos sociais envolvidos nas construções identitárias. Três lógicas de análise encadeadas são caracterizadas como substitutas da noção de identidade: 1) o processo de identificação, 2) o processo de auto-compreensão; 3) as variações quanto às formas de auto-compreensão que podem se alicerçar sobre bases de *communalité* (*commonality*), *connexité* (*connectedness*) e *groupalité* (*groupness*).

A *identificação* é um ato simultaneamente situacional e contextual. Pode referir-se à posição ocupada em uma relação (identificação relacional) ou ao pertencimento a uma categoria (identificação categorial), esta última cada vez mais presente em sociedade modernas e diferenciadas. A identificação comporta auto-identificação, identificação pelo outro no circuito de relações e classificações que as interações sociais permitem; e também categorizações formalizadas, codificadas e objetivadas que são promovidas pelo Estado e suas instituições ou ainda contra-identificações ou categorizações reivindicadas por movimentos sociais. Assim “identificação e categorização são termos que implicam em uma atividade e em um processo” (Brubaker, 2001:77).

Porém, a substituição da noção de identidade exige igualmente termos que sejam condizentes com uma das utilidades primordiais para o emprego daquela, qual seja romper com o instrumentalismo e com o mecanicismo de determinadas abordagens. Para

tanto, Brubaker aponta para o uso da noção de auto-compreensão, isto é, um termo que remete ao plano “disposicional” ou a uma “subjetividade situada” que se refere “a concepção que se tem do que se é, de sua localização no espaço social e a maneira (...) que se preparou [em função da auto-percepção e da auto localização] para a ação” (2001:77). As formas de auto-compreensão, por sua vez, variam do sentimento de pertencimento grupal às afinidades, alianças ou filiações. Partilhar o sentimento de possuir um atributo comum é classificado como *communalité* (*commonality*), estabelecer laços e vínculos é tipificado de *connexité* (*connectedness*) e, finalmente, a percepção de pertencer a um “grupo” (particular, limitado e solidário) é denominada de *groupalité* (*groupness*). Para o autor, a partir desta terminologia e dos processos aos quais dão relevo é possível apreender combinações de lógicas, repertórios e sentidos, bem como de práticas que outrora foram caracterizadas sob o rótulo de movimentos identitários.

Caso sejam tomadas as necessidades e as identidades como produtos do trabalho político de representação, como aponta Pizzorno, parece inviável buscar em um princípio mais geral (racional) ou em laços prévios (identidade) os fundamentos da prática política, que só se explica pelos atos políticos de constituição, escolhas e definições identitárias. Por fim, caso sejam consideradas válidas as proposições de Brubaker, os mecanismos de cooperação política podem se amparar na formação de “grupos” que adquirem um sentimento e uma perspectiva de unidade, como de uma série de processos de identificações, auto-identificações, categorizações, laços, alianças, oposições e vínculos.

1.6 – Constituição de *redes de relações*

Neste momento, são relevantes algumas indicações sobre a noção de *redes* que se pretende operacionalizar a partir do exame dos vínculos e contatos estabelecidos, desfeitos e reconstruídos por um conjunto de agentes articulados em determinadas “organizações” e atuantes em determinados “contextos” igualmente precários e fluídos. Dois níveis de análise foram fixados. O primeiro e mais geral compreende uma perspectiva diacrônica na qual os indivíduos, tendo em vista a multiplicidade de *sites* nos quais transitam, constroem elos flexíveis e plurais entre si. Assim, trata-se de analisar o processo

de constituição de cadeias de interdependências entre agentes ao longo das suas trajetórias individuais e coletivas, bem como a interferência dessas relações variadas e variáveis na conquista de posições sociais, nas concepções compartilhadas e nos posicionamentos assumidos (Elias, 1999, 1994, 1993; Sawicki, 1997; Gribaldi, 1998; entre outros).

Deve-se enfatizar a idéia de que são justamente os afrontamentos e afinidades forjadas nas teias de interdependências (ao mesmo tempo tecidas pelas e constrangedoras das ações e relações) que impulsionam os processos de reconfiguração histórica. Portanto, mediante a reconstituição (através dos relatos) de laços, alianças e tensões, bem como dos seus efeitos nos itinerários, pode-se verificar os condicionantes da afirmação de novos recursos e repertórios de mobilização política, enfim da dinâmica cujo resultado é a *coagulação* de uma gama de recursos e tomadas de posição relacionais entre as gerações de militantes estudados.

O segundo nível se define por uma perspectiva sincrônica de explicitação, em conjunturas ou eventos particulares, do conjunto de relações qualificadas ativadas tendo em vista conteúdos ou objetivos específicos (McAdam, 2004, 1993; Diani, 2004; Mayer 1987; Duval, 1998). Quer dizer, escolhendo eventos singulares de contestação ou não e determinando os agentes centrais para a formação de cadeias de líder-seguidores, tem-se material para buscar as dimensões que condicionam a opção do agente pela inserção nestes eventos, como a identidade, a proximidade geográfica e a força ou a fragilidade do vínculo (McAdam, 2004) e, por esse intermédio, pode-se ter a dimensão mais precisa de cadeias de atores conectados pelos eventos e entre eventos conectados pelos atores (Diani, 2004:305).

E ainda mais especificamente, com isso foi possível observar os tipos de trocas e os conteúdos que sustentam ou dissolvem *relações diádicas* (Landé, 1977) e a “atualização de clivagens que preexistem e que sobreviveram”. Portanto este procedimento é igualmente revelador de um sistema de referências cujos princípios subjacentes emergem em algumas circunstâncias para cristalizar “aproximações e afastamentos” (Duval, 1998:09-10). Ou melhor, “um conjunto de instituições, de redes, de indivíduos desde muito tempo presentes e ativos, aparecem no ‘grande dia’, tomam posições, reforçam ou redefinem elos, acionam seu recursos mais caros, confrontam idéias e revelam concepções” (idem).

Sabe-se que o meio estudantil e universitário beneficia a constituição de identificações entre os indivíduos que podem ser relativamente duradouros, podendo-se observar seus desdobramentos nas carreiras profissionais e políticas. A participação em movimentos políticos potencializa o vigor das *redes de relações* passíveis de serem mobilizadas no decurso dos itinerários dos agentes, em diferentes circunstâncias e a partir de diferentes pontos do espaço social. Nos casos em que essa inserção se dá num momento caracterizado como de *crise política* a probabilidade desses vínculos serem ainda mais intensos aumenta bastante tendo em vista, grosso modo, a fixação de um “inimigo comum”, os constrangimentos sofridos e a expansão (inclusive territorial) de contatos entre militantes envolvidos na mesma “causa” e aproximados pelas exigências da “ação coletiva”. Enfim, há todo um conjunto de condições que cooperam no estabelecimento de vínculos que se pode chamar de “geracionais” que se reforçam na constante reinvenção das singularidades históricas e biográficas.

Liora Israel (2004) pondera sobre a relevância da análise sociológica da “Resistência” enquanto momento de mobilização que pode ser assimilado a partir das proposições de Elias (1994) acerca da constituição de uma “sociedade dos indivíduos”, ou seja, como uma *configuração* que se constitui do fato da “existência simultânea de muitas pessoas, sua vida em comum, seus atos recíprocos, a totalidade de suas relações mútuas” que acabam produzindo efeitos “que nenhum dos indivíduos, considerado isoladamente, tencionou ou promoveu, algo de que ele faz parte, querendo ou não, uma estrutura de indivíduos interdependentes” (Elias, 1994:19). Segundo a autora, tal idéia viabiliza o tratamento das “modalidades concretas de articulação” entre diferentes níveis de atuação e vinculação social de indivíduos envolvidos numa *rede* forjada no período da Segunda Guerra Mundial¹¹ sem “remeter à intencionalidade de atores atomizados e à funcionalidade de grupos sociais reificados a posteriori” (Israel, 2004:9). Sendo assim, pode-se entender o estabelecimento das relações a partir da interdependência das ações dos indivíduos envolvidos numa rede social a um só tempo permanente e flexível, tal como revela a “fábula da rede” destacada pela autora.

Pode-se empreender uma discussão acerca das potencialidades heurísticas das análises de *redes* partindo da acepção mais geral proposta por Elias que concebe a

¹¹ Analisa os meios judiciários para entender as “lógicas do engajamento na profissão” (Israel, 2004:11).

própria realidade social com uma estrutura de rede conformada pelas interdependências mútuas entre os indivíduos. Sendo assim, duas abordagens parecem compatíveis com tal perspectiva por associar a idéia de rede à de *configuração*: a primeira diz respeito àquela desenvolvida por Sawicki (1997) para investigar a dinâmica de “mobilização e objetivação” do PS francês; e a segunda se refere à discussão de Gribaudi (1998) no sentido de adequar os estudos de redes às sociedades complexas.

No primeiro caso, a idéia de *configuração* é utilizada para entender a dinâmica de produção de elementos de *homogeneização* que sustentariam um determinado estado das relações entre os membros de um meio partidário. Neste caso, a coesão “imaginária ou real” numa dada “federação do partido”, tomada como uma *configuração* particular de interdependências e interações, somente pode ser buscada nas representações partilhadas, nas formas de sociabilidades e na “finalidade que consolidam as redes” onde essas dimensões se evidenciam (Sawicki, 1997:32).

No segundo caso, a noção de *configuração* é utilizada para pensar a respeito de *redes* simultaneamente como *quadro de referência* para as práticas individuais e como objeto de *intervenção* passível de ser alterado pelas mesmas. A precariedade dessas *redes* se define pela contingencialidade que caracteriza as *configurações* históricas, ou seja, constantemente vulneráveis às modificações “graças à interação de elementos que compõem essa configuração” (Gribaudi, 1998:40).

Assim como Israel (2004), ambos os autores se apropriam de uma concepção geral da existência de um “padrão mutável criado pelo conjunto dos jogadores – não só pelos seus intelectos, mas pelo que eles são no seu todo; a totalidade das suas ações, nas relações que sustentam uns com os outros” (Elias, 1999:142). Na sua definição de *configuração*, Elias sublinha a constituição de um “enrançado flexível de tensões” que emerge da “interdependência dos jogadores” podendo esta se constituir numa “interdependência de aliados ou adversários” (idem).

Contudo, tanto Sawicki como Gribaudi preocupam-se em delimitar o campo e os instrumentos de apreensão de realidades sociais específicas. Neste caso, a própria noção de *rede* deve ser recolocada de modo a viabilizar a sua operacionalização no tratamento dos respectivos objetos de investigação.

Sawicki (1997) investiga a associação entre práticas militantes e estratégias políticas com as propriedades sociais (recrutamento) numa perspectiva relacional e compreensiva. A análise de trajetórias é realizada em consonância com o contexto sócio-político de sua realização e busca revelar os condicionantes que contribuem na ocupação de posições militantes. No que tange à utilização da noção de *redes* esta visa “revelar a estrutura de relações estáveis e historicamente constituídas existentes entre setores sociais disjuntos”, neste caso, “a existência de redes é a manifestação de relações historicamente consolidadas entre grupos e organizações” e o seu “desenvolvimento e sua ativação parecem constrangido por uma estrutura historicamente objetivada nas instituições e nas regras” (idem: 24-25).

Portanto, o autor pensa em redes que se formam a partir das múltiplas inserções exógenas ao meio partidário dos agentes e que interferem nas suas interações e tomadas de posição endógenas. Os pertencimentos a variados *sites de interação* e os múltiplos laços efetivos aí estabelecidos, dito de outro modo, o fato da “multiposicionalidade e pluralidade dos modos de relações e de formas de interesses que decolam” (Sawicki, 1997:26) obrigam os agentes a medir sem parar suas ações e posicionamentos de modo que em cada setor no qual estão inseridos “os atores e os grupos utilizam recursos e regras que são definidas ao mesmo tempo fora e no interior de cada grupo” (Sawicki, 1997:30).

Sawicki concebe o indivíduo como passível de maximizar, de um determinado ponto da estrutura social, os laços estabelecidos nas suas múltiplas inserções e ainda de manipular as regras e recursos endógenos à luz das orientações exógenas. Porém, sublinha a objetivação de setores sociais diferenciados. Ou seja, os *sites* nos quais os agentes investem são relativamente autônomos e mantêm relações de interdependência entre si (se definem por suas características internas de demarcação de fronteiras – ou trabalho de *homogeneização* – e por suas características externas de reconhecimentos mútuos – ou transações entre setores diferenciados e especializados que sustentam a própria realidade social). Disso emerge a idéia de *redes* como vínculos promovidos por indivíduos submetidos ao jogo das disposições, às teias de significações, aos “laços concretos” forjados nos diferentes lugares de inserção e às regras e lógicas dos *sites* específicos. É este arcabouço que define a *configuração* particular dos instrumentos de intervenção passíveis de serem ativados nas interações e afrontamentos nestes setores.

Como já foi sustentado anteriormente, o trabalho sobre os engajamentos em uma situação periférica como o empreendido aqui não somente parte de uma conjuntura crítica na qual ocorre, por definição, a des-setorização do espaço, des-objetivação das relações sociais e incerteza estrutural (Dobry, 1992), como os elementos de fluidez política são identificados igualmente em períodos rotinizados. A permeabilidade das fronteiras entre os domínios que compõem o espaço social se reflete na existência de elos muito mais diretos e intercambiáveis entre os agentes que neles transitam. Sem os constrangimentos decorrentes da *objetivação das esferas sociais*, os vínculos que se constituem assumem outras características que essas relativas à condição de interdependência como gerando inevitavelmente “redes sociais”.

Vários autores preocuparam-se em redefinir a noção de *redes* de modo a torná-la compatível seja com as sociedades não-ocidentais seja com a complexidade da sociedade moderna. Alguns buscaram potencializá-la enquanto instrumento operacional para a apreensão das práticas e relações de indivíduos e “grupos”. É o caso de perspectivas que tentaram romper com a abordagem de cunho estrutural que propunha a coexistência no espaço social de diferentes esferas de atividades compondo um sistema que poderia ser estudado a partir de critérios formais de ligação de seus componentes (indivíduos, “grupos” ou instituições). Para o tratamento da “trama complexa de laços e dependências recíprocas” (Gribaudo, 1998), o recurso à idéia de *redes egocentradas* se impôs como procedimento mais eficiente. Conforme sublinhou Gribaudo (1998), a atenção dedicada ao “conjunto de laços estabelecidos pelos atores sociais singulares” permitiria entender comportamentos e relações como “produto de interações sociais, determinadas pelas particularidades dos contextos nos quais florescem” (idem:16).

A idéia de *coagulação* parece pertinente para trabalhar com a estabilização de “mecanismos e regras implícitas que pesam na determinação da ação social” (idem:20) em detrimento do pressuposto da determinação imediata de regras e instituições historicamente objetivadas. Além disso, Gribaudo defende a idéia de “descontinuidade dos fenômenos sociais” que é compatível com a perspectiva processual dos engajamentos que se segue aqui. Ou seja, “as mesmas relações, os mesmos recursos, os mesmos símbolos ou representações adquirem significações específicas e a cada vez diferentes” no decorrer do tempo. Portanto, há que se perguntar sobre quais são os sentidos que conformam a

articulação de cada membro a uma rede de relações que, por sua vez, justificam os diferentes investimentos e recompensas extraídas do seu engajamento.

A noção de *redes egocentradas* permite tratar as inserções variadas e multifacetadas dos indivíduos, assim como apreender como, por meio deles, difundem-se repertórios de mobilização que são indistintamente produtores de alianças e resultado destas alianças. É preciso discutir ainda mais detidamente sobre essa última concepção por constituir-se num instrumento eficaz para o tratamento da trama de elos que pode ser constituída nos engajamentos em sociedades periféricas.

Para tanto, a importância das indicações de Landé (1977) reside no destaque atribuído aos tipos de alianças e trocas que constituem uma teia de relações. A noção de *relações diádicas* refere-se a esses vínculos horizontais ou verticais estabelecidos voluntariamente ou por obrigação entre duas pessoas de status próximo ou diferente. Esse conjunto de fatores incide na criação, sustentação, fortalecimento ou rupturas desses laços e somente podem ser apreendidos na própria dinâmica de *configuração* das trocas, fidelidades, reciprocidade, lealdade pessoal, enfim, das possíveis lógicas que as alicerçam. A relevância das asserções de Landé também reside no fato de que o autor constrói um modelo em que podem coexistir “contratos implícitos” como *addenda* “sustentados por uma estrutura de relações institucionalizadas”. Portanto, é preciso observar como se relacionam as relações institucionais (contratos explícitos) que se caracterizam por serem “contínuas”, “inclusivas”, “previsíveis”, “processualmente padronizadas” e “ligadas a outras relações institucionais da sociedade” com as relações diádicas (contratos implícitos) que são fundamentalmente “seletivas, intermitentes e voluntárias”. Sendo assim, o estudo das alianças diádicas se apresentou como procedimento analítico particularmente adequado à pesquisa em pauta porque permitiu atentar para os princípios de reciprocidade atuando nas trocas e nos deslocamentos operados pelos agentes. A possibilidade de maximização das conexões criadas e o trânsito social decorrente de tais laços são potencializados pelo ineficaz jogo das jurisdições internas aos domínios sociais.

Neste trabalho, o empreendimento foi no sentido de estabelecer associações entre as características sociais dos agentes e as posições ocupadas nos diferentes espaços; buscar os lugares, os meios e as redes privilegiadas de expressão em diferentes períodos; identificar a posição destes lugares no espaço social de inserção política; e verificar os

tipos de redes socialmente condicionadas e mobilizadas a partir dos diferentes domínios de intervenção. E ainda, em que medida os variados tipos de deslocamentos operados pelos agentes e os posicionamentos assumidos obedeceram a uma lógica relacional pautada por alianças e clivagens que remontam ao período inaugural das inserções políticas, isto é, estão em referência aos demais posicionamentos (inclusivos e exclusivos) presentes nas arenas e objetos de disputas por estes mesmos construídos e impulsionados. Portanto, cabe observar os diferentes espaços em que vão transitar e as posições ocupadas, atentando para as relações de aliança ou de concorrência que vão estabelecer e as estratégias de intervenção. E também se procurou atentar para a dinâmica dos pertencimentos (construção de laços de lealdade, redes de sociabilidades, afetos, disputas, rupturas, etc.) que informam a dimensão identitária reveladora muito dos interesses das ações desinteressadas.

Capítulo 2 – PERFIS, MODALIDADES DE INTERVENÇÃO E ITINERÁRIOS

O presente estudo se concentra numa dinâmica de fabricação de meios de intervenção, causas, temas, agendas, etc. operada a partir de uma gama de recursos, relações e registros, visando apreender os processos de legitimação dos novos protagonistas e das suas “habilidades” em diferentes domínios e atividades políticas e profissionais. Pretende-se demonstrar que tal dinâmica é marcada pelo empenho dos agentes em obter o reconhecimento quanto ao seu “papel” ou “missão” graças ao domínio indecomponível de códigos de intervenção política e de instrumentos de avaliação certificados na “prática” e na detenção de um “arcabouço cultural” e “intelectual” legítimos.

O exame das *entradas* nos movimentos de contestação em “fases” distintas do regime militar permitiu evidenciar os diferentes impactos dos eventos históricos nas trajetórias políticas, escolares, profissionais e sociais dos agentes. Além de frisar a série de elementos comuns entre eles, foram buscadas aquelas características contrastantes, as

estratégias e espaços privilegiados de inserção, bem como a tradução em termos de posições sociais ocupadas, sentidos de engajamento e dedicação ao militância. Tudo isso em constante redefinição ao longo dos itinerários individuais e/ou coletivos dos protagonistas.

Os agentes transitavam por diversos meios sociais e extraíam seus trunfos da *plasticidade do espaço político*¹². Pode-se apontar que o maior ou menor acúmulo de recursos adquiridos nessas inserções se apresenta como fator chave de hierarquização naquele período e posteriormente, conforme os processos de redefinição dos mesmos. Neste caso tornou-se imprescindível observar as estratégias propulsoras de dirigentes políticos e intérpretes autorizados de correntes e doutrinas e como essas cumpriram a função primordial de *classificação, desclassificação e reclassificação* (Bourdieu, 1998) de agentes e de gerações de militantes. Estas informações são primordiais para a observação dos níveis de especialização do militância e de engajamento nos domínios intelectuais ou nas instâncias partidárias e políticas, que se definem pela importância imputada às prisões, às torturas e às ações armadas, assim como ao exílio e à possibilidade de realização de estudos, e ainda aos “treinamentos” em países socialistas ou às vinculações com partidos e organizações internacionais fora do país¹³.

A partir da identificação das apostas feitas em consonância com as oportunidades disponibilizadas para tanto, foi possível explorar as lógicas práticas do processo de intervenção, colocando-as em relação às disposições originais e adquiridas no decurso de trajetórias heterogêneas e socialmente estruturadas e aos momentos nos quais elas são acionadas (Juhem, 2001:134). Quer dizer, procurou-se relacionar as tomadas de posição aos condicionantes sociais intervenientes nos movimentos operados pelos protagonistas (*origem social, capital escolar e cultural, redes de relações, etc.*) e aos

¹² A plasticidade do espaço político segundo Lagroye (1997) decorre das séries de interações sob determinadas relações de forças que, por sua vez, se constituem devido às cadeias de interdependências que ligam os agentes uns aos outros no interior dos diferentes *sites de interação*, mas também com agentes situados no exterior. Tais jogos, seus modelos de ações e os constrangimentos que os afetam, estão em constante transformação, gerando novas configurações, novas práticas, novos recursos, novas crenças e novas representações sobre a atividade política.

¹³ A análise dos dados neste tocante pode inclusive apontar para a constituição dos agentes “habilitados” para a construção e/ou intervenção naquilo que Dezalay e Garth (1998) chamam de “mercado internacional” ou de um espaço de “práticas transnacionais” como porta-vozes de questões como, por exemplo, os direitos humanos. Seguindo estas pistas, Guilhot (2001) examinou como os “profissionais da democracia” combinam “lógicas militantes e lógicas acadêmicas” para se afirmar num “novo internacionalismo americano” mediante a construção da “imagem pública do seu *desinteressamento*” (p.54, grifo no original).

espaços e modalidades privilegiadas de atuação (grupos clandestinos, universidade, sindicatos, partidos, igrejas, etc.). Com isso, pretendeu-se compor a dinâmica diacrônica de alguns elementos que incidiram na configuração de um espaço de “produção ideológica” e de um sistema de distinções no interior de “gerações” durante o “regime ditatorial” brasileiro e nos momentos e movimentos sucessivos. E, igualmente, foram apreendidos alguns dos alinhamentos que figuram no cenário político gaúcho e suas origens, assim como a constituição e a renovação de alianças entre agentes que atuam em diversos meios sociais (tema aprofundado no capítulo seguinte).

Neste capítulo são apresentados os perfis e os itinerários dos agentes investigados. No primeiro momento são caracterizados os ativistas da contestação ao “regime militar”, os critérios e estratégias utilizados para a composição da população analisada e os principais elementos de classificação/hierarquização dos militantes. No segundo momento são apresentados os padrões de carreiras identificados com base no cotejo das seguintes variáveis: origem social, grau de adesão às causas no momento da contestação, investimento escolar e cultural, importância da biografia militante prévia e das *redes de relações* nos trajetos políticos e profissionais percorridos posteriormente.

2.1 – Fontes e Perfis: uma caracterização geral da população investigada

Nesta seção são apresentadas as principais propriedades constitutivas da população investigada, tentando explicitar as condições de pesquisa que incidiram na localização dos agentes que a compõem. Com este procedimento, então, busca-se expor os obstáculos e as lógicas que presidiram as escolhas efetuadas para a operacionalização do trabalho, justificar algumas opções metodológicas visando o tratamento de casos específicos e, assim, circunscrever o universo empírico de análise.

Em termos práticos, a composição do universo empírico foi uma das primeiras e das principais dificuldades que se apresentou, ou seja, os primeiros entraves residiam na identificação dos protagonistas da “luta” configurada no período inaugural dos seus engajamentos (anos 60 e 70), assim como para situá-los atualmente. Esses obstáculos

não existiriam caso o recorte da pesquisa partisse das posições contemporaneamente ocupadas pelos militantes. Todavia, uma das dimensões constitutivas do objeto de estudo são justamente as *entradas* na política numa conjuntura histórica específica e transcorrida há mais de quarenta anos. A escassez de registros oficiais sobre os indivíduos atuantes à época, as dificuldades para acessá-los quando existentes somadas à diversidade de percursos possíveis para os personagens poderiam simplesmente inviabilizar a localização dos mesmos (mudanças de estado ou país, falecimentos, “desqualificações” sociais variadas, etc.).

A principal iniciativa adotada para superar essas dificuldades foi buscar o máximo de informações do maior número possível de agentes em fontes distintas e confrontá-las, almejando, assim, delimitar a população estudada através não somente da recorrência dos nomes, mas, acima de tudo, do “trabalho de representação e de auto-definição” dos protagonistas estabelecidas pelos próprios envolvidos e das categorias e “instrumentos de classificação” por eles ativados (Charle, 1987:14).

A constituição de uma lista preliminar de nomes foi iniciada a partir de entrevistas com lideranças ou com as pessoas por estas mencionadas. Os primeiros depoimentos coletados para a produção da dissertação de mestrado sobre os espaços de atuação e repertórios de mobilização política no Rio Grande do Sul (Reis, 2001). A estes foram acrescentados todos aqueles localizados nas fontes advindas do enquadramento institucional, isto é, classificados como “contestadores do regime militar” pelos relatórios dos chamados “órgãos de segurança”. Estes documentos “oficiais” foram cotejados com listas de registro e/ou de consagração dos personagens, com dados retirados de livros de memórias, biográficos, acadêmicos, etc. e de *sites* da internet dedicados à “recuperação da memória” dos protagonistas e eventos. Para alguns militantes também foi possível reunir dados referentes ao exercício profissional (projetos, currículos, livros, congressos, etc.) e/ou os vínculos políticos por eles mantidos (mediante a divulgação dos cargos públicos, partidários, sindicais, etc. ocupados) a partir de instâncias de divulgação de atividades científicas, acadêmicas ou governamentais.

Dentre as fontes consultadas, cabe ressaltar o material encontrado no acervo disponível no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, especialmente os relatórios das “atividades subversivas” da “Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança”. Alguns

elementos sobre a criação por este órgão do Memorial de Luta Contra a Ditadura e sobre os registros dos ativistas constatada nos arquivos encontrados são elucidativos tanto das lógicas empregadas pela instituição que hoje abriga os documentos como daquelas acionadas pelos seus produtores¹⁴.

O “Memorial” foi constituído em 1999 mediante a formalização do Decreto nº 39.680 para a criação de uma “A Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura”, integrada à Secretaria de Estado da Cultura. Não é mero acaso o fato da criação desta Comissão ter ocorrido durante o primeiro e único governo do Partido dos Trabalhadores no estado (Olívio Dutra havia sido eleito no ano anterior) e no decorrer da terceira “administração popular” da capital (em 1997, Raul Pont substituíra Tarso Genro na prefeitura de Porto Alegre que, por sua vez, havia sucedido Olívio Dutra que estivera à frente da primeira gestão do partido iniciada em 1989). É notória a gênese do partido naquela conjuntura e que suas principais lideranças estrearam sua militância política nos anos sessenta e setenta. Portanto, a fundação de uma instituição deste tipo pode ser considerada como uma estratégia celebração que comporta sentidos de reconhecimento, retribuição e promoção geracional.

Quer dizer, os objetivos do acervo e o fato da comissão ser formada basicamente por militantes dos anos 60 e/ou 70 que se afirmaram como ativistas de movimentos de anistia, direitos humanos, mortos, desaparecidos, torturados, etc, traduzem-se num meio de reconhecer os eventos e personagens responsáveis, de uma forma ou de outra, pelos sentidos dos engajamentos e das causas que definem o reconhecimento da própria existência da organização partidária.

O sentido de retribuição abarca essa espécie de prêmio à dedicação dos militantes à causa original e que têm nesta o seu principal trunfo biográfico, podendo se constituir igualmente num veículo de propagação das perdas e de reivindicação das reparações possíveis. Além disso, o “memorial” não deixa de ser uma forma de gratificação aos mortos, a possibilidade de saldar, em parte, a dívida com aqueles que

¹⁴ Tratam-se dos mecanismos de institucionalização de “problemas sociais” apontados por Lénior (1998:95) que envolve formas de burocratização, discursos ativados no interior das instituições por diferentes agentes e em variados períodos, muitas vezes interligados às temáticas difundidas e aos seus porta-vozes no interior das ciências sociais. Sendo assim, acabam se transformando em um obstáculo a uma análise sociológica, uma vez que o analista enfrenta “representações já constituídas” e propagadas “por discurso erudito ou político moral, mas também no estado de instituições como sistemas de retribuição ou redistribuição, equipamentos, etc.”

havia oferecido à “causa” o seu maior “sacrifício”¹⁵. Mas, principalmente, a construção de um espaço e sua administração por agentes “legítimos” visa ativar e transmitir, ou mesmo traduzir e reinterpretar, o passado e os feitos heróicos dos seus protagonistas, certificando os emblemas que singularizam as biografias e, assim, alicerça os potenciais de intervenção e transformação dos agentes “no presente”.

Os objetivos expressados no documento de apresentação do memorial explicitam as estratégias de celebração e de eternização em pauta.



Folder de divulgação do Acervo do Memorial da Luta Contra a Ditadura do RS

¹⁵ Hélias (1979:747) identifica nas “homenagens aos mortos” uma modalidade específica de troca simbólica, pois estabelece uma condição de credor para o morto e de devedor para os vivos. A homenagem afirma a gratidão, mas não é correlativa à dívida estabelecida. Segundo ele: “A troca simbólica não contém nenhuma reciprocidade que possa ser dissolvida, já que se encontra desestabilizada entre um crédito que pode sempre se avolumar e uma dívida impagável dos devedores” (idem:749). O seja, a origem da dívida se localiza na “vida dada” pelo morto (credor), e na necessidade dos vivos cumprirem a sua missão.

Quadro I – Objetivos do Memorial

Objetivos: A Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura está em permanente campanha pela abertura e acesso dos arquivos da ditadura, com a convicção de que tal iniciativa contribuirá para:

- Resgatar o passado recente e a produção do conhecimento histórico sobre o mesmo;
- Fortalecer a cidadania a partir do resgate da memória das experiências de resistência contra o arbítrio e o autoritarismo;
- Responder à justa demanda das famílias das vítimas de saber a verdade sobre o que ocorreu com seus entes queridos, assim como o destino dos desaparecidos;
- Aprofundar e consolidar as liberdades e as instituições democráticas;
- Exercer o direito inalienável da sociedade de conhecer sua própria História;
- Consolidação de uma consciência coletiva respeitosa dos princípios democráticos e dos direitos humanos.

Os principais documentos aí armazenados referem-se aos registros do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e Supervisão de Ordem Política e Social (SOPS) do Rio Grande do Sul. Estes arquivos contêm: fichas nominais e datiloscópicas, prontuários de presos, processos e resoluções, relação dos indivíduos monitorados pelo Departamento Central de Informações (de Fevereiro de 1972), listagem de indivíduos envolvidos em inquéritos instaurados pelo DOPS, listagem de indivíduos enquadrados na Lei de Segurança Nacional.

A dificuldade em trabalhar com essas fontes residiu no fato de que, ao contrário do que se poderia esperar, não havia, ao menos naquele momento, uma catalogação ou explicitação clara dos “fichamentos” relacionados diretamente à “questões políticas”. Quer dizer, foram encontrados registros de casos de “contravenções” variadas que poderiam ter ou não relação com a “subversão” e, para os casos em que atribuíam a provável existência deste vínculo, nem sempre o era feito num mesmo documento. Alguém poderia ter sido fichado por suspeita de tráfico de drogas ou por brigas e a isto relacionarem, no mesmo documento ou em ou outro “fichamento”, algum tipo de “prática subversiva”, ou não. De qualquer modo, isso dificultava demasiadamente o rastreamento e cruzamento das informações. Da mesma forma, determinadas características como usar barba, embriagar-se, fumar, falar alto, etc. compunha o estereotipo do “perigoso” e

“subversivo”, logo, eram “indícios” que justificavam a suspeita dos seus detentores e o decorrente acompanhamento da polícia, o que se traduzia na proliferação e difusão de casos. Devido a essa fragmentação e imprecisão das informações sobre os “suspeitos”, a opção foi então a de tomar como fonte apenas os relatórios específicos sobre os “subversivos”.

As informações encontradas referiram-se fundamentalmente às organizações que os militantes participavam no momento do enquadramento e, eventualmente, as anteriores. Alguns casos apresentaram dados como: naturalidade; profissão ou tipo de estudos; data de nascimento; filiação; estado civil (sendo mencionado, quando era o caso, o vínculo de casamento com outro, ou outra, militante); codinomes; datas de detenção; inquéritos; prisões decretadas; liberação; ou estando foragido. Destas, profissão, tipo de estudos e estado civil, por exemplo, geralmente foram informações defasadas, mas que indicaram os tipos de trânsitos privilegiados.

Foram encontradas ainda informações sobre os tipos de “atividades subversivas” privilegiadas pelos militantes e/ou organizações (a realização de cursos de marxismo, panfletos escritos ou distribuídos, guerrilhas, exílios, contatos internos e externos, viagens, assaltos, colaboração financeira, organização de reuniões, jornais, etc.), todos apresentados como “atividades subversivas”; a “função” ocupada dentro da organização; organogramas de algumas destas organizações e descrição de “princípios ideológicos”, etc.

A linguagem utilizada para a descrição das “organizações” e dos indivíduos é muito semelhante àquela comumente usada pelos próprios militantes, referindo-se às clivagens entre orientações no interior do marxismo (“maoístas”, “trotskistas”, “foquistas”, etc.), à divisão do trabalho (“área de aproximação”, “membro de célula”, etc.), à estrutura (“aparelhos”, “financiamento”, etc.) e às tarefas (“formação”, “assaltos”, “ações armadas”, “vinculação com o exterior”, etc.). Tal constatação, ligada ao uso do jargão militar pelos membros das “organizações”, assinala para a formação de um quadro de referências comum entre os “pólos armados” e uma interpenetração de códigos no processo de enfrentamento¹⁶.

¹⁶ Isto parece ser decorrente das interpenetrações, osmose e tensões entre os “pólos”. Tais constatações vão ao encontro de alguns apontamentos feitos por Neiburg (1999b) seguindo as orientações de Norbert Elias

É importante realçar também a existência de uma espécie de “sintonia” entre os elementos valorizados pelos “órgãos de repressão” à época e pelas instâncias de consagração atualmente. Isto é, tanto as instituições responsáveis pelo combate às ações contestatórias quanto àquelas dedicadas à celebração dos agentes nelas envolvidos conferem especial destaque às “atividades subversivas”. O enquadramento policial (as “fichas”) constitui o material de maior e de mais fácil acesso no “Memorial de Luta Contra a Ditadura”. Ao longo da pesquisa, verificou-se que grande parte dos frequentadores do memorial buscava o acesso justamente a este tipo de documento e que os funcionários os disponibilizavam prioritariamente para todos os usuários do arquivo. Do mesmo modo, o enquadramento policial era frequentemente referido pelos agentes como uma certificação da sua atuação no momento contestatório. Eventualmente, assim como pareceu acontecer para os depoimentos oferecidos, estes registros comprovariam, paradoxalmente, a atestação da inserção “heróica” do protagonista e também sua “vitimização” (torturados, procurados, exilados, desempregados, enfim) que podem ser acionados nos pedidos de indenização por tais danos¹⁷.

Infelizmente, os dados não são homogêneos, são incompletos e, em alguns casos, também equivocados, o que pode ser constatado no confronto com informações extraídas de outras fontes. De qualquer modo, o material encontrado nos arquivos do memorial viabilizou o mapeamento de indivíduos e “organizações” de esquerda, atuantes ou com vínculos no Rio Grande do Sul entre 1969 e 1973.

Apesar da carência de dados biográficos consistentes, foi possível organizar um banco de dados cuja análise permitiu a composição de um panorama geral do perfil dos militantes e, a partir deste, selecionar os casos pertinentes para a análise mais detalhada de perfis e itinerários. As informações são aqui apresentadas em dois momentos: o primeiro abarca o maior número possível de militantes localizados e examinados a partir de um

sobre a análise das configurações de relações entre grupos *established* e *outsiders*, espirais de violência e duplo vínculo. Nas suas palavras: “a dinâmica de atração e de repulsão entre os grupos estabelece uma situação de interdependência e de conflitos crescentes que, dado um aumento exagerado no diferencial de poder entre eles, pode transformar em legítimo o uso da força e, em casos extremos, pode viabilizar o extermínio como forma de construir identidade de uns às expensas da própria existência dos outros . (...) poderíamos identificar processo semelhantes em universos sociais (...) como na América Latina dos anos 70, no confronto entre grupos de inspiração marxista, que acreditavam ser legítimo fazer política de forma violenta, e formações militares estatais e paraestatais, que reivindicam a necessidade de manter o monopólio da violência que supostamente seus inimigos ameaçavam” (Idem:60-61)

¹⁷ Refere-se à aplicação da Lei nº 11.042/97 do Rio Grande do Sul que obriga o Estado brasileiro a indenizar as vítimas e os familiares que foram “vítimas da ditadura”.

número restrito de variáveis e o segundo contempla um número mais reduzido de casos de agentes entrevistados e analisados de forma mais densa a partir uma gama mais ampla de variáveis (foco do próximo item). Portanto, os dados reunidos para todos os agentes que foram registrados ou mencionados (nos documentos e depoimentos coletados) como tendo tido alguma tipo de atuação na “luta contra a ditadura”, fundamenta a seleção dos perfis representativos e acessíveis para o estudo mais preciso de trajetos exemplares.

Foram, então, identificados 429 indivíduos. Destes, não foi encontrada nenhuma informação para 80 (18.6%) e de 96 (ou 22%) detectou-se apenas a “organização clandestina” a qual pertenceu nos anos 70¹⁸. Apenas 94 (22%) são do sexo feminino, sendo que para 24 delas não se tem nenhuma informação e para 21 sabe-se apenas a “organização”.

Inicia-se expondo a distribuição dos militantes entre as “organizações clandestinas” nos anos sessenta e setenta¹⁹, tomando a principal vinculação dos mesmos. Para estas, têm-se informações para 283 dos casos.

¹⁸ É preciso sublinhar que a maioria dos relatórios da polícia encontrados é datada do início da década de setenta, período este marcado pelo investimento mais intenso e bem sucedido dos “órgãos de repressão” no sentido de “desmantelar as organizações clandestinas de esquerda” que “combatiam” o “regime militar”.

¹⁹ A análise da idéia de “organização” revela lógicas específicas ativadas pelos agentes na sua prática militante e também permite observar a constituição e dissolução de vínculos de amizade e de concorrência. Por estes motivos, essa categoria merece uma discussão mais detalhada, o que é realizada no próximo capítulo dedicado às *redes de relações* e seus efeitos na configuração de um espaço de concorrência fundado nos engajamentos e militatismo no RS.

Quadro 2: Organizações clandestinas nos anos sessenta e setenta

Organização	Número de agentes atuantes no início da década de setenta.	(%)
Ala Vermelha do Pc do B	24	8,5
ALN (Ação Libertadora Nacional)	3	1
AP (Ação Popular)	79	29
FBT (Fração Bolchevique Trotsquista)	4	1,4
M26M (Movimento 26 de março)	7	2,5
M3G (Marx, Mao, Marighela, Guevara)	1	0,3
MCR (Movimento Comunista Revolucionário)	8	3
MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro)	2	0,7
MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes)	2	0,7
PC do B (Partido Comunista do Brasil)	30	10,6
PCB (Partido Comunista Brasileiro)	4	1,4
POC (Partido Operário Comunista)	75	26,5
VAR- Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares)	17	6
VPR (Vanguarda Popular Revolucionária)	27	9,5
Total	283	100

Fonte: Acervo do “Memorial da luta contra a ditadura”; *sites de internet* de consagração e entrevistas.

Seis “organizações” se destacam na tabela acima: AP (28%), POC (26,5%), PC do B (10,6%), VPR (9,5%), Ala Vermelha do PC do B (8,5%) e VAR-Palmares (6%). A Ação Popular foi formada em 1962, por integrantes da Juventude Universitária Católica, a JUC (setor da chamada Ação Católica) que desejavam formalizar-se como “grupo político” com o intuito de “lutar contra a ditadura”. Apesar de transformar seu conteúdo ideológico ao longo do tempo (tido altamente “conservador” na gênese, “libertário” e “revolucionário” nos anos 60), são características marcantes da AP: a interferência dos teólogos franceses, a ênfase num intelectualismo católico e a intervenção na política nacional.

Estes elementos devem ser discutidos mais atentamente (o que é feito no próximo capítulo), mas eles são brevemente aqui indicados para apontar a preponderância desta “organização” em âmbito nacional e, inclusive, as bases dos elos estabelecidos pelos

seus componentes e sua persistência. Não poderia ser diferente no Rio Grande do Sul onde os dirigentes da AP possuíam inserção incontestável no movimento estudantil, secundarista e universitário, e contavam com uma circulação nacional e internacional importante (fomentada ou não pela “organização”) o que justifica esse destaque em relação às demais “organizações”.

Outra “matriz” das organizações de esquerda, presente naquele cenário, é a POLOP. Anterior à AP, desde 1961 a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (o ORM-PO ou POLOP) havia se constituído como veículo de atuação “esquerdista” com influência marcante nos meios universitários. POLOP e AP eram alternativas a até então predominante presença do PCB e dos “nacionalistas de esquerda” (ou os “trabalhistas”) que compartilhavam as mesmas diretrizes de condução da política nacional naquele momento. Além dessas, o início dos anos 60 também contava com a existência do PC do B que fora formado a partir de um “racha” (como é classificado na linguagem do meio) no interior do PCB (oficialmente porque os “dissidentes” assumiram a “via stalinista” mesmo depois das denúncias dos crimes cometidos pelo líder russo).

Porém, com o “golpe militar”, essas “organizações” não conseguiram se sustentar como as principais aglutinadoras dos “contestadores” e fragmentaram-se em pequenas “organizações revolucionárias clandestinas” que pautaram, durante mais ou menos sete anos, as articulações e rearticulações entre militantes (não raro os debates em torno das cisões são centrados na defesa ou contestação da “guerrilha” ou da “luta armada”). Com justificativas “teóricas” e “ideológicas” diversas para as trocas, construções, reconstruções ou dissoluções das “organizações”, a análise dessa dinâmica revelou uma série de mecanismos de compatibilização de disposições sociais, afetivas e ideológicas. Deste modo, pode-se afirmar que as constantes formações, fusões ou dissensões entre e intra “organizações” eram muitas vezes o resultado de rupturas ou edificação de laços variados, fundados em motivações muitas vezes indiscerníveis e que são tratadas no próximo momento.

No caso do PCB, entre 1965 e 1968 houve uma “debandada” dos militantes inseridos nos meios estudantis que, utilizando como justificativa a morosidade na “resistência” ao “golpe” ou passividade do partido diante do regime, formaram “dissidências estaduais” em todo o país. Os “dissidentes” gaúchos que deixaram o

“partidão” e juntaram-se, posteriormente, a uma grande parcela dos integrantes da POLOP e constituíram, em 1967, o Partido Operário Comunista. O POC sobressaiu-se no Rio Grande do Sul, então, em decorrência da presença das suas principais lideranças residirem e militarem neste estado.

A outra metade dos membros da Organização Revolucionária Marxista dividiu-se em duas “organizações”: a primeira, localizada em Minas Gerais, compôs o Comando de Libertação Nacional (Colina) e a segunda, centrada em São Paulo, juntou-se a militantes advindos fundamentalmente dos movimentos nacionalistas de esquerda (formado, sobretudo por ex-militares de baixa patente cassados em 1964) que pertenciam ao MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário) para formar, em 1968, a VAR-Palmares.

No Rio Grande do Sul, uma das principais lideranças da “organização” havia atuado no PCB e, com a pulverização das “esquerdas”, formou, junto às lideranças estudantis secundaristas (vinculadas notadamente a principal escola pública localizada em Porto Alegre e conhecida como um “foco de resistência estudantil”, o Júlio de Castilhos) uma pequena organização que, até ligar-se a VAR-Palmares ou a VPR, não tinha nome e ficou conhecida como O. (chamada “O pontinho”). Esse líder da VAR-Palmares, casou-se, em São Paulo, com uma liderança de destaque da mesma organização (ex-Colina). Os vínculos existentes, estabelecidos ou mantidos destes militantes indicam a relevância das organizações (VPR e VAR-Palmares) no estado.

O PC do B e sua Ala Vermelha sobressaem-se consideravelmente no quadro acima. O primeiro, porque, embora tenha tido uma organização muito tardia e com poucos membros depois do “racha” no PCB, no Rio Grande do Sul, assim como no Rio de Janeiro e São Paulo, constituiu “bases significativas”, pois contou com a intervenção direta dos seus principais dirigentes nacionais nestes estados no período da cisão.

Já a Ala Vermelha formou-se a partir da junção entre dissidências do PC do B localizadas no centro-oeste e no sudeste. Apesar de muito pequena e relativamente inexpressiva nacionalmente, a “dissidência” gaúcha foi articulada por lideranças (sobretudo com origem em uma importante cidade universitária do interior, Santa Maria) que congregavam a defesa da “guerrilha” com investimentos e reconhecimento “teóricos”. Os militantes, que possuíam e reivindicavam a posse desses atributos, constituíam

basicamente a mesma *rede de relações*, conquistaram um reconhecimento significativo nos debates e espaços esquerdistas no estado e vieram a constituir, já na década de 80, o Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Não está entre os alvos primordiais do presente estudo, confrontar versões sobre as orientações “filosóficas” e “ideológicas” declaradas nas definições das siglas e dos conteúdos formais aos quais os membros das “organizações” se associavam. Contudo, através da observação das frequências acima é possível identificar estes lugares como privilegiados para a constituição ou explicitação de elos que persistiram ou se desfizeram de formas variadas, nos itinerários dos agentes. Como já foi dito, tais laços são tratados num momento posterior dedicado especificamente ao estudo dos vínculos e posicionamentos que estruturam o espaço de luta e que se constroem a partir das inserções e nas suas reconfigurações sucessivas ao longo dos trajetos coletivos.

O segundo dado mais freqüentemente encontrado foi o de naturalidade. Tal informação foi obtida para 205 militantes. Entre eles 77% nasceram no Rio Grande do Sul e 23% nasceram fora do estado. Dentre os que têm origem fora, salientam-se as maiores frequências para os nascidos em Minas Gerais (23%), seguido por Santa Catarina (13%) e São Paulo (11%). Essa presença contundente de militantes oriundos do primeiro estado (MG), além da patente extensão demográfica – afinal trata-se de um dos estados mais populosos do país – deve-se aos laços que as lideranças mineiras fixaram com outros estados (mormente com o RS) e que se refletiram no destaque que conquistaram na composição das “organizações”, as mais “prestigiadas” pelos militantes como a POLOP, a VPR e VAR-Palmares (cujas influências no RS foram mencionadas anteriormente). No que tange aos militantes originários de São Paulo, sua presença significativa deve-se à posição central do estado na configuração da maior parte das “organizações”, além da importância demográfica do mesmo. Quanto àqueles advindos de Santa Catarina, o peso deve-se basicamente à proximidade geográfica com o Rio Grande do Sul.

No que diz respeito apenas aos gaúchos, a maior frequência está entre os nascidos em Porto Alegre (30%), seguido distante por Pelotas (8%), Bagé (6%) e Santa Maria (5%). O que demonstra que uma boa parcela dos militantes é proveniente da capital ou dos grandes municípios do estado. Porém, mais da metade deles (51%) nasceram em cidades espalhadas pelo Rio Grande do Sul, mas de qualquer modo, a estréia na militância

ocorreu nas cidades caracterizadas pela existência de universidades mais ou menos importantes e a maioria deles migra para a capital (não raro para estudar) e em Porto Alegre desenvolvem sua atuação mais sistemática de contestação ao “regime militar”. O deslocamento para o centro geográfico indiscutivelmente proporciona a aquisição de determinados recursos, devido à facilidade em estabelecer contatos com militantes “qualificados” e, através destes, a possibilidade de transitar por outros estados por conta destes laços.

Para o ano de nascimento, obteve-se informação para 197 casos (78% do total). Desses, 43 (22%) nasceram antes de 1940; 108 (55%) durante a década de quarenta; 44 (22%) durante os anos cinqüenta; e dois indivíduos incluídos no banco nasceram em 1960 e 61. Para dar uma idéia mais precisa da faixa etária dos mesmos, pode-se tomar o ano do “golpe militar” (1964) e a idade compatível com a realização do curso universitário para classificar dois intervalos que comportam as maiores freqüências detidas. No primeiro estão incluídos aqueles que nasceram entre 1940 e 1946 e tinham, no momento do “golpe”, no mínimo 18 e no máximo 24 anos (36,5%). O segundo abrange os indivíduos nascidos entre 1947 e 1952 que, portanto, detinham a idade mínima de 12 e máxima de 17 anos (34%) em 1964. Logo, estes últimos chegaram à idade padrão de ingresso na universidade entre final dos anos sessenta e início dos anos setenta, período de efervescência das atividades contestatórias, e foram formados “intelectualmente” nos marcos da influência de diferentes modalidades de versões de “marxismos”.

Os dados de formação universitária foram obtidos para um número relativamente restrito de agentes e são apresentados mais adiante. Diretamente ligada à formação universitária, mas não necessariamente coincidente com ela, a ocupação dos agentes informa a principal atividade profissional exercida ao longo dos trajetos. Nessa variável, mais abrangente, conta-se com informações sobre 167 (66% do total). Para apresentá-los de modo profícuo para o trabalho, optou-se por classificá-los em 10 categorias que contemplam as ocupações exercidas pelos agentes.

Quadro 3: Ocupações exercidas

Ocupações	(%)
Assessores parlamentares e ocupantes de cargos de confiança em governos	20
Empresários e comerciantes	4
Funcionários públicos	12
Jornalistas	8
Professores da estadual e municipal e professores universitários	23
Profissionais assalariados da iniciativa privada	4
Profissionais da área artística	4
Profissionais liberais	18
Profissões “manuais”	5
Outros	2
Total	100

Fonte: Entrevistas, currículos e *site de internet*.

É preciso frisar que frequentemente os agentes se dedicam (simultaneamente e/ou ao longo de seus itinerários) a diferentes atividades, o que dificulta as tentativas de agrupamento dos dados. Para o presente quadro geral dos perfis, o critério fundamental utilizado foi o maior tempo dedicado a uma ou outra das ocupações, considerando, pois, as informações reunidas sobre os trajetos e não somente no tocante a atual. Como a pluralidade de inserções constitui o principal vetor explicativo desta tese, uma análise mais precisa é feita ao longo do exame de itinerários. Também porque é necessário considerar a heterogeneidade existente no âmbito das categorias, buscando os variados recursos detidos pelos agentes e, assim, apreender como estes definem as diferentes formas de relacionar e acionar trunfos militantes e intelectuais nas diferentes arenas nas quais investem e ainda entender como isso se traduz nas posições ocupadas e se reflete na hierarquia dessas posições.

Sobre a tabela acima, observa-se que as maiores freqüências estão entre os professores e professores universitários (23%), os assessores parlamentares e ocupantes de cargos de confiança em governos (20%), os profissionais liberais (18%) e os funcionários públicos (18%) e, ainda, deve-se destacar a categoria dos jornalistas (8%) que apresentou características e um índice que justificam seu não agrupamento em outras classificações.

Para uma breve referência sobre esse índice, destaca-se a importância da produção escrita (jornais, documentos, panfletos, programas, etc.) como principal estratégia de divulgação das idéias defendidas e posicionamentos dos “agrupamentos”. Além disso, o título de jornalista poderia ser adquirido pelo exercício prático da profissão, sem a exigência da formação superior no curso de jornalismo para sua aquisição. O que facilitaria a conjunção entre a “habilidade” adquirida na militância e a necessidade de atuar profissionalmente.

Considerando as informações do quadro geral, quatro características mais evidentes podem ser sublinhadas. Os cinco tipos de ocupações exigem formação escolar elevada, informam que os agentes contam com condições materiais de existência relativamente garantidas, o desempenho dessas funções também viabilizam certa disponibilidade em termos de tempo livre. A detenção da garantia salarial vinculada à questão do tempo livre ou a flexibilidade de horários que tais ocupações permitem são compatíveis com a disponibilidade que podem contar para dedicar-se aos engajamentos. Adiciona-se que tais ocupações, segundo indica o quadro 3, tendem a retratar o modelo de extração social de origem situada nas “camadas médias e intelectualizadas” da população (o que é corroborado adiante com a informação da profissão do pai). Ou seja, são baixas as frequências nas ocupações socialmente dominadas (como as “manuais”) e também são fracas entre aquelas que podem significar ocupações dominantes (como os “empresários”). Frisando que está se falando do ponto de vista econômico, haja vista que, considerando a dimensão cultural, os índices mais contundentes encontram-se justamente nas ocupações “intelectualmente” dominantes.

No âmbito das ocupações mais frequentes, pode-se propor ainda uma bifurcação em duas direções definidas a partir maior ou menor grau de autonomia em relação à dinâmica político-partidária. Por um lado, têm-se aqueles cujas atividades independem diretamente das invariâncias do mundo político tanto em termos de posições e tomadas de posição como no sentido financeiro, por isso, são mais “independentes” para desempenhar seus engajamentos e detêm uma maior disponibilidade de tempo livre para tal (são os professores e professores universitários, os profissionais liberais e os funcionários públicos). Por outro lado, têm-se aqueles cujas ocupações estão diretamente relacionadas à configuração do domínio político e suas retribuições materiais e simbólicas, bem como a posição e tomadas de posição assumidas são relativa e diretamente dependentes das lutas

estabelecidas nesses domínios (os assessores parlamentares e ocupantes de cargos de confiança).

No que concerne especificamente às mulheres, das 49 (19%) que compõem o banco de dados, há informação de profissão para 71% delas. Neste caso a distribuição se comporta da maneira que segue: professoras e professoras universitárias (28%), profissionais liberais (20%), as assessoras parlamentares e ocupantes de cargos de confiança em governos (17%), e funcionárias públicas (14%). Há, então, duas alterações em relação à distribuição anterior. Em primeiro lugar, observa-se que o índice de profissionais liberais é maior que a dos assessores e, em segundo lugar, que se tem uma frequência maior de empresárias e comerciantes (6%) neste último caso. Tais dados assinalam para uma menor profissionalização militante e um maior número de *desengajamentos* (Fillieule, 2005) entre as mulheres. De qualquer modo, não foi evidenciada, ao menos neste momento, nenhuma diferença de gênero mais significativa nas ocupações.

A partir das quatro variáveis apresentadas até então, examinadas com o apoio de outros materiais pertinentes, podem ser destacadas algumas pistas que são exploradas nos momentos subseqüentes de forma mais acurada. Os dados sobre as “organizações” pertencentes nos anos sessenta e setenta indicam a inserção e distribuição dos agentes no espaço “esquerdista” configurado naquele período. Mesmo que as adesões fossem efêmeras, eram os lugares privilegiados na delimitação de identificações, de sociabilidades e de rivalidades criadas entre os militantes e, por este motivo, são passíveis de serem observadas tomando-se como ponto de partida a própria circulação ou não dos protagonistas entre elas. No tocante à naturalidade, esta permite evidenciar não somente a distribuição regional dos militantes, como também suscita a reflexão sobre as estratégias acionadas pelos agentes com vistas à aquisição ou acumulação de recursos de militância e de afirmação profissional, uma vez que os deslocamentos operados constituíam-se num dos principais vetores neste sentido.

No concernente à data de nascimento, esta é tratada como um indicador geracional (não definitivo) importante para a análise, pois informa a possibilidade do agente ter estado submetido ou não a eventos marcantes anteriores à década de sessenta, de possuir outras formas de relacionar os engajamentos e seus recursos intelectuais, enfim, de

perceber e utilizar modalidades de intervenção política diferentes daquelas privilegiadas pelos agentes que ingressaram na “luta política” já sobre o efeito da “ditadura militar”. Por último, a classificação das ocupações se mostrou importante para mapear preliminarmente os destinos profissionais possíveis para os agentes e, com isso, reunir elementos sobre as diferentes posições alcançadas, bem como para sinalizar os arranjos estabelecidos nas suas atividades entre os investimentos escolares, intelectuais e políticos.

Desta maneira, as constatações feitas com base na análise das quatro variáveis acima viabilizaram a delimitação de um universo menor e representativo de casos. Isto é, levando-se em conta a acessibilidade às informações e a sua representatividade assentada nos perfis sugeridos na discussão precedente, a redução do conjunto de agentes tratados na seqüência se justifica pela possibilidade de operacionalizar informações padronizadas, refinar as variáveis e garantir frequências relativamente contudentes.

Sendo assim, passou-se a trabalhar com um conjunto de 105 indivíduos, cujos perfis são descritos com base na aplicação de variáveis referentes à posição social e às trajetórias escolares, profissionais e políticas.

As duas variáveis sociográficas mais básicas são as referentes ao sexo e ao estado civil (sobre esta última, toma-se as informações mais atualizadas que se obteve). Dos 105 militantes, 21 são mulheres (20%) e 84 são homens (80%). Para as informações a respeito do estado civil obtidas para 75 dos militantes, observa-se que 52 (69%) são casados, 12 (16%) são divorciados, 6 (8%) são solteiros e 5 (7%) são viúvos. Verifica-se que, de certo modo, mantém-se a proporcionalidade inicial entre homens e mulheres (19% contra 81%). De qualquer modo, cabe observar que das 21 mulheres referidas, excetuando-se 4 das quais não se tem uma informação neste tocante, 17 (81%) são ou foram casadas com companheiros de militância daquele período. Interessante, é que a maioria destes laços se refere à vínculos matrimoniais estabelecidos entre as principais lideranças (tendo em vista os agentes aqui analisados) de ambos os sexos. Uma explicação para tal preponderância pode ser buscada na proximidade entre os militantes e a distância (proporcional à inserção “total” na militância) que acabava se criando entre os “ativistas da luta” e o mercado matrimonial em geral. Para as mulheres, o fato mesmo de participar “organicamente” desses movimentos de contestação e de serem “esquerdistas” já se

constituía num trunfo primordial no mercado afetivo restrito, haja vista a raridade de engajamentos “femininos”. E, até mesmo por isso, elas se beneficiaram de uma “oferta masculina” generosa e, assim, puderam “escolher” entre os militantes com atributos de liderança mais relevantes e valorizados naquele momento. Isso é claro, sem neutralizar, por um lado, a diversidade de atributos exaltados conforme os variados meios de inserção e o momento conjuntural – o fato de ser “destemido”, “combatente”, “corajoso”, etc. podem ser mais ou menos valorizados, ao passo que em outro a “capacidade” de elaboração intelectual poderia ser o principal critério de valor. E, por outro lado, não deixavam de operar as disposições e o encontro de posições semelhantes ocupadas por homens e mulheres no universo dos engajamentos. A hierarquização operada no interior do universo masculino, acompanhada da desigual oferta entre os gêneros no mercado afetivo intervinham para que os homens com posições de liderança viessem a casar-se com mulheres militantes e para os demais (mais periféricos na hierarquia) isso fosse menos provável.

No que concerne à profissão do pai, tem-se informação para 68 casos e as frequências se distribuem da forma que segue: 13 (19%) são filhos de comerciantes, 12 (18%) têm pais que podem ser classificados como detentores de profissões manuais, índice este que se repete para os casos de filhos de profissionais liberais (18%), 10 (15%) são filhos de funcionários públicos. As recorrências mais baixas estão entre os agentes que descendem de empregados privados que totalizam 6 (9%), seguidos dos professores universitários, empresários e militares, todos com 5 componentes cada (7%).

Quadro 4: Profissão do pai

Profissões	(%)
Comerciantes	19
Empregados no setor privado	9
Empresários	7
Funcionários Públicos	15
Militares	7
Professores Universitários	7
Profissionais liberais	18
Profissões Manuais	18
Total	100

Fonte: Entrevistas e biografias.

Evidencia-se que as maiores frequências estão nas profissões que podem ser classificadas como pertencente às “camadas médias” da população, reforçando a extração social identificada com os dados de ocupação tratados anteriormente. No que pese as classificações de “comerciante” e de “profissional manual” serem pouco precisas para informar a origem social dos agentes – uma vez que é preciso saber que tipo de comércio e sua localização ou mesmo a que tipo de profissão manual está se referindo – pode-se salientar que, do ponto de vista econômico, há uma predominância de ocupações relativamente “bem remuneradas” e, do ponto de vista cultural, existe uma forte presença de atividades intelectualizadas ou ligadas à formação escolar entre os pais dos militantes.

Sobre a “influência política herdada”, enfatiza-se que entre os 86 para os quais se obteve esta informação, 71 (83%) dos indivíduos têm parentes com algum tipo de engajamento político. Sendo que a referência a tal vínculo costuma ser feita quando são apontados os fatores que teriam influenciado na definição pela participação política do mesmo. Assim, a valorização da detenção de um laço familiar (principalmente a existência de ascendentes como pais, avós, mas também de maridos e esposas) constitui-se numa estratégia de auto-atribuição ou reivindicação da “capacidade” de intervenção.

Dos 105 militantes em pauta, 95 (90%) iniciaram sua intervenção política via movimento estudantil, sendo que 56 (53%) deles estrearam a atuação nos meios universitários e 39 (37%) nos quadros do movimento estudantil secundarista. Apenas 10 (9%) declararam que o vínculo inaugural foi com o partido político e esses casos referiam-se mais frequentemente à “aproximação” com o PCB, uma das principais forças “esquerdistas” que abarcava os estudantes no início dos anos 60. Contudo, é preciso observar que, não raro os contatos com outros integrantes que viabilizavam a entrada no partido ocorriam dentro mesmo das instituições de ensino e concomitantemente à participação nos movimentos de contestação estudantis. Por isso, se ajustam às delimitações do recorte empírico previamente estabelecido.

Como se sabe, o “pós-golpe” é marcado por uma série de “rachas” nas chamadas “organizações matrizes” de esquerda (notadamente o PCB, POLOP, AP e PC do B), bem como pela rearticulação das várias dissidências e constituição de “organizações clandestinas” menores. Contudo, a investida da “polícia” na localização e supressão dessas

“organizações” mediante a prisão e tortura dos seus principais líderes, conjugado, como consequência, à saída de cena de outros tantos para o exílio, suspenderam expectativas “esquerdistas” mais “audaciosas”.

Ademais, o início dos anos setenta (sobretudo a partir de 1973) também marcou a disseminação dos discursos pela “democratização” e pelo fortalecimento (e eficácia) da atuação da “sociedade civil” por via “segura”, isto é, institucional. Seus principais porta-vozes, as “personalidades intelectuais” nacionais, moveram-se definitivamente para dentro do partido de oposição e colocaram em obra a fundamentação das estratégias oposicionistas a serem levadas a cabo pelo MDB. Estes aspectos, somados aos favoráveis resultados eleitorais conquistados pelo único partido de oposição oficial, convergiram para a identificação do MDB como veículo passível de favorecer não somente a “mobilização esquerdista” contra o “regime”, como também a afirmação dos seus protagonistas no espaço institucional.

De 102 militantes que se dedicaram à contestação ao regime militar e para os quais se obteve a informação, 48 (47%) optaram por atuar paralelamente nos seus círculos informais ou clandestinos – cujas fronteiras eram definidas por proximidades ideológicas e sua sustentação dava-se tanto pelo compartilhamento de preceitos como pelos laços de afetividade fixados – e no MDB como estratégia de demarcação de posição. Um pouco menos, mais precisamente 42 (42%) dos militantes tiveram sua atuação atrelada apenas às organizações clandestinas ou informais no início da mesma década. No entanto, neste caso, é preciso ressaltar que estão sendo mensurados, inclusive, os que foram presos e/ou exilados naquele período, ou seja, não tiveram a *oportunidade* de se filiar ao MDB no momento de maior legitimidade da sigla, ou participar de espaços como o Setor Jovem ou o IEPES. Mas mesmo estando fora do país eles influenciaram nas tomadas de posição daqueles que passaram a atuar também no âmbito institucional a partir, mais ou menos, de 1973, o que pode ser afirmado com base em outras fontes de análise, notadamente as entrevistas. É preciso enfatizar que também foram considerados aqueles que ingressaram nos movimentos de contestação na metade da década quando, portanto, já praticamente não existiam as ditas “organizações clandestinas”. Os 12 (11%) restantes são aqueles que atuaram no mesmo período somente nos marcos MDB e constituíram sua *rede de relações* a partir dos domínios do partido e deste extraíram seu reconhecimento. Cabe mencionar

que grande parte destes últimos se mantivera no PMDB, ao menos como a primeira opção partidária.

Pode-se demonstrar a frequência das escolhas partidárias, com o pluripartidarismo, apoiados nas informações obtidas para 90 militantes (para 7 não foi localizada esta informação, 5 militantes desapareceram na década de 70 e 3 indicaram não terem se filiado a nenhum partido).

Quadro 5 – Primeira filiação partidária pós-regime militar

Partido	N.º de casos	(%)
PMDB	41	45
PT	33	37
PDT	16	18
Total	90	100

Fontes: Entrevistas e biografias.

A maior frequência, 41 (45%), está então entre aqueles que escolheram o PMDB como primeira opção partidária seguidos por aqueles que optaram pelo PT, 33 (37%) e, em último lugar, está a escolha pelo PDT, 16 (18%).

Os motivos do destaque do primeiro em relação aos demais também são as razões da perda de quadros nos momentos subsequentes. Ou seja, deve-se, sobretudo, à concentração de “expoentes intelectuais” que não detinham inserções partidárias mais contundentes e anteriores e que maximizaram o MDB como espaço de intervenção. E, igualmente, deve-se à ilegalidade dos partidos comunistas que ficaram sob à égide do PMDB até a legalização dos mesmos. Porém, com o tempo, emergiram divergências de expectativas dos “mais novos” que colidiram com os “projetos” mais “tradicionais” que monopolizavam o partido, e a agremiação sofreu o impacto de migrações, inicialmente para o PT e para os partidos comunistas (então legalizados), e posteriormente para o PSDB (em menor número) e, ainda mais recentemente, para o PPS (em maior número).

O fato de se estar trabalhando com gerações constituídas no exercício da contestação política numa conjuntura histórica específica e sem vínculos anteriores diretos

com forças políticas locais, explica a alta frequência na escolha do PT. Tendo sido formado mesmo pelos próprios protagonistas daquelas “lutas”, vinha então com o perfil compatível àquelas gerações de ativistas e, principalmente, não contava com lideranças estabelecidas política e eleitoralmente, constituindo-se num espaço para ser disputado e conquistado por agentes que compartilhavam dos mesmos códigos e recursos de intervenção. As mesmas razões explicam a baixa frequência nas escolhas pelo PDT (mais marcado ainda que o PMDB pelas concepções, práticas e personalidades forjadas em conjunturas históricas anteriores ao “golpe militar”), assim como apontam para as fidelidades e conflitos geracionais que emergiram no âmbito desses dois últimos partidos, que acabaram produzindo “dissidências” tanto em direção ao próprio PT, quanto para outros partidos menos consolidados no cenário estadual, mas mais propícios à formação de novas lideranças em busca de espaços.

Tais escolhas iniciais configuram um espaço de oportunidades com reflexos diretos e variados nos destinos dos militantes. A opção pelo PMDB, principalmente quando seguida da permanência na sigla, significou possibilidades de profissionalização como assessores e ocupantes de cargos públicos relevantes ao longo das décadas de oitenta e noventa, mas implicou em menor destaque eleitoral. Em contrapartida, a escolha pelo PT, principalmente quando tomada desde a “fundação” da sigla, acarretou em menores chances de profissionalização nos primeiros anos, contudo contrabalançadas pela constituição de uma oferta de cargos (eleitorais, públicos, partidários, etc.) praticamente monopolizados durante algum tempo por protagonistas da “luta contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. Já no que tange ao PDT, observa-se uma desvantagem no acesso aos cargos tanto nos anos iniciais como no período subsequente e um controle da sigla por parte de quadros oriundos do período que precede o “regime militar” ao longo das duas últimas décadas. Tal fato ocasionou recentemente, inclusive, migrações para o PT dos poucos protagonistas que participaram da contestação à “ditadura” e que haviam aderido inicialmente ao partido do “trabalhismo”.

Os movimentos descritos parecem estar intimamente ligados aos perfis dos militantes traçados com sustentação nas demais variáveis. A opção inicial pelo PMDB predomina majoritariamente entre aqueles com origens sociais situadas numa posição

intermediária, com investimento escolar em áreas consideradas mais “técnicas”²⁰ ou em carreiras profissionais que instrumentalizam os títulos para a “gestão pública”, e com participação mais destacada, sobretudo a partir de 1974, em canais ligados ao MDB, tais como o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES), os Setores Jovens existentes em alguns municípios do Rio Grande do Sul e o Gabinete de Assessoria Superior (GAS). Já aqueles que investiram na “organização” ou “construção” do PT, tendem a possuir origens sociais mais altas, investimentos escolares com destaque para formação em ciências humanas, aí incluídas letras, economia (atrelada ao marxismo) e pedagogia, bem como são oriundos de “movimentos armados” dos anos sessenta e início dos anos setenta, afora daqueles que se vincularam às principais lideranças que haviam estado na clandestinidade, em prisões, exílios, etc. Finalmente, a parcela que aderiu ao PDT é composta em sua maioria por militantes com origens sociais mais baixas, com menor escolarização (o investimento na obtenção de títulos superiores muitas vezes ocorrendo já na década de oitenta) e atuação menos destacada no primeiro período ou concentrada no segundo período. Estes se aproximaram de “trabalhistas históricos” para a formação de um partido.

Estas considerações apenas podem ser demonstradas mediante o exame qualitativo dos trajetos individuais e migrações coletivas, de qualquer modo, a variável informando a qual partido pertencem atualmente já sinaliza para alguns elementos neste sentido. Descartando-se os casos em que não se obteve tal informação, ou em que o dado não se aplica, pois os militantes desapareceram ou não se filiaram a nenhum partido com a reorganização, ou ainda porque atualmente encontram-se sem vinculação partidária, tem-se informação para 78 casos que se distribuem segundo a tabela abaixo:

²⁰ Essa classificação como “técnicas” de determinadas profissões utilizadas como trunfo de atuação política foi identificada também por Coradini (2006:283) ao analisar o uso das relações profissionais nas disputas eleitorais. Segundo ele ocorre “uma espécie de dicotomia entre os aspectos ‘técnicos’ e os ‘políticos’, decorrentes de uma concepção própria de política, mas também de profissão. Sendo assim, além de uma concepção pretensamente desideologizada de política, há uma definição de exercício profissional calcado em aspectos técnicos, o que aponta para uma posição específica nas lutas [pela definição de determinadas profissões]”. Do mesmo modo, o autor ao examinar as relações entre escolarização e militâncias para ocupantes de cargos de primeiro escalão nos governos do PMDB (1995-1998) e do PT (1999-2002), além de identificar a dicotomia explicitada acima entre profissões “técnicas” e “políticas”, aponta que tal distinção está correlacionada aos partidos. No primeiro caso, havia mais empresários e administradores enquanto no segundo mais sociólogos, por exemplo. Da mesma maneira, no primeiro caso, prevalecem as carreiras que mesclam o engajamento no movimento estudantil, a ocupação de cargos públicos por cooptação e a atuação em esferas profissionais, no segundo caso, existe um amálgama entre militância, uso das ciências sociais e ocupação de cargos públicos (Coradini, 2002).

Quadro 6: Última filiação partidária

Partido	N.º	(%)
PC do B	2	3
PDT	8	10
PMDB	10	13
PPS	3	4
PSB	4	5
PSDB	2	3
PSOL	1	1
PT	48	61
Total	78	100

Fontes: Entrevistas e biografias.

Comparando os dados do quadro acima com aqueles obtidos acerca da primeira filiação “pós-regime militar”, constata-se, principalmente, o crescimento do PT e o decréscimo do PMDB e do PDT. As dissidências no PMDB que fortaleceram novas agremiações no estado (PC do B, PPS, PSDB, etc) e a absorção contínua de militantes pelo PT originários tanto do PMDB quanto do PDT, são fatores que contribuem para a redefinição de forças. Observa-se que o PT cresce como sigla de destino dos militantes da contestação à ditadura à medida que cresce seu potencial eleitoral (logo também seu acesso a postos e a cargos eletivos ou não), em um processo de dependência mútua e que se retroalimentou até o início da última década.

Além das informações sobre a filiação partidária, outros dados mostram que a intervenção dos agentes no espaço político é uma recorrência na população analisada. Contabilizando dados de 85 casos, tem-se que 65 (76%) dos agentes já ocuparam algum cargo administrativo em governos, 43 (50%) deles concorreram ou ocuparam algum tipo de cargo eletivo e 51 (60%) têm ou tiveram algum tipo de atuação em sindicatos. A potencialidade explicativa desses dados, tendo em vista a problemática do presente estudo, pode ser demonstrada de forma mais enfática quando confrontados com os dados referentes ao perfil profissional e produção intelectual dos agentes.

No que concerne ao grau de escolaridade, considerando os 104 indivíduos para os quais se obteve esta informação, 95 (90%) têm curso superior, 6 (6%) até o

segundo grau e 3 (3%) concluíram cursos técnicos. Entre aqueles que obtiveram um diploma superior, obteve-se a informação sobre o primeiro curso universitário realizado para 93 deles. Os mesmos se distribuem conforme o quadro abaixo:

Quadro 7: Cursos universitários realizados

Cursos universitários	N.º	(%)
Administração	2	2.1
Agronomia	3	3.2
Arquitetura	5	5.4
Artes plásticas	1	1
Ciências Sociais	13	14
Direito	17	18.2
Economia	8	9
Educação	1	1
Educação física	1	1
Engenharia	6	6.4
Filosofia	4	4.3
História	7	7.5
Jornalismo	9	10
Letras	6	6.4
Medicina	5	5.3
Odontologia	2	2.1
Psicologia	2	2.1
Geologia	1	1
Total	93	100

Fontes: Entrevistas, currículos e biografias.

Observa-se que as maiores freqüências estão nos cursos de direito, ciências sociais, jornalismo e economia (18.2%, 14%, 10% e 9%, respectivamente). Portanto, os agentes aqui estudados exercem “profissões” que classicamente favorecem a intervenção política nas mais variadas modalidades, a partir da detenção de saberes acionados para avaliação, prescrição e exposição (“capacidade oratória”, “retórica” e uso da escrita, etc.), enfim, de aspectos condizentes com as disputas por reconhecimento nos diversos domínios nos quais transitam. Não raro, as “competências” são potencializadas pela combinação

entre esses saberes, seja mediante a realização de mais de uma graduação ou pós-graduação seja através do investimento dito “autodidata” nas referidas áreas.

Afora isso, sabe-se que, principalmente no período investigado, esses cursos foram particularmente marcados pelas concepções marxistas que eram traduzidas e transmitidas no âmbito estudantil e se fixava como instrumental passível de ser aplicado na interpretação da “realidade brasileira” e, assim, constituíram-se como fontes privilegiadas para a afirmação da “capacidade” simultaneamente intelectual e de aplicação prática, que se impunha como trunfo particularmente potente de distinção em relação às gerações anteriores. Adiciona-se ainda que, mais do que uma dimensão identitária articuladora dos ensejos e dos desejos dos militantes naquele momento, como afirmou Pécaut (1990), tal referencial acabou se constituindo numa matriz estruturante das biográficas, isto é, como princípios orientadores das escolhas, justificativas, tomadas de posição, visão de mundo, etc., dos agentes (não necessariamente racionalizadas como tal). Sendo assim, essa é uma dimensão singularmente importante para se entender a dinâmica de reconfiguração de recursos e estratégias de afirmação política e intelectual.

Considerando os dados de instituição de ensino superior, onde foi obtido o título disponível para 78 militantes, as maiores frequências estão para aqueles que concluíram sua formação na UFRGS (60%), seguidos por aqueles que realizaram seu curso na UFSM (15%), PUC/RS (6%), UFPel (4%), UCPel (2,6%), no exterior (2,6%), e as demais instituições têm apenas 1% cada. Tal distribuição corrobora a importância nos itinerários do deslocamento para a capital ou para um centro dotado de instituição universitária já destacada anteriormente.

Além dos cursos universitários, uma parcela significativa dos agentes investiu também na realização de cursos de Pós-Graduação. De 78 para os quais se têm essa informação, 49 (63%) têm algum título de Pós-Graduação contra 29 (37%) que não investiram na posse deste tipo de diploma. Dentre estes, 28 (57%) fizeram mestrado e 21 (43%) realizaram especializações. Dos 28 que fizeram cursos de mestrado, sabe-se que 24 (86%) se dedicaram ou estão se dedicando igualmente na obtenção do título de doutorado. Das informações detidas para 75 deles, 43 (57%) ministra ou já ministrou aulas em universidades, contra 32 (43%) que não exerceram esta atividade. Para as instituições de ensino às quais estão ou estiveram vinculados criou-se cinco categorias que as englobam:

Quadro 8: Instituição de ensino superior na qual já estiveram vinculados como professor

Tipos de instituições de ensino	N.º	(%)
Universidades Públicas do Rio Grande do Sul	14	33
Universidades Particulares na capital (Porto Alegre)	7	16
Universidades Comunitárias no Interior do Rio Grande do Sul	10	23
Universidades Públicas fora do Rio Grande do Sul	11	26
Universidades Particulares fora do Rio Grande do Sul	1	2
Total	43	100

Fontes: Entrevistas, currículos e biografias.

Evidencia-se o predomínio dos agentes em instituições de ensino superior relativamente bem posicionadas. O que pode ser melhor demonstrado mencionando que, dentre as universidades públicas do RS, 12 (86%) atuaram na UFRGS, dentre aqueles ligados às instituições particulares no estado, 4 (57%) vincularam-se a PUC, e mesmo entre aqueles associados às instituições comunitárias, predominam os laços com universidades que contam com algum reconhecimento no estado, como, por exemplo, a Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Católica de Pelotas (UCPEL) e Universidade do Vale dos Sinos (Unisinos). Mas é preciso enfatizar ainda a alta frequência dos vinculados às universidades públicas de fora do estado, realçando o fato de que estas instituições estão majoritariamente localizadas em centros como Brasília, Campinas e Rio de Janeiro.

Para ratificar a preponderância dos empreendimentos “intelectuais” desses agentes, deve-se atentar para as frequências referentes à produção de livros e artigos em revistas de circulação no âmbito universitário (desconsiderando a publicação em jornais e revistas de circulação mais ampla). Dentre as informações obtidas para 77 casos, 43 (56%) têm livros publicados contra 34 (44%) que não têm. No que se refere aos artigos, a frequência de publicações é maior, isto é, 69 (78%) contra 19 (22%) que não publicaram textos desse tipo. A própria produção de textos já se constitui, obviamente, numa modalidade de intervenção intelectual com maior ou menor incidência no espaço de disputas políticas. Contudo, a análise dos temas por eles privilegiados constitui-se num dado imprescindível para a problemática desta tese, pois revelam a ênfase num sentido de

intervenção na “realidade”, no “social”, no “político” independentemente do domínio social ou da inserção profissional a partir das quais se posicionam. Como os agentes eventualmente não escrevem sobre um assunto apenas, chegou-se a um conjunto de 115 temas sobre os quais se dedicaram a redigir algo, que foram classificados em 6 categorias apresentadas no quadro abaixo com suas respectivas frequências:

Quadro 9: Temas desenvolvidos em livros ou artigos variados

Temas	N.º de temas situados na categoria	(%) sobre total de temas
Balanços sobre “marxismo”, “socialismo” e “esquerda”	32	28
Atuação profissional	13	11
Posicionamentos sobre agenda de “problemas sociais”	30	26
Questões conjunturais	18	16
Questões vinculadas à gestão do Estado	10	9
Temas vinculados ao período militar	12	10
Total	115	100

Fontes: Entrevistas, currículos, *sites de internet* e biografias.

Observa-se que as maiores frequências estão, em primeiro lugar, nos temas classificados como sendo um “balanço sobre marxismo, socialismo, esquerda” e nestes incluem-se as discussões sobre “autores marxistas”, “democracia” e “participação”, uma vez que as discussões sobre essas temáticas aparecem intimamente interligadas. Nem sempre explicitamente assim assumidas, as interpretações sobre a “democracia” e sobre os seus mecanismos de funcionamento (a “participação”, o “papel da esquerda”, ou mesmo as diretrizes de partidos políticos como os livros sobre o PT) aparecem, neste universo, geralmente associadas e mesmo embasadas nos princípios ou na releitura da “tradição marxista”. Mas nem sempre o conteúdo das discussões sobre o “marxismo”, “marxistas”, “comunismo”, “socialismo”, etc. implicam numa busca de adaptação aos “pressupostos democráticos”. Podem constituir-se também em livros de cunho mais histórico que visam reconstituir uma “vertente” desta “tradição” como elemento de afirmação no espaço político constituído com a chamada “democratização”.

Em segundo lugar estão os textos definidos aqui como de “posicionamentos sobre agenda de problemas sociais”²¹. Nesta classificação estão abarcadas as discussões sobre assuntos específicos como “ecologia”, “educação”, “universidade”, “juventude”, etc. Neste caso, geralmente ainda tem-se a aplicação dos “pressupostos marxistas” ou associados a “correntes de pensamento” de “esquerda” e ligam-se temas à questão da “justiça social”, da “igualdade”, do “combate à exploração”, etc.

A frequência das questões conjunturais demonstra a disponibilidade que os agentes aqui tratados têm de posicionar-se sobre temas variados. Comumente são ponderações sobre a pauta conjuntural divulgadas na mídia e presente no meio político-partidário, mas podem da mesma forma tratar-se de livros (não raro coletâneas), que se dedicam à avaliação de uma problemática ou evento político (“partidos”, “eleições”, “globalização”, “casos de corrupção”, etc.). Os agentes também colaboram na construção de “problemáticas sociais” mais diretamente relacionadas à condução política como a “segurança pública”, “saúde”, “política salarial”, etc.

A tomada de posição sobre as temáticas acima, as tentativas de redefinição dos seus conteúdos e as proposições no sentido de solucioná-las ou aperfeiçoá-las informam estratégias de afirmação de competências. Isto é, da legitimação dos agentes portadores de determinados conhecimentos compatíveis para o tratamento de determinadas problemáticas legítimas por eles mesmos identificadas.

A afirmação dos novos instrumentos de intervenção, a comprovação de sua eficácia e, assim, o estabelecimento da distinção em relação a valores e práticas dominantes e legitimadas em outras instâncias, inexoravelmente se reflete na redefinição do papel profissional dos agentes. Ou seja, não apenas o exercício da medicina, mas a defesa de uma “medicina popular”, ou o empenho em falar em nome de um tipo de jornalismo ou de direito “alternativos”, ou ainda em escrever sobre a formação do arquiteto que não busca meramente as questões “estéticas”, mas procura compatibilizá-las com as “questões sociais” (como a “moradia”), são alguns exemplos de temáticas desenvolvidas nos textos produzidos pelos agentes aqui tratados.

²¹ Remi Lenoir (1998) já salientara que os “problemas sociais” são resultantes dos movimentos de pressão e expressão, dos discursos e das forças sociais que os consagram e legitimam, nos quais os “especialistas”, principalmente aqueles associados aos saberes das ciências sociais, jogam um papel decisivo.

No que tange aos temas vinculados ao “período militar” (biografias, “anistia”, “direitos humanos”, “organizações clandestinas”, etc.) esses são evidentemente justificados pela importância atribuída às inserções e aos eventos daquele período. Neste caso, a ênfase nos registros e nas comemorações constitui-se em estratégia privilegiada de celebração das biografias, de demarcação de posições, feitos e fatos. E, finalmente, as questões vinculadas à “gestão do Estado” (“reforma do estado”, “crise do estado”, “finanças públicas”, “economia”, etc.) aparecem em menor frequência, sobretudo, porque são temas cuja legitimidade daquele que o desenvolve depende e exige um tipo conhecimento mais especializado, mas mesmo assim a diferença em relação aos dois conjuntos de temas anteriores é bem pequena.

É importante salientar a recorrência de associações entre as temáticas que podem se desdobrar em tomadas de posição diferenciadas, em domínios variados, pelo mesmo agente, entretanto sempre obedecendo a uma mesma concepção de intervenção e de atuação profissional. Ainda é relevante destacar não apenas a interferência de “conteúdos” e “preceitos” marxistas, como também de releituras construídas *a posteriori* com o objetivo de recolocar linguagens e códigos assimilados num momento específico e de “crise” que caracterizavam a conjuntura de estreia na inserção política militante dos agentes. O que informa a necessidade de reformulação e de ativação de recursos de luta obtidos naquele contexto para a conquista de reconhecimento e afirmação no espaço político mais recentemente. Percebe-se a persistência de um conjunto de referências tidas como típicas da “geração” que se traduzem em concepções de “modelos de sociedade”, de um modo mais geral, e nas edificações e disputas em torno de problemáticas sociais comuns, de modo mais específico.

Ademais, é preciso atentar para o fato de que a produção de textos é percebida e valorizada como a forma exemplar para a explicitação das tomadas de posição, de intervenção, de afirmação, de disputa, etc. Elementos estes que compõem o repertório de mobilizações consagradas nas “organizações” e que contribuíram na fabricação de um “saber” simultaneamente “intelectual” e “intervencionista”. Ao dedicarem-se à produção de artigos, ensaios, livros, etc., não somente comprovam uma “competência” para tanto, como também explicitam versões e posicionamentos sobre temas variados, atestam “preocupações” com a “sociedade” ou com determinados “grupos” ou “categorias” e demarcam suas especializações: experiência militante, competência técnica, a condição de

porta-voz, a formulação de uma agenda de “questões acadêmicas” e o engajamento na redefinição das próprias profissões.

2.2 – Modalidades de itinerários e sentidos de intervenção

O exame das posições sociais e políticas atualmente ocupadas pelos agentes permitiu identificar padrões de itinerários que se definem pela combinação diversificada de um conjunto de indicadores. Sendo assim, a presente seção objetiva demonstrar essas modalidades de carreiras que parecem ser majoritárias na população estudada.

Para tanto, em primeiro lugar, as referidas variáveis são expostas e discutidas com o intuito de apresentar as dimensões e a lógica mais geral de desdobramento dos itinerários. Em seguida, são apresentados os tipos de *carreiras* que foram localizadas e o arranjo de variáveis que as definem, bem como os respectivos sentidos de intervenção que regem as inscrições em diferentes domínios de agentes detentores (e que reivindicam a posse) de recursos indiscriminadamente “intelectuais” e “políticos”. Finalmente, os padrões e variáveis são demonstrados com casos exemplares de trajetórias de agentes que iniciaram sua intervenção durante os anos sessenta ou setenta e atualmente ocupam posições e defendem posicionamentos díspares em diferentes domínios sociais, principalmente acionam lógicas e recursos acumulados, desde aquelas atuações inaugurais, nos seus engajamentos ou militanismos contemporâneos.

Sendo assim, a partir do quadro mais amplo descrito da seção anterior, foram entrevistados 60 militantes da contestação ao “regime militar”, respeitando a distribuição dos mesmos segundo pertencimento às “organizações” naquele período, gênero, “gerações”, ocupações, escolarização, filiações partidárias posteriores, entre outros.

A análise das entrevistas trouxe à tona regularidades no que tange à articulação entre recursos acumulados, formas e domínios de intervenção e posições ocupadas. Deste modo, buscaram-se os condicionantes que intervieram na dinâmica específica dos itinerários descritos (ascendência, idade, casamento, amizades, escolarização, consumo cultural, entrada no mercado de trabalho, viagens, etc.) e os

possíveis *efeitos* de geração e de período²². Ou seja, a entrevista se constituiu num instrumento de pesquisa eficiente para a fixação de parâmetros que visavam detectar a multiplicidade dos engajamentos, motivações e *sites* de inscrição dos militantes nos diferentes momentos da sua vida, assim como para considerá-los à luz dos “eventos ou estados, objetivos ou subjetivos, na sua sucessão e suas interações, em relação com um tempo histórico definido...” (Fillieule, 2001:202).

Foram, então, testadas basicamente seis variáveis, a saber: 1) origem social, 2) nível de adesão às “causas” e “organizações” nos anos sessenta e setenta, 3) investimento “cultural”, 4) investimento em títulos escolares, 5) uso da biografia militante e 6) dependência posterior em relação aos vínculos e contatos²³ constituídos no período inaugural do engajamento político.

A origem social se define pela composição de três espécies de recursos, quais sejam: o “econômico”, o “cultural” e o “político”. Estes foram apreendidos através da observação dos seguintes indicadores: profissão dos pais e avós, familiares com algum tipo de engajamento político, menções ao “prestígio” desfrutado por membros ou pela “família” em diferentes esferas, importância dada nos relatos para leituras, consumo e apreciação de bens artísticos, títulos escolares, etc., adesões religiosas, identificações étnicas, políticas, entre outras, como práticas do “grupo familiar”. Percebe-se, então, que na entrada os agentes traziam um conjunto de recursos e influências herdadas do meio familiar – ou de outros meios de socialização como a Igreja Católica, notadamente – que constituem o “patrimônio” (material e/ou simbólico) que compõem as disposições e “motivações” para as “escolhas” efetuadas. Tais “escolhas” se refletiram em inserções e investimentos operados que contribuíram para o maior ou menor acúmulo e reconhecimento da “capacidade de intervenção”. Neste caso, destacaram-se três tipos

²² Conforme Percheron (1993:156), “o efeito de período mede o impacto mais ou menos durável de um mesmo evento sobre todas as classes de idade ao mesmo tempo” ao passo que o efeito de geração mede as marcas mais ou menos duráveis de eventos sob classes de idade específicas. No que tange à idéia de geração, entende-se que esta aproxima os personagens que nela se inserem e reivindicam tal pertencimento, ligando-se, portanto, uns aos outros e aos eventos marcantes das suas “histórias”. Esta categoria permite ainda delinear os contornos de uma gama de repertórios comuns. Para um inventário das utilizações sociológicas da idéia de geração, ver Drouin (1995); sobre a emergência da idéia de geração e sua afirmação como objeto de análise, ver Nora (1997); e sobre os problemas de reificação e operacionalização, ver Favre (1989).

²³ A princípio, as idéias de vínculos e contatos poderiam parecer sinônimas, porém optou-se por distingui-las para indicar com o uso da primeira, o estabelecimento de laços duráveis que implicam em algum tipo de afetividade, ao passo que a segunda é utilizada para informar alianças mais efêmeras ou ocasionais e com conteúdos mais instrumentais.

primordiais de investimentos: na adesão às “causas” e “organizações”, nos bens culturais e em títulos escolares.

Cabe fixar que para todos os casos o “patrimônio cultural”, seguido pela disposição para as participações políticas, transmitidos pela família, Igreja Católica ou outros, impulsionaram de forma decisiva nas intervenções inaugurais (quando houve interferência marcante da “dimensão econômica” do patrimônio, foi antes pela carência do que pela abundância do mesmo). Em suma, a composição dos recursos e referências informam a posição de origem ocupada pelo agente, contudo, mesmo que relativamente desiguais e mesmo que tais disposições ajam diferentemente nas “escolhas” efetuadas, nesse primeiro momento importa é que colaboraram na opção pela entrada na ação contestatória.

Numa conjuntura crítica, contudo, outros tipos de recursos assumiram valores contundentes e produziram uma forma específica de hierarquização dos agentes. Examinou-se, pois, o momento de ingresso e o período de intensificação da atuação sistemática, o tempo dedicado à militância e às “causas”, a diversidade e modalidade das atuações, a participação em “ações arriscadas”, as prisões, as torturas, os cursos de guerrilha, os exílios, as “organizações” (formais ou informais, institucionais ou clandestinas) das quais participaram os agentes, bem como a administração de vínculos e contatos estabelecidos. São estes os principais indicadores das adesões dos agentes às “causas” e “organizações”.

É preciso sublinhar a importância de observar os investimentos na “luta” em consonância com as oportunidades conjunturais oferecidas para sua efetivação e transformação em trunfo de reconhecimento militante. Ou seja, “luta armada”, “tortura”, “exílio”, “clandestinidade”, “cursos de guerrilha”, entre outros, faziam parte do campo de possibilidades para os agentes que atuaram nos anos sessenta, mas eram pouco prováveis para aqueles que iniciaram sua atuação mais sistemática depois de 1973. Da mesma forma, para aqueles que estavam presos, ou se encontravam no exílio ou por outro motivo se afastaram no início da década de setenta, não puderam participar de vários *eventos*, como aqueles promovidos pelo IEPES, campanhas eleitorais, inserções nos jornais alternativos de circulação regional ou nacional, etc., igualmente fontes de outros créditos.

Sabe-se que o valor de determinados recursos e “habilidades” se modificam no tempo, ou de um domínio social para o outro. Para o caso das “gerações” que “lutaram contra a ditadura”, um fator chave de hierarquização militante é a combinação de risco e prejuízo, melhor disponibilizada para aqueles que ingressaram nos anos sessenta. Porém, a análise dos dados revela que a manutenção de uma posição favorável depende do armazenamento daqueles trunfos e da aquisição de outros oportunizados nos momentos posteriores e que, não raro, se constituem em critérios de hierarquização intelectual e se relacionam aos investimentos culturais e escolares.

Os indicadores utilizados para verificar o investimento “cultural” são os mesmos já citados para a reflexão sobre a “herança familiar” e estes somente puderam ser apreendidos a partir das ênfases dadas pelos próprios entrevistados às leituras, viagens, frequências ao cinema, “gostos artísticos”, músicas, etc. No caso das leituras, há aquelas efetuadas com vistas à militância, especialmente de autores marxistas, aquelas que abrangem outras expectativas e “gostos”, e ainda há aquelas que as combinam (jornais e revistas, romances, poemas, etc.). Assim como a realização de viagens podem refletir diferenças na sua valorização, pois há aquelas efetuadas com fins de passeio, e aquelas realizadas para estudos ou por conta dos exílios e que podem ou não maximizar outras viagens. De qualquer modo, assim como para os demais indicadores, entende-se que quanto maior o destaque, o detalhamento e a especificação destes “gostos” maior é o consumo declarado desses bens, se constituindo, pois, em trunfos relevantes para a certificação da “aptidão intelectual” dos agentes. Estes são particularmente potencializados quando manifestados na produção de textos ou comentários divulgados nos variados meios de comunicação e são acrescidos de autoridade quando acompanhados de determinados títulos escolares.

Logo, desvenda-se uma redefinição das posições a partir da soma dos investimentos culturais e dos investimentos escolares e, conseqüentemente, a partir disso pode-se propor uma segunda hierarquização dos agentes com base nos mesmos critérios. O peso do título escolar é significativo, sendo necessário levar-se em consideração aspectos como o tempo levado para adquiri-los, o período e os tipos de cursos realizados, bem como os processos de compatibilização entre “conhecimentos” e a construção das respectivas carreiras políticas e/ou profissionais.

A detenção ou não curso universitário, ou de ter ou não curso de pós-graduação, diferenciam os agentes. Além disso, como foi dito, também são fatores de distinção o tempo levado e o período em que foram realizados os cursos de graduação, uma vez que o fato de ter começado nos anos sessenta ou setenta e ter concluído ainda durante o “regime militar” (no Brasil ou no exterior) ou somente nas décadas seguintes informam o grau de dedicação aos estudos e de possibilidade de uso dos mesmos.

Para todos os casos (uma vez que a análise parte da atuação no movimento estudantil) as inserções escolares viabilizaram as inserções militantes e, para muitos, a inserções militantes oportunizaram investimentos em títulos escolares. Nesta direção, podem ser citadas novamente as viagens para o exterior que alguns realizaram a estudos e aproveitaram para desempenhar formas de intervenção e aquelas que foram feitas por motivos de militância, mormente como exílios, e foram aproveitadas para o investimento em estudos. De uma forma ou de outra, é inquestionável a rentabilidade dessa convergência de empreendimentos (“internacionalização”, “intervenção” e “estudo”) para o seu detentor.

Notou-se, pois, um processo contínuo de estocagem, redefinição e uso de disposições²⁴ e recursos que aproximam ou distanciam os agentes. Os aproximam nas sociabilidades, referências, eventos, experiências, etc. aos quais atribuem tal valor que acabam compondo de forma decisiva códigos de conduta, uma gramática comum, sentidos compartilhados (de contemporaneidade e geracionais), enfim, modos de conceber e adotar determinadas práticas de intervenção. Mas também os distingi no que tange às origens díspares e aos destinos heterogêneos. Trata-se, neste ponto, da tradução do “arsenal” detido (recursos e referenciais) em posições mais ou menos privilegiadas, ou mais ou menos periféricas, ocupadas pelos agentes em diferente (s) âmbito (s) e que lhes garantem ou não uma relativa margem de autonomia e/ou independência de determinadas “urgências” de reconhecimentos do “passado”, sejam elas materiais ou simbólicas. É possível, então,

²⁴ A utilização da idéia de *estocagem de disposições* segue a orientação de Lahire (2004) que postula a necessidade de captar os universos sociais nos quais são conquistadas tais disposições, a inter-relação entre eles e em cada um deles: os lugares ocupados, as variações diacrônicas e sincrônicas ou as reorganizações do patrimônio, as relações vivenciadas com as instituições e as pessoas, a influência das sociabilidades, as tensões ou crises enfrentadas e os contextos específicos de atuação (personagens, contatos, práticas, etc.). Embora não tenha sido possível realizar várias entrevistas com o mesmo agente, tal como sugerido pelo autor, buscou-se de qualquer forma tentar captar a interdependência entre os referidos universos sociais.

captar a expressão de algumas dessas "urgências" nos usos da biografia militante assim como dos vínculos e contatos estabelecidos desde os primórdios das atuações.

No que diz respeito ao peso da biografia militante nas estratégias de afirmação dos agentes, este é apreendido mediante a observação da ênfase dada pelo entrevistado aos engajamentos e militanismos durante os anos sessenta e setenta, os parâmetros de sustentação da profissão atual (título escolar, votos, indicações, concursos, etc.), a identificação do mesmo como "ícone" ou como "um caso exemplar" de personagem da "luta contra a ditadura", frequentemente solicitado a "depor" sobre sua participação, o uso do passado de "militância na luta contra a ditadura" em campanhas eleitorais, currículos, biografias, etc., produção de textos sobre a atuação naquele período, entre outros.

Dependendo dos investimentos efetuados ao longo dos itinerários, a importância na auto-apresentação e a consagração da inserção e dedicação às causas compartilhadas durante o "regime militar" pode se manifestar ocasionalmente para legitimar um determinado posicionamento ou pode mesmo se constituir no principal trunfo possuído. Na maioria dos casos, a maximização destes "troféus" somente é eficaz com a mediação de vínculos e contatos que asseguram seu "merecimento".

Assim, relações de amizade e afetivas em geral, círculos de sociabilidade, contatos "qualificados", alianças e rivalidades geracionais, manifestam-se em casamentos, migrações partidárias, engajamento em campanhas eleitorais ou em outros eventos, deslocamentos faccionais, adesões variadas, etc. e são, em grande parte, claramente acionadas para justificar, retrospectivamente e quase sem o uso de eufemizações, as "escolhas" operadas ao longo dos trajetos. Sempre interferindo nos movimentos operados, podem ser mais ou menos definitivas em determinadas posições ou tomadas de posição e, deste modo, os agentes podem ser mais ou menos dependentes desses laços.

Deve-se ainda ressaltar que há casos em que a maior dependência das *redes* está relacionada ao desprovemento de outros trunfos – geralmente caracterizando carreiras marcadas pela ocupação de posições sociais e militantes periféricas. E há casos em que a dependência diz respeito à necessidade de cultivar *redes de relações* com vistas justamente a manutenção de posições privilegiadas, como é o caso dos ocupantes de cargos eletivos

que para manter e administrar sua teia de “seguidores” devem renovar constantemente os laços e alianças como condição para garantir sua condição de líder.

Isto posto, após a demarcação de alguns dos aspectos que definem as seis variáveis que constituem as modalidades de carreiras identificadas no universo pesquisado, a questão agora é saber quais são os padrões e como se dá a articulação das mesmas para cada um deles.

2.2.1 – Delineando padrões

O material analisado possibilitou constituir quatro padrões de itinerários dos agentes, a saber: um que se delinea por uma maior “especialização militante”; outro que se distingue pela “especialização técnico-administrativa”; um terceiro que se define pela “especialização política e eleitoral”; o quarto se caracteriza pela “especialização universitária”, no qual estão incluídas as carreiras centradas no desempenho de “profissões liberais” e, paralelamente, os agentes desempenham atividades docentes.

Para a primeira modalidade de carreira (a de “especialização militante”) os agentes que nele estão relacionados têm um alto nível de adesão às “causas” e às “organizações” durante o “regime militar” e posterior uso da biografia militante, bem como uma significativa dependência em relação aos laços constituídos naquele momento. A origem social tende a ser mais “periférica” e o investimento cultural menos significativo. Este primeiro padrão pode se desdobrar em dois tendo em vista os tipos de cargos ocupados (ou posição social dos agentes) graças ao seu maior ou menor investimento em títulos escolares (que tendem a ser mais baixos ou realizados tardiamente quando comparados com os do conjunto da população de militantes investigados).

A segunda modalidade é a “especialização técnico-administrativa”. Esta se define por um significativo investimento escolar, um menor uso da biografia militante e alto peso das *redes de relações*. Este padrão tende a se desdobrar em dois pólos. O primeiro pólo se caracteriza, por um lado, pela origem social, nível de adesão nos anos inaugurais e investimentos culturais mais baixos em relação aos demais. As carreiras dos agentes são então marcadas pela ocupação de cargos intermediários em governos e em

diferentes escalas. Já no segundo pólo a origem social é mais alta, assim como são mais altos os níveis de adesão e de investimentos culturais. Para estes, as carreiras levam à ocupação de altos cargos de destaque no decorrer dos trajetos. Adiciona-se a isso que, não raro, os agentes que acumularam tais recursos estão mais associados ao espaço universitário, o que permite a renovação e conservação dos mesmos.

As carreiras marcadas pela “especialização político-eleitoral” tendem a comportar origens sociais altas, assim como são altos o grau de adesão e a atuação no momento inaugural de engajamento político, o investimento cultural, o investimento escolar²⁵ e o uso das *redes de relações* estabelecidas ao longo dos trajetos. O que diferencia o “padrão eleitoral” da segunda modalidade de carreiras “técnico-administrativas” possíveis (aquela em que os agentes conquistam cargos de maior destaque ou “alto escalão”) é que, enquanto para esta sobressai-se a importância no investimento e manipulação do título escolar, para o primeiro há a singular relevância da atestação de uma atuação militante “excepcional” no passado e sua mobilização posterior²⁶.

Finalmente, o tipo de carreira por ora classificada como de “especialização universitária” seria caracterizada pelos altos investimentos escolares e culturais ao passo que as demais variáveis tendem a se situar em patamares mais baixos comparativamente, ou seja, menor peso da origem social, da adesão às causas e organizações durante o regime militar, do uso da biografia militante e da dependência em relação às *redes*. Para este caso, pode-se pressupor o fraco militante sem, contudo, prejuízo ao sentido de engajamento e “realismo” expressos nas concepções de “política” e “cultura”.

Para os quatro padrões, enfatiza-se a matriz de valorização da intervenção em conformação com um sentido de “missão” preponderante em todas as carreiras e cuja credibilidade está amparada na utilização de um senso comum simultaneamente escolar e militante e na regência de elos que potencializam o trânsito dos agentes em domínios

²⁵ O título escolar muitas vezes sustenta o uso da identificação profissional como recurso de luta político-eleitoral. A ativação da “profissão”, como mostrou Coradini (2001), além de estar correlacionada a maior titulação escolar dos agentes, tem maior êxito quando o mesmo encontra-se mais afastado do exercício direto da “profissão” e, principalmente, quando esta é apresentada como que vinculada a uma “causa” ou a uma condição de liderança.

²⁶ A configuração dos dois últimos padrões atestaria a proposição de que “é um paradoxo do jogo político (...) que os sacrifícios consentidos aos princípios oficiais do jogo (aqui o militante a serviço de uma causa) se constituem ao mesmo tempo como um trunfo e um handicap no jogo e que, na medida onde o jogo não é independente do jogo social em geral, as probabilidades de ganhar dependem mais de trunfos disponíveis para o jogo social geral que daqueles que estão em curso no jogo particular” (Gaxie e Offerlé, 1985:137).

“intelectuais” e “políticos”. Nomeadamente, para aqueles que se dedicaram fortemente ao seu militância em detrimento de outros empreendimentos igualmente “lucrativos” (em termos de reconhecimento e posição social), observa-se que a reconstituição dos itinerários é pautada por um sentido de *abnegação* que guia a construção da coerência biográfica e justifica tal defasagem. Para os agentes com carreiras aqui definidas como “técnico-administrativas”, constatou-se o empenho na demarcação de “saberes qualificados” que fundamentam as contribuições em dinâmicas de *gestão* pública. A necessidade de alicerçar recursos políticos, principalmente de *representação*, justifica as estratégias de celebração de determinados recursos indispensáveis para a constituição de uma condição de porta-voz e de dirigente para os agentes com carreiras políticas e eleitoralmente assentadas. A produção de uma mescla ou fusão de engajamento político e acadêmico sustenta os aspectos ressaltados pelos agentes com carreiras predominantemente universitárias que visam estabelecer sua capacidade de *formulação* de uma agenda de pesquisa inseparável das preocupações políticas e conjunturais.

As considerações acima podem ser demonstradas através da apresentação de alguns itinerários exemplares. Vale salientar que não se tratam de casos “puros”, o que é improvável de ser encontrado, mas são indiscutivelmente representativos do universo e dos parâmetros de investigação eleitos no presente estudo.

Previne-se que os aspectos assinalados nos itinerários, incluindo os detalhes ou escassez de informações para determinadas etapas da vida, são tributários das estratégias de reconstituição utilizadas pelos agentes nas entrevistas realizadas. Assim sendo, dois elementos devem ser destacados. O primeiro diz respeito à interferência da posição (ou a perspectiva que os agentes têm sobre a sua posição relacionalmente construída) e das “questões” que atualmente lhes importam (ou que lhes importam racionalizar no trabalho de produção das coerências biográficas)²⁷, e o segundo refere-se à influência da pesquisadora que seleciona “conteúdos” e reescreve os trajetos. Estas interferências, no entanto, não implicam em dano à pesquisa em decorrência de algum tipo de condução ou imposição de “características” e “versões” que se poderia

²⁷ Bourdieu (1997:701) chama a atenção para a *resistência à objetivação* por parte do entrevistado que pode estar presente por meio de modalidades e em graus variados na interação de entrevista, uma vez que “os pesquisados podem também intervir, consciente ou inconscientemente, para tentar impor sua definição da situação e fazer voltar em seu proveito uma troca da qual um dos riscos é a imagem que eles têm e querem dar deles mesmos”.

pretender fixar. Antes disso, no primeiro caso, deve-se considerar o valor heurístico da apreensão das lógicas implícitas nos filtros operados pelos agentes. Isto é, dos objetos e disputas que modelam estratégias de edificação variadas dos próprios percursos e como se relacionam com os meios nos quais estão inscritos, com os recursos que desejam salientar, com os posicionamentos que interessam justificar e, assim, também identificar como percebem a relação entre o ponto de partida, os investimentos empregados, e o ponto de chegada. E, no segundo caso, a construção das trajetórias é orientada pelo conjunto de indicadores estabelecidos na definição dos padrões, já apresentados, funcionam como mecanismos de controle das tendências à seleção arbitrária.

Conjugou-se ao exame da entrevistas a pesquisa em outras fontes visando cotejar e complementar alguns dados. Sendo assim, principalmente para os agentes com perfis mais “acadêmicos”, também foram examinadas informações do *curriculum lattes* e para aqueles com perfis de atuação político-eleitoral foram incorporados dados biográficos encontrados em materiais de campanha ou em outros meios de divulgação impressa ou eletrônica. Esses últimos tipos de materiais, que inclui livros, artigos, documentos, etc., eventualmente também foram encontrados e utilizados para o conjunto dos casos.

2.2.2 – “Especialização Militante”

Neste item são apresentados os itinerários de Cláudio Weyne Gutierrez e Ubiratan de Sousa. A descrição explora as semelhanças nos itinerários e destinos díspares passíveis de apreensão a partir de dois casos associados não só a um mesmo padrão de carreira, mas também ligados desde a “adolescência” a um trajeto de adesões a “organizações” e “grupos” bastante semelhantes (como é demonstrado no próximo capítulo).

Os pais de Cláudio Weyne Gutierrez eram comerciantes (donos de um bar no bairro Bom Fim em Porto Alegre) e não possuíam nenhum envolvimento político, ainda que tanto o pai como a mãe possuíssem irmãos militantes, vinculados ao PTB e ao PCB, que chegaram a ser presos nos anos sessenta (os tios do lado paterno foram presos

acusados pela participação no “grupo dos 11”, por serem brizolistas e estarem ligados ao movimento 26 de março, e os tios do lado materno por militância no sindicato dos bancários e no sindicato dos previdenciários).

Ele nasceu em Porto Alegre em 1948 e uma boa parcela dos estudos primários foi feita na escola marista Colégio Nossa Senhora do Rosário com bolsa de estudos. O 2º grau e a militância foram iniciados no colégio público Júlio de Castilhos, em 1966. Pela influência assumida de Luiz Eurico Tejera Lisboa (líder secundarista que veio a falecer ainda durante o “regime militar”, “vítima da repressão”), aderiu, no primeiro momento, ao PCB, mas depois os dois resolveram deixar o partido, em 1967, e se empenharam na “organização” de uma “guerrilha” cujo foco seria no Mato Grosso do Sul.

Gutiérrez, na entrevista, narra o assalto promovido a apartamento de um coronel, pai de outra componente da “organização”, para conseguir armas e dinheiro. Apesar de terem tido sucesso no “feito”, foram convencidos por Marcos Faerman (que também estudou no colégio Júlio de Castilhos e participou tanto do movimento estudantil quanto de organizações clandestinas e que morava no mesmo edifício onde ocorrera a “ação”, assim como os pais de Luiz Eurico que tinham comprado um apartamento no mesmo prédio) a se deslocarem para São Paulo. Tal viagem teria oportunizado o estabelecimento de contatos com “o pessoal do Marighela” e com os componentes do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), que mais tarde vieram a constituir a VPR.

Depois de uma estada no Rio de Janeiro, voltaram, em 1968, para Porto Alegre, e participaram da direção da União Gaúcha dos Estudantes (UGES), então presidida por Andréa Fávero, líder estudantil de Caxias do Sul. Nesse período retomaram sua articulação com um grupo de estudantes secundaristas que acabou ficando conhecido por “Brancaleones”²⁸ e que, mais tarde, se vincularam fortemente ao líder “nacionalista” Carlos Araújo.

Com a intensificação da repressão aos estudantes (Gutierrez diz ter sido preso sucessivas vezes aumentando, de uma para outra, o tempo de reclusão e a tortura sofrida), adicionado à sua condenação pela Lei de Segurança Nacional, no final de 1969,

²⁸ Tratava-se de uma referência ao filme de Mário Monicelli, “O incrível exército do Brancaleone”, feita por Flávio Koutzii para comparar as ações dos militantes e defini-las, conforme a própria denominação de Gutierrez (1999), como “porras-loucas”.

pela tentativa de reabertura do grêmio estudantil do Júlio de Castilhos, em 1967, ocorreu a dissolução dos “Brancaleones”. Os militantes mais vinculados a Carlos Araújo o acompanharam na adesão à VAR-Palmares, enquanto os demais passaram a atuar, no Brasil ou no exterior, em outras organizações, mormente a ALN e VPR. Neste período, Gutierrez resolveu ir para o Uruguai e acionou o “esquema de fronteira” articulado por Frei Betto²⁹ que estaria no RS naquele momento.

Preso também naquele país, diz ter utilizado a estratégia aprendida com um “marginal comum” de cortar os pulsos, o que lhe permitiu ser transferido para um hospital do Sindicato dos Médicos do Uruguai. Tal fato teria garantido sua permanência no hospital militar sem ser extraditado, apesar de uma denúncia que teria feita. Depois disso, por volta de 1970, foi convidado para participar de um grupo de guerrilheiros denominado “Exército de Libertação Nacional”, no Chile, composto de remanescente da “guerrilha” comandada por Che Guevara. Aceitou e, sob o governo Allende, vinculou-se à VPR que lá estava instalada. Foi mandado para Santa Cruz de la Sierra no período em que constituiu no “epicentro do golpe de estado contra Juan José Torres” que garantiu o primeiro governo de Hugo Banzer na Bolívia em 1971 (acusado de participar, com os governos militares da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Brasil, da Operação Condor que era um “mecanismo de repressão paralelo”).

No início de 1973 retornou para o Uruguai, devido à “ditadura do General Pinochet” instaurada no mesmo ano no Chile. Viveu no Uruguai até 1978 com os três filhos nascidos neste país da união com uma companheira de militância uruguaia. Lá trabalhou na construção civil e numa distribuidora de revistas, assim como frequentou o curso de economia e administração na Universidad de la Republica, que foi retomado em 1979 pela UFRGS, mas novamente não foi concluído.

No Brasil, recuperou os vínculos com os amigos “ex-Brancaleones” e os acompanhou na tentativa de “reconstrução do PTB” e na “fundação do PDT”. Depois de ter trabalhado como técnico em informática numa empresa privada resolveu montar seu

²⁹ Frei Betto é mineiro e Frade dominicano. Além de filosofia e teologia, também estudou jornalismo, antropologia e escreveu vários livros envolvendo temáticas “espirituais”, “políticas” e outras. Foi a partir da atuação ativa nos movimentos de contestação ao regime militar (chegando inclusive a ser preso) que ele se aproximou do então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, participou da “construção do PT” e a este partido pertence ainda hoje. Com a conquista da presidência da república, comandou o Programa Fome Zero e foi assessor especial do presidente.

próprio “negócio”, mas também sem êxito. Foi então trabalhar na base de processamento de dados do PCB.

As dificuldade em ser “liderado” por Araújo (conta que não o acompanhou na VAR-Palmares por “orgulho”), que se converteram nas “dificuldades” em permanecer no PDT, e o emprego conseguido no PCB favoreceram sua nova adesão. Em 1989, ocupou um cargo na assessoria do vereador Lauro Hagemann³⁰, participou da fundação do PPS em 1992 e da dissidência ocorrida em 2000 em favor da candidatura de Tarso Genro à prefeitura de Porto Alegre. Também em 2000 deixou de trabalhar com o vereador e filiou-se ao PT. Neste partido não ocupou nenhum cargo de confiança e, segundo ele, também não foi um militante ativo. Hoje é membro do conselho do acervo da luta contra a ditadura ao lado de Suzana Lisboa, a viúva de Luiz Eurico Tejera Lisboa, e uma das principais porta-vozes da instituição e “promotora” da “memória dos mortos e desaparecidos do regime militar” no estado.

No livro publicado no final dos anos noventa, Cláudio Gutierrez tentou fixar a importância da informática no “avanço democrático” e, na entrevista concedida em 2004, demonstra “arrependimento” quanto às escolhas efetuadas:

“A busca de novas formas de participação, seja através de conselhos ou outras instâncias populares e cidadãs, são instrumentos importantes do aprimoramento da democracia. A mesma informática que oculta arquivos políticos pode cumprir importante papel para tornar mais transparente a gestão pública e criar novas formas de participação” (Gutierrez, 1999:122).

“toda década de oitenta trabalhei bastante com tele processamentos, equipamentos ligados a tele processamentos, depois eu fiz uma empresa até que estupidamente eu optei por militância política... e fui ser assessor do vereador Lauro Hagemann em 89 e fique como assessor do Lauro até 2000.” (Entrevista com Cláudio Weyne Gutierrez).

Ubiratan de Souza, por sua vez, é filho de médios proprietários rurais com vínculos no PTB. Ao apresentar a inserção partidária do pai, ele ressalta a idéia de que este fora um partido de “inserção social”, “anti-imperialista” e voltado para a “soberania

³⁰ Lauro Hagemann é jornalista e foi locutor durante catorze anos (1950 a 1964) edição local “Repórter Esso”, famoso noticiário transmitido pela Rádio Farroupilha. Membro do PCB desde 1973 foi um destacado dirigente estudantil do RS. Como integrante do PPS, foi eleito várias vezes vereador e atualmente está filiado no PMDB.

nacional” e não uma “legenda de aluguel”, como seria atualmente. Nasceu em Cachoeira do Sul e neste município realizou o 1º e o 2º graus, estreando sua atuação no movimento secundarista. O irmão teria sido seu contemporâneo do movimento estudantil e era presidente do centro acadêmico da faculdade de direito em 1968 (posteriormente foi deputado estadual). Neste mesmo ano, Ubiratan Souza se deslocou para Porto Alegre para concluir o 3º científico na escola Pio XII e, na suas palavras, esta foi a oportunidade de “aprofundar a militância e a literatura também”. Já havia um contato prévio com militantes do colégio Júlio de Castilhos, basicamente os membros do chamado “Brancaleones” e também com algumas pessoas do PC (que descreve como sendo “mais velhos, de outra geração”).

Com o AI-5 e o desejo de continuar atuando, teria procurado as “organizações” quase como uma forma de proteção devido à inexistência de garantias jurídicas para as atividades militantes. Aproximou-se, então, de Carlos Araújo e do “grupo” por ele liderado e, depois, militou na VPR por todo o período, justificando sua adesão pela “capacidade militar da organização” e pela “aposta na eficácia da guerrilha rural”.

A despeito de ter passado no vestibular para geologia em 1969, resolveu não cursar a faculdade e ir para o Vale da Ribeira (“campo de treinamento militar da organização”), onde ficou de janeiro a abril de 1970, praticando caminhadas, tiros, situações de sobrevivência na mata fechada, reuniões políticas, leituras de Lênin, Marx, Che, entre outras coisas. Quando retornou, foi preso pela “operação bandeirante” que, segundo ele, era o principal ou mais “cruel” centro de tortura. Depois de um ano de prisão, foi incluído na lista de presos a serem trocados pelo embaixador Suíço seqüestrado com este fim. Ficou um mês (de dezembro de 1970 a janeiro de 1971) no presídio Tiradentes em São Paulo até ser “banido” para o Chile. No seu relato destaca a vida “comunitária” e “coletiva” que tinha na prisão.

No Chile teria recebido uma carta de Lamarca passando o “comando da VPR” naquele país e “orientando” para que fosse fazer “treinamento” em Cuba. Depois desta experiência, voltou para Santiago, em 1972, e, com o golpe de Pinochet, em 1973, ficou militando na “clandestinidade” de setembro a novembro, quando novamente foi para Cuba e lá residiu até final de 1977.

Na entrevista, enfatiza que teria assistido “em 75 a primeira experiência de orçamento participativo (...) do poder popular em Cuba” e discorre sobre a “riqueza das variadas expressões culturais” (incluindo cinema, teatro, literatura, bibliografia marxista, produção de documentários, etc.) sobre a “combinação de trabalho intelectual com trabalho manual”, oportunizada naquele país. Depois de ter trabalhado como ajudante e como ferreiro na construção civil durante um ano, foi coletar amostras e operar os instrumentos de teste de experimentos em um “laboratório de luta biológica”. Casado com uma chilena também militante (do PC), afirma que para eles a modalidade de intervenção privilegiada (uma vez que a “revolução já estava feita”) era a participação em um grupo de discussão e estudo do “O Capital” de Marx. Esta teria sido a “base teórica” para pedir transferência do curso de geologia para o de economia quando retornou para o Brasil em 1979,

Além dos países citados, Ubiratan de Souza esteve em Portugal e França. No último, chegou a receber a visita do irmão (deputado eleito pelo MDB em 1974) e outros que estavam a caminho do Encontro de Lisboa (aquele que embasaria a fundação do PDT). A escolha do irmão, assim como a do “pessoal da luta armada” ou “remanescentes da VPR e VAR-Palmares” pelo PDT teriam sido os motivos que justificariam a opção por este partido com o pluripartidarismo. Sublinha que sempre tiveram “uma militância com a esquerda dentro do PDT” o que poderia ser evidenciado com a fundação no interior do partido do Grupo de Unidade Socialista (GUS), do qual participavam Marcos Klassmann (que foi vereador em Porto Alegre ainda pelo MDB), Calino Pacheco (que foi chefe de gabinete da secretaria de minas e energia do estado) e Éden Pedroso (que foi deputado federal pelo PDT). Chegaram a montar uma chapa para concorrer, em 1988, pelo comando do diretório estadual, depois de terem liderado também o chamado “Movimento Coliga-Não”, contrário à coligação do PDT com o PDS nas eleições para o governo do estado em 1986.

Estes episódios teriam colaborado na decisão pelo apoio que decidira dar a Luís Inácio Lula da Silva (atual presidente da república) no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, aprofundando, assim, as diferenças com a cúpula partidária do PDT e a aproximação com a do PT. Vínculos estes (de rivalidade e de aliança) que teriam sido

radicalizados com a contestação à candidatura de Alceu Collares³¹ a governador do estado em 1990 e o apoio à candidatura do Tarso Genro, resultando na sua entrada no PT.

Formado em economia pela UFRGS já no período de redemocratização, em 1990 começou a militar no núcleo dos economistas do PT. Em 1992, como coordenador deste núcleo, desenvolveu o programa de gestão e finanças públicas e, em 1993, foi convidado por Tarso Genro para ser o Secretário do Gabinete de Planejamento de Porto Alegre e, por esta instância, coordenar o Orçamento Participativo na capital. Neste cargo ficou até 1998 e, com a conquista do governo do estado, coordenou o gabinete de planejamento do Orçamento Participativo (OP) de 1999 a 2002. Neste ano concorreu, sem sucesso, à deputação estadual, amparado pela coordenação da experiência do orçamento participativo, tema que também foi objeto de um livro. A partir de então passou a atuar como assessor do deputado estadual e ex-prefeito de Porto Alegre, Raul Pont. Vinculou-se também à tendência do PT denominada “Democracia Socialista” (DS), que tem como um dos seus fundadores e principais líderes o próprio Pont. Como se vê, a migração para o PT, a atualização de vínculos com antigas lideranças da contestação ao regime militar e o investimento na obtenção de um título escolar de economista, associados à biografia militante, permitiram uma posição mais destacada na hierarquia de cargos disponíveis para os militantes.

Para finalizar, cabem dois registros: um que aponta como ele concebe a escolha pela formação universitária e o outro o elo que estabelece entre as condições inaugurais de militância e o significado atribuído ao OP:

“(...) porque pela minha militância política e pelo estudo do Marx, do Capital eu, a economia política pra mim interessava né e foi certo, essa era a minha vocação mesmo (...)”. (Entrevista com Ubiratan de Souza).

“(...) esse é o grande avanço de uma experiência de esquerda que tava só na clandestinidade, que não tinha liberdade nem de organização chegar a plenitude do processo democrático com a luta das diretas né a eleição pra presidente, eleição de governador, pra prefeito de capitais e depois ser protagonista numa experiência que vai além da democracia representativa, a democracia direta e a democracia direta ela cria também um tensionamento para qualificação da democracia representativa”. (Idem).

³¹ Alceu Collares é advogado formado pela UFRGS, originalmente ligado ao PTB e MDB, foi vereador de Porto Alegre e Dep. Federal, com a redemocratização se filiou ao PDT partido pelo qual elegeu-se prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul e, novamente, Dep. Federal.

Observa-se uma série de elementos comuns nos itinerários de Cláudio Gutierrez e Ubiratan de Souza que os reúnem na mesma modalidade de carreira, porém com diferenças discrepantes no que tange às escolhas efetuadas, aos processos de acúmulo de recursos, seus usos e, conseqüentemente, nos destinos alcançados que se refletem, inclusive, na estratégia de apresentação autobiográfica. Tais diferenças se traduzem, assim, em destinos mais ou menos bem sucedidos no interior da “especialização militante”.

Retomando-se rapidamente as semelhanças que se relacionam com o perfil delineado, fica evidente que ambos participaram das mais variadas e arriscadas formas de “contestação ao regime militar”, incluindo inserção nas “organizações clandestinas”, manifestações estudantis, prisões, exílio, militância no exílio e, inclusive, casamentos com mulheres militantes e estrangeiras, indicando, portanto, seu alto nível de adesão às causas e às organizações durante o regime militar. A atuação neste período e os “troféus” armazenados, ainda que de modo diferente, se constituem na principal fonte de créditos para os dois agentes que são reconhecidos e não cessam de construir e proclamar as suas identificações baseadas no uso biografia militante. Aliado a isso, observa-se a importância nos deslocamentos operados e nas oportunidades suscitadas dos vínculos e contatos estabelecidos, sendo a administração mais ou menos eficaz destas relações um dos elementos preponderantes na definição dos destinos dos agentes. Assim como essa última, as três variáveis restantes são igualmente decisivas nas diferenciações entre os dois itinerários. Ou seja, para os dois agentes afirma-se que a origem social, o investimento cultural e o investimento em títulos escolares são baixos quando analisados de forma comparada com o conjunto de ativistas. Porém maiores (embora tardios) para o segundo caso do que para o primeiro caso descrito. Cabe, então, proceder a uma breve comparação um pouco mais pontual para trazer à tona nuances que singularizam as trajetórias que tiveram desiguais desenlaces.

De início há um conjunto de aspectos muito parecidos nas inserções efetuadas, mas muito diferentes na administração dessas inserções. Os dois militantes são casados com mulheres militantes (estrangeiras) das mesmas organizações esquerdistas, que conheceram durante o exílio. O primeiro circunscreveu basicamente sua militância à América do Sul, enquanto o segundo morou em Cuba e realizou viagens pela Europa,

principalmente para a França. Além disso, observa-se que no que se refere à estratégia de reconstrução biográfica ativada nas entrevistas, é interessante que enquanto o último analisa os traços das expressões culturais (literatura, cinema, teatro, etc.), participa de grupos de discussão do marxismo e as “experiências coletivas” da “realidade cubana”, o primeiro centra sua descrição nas situações de risco e nas dificuldades passadas.

Ainda no que se refere ao estilo de narrativa, Gutierrez utiliza basicamente a relação com Luiz Eurico como com algum peso nos seus deslocamentos que, por sua vez, aparecem muito mais marcados por afastamentos do que por aproximações. Este foi o caso, por exemplo, da relação com os “Brancaleones” que somente foi retomada, e novamente não sustentada, nos anos oitenta. Finalmente, a vinculação à liderança de Lauro Hagemann e ao antigo PCB, ambos já descendentes em termos de apelo eleitoral, marcaram um distanciamento ainda maior dos seus contemporâneos de contestação ao “regime militar”. Inversamente, Ubiratan descreve seus movimentos como “coletivamente” orquestrados, ou seja, sempre buscando demonstrar uma relativa sustentação e influência do mesmo círculo de amizades. Talvez beneficiado pelo fato de ter um irmão deputado estadual, um dos principais protagonistas gaúchos da reconstrução do PDT e reconhecido por pertencer à “ala de esquerda” do partido, o que, inclusive, se reflete na maior aproximação deste entrevistado com Carlos Araújo em contraposição ao caso anterior. O deslocamento para o PT no momento de ascensão da sigla e no momento de declínio do PDT, assim como a administração de laços com contemporâneos da contestação ao “regime militar” foram também fatores decisivos.

2.2.3 – “Especialização técnico-administrativa”

Neste item são apresentados os itinerários de Pedro Bisch Neto e Sonia Pilla. Dois protagonistas da “luta contra a ditadura” que são pertencentes a “gerações” diferentes e fizeram escolhas partidárias opostas no período de redemocratização. Ambos, contudo, se caracterizam pela ocupação de cargos na administração pública fundamentada na titulação escolar (mais voltada para a área “técnica” no primeiro caso e para as áreas humanas no segundo caso) e nos contatos ou vínculos.

Órfão de pai (que fora simpatizante do PCB), a mãe de Pedro Bisch Neto era proprietária de uma loja de sapatos herdada do pai em Alegrete, lugar onde ele nasceu em 1951. Na entrevista, apontou dois elementos como sendo importantes na sua “politização” e “formação”: a influência do movimento estudantil secundarista e da “tradição de participação” assim como de “certa informação cultural diferenciada” que estariam entre as principais características daquele município.

Em 1967 mudou-se para Porto Alegre para estudar e matriculou-se no colégio Júlio de Castilhos. Ao mesmo tempo em que cursava o 2º grau, fazia um cursinho pré-vestibular e, como morava próximo ao Campus do centro da UFRGS, freqüentava os eventos que aconteciam no pátio da universidade, como comícios e passeatas que eram ali mobilizadas. A participação nesses eventos chegou a render-lhe uma “surra da polícia” por algo que seria desprovido de qualquer conteúdo ideológico, mas que, na sua percepção, o envolveu no “ambiente da época” na capital.

A chegada em Porto Alegre também seria marcada pela “avidez” por leituras, citando as revistas *Veja* e *Realidade*, e os livros de Jean-Paul Sartre e Vinícius de Moraes comprados na primeira feira do livro. Em 1969 iniciou a faculdade de engenharia elétrica na UFRGS com “dedicação aos estudos”, pois desejava “ganhar dinheiro” e a própria escolha por este curso universitário obedecia à perspectiva de pertencer a “uma classe média garantida, substancial e afluyente”. Porém, no final do primeiro ano, foi convocado a servir ao exército e, em 1970, entrou na armada de engenharia do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR/PA), e justifica: “tinha uma relação um pouco com o que eu ia fazer minha profissão e tal, e era também tido como a classe mais exigente, lá dentro era tida como a dos mais estudiosos”.

Foi no CPOR que encontrou um “colega” do curso de engenharia “altamente militante”, Nelson Rolim de Moura que teria sido responsável pela aproximação de Bisch com AP e PC do B. Diz, então, que, embora tenha lido vários textos de Trotski, ter “gostado” e de não ter se “convencido dos argumentos em defesa de Stalin”, aderiu ao “grupo” pela ênfase na defesa das “liberdades democráticas como uma etapa importante” no seu programa. A principal liderança era Raul Carrion que também cursava engenharia, mas que, para Bisch, seria um “outro tipo de aluno”, classificado como um “militante

profissional”, ou seja, aquele que instrumentalizaria o curso universitário com vistas à militância política.

Em 1971, numa circunstância em que o Decreto-Lei 477³² foi aplicado ao centro acadêmico de engenharia, resultando na expulsão, prisão e abandono do presidente, vice-presidente e segundo vice-presidente, por conta disso, Rolim de Moura assumiu como presidente e Bisch Neto como vice. O último, nesse momento, era membro da direção executiva da juventude e morava com um militante clandestino, ex-presidente da UBES e do PC do B. Ele chega também a ocupar o cargo de presidente do DCE da UFRGS de 1973 a 1974 e cita como momentos importantes da sua gestão a “luta pela reabertura do DAECA” e a realização de um show com o compositor Chico Buarque no Grêmio Náutico União.

Profissionalmente, desde 1971 era estagiário de uma fábrica de ar-condicionados cujo diretor era Fúlvio Petracco³³ (referiu-se a este como “um conhecido meu que tinha sido líder estudantil e também primo da minha sogra”). Em 1973, com este último, criou uma empresa de projetos e prestou serviços para um frigorífico de Caxias do Sul. Assim, grifa que ainda estudante fez todos os comandos elétricos do lugar, definindo-se como “muito craque na parte de quadros elétricos e automação, controle de pressão, unidades de temperaturas...”.

Em 1974 se formou e se engajou na candidatura de Fernando do Canto (reconhecidamente ligado ao PCB) ao cargo de deputado estadual por solicitação de um “conhecido” de Alegrete que era advogado da Ordem dos Advogados do Brasil. Tal adesão teria o aproximado do PCB. Bisch Neto elenca outras razões que teriam incidido na

³² O “Decreto-Lei n°.477, de 26 de fevereiro de 1969. Define as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particular, e dá outras providências”. Dentre outras coisas, são considerados infratores aqueles que “alície ou incite a deflagração de movimentos que tenham por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe desse movimento; (...) Conduza ou realize, confeccione ou imprima, tenha em depósito, ou distribua material subversivo de qualquer natureza; (...) Use dependência ou recinto escolar, para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública” (Sirtori et alii, 2003:75).

³³ Fúlvio Petracco é engenheiro mecânico e eletricitista, filiado e presidente de honra do PSB no RS. Por este partido foi candidato ao senado e concorreu a governador do Estado em 1986. Sempre atuou no sindicato dos engenheiros, tendo sido um dos articuladores de uma candidatura “alternativa” em 1978 e do “movimento Fortalecimento Sindical queria do Sindicato um pouco mais do que ele oferecia. Queria uma trincheira de resistência à ditadura militar, um ambiente onde, em defesa da profissão, proliferassem novas idéias. Queria romper a inércia da entidade” (www.senge.org.br/conteudo/historia/historia.asp). Também foi presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul e é dirigente futebolístico do Esporte Clube Internacional.

vinculação à “organização”, tais como o fato de ter “se dado conta” de que o “partidão” não havia entrado na “luta armada”, que os “intelectuais renomados” dele faziam parte, além disso, “não concordava mais com o maoísmo” e teria ficado “amigo” de André Forster (dirigente do IEPES e vinculado ao então deputado pelo MDB deputado Pedro Simon) na mesma época, pois já integrava o Setor Jovem e o IEPES do MDB gaúcho.

Paralelamente, foi convidado para trabalhar na Siderúrgica Rio-grandense, a Gerdau. Depois de três meses como estagiário conseguiu uma promoção para o setor de gerencia de expansão da aciaria, que ele próprio havia feito o projeto quando trabalhava com Fúlvio Petraco. No entanto, perdeu o emprego em 1975 porque teria ocorrido um incidente no setor que convergiria com a crise na construção civil do país. Uma semana depois já foi chamado para trabalhar como celetista na prefeitura da capital na Secretaria Municipal de Obras e Viação e no projeto de iluminação pública, onde ficou por 12 anos (de 1976 a 1981) como engenheiro projetista de iluminação pública. De 1982 a 1987 atuou na Secretaria do Planejamento Municipal como Assessor e Gerente do Projeto Porto Seco.

Manteve a militância no MDB e PCB até 1983, tendo inclusive pertencido à direção estadual do partidão, indicando que havia um “nexo intelectual” entre os dois partidos e que o “programa mais consistente” do primeiro era “tocado” pelos “militantes” do segundo.

Em 1977 começou a militância sindical, compondo a chapa vitoriosa na campanha de 1978 e ocupando os cargos de 1º tesoureiro e suplente de delegado junto à federação. O “grupo” foi reeleito em 1981 e ele ocupou os cargos de 1º secretário e delegado junto à federação. Em 1984 foi eleito presidente do sindicato dos engenheiros, sendo reeleito em 1987. Contudo, por desejar, nas suas palavras “um negócio maior... um negócio mais abrangente, uma função mais institucional e tal”, a gestão de 1987 foi interrompida pela conquista do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA). Deixando para o sindicato o desempenho das funções de membro do conselho fiscal em 1990 e do conselho técnico consultivo em 1993.

O pertencimento ao sindicato e ao CREA teria, então, favorecido o contato com um engenheiro paulista, também militante do PCB, que era diretor do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e o convidara para trabalhar nessa instituição como assessor Técnico da Agência Regional, cargo este que ocupou até 1990, depois que já havia saído

da prefeitura. Mas sai para integrar o governo de Pedro Simon³⁴ no estado como diretor geral e secretário substituto da Secretaria de Desenvolvimento Regional e Obras Públicas, cujo secretário era um primo seu de segundo grau. Ficou apenas nove meses nesse posto, pois “outro amigo”, ex-deputado do PC de São Paulo, foi ser ministro dos transportes e “chamou um outro amigo” e este o convidou para ser Superintendente de Desenvolvimento e Expansão do Trensurb (Trens Urbanos de Porto Alegre). Ficou até 1994 e, a partir de 1995, com a vitória de Antônio Britto para governador do estado, foi indicado para presidência da Companhia Rio-Grandense de Mineração (CRM), onde ficou um ano e meio até assumir, em 1996, como diretor-presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). Antes de deixar esse posto, em 1999, atuou durante um ano (de 1997 a 1998) como membro da Operadora Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e, a partir de 1999, foi convidado para ser chefe de gabinete do deputado César Busatto (ex-membro do IEPES e com um extenso currículo de cargos públicos possibilitados pela atuação no PMDB), justificando o convite da forma que segue: “ele se sentia em dívida comigo... ele sabia que tudo, final do governo Britto, último ano da privatização da CEEE, e ele sabia do papel que eu tinha tido lá”. No mesmo ano foi também chamado para trabalhar com o então Ministro dos Transportes Eliseu Padilha.

Com a vitória de Germano Rigotto na eleição para governador do Rio Grande do Sul, foi indicado ao cargo de diretor Superintendente da Fundação de Planejamento Metropolitano (Metroplan), e na metade do ano, passou a ocupar inicialmente a função de Chefe da Casa Civil Adjunto e posteriormente o cargo de Chefe da Casa Civil, no qual permaneceu até 2006. Duas passagens da entrevista que explicitam a busca de concatenação e justificção entre atuação profissional e política:

“(...) eu me dei conta que o Brizola era engenheiro, o Prestes era engenheiro eu digo: ‘mas que história é essa que os engenheiros são alienados’? Olhar na história do Brasil, grandes figuras da história eram engenheiros, os ministros e tal. Sempre tem uma grande participação, embora os advogados fossem mais parlamentares e tal. Eu sempre achei que eles tinham uma tendência maior a voar... eles, mais bacharelescos, eram mais da retórica,

³⁴ Pedro Jorge Simon é formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela PUC/RS. Fez pós-graduação em Economia Política no Instituto de Economia da PUC; especialização em Economia Política e Direito Penal pela Universidade de Sorbonne, Paris, e realizou estudos sobre direito na Faculdade de Direito em Roma. Em 1956 foi eleito presidente da Junta Governativa da UNE, em 1960 foi eleito vereador e líder da bancada do PTB em Caxias do Sul, em 1962 elegeu-se deputado estadual, sendo reeleito nas legislaturas subsequentes. Em 1978 foi eleito senador da República sendo vice-líder da bancada do MDB no Senado. De 1985 a 1986 ocupou o posto Ministro da Agricultura e, em 1987 elegeu-se governador do Rio Grande do Sul. Em 1991 volta ao senado reelegendo-se em 1999 e 2006.

das instituições e tal. E a gente era do mundo real, era mais conectado com a realidade”. (Entrevista com Pedro Bisch Neto)

“(…) cada vez mais a gente fica mais realista né... eu tenho procurado sempre e tenho tido muita sorte em todos esses lugares que eu trabalhei sempre fui a convite, sempre me convidaram. Mas, assim sempre com pessoas ligadas assim a funções relevantes e acho que a idéia é procurar fazer coisas boas, tem um ditado assim, eu procuro em todas as coisas que eu fiz até hoje eu fiz pensando em poder aos noventa anos me lembrar com sorriso nos lábios, entendesse? A sensação de estar... a busca da coerência. Então sempre fui muito ligado a parte da construção intelectual, é o que me dá prazer porque... curiosidade, saciar a curiosidade é a coisa mais confortável.” (Idem).

Sônia Pilla nasceu em Porto Alegre, em 1950, numa família de políticos e acadêmicos de grande notoriedade intelectual no estado. O pai³⁵, físico-químico, foi professor da faculdade de engenharia no Instituto de Química da UFRGS e responsável pela criação do Colégio Aplicação, escola pública vinculada à universidade federal. Depois de ter estudado no tradicional colégio Farroupilha, foi aluna do colégio Aplicação, onde realizou o segundo grau entre 1959 e 1961. Declarou em entrevista que a mudança de instituição de ensino favoreceu o despertar para as “questões políticas” e o investimento em “conhecimento” e “cultura”, isto é, literatura, cinema, teatro, coral, discussões e etc. “Conhecimentos” estes que, somados ao fato de a irmã mais velha ser formada em letras, teriam influenciado na escolha por este mesmo curso universitário.

No que pese proclamar a inexistência de uma militância política sistemática naquela época, a inserção “pública” familiar e os laços afetivos estabelecidos nessa escola, já serviriam de prelúdio do engajamento militante que se desenrolou nos anos subsequentes. A faculdade foi iniciada em 1962 e ela sublinha o fato de ter sido este um ano marcado por manifestações e pela “greve 1/3”, eventos que teriam estimulado o início da militância política. Na universidade, ingressou no PCB, na sua expressão, “puxada” pelo então namorado Flávio Koutzii, (também ex-estudante do colégio Aplicação, que veio a exercer importante liderança no movimento estudantil universitário e no POC): “o Flávio foi um cara que nos puxou pra dentro, depois também nos puxou pra fora”. Vale esclarecer

³⁵ Era irmão de Raul Pilla, homem político atuante no início do século XX de notoriedade no RS pela atuação no Partido Federalista e fundação do Partido Libertador. Era médico, bacharel em Ciências e Letras pela UFRGS, jornalista, professor universitário e deputado estadual e escreveu vários textos com temas relacionados.

que o tempo verbal na primeira pessoa do plural é utilizado para abranger outros militantes e amigos dos tempos de escola (cita particularmente sua melhor amiga Elisabeth Souza Lobo, casada com Marco Aurélio Garcia, uma das principais lideranças do PCB e depois do POC).

Formou-se em 1965, em 1966 começou a namorar Luiz Paulo Pilla Vares (seu “primo em 3º grau”, que foi dirigente e um dos principais articuladores do POC no estado) e em seguida resolveu viajar para a França, pois tinha uma bolsa de estudos dada pelo governo francês e obtida graças ao incentivo de um professor desta nacionalidade que a aconselhava a seguir a carreira universitária. Diz ter saído do país com o intuito de estudar e adquirir o que na França era definido como “diploma de estudos universitários”, que seria o equivalente a uma especialização, no caso de Sônia, na área de crítica literária. A viagem foi feita, mas acabou não investindo nos estudos e sim, segundo a própria entrevistada, na militância (sobretudo no movimento pró Vietnã), viagens e diversão.

Depois de um ano, mais especificamente no final de 1967, voltou para o Brasil e abandonou tanto a idéia de especializar-se em crítica literária como a de se dedicar à vida acadêmica. Retomou o namoro com Pilla Vares, começou a dar aulas no colégio Israelita (pertencia a uma equipe constituída pelo jornalista e filósofo Rui Carlos Ostermam, que fora convidado para coordenar o curso de 2º grau daquela escola e “formou uma equipe com todo mundo de esquerda”), engajou-se então nas questões voltadas ao ensino público, afora a militância política agora exercida no interior do POC, do qual já faziam parte Pilla Vares, Koutzii, Elisabeth e Marco Aurélio Garcia, entre outros.

Em 1968 se casou com Pilla Vares e foi trabalhar como secretária de uma gráfica. Entretanto, no início da década de setenta, com as perseguições policiais, prisão e tortura sofrida por seu marido, o casal resolve viver de forma temporária e clandestinamente no Rio de Janeiro. Pela conjuntura e devido às condições de sobrevivência vivenciadas e compartilhadas, nos depoimentos oferecidos, ambos descrevem este momento como marcado pelo “pânico de ser preso, torturado, morto, de perder amigos”, etc.

Quando engravidou do seu primeiro e único filho (nasceu em 1973 em Porto Alegre, é publicitário e mora em Florianópolis/SC) e Pilla Vares perdeu o emprego que tinha em um jornal, a opção foi então a de voltar para Porto Alegre. No retorno, conseguiu

um emprego na Secretaria de Educação em 1974 e, entre 1976 e 1978, realizou o mestrado em planejamento da educação na UFRGS. Nesse período Sônia também começou a militar no movimento feminista e sublinha o fato de que este movimento era constituído “em geral por mulheres assim, formadas já, que tinham estado na França...”. Em decorrência desta militância e pela proximidade pessoal e afetiva, engajou-se no movimento pela anistia, mais particularmente pela libertação de Flávio Koutzii, preso na Argentina. Em março de 1984 se separou de Luiz Paulo Pilla Vares. Cinco meses depois, Flávio Koutzii retornou da França para onde se deslocou depois de sair da prisão argentina e, um mês depois, reataram o relacionamento que persiste ainda hoje.

Ambos integraram o PT como primeira opção com o pluripartidarismo e, como militante deste partido, Sonia Pilla ocupou uma série de cargos públicos, todos relacionados à educação. Militante do CPERS/Sindicato (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul) e ligada à Comissão de Educação, foi eleita representante do Conselho Estadual de Educação e foi representante do executivo no Conselho Municipal de Educação. Em 1992, na gestão de Tarso Genro na prefeitura de Porto Alegre, trabalhou na Secretaria de Educação com o então secretário Milton Fischer (professor da faculdade de educação da UFRGS), coordenando o setor de planejamento. Com a demissão deste, assumiu a direção da mesma secretaria. Em 2006 foi convidada pelo Ministro Tarso Genro para atuar num programa de formação dos dirigentes municipais em educação para o qual escreveu um texto sobre a “gestão participativa da educação”. Os dois trechos abaixo tratam da importância atribuída à participação dos movimentos de contestação do regime militar e a forma como combina a atuação política com a sua “especialização profissional”.

“Eu acho que nós, a minha geração, eu acho que nós somos privilegiados, apesar de tudo, o sofrimento que teve e tal eu acho que a gente pode viver muito intensamente, num momento muito especial assim da história, num momento de muita transformação, toda essa coisa assim cultura, quer dizer, de cinema novo, teatro novo, teatro de Arena, o Glauber aquela coisa toda, bossa nova, a liberação sexual né...”. (Entrevista com Sônia Pilla).

“(...) a possibilidade de tu tá no executivo e no poder a nível municipal, eu trabalhei na secretaria de educação muitos anos, inclusive no gabinete do planejamento da secretaria de educação, e aquela dificuldade de tu sentir que tá muito distante né das coisas, da escola, dos professores, tal e tal, de que tu não consegue realmente interferir. E no município não, no município tu sente que tu sabe, eu vou lá na escola e tenho conhecido uma escola por uma municipal, são todas na periferia da cidade, conheci os diretores, não todos evidentemente mas conheci professores, pais, funcionários, aquela coisa de tá lá e de poder

de alguma forma mexer nisso a partir da tua experiência, tuas lutas sindicais, a coisa da participação, da gestão democrática, enfim tu poder fazer isso sabe?” (Idem).

Os dois casos parecem demasiadamente contrastantes para exemplificarem o mesmo padrão, mas é exatamente nisso que reside sua riqueza, pois permitem incorporar à análise diferentes dimensões explicativas e, assim, observar quais dentre aquelas são as mais definitivas na ordenação dos destinos dos agentes em consonância com as estratégias por eles ativadas no decorrer dos seus itinerários.

Tendo em vista os parâmetros que definem o perfil “técnico-administrativo”, grifa-se que uma das principais características que abrange os casos é a compatibilização entre o título escolar, a afirmação de uma “especialidade” e os tipos de cargos ocupados. E essa convergência confere aos seus portadores o instrumental necessário para legitimar sua “competência técnica”. Assim, além da tendência para uma condição de origem bem situada, também se apresentam como altos os investimentos em títulos escolares e em bens culturais. Por outro lado, mesmo que tenham um “background militante” (ressaltando que raramente aderiram às modalidades mais “exigentes” ou “arriscadas” de intervenção, o que facilitava o cumprimento dos prazos de formação escolar e inserção no mercado profissional), o reconhecimento da “capacidade técnica” abrandava o uso da biografia militante como uma estratégia mais definitiva de afirmação. Entretanto, isso não significa dizer que não hajam usos dos trunfos reunidos naquele momento, antes disso, há e podem ser significativamente importantes (apesar de não tão evidentes, como é o caso de uma simples identificação como “contemporâneo”) nas possibilidades que se apresentam para os agentes no transcorrer de suas trajetórias. Dentre eles, ressaltam-se os vínculos e contatos estabelecidos, que foram constantemente referidos para justificar movimentos, posicionamentos, sentimentos e “oportunidades” surgidas em diferentes fases da vida dos agentes.

Alguns aspectos podem ser matizados com o objetivo de captar as especificidades que os singularizam e que se traduzem nos respectivos destinos. Todavia, inicia-se relatando as semelhanças observadas entre eles para depois proceder à demonstração das distinções. Em primeiro lugar, ambos sublinham, ainda que em momentos diferentes de fase da vida (ela no segundo grau com a ida para a escola pública,

ele na universidade com o deslocamento para a capital), o empenho para suprir carências de leituras que acabaram contribuindo na sua formação política. Os dois não enfatizaram algum tipo de interferência religiosa nas suas origens ou escolhas; a militância mais intensa ocorreu basicamente no movimento estudantil, mas mantendo estreitas relações com “organizações” e dirigentes esquerdistas; não atuaram em movimentos armados, não tiveram prisões e torturas, nem saíram do país para exílios; concluíram o curso universitário em prazo previsto; mantiveram-se “fiéis” à primeira adesão partidária; e atuaram nos sindicatos representativos da suas categorias profissionais.

A primeira distinção relevante entre eles é, afora a de gênero, a de origem social. A de Sônia Pilla é mais alta (principalmente em termos de recursos políticos e culturais herdados) e ligada à capital, enquanto a de Bisch é mais baixa e vinculada ao interior. Entretanto, no que pese terem origens relativamente desiguais, o investimento incessante dele em acumular recursos variados e o envolvimento preponderantemente afetivo dela (até mesmo por conta das “necessidades de origem” do primeiro e a “base de sustentação” da segunda) conduziram a uma inversão de posições, ao menos quando lidas do ponto de vista da ocupação de cargos públicos.

Dentre os trunfos mais significativos para o destaque por ele adquirido no desempenho de cargos administrativos, sobressai o investimento no exercício de atividades e em contatos qualificados que, a um só golpe, se traduzem e são derivados da sua inserção em circuitos profissionais e políticos, onde conquistou espaços privilegiados. Enquanto ela priorizou a sustentação de laços afetivos e o cultivo de uma “especialização” compatível com os “princípios ideológicos” declarados e reproduzidos no interior do partido. Porém, embora a “questão da educação” seja uma “causa” legítima, os membros do seu círculo de relações ocupam posições mais restritas (o que não significa dizer: “menos qualificadas”) devido à oferta diversificada de tendências a serem contempladas no espaço de oportunidades no qual ela está inscrita.

Além disso, a interpretação das estratégias ativadas por Bisch Neto no decorrer de seu itinerário aponta para uma maior maximização dos recursos armazenados (por exemplo, na entrevista fica patente o esforço em demonstrar perícia para executar funções e mobilizar contatos) no sentido de afirmação do perfil mais “técnico” e menos

“comprometido” ideologicamente. Há, enfim, o claro emprego de uma lógica empresarial e casualística impressa na reconstrução biográfica oferecida.

Ao passo que Sônia revela uma relação muito mais “missionária” e “subjéitiva” com a exposição de suas escolhas e movimentos operados ao longo do seu trajeto. Pelos motivos já aludidos, adicionados à leitura romanceada que oferece da sua biografia, seu perfil se aproxima da “especialização militante”. Certamente sem deixar de pertencer ao padrão técnico, fundamentalmente porque se constituiu como porta-voz e ocupou cargos diretamente relacionados e justificados pela detenção de um “saber” escolarmente adquirido e a partir de um sentido de gestão declarado: “planejamento em educação”.

2.2.4 – “Especialização político-eleitoral”

Neste item são apresentados os itinerários de César Busatto e Flávio Koutzii. Ambos exerceram mais de um mandato de deputado estadual no Rio Grande do Sul por partidos que passaram a polarizar as disputas políticas no estado, PMDB e PT, a partir de alguns protagonistas que iniciaram a militância nos movimentos de contestação ao “regime militar”. A biografia militante é fator relevante nos dois trajetos que levaram à “especialização política-eleitoral”, contudo com nuances e percursos diferenciados. Os agentes traduzem ainda padrões dominantes nas suas “agremiações partidárias” no que tange à compatibilização entre o militantismo original, reconversão do passado “heróico” e afirmação eleitoral via “competência intelectual”.

Natural de Veranópolis, César Busatto nasceu em 1952 numa família de origem italiana (identidade étnica por ele mesmo acentuada). Filho de uma professora primária e de um comerciante que, mesmo sem ter tido nenhuma vinculação partidária, teria sido “uma pessoa sensível para as questões sociais, muito preocupado com a coletividade”, características que seriam atestadas pela participação na organização de uma cooperativa (Cooperativa dos Funcionários Públicos e Bancários de Veranópolis Ltda). Também não tinha o 1º grau completo, mas, apesar disso, César Busatto afirma que “era um autodidata, comerciante, fazia bem os cálculos, a matemática...”. Essas teriam sido as

grandes influências para o início do seu engajamento ainda na escola primária, tendo sido presidente de turma e do grêmio estudantil.

Realizou o ginásio numa escola marista e nesta teria sido igualmente por “várias vezes” presidente do grêmio estudantil, agora somados à participação em congressos estudantis para estudantes secundaristas organizados pela UGES e na composição da direção da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Veranópolis. Devido à inexistência de curso científico naquele município, em 1966 foi estudar em Caxias do Sul e, novamente, atuou no grêmio como vice-presidente. Seguindo as diretrizes da Igreja Católica, em Caxias do Sul aderiu à Juventude Estudantil Católica (JEC) e pertenceu ao movimento de jovens chamado “Unindo Gente”, cujas atividades variadas visavam “envolver as crianças pobres dentro do espírito assim cristão, mas um cristão engajado, um cristão comprometido com os pobres”.

Relata que foi durante a realização do segundo ano do segundo grau que teve os primeiros contatos com os “grupos revolucionários”, citando a VAR-Palmares e ALN, mas ainda sem ter se integrado a nenhuma delas. Nesse período estudava inglês e uma professora teria o aconselhado a concorrer a uma bolsa de estudos nos EUA. Ele concordou e depois viajou para Porto Alegre visando concluir o curso científico. Como não conseguiu vaga no Júlio de Castilhos, em 1969 matriculou-se no Colégio Inácio Montanha e se envolveu no grêmio estudantil. Esta teria sido uma “fase” marcada pela “evolução de uma articulação com a igreja” para os “grupos de esquerda que se movimentavam já na política”.

No mesmo ano, em julho de 1969, com 17 anos de idade, ganhou a bolsa de estudos e foi para os EUA concluir o 3º ano naquele país. Lá morou na casa de uma família de americanos, estudou e chegou a dar palestras sobre o Brasil na igreja e na escola. Ressalta que neste momento teria sido influenciado pelo movimento negro e buscado saber sobre seus líderes e “lutas”. Da mesma forma, ainda que não tenha participado dos eventos, o movimento Woodstock teria se fixado como uma referência importante para ele.

Na volta ao Rio Grande do Sul, se inscreveu num cursinho pré-vestibular específico para economia. A escolha por esta formação teria sido orientada pelas

informações viabilizadas pelo irmão, inscrito nessa graduação, e porque esta seria a área de conhecimento que o possibilitaria “decifrar as equações do mundo”.

Em 1970 entrou para a universidade onde constituiu o Centro de Estudos de Economia Política, junto com Raul Pont (que foi liderança do POC, do IEPES, da Tendência Socialista, etc.) e Luiz Alberto Miranda (também pertencente ao IEPES e professor universitário). Do mesmo modo atuou no diretório de estudantes, chegando a ser presidente entre 1972-73, bem como colaborou na produção de cadernos destinados à divulgação de textos de economistas marxistas como Paul Singer, Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, etc. Esta publicação convergia com as atividades promovidas pelo IEPES o que, inclusive, oportunizou sua aproximação com João Carlos Brum Torres e André Forster (secretário do IEPES e ligado ao então deputado Pedro Simon). Também em 1973 foi enquadrado num inquérito policial pela universidade (diz ter sido por conta das manifestações contra o golpe de 11 de setembro no Chile em que o DAECA foi fechado e lacrado pelo DOPS), mas como não chegaram a aplicar o Decreto-Lei n.º. 477, depois de um tempo escondido com outros colegas daquela gestão, pôde voltar a frequentar as aulas e exercer sua “militância”.

Formou-se em 1974 e, como já era estagiário da Fundação de Economia e Estatística (FEE), foi incorporado como funcionário em 1975. Sobre os espaços institucionais de atuação da “esquerda intelectualizada”, compara o IEPES à FEE: “o IEPES era a proteção das esquerdas dentro do MDB e a FEE era certa proteção para as esquerdas dentro da máquina pública do estado”. Em 1976 foi autorizado a sair para fazer seu mestrado no México. Escolheu a Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) por ter informações de que nesta estudaria os quatro volumes do Capital e todo o pensamento econômico marxista. Naquele país, participou de um grupo de estudos sobre o marxismo e se engajou no movimento pela anistia, destacando que conheceu muitos professores exilados, inclusive seu próprio orientador era um exilado político baiano. Afora isso, também conheceu e passou a atuar nas ações do MR8, colaborou na revista “Brasil Socialista” e também na edição dos “Cadernos Proletários”.

Busatto destacou a parceria nesse momento com João Pedro Stédile³⁶, que estaria no México graças ao financiamento da Secretaria de Agricultura; também mencionou a separação da primeira mulher (socióloga e militante de esquerda) e o início da relação com sua atual esposa (assistente social fazendo mestrado em sociologia política na UNAM, militante e hoje vereadora de Porto Alegre pelo PPS).

Em 1979 voltou para o Brasil e, no Rio Grande do Sul, trabalhou na assessoria econômica do MDB até 1985, como assessor nos gabinetes dos deputados José Fogaça e César Schirmer e ainda deu aulas de economia na Unisinos entre 1980 e 1985. Ao mesmo tempo (de 1979 a 1985), foi um dos principais dirigentes políticos do MR8 no estado, tendo sido o movimento sindical e o movimento comunitário, através das associações de moradores, suas inserções privilegiadas. Neste sentido, constituiu a Confederação Nacional das Associações de Moradores, paralelamente à formação da Confederação Nacional de Mulheres do Brasil da qual a sua esposa fazia parte enquanto presidente da federação das mulheres gaúchas.

Na metade dos anos oitenta, foi para Brasília trabalhar na chefia adjunta do gabinete de Pedro Simon, então Ministro da Agricultura. Com a vitória deste último ao governo do Rio Grande do Sul em 1986, foi nomeado chefe da junta de programação financeira, chegando, mais tarde, à Secretário Adjunto da Fazenda e depois a Secretário de Governo. O término do governo, em 1990, coincidiu com a aprovação no concurso prestado para auditor da Secretaria da Fazenda, onde ficou até 1994. Neste ano candidatou-se e elegeu-se deputado estadual e, 1995, assumiu como secretário da fazenda de Antônio Britto.

A não reeleição deste último em 1998 teria sido um dos elementos deflagradores da crise instalada no PMDB que resultou, depois de uma derrota em Convenção Estadual, na ruptura do “grupo” constituído em torno do ex-governador Antonio Britto e que tem em Busatto uma das principais lideranças. Assim sendo, em 2001 filiaram-se ao PPS e buscaram conquistar novamente o governo estadual em 2002, mas

³⁶ João Pedro Stédile, gaúcho e filho de pequenos agricultores, é formado em economia pela PUC-RS, com pós-graduação na UNAM (México). Atuou como membro da Comissão de Produtores de Uva dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, assessor da Comissão Pastoral da Terra e trabalhou na Secretaria da Agricultura tudo no estado do Rio Grande do Sul. É fundador e liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tendo, inclusive, escrito livros sobre o movimento, a “luta pela terra no Brasil”, o PT, o socialismo e temas afins.

foram derrotados justamente pelo candidato do PMDB, Germano Rigotto. Neste ano, Busatto conseguiu reeleger-se deputado estadual. Em 2004, José Fogaça, membro da citada facção, concorreu e foi vitorioso na disputa pela prefeitura da capital pelo PPS. Busatto passou, então, a compor este governo como diretor do Gabinete de Governança Local, órgão administrador das questões relacionadas à gestão do que seria o substituto do Orçamento Participativo, associado aos governos anteriores do PT. Neste cargo assumiu a incumbência de dar um novo formato à questão da “participação popular”, reivindicando que a “paternidade” da “bandeira” pertence ao MDB e ao IEPES. Logo, inscrevendo-se no histórico local de edificação da “proposta” e da “experiência” no estado para disputar como deveria ser conduzida.

Os fragmentos selecionados referem-se à influência pela escolha do curso universitário, além da exercida pelo irmão, e a atual perspectiva de militância que se relaciona com o posto ocupado:

“(…) naquele momento já tinha assim a idéia, já era bastante politizado pra sua época, que a economia ia me ajudar a decifrar aí as equações do mundo, pra mim poder ver como transformar o mundo, tinha essa visão de que era pela economia, já uma influencia um pouco do marxismo, influencia das minhas leituras da época, que era pela economia que... conhecer os fenômenos econômicos, as veias econômicas que seria a maneira de você transformar o mundo. Isso também me influenciou”. (Entrevista com César Busatto).

“Então assim o resultado do meu pensamento ta sendo depois da crise da esquerda marxista leninista, depois da inexperiência de luta democrática e a persistência até hoje das grandes contradições da desigualdade, da exclusão, etc. Eu assim acabei evoluindo prum pensamento de me associar aos valores mais profundos da humanidade que acabam realmente tendo que ver muito com a minha origem cristã lá de Veranópolis né, mas não de um cristianismo oficialisco, burocrático e sim dos valores mais profundos realmente do cristianismo. Que fundo, no fundo, são os valores mais profundos de uma visão de esquerda plural, quer dizer né, ou seja, a igualdade, a fraternidade, a solidariedade, a paz, a justiça, a dignidade humana né. Quando se formula a idéia da governança solidária no fundo a gente tá exatamente tentando, vamos dizer, elaborar um governo de estado que rompa com a lógica da disputa de classes e comece a desenvolver uma visão de solidariedade, de cooperação na qual todos tem algo a dizer”. (Idem).

Flávio Koutzii define seu pai como um crítico de cinema, autodidata e comunista, que fora um dos fundadores do Clube de Cultura, quer teria sido um espaço privilegiado de discussão da “esquerda da comunidade judaica” no Rio Grande do Sul. Seu avô paterno era proprietário de um dos cinemas mais tradicionais da capital e os tios

chegaram também a ser donos de salas de projeção. Esses elementos são aludidos para grifar as condições de constituição de uma “identidade judia e comunista” marcada pelo estigma e pelo acesso à “cultura”, incluindo livros (“muitos e melhores”), música popular e clássica, revistas e, evidentemente, cinema.

Com todos os seus familiares radicados em Porto Alegre, também nesta cidade ele nasceu em 1943. O primeiro grau foi realizado no Instituto de Educação Flores da Cunha e, com mais ou menos 12 anos, foi estudar no colégio Aplicação. Salaria que o período em que esteve nessa escola foi primordialmente de aprendizado, inclusive de amadurecimento da “politização” já impulsionada no âmbito familiar. Em 1960 concluiu o nível equivalente ao segundo grau e, em 1961, foi para São Paulo tentar fazer o curso de economia, não conseguindo aprovação na USP. Teria “ficado fora da universidade durante o ano de 1962” (exatamente este o ano da “greve do 1/3”). Voltou para o Rio Grande do Sul e conseguiu passar nos vestibulares para os cursos de economia e filosofia da UFRGS e esclarece: “O cara vai pra economia pra dominar o regime, o mundo, essencialmente, e vai para a filosofia pra poder pensar”.

Na faculdade e auxiliado pelo contato com Marco Aurélio Garcia, logo ingressou no PCB e foi eleito presidente do centro acadêmico de filosofia e ciências humanas. Em 1965 foi candidato a presidente do DCE, mas não conseguiu eleger-se. Foi um dos principais articuladores da “dissidência” que deixou o PCB e, reunidos com “dissidentes” da POLOP, formaram, em 1966, o Partido Operário Comunista (POC).

Em 1968 abriu, com a ajuda financeira da família, uma livraria em frente à faculdade de direito da UFRGS que vendia discos e livros, inclusive importados, que ele buscava numa distribuidora localizada em São Paulo. Sobre isso, aponta algumas “personalidades intelectuais” que freqüentavam o local, como João Carlos Brum Torres e Nelson Boeira (hoje professores da faculdade de filosofia da UFRGS e militantes “intelectuais” do PMDB). Montada três meses antes do “golpe de 64”, o “negócio” durou até 1970, quando Koutzii saiu para uma rápida estada “clandestina” em São Paulo (como tinha uma sócia, a livraria ainda funcionou alguns meses depois da sua partida), depois ele viajou para o Chile onde ficou pouco tempo até ir para a França.

Segundo seu depoimento, essa primeira ida a Paris foi fundamentalmente dedicada à elaboração dos “princípios” que regeriam a ação política do POC, em

dissolução no Brasil, a partir da aproximação com a IV Internacional e da atuação na Liga Comunista. Nas suas palavras, foi um momento voltado para o “trabalho de impregnação do bolchevismo francês”.

Quando resolveu voltar para o Brasil, vindo pelo Chile, teve a notícia de que um amigo havia sido pego pela polícia em sua casa quando chegou ao país e morreu na prisão, o que levou à mudança de planos das lideranças do POC que optaram por “adotar a variante argentina”. Na Argentina, Koutzii esteve filiado ao Partido Revolucionário dos Trabalhadores e depois à Fracción Roja. Militância esta que acabou repercutindo na sua expulsão do primeiro e prisão por quatro anos, de 1975 a 1979. A “experiência no cárcere” e as condições estruturais do sistema prisional na Argentina foram apresentadas no trabalho desenvolvido para a obtenção do título de sociólogo junto à École des Hautes Etudes em Sciences Sociales no momento subsequente em que ficou exilado na França. Quando retornou para o Brasil, em 1984, transformou aquele texto em livro publicado com o título “Pedaços de morte no coração”.

A escolha por vincular-se à EHESS foi definida pela indicação da amiga, a socióloga Helena Hirata (que também pertenceu ao POC e atualmente é vinculada ao PT) que, conhecendo o sistema das escolas de Paris, achou que aquele se adequaria às condições de dedicação de Koutzii naquele momento: “seriado”, “com um conjunto mínimo de matérias por aula”, “um sistema extremamente elástico”. Além disso, Koutzii salienta o fato de terem reconhecido as disciplinas feitas na faculdade de ciências econômicas e na de filosofia iniciadas na UFRGS: “eles consideraram isso porque o quadro era homogêneo, não era um picareta, pensaram: afinal o cara veio da prisão”.

Concluída esta etapa, retornou para o Brasil e logo se incorporou à “construção” do PT, partido ao qual mantém sua filiação ainda hoje. Inicialmente, a sua “liderança” e os laços criados na atuação no POC se atualizaram na posição de destaque ocupada na tendência Democracia Socialista e compartilhada com outros como Raul Pont e Luiz Paulo Pilla Vares, bem como permitiu que posteriormente constituísse sua própria tendência, a Esquerda Democrática. Em 1986 candidatou-se ao senado, mas não obteve sucesso e, em 1988, elegeu-se vereador e assumiu a liderança do governo Olívio Dutra na Câmara de 1989 a 1990, ano em que conquistou a deputação estadual. Elegeu-se deputado estadual por quatro vezes consecutivas, sendo que de 1990 a 2002 assumiu o posto de

Chefe da Casa Civil no primeiro e único governo do PT no RS. Em 2003 destacou-se como titular da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia e da Comissão de Finanças e Planejamento e desde 2005 é líder da bancada do PT na Assembléia Legislativa/RS.

Em dezembro de 2006, num Grande Expediente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, anunciou sua aposentadoria como ocupante de cargos eletivos, consagrando a militância inaugural e seus efeitos no decurso dos engajamentos políticos. Emblemático foi o encerramento do discurso em que citou passagens de uma música de Sílvio Rodrigues, interpretada por Pablo Milanez, cujo título traduzido é “Ode à minha geração”³⁷.

A descrição dos itinerários feita acima revela que os agentes empenharam-se consideravelmente em reunir recursos diversificados, aplicá-los no sentido de alcançar e manter-se relativamente bem posicionados nos domínios “políticos” e em convertê-los em trunfos eleitorais. Já no início das entrevistas, os dois afirmam identidades étnicas e procuram estabelecer a gênese de determinadas características que se auto-atribuem e que justificariam “posturas” e “posicionamentos”. Interessante observar que nessa tarefa, não sublinham vínculos e contatos como decisivos nas “oportunidades” que se apresentaram nos seus caminhos, mas se colocaram, respectivamente, como liderança e dirigente de “grupos” e “organizações”³⁸ o que exige, da mesma forma, a conquista e manutenção de um circuito de relações como garantia do reconhecimento necessário para a consolidação de tais posições.

Outros elementos análogos e importantes nas trajetórias de Koutzii e Busatto podem ser grifados como: exerceram liderança de destaque no movimento estudantil universitário; estiveram por uma longa data no exterior e essas foram ocasiões

³⁷ No último capítulo é feita uma análise específica sobre este e outros grandes expedientes dedicados declaradamente à homenagear militantes que se destacaram, acima de tudo, por sua liderança na “luta contra a ditadura” e/ou no processo de “redemocratização do país”.

³⁸ Define-se aqui a idéia de *liderança* como a “capacidade” de mobilização do agente, ou seja, de articular pessoas e liderá-las, ao passo que a idéia de *dirigente* está sendo utilizada para definir a ocupação de posições de “cúpula” com incumbência de reflexão e decisão em agrupamentos, organizações e etc.

de dedicação ao estudo e à militância em “organizações”; relacionaram-se e se casaram com mulheres militantes das mesmas organizações (por mais de uma vez); e se consagraram eleitoralmente pelas vitórias conseguidas nas campanhas em que concorreram a deputado estadual.

Contudo, é preciso fixar algumas das peculiaridades do desdobramento das duas carreiras, o que pode ser feito cotejando-as a partir das estratégias de investimento e usos dos trunfos acumulados e ativados em movimentos sucessivos de afirmação. Também a patente diferença de origem social entre eles é um indicador essencial e congruente com as referidas distinções entre os trajetos seguidos. Quer dizer, Busatto é proveniente do interior do estado, de uma “região rural” e de imigração italiana, marcada pela busca de afirmação econômica. Enquanto Koutzii é oriundo da capital, obviamente então com origem urbana, numa família de origem judaica russa com forte inserção nos meios culturais.

No que concerne aos investimentos em militância e estudos, tem-se que o primeiro veio de uma atuação nos movimentos estudantis secundaristas e católicos. Na universidade, continuou atuando nos marcos do movimento estudantil, ocupando postos, e sem envolvimento “orgânico” com “organizações clandestinas” e, sem sofrer os “castigos” comumente empregados na época pela polícia para punir os “subversivos”, pode concluir o curso de economia no prazo previsto. O segundo somente iniciou sua participação política sistemática na universidade, compatibilizando a liderança no movimento estudantil com a exercida em “organizações”. A intensa dedicação à militância e a conseqüente visibilidade adquirida junto aos “meios de repressão” contribuíram para a não conclusão dos cursos de economia e filosofia ao qual estava matriculado e na radicalização da militância fora do país, o que lhe rendeu a contrapartida punitiva (prisão e tortura) que sobrevalorizou seu arsenal de “troféus”.

Ao contrário de Koutzii que, afora isso, também aproveitou para concluir os estudos e trazer um título de sociologia adquirido em Paris e, assim, incrementou seus trunfos, Busatto viajou para o exterior, mas, oficialmente, para estudar, numa perspectiva de “qualificação” que acabou oportunizando sua inserção orgânica numa organização de esquerda. A gama de recursos que ele conseguiu reunir com “estudo” e “militância” e, principalmente, os círculos de relações que construiu foram reconvertidos na ocupação de

cargos administrativos. O conjunto das “aptidões” reunidas conformou sua base de sustentação na disputa eleitoral ao qual, recentemente, está reincorporando princípios católicos de legitimação das modalidades de intervenção adotadas. Enquanto que para Koutzii, tal base de mobilização está mais fortemente amparada no uso da biografia militante singular e mantida pela autoridade consolidada no “meio” como “analista”, conferindo-lhe uma posição de formulador privilegiada na hierarquia partidária local, elementos reconvertidos diretamente para a disputa eleitoral e altos cargos públicos.

Sendo assim, comparativamente aos itinerários descritos anteriormente e também a exemplo daqueles, observa-se que as duas carreiras aqui representativas da “especialização política-eleitoral” possuem feições que as aproximam intimamente dos perfis mais técnico e militante, relacionados ao PMDB e PT, respectivamente.

2.2.5 – “Especialização universitária e profissional”

Neste item são apresentados os itinerários de três militantes do período com destacadas carreiras no “sistema de ensino superior” do estado, Antônio Sidekun, Carmen Craidy e Renato de Oliveira, acrescido do trajeto do psicanalista e professor universitário Luiz Coronel.

Antônio Sidekun nasceu em 1948, numa família de agricultores de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre. O segundo grau foi concluído em Caxias do Sul e, em 1969, ingressou na Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (FAFIMC) em Viamão (município também localizado na chamada “grande Porto Alegre”), período em que iniciou a busca mais sistemática por formas de intervenção.

Descreve como sendo as motivações primordiais para seu engajamento a “discriminação que sofria por ser de origem pobre” e a “revolta contra a miséria e exploração dos pequenos agricultores”. Estes elementos iam ao encontro de algumas referências por ele destacadas: os discursos semanais de Leonel Brizola; as mensagens de D. Edmundo Kunz proferidas no programa da “rádio difusora” chamado “mãos no arado e

olhar pra frente”; as leituras que o avô paterno, que seria detentor de uma “vasta literatura sobre revoluções na Alemanha, Rússia e México”, fazia sempre antes do jantar; bem como as leituras posteriormente realizadas dos “comentários sócio-econômicos sobre os documentos da Doutrina Social da Igreja”, dos “documentos do Concílio Vaticano II” e ainda das leituras de Teilhard de Chardin e Hebert Marcuse.

Além de membro da Juventude Agrária Católica (JAC) e da Juventude Universitária Católica (JUC), colaborou no trabalho de “conscientização dos agricultores para a organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais” e atuou na “organização clandestina” VAR-Palmares no município de Tapes. Sobre a realização do Seminário, informa a influência de professores (de economia política, sociologia e marxismo), de leituras (sobre o “marxismo”, “existencialismo”, “teologia da libertação”, textos sobre “movimentos cristãos para o socialismo”) e sublinha a atuação no grêmio estudantil, a participação nas manifestações pela reabertura do diretório acadêmico Tristão de Athaide da FAFIMC que fora fechado pela aplicação do Decreto-Lei n°. 477.

Ao mesmo tempo em que participou das manifestações estudantis que ocorriam naquele período e ajudou na distribuição de panfletos “denunciativos”, diz ter desenvolvido um trabalho junto às pastorais das igrejas localizadas nas vilas da região metropolitana de Porto Alegre, também teria contribuído na organização das comemorações da Semana Santa “com uma formulação de uma libertação política”.

Desde o início da década de setenta aderiu ao “movimento latino-americano paralelo à teologia da libertação” que teria sido fundado por militantes exilados que se dedicaram a escrever sobre o “engajamento da filosofia”. Ressalta que foi preso e torturado pelo DOPS de Porto Alegre sem uma descrição mais detalhada.

Em 1975 investiu, então, no mestrado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre, concluído em 1978. Desde 1976 é professor titular e desempenhou funções de chefe de departamento e diretor de unidade do Centro de Ciências Humanas da Universidade do Vale dos Sinos. De 1979 a 1986 deu aulas na PUC, tanto na graduação como na Pós-graduação e, em 1987, resolveu fazer o doutorado, também em filosofia, na Universität Bremen na Alemanha. Concluiu o doutorado em 1993 e pouco tempo depois, em 1994, foi novamente para aquele país fazer um ano de Pós-

Doutorado na Universität de Leipzig. Fez ainda um segundo pós-doutorado, em 2000, desta vez na University of América nos Estados Unidos.

As universidades que já lecionou e as respectivas disciplinas são: Universidade do Vale dos Sinos (Ética com linha de pesquisa em “problemas na fundamentação da subjetividade e alteridade”), Pontifícia Universidade Católica (Antropologia Cultural e Antropologia Filosófica), Universität Munster na Alemanha (Ética), Universidade Luterana do Brasil (Análise do discurso político e Ética), Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Taquara (Antropologia e História da educação no Brasil, com linha de pesquisa em “Antropologia, formação do ethos cultural brasileiro em Euclides da Cunha, Guimarães Rosa e Darcy Ribeiro”), Universidad Centroamericana José Simeón Cañas em El Salvador (ética e historia y actualidad del pensamiento luso-brasileño), Faculdade de Educação de Taquara (Antropologia) e Fundação Educacional Encosta Inferior do Nordeste (Antropologia).

Da sua produção, pode-se destacar a publicação de oito livros, sendo que três são coletâneas e um foi publicado na Alemanha, cujos temas mais frequentes são “ética”, “alteridade” e “multiculturalismo”. Tem artigos publicados em periódicos de São Leopoldo, Porto Alegre, Chile, Alemanha, México e ainda algumas matérias divulgadas em jornais de São Leopoldo e Portão. Além daqueles temas mencionados, os artigos tratam de “racismo”, “sociedade civil”, “cidadania”, “direitos humanos”, etc.

Abaixo, segue a passagem de encerramento da entrevista em que Sidekum estabelece o uso que procura fazer dos seus investimentos profissionais e culturais em contribuição ao seu engajamento:

“Meu doutorado na Alemanha foi sobre Emmanuel Levinas, filósofo que também experimentou o exílio e o campo de concentração, tudo isso me deu uma direção para que eu continue a pensar nessa linha e manifestar-me como professor de filosofia contra as injustiças que se cometem nas universidades de hoje. Escolhi um estilo de vida mais pessoal possível, um sítio com uma casa cujo projeto arquitetônico é meu, com uma horta grande e um enorme pomar. Os frutos do pomar e da horta são distribuídos na escola da Cruz Vermelha em São Leopoldo e ensino a alguns agricultores de criarem minhocas para terem húmus para sua horta. Procuo viajar ao máximo pela América Latina e Europa para conhecer esses centros que lutam com dificuldades pela sobrevivência dos ideais utópicos que precisam alentar a nossa vida. As minhas músicas são as clássicas e bastante da música popular brasileira na fase quando existia a censura e utilizo a música popular brasileira como material para esboçar as temáticas do filosofar no Brasil”. (Entrevista com Antônio Sidekum).

Comerciante na cidade de Ijuí, o pai de Carmem Craidy fora filiado ao PSD e, com o bipartidarismo filiou-se à Arena, chegando a eleger-se vereador por esse partido. Ela nasceu no mesmo município em 1942 e lá realizou todos os seus estudos, inclusive o curso universitário em Pedagogia na Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul entre 1961 e 1964. Desde os quatorze anos participou da Juventude Estudantil Católica (no colégio de freiras no qual estudava) tendo pertencido à direção local, à direção diocesana e à direção regional. Quando entrou na universidade passou a atuar na JUC, ocupando igualmente cargos de direção local, regional e de presidente do diretório acadêmico. Nas suas palavras, fez parte de “todos os movimentos populares da época, desde CPC da UNE... que a gente fazia teatro popular em cima de caminhão no meio rural, pessoal da faculdade de Ijuí, e no sindicato dos operários, tinha programa de rádio... a gente fazia a maior confusão na cidade”.

Depois de concluída a graduação, foi para o Rio de Janeiro compor a direção nacional da JUC, com a aprovação do pai arenista que aceitara sua decisão em razão do conselho por ele recebido do diretor do Exército: “some com a tua filha daqui”. Naquele estado, descreve uma série de elementos que teriam motivado sua recusa a participar da “internacional de JUC e JEC”, em Paris. As dificuldades financeiras, a falta de apoio dos bispos, as transformações no âmbito da Igreja Católica são citados como aspectos importantes do definhamento deste espaço de atuação da “juventude católica” e teriam convergido com a defasagem da “ação religiosa” e a urgência da “ação política”. Ela enfatiza o deslocamento do “campo de ação” para as “organizações políticas”, isto é: “para a Ação Popular e mesmo pra outros partidos clandestinos”, coincidindo, pois, com mudanças nas “motivações pessoais”: “a igreja já não era o centro da minha vida, a minha militância já era outra”.

Foi para São Paulo onde conseguiu com professores conhecidos (da USP e PUC) uma bolsa de estudos para realizar um curso intensivo de orientação educacional (seis meses) promovidos pelo CADES (órgão do Ministério da Educação antecessor da Coordenação de Pessoal de Nível Superior). Os bons resultados obtidos nesse curso teriam viabilizado o convite para orientar o “ginásio vocacional” de uma escola experimental e

depois para coordenar a criação do segundo grau na mesma. Após quase dois anos trabalhando naquela instituição de ensino, sofreu o primeiro processo político e pediu demissão. No emprego seguinte, na Universidade Católica de Campinas, acompanhou o pedido de demissão coletiva dos professores com apenas seis meses de vínculo. O último emprego antes de sair do país foi como documentarista de educação da Editora Abril.

Nesse período, participava de uma “dissidência” da AP que fundara o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores em oposição aos defensores da “luta armada” e se caracterizariam pela “luta sindical” com “forte trabalho político” no ABC paulista. Mesmo assim, tal inserção possibilitou o trânsito entre “organizações armadas” como a ALN e este teria sido um dos principais motivos da “perseguição” a ela feita pela polícia. Para “fugir do cerco”, viajou de carro para Argentina e, com o passaporte válido por ter conseguido uma bolsa de estudos, foi para França e lá viveu legalmente durante cinco anos.

Em Paris, fez mestrado em Ciências da Educação na Universidade de Paris V, cujo trabalho foi sobre a reforma da educação no Brasil. Também se casou com Daniel de Andrade Simões, um chileno que conheceu graças ao trabalho de recepção dos refugiados por ela desenvolvido junto à anistia internacional. Em 1977, o casal foi para Moçambique trabalhar para o governo provisório ali instaurado. Carmen Craidy deu aulas na Universidade de Moçambique e trabalhou na direção nacional de educação. Porém, por causa de uma doença contraída por seu filho, retornou para o Brasil em janeiro de 1979.

Em abril do mesmo ano conseguiu um emprego como assessora de educação da direção da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor. Depois de um ano separou-se do marido e depois de quatro anos trabalhando na FEBEM foi demitida, segundo ela, sob a acusação de comunista. Foi então ser assessora do Juizado da Infância e da Adolescência e, em 1985, recebeu o convite para ir para Brasília coordenar um programa nacional de pesquisa sobre criança e adolescente na Secretaria de Assistência Social do governo federal graças, nas suas palavras, “a velhos quadros que me conheciam e me indicaram”. Coordenou o programa de pesquisa que reunia vários ministérios e o CNPQ, INEP, Capes, etc., e também atuou durante cinco anos no Programa de Estudos e Pesquisa e Ação (Gempa), em pesquisas de alfabetização. Estas atividades teriam a credenciado na designação para compor a comissão nacional responsável pela inserção do

“capítulo da infância e da adolescência” na constituição e, depois, no Estatuto da Criança e do Adolescente. Também trabalhou no Ministério da Educação para assessorar a elaboração da “Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional”.

O início do governo de Fernando Collor e o fato de ter passado nos concursos para professora da UNB e UFRGS são usados como justificativas para a saída do ministério em 1990. Resolveu, então, voltar para o Rio Grande do Sul no início da década de 1990 para dar aulas na universidade, onde também fez o doutorado (entre 1991 e 1996), cuja tese intitula-se “o analfabetismo de meninos de rua como produção simbólica da exclusão social”. Como professora da UFRGS ministrou disciplinas com temas relacionados à educação, tais como: “organização da educação no Brasil e educação infantil”, “introdução à pesquisa de campo nas ciências sociais e educação”, “o processo de construção de identidades na matriz sócio-históricas”, “os fundamentos da política e da educação no pensamento de Hanna Arendt”, “introdução ao pensamento de Norbert Elias”, “letramento e alfabetização”, “escola, violência e relação com o saber”, entre outras. Com relação aos projetos de pesquisa, podem ser citados os trabalhos sobre: “pedagogia das medidas sócio-educativas em meio aberto”, “juventude, educação e justiça juvenil: reabilitação e prevenção de delinquência no Brasil” em parceria com a universidade do Texas/Austin, “gestão de políticas e processos educacionais e exclusão social” e “consulta sobre a realidade na educação infantil”. Fora a UFRGS, desde 2001 na Escola Superior do Ministério Público (ESMP) oferece os cursos “educação de adolescentes infratores e de meninos de rua” e “história das instituições de adolescentes no RS”.

Em 2002 trabalhou no Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada do Ministério da Justiça no “mapeamento nacional do atendimento do adolescente em cumprimento de medida sócio-educativa de privação da liberdade” e, desde 2004, está na Fundação de Assistência Social e Comunitária (FASC), trabalhando no “senso meninos de rua da região metropolitana de Porto Alegre”. Somados às atividades de extensão (como exemplo a coordenação do “programa de prestação de serviços à comunidade de adolescentes que cometeram ato infracional”) e às consultorias prestadas (exemplificando a consultoria à Secretaria Estadual de Educação/RS para a avaliação de propostas pedagógicas), destaca-se a predominância de “trabalhos técnicos” no seu *currículo lattes*.

Com os mesmos temas supracitados, escreveu 18 artigos publicados em periódicos especializados e 6 matérias em jornais e revistas de “notícias” em geral, publicou 6 livros, sendo que 3 individuais e os outros 3 com parcerias, e ainda é autora de 3 capítulos de livros. Vale frisar que a grande maioria dessas publicações é feita por editoras locais. Sobre as diretrizes de intervenção seguidas na atuação profissional e que correspondem aos princípios apreendidos com a inserção na AP, Craidy esclarece:

“Ver, julgar e agir é uma metodologia que significa o seguinte: pensar o que fazer a partir das exigências do real, informados por uma visão teórica, isso constitui um fundamento de qualquer pesquisa, de qualquer assunto de comprometimento político. E a gente aprendeu a fazer isso, interiorizou essa forma de pensar e isso impulsiona toda vida de pesquisa e toda vida universitária posterior. Quando se coloca o problema a primeira coisa que se coloca na cabeça da gente é como interpretar e o que fazer diante disso. Então isso é uma atitude intelectual e emocional e afetiva e política que se constituiu na juventude e se consolidou uma forma de ser que marca essa geração. Tanto que hoje a gente se encontra, por exemplo, no Fórum Mundial né, a gente encontra gente que não vê há décadas, e se conversa e se entende... porque mesmo que as posições políticas não sejam as mesmas, há uma forma de ver o real que aproxima as pessoas”. (Entrevista com Carmem Craidy).

Filho de um sapateiro e de uma dona de casa e neto de agricultores, Renato de Oliveira nasceu em 1954 em Turvo/Santa Catarina. Fez o primeiro grau nesta cidade e o segundo em Araranguá, um município maior, também localizado naquele estado. Demarca o início da sua participação política nos primórdios da década de setenta, mais precisamente aos 16 anos como líder do grupo de jovens – formado por um padre católico com orientação humanista e sem engajamento político – que se dedicavam a discutir e intervir em causas sociais, atividades culturais, entre outras.

Em 1971, teria realizado um curso de formação religiosa, chamado “treinamento de liderança cristã”, no qual ofereciam “cursinhos de cristandade” com o objetivo de atrair jovens com inclinações políticas. Segundo o entrevistado: “baseava-se nos valores tradicionais de respeito à família e acatamento da moral sexual conservadora, através de técnicas razoavelmente sofisticadas de persuasão e amedrontamento, que, em alguns casos, beirava a lavagem cerebral, num clima de envolvimento com estereótipos do consumo cultural de jovens de classe média”. Tal “experiência” teria sido, pois, a

responsável pelo desencadeamento do seu “progressivo afastamento do campo ideológico dominado pela Igreja Católica, tanto de direita como de esquerda”.

Em Porto Alegre, iniciou o curso universitário em ciências sociais na UFRGS em 1973 e logo se tornou uma liderança no movimento estudantil. Naquele momento, aproximou-se dos componentes do recém extinto POC e depois fundadores da chamada Tendência Socialista do MDB gaúcho (que veio a ser das principais articuladoras do PT, partido ao qual pertence, e da tendência Democracia Socialista, tendência da qual pertenceu). Fez parte do “Centro de Estudos dos Estudantes de Ciências Sociais”, cujo objetivo era opor-se à então diretoria do diretório acadêmico “dominado pelo PC do B” e foi presidente do diretório acadêmico dos estudantes do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Instituto de Letras da UFRGS.

Renato de Oliveira salienta que os militantes do centro acadêmico do IFCH foram os responsáveis pela “organização” de uma greve estudantil que teria “paralisado” o curso de ciências sociais durante uma semana. A mesma seria uma forma de “protesto contra a orientação conservadora de alguns professores” que teriam atuado nas “comissões de inquérito policial-militar que levaram à expulsão de vários docentes da UFRGS após o golpe militar”. Sobre esse episódio, ele afirma a “importância de um fato como este para um jovem de 19 e 20 anos recém saído do interior com ânsia de participação, etc.”.

Chegou a ser secretário da Tendência Socialista, organizou cursos de formação política, viagens de intercâmbio entre militantes de distintas universidades que pertenciam ou eram simpatizantes da mesma tendência. Também foi presidente do Conselho de Diretórios Acadêmicos da Universidade entre 1974 a 1975 e do DCE de 1976 a 1977. Com este cargo promoveu e participou do movimento que visava articular os Diretórios Centrais de Estudantes de algumas universidades com o intuito de formar uma “coordenação nacional do movimento estudantil que se impusesse como uma ‘Une de fato’”, o que lhe proporcionou a realização de viagens para São Paulo, Belo Horizonte e Recife.

Formou-se em 1978 e encarregou-se da divulgação do jornal alternativo de circulação nacional “Em tempo”, nos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, pois nesta ocasião dava aulas de sociologia como professor assistente na Unisinos (onde ficou até 1984, período em que também participou da oposição sindical do Sindicato dos

Professores do Rio Grande do Sul). Define esse período inaugural de militância como relativamente “tranquilo”, uma vez que, afora algumas “perseguições por parte da polícia” e eventual necessidade de “sair de cena”, não sofreu nenhuma detenção.

Em 1979 trabalhou na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul como assessor parlamentar do MDB. De 1979 a 1980 foi secretário geral e vice-presidente da Associação de Docentes da Unisinos.

Ingressou na UFRGS como professor do departamento de odontologia preventiva e social. No mesmo departamento, de 1980 a 1998, ministrou disciplinas de sociologia da saúde, metodologia científica e estágio de saúde pública, aliada a ocupação da posição de “membro plenum” nas avaliações e consultorias de 1979 a 1988. Em 1981 esteve na UFMS como professor visitante responsável pelo curso de especialização em saúde pública e pela disciplina de sociologia da saúde. Também foi neste ano que iniciou a especialização em filosofia, concluída em 1982, na UFRGS. Além das disciplinas dadas, também se dedicou à realização de cursos de extensão (em 1995 coordenou o curso de “promotores de atenção primária da saúde bucal”, repetido no segundo semestre de 1996, sendo que no primeiro semestre havia coordenado o curso de “formação de auxiliares de consultório dentário”) e ocupação de cargos administrativos na faculdade de odontologia e da universidade em geral (direção do centro de pesquisas em odontologia social, consultor da pró-reitoria ajunta de pesquisa e pós-graduação, membro do comitê de ética e pesquisa do hospital de clínicas de porto alegre, comissão de estudos e acompanhamento de propostas de autonomia universitária da reitoria, comissão de ética para a pesquisa envolvendo seres humanos da reitoria, etc.). De 1994 a 1996 esteve à frente da linha de pesquisa em sociologia da saúde do PPG de Sociologia, compatibilizando assim essa atividade aos cursos de sociologia da saúde e sociologia ética oferecidos naquele pós. A sua “lotação” no departamento de sociologia do IFCH aconteceu somente em 1998 (responsabilizando-se pelas disciplinas de epistemologia das ciências sociais e sociologia da desigualdade e da diferenciação social), cinco anos depois de concluído o doutorado em sociologia realizado na École des Hautes Études em Scienses Sociales de Paris (de 1989 a 93), cuja tese foi intitulada “Éthique et Médecine au Brésil. Étude sur les rapports entre le débat sur l'éthique médicale et la participation politique des médecins brésiliens”.

No final dos anos oitenta e início dos anos 90, no período em que estava em Paris fazendo o doutorado, articulou um núcleo de militantes e simpatizantes do PT residentes naquela cidade, que veio a ser formalizado pela “Loi 1901” que regula as associações civis na França. Nas suas palavras: “associação, que manteve um boletim com certa regularidade, se denominava Option Brésil e fui seu primeiro presidente”.

A atuação na Tendência Socialista se prolongou na filiação ao PT e na adesão à Democracia Socialista. Identificações justificadas por ele pela “formação na cultura intelectual do marxismo, principalmente através de leituras de Gramsci”. Em 1984 desvinculou-se da DS, mantendo-se no PT, porém próximo das tendências consideradas “mais moderadas” e que se reivindicam como mais “intelectualizadas”. De 1986 a 1988 e, depois, de 1994 a 1998, foi secretário geral e presidente da Associação de Docentes da UFRGS. Entre 1997 e 1998 esteve vinculado à Universidade de Santa Cruz do Sul e à Universidade de Brasília, sendo que em 1998 ministrou o curso sobre Ética Empresarial junto ao programa de desenvolvimento em Gestão da Companhia Estadual de Energia Elétrica da Escola de Administração. Também de 1986 a 1988 e depois de 1998 a 2000 foi segundo tesoureiro e presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES)

No que tange à ocupação de cargos, no único governo do Partido dos Trabalhadores no estado foi, em 2000, diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do RS e, de 2001 a 2002, foi Secretário de Estado responsável pela Secretaria da Ciência e Tecnologia, Em 2002 desempenhou ainda a função de avaliador externo do Programa Management of Social Transformation (MOST) junto à UNESCO na França.

A avaliação da atuação profissional e da atuação política revela um tipo de “insatisfação” com as relações e prioridades estabelecidas, bem como com seus resultados.

“O engajamento político veio em prejuízo da vida profissional, e não encaro isto como ‘preço a pagar’, mas como prejuízo, pura e simplesmente. Creio que, além das limitações pessoais para conciliar ambas as coisas, o lado negativo deve-se à precariedade institucional das culturas política e acadêmica no Brasil, que constituem verdadeiras ‘histórias paralelas’... nos períodos em que exerci os cargos de presidente da Adufrgs e da Andes, lutei para constituir uma publicação periódica nacional que abrisse espaço para a participação da comunidade acadêmica no debate político nacional, sem ter obtido qualquer sucesso, pois o caráter independente da publicação proposta, ou seja, sem compromissos com os *a priori* sindicais e/ou partidários explícitos, a tornava inaceitável para os militantes do movimento docente” (Entrevista com Renato de Oliveira).

“Ainda que a partir do início dos anos 80 eu tenha desenvolvido um perfil de militante à margem das estruturas de comando e elaboração políticas constituídas durante os anos 70, o que significou estar à margem das estruturas de direção do PT, por sua vez controladas pelos sindicatos, pelas organizações católicas de esquerda e pelas organizações remanescentes do marxismo-leninismo, mantive minha identidade com o partido. Essa identidade era fundada na expectativa de que o partido transcendia a ação e os objetivos imediatos das forças citadas. Essa expectativa se mostrou um equívoco, e por tal razão desliguei-me do partido há dois anos”. (Idem).

Os três itinerários descritos acima são, assim, representativos dos perfis de carreiras realçadamente universitárias cujos agentes iniciaram sua militância nos movimentos estudantis durante os anos sessenta e/ou setenta e posteriormente persistiram pautando sua atuação profissional pelo engajamento em “causas” variadas.

Como foi dito no início do capítulo, os indicadores de origem social, adesão às causas e organizações durante o “regime militar”, o uso da biografia militante e a dependência em relação aos vínculos e contatos edificados naquele momento tendem a serem menos contundente neste padrão quando cotejados aos demais perfis, restando sobressalentes, neste caso, especialmente os investimentos em títulos escolares e em bens culturais.

No tocante às características semelhantes dos perfis analisados, salientam-se, resumidamente, a origem rural e católica compartilhada pelos três, os altos títulos escolares com uma considerável circulação internacional para adquiri-los; pelo menos dois deles falam em ética e/ou constituem-se em porta-vozes de temas relacionados à “inclusão”; desenvolvem pesquisas e atuam em consultorias que visam à modificação de determinadas condições de existência da “população” beneficiada pela intervenção; explicitam a busca de referenciais principalmente nas ciências sociais e filosofia; promovem cursos de extensão que aparecem como espaços apropriados de intervenção; bem como pode-se afirmar a ascensão social impulsionada, sobretudo, pela inserção religiosa que desemboca na atuação militante e pelo exercício da profissão de professor universitário.

É certo que o aumento nos índices de um ou mais dos indicadores afetam na interpretação dos destinos dos agentes e da hierarquia de posições por eles ocupadas no

domínio ao qual se dedicam. Ressalta-se nomeadamente o peso contundente da origem social e do nível de adesão no período inaugural de engajamento e os três perfis descritos são exemplares desta relação.

Sucintamente, para o primeiro caso observou-se que a vinculação religiosa e a militância política que dela se derivou viabilizaram a ascensão social do agente de origem baixa e rural. A Igreja Católica, então, se apresentou e se impôs como uma estratégia familiar de superação das condições adversas o que, por sua vez, acaba criando uma idéia de dívida naquele que obtém sucesso com base nessa estratégia.

Ou seja, a ascensão social poderia significar uma espécie de distanciamento daquelas origens e, como forma de sublimá-la, Sidekum dedica sua atuação profissional e engajamentos para a modificação das condições de existência que marcaram o seu ponto de partida, quase como uma retribuição ao dispendioso investimento inicial. Porém, paradoxalmente, isso que poder ser “percebido” como “ascensão”, tendo em vista a condição original do agente, se traduz na ocupação de posições periféricas que é, por sua vez, compensada pela ativação de um sentido de “missão” e “abdicção” que resolve, ou deixa suspensa, a tensão produzida entre a perspectiva de ascensão, o esforço de sublimação do distanciamento da origem e a ocupação dessas posições periféricas.

Comparativamente ao perfil acima, no segundo tem-se uma origem um pouco mais elevada. A iniciação no trabalho de intervenção ocorreu mais cedo nos movimentos de jovens católicos e estudantis secundarista, se desenvolvendo para modalidades mais “arriscadas” de atuação, envolvendo deslocamentos para o “centro” do país, longo período de exílio, aliança matrimonial, etc. Neste caso, a inserção religiosa aparece como a oportunidade de um tipo de intervenção que favoreceu e foi substituído pelo desempenho de outro (a contestação “política” na “luta contra a ditadura”). Ao longo do seu itinerário, Carmem Craidy investiu concomitantemente e significativamente na militância e na carreira profissional e, mais do que isso, as desenvolveu conjugadas e justificadas pela dedicação a uma problemática tida como altamente legítima.

O *background* militante somado à atuação profissional engajada numa “causa” específica e socialmente legítima garantiram a ocupação de uma posição de destaque e a capacidade de circulação por diversos domínios. É preciso referir que a entrevistada afirma que ainda se orienta, para a realização dos seus trabalhos, pelos

princípios teóricos do catolicismo engajado: “ver, julgar e agir” e, igualmente, mantém os laços pessoais construídos desde os primórdios de sua militância e ambos se renovam em reuniões e grupos de discussão que ainda promovem com os antigos membros da AP.

A terceira carreira combinou uma série de características análogas aos dois casos acima e constitui um perfil distinto e exemplar dos itinerários acadêmicos. Com uma origem relativamente baixa, a socialização e politização inaugural nos movimentos de jovens católicos, da mesma forma que os dois anteriores, constituíram-se num dos principais móveis instigadores para a participação dos movimentos de contestação ao regime. No que pese, como no segundo caso, o agente declarar o necessário descolamento da Igreja Católica para dedicar-se à atuação política militante, à exemplo do primeiro caso, é justamente esse pertencimento original atrelado ao investimento em escolarização e aos engajamentos sindical e partidário que vão constituir a sua base de ascensão possível. A influência católica também se faz notar no tipo de produção direcionada ao meio universitário que afirma uma espécie de “competência” para falar em nome de “questões morais”.

Acontece que as condições e estratégias adotadas são inevitavelmente díspares. Comparando Renato de Oliveira com Carmem Craidy, pode-se ressaltar que, para o primeiro, os trunfos militantes são relativamente “inferiores” (quando considerado o valor dos “riscos” e “prejuízos” da participação nos movimentos de “resistência”), inclusive porque pela idade e momento de entrada na dinâmica de oposição ao regime não teria como adquiri-los e, além disso, também não buscou fazer convergir, nos diferentes meios de inscrição, o reconhecimento do domínio de uma “especialidade”. E, comparando com Antônio Sidekum, para Renato de Oliveira inexistente aquele débito de origem que se refletia numa tensão entre origem, ascensão e posição periférica que poderia ficar suspensa com a ativação de um sentido de abdicção. Neste caso, embora haja tal tensão, essa incorpora o empreendimento no domínio sindical e partidário que resulta numa espécie de sentido de “falha”. Ou seja, apesar de ter ascendido em relação à origem e o destaque obtido foi na atuação sindical, a ocupação de posições intermediárias na universidade e no partido conduz à percepção de que essa dedicação simultânea inibiu a conquista de posições mais favoráveis, nomeadamente, na universidade.

Para finalizar, abaixo é apresentado um perfil particular de carreira que pode ser incorporada ao “padrão universitário”, em primeiro lugar, porque os agentes que podem ser associados a tal modalidade combinam sua atuação profissional autônoma com o exercício docente e, em segundo lugar, porque a articulação de variáveis é relativamente semelhante. São os chamados “profissionais liberais” cuja atuação se caracteriza pela “politização” dos seus ramos de atividades. Este trabalho é executado mediante a interpretação ou formulação de perspectivas construídas a partir da associação de conhecimentos e princípios das referidas áreas (medicina, direito, arquitetura, psicologia, etc.) com “saberes” que são produzidos no âmbito das ciências humanas e sociais, visando constituir um sentido de intervenção e transformação das condições de existência do “público” ao qual se direciona. Essa definição é facilmente verificada entre profissionais com carreiras marcadamente universitárias (reafirma-se: tendo em vista as variáveis e dimensões testadas no universo de pesquisa em pauta). Contudo, o itinerário que segue é representativo de carreiras que se afirmam na vinculação entre os meios universitários e políticos, mas que se realizam profissionalmente e predominantemente fora desses domínios.

Luiz Illafont Coronel nasceu em 1948 no município de Quaraí/RS. A mãe era professora primária e o pai, assim como os avós, eram comerciante e fora secretário geral do PC da cidade na década de 70, além de dirigente de clube de futebol e também de “vários outros organismos”, conforme sublinhado pelo entrevistado.

Aos 15 anos, Coronel se deslocou para Santa Maria para fazer o segundo grau e, aos 18 anos, entrou para a “dissidência do PC”, que pouco tempo depois veio a constituir o POC. Diz que chegou a “flertar” com integrantes da Ala Vermelha do PC do B (muito atuante naquele município), porém sua escolha teria sido calcada na avaliação de que aquele grupo seria “intelectualmente mais aberto, mais sofisticado, por assim dizer... gente com uma outra dimensão da história e da política”.

Em 1968 ingressou na Universidade Federal de Santa Maria, mediante aprovação no curso de medicina e, não obstante da militância e das viagens pelo estado que tinha que fazer para exercê-la, conseguiu se formar dentro do prazo, isto é, em 1972. Concluída a faculdade, passou por novo deslocamento. Desta vez para Porto Alegre com vistas a especializar-se em psiquiatria. Estagiou na Clínica Psiquiátrica Pinel. Indagado

sobre o porquê da opção pela psiquiatria, diz que esta foi guiada pela idéia de que a medicina seria “a área mais ligada às ciências sociais e humanas” e, como tinha uma “formação básica marxista leninista”, a medicina “veio como profissão, mas o meu modo de pensar todo é marcado por eles”.

É casado com uma advogada, defensora pública, que conheceu no período inaugural de militância e que também era militante, apesar de não possuir vinculação a nenhuma das “organizações”. No início dos anos setenta passou a integrar o MDB, destacando a participação nas reuniões do IEPES, sendo um dos principais articuladores da Tendência Socialista e compondo o conselho fundador do jornal “Em Tempo”. De 1973 a 1978 trabalhou como médico psiquiatra da associação dos Funcionários Municipais da capital, sendo que, a partir de 1976, também atuou na Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEP) durante quatro anos. Em 1980 se incorporou à Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS), chegando a ocupar os cargos de conselheiro titular, 1º secretário do conselho de representantes, delegado, entre outros. De 1986 a 1989 foi presidente e vice-presidente da diretoria da Associação Gaúcha de Medicina Psicossomáticas e supervisor do programa de residência médica de Psiquiatria. Desde 1984 é professor do curso de especialização em grupo terapias da Fundação Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFCMPA) e entre 1995 e 1997 fez o mestrado em psiquiatria, psicanálise e saúde mental na UFRJ. Sua dissertação recebeu o título: “Incidências sobre o sofrimento psíquico em alunos de formação psiquiátrica”. Chegou a ser diretor geral da Secretaria de Justiça e de Segurança Pública do RS de 1999 a 2003, ou seja, durante o governo do PT, partido ao qual era filiado (até o momento da realização da entrevista, pois naquele ano, em 2004, cogitava filiar-se ao PSOL). Desde 2004 é presidente da Sociedade Gaúcha de Saúde Mental e Lei, diretor e professor do curso de especialização em Psiquiatria Forense e também presidente do Centro de estudos Instituto Abuchaim, onde ministra cursos com temáticas relacionadas à grupoterapia. Desde 2005 é coordenador do Anteprojeto de lei desenvolvido em convênio com o departamento de psiquiatria da FFCMPA e desde 2006 é presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia de Grupo. Publicou um livro intitulado “Psiquiatria legal” e cinco capítulos de livros, a grande maioria tratando do mesmo tema.

Este itinerário, de um modo geral, se distingue dos anteriores que integram esta modalidade de carreira basicamente pela inexistência de vínculos religiosos

anunciados e impulsionadores das inserções inaugurais e pelo fato de sua atuação profissional não estar voltada predominantemente para o meio universitário. E, assim como aqueles, observa-se um menor peso dos trunfos militantes e, conseqüentemente, da possibilidade da maximização de uma biografia neste sentido e ainda um significativo empreendimento em títulos escolares e na qualificação profissional. Já ocupou cargos públicos e teve vinculação partidária, mas não mantém uma prática militante. Observa-se, porém, a persistência de um sentido de intervenção relacionado ao engajamento em causas precisas dentro da sua especialização médica. Neste caso, tais “preocupações” seriam justificadas e operacionalizadas graças à formação em ciências sociais adquirida desde a gênese do seu engajamento.

“a participação naqueles anos foram, como eu já te disse, a linha da construção foram decisivos, a relação do meu modo de pensar e sentir. Não é por acaso que adotei essa ideologia, é que a minha formação é essa de dar valor aos bons vínculos né, em relações que promovam crescimento, respeito... Continuo sensível aos problemas sociais, tô muito envolvido com isso nos últimos anos porque é o rescaldo da minha gestão no manicômio judiciário. Tô abrindo uma área nova, estudos da violência do ponto de vista da saúde mental, é o primeiro curso no Brasil. E tô com o projeto no Ministério da Justiça dos manicômios brasileiros e várias coisas nessa linha da violência. Por quê? Porque eu acho que é o meu compromisso como professor, eu entendo conhecimento por conhecimento e acho que é a melhor forma. Infelizmente nem sempre pude dar o melhor de mim nesse sentido, ou mais tempo e mais aulas né, mas o balanço é sempre positivo. Sofri muito, claro, ninguém gosta de ser torturado, , mas é uma vida marcada por sacrifícios, mas eu não me arrependo, eu acho que foi positivo. Aquilo foram estímulos e me sai bem, eu acho que consegui fazer dos obstáculos caminhos do conhecimento, infelizmente nem sempre as pessoas conseguem fazer isso. Tem muito amigo que se perdeu no meio do caminho, mas a avaliação é positiva, desde o ponto de vista mais íntimo até o ponto de vista mais social, digamos assim, mais amplo”. (Entrevista com Luiz Illafont Coronel).

2.2.6 – Considerações finais

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que a descrição acima teve como fonte principal as entrevistas realizadas com os agentes e, por este motivo, é preciso não perder de vista que as reconstruções biográficas resultam não somente da posição ocupada no presente como da posição de origem e da perspectiva de posição atribuída pelo próprio agente. Portanto, nas leituras oferecidas do passado, as escolhas operadas ao longo das trajetórias são justificadas, aclamadas ou rejeitadas *a posteriori* conforme seus resultados

entendidos em termos de sucesso, fracasso ou conformidade relativos às condições específicas de cada agente e ao campo de possibilidades detidas (considerando a condição de origem, os recursos acumulados, as estratégias acionadas, as oportunidades apresentadas, os domínios privilegiados e as posições conquistadas).

Foram então apresentados itinerários que correspondem a alguns perfis de carreiras que predominam no universo de estudos e que foram identificados e classificados a partir do teste de um conjunto de variáveis pertinentes para a tentativa de apreender a relação entre elas e seus efeitos nos destinos políticos e profissionais dos agentes. Com este procedimento obtiveram-se indicações de como são renovados os sentidos de intervenção nas diferentes arenas de atividade dos agentes; da mesma forma foi possível atentar para dinâmicas de intervenção forjadas nos processos de legitimação dos mesmos como porta-vozes de “grupos”, de “causas” e como especialistas em “temas”; também permitiu apontar para os desdobramentos do militantismo e do engajamento tendo em vista os “grupos” e/ou as “causas” aos quais se dedicam; possibilitou observar como os mesmos agilizam esses trunfos para potencializar seu trânsito em domínios sociais diferentes, maximizando laços e investimentos em “lutas”, “temáticas” e “causas”; e, finalmente, foi possível detectar modalidades de construção do duplo reconhecimento da condição de intelectual e de ativista dos candidatos a porta-vozes.

A pretensão no capítulo que segue é, pois, tentar demonstrar de forma mais precisa duas dimensões de análise que não foram devidamente exploradas até então e são reveladoras de condicionantes que circunscrevem as escolhas possíveis dos agentes, podendo contribuir tanto para a ampliação “qualificada” do seu montante de recursos como para o bloqueio do acesso ou desvalorização dos mesmos. Tratam-se das interferências das configurações de vínculos e contatos construídas e administradas pelos militantes nas suas inserções e das configurações históricas e conjunturais que “favorecem” ou “desfavorecem” determinados empreendimentos (e do seu valor) tendo em vista a gama de eventos e tensões que as singularizam.

A análise das configurações de vínculos e contatos é operacionalizada considerando os deslocamentos dos agentes e dos seus *círculos de reconhecimento* objetivados nas diferentes “organizações” em que atuam. E estas, por sua vez, são colocadas em convergência com a configuração histórica e as conjunturas nas quais se

inscrevem. Para tanto, examina-se a inserção dos agentes nessas “organizações” em três momentos conjunturais: o primeiro referente ao “período militar”, no qual os militantes deveriam optar por “grupos clandestinos” e/ou institucionais para a prática contestatória; o segundo diz respeito ao início do processo de redemocratização do país no qual as escolhas partidárias refletiam os arranjos ideológicos e identitários forjados num contexto de crise; e o terceiro concerne ao momento contemporâneo, onde já há uma relativa maturidade dos agentes e das instituições de modo que as opções cristalizam os vínculos e escolhas construídas ao longo das trajetórias individuais e coletivas.

Capítulo 3 – PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO E LUTAS POLÍTICAS

O estudo dos engajamentos e militanismos exige a apreensão dos condicionantes que operam na conformação de adesões, de modalidades e de domínios de intervenção política ativados pelos agentes em diferentes conjunturas históricas. A opção de iniciar a “militância” bem como os investimentos e demais “escolhas” priorizadas refletem fundamentalmente a combinação entre recursos detidos, atributos acumulados e pertencimentos variados como definidores de uma espécie de *libido* (Bourdieu, 2001) para a intervenção. Da mesma forma, é possível dizer que esses elementos interagem no delineamento de identidades precárias que, por este motivo, são passíveis de serem reconstituídas ao longo dos itinerários individuais e coletivos, em relativa congruência com as posições ocupadas, os posicionamentos assumidos, as distinções construídas e as gratificações obtidas (Gaxie, 2003; 1977).

No tocante às lógicas de identificação, estas são, justamente, o produto e as produtoras dos amálgamas entre dimensões sociais (“afinidades” baseadas em pertencimentos a diferentes segmentos sociais), dimensões pessoais (“elos” pautados por *redes de relações* e “afetividades”) e dimensões ideológicas (“aproximações” justificadas pela consonância de valores e de visões de mundo direcionados à “transformação da realidade”). É possível assim captar as lógicas de identificação no espaço social, que envolvem a identificação forjada nas relações simétrica/assimétricas e os efeitos da

categorização a partir de rótulos produzidos nas lutas entre os agentes e nas próprias ciências sociais. Sem desconsiderar ainda os impactos da auto-compreensão ou de uma “subjetividade situada” que se constitui tomando uma auto-avaliação da posição ocupada em relação às demais posições, assim como mediante filiações, pertencimentos, afinidades, etc. Tais processos se alimentam do sentimento de possuir atributos comuns e compor “grupos” dotados de “coerência”, “unidade”, “coesão”, bem como de elos construídos, administrados, renovados, etc. (Brubaker, 2001).

Sendo assim, a pretensão deste capítulo é explicitar círculos reconhecimentos/conexões/percepções/disposições/categorizações e como interferem nas dinâmicas de inserção variadas, nos deslocamentos efetuados e nos eventos que, muitas vezes, os cristalizam e afirmam *sentidos de contemporaneidade* (Favre, 1992) disputados, compartilhados e redefinidos pelos agentes nas suas reconstruções posteriores. Para tanto, tomam-se três eixos inter-relacionados como pontos de partida para a análise. O primeiro refere-se à *entrada* e aos itinerários dos agentes nos movimentos de contestação, nomeadamente, as atuações inaugurais no movimento estudantil (secundarista ou universitário), e/ou em “organizações clandestinas” e/ou outras “instâncias” de participação como sindical, religiosa e partidária. O segundo diz respeito ao tratamento das “organizações” e “instâncias” propriamente ditas a partir do exame de preceitos proclamados, das temáticas consagradas e dos itinerários coletivos daqueles que as constituem. E o terceiro, refere-se à configuração dos dois anteriores em conjunturas de crise que são marcadas pela plasticidade nos códigos e regras do jogo, portanto em que a formulação das estratégias e sua ativação estão particularmente fragilizadas (Dobry, 1992).

Também foram delimitados três momentos conjunturais para a pesquisa. No primeiro, referente ao período militar e localizado predominantemente nos anos 60, os militantes iniciavam sua militância, deveriam optar por “grupos” clandestinos e/ou institucionais para a prática contestatória e, igualmente, decidir sobre seus investimentos escolares inaugurais. Este momento é caracterizado pelo binômio contestação/dispersão. Isto é, por um lado, há a adoção de movimentos conjuntos de contestação ao regime (exemplificado nas manifestações de estudantes, greves, passeatas, etc.) nas quais os militantes atuaram de forma mais ou menos intensa contra um “inimigo comum”. Por outro lado, evidencia-se uma forte fragmentação das “organizações” e “grupos” cujas ações mais localizadas (expropriações, pichações, distribuição de panfletos e jornais, etc.) traduziam-

se na “disseminação de energia” de modo disperso. Nesta fase pode-se dizer que os indivíduos “entram na resistência” e entram igualmente num espaço de possibilidades que deve ser explorado, sobretudo no que tange às aproximações ideológicas, afetivas, instrumentais, etc. possíveis, aos recursos que garantem a conquista ou perda das mesmas e a maximização desses elementos para a conquista de posições de reconhecimento.

No segundo, concernente ao início do “processo de redemocratização” e especialmente situado nos anos setenta, as escolhas partidárias refletiram os arranjos ideológicos e identitários forjados no momento anterior. Assim, a participação em campanhas e tomadas de posição sobre a reorganização partidária evidenciam os alinhamentos operados. Os resultados obtidos numa pesquisa anterior (Reis, 2001) permitiram apreender as estratégias de afirmação dos militantes em canais institucionais específicos de inserção (Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais e no Setor Jovem do MDB) e as estratégias de distinção entre e intra “gerações”. Além disso, neste momento já é possível observar estratégias de ativação de recursos detidos durante os anos sessenta e os empreendimentos profissionais em curso. Pode-se, então, caracterizá-lo pelo binômio afirmação/distinção, o que significa dizer que se por um lado os militantes já estão inseridos nos domínios esquerdistas, isto é, já teceram vínculos variados (de atração ou de repulsão) com outros indivíduos e organizações, já reelaboraram as respectivas “alternativas” de condução da “luta política”, bem como fizeram suas próprias opções políticas e profissionais (mesmo que contingentes), por outro lado, as condições favorecidas pelo processo de redemocratização do país deslocaram o foco das mobilizações coletivas conduzidas pelos mesmos.

Antes que na contestação direta ao “regime militar”, a ênfase recai agora nas estratégias de afirmação dos novos entrantes tendo em vista o cenário político vislumbrado. Neste caso, o engajamento na “redemocratização” passava pela acentuação, nos repertórios de mobilização, da “organização da sociedade civil”, da necessidade de construção de “alternativas socialistas” nos partidos políticos, da efetivação da idéia de participação popular, etc., em oposição às práticas políticas tradicionais (anteriores ao regime militar) que seriam adjetivadas como “populistas”, “conservadoras” ou “adesistas”. A dinâmica de afirmação no jogo político institucional (notadamente a partir da atuação no MDB) foi paralela às sucessivas definições de fronteiras entre as diferentes alternativas de militantismo, ou seja, de distinções entre os próprios porta-vozes das “gerações” que

“lutaram contra a ditadura” buscando interpelar o público de esquerda em geral e conquistar sempre novas adesões a seus projetos (partidários, sociais, ideológicos, etc.) e assim manter-se na posição de porta-vozes das causas “democráticas”.

E no terceiro momento, já na vigência do “pluripartidarismo”, que transcorreu a partir do início dos anos oitenta, haveria uma relativa “maturidade” dos agentes e das instituições de modo que os movimentos e deslocamentos refletiam os vínculos e escolhas construídas ao longo das trajetórias individuais e coletivas, assim como os destinos sociais e profissionais, de alguma forma, já se apresentavam como “encaminhados”. Com efeito, neste período as idéias de engajamento e militância produziram simultaneamente unificação e distinção entre os contemporâneos de lutas comuns que tiveram suas lógicas radicalizadas. Ou seja, eles compartilham das grandes temáticas que pautam o repertório de preocupações legítimas e as modalidades consagradas de intervenção política, no entanto buscam distinguir-se pela competência no tratamento dessas questões e pela eficácia na sua concretização em múltiplos meios de engajamento e veículos de atuação militante. Por este motivo, tanto as alianças como as rivalidades – geralmente lidas como fundamentalmente ideológicas ou partidárias – entre estes agentes são fundadas em conteúdos variados e são apreendidas com o exame dos desdobramentos das suas trajetórias uns em relação aos outros³⁹.

Cada um destes momentos foi examinado numa perspectiva sincrônica que possibilitou evidenciar as tomadas de posição, os recursos detidos, os trunfos utilizados nos embates, os objetos disputados e as “bandeiras” ou repertórios compartilhados, os conteúdos das aproximações e dos distanciamentos, as redes que são tecidas, as identidades que são reivindicadas e os princípios que subjazem aos movimentos operados. E, os três conjuntamente, possibilitaram atentar, numa perspectiva diacrônica, para as persistências,

³⁹ A esta idéia coadunam-se as referências de Michel Offerlé, ou seja: “[No que tange] a lógica de filiação às tendências estruturadas e às sub-empresas [como resultando] formalmente de marcas políticas... poucos estudos foram consagrados à formação de equipes homogêneas ideologicamente a posteriori. Companheiros de escola, amigos sindicais, grupos de gerações homogêneas, camaradagens regionais, afinidades sociais e éticas, acasos socialmente condicionados, estratégias de colocações controladas num certo estado de aglomeração do mercado, agregação de agentes marginais politicamente, todos estes fatores deveriam ser sistematicamente testados para evitar a análise politicológica de tomar a competição intra-partidária a partir das ideologias proclamadas ou sob a forma de manipulações cínicas” (Offerlé, 1987:65).

inconstâncias, ou redefinições que marcam as diferentes etapas históricas e biográficas dos investigados.

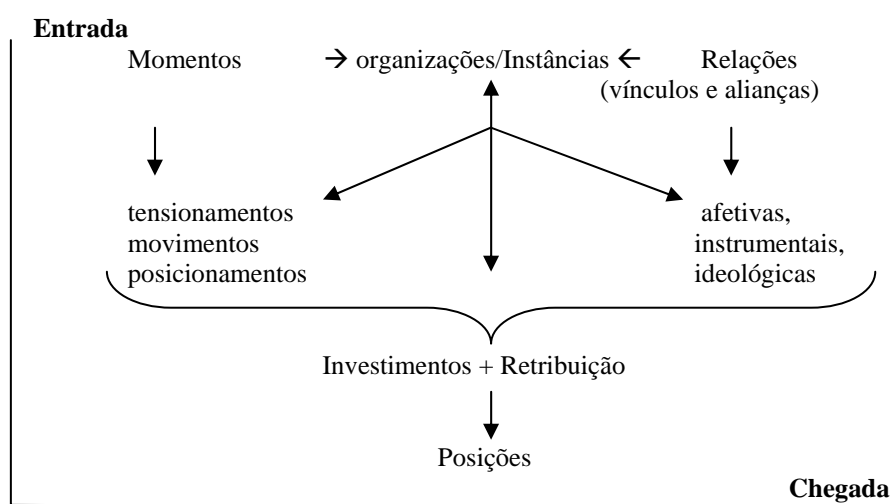
É preciso também enfatizar que eles englobam múltiplos eventos e estratégias de intervenção mais ou menos eficazes em termos de acúmulo de trunfos e de possibilidade de reconvertê-los nos momentos subseqüentes. E, assim, pode-se perceber como repercutem na produção de hierarquias e na configuração de atributos, lógicas e repertórios de intervenção, sempre relacionalmente redefinidos.

No que tange ao recorte empírico adotado para viabilizar tal análise, a estratégia inicial foi fixar as “organizações” de estréia para a definição de conjuntos de relações que se transformaram ao longo do tempo, os desdobramentos em termos de adesões, os itinerários coletivos, as rearticulações de redes, a renovação de alianças, a constituição de rivalidades, permitindo assim observar os princípios e mecanismos que interferiram nesses processos. Para tanto, examinou-se os vínculos e contatos explicitados nas entrevistas, observando, concomitantemente, os aspectos conjunturais pertinentes e os lugares de inserção privilegiados.

Alguns pontos devem ser sublinhados para tornar clara a perspectiva seguida aqui. Em primeiro lugar, é preciso frisar que a análise se concentra nas diferentes “organizações” e “instâncias” que se definem a partir de distintas *redes de relações* em constante rearticulação ao longo de diferentes configurações históricas. Em segundo lugar, as condições conjunturais de estréia e afirmação dos agentes se singularizam por aspectos relacionados a uma *situação de crise*, tais como a fluidez, incertezas e arbitrariedades que incidem nas condições do “jogo” bem como nos trunfos e estratégias eficazes para jogá-lo (Dobry, 1992). O que, por seu turno, incorre na dinâmica de fluxos e refluxos de agentes nas arenas de confronto, assim como implica na maior vulnerabilidade e rapidez na dissolução dos lugares a partir dos quais se posicionam.

Sendo assim, é preciso observar justamente como, a cada “etapa” do “regime militar” e de “entradas” e “saídas” de militantes, se redefinem alianças e alinhamentos, no que implicam em processos de continuidade, edificações, rupturas e renovação de princípios, sentidos e elos. Bem como é preciso atentar no que elas resultam do trabalho por parte dos agentes de construção de coerências quanto às suas trajetórias coletivas e individuais.

O desenho abaixo indica os eixos de atenção que são verificados neste capítulo e ele deve ser lido em duas direções complementares que comportam a tentativa de conjugar o exame das dinâmicas situacionais de luta com uma abordagem processual. Ou seja, por um lado, ele informa uma configuração específica na qual podem ser observados como se articulam os eventos sucedidos numa determinada conjuntura com os empreendimentos efetuados (notadamente os posicionamentos, as organizações, as relações estabelecidas e as demais escolhas e conflitos decorrentes), assim como a tradução em termos de posição ocupada. E, por outro lado, também pode ser considerado de um ponto de vista cronológico da sucessão de momentos que contempla o ponto de partida dos agentes, os vários momentos históricos e biográficos transcorridos, os recursos e estratégias assumidas nas diferentes fases, tendo em vista as diferentes conjunturas e os resultados em termos de posição atualmente ocupada.



A questão central reside, pois, nos investimentos e nos usos que os agentes fazem dos seus recursos intelectuais e militantes aliado às *redes de relações* que estabeleceram desde as inserções militantes primordiais. Sobre esse último ponto, um procedimento metodológico viável e eficaz foi o de buscar estabelecer os *egos* ou as *cliques* (Mayer, 1987), ou seja, as principais lideranças e seus laços variados a partir dos quais se produziram ramificações acionadas para a contestação. As características dos *egos*, ou dos líderes, pelo fato da posição que eles ocupam são as características

reconhecidas e valorizadas pelos membros das “organizações” ou “instâncias” que comportam as *redes de relações*. O que não significa dizer que essas características são compartilhadas e detidas por todos, pelo contrário, há uma hierarquia de posições justamente porque elas são desigualmente distribuídas, sendo necessário, pois, identificar e confrontar essas propriedades.

O conjunto de dinâmicas de identificação e de relações apreendidas se apresenta publicamente por meio da mobilização da idéia de “organização”, num primeiro momento, e de “instâncias”, “canais”, “tendências” posteriormente.

O ingresso dos militantes que participaram dos movimentos de contestação ao regime nos anos sessenta foi marcado pela justificativa de ataque a um “inimigo comum”. Assim, os eventos geralmente celebrados referem-se àqueles que ou visavam instrumentalizar ou eram mesmo “ações de guerra” para ambos os lados (militantes e militares): fundação de “organizações clandestinas”, formação de órgãos de denúncia de comunistas, atentados, cassações, censuras, guerrilhas, atos institucionais, greves, manifestações estudantis, tortura, assaltos, seqüestros, etc. definiam os moldes do combate e os dois lados possíveis de luta, assim como os acontecimentos internacionais também eram ativados como estímulos e justificativas para as adesões. Para examiná-las parte-se de algumas considerações sobre a idéia de “organizações” tão preponderantes nesse período.

Na esteira da tarefa de mapeamento e familiarização com os lugares privilegiados de inserção “militante” e “esquerdista” nesse período, foram encontrados particularmente dois tipos de fontes. O primeiro trata-se principalmente de trabalhos produzidos pelos próprios personagens ou por “estudiosos” do tema, sobre os princípios e conteúdos ideológicos das “organizações clandestinas” e de esquerda, as condições da “luta revolucionária” que levaram a constituição das mesmas, as rearticulações, o marxismo, o socialismo, etc.⁴⁰. Essas produções são ricas fontes para diversas possibilidades de estudo.

Neste caso, é preciso marcar que as estratégias de apropriação das categorias marxistas, as interpretações e usos ativados nas diferentes disputas travadas no âmbito intra e extra “organizações” poderiam ser alvo de um trabalho específico. Para os

⁴⁰ Destaca-se a série de matérias publicadas no jornal “Em Tempo” de autoria de Marco Aurélio Garcia sobre os grupos de esquerda no Brasil e que, posteriormente foram sintetizados no artigo “Contribuição para uma história da esquerda brasileira”. In: Moraes, R. Et alii. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

objetivos da presente tese, propõe-se o olhar reflexivo constantemente ativado para as invenções e utilizações desses rótulos. Isto para não cair na armadilha de assumir as versões oferecidas pelos agentes sobre os significados dos mesmos, tendo em vista as disputas próprias das dinâmicas de inserção dos mesmos.

Sobre as orientações “ideológicas” e “filosóficas”, elas informam a relação que os agentes estabelecem com o marxismo, com o socialismo, etc. e até conduzem posicionamentos assumidos e formas de atuação privilegiadas pelos agentes. De qualquer modo, para o momento seguem-se as indicações de Ymonet (1984) de que as explicações de categorias desse tipo, típicas do debate sobre as heranças do marxismo, se defrontam com um obstáculo difícil de ser transposto que é o da crença na versão verdadeira ou literal dos significados, definições que são a elas atribuídas, e o pesquisador acaba ou tomando a explicação do objeto sobre ele mesmo, ou atribuindo ao objeto a sua própria versão, variantes do *intelectualismo* tal como definido por Bourdieu (1980). O resultado é que, ao invés de uma reflexão do conjunto das relações e dos objetos que estão em jogo nas disputas, o pesquisador acabam tomando posição nas divergências entre os rótulos que os envolvidos atribuem. A tentativa proposta aqui é, então, de buscar e explicitar um ou outro traço dessas orientações que é ativado pelos próprios protagonistas para justificar algumas de suas estratégias. Isto é, as posições e versões são analisadas como um dos instrumentos de luta, sendo inclusive o trunfo mais aparente e explicitamente assumido pelos agentes, mas que se combina e encobre outras formas de identificação.

No universo investigado, as idéias de “organizações” ou “grupos” adjetivados de “clandestinos”, “revolucionários”, “de esquerda”, são utilizadas não somente para conferir unidade aos militantes, fortalecendo-os frente aos “inimigos” e dando-lhe uma “existência” e uma referencia objetiva como “força em concorrência”. Do mesmo modo, a fundação, atuação e divulgação dessas “organizações” estabelecem fronteiras entre níveis de adesão, isto é, de disposição e disponibilidade dos seus membros para a ação. As mesmas se manifestam, por sua vez, na capacidade de cumprir exigências, defender posicionamentos “coletivos”, aceitar hierarquias e ainda contribuir com a construção e imposição de características e de princípios políticos defendidos. Além do “potencial de luta” e também em decorrência dele, este pertencimento se traduz em um tipo de prestígio e de respeitabilidade tanto interno como externo que, obviamente, é proporcional à posição ocupada na hierarquia organizacional.

As formas de atuação e as armas empregadas eram fundamentalmente avaliadas ou julgadas por seus “aliados” antes que pelos “adversários”. Assim, poderiam refletir tanto a “capacidade revolucionária” como a “inconseqüência” dos seus membros, dependendo dos posicionamentos defendidos. E essa perspectiva de “avaliação” das “ações” e tomadas de posição mais ou menos adequadas das “organizações” persiste nos trabalhos sobre o marxismo e/ou a esquerda brasileira desse período. Não raro esses estudos são direcionados para a discussão de pressupostos teóricos e ideológicos que fundamentariam esses agrupamentos, que guiariam suas ações e justificariam rupturas e alianças, realinhamentos e dissoluções. E são construídos a partir da aplicação de dicotomias encontradas nos “documentos” das próprias “organizações” que definiriam as mesmas como: “socialistas” x “antiimperialistas”; “partido leninista” x “organização militarizada”; ligada à “guerrilha rural” x “guerrilha urbana”; “foquista” ou não; “etapista” x “socialista”; com ênfase na direção de “intelectuais” x “operários”; marcadas pelo “centralismo democrático” x “democracia revolucionária”, etc.

A existência das “organizações” vinha, assim, como resposta à necessidade de estabelecer as demarcações em variados níveis, de lugares, papéis, reconhecimentos que ainda hoje são acionados como referências para os agentes se situarem uns em relação aos outros. O investimento inicial feito individualmente por cada agente e em graus variados acaba propiciando aos militantes uma apropriação posterior do capital coletivo também desigualmente acumulado, numa espécie de delegação ou investidura, no sentido dado por Bourdieu (1989b), como retribuição.

Tais organizações se dividiam em “células”, “aparelhos”, contavam com “bases de aproximação” e toda uma gramática que as definiam e se traduziam em recurso de legitimidade, pois permitia que, assim como “os militares” e contra eles, fossem empregadas igualmente as mesmas lógicas da disciplina, da barricada, do enfrentamento, da representação de uma situação de “guerra” que, como demonstrou Bourdieu (1989b), torna as lógicas militares e militantes muito semelhantes.

Na mesma direção, a perspectiva do “clandestino”, ou da “clandestinidade”, não indicava algo feito “às escondidas”. No que pese não terem uma existência oficial, era uma forma de adquirir visibilidade e de se apresentar no espaço de concorrência, mas, por esses motivos, tinha assim na sua gênese um caráter efêmero, ainda que o conteúdo

“revolucionário” sobre o qual se fundam pressupunha a pretensão de uma significativa sobrevivência.

É preciso sublinhar que o objetivo aqui é considerar as “organizações” como lugares de afirmação dos agentes, de sociabilidades e socialização, tomadas de posição, constituição de vínculos variados, etc. de cristalização de lógicas de identificação e competição. Isto implica em não reificá-las, nem defini-las segundo a lógica empregada pelos agentes que buscam instituir e justificar seus posicionamentos e conversões, nem tampouco homogeneizar as diversas motivações, elos e confrontos que definem os pertencimentos.

Também muitos dos agentes analisados pertenceram, sobretudo a partir de 1973, concomitantemente a uma “organização clandestina” e ao MDB, via IEPES e Setor Jovem, principalmente, caracterizados como “instâncias”, “canais”, etc. No entanto, não possuíam vínculos orgânicos com as lideranças ou “programa” do partido que se sobrepusessem aos laços com a “organização”. A lógica que predominava era a da ocupação de espaços de forma coletiva e, por esse motivo, não se pode caracterizar como pertencimento. É claro que, tais inserções permitiam a troca e a construção dos repertórios, das modalidades de atuação e dos objetos disputados que são constantemente reatualizados nos itinerários dos agentes e que produzirão não só o sentido geracional forjado entre eles como também a própria redefinição do que passará a estar em jogo no espaço de concorrência política gaúcho. Outros tiveram atuação marcadamente vinculada a estes espaços institucionais criados no interior do MDB e forjaram vínculos e laços com lideranças que outrora pertenceram às ditas “organizações” posteriormente cristalizadas em opções e deslocamentos no espaço partidário constituído a partir do início dos anos oitenta.

A partir das seções que compõem o capítulo buscam-se, assim, mediante a caracterização de diferentes modalidades possíveis de encadeamentos de agentes, organizações, siglas e posicionamentos mapear articuladamente: 1) perfis de militantes; 2) lógicas e critérios de aproximação e distanciamento; 3) condições e mecanismos de ingresso de novos ativistas; 4) processos de conversão quanto aos posicionamentos e alinhamentos.

3.1 – Catolicismo, inserções na universidade e comunismo: uma seqüência de posicionamentos a partir da Ação Popular

Neste item são observados deslocamentos, posicionamentos e os desdobramentos em termos de destinos de agentes que podem ser associados pela predominante inserção inicial em domínios marcados pelo catolicismo. Neste caso, observou-se uma bifurcação nos espaços de possibilidades por eles seguidos, a saber, a dedicação ao militantismo em “organizações” que reivindicam uma identificação “comunista”, destacando-se o PC do B como principal alvo destes investimentos; e o engajamento a partir da atuação na universidade, especialmente por meio de carreiras no magistério superior.

A trama de movimentos que produz tal bifurcação (que não exclui investimentos nas duas direções) revela os efeitos das origens, das estratégias escolares, das adesões militantes, da atualização dos engajamentos, etc., assim como permite observar a manutenção ou atualização de uma matriz comum de valorização da intervenção em consonância com “ideários”, “códigos” e “linguagens” resgatados do passado católico. Atenta-se para a diversidade de origens sociais dos protagonistas que, na maioria dos casos, são favorecidos pela valorização do investimento escolar que singulariza esses militantes católicos. Ou seja, quando eventualmente com origens baixas, são beneficiados pela ascensão social possibilitada pela aquisição de títulos escolares; com origens mais altas, conseguem sustentar a ocupação de posições dominantes e o reconhecimento de uma condição de “intelectual” particularmente privilegiada. Comum a todos, certamente o catolicismo está na base das formações originais e sua maior ou menor ortodoxia se reflete na maior ou menor diversificação das formas intervenções utilizadas pelos agentes. Com efeito, o ponto de partida desta descrição se localiza na Ação Popular.

A Ação Popular (AP) foi forjada no interior da Ação Católica, por interferência contundente das inserções políticas dos membros da Juventude Universitária Católica (JUC). A adesão de “grupos cristãos” ao marxismo não foi uma especificidade brasileira, mas estava em consonância com movimentos semelhantes ocorridos em outros países da América Latina (Ridenti, 2002:213). Tais deslocamentos eram influenciados por conjunturas de fechamento e repressão política, por manifestações de diferentes porta-

vozes do catolicismo, pela interação com militantes esquerdistas de matizes ideológicas diversas e pelo impacto da revolução cubana e da revolução cultural chinesa. Do mesmo modo, interferiram os empreendimentos de teólogos e intelectuais brasileiros e de outras nacionalidades de posicionamentos ideológicos diferentes, que vinham disseminar novas interpretações sobre o papel da Igreja e dos seus “seguidores” nesse contexto. Cabe grifar que o “processo que gerou a AP no seio da Igreja foi precursor da Teologia da Libertação e de importantes movimentos católicos nos anos subseqüentes – por exemplo, as comunidades eclesiais de base” (idem:214)⁴¹.

É igualmente importante sublinhar que se tratava de uma dinâmica iniciada antes dos anos sessenta e que se caracterizou por uma “forte e crescente diferenciação ideológica no interior da igreja e em suas relações com as lutas ideológicas em geral, ao ponto de, no auge da bipolarização político-ideológica dos anos sessenta, haver oposições e rupturas explícitas no interior do clero.” (Coradini, 2005:90).

No Brasil, a Ação Católica fora fundada em 1935 com inspiração francesa, contava com intelectuais “conservadores” e defendia o “nacionalismo de direita”. Dentre a gama de estratégias de recrutamento de novos adeptos, a Juventude Estudantil Católica (JEC) com atuação nos meios secundaristas e a Juventude Universitária Católica (JUC) foram sempre instrumentos eficazes. Além disso, com abrangência nacional no início da década de 50, os membros da JUC chegaram a constituir uma “elite acadêmica” no meio universitário e não é difícil identificar muitas de suas lideranças ocupando posições de destaque atualmente, sobretudo nos meios acadêmicos e políticos.

Apesar da gênese “conservadora” e “direitista”, nos anos sessenta os “jovens católicos” conjugaram a defesa da “transformação das estruturas” ao papel de porta-vozes da “empresa de salvação”, como pode ser demonstrado na passagem que segue: “a própria condição histórica que atravessamos parece-nos situar a tônica da

⁴¹ A Teologia da Libertação, segundo um dos seus principais expoentes no Brasil Leonardo Boff, é resultado de um “caldo libertário” a partir do qual “cardeais, bispos, padres, religiosos e leigos fizeram uma opção pelos pobres... A contribuição maior que ela deu e pode dar é fazer com que o cristianismo, presente na cultura e nas bases, deixe de ser fator de legitimação da presente ordem para se transformar em motor de mobilização para a mudança necessária”. Coradini (2005:32-34) analisa as apropriações que essas “heterodoxias” fazem das ciências sociais para “incluir novas problemáticas legítimas” cujos resultados podem ser, por exemplo, a “reinterpretação do passado” que, independente do objeto de redefinição, sempre ocorre com a aplicação de um “esquema” fundado na idéia de “terceiro mundismo” ou também pode gerar “novos ‘amalgamas’ da teologia com determinadas disciplinas, notadamente, das ciências sociais. E ainda: “na medida em estas heterodoxias conseguem legitimar a intervenção de agentes da Igreja em outras esferas sociais, sua capacidade de mediação, inclusive em âmbito internacional, também se afirma” (idem:35).

realidade numa inserção no social, na encarnação total no temporal presente, o que poderia inclinar-nos talvez a pensar em uma insistência maior na ação sobre as estruturas” (Apud Sigrist, 1982: 39-40. Documento “10 anos de JUC” In *Boletim da JUC*, 1960).

Na crítica tanto às condições de vida provocada pelo “sistema capitalista” como aos ideais e formas de “luta comunista”, a pauta recaía sobre as possibilidades de mobilização com vistas a uma “sociedade justa e cristã”. Um dos principais referenciais desde os anos cinquenta fora o francês Jacques Maritain, cujas idéias foram mais facilmente incorporadas graças à tradução feita por Afrânio Coutinho, em 1962, do livro “*Humanismo integral: uma visão nova da ordem cristã*”. A concepção de *ideal histórico* apresentada pelo autor católico parecia pertinente para avaliar e encontrar o melhor devir para o “povo brasileiro”. Na passagem abaixo, tem-se uma leitura da dinâmica e da interpretação e transmissão de autores franceses como Maritain para a geração de “jovens militantes católicos” gaúchos:

“Então o ideal histórico se baseava muito em Maritain, em Jacques Maritain, enfim, esses filósofos franceses teóricos e a consciência histórica foi uma formulação do Padre Vaz, dinamizando aquela visão meio ficcionista de um ideal a ser atingido pra uma visão mais dinâmica de uma realidade histórica a ser transformada. E isso tinha uma quantidade enorme de documentos, a gente estudava muito, porque nós tínhamos todos os semestres os diocesanos da JEC e da JUC, e regionais que reuniam os três estados do sul e nacionais que eram uma vez por ano. Esses encontros sempre tinham uma parte de seminário que era de estudo mesmo e uma parte de discussão do que tinha sido feito no ano e de projeto de ação futura”. (Entrevista com Carmen Craidy).

Contudo, os desdobramentos em direção a uma maior “radicalização” deste “ideal transformador”, ao menos de uma ala da JUC, se refletiram (ou foram estimulados) também na preferência pelos textos de Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin. Além destes, cabe citar a influência do dominicano, igualmente francês, Thomas Cardonne, que forneceu uma das principais e mais duradouras concepções de intervenção disseminadas entre a juventude católica: o “método ver, julgar e agir” (Ridenti, 2002).

Para Löwy e Garcia-Ruiz a apropriação deste “método” não foi apenas uma transposição de “um corpo de idéias francesas” para a realidade brasileira, mas a invenção original de uma “cultura político-religiosa” ou de um “pensamento/ação” (“ver, julgar, agir”) cristão autenticamente latino-americano (apud Ridenti, 2002:221). Nos depoimentos coletados é possível observar a incorporação deste “método” como uma disposição

duradoura, inclusive sobrepondo-se ou complementando a formação universitária e profissional adquirida depois. A passagem abaixo é exemplar deste tipo de avaliação e da reprodução centrada em fins práticos que possibilita:

“... no Julinho eu aprendi a trabalhar com o grupo e a mudar, parece pouco, mas não é pouco, a mudar situações. (...) Análise do agir é refletir pra preparação e depois refletir para avaliar a ação e replanejar outra ação. Esse exercício é impressionante, isso não é escola, a escola não dá isso, isso foi uma escola que eu agradeço, isso foi o movimento estudantil e foi o movimento secundarista, universitário e sindical que me deu isso. (...) Participação de militância com uma preocupação democrática cria nas pessoas que é a capacidade de pegar uma situação, diagnosticar a situação, definir objetivos em relação a ela, formas de agir, formas de avaliar se a ação tá correta, resolver problemas, mudar situações, pra mudar situações (...). Era assim, refletir sobre o que tá acontecendo, planejar, age, volta a refletir, reavaliar, volta a planejar. Então tu fica sempre nesse binômio agir e refletir que, na verdade, marcou minha vida profissional, depois, como eu te disse, como pesquisadora, quer dizer, eu não consigo pensar numa pesquisa em que eu não tenha a possibilidade da ação”. (Entrevista com Maria da Graça Bulhões).

Na tensão entre setores “conservadores” e “progressistas” na JUC, sobressaíram-se os membros posicionados mais “à esquerda”, que acabaram organizando-se num *setor político*, com destaque para as lideranças estudantis mineiras articuladas no Diretório Central de Estudantes da UFMG (dentre eles: Hebert de Souza, Caldeira Brant e Henrique Novais) e igualmente expressivo no Rio de Janeiro, a partir do DCE da Pontifícia Universidade Católica presidido pelo “jucista” Aldo Arantes. Com a conquista por parte deste último, em 1961, da presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE) em aliança com os “comunistas” e o reconhecimento da União Internacional dos Estudantes vinculada à Moscou, ele se afastou da JUC, reforçando e acelerando o processo de descolamento formal destas lideranças da hierarquia da igreja católica (Trindade, 1987:169; Gómez de Souza, 1984:187, Apud Ridenti 2002:230).

A gestão de Arantes foi marcada pela “articulação” da “greve do 1/3” que visava à participação estudantil com esta proporcionalidade nos colegiados universitários. A importância deste acontecimento residiu no fato de poder ser analisado como um *evento revelador* e como um *evento singular* duplamente (Collovald, 1985; Duval, 1998; Favre, 1992). Ou seja, é um *evento revelador* dos processos de afirmação de novos protagonistas e dos princípios subjacentes às tomadas de posição nos embates pertinentes à redefinição dos papéis de “intelectual” e de “militante”, ao menos no concernente a sua manifestação no Rio Grande do Sul.

O texto de Fernando Trindade (1987) analisa, entre outras coisas, o discurso de Ernani Fiori (então inspetor de ensino e professor da Faculdade de Filosofia da UFRGS e da PUC/RS) e procura estabelecer as bases e a importância da greve para as redefinições em pauta na “articulação” entre o trabalho “militante” e o trabalho “teórico”. Na seqüência, o autor sublinha a especificidade de Ernani Fiori e o caráter exemplar da sua posição na nova definição de “militante” e “teórico”, bem como o fato de ser compartilhada com outras lideranças:

“o mais específico, e o que contrastava com seus colegas da ‘geração católica’, era sua militância política de ‘esquerda’ como teórico da Ação Popular. Era o mesmo movimento que, em nível regional, elegera Ernildo Stein, Héglio Trindade e Francisco Ferraz para a UEE e, no plano nacional, para a UNE, Aldo Arantes e Caldeira Brandt. (...) Sua conferência inicia colocando o clássico problema de Max Weber do sentido da neutralidade científica. Fiori situa sua posição de professor entre uma adesão estudantil à greve e a posição majoritária de seus colegas. (...) Qual é o princípio que norteia sua argumentação? Fiori parte de uma definição de universidade: ‘é o centro da máxima conscientização do processo cultural e a cultura é a alma da civilização. (...) O conceito de ‘cultura’, que é termo-chave para a compreensão da universidade, é sinônimo de processo histórico como conquista contínua da liberdade.’ (Trindade, 1987:172-173).

Observa-se, então, o empreendimento do autor no sentido de situar os representantes “locais” num movimento mais geral de “esquerdização” da AP sem, contudo, abandonar uma série de referências “cristãs” que pautavam a atuação desses estudantes no período.

A idéia de *evento marcante* remete à ativação retrospectiva do mesmo episódio por parte de um conjunto de agentes que o atribuem valor de “referência” histórica. Considerando que a tese ora apresentada se concentra nas “gerações” de militantes que ingressam na universidade a partir deste período (início dos anos sessenta) é importante ressaltar como a “greve do 1/3” acabou se transformando numa espécie de “marco” ou “símbolo” de um processo de “esquerdização” e das novas formas ou repertórios de mobilização. Como pode ser observado nos trechos de entrevistas apresentados abaixo:

“No Anchieta, no 2º grau, eu diria que no ano de sessenta e três foi um ano em todo Brasil de muita convulsão social, luta pelas reformas, greve do 1/3 (62, 63) e isso tudo levou a um movimento estudantil muito atuante, nos levou de uma forma ou outra começar a participar mais ativamente. Eu era colega do Paulo Roberto de Souza, do Luiz Fernando Fiori e de outras pessoas que depois também tiveram cada um no seu campo um desempenho político, né?! Meu irmão foi presidente do grêmio... então começa uma participação aí”. (Entrevista com Raul Carrion).

“Já no fim do curso clássico e início do engajamento na universidade era realmente um engajamento com definição ideológica, aí já entrei pra universidade já participando, foi no ano da greve do 1/3 e que foi... era o ano realmente em que a universidade tava fervilhando com... o ano em que o país falava em reformas de base, em que a universidade, os estudantes participavam e se falava de aliança operário-estudantil e com o pessoal do campo também, nem se sabia bem o quê que era... o quê que se podia fazer, mas foi realmente o ano da abertura ideológica”. (Entrevista com Mariza Grassi).

Aliás, algumas das principais lideranças estudantis eram provenientes do colégio Anchieta que, segundo Trindade (1982:45, Apud Coradini, 1998:26), seria o berço de “gerações católicas” com forte intervenção em vários domínios, conseguindo se impor, mormente, nos âmbitos políticos e universitários graças, sobretudo, a existência de uma “unidade de princípios morais e espirituais”. Sobre a formação da Faculdade de Filosofia da UFRGS destaca:

“O colégio Anchieta reunia os filhos da elite sócio-econômica, formada nos moldes de uma educação predominantemente ‘intelectual’, que liderava facilmente a faculdade. Além disso, os jesuítas foram exímios disciplinadores o que possibilitou o crescimento de uma espécie de organização miliciana”. (Trindade, 1982:45. Apud Coradini, 1998a:27).

Coradini (1998a) discute esses embates e princípios impressos nas definições de universidade e de “intelectual” em jogo no processo de “institucionalização do trabalho universitário”. O autor analisa a trajetória e as tomadas de posição de Ernani Fiori – inclusive na discussão sobre a “reforma universitária” e a “greve do 1/3” – demonstrando como se configura e se transmuta a idéia de *comunitarismo orgânico*. Constituindo-se numa matriz de lógicas multidimensionais que, justamente por isso, “é compatível com os mais diferentes usos sociais e, inclusive (...) posições opostas no espectro político-ideológico” (idem: 83), tal idéia é pertinente para entender alguns dos movimentos aqui examinados e, por isso, é retomada mais adiante.

No período analisado, também foi formada a UNE-Volante que consistia numa espécie de “pregação” por parte dos dirigentes da entidade que viajavam pelo país

em forma de “caravanas” para “levar aos estudantes mensagens de conscientização e luta política” (Ridenti, 2002:230). Foram estes, então, alguns dos instrumentos de afirmação das “novas orientações” de “conscientização” e “politização” utilizados nesta “fase da UNE” e cujo resultado foi a formação de uma “organização transitória” (o “Grupão”) que resultaria na fundação da AP.

O “estatuto ideológico” dessa “organização” fora aprovado em 1962 com ênfase no “socialismo democrático” e na “revolução brasileira”. No mesmo ano, num encontro ocorrido em Belo Horizonte, foi formalizado o nome Ação Popular. E, em 1963, foi realizado o I Congresso da AP em Salvador/Bahia. O “documento base”, aprovado naquele congresso, embora não tivesse expressamente reivindicado os “princípios cristãos”, não deixou de evidenciar as referências herdadas, isto é, uma atualização do chamado “método ver, julgar e agir”. Isto pode ser observado na passagem: “*visão, opção e ação* traduzem para nós três momentos articulados de um só movimento: o movimento mesmo de nossa presença na história de que não somos espectadores, mas atores conscientes” (apud, Ridenti:232).

Nos relatos obtidos percebe-se que a ênfase dada à fundação da AP se constitui numa tentativa de valorizar a “reorientação” “militante” e “teórica”, bem como de demonstrar a continuidade com uma “formação católica” compartilhada.

“(…) eu participei da fundação aqui na casa da Mariazinha Becker, com a presença do Betinho e do pessoal de todo estado, se funda a Ação Popular. Se pretendia um movimento político, o braço político da JUC se quiser, embora nem todo mundo de Ação Popular viesse de JUC, mas enfim a inspiração foi os militantes de JUC que precisavam ter uma organização política para atuar porque a JUC era uma organização religiosa, e que já tinha extrapolado fazia muito a ação religiosa e tava a política predominante... a Ação Popular tinha muita liderança então todo mundo atuava, ou atuava próximo do PC ou próximo da Ação Popular que eram as duas forças atuantes do movimento estudantil, sendo que a Ação Popular era muito mais numerosa e muito mais hegemônica”. (Entrevista com Carmem Craidy).

“Nesse momento a gente toma conhecimento dos documentos da Ação Popular, que foi criada por volta de 62, sai o documento base, são documentos que se começa a discutir onde havia uma defesa do socialismo e duma revolução, se dizia socialista e antiimperialista. Isso motiva um grupo de pessoas lá, nós formamos um grupo da Ação Popular um tanto informal” (Entrevista com Raul Carrion).

O alvo agora estaria mais centrado nos “operários” e “camponeses” e uma das principais estratégias de intervenção foi o “Movimento de Educação de Base”, o MEB,

que se conectou com o “método de alfabetização” concebido por Paulo Freire e do qual também fizeram parte componentes da AP⁴². Além disso, pode-se citar também a participação de membros da organização na criação e na primeira diretoria da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG). Nas palavras de um ex-militante que escreveu um livro sobre o tema (1984:16): “o MEB, juntamente com o sindicalismo rural e a JUC, e em parte a JEC, se constituíram nos movimentos da igreja católica que redefiniram a atuação da prática dos cristãos na sociedade brasileira”⁴³.

Contudo, com o “golpe militar” uma série de elementos confluiu para o realinhamento dos parâmetros de atuação e de existência da “organização”. Ademais, os efeitos das perseguições da “polícia ligada ao regime” que tiraram de cena (exílio ou clandestinidade) algumas das suas principais lideranças, levaram vários militantes a optar mesmo pelo distanciamento dos movimentos diretamente relacionados à contestação ao “regime militar”, como destacado na passagem abaixo:

“Quando há o golpe, a Ação Popular de certa maneira se desarticula, a velha Ação Popular mais tradicional... [das] figuras proeminentes e de certa forma o pessoal recua, fica numa expectativa. Então de certa forma o pessoal dá continuidade a Ação Popular... somos as pessoas que assumem a Ação Popular no Rio Grande do Sul, a velha guarda digamos de certa forma sai do jogo... ficou o campo livre, houve um recuo e a AP se rearticulou com algumas pessoas do movimento estudantil na qual eu estava, esse pessoal da JOC né, no movimento secundarista tinha o Zé Loguércio, tinha o Beto que eu me esqueci o nome dele agora, foi preso depois em São Paulo nessa organização, no movimento secundarista o João Luiz Santos, um grupo de secundaristas. No universitário na qual eu estou há um grupo..”. (Entrevista com Raul Carrion).

“Em 64 nós estávamos no auge das atividades políticas, acho que o Rio Grande do Sul era um centro com uma certa importância política e cultural (...). A turma daquela época, cada um tava ao mesmo tempo trabalhando na reforma universitária, elaborando, nas aulas, na cultura dos centros acadêmicos, na parte de ensino, na parte política mesmo ligada a AP, a

⁴² A “teoria da conscientização” de Paulo Freire teve significativo impacto em parcela igualmente significativa do “intelectuais esquerdistas” brasileiros (afora o alcance internacional que conquistou), principalmente a partir dos anos 70. Podem-se indicar desde já dois fatores que colaborariam para a eficácia de tal recepção, sobretudo. Em primeiro lugar, por ser um eficaz “recurso militante que possibilitaria contestar o marxismo-leninista duplamente no plano da legitimidade intelectual (...) e da radicalidade – ou ‘espontaneidade’ – política: posicionar-se-ia mais próximo das ‘massas oprimidas’ e lhe confiar o domínio do processo conduzindo a sua própria ‘libertação’ e, em segundo lugar, a “conscientização” constitui um instrumento precioso de racionalização da condução das lutas nas quais se engajam esses militantes, e também para superar certas ambigüidades e contradições que não podem deixar de aparecer na – e pela – coalizão de indivíduos pertencendo a universos sociais díspares e às competências políticas desiguais” (Mathieu, 2002: 269).

⁴³ Cabe fazer referência também à participação de Ernani Fiori “no Instituto de educação Rural (...) do qual participou, inclusive, seu filho José Luiz e Paulo Freire. (...) A partir de sua reflexão filosófica e pedagógica comprometida com a prática e o real, participou muito decisivamente da larga corrente que, na América Latina, foi configurando, ao poucos, os caminhos da Teologia da Libertação”. (Souza, 1985:40, Apud Coradini, 1998:149-150).

organização interna de AP, documentos, ideologia, estudava, era um horror! De Marx pra fora assim (...). Bom, e com o golpe, os amigos mais próximos, que essa turma ligada à esquerda cristã, foi a primeira que foi atingida logo depois de 64. Foi assim, por exemplo, o pessoal da equipe nacional de JUC, em junho já foi todo preso... Nós aqui em Porto Alegre, nós estávamos indo pra um encontro lá no apartamento que já tava tomado e eles todos na cadeia (...). E em alguns lugares a Igreja e os bispos ajudaram e em outros não, pelo contrário, ajudaram a entregar (...). 64 pra nossa turma, o pessoal que já tava quase saindo da universidade, recém empregados alguns, grande parte de nós, da esquerda cristã, foi uma verdadeira bomba atômica”. (Entrevista com Luiz Antônio Grassi).

Aqueles que permaneceram assumiram a “necessidade de luta armada” na chamada “resolução política” de 1965. Mas os episódios encontrados de ação armada imputados à “organização” foram sem grandes impactos, como a atuação na tentativa de resistência armada orquestradas pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola desde o exílio no Uruguai e, posteriormente, um atentado contra Costa e Silva (então ministro da guerra e que seria indicado pelo regime para ser o próximo presidente da república) no aeroporto de Recife, que teria sido responsabilidade de um comando autônomo da AP. O resultado da “ação” fora a “dissolução imediata dos comandos armados paralelos e o afastamento do processo de ações armadas urbanas entre 1968 e 1971” (Ridenti, 2002:236).

Em 1966, Hebert de Souza e outros delegados participaram da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) em Cuba. A defesa da China em detrimento de Cuba numa questão relacionada ao comércio de arroz fora o motivo ou o pretexto para exclusão prévia do PC do B do evento. Tal posicionamento teria gerado protestos dos delegados da AP na Conferência e em informe sobre os desdobramentos do mesmo. Este acontecimento já indica a aproximação (em gestação) das duas organizações.

Sobre os movimentos que levaram à incorporação da AP ao PC do B, Marco Aurélio Garcia (1979:83) em ensaio dedicado à história da AP e seus desdobramentos, sintetiza os principais alinhamentos em pauta:

“O processo de transformação da Ação Popular em uma organização marxista-maoísta, em 1967, vai ter duas conseqüências internas. A curto prazo, setores da militância que se opunham, seja às definições estratégicas que a organização adotara, seja aos métodos de ‘proletarização’, acabarão por ser expulsos entre setembro e outubro de 1968; é a partir desse grupo que se constituirá o Partido Revolucionário dos Trabalhadores – PRT, no início de 1968. A longo prazo, a lógica da maoístação empurrará uma parte importante da militância para uma aproximação com o PC do B, que, apesar de estar atravessando naquele período uma situação de relativo isolamento, era reconhecido como ‘organização irmã’ pelo Partido Comunista da China”.

Cabe ressaltar o destaque dado ao termo “métodos de proletarização” e a dita opção pelo “maoísmo”. O primeiro passou a aparecer de modo sistemático em junho de 1966, portanto antes da adesão declarada ao “maoísmo”, num documento intitulado “Profissionalização de quadros: necessidade urgente”. Diante a falta de recursos para “qualificar quadros”, a estratégia assumida seria, segundo o militante Carlos Aumond (apud, Ridenti: 241) num “primeiro passo do trabalho” a integração por um determinado período no “trabalho produtivo” de “quadros estudantis e intelectuais” e cujos resultados imediatos seriam a aquisição de um “testemunho vivo, esta comunhão afetiva e pessoal com o povo oprimido, este esforço de identificação com o povo trabalhador para nele introduzir a semente da revolução”.

Ridenti (2002:242) salienta como os termos e estratégias de interpelação ativados no documento revelam nitidamente as “fontes cristãs” dos seus redatores. O autor também menciona que com a “adoção do maoísmo” e o “recrudescimento da repressão”, a estratégia de “proletarização” foi intensificada, pois a dinâmica de “deslocamento dos militantes também colaborava para melhor escondê-los da polícia” (idem).

Algumas das lideranças do Rio Grande do Sul que fizeram ou não a opção pelo PC do B, realçam em seus depoimentos a relevância da “experiência da proletarização”, recorrendo aos principais itens que compõem o chamado “método”. Os relatos indicam que os resultados e avaliações são bastante distintos, obedecendo aos perfis dos militantes na época e às opções realizadas posteriormente:

“Chegamos a seguinte conclusão, não pode uma organização digamos de origem pequeno burguesa, a Ação Popular basicamente formada por pessoas de origem pequeno burguesa, que tinha uma grande influencia no movimento estudantil, verdadeira e indiscutível, querer que os pequenos burgueses se transformassem na direção dos trabalhadores, que o caminho tinha que ser outro, examinando a visão leninista. Os intelectuais revolucionários deveriam ir para a classe operária no sentido de formar lideranças dali, que viessem elas a ser e eles também, mas não eles quererem de uma forma um pouco mais forçada se transformarem em proletários que na verdade seria uma forma da pequena burguesia dirigir a classe operária, eles tinham que dar a sua contribuição enquanto intelectuais. Então há uma divergência toda e há um processo de luta de idéias dentro da Ação Popular pelo menos no Rio Grande do Sul... Eu havia ido pra São João no Vale dos Sinos e me integrado na produção como metalúrgico, mas por outra visão, nessa visão de isso criar uma proximidade e isso poder criar lideranças nascidas ali para esse processo”. (entrevista com Raul Carrion)

“[a] resolução de nos mandar para as fábricas, ou campo, foi uma boa resolução, continuo afirmando. Gostaria de poder escrever sobre isso, pois, para minha vida, minha militância e meu ser revolucionário, significou muito. E me parece que não foi no aspecto de purificação, como já me afirmaram. Foi um caminho necessário naquele momento. A

contextualização do momento me parece sempre necessária para a compreensão desta decisão. Houve erros, sim. Mas os acertos nos ensinaram sobre como consertar os erros e como continuar o processo” (Nilce Azevedo Cardoso em mensagem para Duarte Pereira datada de 28/4/2001, Apud Ridenti, 2002:243).

“Fui morar no ABC numa experiência triste que hoje se os meus filhos pensassem em fazer uma coisa dessas... Então era uma coisa muito difícil... Eu fui sozinha, mas teve outros militantes que foram pra outros lugares (...). E eu fui morar numa vila sem saneamento básico, sem nada, uma loucura porque sem nenhuma instrução... Embora eu viesse de uma família de classe média, mas eu nunca tinha convivido assim com a pobreza mesmo, o limite de pobreza assim... Fiquei na tentativa de arrumar emprego numa fabrica lá que essa era a minha missão, tinha que entrar numa GM. Eu nunca consegui emprego na fábrica por um detalhe muito importante que quando tinha uma fila enorme que eu ia pra fábrica pra pedir emprego e aí vinham umas pessoas, provavelmente fossem do RH... e eles sempre me tiravam porque eu tinha uma aparência... Mas aí eu entrei na luta operária lá, tinha uma missão, uma das missões que eu tinha era de ser segurança do Betinho”. (Entrevista com Dilza de Santi).

No primeiro caso, de uma destacada liderança do PC do B gaúcho (hoje deputado estadual e no momento da entrevista vereador de Porto Alegre), a ênfase recai na avaliação crítica do princípio inicialmente dominante na Ação Popular e conduziria a “experiência de proletarização”. Acaba afirmando e justificando em bases ideológicas seu distanciamento da organização e recoloca o “papel revolucionário do intelectual”, ele mesmo reivindicado esta posição. No segundo caso, a decisão de enviar a mensagem bem como a leitura da opção assumida naquele momento é compatível com sua formação profissional (psico-pedagoga) e com o trabalho de afirmação de uma condição de portavoz. Sem vinculação partidária, ela participa das reuniões do Instituto Brasileiro de Ação Popular (uma espécie de “continuidade” da AP, criado em 1996) fornece depoimentos e documentos ao “Memorial da Luta Contra a Ditadura” do Rio Grande do Sul e é uma presença freqüente nos momentos de reativação e afirmação de um “passado traumático”. Em oposição a esses dois casos, o último revela uma menor disposição e habilidade para a inserção exigida e a vivência sob condições de vida precária, leitura esta que também é decorrente de um distanciamento posterior dos “comprometimentos” militantes (hoje é pequena empresária em Porto Alegre) que se reflete na menor valorização da “experiência” e na explicitação de uma avaliação negativa.

Desde 1966, no XXVIII Congresso da UNE, a AP garantiu novamente sua hegemonia na entidade. Neste caso, é importante observar que já havia se formado uma geração de dirigentes (como Luís Travassos, Jean Marc Van Der Weid, Honestino Guimarães) que passaram a integrá-la depois do “golpe” e não possuíam o mesmo

engajamento no catolicismo daqueles que vinham da JUC e outros movimentos fomentados pela Ação Católica. Isto sem deixar de considerar que aquelas lideranças não deixaram de intervir nas escolhas efetuadas nesse período.

O final dos “anos sessenta” foi marcado pelos posicionamentos referentes às formas de conduzir a “luta revolucionária” nos parâmetros do “marxismo-leninismo maoísta”, pela possível fusão com o PC do B e pelas tensões entre as diferentes perspectivas neste tocante, sendo que a maioria representada por Aldo Arantes e Renato Rabelo (hoje dirigentes nacionais do PC do B) era a favor e uma minoria resistente era representada por Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright (sem a mesma expressão política atualmente). Os primeiros chegaram a elaborar, em 1971, um documento reconhecendo no PC do B o “verdadeiro partido revolucionário”.

Gorender (1987:115) descreveu o processo de luta interna durante o ano de 1968, decorrente da divergência entre os militantes com “o rumo tomado pela organização: maoísmo, revolução por etapas, integração na produção”. As resistências foram aglutinadas por Vinicius Caldeira Brandt que teria liderado um “grupo provocador” da direção da AP. O mesmo chegou a produzir o documento “Duas direções” criticando o texto “Seis pontos” no qual a organização sistematizava e fundamentava tais bases. Como reflexo deste embate, várias expulsões foram efetuadas, inclusive o responsável pela regional do Rio Grande do Sul, Altino Dantas, que “não chega sequer a reunir-se com os demais membros” (Marco Aurélio Garcia, 1979:83). Ambas as lideranças (Vinicius e Altino) aproximaram-se de “ex-militantes da POLOP e do PCB, a exemplo de José Porfírio de Souza – chefe da luta camponesa de Trombas de Formoso e ex-deputado estadual de Goiás” – para constituir o “agrupamento [que] deu origem a Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT)”, fundado em 1969 (Gorender, 1987:115).

No programa básico da AP de 1971, os militantes proclamam-se “marxistas-leninistas-maoístas”, aclamam o Partido Comunista do Brasil e nomeiam a Ação Popular Marxista-Leninista:

“c. [sobre o] Estilo de Trabalho: A nova Ação Popular luta para que todos seus organismos e militantes perseverem no estilo proletário de trabalho duro e vida simples, e aprendam a combinar cada vez mais o entusiasmo revolucionário com a objetividade científica e o espírito prático. Luta também para que todos seus organismos e militantes apliquem de modo cada vez mais completo o estilo de trabalho marxista-leninista-maoísta, combinando a teoria com a prática, integrando-se com as massas e praticando a crítica e a autocrítica... J.

[e sobre o] Partido: ...tomando por base os princípios e as posições deste Programa Básico e apoiando-se nas experiências positivas e negativas do movimento operário brasileiro, propõe ao Partido Comunista do Brasil e a todas as forças e revolucionários verdadeiramente marxista-leninistas que façamos os máximos esforços para encontrar, através da luta comum e do debate fraternal, o caminho através do qual o proletariado do Brasil poderá acelerar e levar a revolução brasileira até a vitória... 1. [e sobre o] Nome: A nova Ação Popular passa a chamar-se Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil. (Programa básico de março de 1971, In Aarão Reis Filho e Ferreira de Sá, 1985:294 e 305).

A decisão pela incorporação ao PC do B ocorreu somente no início de 1973 com a expulsão da minoria contrária. Em maio de 1973 o “*bureau* político” do “comitê central” da APML publicou uma circular proclamando: “Incorporemos-nos ao PC do B”. A entrada significativa de militantes se reflete na presença dos membros da antiga “organização” na composição do comitê central.

Tendo em vista o processo de diferenciação e diversificação no âmbito da Igreja Católica e na sua relação com a política a partir da inserção da “juventude” na contestação ao “capitalismo”, “imperialismo”, “regime militar”, etc. alguns aspectos foram mencionados até aqui. Da mesma forma que para as descrições subseqüentes, buscou-se indicar como tal processo se relaciona com a incorporação de novas “doutrinas esquerdistas”, com a configuração de conjunturas críticas a partir dos anos sessenta e setenta, e como se reflete nos espaços forjados e nas vias de acesso de novos militantes. Com isso, foi possível perceber alguns movimentos que interferiram na redefinição de uma concepção de “intelectualidade” e de “militantância”, bem como constatar a relativa persistência de sentidos de intervenção política e de laços afetivos e ideológicos. O que pode ser corroborado com exemplos de espaços de atualização de identificações.

Há um prédio em Porto Alegre onde residem cerca de doze famílias, cujos membros se conheceram a partir da atuação na AP. O edifício fora construído por iniciativas de ex-moradores de um pensionato mantido pela JUC em Porto Alegre nos anos sessenta e cujos familiares desejavam “morar juntos pra poder conviver, principalmente por causa dos filhos” (entrevista com Dilza de Santi). A descrição da entrevistada revela persistência de uma “herança religiosa” na caracterização do empreendimento com base em determinados princípios valorizados:

“(...) um prédio comunitário que, por exemplo, tem até hoje festa de Natal, festa de páscoa, antes tinha uma gurizada, tinha festa junina, excursão conjunta do prédio pra Buenos Aires, pra Montevideú, pra Europa... é um prédio marcado pela solidariedade, com certeza... Todo mundo se respeita, é um prédio com essa característica diferente. Quando vem morar alguém: ‘aquele é amigo de quem’? ‘Vamos trazer!’” (Entrevista com Dilza de Santi).

Dilza de Santi, Carmen Craidy, Mariza Grassi, Nilce Cardoso, entre outros, participam do Instituto Brasileiro de Ação Popular (IBRAP), fundado para “rearticular” antigos militantes da AP com o propósito de preparar, mediante a interlocução entre os membros, condições para a operacionalização de formas variadas de intervenção política.

O IBRAP fora criado por Henrique Novais em 1996, então com esse objetivo explícito de ser uma continuidade da AP, porém, segundo Carmem Craidy acabou não se constituindo num “movimento” mais fortemente consolidado devido ao “tempo” e à “disposição” que hoje faltam aos seus membros e que “esbanjavam na juventude”. Mesmo assim, já teriam feito várias reuniões nacionais contando com “pessoas daquelas gerações anteriores” e, em Porto Alegre, constituíram um “grupo” que realiza reuniões regulares para discutir a conjuntura política e questões sociais diversas.

Dentre as atividades promovidas pelo IBRAP está a promoção de mesas no Fórum Social Mundial, sendo que no 5º FSM de 2005 a temática foi a “Esquerda Brasileira de 1964 a 2004” e o título “Das aspirações revolucionárias aos impasses da democracia contemporânea”. A mesa coordenada por Mercedes Cánepa era composta por Carmem Craidy, Flávio Koutzii e Enéas de Souza.

Para finalizar, cabe mencionar que alguns dos militantes da AP que não aderiram à “luta armada” (ou voltavam de alguma “experiência de clandestinidade”), comumente os mais arraigadamente “católicos”, no final dos anos sessenta investiram na sua atuação profissional ou em títulos escolares e na segunda metade dos anos setenta aproximaram-se de André Forster e atuaram no Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES). Tal vínculo promoveu, inclusive, a entrada de parte deles no PMDB com a reorganização partidária.

No que tange especificamente aqueles que ingressaram no PC do B, parece pertinente propor ainda nesta seção algumas considerações mais direcionadas a este partido e aos agentes que o constituem.



O Congresso de fundação em 25 de março de 1922 (abaixo) e a alegria do 10º Congresso do PCdoB em dezembro de 2001 (ao lado): Partido imprescindível para as lutas do povo brasileiro



Fonte: Jornal “A classe operária” do PC do B, março de 2002.

Sabe-se que o PC do B foi fundado por uma dissidência do PCB que persistiu nas orientações do líder comunista da URSS (de 1924 a 1953) Josef Stálin, mesmo após a sua condenação divulgada num relatório do então Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética (de 1953 a 1964) Nikita Khrushchëv. Até o final da década de cinquenta a sigla PCB, fundado em 1922, significava Partido Comunista do Brasil. A alteração no estatuto e na extensão do nome para Partido Comunista Brasileiro atrelado a uma série de outros confrontos entre “Comitê Central” e lideranças do partido, resultou na expulsão (em 1962) de dirigentes como João Amazonas (que estava então no Rio Grande do Sul), Maurício Grabois (no Rio de Janeiro) e Pedro Pomar (em São Paulo). Estes, por sua vez, fundam o PC do B e recuperam a definição original. Logo conquistam o reconhecimento como “partido irmão tanto pelo PC chinês como pelo Partido do Trabalho da Albânia” e, ao longo da sua existência, não deixaram de disputar a gênese dos “anos vinte” (Garcia, 1979:12).

Sem uma afirmação contundente, sobretudo no que tange à “resistência ao golpe militar”, somente em 1966 os dirigentes partidários realizaram seu VI Congresso e definiram seu âmbito de inserção e modalidade de intervenção revolucionária: “o campo é

o cenário principal onde poderá surgir e se desenvolver a revolução” cuja “forma principal de luta é a luta armada” (idem). Neste período manifesta-se a dissidência nomeada Alavermelha do PC do B (tratada adiante) que foi definida por Marco Aurélio Garcia (idem) da forma que segue:

“[um] grupo dissidente no qual convergem, de forma pouco clara, vários tipos de inquietações: tendências do tipo socialista no que diz respeito à caracterização da revolução, uma definição de linha militar mais próxima das organizações guerrilheiras urbanas e vários elementos ideológicos suscitados pela revolução cultural chinesa”.

Afora isso, apenas como registro, pode-se apontar outros três eventos como marcantes da existência do PC do B do início dos anos setenta. Trata-se da incorporação de dirigentes da Ação Popular Marxista-Leninista ao partido, ocorrida desde o final dos anos sessenta e formalizada em 1972, como foi discutido anteriormente; também iniciada em 1972 com duração até janeiro de 1975 ocorreu, no sul do Pará, a Guerrilha do Araguaia seguindo a perspectiva de “levante revolucionário” a partir do “interior”; e a chacina na Lapa, em 1976, que se refere aos assassinatos de dirigentes do partido (Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Drummond) e prisão de outros membros do “Comitê Central”, o que teria, então, aberto “novos claros na direção nacional do partido” (jornal “A Classe Operária”, março de 2002:02).

Destes eventos, a “Guerrilha do Araguaia” é, sem dúvida, um dos mais reativados no trabalho de consagração da história e dos feitos dos “militantes comunistas”⁴⁴. Abaixo, segue a descrição de reconstituição feita em março de 2002 no jornal “A Classe Operária” em homenagem aos 80 anos do partido:

“O ataque do Exército precipitou a luta de 12 de abril de 1972 dando início à heróica resistência guerrilheira, que teve apoio da população local. O Araguaia foi o principal levante armado contra a ditadura de 1964. Só foi derrotado depois de três campanhas das Forças Armadas, que exigiram a mobilização dos maiores efetivos militares do Brasil desde a II Guerra Mundial” (“A Classe Operária”, março de 2002:02).

⁴⁴ No próximo capítulo é analisado um Grande Expediente realizado na Assembléia Legislativa do RS, em 22 de maio de 1996, em homenagem aos “guerrilheiros do Araguaia, gaúchos Cilon Cunha Brum, João Carlos Haas Sobrinho, José Huberto Bronca e Paulo Mendes Rodrigues, que ao lado de tantos outros brasileiros tombaram na defesa de um país com justiça e com liberdade”.

Do Rio Grande do Sul teriam participado da guerrilha quatro militantes: Cilon Cunha Brum, João Carlos Hass Sobrinho, Paulo Mendes Rodrigues e José Humberto Bronca. Todos eles desapareceram naquele período. Assim, a “estratégia guerrilheira” adotada não somente implicava no afastamento dos principais militantes do estado, como muitos deles não voltaram dos empreendimentos revolucionários (por morte, defecções da militância ou por adesão a outras “organizações”). Somam-se a isso, os “traumas” causados pela perda de alguns dos seus principais fundadores, as prisões e os exílios.

Este enfraquecimento ecoou, ao menos no Rio Grande do Sul, na relativa ausência de lideranças com destaque posicionando-se em nome destas identificações nas principais arenas de inserção e afirmação institucional da “juventude” nos anos setenta (ao contrário do que acontece com outras vertentes políticas tratadas adiante). Sendo assim, não houve a *oportunidade* de acúmulo de vários recursos intervenientes para a conquista de posições relativamente de destaque. Dentre eles, enfatiza-se a possibilidade de reatualização de *círculos de reconhecimento* (fundados em laços, trânsitos e espaços variados) e a aquisição de títulos escolares ainda neste período, que se relaciona à *reinvenção* dos repertórios e modalidades de intervenção política. Quer dizer, o fato de freqüentar a universidade em determinado período se traduzia, entre outras coisas, no contato com reinterpretções do marxismo e de “projetos de sociedade” transmitida pelos “intelectuais” nesta “conjuntura”. Esses elementos, evidentemente atrelados a outros, contribuíram para a emergência ou manutenção de lideranças responsáveis pela construção e afirmação das “continuidades” organizacionais. A eficácia consistiria, nestes casos, em conjugar tais recursos com aqueles detidos e acumulados pelas lideranças que retornaram no final da década ou início dos anos 80.

Alguns aspectos podem ser pontuados no que tange à caracterização do PC do B e das suas lideranças. Trata-se de um partido pequeno, cujos membros apostam na manutenção de um discurso marxista mais “tradicional”, atuam na órbita de partidos maiores (no Rio Grande do Sul, já esteve aliado ao PMDB, PDT e PT), disputam eleições concentrando esforços em poucos candidatos e procuram não participar de eleições majoritárias, que exigem a contemplação de temas diversos e que sejam eleitoralmente viáveis. Esse conjunto de elementos permite que a agenda do partido priorize a defesa de questões genéricas e, ao mesmo tempo, mais fiéis à origem (crítica ao “neoliberalismo”, “privatizações”, “globalização”, “recolonização das américas”, defesa da “emancipação

dos trabalhadores”, etc.). E, também por estes mesmos motivos, evidencia-se a importância e necessidade de constantemente reafirmar um passado de percalços e heroísmos. Assim, não raro os panfletos de campanhas e materiais em geral do PC do B contêm a “história do partido”, exaltando a persistência na “luta socialista”, em que mesmo tendo “enfrentado todas essas dificuldades em sua história, sobreviveu a elas” (idem:2), e chamando novas filiações.

Uma última consideração refere-se ao investimento escolar dos agentes. Dentre os gaúchos pode-se observar que foram relativamente baixos, a formação universitária foi concluída (quando concluída) tardiamente e/ou em cursos relativamente periféricos.

Pode-se indicar, assim, que a dedicação escolar e a disposição militante (com ênfase para a entrada na “luta armada”) foram pontos importantes na distinção entre os que permaneceram na AP (com carreiras profissionais bem assentadas) e aqueles que aderiram a esse partido.

Mas, mesmo numa situação de baixo investimento escolar em termos comparativos e de dificuldade de atualização dos referenciais de intervenção, a valorização de uma condição de “intelectual” (discussões, posicionamentos e prescrições), redefinida nos parâmetros da “esquerda”, se impõe e se conjuga com a idéia de “disciplina revolucionária” (em termos de dedicação e trabalho) e “missão” (“emancipação da classe operária”). A passagem abaixo foi extraída do material de campanha de Raul Carrion na sua única (e sem sucesso) tentativa de disputar a deputação federal em 2002 (antes disso, havia concorrido, também sem sucesso, à prefeitura de Porto Alegre, em 1988, e à suplência do senado em 1990).

“Um mandato a serviço da soberania nacional, da democracia e dos direitos dos trabalhadores. Raul Carrion: Uma vida de lutas”. Historiador formado pela UFRGS, Carrion é hoje referência intelectual da luta contra o neoliberalismo, destacando-se por uma intensa atividade acadêmica e cultural. Fundador e coordenador do Centro de Estudos Marxistas e do Centro de Debates Econômicos, Sociais e Políticos do Rio Grande do Sul, organizou três grandes Seminários Internacionais na UFRGS: *‘Globalização, Neoliberalismo, Privatizações’*, *‘Século XX: Barbárie ou Solidariedade’*; *‘A crise do Capitalismo Globalizado na Virada do Milênio’*, além de outros dois Seminários Internacionais nos Fóruns Sociais Mundiais. É membro da Comissão Nacional da História do PC do B, co-autor e organizador de seis livros, além de colaborador em jornais e revistas nacionais e internacionais. Sua marca é a combatividade e a defesa intransigente dos interesses da nação e dos trabalhadores”. (grifos no original)

No documento, em tamanho e formato de jornal com quatro páginas, há a predominância de testemunhos de dirigentes petistas (Lula, Tarso Genro, Paulo Paim, Olívio Dutra, etc.), comunistas (Daniel Sebastiani, Lauro Hageman, etc.) e “intelectuais” gaúchos (Luis Fernando Veríssimo, Héglio Trindade, Paulo Visentini, Ivan Izquierdo, etc.). Nestes depoimentos são realçadas, sobretudo, a “combatividade”, a “coerência” e a “defesa dos trabalhadores”.

A despeito da diversidade de posições e posicionamentos assumidos por militantes que participaram de alguma forma e em alguma etapa da sua “biografia” da AP, a análise dos reposicionamentos coletivos e dos trajetos individuais permitiu verificar a continuidade de uma matriz que se define pela composição de lógicas justapostas que, independentemente de sua combinação e domínio de ativação, constituem – ao mesmo tempo em que são o produto da constituição – *laços de interdependência* que se traduzem em *práticas sociais* sempre informadas pelo mesmo sentido de “missão”. Neste caso, pode-se seguir a idéia apresentada por Coradini de que:

“(…) mais que amálgama, isso consiste numa ‘incorporação’, mais ou menos compatível com diferentes posições políticas e ‘projetos’ ou ‘missões’, variáveis conforme os diferentes estados das lutas político-ideológicas. (...) Está presente, por exemplo, na concepção de sociedade, de ‘político’, de universidade, e assim por diante, embora nem sempre com os mesmos termos. [E,] sempre pressupondo pelo menos duas dimensões: laços sociais ‘orgânicos’, no sentido de interdependências pessoais concêntricas e, simultaneamente, o apelo a um referencial ‘transcendente’, seja esse apresentado numa linguagem ‘tomista’, ‘existencialista’ ou marxista. Simultânea e correlativamente, qualquer atividade, seja ‘profissional’, ‘religiosa’, ‘política, ou de outra ordem é sempre concebida como sendo multidimensional e interdependente e sempre é apresentada como uma ‘missão’” (Coradini, 1998a:153).

3.2 – Marxismo, produção intelectual e disputas partidárias (Parte I): uma seqüência de posicionamentos a partir da ALA VERMELHA

Tomando como pano de fundo a dinâmica de desmembramento da Ala Vermelha do PC do B, é importante focar o processo de constituição de um círculo de militantes no Rio Grande do Sul que reivindica a origem na referida organização e se afirma a partir das releituras sobre o “pensamento marxista”. No bojo dos debates sobre as

“estratégias” e “táticas” mais eficazes para o “combate da ditadura” e “encaminhamento da revolução socialista”, um conjunto de indivíduos se inscreveu como detentores da “capacidade” de avaliação e prescrição fundadas no domínio do “instrumental marxista”, na posse de um “arcabouço cultural” e, principalmente, na “habilidade” em articulá-los e transmiti-los mediante a produção de “documentos”. Adiciona-se a isso, o fato de terem constituído e mantido uma rede de relações de modo relativamente coeso, ainda que com constantes redefinições, em diferentes momentos conjunturais.

Sendo assim, as principais lideranças da Ala Vermelha no estado passaram a atuar no MDB já no início dos anos setenta e, posterior e clandestinamente, fundaram o Partido Revolucionário Comunista (PRC) com o objetivo principal de transformá-lo no propulsor da “revolução socialista”. Dentre as características das intervenções privilegiadas pelos militantes, que se destacam principalmente a partir dos anos setenta, está a ênfase na “reflexão teórica, cultural e filosófica”, a administração de *redes de relações*, o investimento em títulos escolares, bem como a produção e divulgação de “documentos” sobre temas relacionados à conjuntura e às potencialidades do pensamento marxista.

Como a grande maioria das “organizações clandestinas de esquerda” que existiram durante o “regime militar”, a Ala Vermelha do PC do B se constituiu entre 1966 e 1967, a partir da fusão das dissidências do PC do B de São Paulo e do Centro-Sul do país. Em 1967 seus líderes produziram o “documento”: “Crítica ao oportunismo e ao subjetivismo da ‘união dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista”, opondo-se diretamente ao “documento” da VI Conferência do PC do B (In: Aarão Reis Filho e Ferreira de Sá, 1985: 118). O título faz referência às proposições do então “Comitê Central⁴⁵”. O argumento critica a suposta não aplicação do “método marxista-leninista” e, exatamente por este motivo, os dirigentes do PC do B não teriam conseguido conciliar “estratégia” e “tática” revolucionária, bem como aplicá-la à “realidade” (idem:119). No texto visam, então, estabelecer as “premissas teóricas das quais carece a revolução brasileira” e a passagem abaixo é elucidativa da pretensão de aplicação do “materialismo dialético” ao caso brasileiro:

⁴⁵ Segundo Gorender “como uma cópia quase sem retoques na linha do PCCh durante a guerra antijaponesa, a direção do PC do B formula a tática da *união dos patriotas*” (grifos no original).

“A apreensão das necessidades de um programa, bem como das leis da estratégia e da tática da revolução, constitui-se num processo que, partindo da análise da contradição principal, encontra as condições e as formas do relacionamento dialético entre os dois aspectos, do lado das transformações necessárias à substituição do velho pelo novo. O processo de conhecimento que permite a elaboração do programa, da estratégia e da tática se baseia, fundamentalmente, na análise dos aspectos da contradição principal e no conhecimento das contradições fundamentais da sociedade” (idem:118).

Se no desdobramento das idéias há a defesa da “conciliação entre a guerra popular e o foquismo” (Gorender, 1987: 110), no documento de 1969, intitulado “Os 16 pontos”, dedicaram-se a retificar essa “indicação da tática” como sendo a mais eficaz para a “revolução brasileira”. O “erro” cometido no documento anterior residiria na simplificação “estreita, mecânica e esquemática do processo de desencadeamento da luta armada” e teriam “reduzido todas as tarefas táticas e formas de luta à luta armada, esclerosando politicamente” (In: Aarão Reis Filho e Ferreira de Sá, 1985:277).

No Rio Grande do Sul, militantes que residiam em Santa Maria (poucos haviam nascido no município, mas todos haviam freqüentado ou freqüentavam a universidade federal localizada naquele município) acabaram se constituindo num “grupo” cujos membros mantiveram, ao longo dos seus itinerários, elos definidores das posições e posicionamentos assumidos nos diferentes domínios de inscrição. Os irmãos Tarso Genro e Adelmo Genro Filho foram os principais condutores desse agrupamento desde sua gênese.

Provenientes de uma família de “estancieiros da fronteira-oeste do estado” eram filhos de Adelmo Simas Genro que investira na carreira de professor depois de seu pai ter perdido “o patrimônio econômico da família”. Assim, após ter dado aulas em São Borja (cidade onde nasceram os filhos), graças aos vínculos políticos com lideranças trabalhistas foi nomeado professor e diretor do principal colégio de Santa Maria, o Manuel Ribas. O prestígio conquistado viabilizou a obtenção de um mandato de vereador e de vice-prefeito da cidade pelo antigo PTB. No entanto, com o “golpe militar” de 1964, teve seu mandato cassado (o que acabou sendo um trunfo importante da afirmação política da “família” e de vinculação com posições “de esquerda”). Na segunda metade dos anos sessenta, Adelmo (pai) investiu na formação em direito e, como advogado, fora sócio “dos Jobim”, família “tradicional” cujos membros alcançaram notoriedade em âmbito estadual e nacional. Na década de oitenta se filiou ao PMDB e posteriormente ao PSB, sendo inclusive seu presidente de honra no estado. Casou-se com Elly Herz que vinha de uma

família de empresários abastados (cujo principal herdeiro fora o sobrinho, o jornalista Daniel Herz) e é conhecida pelo engajamento e pelo “pensamento social progressista e de esquerda”. Atualmente é filiada ao PT

A estes elementos comungam-se a militância política dos filhos, principalmente de Tarso e Adelmo Filho, mas também do mais velho, o médico Horácio Genro, que colaboraram na conquista de um relativo reconhecimento da “família” naquele município, depois no estado e, de certo modo, também nacionalmente⁴⁶.

Tarso Genro foi presidente da “mocidade trabalhista” do PTB de Santa Maria e vereador neste município em 1968, eleito aos 20 anos de idade. Membro do PC do B e depois da dissidência deste (Ala Vermelha), exilou-se no Uruguai de 1969 à 1972. Adelmo Filho teria começado cedo sua militância no movimento estudantil, por volta dos 13 anos, e, entre os 15 e 16 anos, passou também a pertencer à “organização”. Com a saída de Tarso para o exílio, ele, já com 18 anos, fortaleceu seu próprio trabalho de mobilização desde a Universidade Federal de Santa Maria na qual foi cursar jornalismo.

Desta forma, pode-se realçar a afirmação de Adelmo Filho como um agente promotor da sistematização das discussões e das ações de militantes nos anos setenta. Seu potencial mobilizador é imputado, primordialmente, à origem familiar (pais e irmãos) e à sua experiência militante prematura (na “ala vermelha” do PC do B):

“Quando eu entrei na universidade cá num terreno fértil porque já havia, por exemplo, o Adelmo, o Sérgio com militância. Um pessoal... que já era militante não só do MDB como alguns deles haviam integrado organizações então na época clandestinas, foi o caso dos integrantes da ala vermelha, que era uma dissidência do PC do B.. O fundamental em termos de referência, o Adelmo era a principal referência. Ele era uma referência de massa porque o pai dele tinha sido vice-prefeito, tinha sido cassado, o Tarso era vereador e foi cassado na época do golpe e se exilou no Uruguai” (Entrevista com Luiz Roberto Simon do Monte).

“O Dr. Adelmo já era estigmatizado como um cara de esquerda, comunista. O Tarso voltou e aí, o Tarso era o irmão mais velho, imagina só. O Adelmo tinha militado na ala vermelha que era o racha que tinha tido com o PC do B... Então ele tinha militado, e a nossa relação cresceu muito. Eu me lembro que era o tempo inteiro discutindo, discutindo. Eu pedia livros pra ele, lia muito Marx, a gente discutia política”. (Entrevista com Sérgio Weigert).

“O Adelmo era meu amigo íntimo, próximo, assim, e a partir de um grupo que era incipiente eu comecei a participar, apesar dos 18 anos, eles eram um pouco mais velhos que eu. Comecei a participar e finalmente assim encontrei, digamos né, como se materializava as questões que pra mim eram muito importantes. Sentimentos todos que eram valores

⁴⁶ Sem falar na neta, a ex-deputada estadual e hoje deputada federal pelo PSOL que assumiu uma postura política divergente e concorrente no interior da esquerda no estado.

genéricos e como é que se materializava a luta disso na política” (Entrevista com M^a Rita Assis Brasil).

Formou-se, assim, em Santa Maria, um círculo de relações e referências cuja afirmação passou pela reivindicação do reconhecimento de seu potencial de “elaboração” no âmbito “filosófico” e “cultural” como forma privilegiada de intervenção política. Ou seja, para eles os atributos indispensáveis para a “elaboração” e “ação política” se baseava na associação de uma postura “intelectual”, “cultural” e “filosófica” como componentes inseparáveis, tal como pode ser observado nas passagens abaixo:

“A gente nunca conseguiu entender a política separada dessas áreas da cultura, da literatura. Até porque os marxistas na época, mais tradicionais, escreveram muito sobre estética. Tanto que a gente nunca separou política da filosofia, ou seja, nós inclusive tínhamos uma visão de apreender a política pelo caminho da filosofia. A arte em termos gerais como instrumento de apreensão da realidade. Que é uma tradição que vem do pessoal da década de sessenta, no caso, da turma do Tarso... Na verdade a gente constituiu um grupo de amigos, solidários nessa luta o que, enfim, acabava também reduzindo nosso convívio social a esse grupo. Então a gente, nós fazíamos discussões sobre filosofia, sobre poesia, sobre literatura, tava sempre mais ou menos em contato” (Entrevista com Luiz Roberto Simon do Monte).

“Eu era um guri interessado nas coisas do mundo. Eu lia muito, mas a política como uma instância de intervenção da minha relação com o mundo não era uma coisa organizada nem pensada e a partir daí [da universidade], o Adelmo e eu começamos a discutir muito, e nós discutíamos de tudo. Era uma discussão absolutamente cotidiana, desde Shakspeare até o MDB, era o tempo inteiro isso” (Entrevista com Sérgio Weigert).

“A disposição pra pesquisa, pra investigação, pro aprofundamento dos assuntos. Uma condição de se debruçar intelectualmente e também de forma militante sobre o mundo correspondia... respostas pras inquietações, pras indagações que eu também fazia. Então, a gente trocava livros, fazia leituras comuns. O grosso das leituras era de marxismo, de literatura em geral (Entrevista com Daniel Herz).

A universidade, como na grande maioria dos casos, foi o lugar privilegiado de encontro e início do engajamento na contestação ao “regime militar” desses militantes. Em 1973, Adelmo Filho teria sido convidado por César Schirmer, então presidente do Diretório Central dos Estudantes, a compor a primeira diretoria da entidade e ele, por sua vez, convidara Sérgio Weigert. Em 1974 estes mesmos articularam a organização de um Setor Jovem do MDB de Santa Maria, também influenciados pelo estímulo e destaque, estadual e nacional, que lideranças próximas vinham conquistando, como o próprio Schirmer e João Gilberto Lucas Coelho, advogados em Santa Maria e eleitos deputado estadual e deputado federal respectivamente no pleito de 1974.

O SJ de Santa Maria fora presidido por Adelmo até 1975, ano em que se formou em jornalismo pela UFSM e foi substituído no posto por Sérgio Weigert. No decorrer deste ano, eles produziram um texto cuja “tese” é adotada pela grande maioria dos jovens e com forte incidência no discurso político do MDB gaúcho. Direcionado aos significados da eleição de 1976, o “documento” intitulado “O MDB e a Política de Simpatia”, apresentado em julho de 1975 numa reunião do partido, defendia a “independência crítica e oposição”, postura esta que teria marcado a vitória da oposição nas eleições de 1974, rechaçando, portanto, a “aproximação com o governo, particularmente com o Presidente da República no sentido de sensibilizá-lo para de certa forma, modificar seu comportamento político” (jornal *Movimento*, 05/01/1976, p. 13).

Na matéria publicada no jornal *Movimento* (“imprensa alternativa” de circulação nacional), há ainda a referência ao “documento” apresentado em um “Encontro de Capão da Canoa”, pelo MDB jovem de Santa Maria, chamado “Sobre a conduta política do MDB após as eleições”. Neste texto, a ênfase recai na apreciação de que o partido oposicionista deveria “manter firmemente as posições da campanha eleitoral, não recuar, nem fazer o jogo dos grupos dominantes” (Idem). No mesmo jornal já havia uma reportagem anterior (em 22/12/1975), com espaço de página inteira, no mesmo sentido: “O MDB deve perder em 1976 para ganhar em 1978? Não, é a resposta do Setor Jovem do MDB de Santa Maria, RGS”.

O MDB deve perder em 76 para ganhar em 78?

Não, é a resposta do setor jovem do MDB de Santa Maria, RGS



Grande parte das lideranças do SJ de Santa Maria era composta por estudantes ou de recém formados em jornalismo (Adelmo Genro, Roberto do Monte, Sérgio Weigert, também Daniel Herz que era mais jovem e morava em Porto Alegre, mas afirma que “freqüentemente ia para a casa dos tios”), e não por acaso, tiveram como lugar privilegiado de expressão um jornal classificado como de “imprensa alternativa”. O jornal iniciou em Ijuí como *Semanário de Informação Política* (o primeiro número é datado de 31 de outubro de 1975) e contava com equipe e colaboradores vinculados ao MDB (o próprio diretor-presidente Ben-Hur Mafra era presidente do partido e o diretor-redator-chefe era o jornalista Jefferson Barros que também havia sido presidente da “equipe provisória de direção” do Setor Jovem, ambos na cidade), originários de “dissidências do PC do B e de alguns grupos de esquerda” (Kucinski, 1992:74). Tendo sido fechado em julho de 1976⁴⁷, foi reativado em Porto Alegre, com a direção de Daniel Herz e tendo como editor-chefe Adelmo Filho. O conselho editorial contava com as seguintes “personalidades” da “esquerda” gaúcha:

“Jairo de Andrade (diretor do Teatro de Arena, POA), João Gilberto Lucas Coelho (deputado federal Gaúcho do grupo neo-Autêntico), Matheus Schmidt (advogado, empresário e ex-deputado federal), Carlos Carvalho (contista, autor e diretor de teatro), Tarso Fernando Genro (poeta, advogado e crítico literário), Glênio Peres (vereador MDB-POA), Joel Nascimento (IEPES), Flávio Betanim (presidente do diretório municipal do MDB de São Luís Gonzaga), Eliezer Pacheco (professor universitário e pesquisador em Ijuí), Honorato Pasquali (Contabilista e secretário geral do IEPES de Ijuí), Sérgio Weigert (presidente do setor jovem do MDB de Santa Maria), Gabriel Neves Camargo (médico, contista e poeta em Bossoroca) e Néelson Ribas (Secretário de setor jovem do MDB de Santo Ângelo)” (jornal *Movimento*, 02/08/76, p.5).

Tarso havia retornado do Uruguai em 1972 e, desde então, passou a morar em Porto Alegre o que contribuiu para a afirmação do “pessoal de Santa Maria” na capital, assim como para a viabilização do jornal “Informação”.

“Quando começou o processo, que estava que o jornal não ia se sustentar em Ijuí, o Adelmo que disse: não, vamos levar esse jornal para POA. E ele percorreu o Rio Grande do Sul inteiro atrás de pessoas de esquerda pra sustentar o jornal, e eu aqui em Porto Alegre... Então ele foi em gente como o Luiz Coronel, por exemplo, foi em várias pessoas. Aqui em POA eu fui em várias pessoas. Eu me lembro quando ele veio para Pprto Alegre ele [Adelmo] disse: ‘agora vamos conversar com o Tarso, vamos botar o Tarso nessa jogada’.

⁴⁷ As duas fases de funcionamento do jornal somam 45 números, sendo que 22 são da primeira fase e 23 da segunda.

Aí fomos conversar com o Tarso e ele aqui em POA agregou um monte de advogados” (Entrevista com Sérgio Weigert).

Atuando como advogado trabalhista com forte inserção nos meios sindicais, também se apresentava como “escritor, poeta e crítico”. Aliás, muitas das suas contribuições no “Semanário” já eram como produtor ou crítico de tais gêneros de textos.

Uma vez constituído o jornal, as publicações eram definidas a partir de uma perspectiva de “combate à ditadura”, “defesa do socialismo” e da “democracia”. Tão destacadas quanto às “problemáticas políticas” (que intercalam denúncia – cassações, torturas, terrorismo – com propostas e campanhas – prefeituras de oposição, anistia, direitos humanos, etc., além, é claro, da forte presença da política estudantil), eram as “questões culturais” que apareciam nas mais variadas matizes: crítica literária, poesias, contos, artigos sobre televisão ou programação televisiva, cinema, teatro, resenhas de sociologia, ciência política, economia, história, etc. Outra constância no jornal *Informação* eram as entrevistas com “personalidades” do mundo “intelectual” e “político” (por exemplo, Pedro Simon, Fernando Henrique Cardoso, D. Adriano Hipólito: bispo seqüestrado pela Aliança Anticomunista Brasileira). Os temas “econômicos”, apesar de menos freqüentes, eram sempre objeto de longas matérias por parte dos “articulistas”.

Como se pode observar nos relatos coletados, os elos (afetivos, ideológicos etc.) e as variadas formas de sociabilidades (dentre elas as discussões filosóficas, literárias, sobre o marxismo, etc.) articulavam disposições políticas e intelectuais, ou as forjavam, e assim produzia a identificação entre os agentes e o do seu reconhecimento como um “grupo” ou como o “pessoal de Santa Maria”. Tal “sintonia” seria a responsável, na percepção dos entrevistados, pelo reconhecimento por eles conquistado nos embates internos à esquerda na década de setenta, bem como no interior do MDB. O fragmento abaixo exemplifica:

“Na verdade, lá em Santa Maria, isso dá para dizer, a gente, tinha de fato uma posição de liderança assim, em relação à juventude do Rio Grande do Sul. Porque o pessoal de Porto Alegre não produzia nada. O Marcos, cada vez que a gente chegava com um documento dizia: lá vem esse pessoal de Santa Maria de novo. Então como a gente escrevia, como a gente vinha sempre pra esses, todos os encontros do MDB a gente tava junto. E a gente então tinha uma determinada hegemonia: olha, era o pessoal de Santa Maria, pessoal de Santa Maria. Então nós, por uma via absolutamente intelectual, a gente foi construindo uma outra relação mesmo com a política, com o MDB e assim por diante” (Entrevista com Sérgio Weigert).

O “Marcos” citado na passagem acima era Marcos Klassmann, que fora presidente do Setor Jovem Metropolitando e candidato a vereador na eleição de 1976, ocasião esta de aglutinação das principais “lideranças jovens” do MDB gaúcho da década de setenta com vistas a sua afirmação institucional. O jornal cumpriu um papel importante de divulgação da campanha de 1976, publicando panfletos dos candidatos, principalmente ligados aos setores jovens e às posições consideradas de “esquerda” dentro do MDB.

Adelmo Genro e Maria Rita Assis Brasil (ex-dirigente estudantil no curso de medicina da UFSM e esposa de Sérgio Weigert) também concorreram à vereança neste pleito pelo município de Santa Maria. Assim como ocorreu com Marcos Klassmann em Porto Alegre, José Ivo Sartori em Caxias e Flávio Coswig em Pelotas. Ambos chegaram à Câmara de Vereadores a partir da militância no Setor Jovem do MDB.

Enquanto aqueles cumpriam seus mandatos no “interior”, Sérgio Weigert, Beto São Pedro e Daniel Herz se radicaram em Porto Alegre responsabilizando-se pelo jornal *Informação*, mas não conseguiram mantê-lo em funcionamento. O último número saiu em 27 de fevereiro de 1977. Em janeiro de 1977 já havia sido montada a sucursal do jornal *Movimento* no Rio Grande do Sul e o núcleo central, em Porto Alegre, era chefiado por Marcos Klassmann, tendo como responsável pela redação Daniel Herz. Entre os colaboradores estavam Glênio Peres e Tarso Genro. Além da capital, o jornal contava com ramificações em Santa Maria, cuja coordenação era de Getúlio Luca de Abreu e a redação de Luiz Sérgio Metz e em Pelotas e Caxias do Sul, cujos responsáveis eram, respectivamente, Flávio Coswig e José Ivo Sartori (todos atuantes nos Setores Jovens na década de 70).

É importante sublinhar que quase todos eles também – incluindo Klassmann que possuía, inicialmente, mais vinculação com os militantes que depois articularam a Tendência Socialista (TS) – trabalham na campanha de André Forster (em 1978) que também fazia parte do Conselho Editorial do jornal *Movimento*. Muitos deles, inclusive, com o pluripartidarismo se filiaram ao PMDB e alguns ainda pertencem a este partido, do qual Forster foi, até o momento de sua morte, um notório dirigente.

Esta foi uma das “oportunidades” de aproximação dos militantes liderados por Tarso e Adelmo com Forster e com o PMDB. Acrescentam-se ainda os

posicionamentos em defesa do MDB como uma “Frente Ampla” durante o debate de formalização de uma “tendência socialista” no seu interior (no Rio Grande do Sul liderada e levada a cabo com sucesso, principalmente por Raul Pont e José Carlos de Oliveira); a atuação na corrente “Oposições Populares” que foi um movimento constituído no final dos anos setenta para promover a adesão ao PMDB como continuidade do MDB (defendida por André Forster, João Carlos Brum Torres, Cristiano Tatsch, Pedro Bisch Neto, Tarso Genro, Adelmo Genro, Carlos Horácio Herz Genro, etc.); e ainda a participação, como assessores, de Weigert e outros militantes no Gabinete de Assessoria Superior (o chamado GAS) da Assembléia Legislativa, cujo assessor especial era o próprio André Forster.

Ademais, esta aproximação era motivada pelas “afinidades intelectuais” dos agentes. No fragmento abaixo, Sérgio Weigert ressalta a “capacidade intelectual” e os “contatos” de Forster o que, de certa forma, reafirma o esforço de valorização de um perfil capaz de combinar produção intelectual, trânsito entre políticos e personalidades do mundo acadêmico, além da militância em “instâncias” de aglutinação dos ativistas:

“Então ele [André Forster] era o intelectual propenso a escrever artigos, enfim. Ele também era funcionário do GAS (Gabinete de Assessoramento Superior), ele, o Dilan, esse pessoal da inteligência, vamos dizer assim, o Miranda... Quando eu vim para Porto Alegre, eu era muito, muito, amigo do André. Lá na casa dele, ele me convidou para trabalhar na Assembléia junto com o Simon em 78, de assessor do Simon... O André batalhou, batalhou, pediu, pediu, o Simon disse: Então, tá! Manda o cara. Mas ele [Forster] não tinha um grupo político articulado como os trotskistas tinham, ou como nós tínhamos. De qualquer maneira, o IEPES foi um elemento super importante de congregação da esquerda que estava aí...o nexa com a intelectualidade do centro do país foi o IEPES que fez pra nós. Eu fui uma vez em São Paulo com o André, primeira e única vez que eu fui no Cebrap... Eu lembro que a gente ficou longamente conversando com o Fernando Henrique, depois nós saímos com o Chico de Oliveira, com esse cara que agora está com o Weffort na Cultura, o Moisés, eu acho que eu até dormi na casa desse cara, o José Álvaro Moisés” (Entrevista com Sérgio Weigert).

Outra estratégia de afirmação deste agrupamento de militantes foi a tentativa de consolidar um partido “clandestino” nacionalmente (a partir dos contatos em São Paulo, principalmente com José Genuíno⁴⁸): o Partido Revolucionário Comunista

⁴⁸ No final dos anos setenta, o PC do B teria sofrido outro “racha” e os “dissidentes” teriam se reunido com aqueles oriundos da Ala Vermelha para formar o Partido Revolucionário Comunista (PRC). Neste, o cearense José Genuíno, que havia lutado na “Guerrilha do Araguaia”, teria sido um dos seus principais líderes ao lado de Tarso Genro. O primeiro foi deputado federal por São Paulo (1982 a 2002). Em 2002 foi eleito presidente nacional do PT. Em julho de 2005 renunciou ao cargo mediante as denúncias de corrupção relacionadas ao escândalo chamado “mensalão” que atingiu o governo Lula. Em 2006 se elegeu novamente.

(PRC). Para tanto, integraram inicialmente (com a reorganização partidária) o PMDB como “tática” mais adequada para a execução das suas “estratégias revolucionárias”. Na passagem abaixo, nota-se novamente a ênfase na ocupação de uma posição de “intelectual” como trunfo de distinção com os demais militantes e como elemento reivindicado como característico do “grupo” do qual fazem parte:

“Bom, aí começa uma outra história desse pessoal de Santa Maria. Todo mundo vai pro PRC. O Tarso nunca entrou, sempre fazia a mediação... Eu acho, na verdade a minha idéia, é que o PRC, num determinado momento, reuniu toda a melhor intelectualidade militante de um determinado período. Era gente de cabeça muito boa, as discussões eram todas basicamente filosóficas-políticas. Eu acho que se a gente fosse escrever essa história do PRC, a gente vai vê que se concentrava, num determinado período, seja por publicações, pessoal que publicava, seja por interferência no movimento político. Era muito sólida a nossa interferência, nossa inserção, os debates, as revistas...” (Entrevista com Sérgio Weigert).

O PRC é apontado pelos militantes entrevistados como tendo sido a modalidade de intervenção mais relevante durante o período de “abertura política”. Por isso, para a escolha do partido oficial ao qual se filiariam no “pluripartidarismo” deveriam levar em conta as potencialidades do mesmo para a condução do seu “projeto revolucionário”. Havia posições em prol do PT, porém teriam rechaçado tal idéia por o considerarem um partido muito pequeno e, por isso, com pouca estrutura de sustentação para o projeto em pauta, além de excessivamente sindicalista. Sendo assim, “taticamente” a permanência no PMDB era a opção mais adequada, pois neste gozavam já de “espaços” e “vínculos” que tornavam suas pretensões mais viáveis e seguras.

“Nós tínhamos um projeto claro e um objeto estratégico, digamos, que era um partido de esquerda, provavelmente não legalizado etc. E o nosso partido tático, nós não tínhamos certeza absoluta qual seria o melhor. Era uma visão revolucionária de partido mesmo. Então aí nós optamos em ficar no PMDB... O Tarso também, ele não é fundador, digamos, do PT, apesar de termos, todos nós, participado de todas essas discussões aqui no estado. Me lembro quando o Lula veio uma vez aqui, na casa do Carlos Horácio (o irmão do Tarso). Depois outra vez foi o Olívio. Todas essas discussões. E nós ficamos com uma visão que foi respeitada, uma visão que era tática, na época, pra manter aquilo que nós tínhamos construído ali e tal. No outro momento, como foi o que ocorreu, a gente faz uma nova opção partidária, porque uma coisa era manter linearmente, uma outra era ir pra outro partido. E foi o que aconteceu... E aí a gente continuou com uma vida partidária, não legalizada, no PRC e tal” (Entrevista com M^a Rita Assis Brasil).

Contudo, na primeira metade da década de oitenta, com o crescimento do PT e em decorrência do confronto com posicionamentos dos dirigentes do PMDB que,

segundo os relatos, seriam contrários à perspectiva de “esquerda” compartilhada entre os militantes do PRC, decidiram entrar “em bloco” no primeiro (ainda que não necessariamente todos no mesmo ano).

Assim, o “pessoal de Santa Maria” manteve sempre no seu itinerário uma forte identificação interna entre seus membros e uma relativa coesão nas suas “estratégias”. A atuação inicial na “dissidência do PC do B” (sob a influência de Tarso e Adelmo), a atuação no *Informação*, os posicionamentos assumidos no MDB, a escolha inicial pelo PMDB, a migração para o PT e, no interior deste, o pertencimento ao mesmo “campo” de “tendências” que costumam apoiar Tarso Genro nas diputas regionais, são exemplos disto. No que pese o fluxo de entrada de novos militantes e os realinhamentos inevitáveis pode-se constatar a persistência de fidelidades no itinerário coletivo.

De acordo com Grill (2003) a “expansão do universo de influência da ‘família’ e da rede política” foi tributária também justamente da complementaridade entre a “disposição para a militância e para a elaboração intelectual” de Adelmo Filho (que contribuía para a conquista e sustentação de “redutos mais fiéis”) e a diversidade de repertórios e públicos englobados nas inserções políticas e profissionais de Tarso.

Tarso Genro foi um dos principais condutores da entrada do grupo no PT, partido pelo qual foi deputado federal, vice-prefeito e prefeito de Porto Alegre, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, Ministro da Educação, da Articulação Política e da Justiça, entre outros cargos. Sua produção escrita é vasta e inclui livros e artigos em jornais e revistas brasileiras e estrangeiras.

Sérgio Weigert, que no decorrer do tempo perdeu o destaque detido nos primórdios da sua militância, atuou durante um curto tempo no Gabinete de Assessoria Superior indicado por André Forster, ingressou no PT, trabalhou como assessor de José Genoíno no mandato de deputado federal (eleito em 1986), foi professor de Sociologia e Teoria da Comunicação na Universidade Federal de Santa Catarina (já lecionavam lá Daniel Herz e Adelmo Genro), participou do Centro de Filosofia e Política, financiado por Daniel Herz e comandado por Adelmo Filho, da revista *Práxis* (idem ao anterior), cursou o doutorado em Sociologia em Paris orientado Michel Löwi (tendo escrito alguns textos desde Paris sobre o Fórum Social Mundial e outros temas relacionados ao partido) e atuou na coordenação das campanhas de Tarso Genro.

Tendo feito mestrado em Comunicação pela Universidade de Brasília (UNB), Daniel Herz ganhou notoriedade com a publicação do livro "A História Secreta da Rede Globo", em 1980. Foi diretor do Sindicato dos Jornalistas no Estado do Rio Grande do Sul e do Departamento de Relações Institucionais da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), tendo sido também o primeiro conselheiro gaúcho representante da Fenaj. Além disso, se destacou também na Coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, do qual foi fundador, assim como do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom). Ele também compôs o primeiro corpo docente do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina no qual se destacou nas “lutas pelas políticas democráticas e públicas de comunicação (movimento iniciado em 84 na UFSC por meio de Daniel Herz)” (www.jornalismo.ufsc.br). Faleceu aos 51 anos em junho de 2006, vítima de leucemia.

Daniel Herz estimulou Adelmo Filho a ir lecionar em Santa Catarina na graduação em jornalismo, que havia sido fundada em 1979. O que ocorreu depois de Adelmo Filho não ter conseguido a vitória eleitoral em 1982 para deputado estadual pelo PMDB. Adelmo ingressou na UFSC em 1983 e teria sido “responsável pela ampliação das preocupações e reflexões sobre a área, tornando-se referência teórica e ética para os colegas, alunos e categoria profissional, autor de diversos livros sobre política e um especial sobre Teoria do Jornalismo” (idem). Em 1987, licenciou-se para fundar e dirigir o Centro de Filosofia e Política (CEFIP) em Porto Alegre e a revista *Práxis*, voltados para o estudo e o debate sobre o marxismo. Atuação esta que seguirá até fevereiro de 1988, quando veio a falecer, aos 36 anos, em decorrência de uma virose. Em sua homenagem, Daniel Herz fundou o site “adelmo.com” para promover sua “vida e obra”. O lançamento foi em junho de 2000 e contou com a presença dos familiares e militantes do PT, principalmente aqueles ligados ao espectro de forças do partido mais próximo da liderança regional de Tarso Genro (dentre eles: os então deputados estaduais Estilac Xavier e Adão Villaverde, e o deputado federal Paulo Pimenta).

Em 2004 foi criado pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, o “Prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo”. O objetivo deste seria, conforme divulgado no site da entidade:

“reconhecer a qualidade do trabalho acadêmico realizado nas universidades ou nos centros/institutos de pesquisa, valorizando a atuação individual dos pesquisadores. Sua finalidade é identificar anualmente quais os pesquisadores que apresentaram contribuições relevantes para o campo da pesquisa em jornalismo, de modo a construir/consolidar a identidade do nosso campo científico”.

Além disso, é importante ressaltar que algumas das principais lideranças do Partido dos Trabalhadores no estado são membros deste círculo de relações estabelecido em torno dos “irmãos Genro”. Entre eles estão Marcos Rolim (ex-presidente do DCE da UFSM, ex-vereador em Santa Maria e ex-deputado estadual e federal), Estilac Xavier (ex-presidente do DCE da UFSM, ex-chefe de gabinete de Adelmo Genro Filho na Câmara de Vereadores de Santa Maria, ex-secretário municipal do governo de Tarso Genro em Porto Alegre, ex-vereador e deputado estadual) e Paulo Pimenta (ex-presidente do DCE de Santa Maria, ex-chefe de gabinete de Marcos Rolim, ex-vereador em Santa Maria, ex-deputado estadual, ex-vice-prefeito de Santa Maria e atual deputado federal).

Uma das referências atuais mais importantes do conjunto de agentes que participaram da contestação ao “regime militar” no Rio Grande do Sul é a idéia de “participação popular”. Sendo assim, para finalizar, é importante destacar o papel desempenhado por uma das lideranças aqui tratadas no debate acerca da legitimação e das modalidades de implementação deste “ideal”. Tarso Genro esteve diretamente associado à experiência do “Orçamento Participativo” em Porto Alegre, principalmente nas duas primeiras gestões do PT na prefeitura, quando foi vice-prefeito e prefeito. Contudo, sua intervenção nesta agenda não se resume à atuação como ocupante de cargos políticos. A partir do reconhecimento adquirido como “intelectual” e como “político” se dedicou a escrever ensaios em livros e artigos (no Brasil e no exterior) fundamentando-se simultaneamente em autores ligados à filosofia política e na sua experiência administrativa. Entre as produções de Tarso Genro relacionadas ao tema podem ser citados os ensaios “Crise Democrática e Democracia Direta”, “Hacia Una Nueva Democracia” e Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre”, este último em parceria com Ubiratan Souza. O que revela algumas estratégias de ativação dos recursos “intelectuais” e “militantes” como estratégia de afirmação referências e competências.

3.3 – Marxismo, produção intelectual e disputas partidárias (Parte II): uma seqüência de posicionamentos a partir do Partido Operário Comunista

Um repertório muito semelhante de trunfos de afirmação àquele encontrado na seção anterior é acionado por ativistas que participam das diferentes “organizações” e “instâncias” apresentadas neste ítem. Isto, inclusive, explica as rivalidades que acabaram emergindo no interior do MDB e posteriormente no PT com os militantes anteriormente descritos. Também marcados pela produção intelectual voltada para a reflexão sobre a conjuntura e para o estudo do marxismo, igualmente associados a gostos e acessos a bens culturais raros, se distinguem, no entanto, daqueles pelas adesões ideológicas mais gerais, por *redes de relações* constituídas na capital e pela maior incidência de agentes com formação em ciências humanas (história, ciências sociais, filosofia, pedagogia, etc.) em detrimento do jornalismo.

Um continuum de alinhamentos e redefinições de redes é passível de ser traçado a partir de uma dissidência do PCB que veio a constituir o Partido Operário Comunista, com forte presença no cenário gaúcho dos anos sessenta. Seus desdobramentos na constituição de uma tendência socialista no MDB e na fundação do PT por intermédio de rearranjos das redes ocorridos devido às saídas (principalmente para o exílio) e as entradas de novos militantes ao longo do tempo são elementos de destaque. Da mesma forma explicitam o papel de mediador, entre “gerações”, exercido por algumas lideranças, os esforços de demonstração de continuidade às expensas das redefinições ideológicas e a valorização da inscrição neste “passado” como trunfo nas lutas partidárias posteriores.

A bibliografia dedicada ao tema da “esquerda brasileira”, não raramente centrada nas “organizações revolucionárias” constituídas nos anos sessenta e setenta, aponta para a procedência que a grande maioria das organizações tivera no Partido Comunista do Brasil (PCB), fundado em 1922. Mesmo a Ação Popular – formada em 1962, que teria uma orientação “humanista cristã” e defenderia formas “alternativas” ao “comunismo” de transformação social, em 1967 se fundiu oficialmente ao PC do B que nascera de um racha do PCB que passava a denominar-se “Partido Comunista Brasileiro” – reivindica sua gênese igualmente nos anos vinte. De qualquer modo, no Rio Grande do Sul, no final dos anos cinquenta e início dos sessenta, PCB e AP apresentaram-se como as

duas principais vias de identificação para “jovens” inclinados a buscar formas variadas de intervenção. A atração exercida pelo PCB em nível nacional é destacada por Gorender (1987:20):

“No período de 1946 a 1964, o PCB representou a principal força de esquerda de inspiração marxista... Dispunha de quadros experientes e completamente dedicados ao trabalho partidário, sua radicação no movimento operário era sólida e muito mais importante do que a das outras correntes, contava com ramificações no meio camponês, tinha forte influência no movimento estudantil e nas campanhas antiimperialista”.

Nascimento Araújo (2000:74-77) propôs dividir esse período proposto por Gorender em quatro fases de existência do PCB no pré-golpe militar: A primeira correspondente aos anos 1945-48 seria marcada por sua legalidade, com forte inserção social e defendendo a “linha pacífica” de condução de uma “revolução democrático-burguesa, anti-feudal e antiimperialista”. A segunda estaria situado no intervalo de 1948-1954 e se caracterizaria pela “radicalização da tática revolucionária” devido à “cassação do registro do partido e de mandatos parlamentares”, resultando na produção de uma contradição entre estratégia de aliança com a burguesia nacional e tática de uso da “luta armada” (Bielschowsky, 1988 Apud Araújo, idem). O terceiro momento, 1954-1958, fora de aprofundamento da crise desencadeada com a “divulgação do ‘relatório Krushev’ que denunciava os crimes de Stálin” e que dividiu os partidários e antagonistas do líder russo e do empreendimento na “luta armada”. E a quarta fase se daria entre 1958 e 1964, e se definiria pela defesa da ampliação do “desenvolvimento capitalista do país” e das “reformas estruturais” ou “reformas de base” que garantiu a reconquista do destaque outrora detido pela sigla.

Neste período, ocorreram duas “dissidências”: a primeira seria o resultado da defesa da “linha stalinista” e da “luta armada”, liderada por Diógenes Arruda, João Amazonas e Maurício Grabois, que fundou o PC do B; e a segunda teria decorrido da divergência com a perspectiva de “duas etapas” de ambos os “PCs”, apostando na pronta preparação da revolução socialista. Surgem então o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T) e a Organização Revolucionária Marxista (ORM) também “trotskista”. O primeiro era “filiado à IV Internacional, vinculado à facção do argentino Posadas” e tinha como principal característica a defesa de um “enfoque terceiro-mundista para a revolução mundial”. E o segundo, que ficou mais conhecido como POLOP, porque “tinha

uma publicação chamada *Política Operária*”, não pertencia aquela Internacional e “reunia intelectuais influenciados pelas idéias de Trotski (...) e por outras vertentes não muito ortodoxas do pensamento marxista, como Rosa Luxemburgo e Bukharin” (idem: 79).

Em 1962, Luiz Paulo Pilla Vares entrou em contato com o POR-T mediante o envio de uma carta para o jornal “*Frente Operária*” editado pelo partido em São Paulo (Leal, 2004:214). À época integrante da “Juventude Comunista”, ele aponta retrospectivamente a importância daquele jornal como via para a “crítica de esquerda no Brasil”, mormente estabelecendo um corte com as então predominantes perspectivas “stalinistas” e “populistas”:

“Eu nasci numa geração do final dos anos 1950, anos 1960, que não aceitava mais as fórmulas stalinistas. Nós não tínhamos mais nenhuma identificação com o stalinismo e nenhuma identificação com o populismo, que era outra vertente da esquerda brasileira. Bom, a força hegemônica de uma crítica de esquerda no Brasil era o Frente Operária”. (entrevista com Luiz Paulo Pilla Vares, Apud Leal, 2004:214).

Segundo Leal (2004), Pilla Vares teria influenciado outros “companheiros da Juventude Comunista” a ingressarem no POR, como foi o caso de Vito Letizia⁴⁹ que, mesmo com a saída do primeiro para a POLOP em 1963, teria se mantido no partido até 1968, quando foi expulso por manter “a atividade de organização de comitês operários” – entendida como um “movimento ‘paralelo ao Partido’” – e foi constituir a “Fração Bolchevique da Seção Brasileira da IV Internacional” (idem: 218). O motivo que teria levado à saída de Pilla Vares, nas suas palavras, seria a proposta de uma “guerra atômica mundial revolucionária. Uma guerra preventiva. Aí não dá” (entrevista Apud Leal, 2004:217). Já como membro da POLOP teria, então, praticado “o entrismo no PCB após o golpe militar com resultados positivos” (Idem).

Nesse período, início do ano de 1963, uma das principais “bases universitárias do PCB” gaúcho estava na faculdade de Filosofia da UFRGS e dentre suas principais lideranças estudantis, além do próprio Pilla Vares, encontravam-se Marco

⁴⁹ Vito Letizia era estudante do curso de História (1961-1965) e Filosofia (1965-1967) ambos na UFRGS, na década de setenta foi para França e frequentou um curso de geografia na universidade Paris VIII. Atualmente é professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e diretor do Centro de Estudos do Movimento Operário Mário Pedrosa.

Aurélio Garcia (estudante das faculdades de Direito e Filosofia) e Flávio Koutzii (que cursava economia e filosofia). Este último narra o diálogo que teve com o primeiro na ocasião em que foi convidado para entrar naquela “célula” do “partido”. Dois elementos podem ser destacados do fragmento abaixo, a saber, a ênfase na notoriedade paterna⁵⁰ e a inscrição na “estratégia” do PCB citada anteriormente:

“O Marco Aurélio era um pouco organizador da reorganização do partido comunista na faculdade de Filosofia e um episódio... meio curioso assim que eu tenho usado na análise do presente e tal... é lembrar o meu diálogo fundacional com ele, é de morrer de rir. (...) Cheguei na faculdade de Filosofia lá em abril de 63, aí o Marco Aurélio falou comigo ali na porta e disse: ‘Bom, nós sabemos, conhecemos o teu pai, sabemos as tuas posições e tal e eu queria te convidar pra entrar pra célula que nós estamos organizando aqui...’. Aí eu digo: ‘Que bom...’ (...) ‘Mas, Marco Aurélio, só pra mim me situar bem, tu podia me dizer qual é a proposta do partido?. ‘Sem dúvida e tal, é o seguinte: o partido acha que existe uma burguesia mercenária, que tem interesses objetivos de aliança com os trabalhadores contra o imperialismo. Nós apoiamos o João Goulart por causa disso, porque ele representa um pouco esse tipo de governante e bom essa é a nossa linha e tal, uma aliança, por enquanto com a burguesia nacional...’. ‘Tá, muito bom, eu vou topar...’. E essa é uma boa colocação, porque essa é uma história absolutamente verdadeira e a síntese é absolutamente verdadeira”.

A relação entre Flávio Koutzii, Marco Aurélio Garcia, Luiz Paulo Pilla Vares e outros ativistas também se sustentou em bases afetivas. Os pais dos dois últimos eram advogados e amigos. Outras duas componentes do “grupo” eram Sônia Pilla e Elizabeth Souza Lobo, amigas desde o segundo grau quando ambas e também Koutzii foram colegas no colégio Aplicação. Sônia, além de “prima distante”, fora namorada e casada com Pilla Vares. E também namorou e casou com Flavio Koutzii. Este último também namorou por um longo período com Maria Regina Pilla, igualmente “prima distante” dos outros dois “Pillas” e militante das mesmas “organizações”.

Nas entrevistas realizadas com a maioria dos agentes supracitados, a ênfase recai na valorização de um patrimônio cultural acumulado geralmente no âmbito familiar e /ou escolar e anterior à inserção nos processos de intervenção política:

⁵⁰ Na entrevista, Flávio Koutzii se dedica a apontar sua “matriz intelectual” nos investimentos culturais da família, realçando a fundação do “Clube de Cultura” que reunia a “esquerda da comunidade judaica” e se localizava num bairro de Porto Alegre “tradicional” pela boemia, pela forte “comunidade judaica” e endereço privilegiado de militantes de diferentes gerações e “matizes ideológicas”. Tais elementos foram analisados no capítulo anterior.

“o colégio me mudou completamente, eu comecei a ler desvairadamente. Nós tínhamos um professor de literatura que era fantástico (...). Enfim, aí me abriu os horizontes de toda essa parte de cultura mesmo, então fazia parte do jogral da escola, fiz parte do coral da escola, também cantei no coral da faculdade de filosofia anos depois e lia tudo né. Comecei a ir no teatro, cinema, participava. O cinema naquela época era uma descoberta, nós íamos ao cinema depois fazíamos debates sobre os filmes e tinham os especialistas em cinema e tal o Jefferson de Barros, o Enéas, enfim.” (Entrevista com Sônia Pilla)

“eu fui pros Estados Unidos eu tava no Julio de Castilhos, começando o científico. E fui com um monte de livros do Sartre, eu lia aquilo... um mundo intelectual muito rico e de experiências históricas que tavam sendo vividas que eu não tinha conhecimento e que eu fui aprender. O dia que eu cheguei nos Estados Unidos foi a coisa mais engraçada a coincidência, dois dias depois que eu cheguei, eu cheguei em agosto de 63 por aí teve a marcha pelos direitos civis em Washington que foi a maior marcha, a maior manifestação de negros que fizeram na história dos Estados Unidos naquele momento e eu assisti pela televisão. Eu fiquei assim emocionadíssima com aquele negócio tão grande, tão forte e tinha uma cantora que cantou nesta manifestação que eu conhecia muito de casa, porque o pai gostava muito de música e compra discos e nos fazia escutar e gostava muito de tudo que era música, ópera, jazz, ele só não gostava de música brasileira”. (Entrevista com Maria Regina Pilla)

“Então voltando aqui a matriz, digamos assim, política, cultural, estamos falando digamos assim, vamos dizer, a partir dos anos 50, quando eu já tenho 7 anos. Eu tenho uma casa com os melhores livros e muitos, com muita música, e tanto a melhor da época, popular, quanto musica clássica e discos antigos, e também revistas assim (...). Então eu vou crescer num espaço onde tem música, onde tem um imaginário incentivado naqueles termos né (...). Então no meu caso eu acho que é isto, as minhas fontes digamos estão na fecundíssima experiência no colégio Aplicação. Ali é direto, é ligação direta entende com a cultura, com a literatura de forma clara, não eram leituras aleatórias, uma boa abordagem da história e da sua complexidade, portanto o abandono duma visão histórica ingênua, isso não tem preço como ganho assim.(Entrevista com Koutzii)

“A gente tinha, eu acho que nós tivemos uma militância assim que era muito abrangente, que fazia a atividade política, a gente estudava e estudava muito e participava dos movimentos artísticos, quer dizer, não é gratuito o fato de a gente ter o teatro de equipe aqui no Rio Grande do Sul, o cinema novo, entende? O teatro de Arena... Então a gente tinha essa visão mais ampla da questão política que não era só a política em si, mas que a arte influía na mudança do mundo, que as nossas leituras eram importantes, era importante ler e não só ler teoria. (...) Líamos e discutíamos, umas quantas vezes nós fizemos, nós fizemos discussões... Bossa nova, nós fizemos debates sobre bossa nova, debates na faculdade sobre bossa nova, na faculdade de Filosofia e na faculdade de Direito. Então a gente participava culturalmente da vida da cidade. (Entrevista Luiz Paulo Pilla Vares).

Como foi sublinhado no último fragmento apresentado acima, tais formações e informações teriam definido a concepção de “política” do “grupo” e as modalidades de atuação priorizadas com o ingresso na universidade no romper dos anos sessenta, assim como os posicionamentos pautados pela afirmação do reconhecimento “intelectual”.

Flávio Koutzii entrou na universidade no início de 1963, em abril passou a integrar o PCB e em outubro do mesmo ano foi eleito presidente do Diretório de Estudante da Faculdade de Filosofia. Ele demarca:

“eu sou eleito presidente do centro acadêmico da filosofia, o mesmo que o André [Forster] presidiu num momento e que o Clóvis Paim Grivot, de outra geração... Bom, era um centro acadêmico de altíssimo prestígio da filosofia e tal, o centro político eminente. Então no primeiro ano, identificado como militante do partido, PCB né, faço a minha campanha como tal, e ganho a eleição do Enio Squeff⁵¹, que hoje é um crítico de arte muito importante que eu encontrei esses dias na redação de um jornal. Ele era da AP (...) a disputa era entre o cara do PC e o cara da AP” (Entrevista com Flávio Koutzii).

Em 1965 Koutzii teria concorrido, sem êxito, à presidência do DCE/UFRGS. Nos depoimentos, não foram priorizadas a descrição de mobilizações estudantis naquele período, sendo que a ênfase mais freqüente foi concernente a realização de reuniões e as “agitações culturais” já mencionadas. Da mesma forma, nos outros tipos de materiais examinados não foram encontradas referências à participação dos militantes em manifestações, protestos, etc. A alusão mais contundente diz respeito à iniciativa de romper com o PCB, organizar a “Dissidência” e constituir o POC.

Os “gostos culturais” são restabelecidos como forma de justificação dos posicionamentos assumidos nas disputas pelas modalidades eficazes de “luta” durante o “regime militar”, de condução da “revolução socialista” e as “estratégias” e “táticas” mais adequadas, assim se constituem como fundamentos do fator distintivo das tomadas de posição adotadas. As passagens que seguem realçam os trunfos “intelectuais” dos protagonistas e a ênfase no caráter “teórico” ou “propagandista” das intervenções partidárias em detrimento das “ações armadas” em pauta naquele momento:

“O POC não era um partido que tivesse se encaminhando pra esse lado da luta armada, era mais propagandista, tinha boas teses, escrevia belos documentos, fazia brilhantes análises do país, do que tava acontecendo, mas não tava inclinado à luta armada, essa é a verdade, né, É claro que depois podem contar mil versões disso, mas era assim...” (Maria Regina Pilla Vares)

⁵¹ Enio Squeff nasceu em Porto Alegre (RS) e vive em São Paulo há mais de trinta anos. É jornalista, pintor e crítico de música e artes plásticas. Ele próprio é artista plástico e autor de vários livros como: “Vila Madalena: crônica e história sentimental”; “O nacional e o popular na música (em co-autoria com José Miguel Wisnik), A música na Revolução Francesa e A origem dos nomes dos municípios de São Paulo”. Foi editor da página de arte do jornal “O Estado de São Paulo” e editorialista do jornal “A Folha de São Paulo”. Fontes: sites www.amigosdolivro.com.br e www.squeff.com

“nós tínhamos sim uma carga intelectual. E eu não acho isso nenhuma vergonha... Acho uma qualidade que a gente tinha. Foi muito importante a nossa posição... O Lula até hoje goza com a gente: ‘ah não, vocês são os intelectuais...’” (Luiz Paulo Pilla Vares).

“a solidificação da POLOP, caras muito importantes, intelectualmente muito influentes né, construíram um grupo e que era um grupo sofisticado, que eu digo, porque era um grupo doutrinariamente anti-stalinista, que já era um grande progresso, e era também anti-trotskista. (...) Esse é um enorme patrimônio, porque muitos de nossos companheiros de geração faziam opções mais radicais, rompiam com o PC, iam pra grupos mais vanguardistas, de ação direta e tal, mas digamos o edifício teórico deles era meio remendo. Um fio que une assim o fato de que nós tenhamos escolhido a POLOP e não outro grupo, e por outro lado, sejamos também tido naquele momento uma certa liderança, com um certo nível intelectual, né?!”. (entrevista com Flávio Koutzii).

O Partido Operário Comunista foi constituído, então, por volta de 1966 a partir da fusão entre uma dissidência da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (a ORM-POLOP) e a “dissidência do PCB” gaúcho (a “Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul”). Por isso o POC, no Rio Grande do Sul, teve muita força durante um determinado período. A passagem abaixo foi extraída do “documento” de junho de 1968 intitulado “Por uma prática partidária”, produzido com base na “resolução do Comitê Nacional”:

“2 – Nunca demos ouvidos àqueles (a maioria) que, em nome de uma prática qualquer, investiam contra o esclarecimento das posições teóricas, ou contra as próprias posições teóricas, o famoso ‘não basta ter razão..’ que, lançado em nome de uma prática duvidosa, mal escondia o oportunismo dos que escolhiam um caminho irracional (do ponto de vista marxista) ou acabavam não tendo prática nenhuma. Sabemos que uma premissa mínima para uma atividade revolucionária é ‘ter razão’ e isto só pode ser obtido através da aplicação consciente do marxismo-leninismo. Mas sabemos também que isto só representa uma face da moeda. A linha proletária não se limita à elaboração de posições revolucionárias, dela faz parte inseparável a colocação em prática das premissas teóricas. E neste aspecto estamos atrasados” (Apud Aarão Reis Filho e Ferreira de Sá, 1985:181).

Em texto sobre o POC publicado no jornal “Em Tempo” dentro da série sobre a “história das esquerdas no Brasil”, Marco Aurélio Garcia sublinhou que, apesar de apresentar-se como o Partido Operário Comunista, não conseguiu “conduzir ou capitalizar as explosões operárias e populares” que ocorreram no centro do país, simbolizada nas “greves de Osasco e Contagem e pela manifestação do primeiro de maio em São Paulo”. Nas suas palavras:

“a exigüidade do projeto do POC, apesar dos 700 a 800 militantes que teve em sete estados do País no período 68/69, somado a inconsistência de sua formulação tática e, especialmente, a incapacidade que evidenciava de construir uma base operária, contribuiu para que um malestar se produzisse no interior de suas fileiras. Ao lado de um setor mais conservador, que não consegue opor aos desafios da realidade outra coisa que teses estratégicas, se constituiu uma corrente que vê no ‘enfretamento das tarefas militares’ a solução para os impasses que começavam a manifestar-se” (“Em Tempo”, outubro de 1979:13).

Segundo Marco Aurélio, o final de 1969 seria marcado pela constituição de duas tendências internas à “organização”, uma que defendia o “recoo em direção a um trabalho operário de base” e outra a favor de uma “linha sindical” que a aproximava da “organização” VAR-Palmares. O resultado disso teria sido um racha que levou uma parte dos ativistas para a reconstituição da POLOP e a parte restante não teria conseguido uma coesão suficiente para dar continuidade à organização o que conduziu à constituição, em Paris, da tendência “Combate do POC”, vinculada à IV Internacional. As lideranças gaúchas mencionadas que estiveram em Paris foram o próprio Marco Aurélio, Flávio Koutzii e Maria Regina Pilla. Além desses, saíram do RS no mesmo período, Luiz Paulo Pilla Vares, Sônia Pilla e Fábio Oscar Marengo dos Santos.

Este último foi referido por alguns entrevistados como um “homem do partido”, “homem da organização”, para as “questões internas”. Ele chegou a se constituir numa espécie de mediador da “Dissidência Marxista-Leninistas” do PCB com algumas estudantes secundaristas, de perfil mais “ativista” e menos “intelectualizado” (tratados na próxima seção) que se desvincularam da mesma porque desejavam “encaminhar diretamente a luta armada”. Em 1970, Fábio Marengo teria participado de uma “ação” em São Paulo (assalto ao banco Itaú-América) e, no mesmo ano, saiu para o exílio no Chile. Além disso, mais tarde foi constituir a dissidência do POC que “reorganizou” a Organização Revolucionária Marxista (ORM), ou POLOP, chegando a fazer parte do seu “Comitê Central” (1979 a 1985). Quando faleceu, em 1995, residia em Curitiba.

Com perfil díspar, Marco Aurélio Garcia combinou uma trajetória acadêmica com a ocupação de altos cargos e conquistou o reconhecimento como um dos principais “intelectuais” do Partido dos Trabalhadores. Formou-se em direito e filosofia pela UFRGS, com Pós-Graduação na França pela EHESS. Quando esteve no Chile, nos anos 70, atuou como professor de História da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Em Paris, além da articulação do POC e dos vínculos com a IV Internacional,

manteve laços com a universidade. No Brasil, foi durante 10 anos Secretário de Relações Internacionais do PT, Secretário de Cultura nos Municípios de Campinas e São Paulo, coordenou o programa de governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva nas eleições de 1994 e 98, é professor licenciado do Departamento de História da Unicamp e, de desde janeiro de 2003 é Assessor especial de Política Externa da Presidência da República.

No período compreendido entre a constituição da “dissidência” e a fundação do POC, outros militantes adquiriram destaque, entre eles Luiz Coronel (ver capítulo anterior) e Raul Pont.

Durante o tempo em que aqueles “dirigentes” (Koutzii, Marco Aurélio e Pilla Vares) se afastaram do cenário gaúcho (anos setenta), é, contudo em torno da liderança de Raul Pont que o POC e posteriormente a Tendência Socialista vão gravitar. A atuação do mesmo no “grupo da economia” e a inserção no IEPES e no Setor Jovem tornaram-se trunfos relevantes para a conquista de espaços no âmbito institucional e na construção do PT local.

Raul Pont assumiu, então, a manutenção dos vínculos inaugurais, inscreveu-se na mesma “genealogia” dos “fundadores do POC” e se apresenta como o elo entre a “geração” dos anos sessenta e a “geração” estreada nos setenta:

“essa turma nova da economia não tinham passado por essa experiência, bem, nós mantínhamos uma ligação com o pessoal que militou conosco e que tava fora, tipo o Koutzii que tava fora do Brasil, tava exilado na Argentina, o Marco Aurélio Garcia, o Emir Sader, o Éder que faleceu... Porque todos nós tínhamos sido do POC, o Partido Operário Comunista nos anos 60, a maioria saíram pro exílio, muitos foram presos... bem, nos conhecíamos pessoalmente, tínhamos uma confiança grande uns nos outros, sabíamos que estávamos no mesmo barco ainda que estávamos separados né, temporariamente por razões da repressão. Então a gente mantinha o contato, procurava saber o quê que um tava fazendo, o quê que os outros tavam pensando, e isto havia uma interação, uma influência grande. E aqui a gente tinha um pequeno grupo que, ‘olha, vamos resistir, vamos juntar os pedaços, juntar o que sobrou’. Então essas pessoas que a gente começava a atrair prum espaço em que... todo mundo não queria se meter abertamente num negócio complicado, numa organização clandestina que sabia que a repressão, que as conseqüências poderiam ser duras”. (Entrevista com Raul Pont)

Idéia esta reforçada, inclusive, nos empreendimentos de inserção e trânsito em diferentes domínios, possibilitado pela detenção de trunfos calcados na administração de laços de relações com agentes provenientes de diversos meios.

Raul Pont, que freqüentava as faculdades de economia e história da UFRGS, investia nas intervenções no meio estudantil mediante a mobilização de um “grupo de pessoas” dedicadas à disputa de espaços no âmbito universitário e que acabaram o acompanhando nos deslocamentos posteriores.

“eu tava num grupo com outras pessoas que já vínhamos com algum grau de sintonia, de organização da universidade, mas que isso não era... não se expressava publicamente até por questão de segurança né, nós tínhamos um pequeno grupinho que atuava na universidade, que agia nos centros acadêmicos, ajudava né, lá na filosofia, na economia, na arquitetura, na agronomia, um grupo de que tinha lá uma tendência estudantil, uma corrente no meio dos estudantes, que se chamava ‘Nova Proposta’ na época e que era um pequeno grupo e que tinha reuniões, digamos, reservadas, discretas. Nós tínhamos uma pequena coordenação, uma direção, discutíamos o que íamos fazer e além do trabalho na universidade decidimos trabalhar no IEPES”. (entrevista com Raul Pont).

No movimento estudantil, Raul Pont foi um dos principais organizadores do Movimento Universidade Crítica (MUC) que teria sido “o braço dentro da universidade do POC” e também da “corrente estudantil” “Nova Proposta”. O mesmo se apresentou como uma chapa para disputar as eleições do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que seria constituída basicamente de “novos militantes”, isto é, estudantes universitários sem identificações políticas prévias, à exceção de Pont. Uma das principais lideranças estudantis na primeira metade dos anos setenta demarca o que seriam as principais características do “grupo”, ressaltando a busca pela “construção de um projeto revolucionário”:

“(...) um grupo muito diversificado, onde se lia tudo, não tinha nada pré-amarrado assim: ‘olha, a nossa linha é essa’, não, não tinha, a nossa leitura era uma leitura variada (...). Nós produzíamos a nossa linha, nós não tínhamos nenhuma filiação, relação com outros grupos no país, uma ressalva que pode ser feito disso que, por exemplo, o mais antigo no nosso grupo era o Raul. (...) O nosso projeto era construir uma organização revolucionária, esse era o nosso projeto, a nossa leitura a gente ia lá buscar em Lênin, e essa turma toda aí, lá nos clássicos, mas não tinha nenhuma filiação a organizações e partidos existentes, mas o projeto era construir uma organização revolucionária”. (Entrevista com Paulo D’Ávila).

Nos anos setenta, divergências entre os militantes da “Nova Proposta” teriam resultado na sua divisão nas correntes chamadas “Peleia” e “Manifesto”, sendo que os membros da primeira mantiveram-se ligados à liderança de Raul Pont e vão acabar constituindo a “Tendência Socialista” no MDB e, mais tarde, a Democracia Socialista no

PT. As entrevistas com militantes desse período sublinharam a “organicidade” e “capacidade de mobilização” do grupo “NP”, que teria se refletido na conquista de diretórios acadêmicos e do DCE, em maio de 1976, com Renato de Oliveira (então estudante de ciências sociais, que nos últimos anos ocupou a presidência da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul e a Secretaria de Ciência e Tecnologia no Rio Grande do Sul do governo Olívio Dutra).

Na passagem abaixo, Paulo D’Ávila aponta alguns parâmetros que pautavam a atuação daqueles estudantes dentro da universidade e a perspectiva de ultrapassar a inserção naquele domínio:

“Então nós tínhamos todo um repertório pra questão da universidade, que era a crítica, nós tínhamos que discutir a ideologia que tinha na universidade, a universidade nós tínhamos que pegar ela e analisá-la criticamente. (...) Qual era a percepção que nós tínhamos: que o ambiente da universidade era muito restrito, que nós tínhamos que dar o passo da universidade e ir pra fora da universidade, esse era o nosso projeto. (...) Nós já tínhamos essa organização dentro da universidade, dentro do movimento estudantil e nós começamos a atuar fora, fora do movimento estudantil, buscando espaços de intervenção. (...) Quando dá essa passagem de sair do ambiente do movimento estudantil e buscar espaço lá fora, quem vai fazer essa ponte é o nosso grupo, aí tem que começar a fazer outra relação, dentro MDB”. (Entrevista com Paulo D’Ávila).

Além, então, da atuação no meio estudantil, alguns componentes do “grupo” entraram no Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) visando, conforme enfatizado nos relatos, extrapolar e acumular “espaços de intervenção”. Tal decisão é corroborada por Pont que, neste caso, realça alguns atributos – com especial ênfase na relação com a “geração” dos anos sessenta – que teriam interferido no convite feito por André Forster para que participassem do IEPES no MDB:

“Nós tínhamos uma militância no centro acadêmico né, e eu também tinha contatos e trabalhava lá na filosofia, porque eu também tava terminando o meu curso de História que eu não tinha terminado nenhum dos dois cursos. E conhecia praticamente todo mundo da geração de 64, 65, 66, 67, 68, quer dizer, eu era meio... era alguém que tinha memória desse período. Então o André nos convidou pra se engajar nessa idéia, nessa proposta. Como a gente precisava de uma espécie de guarda-chuva protetor, digamos, de ter um local seguro pra reunir, protegido, um negócio que não ia, não era nenhuma reunião clandestina, fechada, era dentro do poder legislativo, na época (...) Começamos a participar disso e por razões diferentes, o André porque queria fortalecer o MDB, digamos, de criar um núcleo mais à esquerda do MDB, que trabalhasse com ele ou viesse a reforçar, ou viesse criar condições melhores pro trabalho deles, né, ou atrair gente nova pro MDB. Nós porque tínhamos outros interesses, queríamos uma proteção, queríamos uma estrutura pra poder

atuar, e outras pessoas que não tinham muita definição, tavam aí dispostas a fazer alguma coisa.” (Entrevista com Raul Pont).

As aproximações proporcionadas pelo IEPES se refletem na entrada do “grupo” no Setor Jovem Metropolitano, apresentada segundo a mesma lógica de “ocupação de espaços”, contudo com a possibilidade de disputar, e não somente debater, a orientação do MDB no encaminhamento da “luta contra o regime”.

Já na segunda metade dos anos setenta, outra liderança adquiriu notoriedade a partir de suas intervenções vinculadas ao “grupo” liderado por Raul Pont. Tratava-se de José Carlos de Oliveira que, com a entrada daqueles militantes no Setor Jovem Metropolitano (SJM), ocupou o posto de Secretário Geral, quando Marcos Klassmann era o presidente. O desdobramento das relações então estabelecidas e a perspectiva de inserção e afirmação dos agentes foi o “encampamento” da candidatura de Klassmann à vereança em 1976 em aliança com diferentes “forças políticas da juventude emedebista”.

Assim, enquanto no IEPES a liderança reconhecida era a de Raul Pont (o mais “apto”, tendo em vista as “características” dos componentes do instituto), no SJM ela foi atribuída ao “jovem” José Carlos de Oliveira, o “Zezinho”, que acabou se constituiu no mediador do “grupo” com as demais “lideranças jovens” e até mesmo com alguns parlamentares do MDB. Filho de um deputado estadual por mais de uma legislatura e ex-prefeito de São Luiz Gonzaga (Jauri de Oliveira), José Carlos de Oliveira, em Porto Alegre, teria trabalhado nos gabinetes dos deputados Porfírio Peixoto e Américo Coppeti e contava com o “abonamento” da sua “ficha” partidária pelo senador Paulo Brossard.

Quando Marcos Klassmann sai do SJM para candidatar-se à vereança em 1976, José Carlos de Oliveira assumiu o posto de presidente da “juventude emedebista” e, nesta condição, participou das articulações para a formação de uma Tendência Socialista do MDB. Com base nos relatos, podem-se elencar alguns fatores que teriam convergido para o amadurecimento desta iniciativa.

Um deles seria a percepção surgida das avaliações sobre o resultado das eleições de 1976. A vitória de vários candidatos “jovens” revelava a existência de condições propícias para a recepção do “projeto” encarnado pelo “grupo”. Outro seria a “tentativa de golpe”, dentro do SJM, para de “derrubar” José Carlos de Oliveira, que

indicava a necessidade de delimitar outro espaço para potencializar o alcance das suas “iniciativas políticas”. Soma-se a estes, o fato de, por um lado, a maioria dos militantes já não se considerava tão “jovens” a ponto de continuar atuando no “setor” e no movimento estudantil, por outro lado, vislumbrava-se a possibilidade para a formação de um agrupamento a partir dos debates que se multiplicavam sobre a criação de novos partidos.

Concomitantemente à organização da Tendência Socialista no Rio Grande do Sul, se deu a participação de Raul Pont no Conselho editorial do jornal *Em Tempo* de São Paulo. A atuação neste veículo adviria das relações estabelecidas em Campinas com mineiros (que, como ele, estavam fazendo o mestrado na UNICAMP) e que haviam composto a sucursal do jornal *Movimento*. Além disso, havia as ligações entre as “correntes estudantis “Peleia” da UFRGS e “Centelha” da UFMG, os primeiros vinculados à Tendência Socialista e os demais a este “pessoal da sucursal”: “então começamos a aglutinar isso em torno do *Em tempo* (...) tinha uma outra turma em São Paulo aí, os contatos com o pessoal que eu conhecia” (entrevista com Raul Pont).

A proposta de organização da TS, assim, ganhou evidência em 1977, já com o lançamento da candidatura de Américo Copetti para o senado em 1978, na verdade como uma “anticandidatura” frente ao “candidato oficial do partido”, Pedro Simon, objetivando “propagandar as idéias socialistas” (jornal *Movimento*, 5/02/77, p.3). Em maio de 1977, no boletim informativo do SJM foi publicado o posicionamento de Copetti e João Gilberto Lucas Coelho sobre a criação de uma “tendência socialista” no interior do MDB. O título do depoimento do primeiro era: “somente o socialismo é plenamente democrático”, e do segundo: “João Gilberto quer uma solução socialista para o Brasil” (*Luta Contínua*, nº 4). Fragmentos destes depoimentos foram utilizados em matérias do jornal *Movimento*, dedicadas ao debate que ocuparia o centro das atenções das “correntes autênticas do MDB”. E, ainda, os posicionamentos da liderança sindical em ascensão (“Lula”), adquiriam acolhida pelas “lideranças socialistas gaúchas” que demarcavam seu espaço distanciando-se da “tradição trabalhista” presente no Rio Grande do Sul.

Fundada no sul a Tendência Socialista



Fonte: *Em tempo*, novembro de 1978, p.02

Em julho de 1978, o SJM lançou um “Projeto de Construção e Programa” para a Tendência Socialista, que se dividia em quatro itens: “I) condições estruturais do país, II) a conjuntura política atual, III) a construção da TS, IV) plataformas de lutas da TS. Em setembro deste mesmo ano circulou o primeiro boletim informativo da TS e um documento sobre as “Proposições Básicas para a construção de um partido socialista, democrático e popular” que se constitui “em uma síntese elaborada pelos núcleos de socialistas que em São Paulo estão debatendo e propondo a criação de um PS no Brasil”. Em outubro de 1978, o SJM promoveu o “Comício da oposição popular”. Segundo matéria publicada no jornal *Em Tempo*, este “foi considerado por todos os oradores o mais significativo comício realizado na cidade desde 66”. Os oradores eram José Carlos Oliveira (apresentado como presidente do SJM e membro da TS), Américo Coppeti (então deputado estadual e vinculado à TS), Roque Steffen, André Forster, Porfírio Peixoto, Lélío Souza, Fernando do Canto, além de Pedro Simon e Paulo Brossard (*Em Tempo*, 6/8/78:02). No

dia 22 do corrente realizou-se em Porto Alegre a convenção estadual de fundação da Tendência Socialista.

Como “tendência oficial” do MDB, o “grupo” se engajou na campanha eleitoral de 1978. Américo Copetti⁵² concorreu à reeleição como o candidato da TS, disputando a preferência dos “esquerdistas gaúchos” com André Forster, apoiado pelo “pessoal de Santa Maria” liderados por Adelmo e Tarso Genro (que também participavam do movimento pela não demarcação de “tendências internas ao MDB” sob pena de enfraquecê-lo como “frente democrática”) e de alguns “jovens trabalhistas” (principalmente aqueles originários do “grupo” constituído no colégio Júlio de Castilhos chamado de “Brancaleones”). Sobre os “projetos de sociedade” em pauta, o primeiro defendia a condução “imediate para o socialismo”, ao passo que o último sustentava o cumprimento da “etapa democrática”.

Apesar de já ser deputado, a identificação de Copetti seria, pois, fundada na sua auto-definição como socialista. Entre os candidatos tidos como “mais à esquerda do MDB gaúcho”, Copetti foi o único que alcança uma cadeira na Assembléia Legislativa, sua votação foi de 16.630 votos. Os outros dois candidatos identificados com a “esquerda” do MDB obtiveram expressivas votações: André Forster (16334 votos) e Roque Steffen (8844 votos).

As divisões nessa campanha não impediram que os militantes viessem a atuar em consonância em 1979 com a organização de uma chapa para concorrer ao diretório municipal do MDB. O “eixo programático central” da “Frente das Oposições pela Organização dos Trabalhadores” era:

“a combinação da unidade de todas as oposições no combate à ditadura militar e a defesa de organização independente dos trabalhadores e setores populares. Desta forma, nosso programa assume bandeiras de luta que hoje unificam as oposições ao regime militar e a defesa da organização autônoma dos trabalhadores e setores populares tanto no plano político como no plano social”.

⁵² Américo Copetti é advogado e bancário (funcionário do Banco do Brasil) tendo sido líder sindical desta categoria. Foi duas vezes vereador em Novo Hamburgo (região metropolitana de Porto Alegre) e disputou a prefeitura deste município em 1972. Eleito deputado estadual em 1974, reelegeu-se em 1978, sendo o candidato oficial da Tendência Socialista do MDB no RS. Concorreu novamente à deputado estadual pelo PDT em 1982 e não conseguiu se eleger. Em 1990 é candidato à suplente de senador pelo PDT.

O Documento é assinado por José Carlos de Oliveira, André Forster, Firmo Rodrigues da Trindade e João Carlos Brum Torres e, nos nomes apresentados para compor o “diretório metropolitano”, os “delegados à convenção regional” e os “suplentes”, predominam os militantes que foram constituir o PT logo no início da reorganização partidária, seguidos pelos que fizeram esta adesão nos anos oitenta e, em menor frequência, aqueles que compuseram de imediato o PMDB como, por exemplo, André Forster, João Carlos Brum Torres, Pedro Bisch Neto e Cristiano Tatch. Cabe ainda mencionar que não foram localizados na lista militantes que aderiram ao PDT no pluripartidarismo, principalmente aqueles identificados com Dilma Roussef e Carlos Araújo como, por exemplo, Marcos Klassmann, Calino Pacheco e Carlos Alberto De Ré, que também atuaram no SJM no mesmo período. Talvez devido ao fato de que a chapa opositora fosse a “trabalhista”.

Como se tem observado nas descrições feitas não há uma continuidade no tempo de perfis, *redes de relações*, prioridades de investimentos e lógicas de intervenção dos agentes. No caso aqui examinado, tal dinâmica de redefinição constante desses termos incide então nas aproximações e distanciamentos que se dão em nome de “afinidades” ou “discordâncias” diversas e se cristalizaram nas diferentes “tendências” que os militantes constituíram no interior do PT, ainda que algumas com relativas “consonâncias” entre si (como é o caso daquela liderada por Flávio Koutzii, a “Esquerda Democrática”, e a comandada por Raul Pont, a Democracia Socialista). Contudo, é possível constatar a necessidade de um trabalho incessante por parte de alguns agentes de construção de coerências e de inscrição em genealogias “organizacionais” como trunfo contundente de sua identificação como detentores de uma “biografia” de militância legítima.

As últimas considerações referem-se a principal liderança apresentada aqui a partir dos anos setenta, Raul Pont, que também acabou se constituindo em porta-voz de uma das questões mais salientadas pelos militantes e que já foi apresentada no encerramento das seções anteriores: trata-se da idéia de “participação popular” e a construção do “Orçamento Participativo”. Para este caso, colaboraram as duas participações de Pont em prefeituras petistas (1993-1996; 1996-2000) como vice-prefeito e prefeito e a dedicação à elaboração de textos como artigos em jornais e livros. Sua reflexão sobre a dita “experiência de Porto Alegre” se faz indiscernivelmente a partir do reconhecimento da sua “formação intelectual” entre os seguidores e mediante a associação

que constrói por meio da gestão como prefeito. Entre os livros por ele publicados sobre o tema, pode-se citar “Democracia, Participação e Cidadania – Uma visão de esquerda” e “Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida – Experiência de Porto Alegre”.

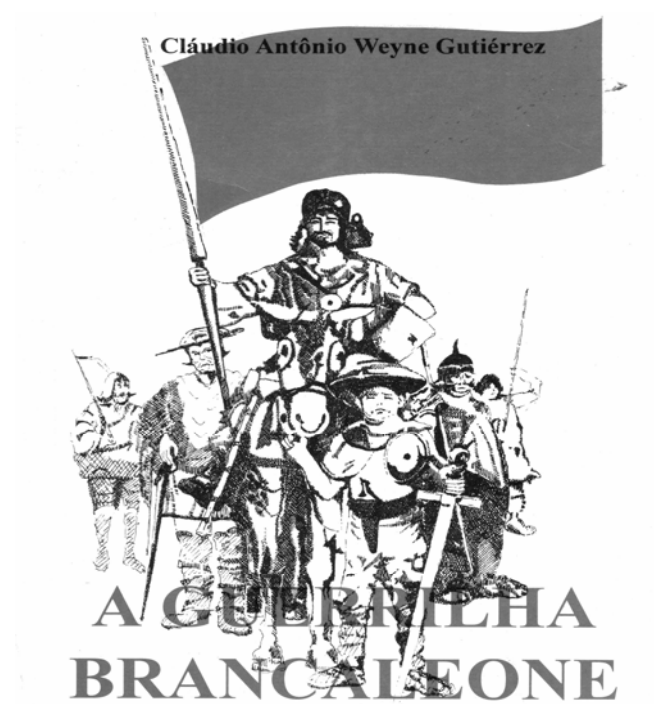
3.4 – “Ativismo”, socialismo e ocupação de cargos: uma seqüência de posicionamentos a partir do “Incrível Exército Brancaleone”

“Os cinemas tinham um papel muito importante em nossas vidas. Quando a militância nos permitia, vivíamos enfiados assistindo a filmes. Foi no cinema Moinhos de Ventos que assistimos ao filme ‘O Incrível Exército Brancaleone’ de Mário Monicelli. Estávamos Nice, Ico, Suzana, Nilton e Cylene e eu. O filme é uma sátira ambientada na época medieval e conta as desventuras de um cavaleiro desastrado, Brancaleone de Norcia, que vai atrás de um reino com grupo de malucos e andrajosos. Como acontecia normalmente, nos encontrávamos com boa parte da esquerda nos cinemas, principalmente nos lançamentos. Encontramos, na saída, com Koutzii e a Sônia. O certo é que a Dissidência, futuro POC, passou a denominar-nos o Exército Brancaleones. No início, ficamos furiosos e comparamos o Koutzii ao Abacuc, personagem do filme que, quando apareciam situações perigosas, se escondia num baú com rodinhas, que puxava com uma corda. Depois, até gostamos do apelido e a letra e música do filme, ‘branca...branca...branca, leon...leon...leon’, se transformaram em nosso grito de guerra”. (Gutierrez, 1999:79).

A passagem acima explicita de forma exemplar um dos elementos primordiais da identificação de um conjunto de militantes tratados nesta seção que percorreram trajetórias em organizações e posicionamentos semelhantes. Trata-se de uma disposição para o “ativismo” e para as “ações armadas” que se sobrepõe aos demais trunfos de afirmação. Assim, indica igualmente uma das distinções consagradas nos enfrentamentos “intra-esquerdistas” dos anos sessenta e início dos setenta no que tange às estratégias de “combate” mais eficazes contra a “ditadura”. Pode-se chamar, sem nenhum conteúdo pejorativo, de “intelectualismo” ou de “ativismo” o conjunto de práticas e discursos centrados, respectivamente, na “elaboração intelectual”, produção de “documentos” e “análises”, variadas formas de “conscientização”, defesa de diferenciadas formas de “expressão cultural” como instrumento de protesto, etc.; em contraposição aqueles conduzidos para a pronta articulação de “ações armadas”, defesa do “foquismo”, formas variadas de “guerrilha urbana”, etc. Em alguns dos movimentos e empreendimentos

descritos nos tópicos precedentes, observou-se mais claramente a ênfase dos primeiros “parâmetros”, ao passo que neste item, o itinerário coletivo dos chamados “Brancaleones” é marcado pelos últimos. E ainda, assim como nos casos anteriores, tais aspectos se relacionam com dados de origem social, de investimentos escolares e círculos de relacionamentos que, por conseguinte, implicam nos destinos profissionais e partidários dos agentes.

Alguns elementos gerais sobre os militantes ora tratados podem ser desde já realçados. Em primeiro lugar, a maioria deles possui uma origem social relativamente baixa, com pais operários, ferroviários, pequenos comerciantes, com inserção sindical e baixa escolaridade. Além disso, comparativamente aos demais militantes analisados anteriormente, estes tendem a possuir menor escolarização ou titulação superior conquistada mais tardiamente (pós-regime militar). No que diz respeito às condições de ingresso na “militância”, apresentam como característica particular a vinculação original ao PCB (inclusive herdada no meio familiar) e o início da atuação no movimento estudantil secundarista. No que se refere à passagem por diferentes “organizações”, a maior parte seguiu um trajeto comum, com destaque às vinculações ao PCB, “Brancaleones”, VAR-Palmares, MDB, PDT e PT.



Capa do livro lançado em 1999.

Na reunião original dos militantes, Luiz Eurico Tejera Lisboa foi o principal “articulador” (no fragmento introdutório é citado pelo apelido: Ico). Ele estudava no colégio Júlio de Castilhos⁵³, havia pertencido à Juventude Estudantil Católica e atuava no PCB quando, em 1965, conheceu Cláudio Gutierrez que fora estudar no mesmo colégio. Ambos passaram a militar juntos e eram as principais lideranças daquela “base secundarista do PCB”, partido que disputava a “hegemonia no Julinho” (considerado um “centro de efervescência do movimento estudantil secundarista”) com a AP, liderada então por José Loguércio.

Referindo-se ao ano de 1966, Gutierrez grifa: “a base do Julinho funcionava como uma célula comunista em qualquer lugar do mundo, segundo o figurino do ‘partido de novo tipo’ idealizado por Vladimir Lênin no início do século” (1990:30).

Ao mesmo tempo, outros militantes, localizados em diferentes municípios do estado, seguiam mais ou menos as mesmas “diretrizes” o que, inclusive, favorecia o encontro entre eles. Em Cachoeira do Sul, Calino Pacheco e Ubiratan de Souza haviam inaugurado sua atuação no movimento estudantil secundarista pós-1964 e concorreram na mesma “chapa” ao “Grêmio” da escola que freqüentavam. Ubiratan, na passagem abaixo, sublinha o contato inicial com os “Brancaleones” e com “velhos comunistas”, bem como busca demonstrar sua “politização” precoce via o acesso a uma “literatura” condizente com suas perspectivas de “militância”:

“o nosso o primeiro contato nosso lá de Cachoeira é com o pessoal dos Brancaleones, e também com o pessoal do Partido Comunista apesar que eram mais velhos que a gente, não era a mesma geração. Então já em Cachoeira a gente já tinha uma politização, já tínhamos lido inclusive uma literatura, como ‘Os 10 dias que abalaram o mundo’ com John Reed, ‘A história da riqueza do homem’ do Léo Huberman, já naquela época né, e depois os livros do Che, ‘O diário da luta’ do Che, ‘A guerra de guerrilhas’ aí também livros do Lênin, do Stalin, do O que fazer”.

⁵³ Esta instituição de ensino fora fundada por professor da Escola Militar do RS, deputado estadual e que chegou a ser Secretário de Obras do RS, Capitão João José Pereira Parobé. Este tivera participação na fundação da Escola de Engenharia em 1896 (gênese da UFRGS), da qual foi diretor por dezessete anos (ele também fundou uma das escolas técnicas mais tradicionais de Porto Alegre) e isso indica o porquê do colégio ter nascido como um Curso Preparatório para a Escola de Engenharia. Em 1900 passa a ser o Ginásio do Rio Grande do Sul para, em 1908 tornar-se o Instituto Ginásial Júlio de Castilhos. Somente em 1979 o “Colégio Júlio de Castilhos” foi instituído por decreto. Nas celebrações, geralmente de aniversário, é grifada a “politização” dos seus alunos e as “personalidades”, principalmente políticas, que passaram pelo “Julinho”.

Em Santa Maria, os irmãos Carlos Alberto e César Augusto Tejera De Ré também estrearam sua inserção nas “contestações estudantis” a partir do “tradicional” colégio Manoel Ribas, onde ambos estudavam. Segundo seus depoimentos, foram impulsionados fundamentalmente pela prisão do pai em 1964, ferroviário e líder sindical, e pelo incentivo do primo Luiz Eurico Tejera de Ré. Carlos Alberto ressalta que este último morou na casa da família por um tempo – “transferido pelo partido” para atuar na “base estudantil” do município – e, nesta oportunidade, teria contribuído tanto na sua “formação política” como no incentivo para que fosse estudar no “Julinho”:

“esse meu primo veio conversar comigo política, começou a me dar as primeiras noções de política. Me recordo que meu irmão brincava dizendo: ‘isso não adianta, isso não dá nada, foi alienado a vida inteira, só quer saber de burro e de carroça...’. Ele também me aconselhou a estudar no Julinho. Diz ele: ‘olha, tem um exame muito rigoroso pra entrar’...na época tinha um exame rigorosíssimo... ‘mas eu vou te dar o nome dum professor (...) que ele vai te ajudar’. O ensino público era interessante. Os ‘cabeças’, as pessoas ‘cabeças’ estudavam no colégio público, os colégios particulares tinham uma coisa assim, o chamado ppp: pai pagou pra passar. Era uns ensinos fáceis de passar, extremamente barbada e o difícil de passar, o ensino rigoroso, o ensino de qualidade era o ensino público e dentro das escolas públicas o Júlio de Castilhos se destacava com notoriedade”. (Entrevista com Carlos Alberto De Ré).

Para César Augusto De Ré, a interferência de Luiz Eurico foi um pouco mais tardia, mas a inserção ocorreu anteriormente. Ele chegou a pertencer a AP e depois se aproximou “do pessoal do PC do B onde o Tarso era uma das lideranças”. Somente com o deslocamento para Porto Alegre, teria se “distanciado” daqueles e se aproximado, junto com o primo, o irmão e outros amigos da “dissidência do PC” que se constituiu em 1967.

Assim como os “irmãos De Ré”, Ubiratan Souza e Calino Pacheco se mudaram para Porto Alegre neste mesmo ano e afirmam que intensificaram suas intervenções a partir desse deslocamento. O primeiro enfatiza que teria sido a oportunidade de “aprofundar a militância aqui [em Porto Alegre] e a literatura também” e o segundo aponta para os principais traços distintivos do “grupo” em formação e das particularidades do movimento secundarista:

“O movimento estudantil rapidamente se radicaliza... esse pessoal do Julinho e de outros colégios, mas que se reunia sempre no Julinho e tal, era o pessoal ultra esquerdista... inclusive na verdade esse grupo vai praticamente formar um grupo a parte, né. Nos apelidaram de ‘O grande exército de Brancaliones’ e nós gostávamos do apelido, aí tu mistura algumas coisas como radicalização política, com juventude, uma porção de coisas e tal e dá um caldo de cultura desse” (Entrevista com Calino Pacheco).

Vários eventos foram referidos como singulares no bojo das mobilizações estudantis ocorridas durante o ano de 1967 e início de 68. Dentre as razões que teriam os desencadeado são citadas: a morte do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro e as mobilizações que gerou; o acordo do MEC com a agência governamental norte-americana USAID que vislumbraria uma reforma no ensino abandonando o “padrão europeu” (estrutura educacional fundada no modelo “clássico” ou “científico”, ensino público gratuito, etc.); as decisões do “governo militar” de reduzir os recursos para o ensino médio e universitário; a falta de vagas para alunos que haviam passado no vestibular; a proibição do funcionamento do DCE da UFRGS; no “Julinho” os alunos se insurgem “contra as normas restritivas” impostas pela direção que proibira o uso de “cabelos compridos” para os homens e de “minissaias” para as mulheres. Por conta dos protestos realizados, o Grêmio do colégio fora fechado e os alunos decidiram reativá-lo “numa barraca na praça em frente ao colégio” (Gutierrez, 1999:32-34).

As “manifestações estudantis” repercutiram igualmente nas tomadas de posição frente ao PC que, nessa conjuntura, não estaria correspondendo às aspirações e inspirações revolucionárias dos adeptos. Como já foi aludido, O VI Congresso do partido ocorrido nesse ano teria sido o marco do rompimento das “bases estudantis” que constituíram “dissidências” em vários estados. César De Ré, que havia chegado naquele mesmo ano em Porto Alegre com a família (os pais compraram um “comércio de miudezas” na capital com a herança deixada por uma avó), frisou a sua colaboração para que Luiz Eurico participasse do Congresso:

“embora eu nunca tivesse militado no PC, quando chego em Porto Alegre eu me aproximo do pessoal da dissidência por influência do Eurico.. Eu ajudei, viajei pelo Rio Grande do Sul retomando contatos pra ele poder ser eleito como delegado no congresso do PC . Eu conhecia, fruto da relação com o meu pai e tal e coisa, velhos comunistas em Alegrete, Santa Maria, etc.” (Entrevista com César Augusto De Ré)

Havia dissidentes universitários e secundaristas. Os primeiros (entre os quais as principais lideranças eram Flávio Koutzii, Luiz Paulo Pilla Vares e Marco Aurélio Garcia) assumiram ou afirmaram-se no comando da “Dissidência” (como pode ser observado na seção anterior). Portanto, mais que uma ação de rompimento, a “dissidência do PC” acabou afirmando-se mesmo como uma “organização”, ainda que provisória, a ponto de produzir sua própria “dissidência” (por expulsão ou rompimento, conforme diferentes versões). Nesta encontravam-se os “secundaristas”, particularmente os “Brancaleones”, que acabaram sendo chamados “dissidentes” da “dissidência”, mas não deixavam, obviamente, de serem “dissidentes” do PCB⁵⁴.

Os motivos da divisão declarados foram a defesa da articulação imediata da “guerrilha rural” ou do “foquismo” e a oposição dos “Brancaleones” à aproximação feita com uma parcela de militantes “dissidentes” da POLOP (localizados basicamente em Minas Gerais). Todavia, observa-se que sob as disputas mais “programáticas” havia diferenças de disposições, de “gerações” e de *redes de relações* que se traduzia também em “estilos de atuação” e em “rótulos”:

“Nós fomos expulsos da dissidência do Partido Comunista por sermos muito esquerdistas e porra-loucas... enfim, por conta da pregação sistemática de se criar a estrutura para se desenvolver a luta armada. Nós éramos extremamente foquistas” (Entrevista com César Augusto De Ré).

“Enfrentávamos no debate o Fabinho [Fábio Marengo dos Santos] e o Wladimir Ungaretti, que defendiam a linha da Dissidência e a aproximação com a POLOP. A verdade é que nossas posições não seriam abaladas pelas intervenções – as amizades um pouco – por mais articuladas e fundamentadas que fossem. Queríamos organizar o foco e éramos ampla maioria, unidos por laços de idéias e, principalmente, de afetos”. (Gutierrez, 1999:56).

Um dos episódios que demonstraria a divergência de posicionamentos entre as duas “alas” de “dissidentes” foi o assalto conduzido por Cláudio Gutierrez e Eurico Tejera à casa de um coronel, pai de uma amiga (colega de militância e de escola). O militar morava no mesmo prédio de Marcos Faerman (membro da “direção da Dissidência” e posteriormente ligado ao POC) e no qual os pais de Luiz Eurico, o Ico, haviam comprado um apartamento. Apesar da tentativa de impedimento por parte da “direção” (notadamente de Faerman), levaram a cabo a “ação”, mas ficaram “decepcionados” com o resultado, pois

⁵⁴ A “filiação original” ao PCB é fonte de disputas e perpetua-se nas genealogias produzidas acerca das organizações e seus “troncos”. É assim ativada como critério de identificação à chamada “matriz”, assim como ocorre com a AP já tratada anteriormente.

apenas conseguiram um armamento que era, de certo modo, obsoleto. Os dirigentes da “Dissidência” teriam reagido negativamente à iniciativa, aconselhando-os que fossem para São Paulo. Gutierrez narra a conversa com Flávio Koutzii depois do assalto:

“Fomos novamente procurados pela Dissidência. Flávio Koutzii, num Fuca branco que tinha na época, nos fez uma longa preleção sobre a questão da luta armada e sobre a responsabilidade do dirigente em um processo em que muitos jovens morreriam, como já acontecia em outros países da América Latina. Sempre me lembrei desta conversa como premonitória. O Flávio viveria, alguns anos depois, o drama argentino... A Dissidência nos pedia que saíssemos da Cidade por um tempo. Ofereciam passagens e a casa de companheiros em São Paulo, mas devíamos entregar as armas. Não entregamos as armas, mas aceitamos a ida a São Paulo. Queríamos fazer contato com os grupos que estavam organizando a guerrilha em São Paulo e no Rio ”. (Gutierrez, 1999:59).

Assim, Gutierrez e Eurico foram para São Paulo no início de 1968 e teriam aproveitado para fazer “contatos” com integrantes de “organizações” de “luta armada” como a VPR e ALN. Quando retornaram, tentaram, sem sucesso, articular um “foco de guerrilha” na fazenda de amigos no Mato Grosso.

Em fevereiro de 1968, os “Brancaleones” participaram da direção da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas (UGES) presidida por Luis Andréa Fávero, o que lhes permitiu inscrever-se nas mobilizações estudantis “mundiais” ocorridas naquele ano e reivindicar o “papel histórico” para a “juventude” e, por este intermédio, buscar o reconhecimento do seu próprio “papel”. Abaixo, trechos da “Declaração de Princípios do Movimento Secundarista” elaborada por Luiz Eurico, Nilton Rosa, Cláudio Gutierrez e Luiz Andréa Fávero em ocasião do Congresso da UGES realizado em julho de 1968:

Das barricadas do Quartier, em Paris, às avenidas de Roma; de Ancara, na Turquia, à Londres aristocrática; dos Estados Unidos capitalista à Iugoslávia socialista; de Tóquio, no Oriente, a Berlim Ocidental; da China Popular ao Calabouço na Guanabara; de leste a Oeste; dos países desenvolvidos aos povos oprimidos do Terceiro Mundo, a juventude contemporânea alcança sua unidade política e sua expressão histórica na luta por uma ordem socioeconômica mais humana, por uma mais equitativa distribuição de riquezas e oportunidades, pela preservação da Democracia e da Paz...

DENUNCIAMOS a farsa demagógica das tiranias que oprimem, silenciam pela violência, exploram, suprimem as Liberdades em nome dos interesses do povo, para melhor esmagá-lo e sugar-lhe as últimas energias;

CONCLAMAMOS o sangue jovem da América Latina a se fazer presente na História, unindo mais uma vez os povos irmãos deste Continente, na II Guerra da Independência;

PROCLAMAMOS que é tarefa desta geração construir dos Andes ao Atlântico, da Patagônia às águas ensangüentadas do Rio Grande, uma América Livre, unida e do Povo. (apud Gutierrez, 1999:71-72).

As atividades e eventos promovidos a partir da inserção na UGES durante o ano de 1968 são vistas, em ocasião dos relatos oferecidos pelos agentes, como desprovidas do impacto “revolucionário” almejado e ao movimento estudantil é imputado um arrefecimento que instigava os militantes a buscarem formas mais contundentes de atuação. Adiciona-se a isso que a promulgação do Ato Institucional número 5 no final do ano, a um só golpe, ratificava o “fechamento político” do regime, com disponibilidade para uso dos mecanismos necessários para manter-se, e reforçava, para alguns militantes, a adoção da via clandestina e armada como única opção plausível e eficaz.

Para os “Brancaleones”, o ano de 1969 foi marcado por redefinições “organizacionais” que resultaram na sua relativa dispersão, ao menos em termos de lugares a partir dos quais desenvolviam suas intervenções:

“Nossa crise, a dos Brancaleones, era profunda. Sem capacidade operacional, sem inserção política, inviabilizávamos-nos como organização. (...). O movimento estudantil em geral estava em refluxo. Sobrevivíamos, como modernamente denominaríamos, como uma ‘tribo’, queríamos e compartilhávamos um mesmo conjunto de valores e símbolos. Numa reunião, em abril, consolidamos nossa divisão”. (Gutierrez, 1999:87).

Sendo necessário frisar que, mesmo sendo eventualmente diversas, as “organizações” as quais adentravam tinham sempre a característica de privilegiar as “ações armadas” na “luta contra a ditadura”. A ALN, a VPR e a VAR-Palmares foram as principais “organizações armadas” por eles eleitas e eram as que se destacavam nacionalmente pelas “ações revolucionárias” que promoviam. Somente no tocante a 1969, sobre a ALN pode-se referir os títulos de documentos produzidos: “‘Sobre os princípios e as questões estratégicas’, ‘O minimanual do guerrilheiro urbano’, ‘As perspectivas da revolução brasileira’, ‘Operações e táticas guerrilheiras’” (Aarão Reis Filho e Ferreira de Sá, 1985: 207). A passagem abaixo se refere ao “documento”: “O papel da ação revolucionária na organização”, de maio do mesmo ano, em que sintetizam os alvos da “guerrilha urbana” e da “guerrilha rural”:

“Iniciamos a guerra revolucionária com a guerrilha urbana marchando lenta, mas sistematicamente, atacando os interesses dos grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, levando a insegurança e a incerteza às classes dominantes, desgastando e desmoralizando as forças militares dos gorilas.

Da área urbana passaremos à luta armada direta contra os latifundiários, através da guerrilha rural. Da aliança armada de operários e camponeses com estudantes, através da guerrilha móvel no campo, cruzando o interior do Brasil em todas as direções chegaremos ao exército revolucionário de libertação nacional e ao confronto com o exército convencional da ditadura militar” (Idem:220).

Sobre a VPR, Aarão Reis Filho e Ferreira de Sá (1985) apontam que esta teria ficado “conhecida por uma série de ações de caráter espetacular”, destacando a “expropriação de armas no quartel do 4º Regimento de Infantaria de São Paulo, quando o capitão Lamarca abandonaria o exército”; a “expropriação da caixinha do ex-governador Ademar de Barros”, em 1969; a configuração de um “campo de treinamento guerrilheiro no Vale da Ribeira”; e a articulação dos “seqüestros do cônsul japonês em São Paulo (março) e dos embaixadores alemão (com a ALN) e suíço (junho e dezembro), trocados pelas vidas de 115 militantes presos”, em 1970, (1985:222-223). Vale ainda citar alguns dos pontos do “documento”: “A vanguarda armada e as massas na primeira fase da revolução”, de junho de 1969: “A relação massa-vanguarda armada na guerrilha rural” (idem:229-230); “A relação massa-vanguarda armada na guerrilha tática” (idem 230-232); e a “A relação massa-vanguarda armada na luta urbana”, que se desdobra nos subitens: “1 – A presença física junto às massas (enquadramento)”, “2- A presença política junto às massas”; e “3 – A presença junto à vanguarda” (idem 232-244).

E, finalmente, no tocante à VAR-Palmares, no “Programa” de setembro de 1969 foram definidos os seguintes posicionamentos “revolucionários”:

“A *Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares* situa-se no quadro da esquerda revolucionária no Brasil, quadro este condicionado pelo estágio atual do desenvolvimento da luta de classes em nosso país, que não gerou ainda as condições para o surgimento do Partido Revolucionário do Proletariado – que não se confunde com as organizações burocráticas e desligadas das massas que se auto-intitulam partidos.

A *Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares*, como organização partidária político-militar, constitui-se na vanguarda socialista que, orientada pela ciência e pelo método do marxismo-leninismo, enriquecidos teórica e praticamente pelo movimento revolucionário de todo mundo, propõe-se a lutar pela revolução proletária e pela implantação do Socialismo no Brasil.

Compreendendo a atual correlação de forças e o impasse em que se encontram as massas e a esquerda revolucionária frente ao imperialismo e à ditadura burguesa instalada no país, a Var Palmares define como sua tarefa fundamental a organização, preparação e

desencadeamento da Guerra de Guerrilhas, combinando as formas regulares e irregulares de luta”. (idem:275, grifos no original).

A conexão mais decisiva para os “Brancaleones” se deu a partir da liderança de Carlos Araújo, um advogado trabalhista, com forte inserção sindical, que fora, desde a década de cinquenta, ligado ao PCB (assim como seu pai e irmãos que tinham a mesma formação e atuação profissional e política). Com trânsito nacional significativo, ele reuniu militantes provenientes de diferentes meios, sendo que a característica mais comum entre eles era a detenção ou reivindicação de uma origem “operária” ou nas “classes trabalhadoras”. Cabe notar que Araújo acabou promovendo a reunião dos “dissidentes” secundaristas do PC com a outra parcela dos “dissidentes” da POLOP de Minas Gerais que não participaram da fundação do POC (“organização” fundada pelos “dissidentes” universitários do PC gaúcho com uma parcela de “dissidentes” da POLOP de Minas, ao qual “os Brancaleones” teriam se oposto).

A POLOP era considerada uma “organização” em que predominavam “jovens intelectuais dos meios universitários e jornalísticos” (Mattos, 2002:185) que teria se dividido justamente pela dificuldade em conciliar uma “função de consciência crítica” com a “urgência” que o “golpe militar” impôs de “passar à ação imediata” e à “admissão do foco guerrilheiro como primeira tarefa política”, cujo desenlace foi a formação de dissidências (Gorender, 1987:127). O Congresso de 1967 teria sido o marco da saída dos “setores foquistas mais impacientes”, sendo que o restante dos seus membros teria, em 1968, se associado à “Dissidência Leninista” do Rio Grande do Sul para constituir o POC que, para Gorender (idem:129): “apesar da sigla, a nova organização era pouco operária e muito estudantil e intelectual. Retomou posições estritamente obreiristas, sem concretizar o projeto de atuação efetiva dos trabalhadores”. Assim, a outra parcela significativa da POLOP formou o Comando de Libertação Nacional (COLINA) que, em julho de 1969, funde-se com integrantes da VPR para constituir a VAR- Palmares “em homenagem ao maior quilombo da história da escravidão”, com Araújo pertencendo a sua direção.

Observa-se, pois, que o realinhamento entre as organizações obedecia a certa afinidade entre os militantes tanto no tocante à disposição para a “ação” ou para “elaboração”, que se traduzia na disputa pela maior ou menor “eficácia” na condução da “luta revolucionária”, como no concernente aos meios sociais de proveniência (vindos de

meios universitários “intelectualizados” ou “operários”, “sindicais”, “nacionalistas”, etc.). A indicação de Gorender (Idem) é de que a parcela da POLOP, tida como uma “organização” composta por militantes “intelectualizados”, que se reuniu com membros da VPR e O. para constituir a VAR-Palmares seria a menos afeita aos “apelos intelectualistas”.

Este parece ser o caso dos militantes aqui analisados. A despeito disso, foi possível detectar que tal aproximação colaborou nas tentativas de supressão de determinadas carências “teóricas” e na justificação das mesmas, ainda em oposição aos mais “privilegiados” ou “metidos a intelectuais”, como é possível exemplificar nas passagens que seguem:

“A literatura marxista era escassa e de tradução e qualidades duvidosas... A primeira edição do “O Capital” em português, um esforço da editora Civilização Brasileira, só seria publicada em 1968. O Partido [PCB], porém, contava com parcelas significativas da inteligência brasileira. Nosso mundo intelectual e acadêmico era bem mais reduzido. Não existiam quase nas universidades brasileira cursos regulares e sistemáticos de mestrado e doutorado. Apenas alguns privilegiados tinham oportunidade de estudar no exterior”. (Gutierrez, 1999:37).

“Tu vê que não tinha literatura marxista no Brasil e a gente era comunista ideologicamente, mas não tinha nenhum conhecimento teórico... A primeira tradução do Capital pro português foi em três volumes, péssima, em 1963, tudo errado, e a primeira vez, não tinha outras obras. Então como é que agente ia ser teórico se não tinha as obras básicas pra tu ler? Podia até ter um intuitivo, mas teria que ter o mínimo de conhecimento, o mínimo. Então nós questionava isso aí. Então o que aconteceu comigo, então quando eu vou preso eu dizia na cadeia: ‘eu não sei nada...’. Aí tinha aqueles que eram metidos a intelectuais começavam... não tinham lido merda nenhuma, mas se diziam intelectuais, entende? Já tinham ido em vários cursos e vinha se dizer os bons. Mas aí quando fomos pra prática, na área do conhecimento eles nunca tinham lido nada e não queriam exibir a fragilidade. Como o nosso dever é exibir a fragilidade, a primeira coisa é dizer que não sabemos, a primeira coisa: ‘não sabemos nada!’”. (Entrevista com Carlos Araújo).

Sendo assim, a discussão “prática” x “teoria revolucionária” era fundante das disputas e justificações das tomadas de posição dos militantes naquele período e persistiu nas análises retrospectivas sobre os movimentos orquestrados naquelas conjunturas e suas supostas motivações. Neste caso, a apresentação desses argumentos é pertinente para atentar às possíveis relações entre os “discursos” e “práticas revolucionárias” com os perfis dos militantes que as assumiam e aos possíveis efeitos disso em termos de aglutinação dos mesmos em determinados espaços e *redes de relações*, bem como sua tradução em termos de posição ocupada.

A chamada “frente” liderada pelo advogado trabalhista ficou conhecida como “O.” (pronunciava-se: “Ó pontinho”) que seria a abreviação de “Organização”, forma como Araújo acabou se referindo ao “grupo” por ele articulado e que ainda não tinha um nome estabelecido. Abaixo, alguns trechos das entrevistas descrevem esse encontro:

“um grupo de estudantes, trabalhadores, sindicalistas, e tinham um vínculo muito forte com um advogado trabalhista na época que se chamava Carlos Araújo. Eles na época não tinham um nome, mas ficou conhecido como O. eles tinham origem diversa da nossa, não tinham nada a ver com o movimento estudantil. Eles começaram os vínculos nacionais com essas organizações de luta armada que tavam em formação no centro do país”. (Entrevista com Carlos Alberto De Ré).

“eu o Calino e outros companheiros que tinham ligação também com os Brancaneones ali... entramos nessa dissidência que o Carlos Araújo tinha organizado aqui, que já tinha contato com outras no Brasil e passamos a ter uma semi-legalidade. Ou seja, vivia legal ainda, mas o movimento de trabalho operário clandestino, com nome já de guerra. Aí veio o processo de formação da VAR-Palmares onde nós fizemos uma conferência aqui dessa organização era O pontinho, não tinha nome ainda” (Entrevista com Ubiratan de Souza)

“Aqui tinha um grupo de esquerda, não tinha nome, inclusive a gente chamava de O. (Organização pontinho)... a liderança era o Carlos Araújo... tinha um movimento, o Araújo era advogado trabalhista, o pai do Araújo também tinha um escritório de advocacia trabalhista e também era ligado ao partidão, e muito importante, alguns companheiros inclusive vieram a se integrar na comissão de luta armada. Eu me liguei ao Araújo que tinha ligações com o pessoal de Minas, da POLOP, principalmente a Dilma... que depois formaram a VAR-Palmares”. (Entrevista com Calino Pacheco).

Araújo conheceu Dilma Rousseff numa reunião da “O.” com dirigentes da Colina e da VPR, com o objetivo de constituir uma “organização” maior e com mais força, haja vista as “baixas” (por desistências, prisões, exílios, etc.) que sofriam e o constante aumento e enrijecimento da “ofensiva militar”. Segundo Araújo, havia grande dificuldade para constituir uma “organização” e mantê-la, ou seja, sustentar muitas pessoas na clandestinidade com comida, moradia, remédios, etc. Assim, sem dinheiro e sendo cada vez mais difíceis e freqüentes as “expropriações em bancos”, decidiram fazer “uma grande ação e pegar o dinheiro para parar com isso”. Neste período, o sobrinho de Anna Capriglione, amante de Adhemar de Barros, pertencia à “organização” e contou que a tia teria dois cofres, um numa mansão em Santa Tereza e o outro num apartamento em Copacabana, com valores de 2 ou 3 milhões de dólares acumulados do “jogo do bicho” que depositava numa conta no exterior a cada 4 ou 5 meses. Decidiram, pois, organizar a operação de assalto que ficou conhecido como o “caso” ou o “roubo do cofrinho do Adhemar”.

Juntaram o dinheiro obtido a partir desta operação com o armamento reunido por integrantes da VPR por meio de assaltos a quartéis em São Paulo e constituíram, então, a VAR-Palmares. Contudo, logo surgiram outras divergências que geraram o rompimento de militantes com a “organização” para fundarem novamente a VPR e outros permaneceram na VAR-Palmares.

Uma série de possibilidades se abre assim para os “Brancaleones”. Além do contato com a VAR-Palmares, promovida por uma das suas principais lideranças, que constituiu tal organização como uma das vias de intervenção, os militantes já possuíam outros contatos (inclusive fora do estado) em organizações como a ALN e VPR.

Luiz Eurico, no primeiro momento, aderiu a VAR-Palmares, entretanto devido aos contatos com Frei Betto – que por várias vezes foi ao Rio Grande do Sul para “organizar a ALN” e o “esquema de fronteira” para encaminhar militantes para o exílio, ou para treinamentos de guerrilha em Cuba ou mesmo para contatos políticos (Gutierrez, 1999:88-90) – e os laços de amizade mantidos, logo em seguida assumiu sua “aproximação” com a ALN, onde estavam Gutierrez e outros colegas contemporâneos de “Julinho”. Em outubro de 1969, os dois amigos foram condenados pelo Superior Tribunal Militar em Brasília por um processo referente ao Grêmio do Júlio de Castilhos. Este teria sido a principal razão que levou Gutierrez para o exílio no Uruguai e Luiz Eurico manteve-se no Brasil, militando clandestinamente na ALN.

Este último se deslocou para São Paulo e, depois, para Cuba a fim de fazer “treinamento de guerrilha” com a esposa Suzana Lisboa. Em 1972 foi preso em São Paulo e desapareceu desde então. A partir disso, Suzana Lisboa dedicou-se à “causa” dos “mortos e desaparecidos” durante o regime militar, criando *sites de internet*, organizando livros, eventos, espaços de consagração, reivindicando indenizações, enfim, uma série de movimentos em nome da sentença dos culpados, da “memória dos mortos” e do ressarcimento dos vivos, constituindo-se, assim, numa das principais porta-vozes das “vítimas da ditadura”. Papel este que Gutierrez acabou assumindo também, contudo com reconhecimento menor que o de Suzana, que conta com a inserção familiar de Eurico (principalmente o irmão, um músico conhecido no Rio Grande do Sul pelo engajamento em movimentos de “esquerda” e de ativação da memória dos militantes do período).

Ubiratan de Souza, que havia permanecido na VPR, foi também no final de 1969 fazer “treinamento” no Vale da Ribeira. Retornou para o Brasil em 1970 e foi preso em São Paulo. Em dezembro do mesmo ano, Lamarca comandou o seqüestro do embaixador suíço e Ubiratan entrou na lista dos setenta presos a serem trocados pela autoridade. No início do ano de 1971, chegou ao Chile, morou em Cuba e na França, mantendo sua militância. Voltou para o Brasil somente em 1979 com a anistia e ingressou no PDT, assim como seus amigos “Brancaleones” e “remanescentes da VAR”.

Também no ano de 1969, em Porto Alegre, Carlos Alberto De Ré, militante da VAR-Palmares, foi preso e acabou ficando quase três anos na “Ilha do Presídio”. Calino Pacheco, que havia se deslocado para Minas Gerais para “ajudar na reorganização da VAR-Palmares”, como responsável pelo “setor de comunicação”, foi igualmente preso e levado para a “Ilha” no início de 1971, ficando detido até metade de 1972. Sua prisão teria ocorrido quando se deslocou para Porto Alegre com vistas a “investigar porque a comunicação havia sido interrompida no estado” (entrevista com Calino Pacheco).

Carlos Araújo foi preso em São Paulo em 1970. Posteriormente foi transferido para uma prisão no Rio de Janeiro e depois ficou quase um ano na “Ilha” também, antes de concluir sua “pena” no presídio central de Porto Alegre em 1974.

A experiência comum no “Presídio da Ilha” acabou sendo mais um dos fatores de aglutinação deste conjunto de militantes. Teriam se dedicado a constituir uma dinâmica neste sentido mediante a promoção de discussões de textos marxistas que as famílias encarregavam-se de levar de forma camuflada. Além disso, os militantes provenientes de diferentes organizações garantiam sua reprodução naquele contexto, com as alianças e rivalidades já estabelecidas. Conviveram no período de prisão, por exemplo, com Raul Pont e Índio Vargas.

Acrescenta-se ainda a ênfase no “processo de autocrítica” que teriam empreendido no decorrer do tempo de aprisionamento e cujo resultado foi a decisão de fazer “uma espécie de pacto assim de que, aos sermos libertados, procuraríamos permanecer e resistir ao máximo possível” (entrevista com Calino Pacheco). Assim, afora César Augusto que afirma ter ido “cuidar da vida” quando saiu da prisão, os “Brancaleones” restantes contam que organizaram um “grupo de estudos e discussão” e

decidiram filiar-se ao MDB, participar das reuniões do IEPES, no qual Dilma Rouseff ocupou uma posição de destaque.

Calino e Carlos Alberto incorporaram-se também ao Setor Jovem do partido, cujo presidente era Marcos Klassmann, um estudante secundarista da escola Dom João Becker que ingressara no Setor Jovem do MDB em 1974, com 18 anos, e elegeu-se por unanimidade presidente da entidade apenas seis meses depois. Natural de Lajeado havia chegado a Porto Alegre em 1964 devido à transferência do pai operário ferroviário para a capital e os aspectos que teriam estimulado o início da militância, além da reivindicada “origem de classe”, seriam:

“expressar o que eu penso ou sinto é um traço de personalidade, deve tá aí a motivação principal, e afora isso o IAPI sempre foi um bairro operário, havia que eu lembre três ou quatro células ativas partidando na época, ativas... E eu era um menino que lia muito, basicamente isso é a minha formação política, é de autodidata. Não cursei universidade, não concluí curso nenhum, não tenho formação acadêmica, minha formação é toda de rua mesmo.” (Entrevista com Marcos Klassmann).

Calino e Carlos Alberto aproximaram-se, então, de Klassmann porque este defenderia as mesmas “posições de esquerda” dentro do “setor”. Outras lideranças com distintos “projetos” fizeram o mesmo movimento de entrada no SJ Metropolitano, unificando-se em nome de uma condição de “juventude” no sentido de constituir espaços e posições “esquerdistas” no âmbito institucional⁵⁵. Para tanto, uma das estratégias acionadas foi o lançamento da candidatura de Klassmann para vereador pela capital em 1976⁵⁶.

Assim, em especial os militantes “Brancaleones”, do POC e as lideranças do jornal *Informação* dirigido pelo “pessoal de Santa Maria” aglutinaram-se nessa campanha e apostaram no “carisma” de Klassmann. Os depoimentos e referências nas datas e

⁵⁵ Ver Reis 1999.

⁵⁶ Klassman foi o quinto vereador mais votado (12.118 votos), seguido por Glênio Perez (eleito com 11.478 votos) – naquela circunstância vereador há mais de 10 anos e eleito sucessivamente há quatro pleitos – que fora indicado o líder da bancada de vereadores de 1977. Entretanto, em decorrência do discurso realizado por Perez na solenidade de posse da nova Câmara Municipal de Porto Alegre, e a interpretação de que este teria sido “contestatório aos princípios revolucionários”, o Ministério da Justiça comunica, em dois de fevereiro de 1977, a “cassação do mandato eletivo e suspendendo por 10 anos os direitos políticos de Glênio Mathias Perez” (*Movimento*, 7/02/77, p. 3). A primeira sessão da Câmara de Vereadores, depois da cassação de Perez, ocorreu em 9/02/77. Nesta (onde comparecem 15 vereadores, sendo 10 do MDB) Marcos Klassmann leu o mesmo discurso do colega e, como o anterior, teve seu mandato cassado.

ocasiões de celebração fixam o evento como um “marco geracional”⁵⁷. Especialmente, no que tange ao “panfletão” intitulado “Vote Contra o Governo” que teria sido produzido como “esforço de campanha” das principais lideranças da juventude em Porto Alegre (entre elas, Sérgio Weigert, Daniel Herz, Adelmo Genro Filho, Raul Pont, José Carlos de Oliveiras, Carlos Alberto de Ré e Calino Pacheco).

⁵⁷ No capítulo seguinte é analisado o grande expediente ocorrido na Assembléia Legislativa em homenagem a Marcos Klassman de iniciativa do deputado estadual Adão Vilaverde

VOTE CONTRA O GOVERNO

1. No momento em que se inicia a campanha eleitoral para escolha dos vereadores de Porto Alegre, na qual participamos com um representante, vemos como primeira tarefa a apresentação de um programa, de proposta de trabalho a ser desenvolvida:

— uma proposta que não se limita apenas a Câmara de Vereadores, mas que é para ser levada nos bairros, nas vilas, nas fábricas, nas empresas, nas escolas;

— uma proposta que não se esgota no candidato, mas que é para ser levada por todos que, dentro ou fora do MDB, estando descontentes com o atual estado de coisas, procuram enfrentar esta situação lutando pela transformação social. Não queremos, portanto, a prática eleitoral sustentada em promessas e favores, que, passando o período eleitoral, ou são esquecidas, ou quando cumpridas não contribuem em nada para modificar a situação no que é fundamental.

— uma proposta para ter consequência não pode apoiar-se no que pensam e pretendem fazer algumas pessoas, mas estar baseada num programa que oriente o dia a dia, mostrando quais são os problemas, quem é capaz de enfrentá-los e como serão enfrentados.

2. O MDB é hoje uma grande frente que reúne as mais variadas forças sociais, com interesses dos mais diversos. Isto pode ser visto na distância que separa parlamentares adesistas e comprometidos com o sistema, de outros mais combativos entre os quais encontramos, inclusive, reais defensores dos interesses populares. A maioria entretanto, é conservadora e moderada. Seu comportamento tem ficado, na maioria das vezes, longe do que se poderia esperar de um partido de oposição. Se esta é a situação geral do MDB, de forma nenhuma queremos reforçar essa política, pois não pretendemos ser a oposição do sistema, mas oposição ao sistema. Não é novidade para ninguém que a juventude do MDB tem discutido com insistência, temas bem claros, como uma melhor definição política do partido, luta contra a demagogia e o populismo.

3. Porto Alegre tem uma população que anda por volta de um milhão de habitantes. Sua distribuição, porém, dá-se em bairros bem diferentes: uns são residenciais, onde as ruas são asfaltadas, arborizadas e sinalizadas; tem calçadas largas, lisas e ajardinadas; recebem serviço de água, luz lixo e esgotos. A noite são iluminadas e policiadas; os prédios são espaçosos, bonitos e luxuosos; o transporte preferido é o carro particular. Mas também são servidos por boas linhas de ônibus e alguns chegam a ter transporte seletivo, com ar condicionado, rodomoças e jornais; nestes bairros vive a pequena minoria de altas rendas. Os outros são os bairros populares. Os da periferia, tem lixo, mau cheiro e fumaça. Mas não tem asfalto, nem calçadas, nem esgotos, nem valetas, nem iluminação, nem policiamento. Nada as casas são pequenas, velhas, feias e amontoadas. O transporte é ônibus cheio, quando existe. Nestes bairros vive a grande maioria, os de renda baixa.

4. Esta situação não poderia ser diferente.

Nos bairros residenciais é onde mora o Prefeito, os secretários do Prefeito, os amigos do Prefeito, os donos de jornal, os donos das TVs, os donos dos rádios, os donos de fábrica, os donos dos bancos, os donos de supermercados, enfim, donos de Porto Alegre. Estes são os que participam da administração, os que influem na administração, estes são os que mandam. Nos bairros populares moram os que não tem cargos importantes, os que não tem amigos importantes. Os que simplesmente trabalham, mas que não tem direito de participar da administração, não tem direito de influenciar na administração. São os que simplesmente tem o direito de cada quatro anos votar para vereador, simplesmente votar.

5. Os problemas fundamentais de Porto Alegre, não são diferentes dos de outros centros. A Saúde, a Educação, a Habitação e Transporte, não apresentam as mínimas condições nos bairros populares. Essa problemas não podem ser simplesmente resolvidos pelo Prefeito, nem pelos seus técnicos ou os vereadores. As soluções não são simplesmente técnicas, mas principalmente políticas. Se explicam pelo modelo do País, dependente do capital estrangeiro que aumentou a mortalidade infantil, piorou as condições de alimentação e moradia, agravou o transporte urbano e reprimiu a capacidade de organização e participação política da maioria da população, através das leis antigrevistas, das intervenções nos sindicatos, das cassações, dos Atos Institucionais.

6. Essa, realidade só pode gerar uma administração altamente centralizada, na cabeça um prefeito que não foi escolhido por nós, mas pelo governador, que também não foi escolhido por nós, mas pelo Presidente, que também não foi escolhido por nós, às diversas secretarias municipais são dirigidas por pessoas da confiança do sr. Prefeito. A Câmara de Vereadores é escolhida pelo voto popular, a maioria dos vereadores é do MDB, só que a Câmara, atualmente, não decide nada, não impõe nada, não manda nada, ela só pode reclamar, e sua margem de ação é bastante pequena. Assim há uma clara divisão entre os que mandam e os que podem mandar. Os que mandam não são escolhidos por nós, os que escolhemos não podem mandar.

7. Nessa medida, sem ilusões com os limites do trabalho fechado nos parlamentos, tendo claro as possibilidades que se abrem para um candidato que tenha o seu trabalho claramente comprometido com a tarefa de organização das forças populares na defesa dos seus interesses lançados nossa candidatura. Para nós, o voto maciço na oposição nestas eleições significa uma forma de responder novamente a esse governo, cada vez mais isolado. E principalmente utilizar as eleições para criar e fortalecer as organizações de base. Nesse sentido, a ação parlamentar na Câmara Municipal: hoje mais um atrincheira, mais um instrumento de organização e, ao mesmo tempo, a tribuna dos interesses das maiorias exploradas. O centro principal do nosso programa é portanto o fortalecimento das formas independentes de organização das classes populares, na luta sindical, em clubes de mães e donas de casa, associações de bairro, vilas e ruas, nas comissões de fábrica e associações estudantis. Isto é, juntar nestes organismos a luta dos setores populares na defesa dos seus interesses. A ação organizada em associações fora do controle do Governo permitem o avanço de luta:

- pela aplicação dos dinheiros públicos em favor da maioria do povo; saneamento básico, água, luz, escola e transporte;
- pela participação e controle dos organismos de base (associações de bairro, estudantes, comissões de fábrica, etc) nas decisões administrativas;
- contra a exploração imobiliária e por leis que garantam os inquilinos;
- pela estatização do transporte coletivo urbano e o estabelecimento de tarifa social (preço único);
- pela liberdade de expressão e organização para toda a sociedade;
- pela liberdade sindical e direito de greve;
- pela extinção de todas as leis de exceção, (AI-5, 477)
- pela anistia ampla e irrestrita;
- pela defesa permanente dos Direitos Humanos;
- pela Assembléia Constituinte eleita livremente, com anterior liberdade de organização e propaganda para qualquer Partido Político.



**MARCOS
KLASSMANN**

**M
D
B 2248**

PRESIDENTE DO SETOR JOVEM METROPOLITANO

“foi uma campanha belíssima, a mais bonita que eu já participei em toda a minha vida de campanhas eleitorais... foi a primeira vez em que se fez uma eleição. Aquela eleição é a marca! A primeira vez que se faz uma eleição nitidamente de esquerda depois da ditadura, assumidamente de esquerda, socialista”. (Entrevista com Carlos Alberto De Ré).

“Então a candidatura do Klassmann a vereador foi um momento de virada de prática política... não tinha como disputar espaços no MDB sem estar no MDB... no Setor Jovem havia uma turma muito nova, que não tinha nenhuma influência de passado, nem de MDB, nem de PTB, nem de esquerda dos anos 60... apoiamos a candidatura do Klassmann... e a candidatura dele foi muito assumida por todo mundo, até pelo pessoal de Santa Maria, essa turma que depois vai dar origem ao PRC, todo esse pessoal em torno do Adelmo, do Tarso. (...) O famoso panfleto ‘Vote Contra o Governo (...) Tu imagina, em pleno 76, em plena ditadura, a gente saí panfletando ‘Vote Contra o Governo’, hoje é uma bobagem, naquela época isso era a máxima subversão”. (Entrevista com Raul Pont).

“A campanha do Marcos [Klassmann] e do André [Forster] foram as campanhas mais fortes assim, do ponto de vista de postulação, de posicionamento, foram as campanhas mais fortes, eu acho que um sucesso se credita a isso também. A relação era tão ruim de composição dos candidatos que mesmo as idiossincrasias e as diferenças, a diferença do Coppeti para os demais candidatos do MDB era uma coisa gritante. Então eu diria que a relação embora fosse de disputa no contexto global, acaba sendo de cooperação porque era a mais próxima”. (Entrevista com Daniel Herz).

Para o autor do primeiro relato, Carlos Alberto De Ré, a única “má lembrança” que guardou do episódio foi o fato da cassação do mandato de Klassmann, principalmente porque teria inviabilizado a ocupação pelo mesmo de um posto no gabinete do vereador como assessor. Ele fora demitido do estágio que fazia na FEE desde 1974 e foi para o Paraná, retornando justamente para aquela campanha:

“Trabalhei um tempo no Paraná, depois voltei pro Rio Grande do Sul. Aí fui fazer a campanha do Marcos. Aí nessa chance de gabinete do Marcos ele fez a gentileza de ser cassado... Aí voltei pro Paraná. Um tempinho depois vim pra cá, trabalhei um tempo na lista telefônica brasileira e vim nessa até a reformulação dos partidos políticos”. (Entrevista com Carlos Alberto De Ré).

Os “remanescentes da VAR-Palmares” firmavam-se como “grupo” no interior do MDB a partir do “grupo de discussão” que se caracterizavam pela afirmação de “princípios trabalhistas” e “socialistas”. Em 1978 eles participaram da campanha de André Forster a deputado estadual – que se apresentava como o “candidato do IEPES” e era identificado pela vinculação com o PCB – em detrimento da candidatura de Américo Copetti, tido como o candidato da “Tendência Socialista” (fundada por ex-integrantes do POC, especialmente Raul Pont, com os quais guardavam rivalidades desde a “expulsão” da

“dissidência”). Klassmann engajou-se na campanha do primeiro e paulatinamente estreitou os laços com as lideranças “trabalhistas” de diferentes gerações.

Com a reorganização partidária, então, todos fizeram a opção pelo PDT. Ubiratan de Souza, Calino Pacheco, Carlos Alberto e César Augusto De Ré, Cláudio Gutierrez, Marcos Klassmann, Carlos Araújo, Dilma Rouseff, entre outros. Observa-se que as lideranças jovens que atuaram nos movimentos de contestação privilegiando a “via armada” (excetuando Klassmann) possuem outras características comuns e distintivas de militantes que fizeram outras escolhas partidárias. Neste caso, sobressaem-se as origens sociais e escolaridades mais baixas, o que acabou implicando em itinerários marcados por uma maior dependência relativamente aos cargos públicos ocupados por nomeações e indicações.

O decorrer dos anos oitenta foi marcado por uma série de tomadas de posição do “grupo” que incidiram na reorientação dos destinos partidários. Gutierrez, que acompanhou os amigos na entrada inicial ao PDT e na chegada ao PT, não participou dos mesmos movimentos neste sentido, pois saiu individualmente do primeiro para filiar-se ao PCB. Tendo sido assessor do vereador Lauro Hageman, participou da fundação do PPS e da sua dissidência, decidindo ingressar no PT.

Sem militância “orgânica” ou destacada no partido, Gutierrez se destaca nos movimentos de reivindicação da “memória” dos “fatos” e “vítimas” do “regime militar”. Em 2003 foi o responsável pelas relações comunitárias da Prefeitura de Porto Alegre (PT) no Projeto de loteamentos populares vinculado à Secretaria do Planejamento Municipal. Também compõem, como “representante da sociedade civil”, a “Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura”, ao lado de Carlos Alberto De Ré, Lícia Peres (ex-mulher de Glênio Peres, vereador “cassado” em 1976 e, em defesa do qual, Marcos Klassmann fez o seu primeiro discurso que repercutiu igualmente na “cassação” do seu mandato), e presidida por João Carlos Bona Garcia (ex-militante do POC e VPR que quando retornou do exílio se aproximou das lideranças do MDB e IEPES).

O “grupo de discussão” foi mantido no PDT e buscou afirmar-se como um “espaço” que se pretendia de “elaboração intelectual” e que acabou se traduzindo na constituição de uma “ala esquerdista” dentro do partido que se definia como “Grupo de Unidade Socialista” (GUS), liderado principalmente por Ubiratan, Calino e Marcos

Klassmann. Em 1986, eles atuaram no movimento “Coliga-Não”, que criticava a aproximação do PDT com o PDS (sigla que seria sucedâneo da Arena, partido do “governo” durante o regime militar), e do qual faziam parte Ubiratan de Souza, Calino Pacheco, Marcos Klassmann, Orlando Burmann (então deputado estadual, pertencente a uma “família de políticos” ligados ao trabalhismo em Ijuí, ex-vereador, ex-deputado estadual cassado pelo regime militar, membro de organizações armadas, exilado no Uruguai e responsável pela “saída” de militantes pela fronteira com Uruguai) e Valneri Antunes (vereador, fora presidente do sindicato dos bancários, atuou na VPR tendo ido, assim como Ubiratan, para o Vale da Ribeira). Carlos Araújo não participava diretamente. Mas liderava um espectro de forças mais à esquerda no partido (ao lado de Dilma Rousseff, Milton Zuanazzi, entre outros militantes hoje ligados ao PT) a partir dos três mandatos consecutivos como deputado estadual (1982 a 1994) e de duas candidaturas à prefeitura de Porto Alegre (em 1988 e em 1992).

Os membros do Grupo de Unidade Socialista resolvem, então, apresentar uma chapa para disputar a eleição ao diretório estadual do partido em 1988 e, apesar conquistaram 1/3 das adesões às suas “teses”, são impedidos de ocupar o espaço no partido:

“ganhamos nos seminários as teses, nós fizemos as teses de redemocratização do PDT, instâncias de formação política e tudo e ganhamos o seminário aqui no auditório da assembleia 1/3 dos votos, um grande seminário estadual. Aí houve intervenção depois que não aceitaram as nossas idéias, e nós já era o Grupo de Unidade Socialista, aí nós contestamos a intervenção e aí em 89 nós aproveitamos o momento do segundo turno e apoiamos o Lula, puxamos o apoio ao Lula. E a partir daí nós aprofundamos a relação com o PT” (Entrevista com Ubiratan de Souza).

Na eleição de 1990, alguns membros do “grupo” se opuseram à candidatura de Alceu Collares ao governo do estado e, em março do mesmo ano, rompem com o partido para apoiar Tarso Genro:

“nós saímos... fizemos um manifesto inclusive dizendo que o PDT já não era um partido de esquerda, que o programa de socialismo democrático tinha sido arquivado, que era uma legenda tradicional, eleitoreira, de aluguel inclusive e tal e que nós queríamos continuar sendo um partido de esquerda e que o PT era o caminho, e nós entramos no PT em março de 90”. (Entrevista com Ubiratan de Souza).

Em 1998, Olívio Dutra do PT ganha a eleição para governador do estado. Uma parcela dos “quadros” ligados à “esquerda do PDT” é convidada a integrar o governo. Entre os mesmos estavam Dilma Rouseff, Marcos Klassmann, Milton Zuanazzi, Pedro Ruas, além de Calino Pacheco e Ubiratan Souza já filiados ao PT desde 1990. Em 2000, novamente ocorre uma disputa entre Alceu Collares e Tarso Genro, desta vez pela prefeitura de Porto Alegre. Neste pleito se inicia o novo processo migração do PDT para aquele partido. Dilma Rouseff, Marcos Klassmann, Milton Zuanazzi, entre outros, saem do partido e ingressam no PT. Carlos Araújo também se afasta do PDT, embora não tenha se filiado ao PT. Nesta ocasião, Dilma ocupava o cargo de Secretária de Minas e Energia no governo petista indicada pela direção do PDT. Klassmann e Calino Pacheco eram seus assessores de gabinete.

Desde a década de 70, parte destes ativistas já mostrava uma maior dependência em relação aos cargos públicos conquistados via “militância”. Em 1974, Dilma, Calino e Carlos Alberto foram trabalhar na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE), como estagiários. Conforme Calino Pacheco, quando era estudante de economia da UFRGS, César Busatto, que fora presidente do Diretório de Estudantes do curso e também trabalhou na FEE, o apresentou para um “cara de esquerda” que recrutava os estagiários da Fundação e fazia “questão de recrutar pessoas de esquerda, até chegar um momento em que uns 20% eram de funcionários de esquerda”. Entretanto, em 1976, foram todos demitidos, mas tiveram a oportunidade de retornar com a conquista da anistia em 1979. Calino Pacheco resistiu na Fundação até hoje, apesar das dificuldades financeiras iniciais, e Carlos Alberto De Ré se “arrepende” de ter abandonado o “emprego” naquele período:

“Aí eu fui profissionalizado pelo PDT depois veio a anistia, no governo Simon nós fomos anistiados e eu pude retornar a FEE e cometi a estupidez de sair... achando que eu tava de saco cheio de viver, de ter a minha vida profissional e a minha sobrevivência física sempre dependendo das questões política... perdi tudo e voltei a trabalhar como assessor parlamentar, aí sou assessor técnico aqui na bancada e este ano o Vieira é presidente da Assembléia eu tô aqui administrando o teatro, mas o ano que vem volto pra bancada e fico lá fazendo discurso, projeto de lei essas coisas.” (Entrevista com Carlos Alberto De Ré).

“os caras do setor administrativo ainda era um vestígio do pessoal da ditadura então eles ficaram me classificaram muito mal, fiquei ganhando muito mal na época e tive que fazer outras coisas tive comecei a trabalhar como profissional liberal também comecei a fazer perícia na justiça do trabalho, comecei a trabalhar muito motivo pelo qual eu não continuei aquela militância” (Entrevista com Calino Pacheco)

O primeiro, então, manteve-se filiado ao PDT, mas faz questão de sublinhar a manutenção dos laços afetivos com aqueles que optaram por sair:

“Eu acompanhei bem o processo e tive intimamente ligado... era o meu grupo, minhas pessoas, os meus afetos... Os afetos continuam rigorosamente os mesmos, sem dúvida alguma, são pessoas absolutamente queridas, são as minhas pessoas, das minhas relações, são as pessoas com as quais eu me encontro, converso, que dialogo, que convido inclusive pessoalmente. Um é compadre do casamento do outro, um é padrinho do filho do outro essas confusão muito própria nossa.” (Entrevista com Carlos Alberto De Ré).

Quando Calino Pacheco menciona no fragmento acima que “não continuou aquela militância”, no depoimento compara-se com Ubiratan de Souza que entrara no PT na mesma “leva” que ele, mas integrou-se desde o início na dinâmica partidária, via militância no Orçamento Participativo, do qual é um dos principais porta-vozes. Ubiratan foi ainda secretário municipal e estadual em governos dirigidos por Tarso Genro e Olívio Dutra, além de atuar atualmente como assessor do deputado estadual Raul Pont. Calino, por sua vez, fazia e ainda faz pequenos trabalhos de consultoria para Carlos Araújo, além de ter sido chefe de gabinete de Dilma Roussef quando ela era Secretária do Estado pelo PDT durante o governo petista e quando ele já estava no PT. Ele conta que sua indicação foi originalmente sugerida por Carlos Alberto:

“quando o Olívio ganha com o apoio do PDT... Inclusive a Dilma é convidada pra ser secretaria e aí eles numa discussão e tal, conversando sobre secretarias e tal chegam a conclusão que o chefe de gabinete tem que ser do PT. Mas quem? Aí o Minhoca [Carlos De Ré] que fala... eu tava lá, dezembro de 98, tava lá na Pousada do Raul⁵⁸ até, e a Dilma me liga me convidou pra trabalhar com ela, eu tinha outras alternativas também, mas aí achei que era importante”.(Entrevista com Calino Pacheco).

César Augusto, não acompanhou o “grupo” nestes deslocamentos, apenas chegou a filiar-se no PPS por influência de Cláudio Gutierrez, mas não manteve sua militância. De qualquer modo, ele mantinha vínculos de amizade também com Alceu Collares que quando ganhou o governo do Estado, inclusive, o indicou para a ocupação do cargo de diretor do Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Aliás, César Augusto conta

⁵⁸ Trata-se de Raul Ellwanger, músico gaúcho que fora vinculado aos “Brancaleones” e atuou na VAR-Palmares.

que tal relação iniciou com o casamento do irmão com uma enteada de Collares, filha de Neuza Canabarro, esposa do mesmo:

“O Collares me convidou pra ser diretor do Banrisul, então eu fui diretor do Banco... A gente tem uma relação boa de amizade, meu irmão foi casado com a filha da Neuza durante um período e tal então as famílias se conhecem. E quando ele me ligou, ele me ligou e disse: ‘Olha, tô te ligando pra dizer que tu é o novo diretor do banco’ e eu até tive uma reação: ‘Tu tá louco Collares’, e aí eu disse pra ele: ‘Collares tu sabe que eu não sou militante, não sou filiado ao PDT, não vou me filiar, não vai ser se a condição é essa’, e eu falava baixinho pra não brigar: ‘Não, eu não tô te mandando por causa da política, eu tô te mandando porque tu é competente’”. (Entrevista com César Augusto De Ré).

E da mesma forma, Carlos Alberto De Ré frisa a amizade com Dilma e Carlos Araújo, dando como exemplo a ajuda que deram quando uma parte da sua família morreu em um acidente de automóvel quando se dirigiam para Almeida Prado (mãe, duas irmãs, dois cunhados).

Dilma Rousseff chegou a ser, mais tarde, da direção da FEE (1991-1993). Ela se deslocou para Porto Alegre depois dos dois anos e meio em que estivera presa em São Paulo. Havia iniciado seu relacionamento Araújo no processo de formação da VAR-Palmares e antes disso fora casada com Cláudio Galeano de Magalhães Linhares, militante responsável pelo seqüestro de um avião em Porto Alegre, levando-o até Cuba numa viagem de nove dias e que depois foi “lutar” na revolução da Nicarágua. Quando saiu da prisão, Araújo estava no Presídio da Ilha, então ela resolve morar com a família dele na capital do Rio Grande do Sul até a sua libertação. O resultado foi sua afirmação no cenário “gaúcho”, sobressaindo-se nas intervenções no IEPES do MDB e na organização do PDT. Economista com doutorado pela Unicamp (ambos os títulos adquiridos nos anos subseqüentes ao “regime militar), foi Secretária da Fazenda de Porto Alegre pelo PDT (1986-1988); ocupou por dois mandatos o cargo de Secretária de Minas e Energia, (1993-1994) do Rio Grande do Sul pelo PDT e durante o governo de Olívio Dutra do PT (1999-2003) e ainda foi uma das principais articuladoras do deslocamento para o PT. Atualmente é ministra-chefe da Casa Civil do Governo Lula.

Algumas considerações sobre a valorização da idéia de “participação popular”, como já foi demonstrado, são pertinentes por remeter a uma “marca geracional” ou um elemento de contemporaneidade entre os agentes aqui investigados. Tal constatação se aplica obviamente aos militantes que participam das “organizações” examinadas. Neste

aspecto, entre eles tem papel destacado o ex- “brancaleone” Ubiratan de Souza. A partir da obtenção do título de economista e da migração para o PT, acabou se constituindo como um dos principais porta-vozes desta “bandeira” operacionalizada no “Orçamento Participativo”. Trabalhou, então, como secretário da prefeitura de Porto Alegre e do governo do estado nas “pastas” voltada a esta “experiência democrática”. Do mesmo modo, traduziu tal “vivência” como operador de “políticas governamentais” em textos que circularam entre militantes e em artigos em jornais locais e internacionais que sistematizam os “princípios” que balizaram a “experiência do OP” em Porto Alegre e depois no governo do estado. Na mesma linha publicou um livro, em co-autoria com Tarso Genro do qual foi secretário, intitulado “Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre”.

3.5 – “Luta pela democracia”, títulos escolares e disputas partidárias: uma seqüência de posicionamentos a partir do IEPES

Nesta seção são observados alguns movimentos de afirmação de lideranças com ingresso mais recente no cenário de disputas entre “grupos” e para as quais pesou decisivamente a posse de títulos escolares associados a *redes de relações* constituídas no MDB, especialmente no IEPES, na segunda metade dos anos setenta. A afirmação dos mesmos, iniciada nos movimentos estudantis secundaristas e universitários, se consolidará a partir da identificação às principais lideranças do partido de oposição e pela posterior opção pelo PMDB. O fio condutor da exposição adotado toma como ponto de partida o IEPES, contextualizando seu surgimento, sua importância como espaço de aglutinação de praticamente todas as “forças políticas” descritas até aqui já dentro do MDB e ressaltando o momento em que passou a ser associado cada vez mais a uma rede constituída em torno de André Forster.

Até meados de 1972, a inscrição em “organizações clandestinas” qualificadas como de “esquerda revolucionária” impunha-se como a estratégia primordial de identificação para um conjunto de agentes, com origens sociais e políticas variadas, que estreava sua atuação política nos movimentos de contestação ao “regime militar”. Tais

inserções eram combinadas (como reprodução daquelas identificações ou mesmo proporcionando-as) à participação nas mobilizações estudantis universitárias e/ou secundaristas. Diferenciavam-se fragilmente pelas temáticas privilegiadas: no primeiro caso, relacionadas às “estratégias” e “táticas” mais adequadas para o combate da “ditadura” e condução da “revolução socialista”, “luta armada”, “foquismo”, “guerra de guerrilhas”, “elaboração de teses”, “produção de documentos”, “luta comunista”, “emancipação do proletariado”, “estratégia”, “tática”, “vanguarda”, “organização”, etc., são apenas alguns dos “conceitos” que compunham a gramática “esquerdista” naquele período. No segundo caso, as tomadas de posição eram associadas ao universo estudantil, mas as “causas” que fundamentavam os engajamentos continuavam relacionadas às “políticas” e intervenções direcionadas àquele meio pelo “regime militar”.

A década de setenta marcaria vários rearranjos nos repertórios de mobilização, nas estratégias de intervenção, nas instâncias de atuação e até mesmo nos porta-vozes da “esquerda”, interessados em afirmar-se no âmbito institucional. Uma série de elementos teria convergido para essa reorientação da dinâmica de luta encaminhada pelos militantes da “luta contra a ditadura”.

Alguns componentes que compunham as justificações *à posteriori* para essa redefinição dos investimentos podem ser ressaltados. Em primeiro lugar, as “perdas” constatadas nos empreendimentos operados nos anos anteriores, tanto em termos de resultados como de desfalques gerados por exílios, mortes, prisões, defecções, etc. Também havia receios e anseios daqueles que retornavam de condições desse tipo, de períodos de clandestinidade ou de experiências de tortura, aos quais conjugavam a interpretação tanto da conjuntura dos anos setenta (“redemocratização”, afirmação eleitoral do MDB, novas interpretações e releituras oferecidas pelos intelectuais marxistas consagrados, etc.) como da vislumbrada para os anos oitenta tendo em vista as “temáticas” consagradas nacionalmente (pluripartidarismo, anistia, “reorganização da sociedade civil”, etc.).

Em segundo lugar, e pertinente ao anterior, paulatinamente o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) afirmou-se como espaço legítimo de intervenção política da esquerda numa conjuntura de “enfraquecimento do regime militar”. Cabem algumas considerações sobre o processo que teria interferido na entrada de muitos militantes de

esquerda “remanescentes” ou não da “luta armada” no único partido oficial de oposição durante o bipartidarismo.

Instituído como oposição legal no início de 1966, o MDB não se apresentava inicialmente como uma opção plausível para uma gama de militantes que visava potencializar a construção de um “projeto de sociedade”, “socialista” ou “comunista”, que não necessariamente passava pela defesa de “bandeiras democráticas” mais tradicionais. Não raras foram as referências, mormente na segunda metade da década de setenta, que distinguiram o sentido de “oposição” e de “contestação” para esclarecer as ações que se pautavam, respectivamente, pelos reconhecimentos oficiais das divergências internas ao partido e deste em relação ao “governo” e aquelas que proclamavam o posicionamento e confronto para a derrubada do “regime militar”. Afora a incompatibilidade com as aspirações revolucionárias de alguns militantes, a fraca atratividade exercida por esse partido seria decorrente da sua vulnerável capacidade de interpelação oposicionista, da preponderância de “políticos tradicionais” e pouco “combativos”, bem como da frágil articulação entre as diferentes tendências que coabitavam a sigla (Kinzo, 1988, p. 98). Adiciona-se a isso, e como decorrência daquelas condições, a idéia de que os dirigentes partidários, entre 1966 e 1970, teriam aceitado passivamente as “derrotas eleitorais”, o que obstaculizaria as percepções favoráveis do desempenho ou da eficácia das disputas em bases institucionais (idem).

Todavia, alguns parlamentares do MDB adquiriram visibilidade pela radicalização do discurso oposicionista. Concomitantemente, houve o desenvolvimento de mecanismos de inserção de “estudantes”, “intelectuais” e militantes provenientes dos variados meios sociais e matizes ideológicas no âmbito partidário, especialmente com a criação de “instâncias” de atuação específicas. Estes dois elementos, somados às “derrotas” dos adeptos da “luta armada” e à “vitória” eleitoral do MDB em 1974⁵⁹, são marcos da entrada numa outra fase de “militâncias” e engajamentos dos agentes. Assim, como foi possível atentar nas seções anteriores, muitos militantes, pertencentes a diferentes

⁵⁹ Sob a ótica dos processos eleitorais, então, abriu-se espaço para o reconhecimento das interferências não menos significativas do trabalho de recrutamento e comportamento eleitoral acionados pela oposição, representada pelo MDB. Com a vitória do MDB em 1974 nos maiores estados brasileiros, o processo eleitoral se afirma como termômetro da correlação de forças e da legitimidade dos atores, dando início ao que Lamounier (1986) definiu como abertura política pela via eleitoral. A vitória inesperada neste ano e o crescimento progressivo da oposição motivaram o conjunto de pesquisas sobre o comportamento eleitoral e sobre a explicação da opção pelo MDB. Sobre isso, ver Cardoso e Lamounier (1975), Reis (1978) e Lamounier (1980).

organizações, adentraram nestas “instâncias” e outros estrearam sua atuação nas mesmas, com destaque para o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) e para o Setor Jovem (SJ) do MDB gaúcho.

Como foi observado numa pesquisa anterior⁶⁰, este último é concebido pelos agentes, nas suas percepções retrospectivas sobre aquele período, como sendo uma esfera de atuação política ou de “prática”, ao passo que ao primeiro, singularizado pelos debates promovidos, é atribuído um caráter de formulação e formação política. No que tange propriamente ao IEPES, num primeiro momento, ele aglutinava esses diferentes posicionamentos, no entanto logo emergiram diferenças no seu interior e se estabeleceu a divisão entre aqueles identificados pela adesão ao MDB e à direção formal do IEPES e aqueles que desejam constituí-lo como uma “instância” relativamente autônoma do partido e, assim, afirmar outros “projetos políticos”.

Cabem algumas considerações prévias sobre o papel dos intelectuais brasileiros neste processo e as lógicas de afirmação dos mesmos e dos seus “projetos” que encontraram eco na “agremiação”.

A atuação dos “intelectuais brasileiros” nos anos 1970 contribuiu para a definição da singularidade da “esfera política”. A busca da “politização” foi empreendida seja pelas “incitações à ruptura radical como as de Florestan Fernandes ou à coalizão das organizações da sociedade civil como as de [Fernando Henrique] Cardoso” (Pécaut, 1990:291). Este processo envolveu a objetivação da “estabilidade da hierarquização do meio intelectual” (idem:294) graças também à identificação do meio universitário como espaço por excelência de contestação. A “preeminência dos professores universitários” (idem) se fundava na urgência em se constituir como agente “capaz de gerar os debates próprios da esquerda para evitar sua fragmentação e decomposição e, ao mesmo tempo, de propor uma interpretação dos acontecimentos que seja assumida pela opinião pública informada” (idem: 250).

Naquele contexto, os intelectuais paulistas, ou melhor, as “principais figuras do CEBRAP” (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) se sobressaíram por levar em conta ainda o grande público oposicionista: “camadas cultas leitoras dos jornais ‘alternativos’ ou consumidores de bens culturais (...) líderes de opinião – dirigentes

⁶⁰ Ver Reis (1990)

políticos, tecnocratas e personalidades dos meios de comunicação de massas” (idem), conquistando reconhecimento em diferentes domínios, notadamente, o “político” e o “acadêmico”.

“(…) é a partir de 1969 que Cardoso e o CEBRAP têm uma função maior nas estratégias intelectuais, que se revestem em três aspectos centrais: mediação entre as diversas correntes marxistas e entre as correntes marxistas e não-marxistas; teorização em relação direta com a conjuntura; abertura para as organizações políticas”. (Pécaut, 1990, p. 296)

Estas considerações apontam, então, ainda que de modo muito simplificado, para as condições de eficácia das formulações oferecidas pelas “personalidades do CEBRAP” ao público “esquerdista” no Rio Grande do Sul. Mesmo que eventualmente questionadas, estas elaborações tiveram presença confirmada na agenda oposicionista gaúcha. Recriando a fusão entre o âmbito “intelectual” e “político”, o CEBRAP e principalmente Fernando Henrique Cardoso fornecem os instrumentos necessários para a leitura da “realidade” brasileira à luz dos conceitos marxistas, mas com o avanço de sua aplicação política. Por conseguinte, submetido um ao outro, transformam-se mutuamente: “É testando o conceito diante das ambigüidades do momento e definindo o possível com base no que pode ser reconhecido a cada instante pelas massas que Cardoso chega a provocar ‘a organização política’ do meio intelectual”. (Pécaut, 1990, 299).

Na conformação entre estas duas ordens de “anseios” (interpretar o marxismo e transformá-lo em instrumento de luta política), os militantes justificavam o horizonte das suas preocupações. Na “compreensão aplicada” dos pressupostos marxistas, o cabedal de trabalhos produzidos pelo CEBRAP e por economistas como Maria da Conceição Tavares e Celso Furtado compunham os instrumentos de entendimento da realidade privilegiados por eles.

No Rio Grande do Sul, tais apropriações se cristalizaram na formação, por volta de 1971, de um grupo de estudos vinculado ao diretório acadêmico da economia (DAECA) da Faculdade de economia da UFRGS. Professores, estudantes ou recém formados em economia ou sociologia, se reuniam para discutir questões referentes à formação e/ou condições econômicas, políticas e sociais brasileiras e questões condizentes à “teoria” e a “práxis marxistas”. O “marxismo”, então, se impunha como o universo de proposições a ser desvelado e a síntese das aspirações coletivas. Dentre os que participam

deste grupo, que também foi definido como “Centro de Estudos de Economia Política”, encontravam-se César Busatto, Raul Pont, Cristiano Tatch, Luiz Miranda, entre outros, além de André Forster, que é citado por suas aparições eventuais.

“A gente, logo no início, já percebe assim que a formação da faculdade, ela não nos dava a satisfação, quer dizer, nós estávamos querendo uma economia que nos... um pensamento econômico crítico, né. E a gente com essa visão crítica, já crítica com o regime militar e, portanto, crítica com toda política do governo, política econômica, política ditatorial, quer dizer, então a gente já tá numa linha de oposição. (...) A gente formou um Centro de Estudos de Economia Política e começamos a estudar marxismo, estudar pensamento econômico alternativo, começamos a escrever jornais. Aí nos organizamos e conquistamos o grêmio estudantil. Num desses anos, em 72 pra 73, fui eleito presidente, enfim nós tínhamos todo um grupo aí de formação política. Nesse momento tinha uma... um caderno que na época o DAECA imprimia que era um... cadernos DAECA, né, que divulgava textos do Paulo Singer, do Francisco de Oliveira, Maria da Conceição Tavares, Celso Furtado, José Serra, né”. (Entrevista com César Busatto).

“(...) Nós temos um grupo em Porto Alegre de comunistas, sociólogos, estudantes de economia, sociologia e jovens recém formados. Eu tinha uma postura crítica em relação ao chamado modelo econômico, social e político brasileiro da ditadura militar, década de 60 e 70. E nós nos propúnhamos a fazer um trabalho de investigação intelectual sobre as características desse regime político, regime econômico de acumulação e tal, e nós tínhamos como referência maior, intelectualmente, o Cebrap, que era o único centro de nível universitário, com produção livre, pelo menos aparentemente... As universidades estavam totalmente manietadas, o que se ensinava nas universidades era uma ridicularia, era só ou teoria abstrata totalmente desvinculada da realidade... ou se fazia da universidade, ou pelo menos se tentava fazer, ou se tentava fazer da universidade veículo de propaganda, através das cadeiras de moral e cívica e entre coisas” (Entrevista com Luiz Miranda).

“A gente tava tomando conhecimento cada vez mais forte da contradição e na busca de um instrumental teórico que baseada pra nós, economistas, era uma coisa fantástica. Vamos organizar a sociedade, vamos organizar a sociedade da maneira que a gente quer e não desigual, portanto o socialismo e a busca de trabalhar em cima do socialismo, de aprender, procurar a crítica que o marxismo faz da sociedade capitalista, e os fundamentos aí do marxismo. (...) Nós tínhamos esse grupo em conjunto, cada um lia um capítulo, apresentava. O livro primeiro do Capital nós lemos, o livro dois começou a ficar muito complexo, imagina guri de 21 anos sem organização, sem ter alguém orientando ‘olha o Capital é uma coisa complicada’. Aí tu lia o Manifesto Comunista, tu lia a Rosa de Luxemburgo, lia, enfim, os documentos básicos do marxismo. A gente lia isso, mas era alcançado por diferentes pessoas, né, assim como se constituiu os grupos de estudo marxistas, também se moviam os grupos e a gente ia avançando”. (Entrevista com Cristiano Tatch).

Segundo Luiz Miranda, que havia trabalhado na assessoria da Assembléia Legislativa com Pedro Simon durante um ano e depois teria indicado André Forster para ocupar o cargo, foi a partir dos debates travados no “grupo da economia” e da aproximação existente com a cúpula partidária que teria surgido a idéia de formar uma espécie de “cebrapinho”. Isto é, um lugar de formulação teórica, informado pela conjuntura, nos

moldes do centro paulista que já referenciava as discussões do grupo. Intervém nesta proposição Miguel Bodea, “intelectual gaúcho”, assessor do MDB na Assembléia Legislativa nos anos setenta, que propõe a organização do centro no interior do partido, tal como existia para a Social Democracia Alemã por ele visitada. Na descrição abaixo, Miranda também reivindica a paternidade da “idéia original”:

“O André foi pra lá [Assembléia, trabalhar com o Simon] foi uma forma de ter um emprego, um emprego que tinha cobertura política e como forma de agregar aquilo que eu estava chamando na época de cebrapinho A idéia era fazer um cebrapinho... A idéia do ‘cebrapinho’, que foi a minha idéia original. Minhas conversas com o Miguel evoluíram quando ele viu a minha proposta. Veio falar que existiu um negócio chamado Friedrich Ebert da Social Democracia Alemã: Miranda, a grande coisa é fazer o tal do ‘cebrapinho’, fazer mesmo dentro de um partido político, dentro do MDB, aí a idéia que eu tinha tido em relação ao André. Aí então a idéia de se constituir uma entidade, com personalidade política própria, associada ao centro de estudos políticos, econômicos e sociais” (Entrevista com Luiz Miranda).

Assim sendo, o Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) foi criado em 1972, por iniciativa de um conjunto de militantes provenientes dos meios universitários que objetivavam oferecer um *locus* de debate entre intelectuais, políticos, estudantes e professores universitários. E para sua efetivação teriam contado com a existência de uma lei partidária que tornava exequível, para ambos os partidos (MDB e Arena), estruturas de formação política própria, para divulgação da doutrina partidária, etc. Para a direção do partido, o Instituto se apresentava com a “missão” de “atualização e popularização doutrinária”. No documento de 1975, o IEPES foi caracterizado nos seguintes termos:

“organização [que] que possui uma missão precisa que vem sendo fielmente cumprida: a de firmar-se como uma verdadeira universidade política do pensamento partidário, para atingir todas as classes e instituições sociais. Cabe-lhe a promoção e organização de conferências e seminários, bem como a articulação com os diferentes níveis da classe universitária e estudantil em geral, tornando-se, assim, o elemento dinâmico da elaboração doutrinária do Partido. Compete-lhe trazer para a organização o pensamento de professores, técnicos, especialistas para impulsionar o mais amplo debate dos problemas partidários, através inclusive de elementos não vinculados ao M.D.B” (“O M.D.B. Aproximando o Futuro”, 24 de agosto de 1975:11).

O documento acima citado foi aprovado pela “Convenção Regional do partido”, no Rio Grande do Sul, realizada nesta data em Porto Alegre e encaminhada à

“Convenção Nacional” realizada em setembro do mesmo ano⁶¹. Neste texto detecta-se que a preocupação norteadora das deliberações é a de “aprofundar a unidade de ação partidária”, afirmando a necessidade de intensificar a “atuação de órgãos multiplicadores do debate das teses partidárias nos campos econômicos, políticos e sociais”. Com este objetivo, enfatiza a urgência de estruturação nacional, estadual e municipal do Setor Jovem, do Setor Feminino, do Setor Trabalhista e do IEPES, entendidos enquanto “organismos de apoio [que] abrangem áreas nevrálgicas da vida nacional, cuja importância se faz crescente no mundo contemporâneo” (Idem: 12).

A presidência formal do IEPES ficou a cargo do “autêntico⁶²” Lindovino Fanton, mas, segundo os relatos, seria André Forster, com a “vigília de Pedro Simon”, que conduzia de fato o “órgão”. Fanton seria somente a garantia para que “essa gurizada não tomasse conta, não fizesse bobagem” (entrevista com Paulo D’Ávila), mas acabara se constituindo no “padrinho” do Instituto, sem nunca interferir na condução dos trabalhos.

Logo, a versão predominante identifica não apenas os méritos da fundação como também da administração do IEPES na liderança de André Forster, viabilizada por sua aproximação com o deputado Pedro Simon. E a imputação ao primeiro dos empreendimentos inaugurais de constituição do Instituto aparece como não dissociada das condições disponíveis para ele naquele momento. Ou seja, por um lado, pelo trânsito partidário, por estar trabalhando dentro do MDB ao lado da principal liderança parlamentar do partido e, por outro lado, pelo trânsito intelectual viabilizado pelo engajamento político estudantil e profissional: foi presidente do centro acadêmico Franklin Roosevelt (antiga filosofia da UFRGS) e do DCE no final da década de 60, militou no PCB, era então

⁶¹ Nesta ocasião, o então deputado Pedro Simon fora reeleito Presidente do Diretório Regional gaúcho do MDB, com 562 votos dos 565 delegados presentes (jornal *Movimento* de 01/09/75, p. 5).

⁶² No Rio Grande do Sul, os parlamentares “autênticos” eram provenientes do PTB, como Alceu Collares, Getúlio Dias, Elói Lenzi e se caracterizam por posicionamentos mais “combativos”. Posteriormente, um nova geração de parlamentares, “safra própria do MDB”, se definiu como “neo-autêntico”. Com destaque para Lindovino Fanton, Jorge Uequed, Rosa Flores, Waldir Walter e Eloar Guazelli. No início da década de setenta, a “juventude” do MDB estabeleceu algumas aproximações com estes “grupos” para se opor aos políticos “mais tradicionais” do partido e conquistar alguns espaços no âmbito institucional. Na segunda metade da década, dedicaram-se mais fortemente a se contrapor imputando-os uma herança populista, tal como pode ser observado no fragmento extraído de um artigo de Adelmo Genro: “A maioria dos parlamentares que hoje formam o grupo neo-autêntico, assim como ocorreu com os autênticos, não foram eleitos em função de uma plataforma diferenciada da totalidade da Oposição, mas no bojo de um processo político que possibilitava a eficácia eleitoral de conceitos genéricos de oposição desde que apresentados com certa veemência. Foram eleitos, portanto, não como facção conseqüente da Oposição, mas a partir de complexas alianças e vinculações com a estrutura intermediária do MDB, onde persiste fortemente o oportunismo e os vícios do populismo” (Jornal *Informação*, 25/11/76:08).

presidente da associação de sociólogos e possuía contatos com componentes do CEBRAP, entre eles, seu maior expoente Fernando Henrique Cardoso⁶³.

Como já foi mencionado, o recrutamento dos componentes do IEPES se deu entre os “quadros” universitários, mas, à medida que o mesmo foi intensificando suas atividades, militantes vindos de outras experiências políticas (sindicais, ex-militantes da luta armada, secundaristas, trabalhistas, etc.) foram se incorporando. Os entrevistados comungam com a perspectiva de que a principal razão para a inserção neste espaço se devia à possibilidade de interlocução entre a esquerda política/intelectual com a proteção institucional e/ou pela inviabilidade de utilizar outros mecanismos de intervenção política com vistas à superação do “regime militar” imposto. Adiciona-se a isso, a oportunidade de expansão da ação política para um âmbito institucional (ocupação de espaços) como um dos passos que permitiriam o fortalecimento de “projetos” futuros de agremiações políticas:

“O André começou a procurar o pessoal da Universidade pra se engajar com ele. A gente não acreditava muito nisso, ninguém acreditava no MDB, [mas] era um espaço que permitia àqueles tinham estado presos, que tinham estado fora um tempão. Nós tínhamos todo um cuidado pra não ser envolvidos novamente num outro processo. Como a gente precisa de uma espécie de guarda-chuva protetor, de ter um local seguro para se reunir protegido, que não era nenhuma reunião clandestina, fechada, era dentro do poder legislativo” (Entrevista com Raul Pont).

“resolvemos assim: precisamos ter uma existência legal, né, assim uma fachada pelo menos, aí entramos pro MDB, criamos o IEPES, Instituto de Estudos Políticos e Sociais do MDB, do André Foster, que foi secretário geral. A relação com André era bem interessante. O André, apesar de o André ser muito submisso ao Simon, totalmente, e à estrutura do MDB, era um parceiro que procurava mediar entendesse? Sempre dava uma mediadinha”. (Entrevista com Carlos Alberto De Ré).

“E é um momento muito assim, vivo, né. Porque o ciclo da luta armada estava esmorecendo, porque as derrotas tinham sido muito grandes... Mas uma boa parte da esquerda ainda relutava muito em aceitar que o caminho institucional, a participação nas eleições, parlamentar, da disputa da opinião pública fosse a melhor estratégia de democratização. (...). O André, era meu contemporâneo de universidade, tava trabalhando com assessoria do MDB, quando voltei, eu o procurei e eles já tinham o IEPES funcionando, sempre aos sábados, lá na Assembléia” (Entrevista com João Carlos Brum Torres).

“A gente vê no IEPES uma possibilidade de militância política no movimento democrático como um todo, mais além do movimento estudantil. Através do IEPES e do MDB, que naquele momento nós víamos como um partido que permitia essa proteção né, pra luta democrática. Nós éramos da visão de que era importante essa militância legal do MDB,

⁶³ Além das vindas ao RS em decorrência da realização da tese sobre o sistema escravista gaúcho, Fernando Henrique participou como conferencista da Semana de Sociologia ocorrida em Porto Alegre em novembro de 1968. O título da conferência proferida foi “Ideologia e Desenvolvimento”.

embora muitos tinham militância clandestina, nós víamos que era importante fortalecer o processo democrático criar... fortalecer esta frente democrática que o MDB representava, e o IEPES era o nosso canal de entrada através de André Forster e de alguns militantes do MDB que tinham a visão mais progressista né”. (Entrevista com César Busatto).

As atividades do IEPES eram basicamente de três tipos: reuniões de discussão da conjuntura, seminários com “personalidades intelectuais” para um público maior e palestras/cursos dos membros do IEPES de Porto Alegre juntos aos IEPES do interior do estado.

“Eu participava do IEPES em Caxias do Sul. Mas o nosso IEPES lá era um pouco diferente daqui. Enquanto que aqui o IEPES tinha mais essa dimensão, vamos dizer, intelectual (...) Lá tinha o caráter mais de promoção do que de agregação (...). Achamos que devíamos fazer, através do IEPES, ações políticas mais avançadas que as do Setor Jovem. As do Setor Jovem era de trabalhar. Também era de discussão, discutir partidos políticos, formação histórica do Brasil, mas o IEPES lá ia na base da promoção, um dia trazia dois, três palestrantes aqui da capital, pra discutir o modelo de desenvolvimento brasileiro, o milagre brasileiro, etc., etc. Nós chegamos a levar pra Caxias até o Bolívar Lamounier”. (Entrevista com José Ivo Sartori).

“Continuei com a minha atividade estudantil no curso de agronomia e no diretório acadêmico e paralelamente no Setor Jovem do MDB, e passei a integrar o IEPES, que era uma espécie de um braço dos setores pensantes do MDB, da intelectualidade do MDB. No Rio Grande do Sul, o senador Pedro Simon apoiou a criação do IEPES para que a esquerda tivesse um espaço para formular propostas e onde a esquerda atuava numa forma mais de discussão política. Porque o MDB era um partido bastante heterogêneo, forças políticas desde setores liberais até a esquerda. Então a esquerda, pra poder ter um espaço maior, organiza o IEPES (...)”. (Entrevista com Flávio Coswig).

As reuniões semanais teriam chegado a contar com mais de 40 participantes, sendo que com “assento direto” na mesa de discussão somente lideranças do IEPES e/ou representativas de algum “movimento”, “tendência” ou “setor”, na expressão utilizada por um entrevistado, de “personalidades mais articuladas”: Dilma Roussef, André Forster, Luiz Miranda, Cristiano Tatsch, Raul Pont, Sólton Lemos, foram alguns nomes citados. Nestas reuniões organizavam-se “grupos temáticos” (entre eles: saúde, educação, economia e sindicalismo) responsáveis pela sugestão de textos para discussão que eram publicados nos chamados “Cadernos do IEPES”. Ocorriam divergências com relação a temáticas e posicionamentos que se refletiam na confecção e apropriação destes cadernos, mas, ao mesmo tempo, os artigos retratavam o acordo da ordem de problemáticas que eram priorizadas.

Os seminários, por sua vez, se constituíram na grande marca de existência e “contribuição” do IEPES para os agentes politicamente engajados nos anos 1970. Considerada a principal estratégia de “formação ideológica”, os intelectuais regionais e nacionais convidados a participar eram reconhecidos pelas formulações ou reinterpretações da dinâmica social, política e econômica brasileira, segundo perspectivas marxistas. O sucesso do primeiro seminário e o ciclo de palestras promovidas pelo IEPES/MDB confirmava a afluência dos preceitos concebidos com o rótulo acadêmico no âmbito das concepções e intervenções políticas. Francisco Weffort, Francisco de Oliveira e Fernando Henrique Cardoso, seguidos por José Álvaro Moisés, Paul Singer, Bolívar Lamounier e Darcy Ribeiro, estão entre os mais citados e sempre referidos pelos entrevistados.

A terceira modalidade de engajamento dos membros do IEPES era a promoção e a participação em cursos/seminários promovidos em colaboração com os IEPES formados no interior do Rio Grande do Sul. Nestes locais, o significado e o formato das atividades variavam um pouco, contudo permanecia a idéia de um espaço de elaboração intelectual/política e formação de quadros.

O desenvolvimento do IEPES expressou-se igualmente na organização, em 1976, de uma espécie de curso para prefeitos e vereadores com base em um documento chamado “O MDB e a Ação Municipalista” com repercussão nacional. No mesmo eram apresentadas “teses” sobre “as eleições de novembro, os programas da oposição no poder municipal e a participação popular no governo das cidades”, conforme foi publicado no jornal *Movimento*, (20/06/76: 4-5). Uma semana depois (28/06/76:3) foi publicado no mesmo jornal o artigo de Miguel Bodea “O que fazer nas prefeituras?”, escrevendo como membro do IEPES:

“Uma das questões centrais que se colocam, hoje, perante o partido de oposição é, sem dúvida alguma, a criação e o fortalecimento de mecanismos de efetiva participação popular nas administrações municipais oposicionistas, única instância do poder executivo à qual o MDB tem acesso nas atuais circunstâncias. (...) Uma administração fundamentalmente voltada para os bairros e vilas populares, principalmente da periferia, naturalmente deverá mobilizar estas populações nas mais diversas formas de co-participação (...). Cabe àqueles posicionados ao lado da luta por uma verdadeira democracia, econômica e social aprofundar o debate em torno destas questões, adiantar críticas, propor alternativas e fortalecer experiências de participação popular já em curso” (*Movimento*, 28/06/76, p.3) .

Os temas contemplados no documento integravam o repertório de proposições da “juventude” e da “esquerda” emedebista gaúcha e de suas campanhas nas eleições de 1976. Sobre as diretrizes das administrações, o documento do IEPES elenca como planos de ações as reivindicações de bandeiras junto as demais esferas (estadual e federal), a criação de estruturas administrativas adjetivadas de “eficientes” e “dispostas a efetuar mudanças sócio-econômicas em prol da comunidade local, em particular dos segmentos mais desfavorecidos da população” e a “participação popular”⁶⁴.

No que diz respeito à “participação popular” o texto é mais incisivo, sustentando: “Uma das questões centrais que se coloca (...) é a criação e fortalecimento de mecanismos de efetiva participação popular nas administrações municipais oposicionistas, única instância do poder executivo à qual o MDB tem acesso nas atuais circunstâncias” (“O MDB e a Ação Municipalista”, 08/76: 121). O argumento prossegue defendendo tal iniciativa como um “embrião” do modelo político, econômico e social proposto para o país e como propulsor da potencialidade da atuação da “sociedade civil”.

A propagação de tais temáticas no partido por meio desse documento, por um lado, explicitava as discussões travadas no interior da “intelectualidade” do MDB (reuniões do IEPES, dos grupos, de estudantes, etc.), por outro lado, abria um espaço para a construção de deferentes apropriações por parte dos agentes engajados nas mesmas questões. Em outros termos, é cabível afirmar que o trabalho de publicização das idéias junto “às bases” pela direção do partido fortaleceu a “teses”, todavia as generalidades das elaborações possibilitavam diferentes usos (mais ou menos radicalizados), cujo exercício de atribuição de significados permanece em curso até os dias atuais.

Este conjunto de posicionamentos incidiu diretamente nas “plataformas” das “candidaturas jovens” em todo o Rio Grande do Sul e nas referências da “esquerda jovem” do partido no pleito de 1976. Como foi o caso da campanha de Marcos Klassmann, que realçava a preocupação com a ativação política das “massas” ou da “população” (dentre outras denominações) como significado de “politização”, o que se refletia, conseqüentemente, na exigência da “politização da política municipal”.

⁶⁴ Este documento é resgatado em discussões atuais sobre a “paternidade” do Orçamento Participativo, experiência que marca as administrações “petistas” (leia-se: Olívio Dutra, Tarso Genro, Raul Pont).

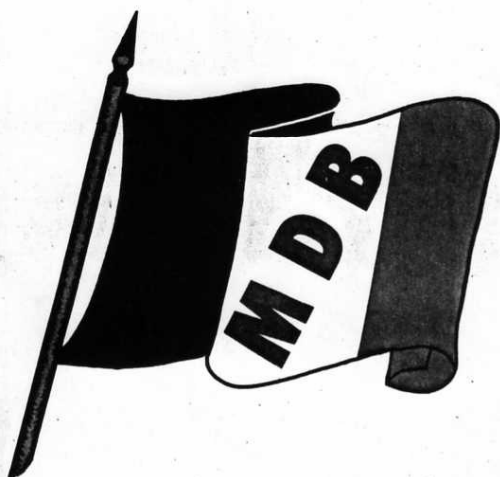


**DIRETÓRIO REGIONAL
DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO
BRASILEIRO RS**

**O MDB
E A AÇÃO
MUNICIPALISTA**



**Iº SEMINÁRIO
PARA CANDIDATOS
A PREFEITO,
VICE-PREFEITO E
VEREADOR**



**28 e 29/08/76
MDB - IEPES / RS**

Também a partir das entrevistas realizadas, foi possível detectar dois momentos no percurso de existência do IEPES. O primeiro referente ao que foi descrito até aqui, ou seja, de maior efervescência da participação no “canal institucional” oferecido para a manifestação dos diversos posicionamentos, de promoção de eventos com intelectuais de notoriedade com um alto grau de atração de um público variado e de produção de documentos de formação política. O segundo momento seria resultante de uma ruptura, caracterizada por alguns entrevistados como “racha” ou “golpe”, e se constituiria na realização de atividades com baixa expressividade e numa diminuição significativa da inserção dos “quadros” à esquerda do MDB.

O “racha” aparece como produto do crescimento acentuado do IEPES, suscitando, assim, a disputa entre os que queriam maior autonomia frente ao partido e os que adotaram a postura de “centralização”, isto é, queriam canalizar para o partido os trunfos conquistados. A divergência teria sido deflagrada com a indicação da direção do IEPES por Pedro Simon e não mediante uma eleição. Um dos aspectos observados é que havia uma divisão dos quadros entre aqueles que alternavam a militância no IEPES com vínculos com organizações estudantis, clandestinas, sindicais, etc. e aqueles que priorizavam a participação no instituto (vinculados ao MDB e à liderança de André Forster) ou eram “independentes” (logo sem vínculos externos). Isto esclarece o significado atribuído ao termo “independente”, geralmente designando a não ocorrência de “dupla militância”, como teria sido o caso de João Carlos Brum Torres, que saiu no momento do “racha”, mas teria retornado a convite de Forster:

“(…) Eu trabalhava na Assembléia nesse GAS, não podia lecionar, então eu trabalhava na Assembléia, e foi uma coisa muito horrível aquilo, foi muito duro admitir, muito injusto acho deportamos o André assim. Destruímos um trabalho que ele tava, tinha feito assim laboriosamente, e uma postura super delicada né. E aí depois deixou passar uns tempos ele foi lá na sala onde eu trabalhava e: ‘tchê, vem cá, nós vamo ter que retomar esse negócio, não pode ficar assim, deixar pra trás essa briga’. E aí me chamaram de novo, aí eu fiquei meio assim, nós tinha ficado também muito brabo com ele, tinha fechado o troço, mas nem era ele que tinha fechado, quem tinha fechado era o Simon, o Collares (...). Bom, a gente voltou a trabalhar com ele, e aí ele teve um grande ciclo de debates assim, acho que tinha umas duas vezes por ano”. (Entrevista com João Carlos Brum Torres).

Não por acaso, aqueles que se retiraram do IEPES, com a reorganização partidária optaram, principalmente, pelo PT, enquanto aqueles que permaneceram

identificados com o IEPES e André Forster mantiveram-se, ao menos num primeiro momento, no partido “sucedâneo” do MDB, o PMDB. Muitos deles atuaram igualmente no Gabinete de Assessoria Superior (GAS) do MDB e, em alguns casos, indicados pelo próprio Forster. Além de Luiz Miranda e do próprio Forster, trabalharam na Assembléia, Brum Torres, Sérgio Weigert, Paulo de Tarso Loguécio (primo dos já referidos Mercedes Cánepa, Mara e José Loguécio), Cristiano Tasch, Bernardo de Souza, César Busatto, entre outros.

Este último conta que estava chegando da estada de estudos no México e aderiu ao MDB com a aproximação a André Forster e Brum Torres. Tendo participado anteriormente do “grupo de economia”, diz que tivera alguma identificação com o “pessoal do Raul Pont”, tendo participado “organicamente do POC”, mas que, no retorno, teria feito uma “opção pela luta democrática” em detrimento da “concepção mais “doutrinista” que eu chamo, mais socialista, diretamente socialista do Raul Pont”. O mesmo ressalta que “a própria Dilma [Roussef] liderava o movimento mais de defesa realmente do processo democrático, pelas liberdades democráticas e por um movimento que se colocasse mais na luta da conjuntura do momento que era a luta democrática efetivamente” (Entrevista com César Busatto).

A importância adquirida pelo IEPES fora ativada, ainda, na candidatura de André Forster a deputado estadual nas eleições de 1978. Apresentando-se como sociólogo, secretário executivo do IEPES, membro do Conselho Estadual do Setor Jovem e assessor direto de Pedro Simon, ele contou na sua campanha com o engajamento de uma série de militantes. No conjunto dos relatos, a campanha de Forster constituiu, a exemplo da de Marcos Klassmann em 1976, como um episódio marcante dos engajamentos, pelo significado oposicionista e pela propagação dos elementos que compunham então o “ideário esquerdista” dos militantes analisados.

A PEDIDO

**ANDRÉ
FORSTER**



Para
Deputado
Estadual

MDB

1181

Sociólogo e professor de Sociologia da UFRGS
Ex-Presidente da Associação Gaúcha de Sociólogos
Membro do Conselho Editorial do jornal Movimento
Coord. do Inst. de Est. Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES-MDB/RS)
Membro do Conselho Político do Setor Jovem Estadual (MDB/RS)
Assessor Especial do Deputado Pedro Simon

Ele com Américo Coppeti polarizaram as opções “à esquerda” do MDB gaúcho naquela eleição. Porém, esta polaridade não teria significado uma rivalidade entre os candidatos, pelo contrário, nos relatos proporcionados, os agentes salientam a existência de “solidariedades entre as candidaturas”, o que é condizente com o trabalho de afirmação dos agentes e dos seus espaços em relação aos demais “grupos” empreendido naquele período. Com efeito, a divisão dos aderentes expressava isto sim, uma série de alinhamentos anteriores e desenhava cenários partidários futuros. Ao lado de Coppeti, o “pessoal do Raul Pont” que deseja constituir uma Tendência Socialista no interior do MDB e preparava a formação do PT e, com Forster, estariam aqueles que falavam em nome das “liberdades democráticas” e, muitos deles, vinculados ao GAS e à Fundação de Economia e Estatística.

As “opções táticas” divergentes entre os agentes não impediu a constituição de fatores de aproximação entre eles, sobretudo quando se impunha a necessidade de afirmar-se como “novidade política” relevante frente aos demais posicionamentos já estabelecidos. Se a contestação contra a “ditadura” apresentava-se como a principal referencia de síntese para os militantes, durante os anos setenta a afirmação do “conteúdo popular” e a crítica ao populismo promoveram igualmente a convergência nos posicionamentos adotados pelos contemporâneos de “luta”. Tal afirmativa pode ser constatada por meio da participação das principais lideranças e dos diferentes grupos em uma chapa concorrente à Convenção do Diretório Metropolitano do MDB de Porto Alegre realizada em 26/8/1979. Conforme explicitado no material que se referia ao acontecimento, esta seria a oportunidade de avaliação das forças com relação à organização partidária.

Com a denominação de “Frente das Oposições pela Organização dos Trabalhadores” e em oposição à chapa auto-denominada trabalhista composta pelo ex-prefeito Sereno Chaise, pelo vereador Clóvis Brum, etc., a chapa tinha “como eixo programático central a combinação da unidade de todas as oposições no combate à ditadura militar e a defesa de organização independente dos trabalhadores e setores populares. ...”. Compunham a mesma, a Tendência Socialista (José Carlos de Oliveira, Raul Pont, Paulo D`Ávila, Renato Oliveira, Flávio Silveira, Gerson Almeida, Luis Marques, entre outros) e as Oposições Populares (André Forster, João Carlos Brum Torres, Cristiano Tatsch, Pedro Bisch Neto, Tarso Genro, Adelmo Genro, Carlos Horácio Herz Genro, etc.).

Entre os primeiros, aqueles que foram constituir o PT e, na sua grande maioria permanecem ainda no partido. Os outros foram defensores da permanência no PMDB, mas muitos deles romperam com o partido em momentos diferentes. Dos citados, somente João Carlos Brum Torres e Pedro Bisch Neto continuam filiados no mesmo. O primeiro, entre vários altos cargos já ocupados foi Secretário de Planejamento no último governo peemedebista de Rigotto, finalizado em 2006; e o segundo foi o Chefe da Casa Civil no mesmo governo. Tarso, Adelmo e Carlos Horácio Genro, como foi visto em seção anterior, saíram do PMDB ainda no início da década de oitenta. E, os demais, saíram em 2002, em decorrência da oposição feita pela cúpula partidária à candidatura de Antônio Britto à reeleição pelo governo do estado.

Porto Alegre, 13 de agosto de 1979.

¶
Prezado(a) Companheiro(a)

No próximo dia 26 de agosto (domingo) se realizará a Convenção do Diretório Metropolitano do MDB de Porto Alegre. Nesta Convenção serão eleitos 30 membros do Diretório e 10 suplentes, e 30 delegados de Porto Alegre à Convenção Regional do Partido e respectivos suplentes. A eleição se realiza de forma proporcional, isto é, cada chapa elege um número de candidatos que conforme o percentual de votos alcançados, desde que tenha obtido no mínimo 20% dos votos válidos na Convenção. A votação se inicia às 9 horas pela manhã e se encerra às 17 horas, pela tarde. Todos os filiados inscritos em Porto Alegre têm direito ao voto, são quase 10 mil o total de filiados.

Nesta convenção concorrerão duas chapas. A chapa nº 1 - FRENTE DAS OPOSIÇÕES PELA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES - é uma frente que reúne a Tendência Socialista, a corrente Oposições Populares, organizadores do Partido dos Trabalhadores, Setor Jovem Metropolitano do MDB, lideranças estudantis e trabalhadores, opositoristas vinculados ao trabalho comunitário nas vilas e bairros populares de Porto Alegre, intelectuais e profissionais liberais.


Nossa chapa (Nº 1 - FRENTE DAS OPOSIÇÕES PELA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES) tem como eixo programático central a combinação da unidade de todas as oposições no combate à ditadura militar e a defesa de organização independente dos trabalhadores e setores populares. Desta forma, nosso programa assume bandeiras de luta que hoje unificam as oposições ao regime militar e a defesa da organização autônoma dos trabalhadores e setores populares tanto no plano político como no plano social. Anexo estamos enviando aos companheiros o nosso programa e a nominata de nossa chapa.

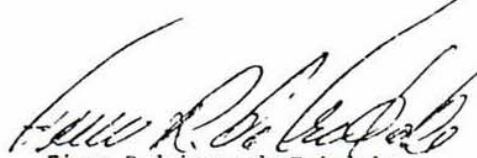
Convocamos todos os companheiros, filiados ao MDB como você, e que concordam com este programa, a comparecerem na Convenção Metropolitana do MDB no próximo dia 26 - das 9 às 17 horas - na Assembleia Legislativa do Estado.

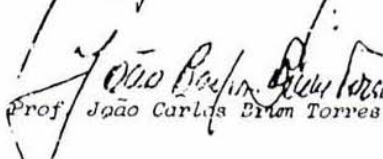
É importante que todos os nossos companheiros estejam presentes. Especialmente considerando que enfrentamos uma chapa (nº 2 - "trabalhista") que unificou o oficialismo imobilista do MDB de Porto Alegre e a corrente fascista liderada pelo ex-sargento Clóvis Arru, cuja prática política é o cabresto e a manipulação dos setores populares.

Pela CHAPA Nº 1 - FRENTE DAS OPOSIÇÕES PELA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES


José Carlos Oliveira


Prof. André Forster


Firmino Rodrigues da Trindade


Prof. João Carlos Eimen Torres

Para finalizar, cabem algumas considerações sobre o perfil e itinerário geral dos agentes que constituíra o “núcleo central” do IEPES na sua segunda “fase”. Em primeiro lugar, todos têm formação universitária e, afora André Forster, que era sociólogo, predominam as formações “mais técnicas” (como economia e engenharia) e principalmente uma instrumentalização dos títulos escolares e profissionais com vistas à ocupação de cargos. Da mesma forma, à exceção de Forster, que concorreu a cargos eletivos⁶⁵, elegendo-se vereador em 1982, sendo líder da bancada peemedebista e presidente da Câmara de Vereadores e César Busatto que, no que pese ter sido deputado estadual por três legislaturas, observa-se no seu itinerário⁶⁶ a preponderância de postos e de uma “postura” demarcadamente “técnica” (inclusive se constituindo em trunfo eleitoral primordial), os demais agentes não investiram em carreiras eleitorais e privilegiaram a ocupação de altos cargos administrativos, especialmente secretarias municipais e estaduais e presidências de empresas estatais. Com a reorganização partidária, ficaram no PMDB. Forster antes de morrer, em dezembro de 1996, ocupava postos de direção do partido, após ter sido secretário de Ciência e Tecnologia no governo de Pedro Simon, e na sua consagração póstuma são enfatizadas as “qualidades intelectuais” e de “mobilização” exemplificadas na referência às posições de líder estudantil, sindical, no contato com intelectuais e condução do IEPES⁶⁷. Boa parte dos militantes que liderava nos anos setenta saiu do PMDB, em 2002, para ingressar no PPS, liderados por Antônio Britto.

Entre eles, destaca-se César Busatto que, como outras lideranças das “gerações” de militantes tratadas neste capítulo, apresenta-se como porta-voz de determinadas forças do espectro político local no debate em torno da concepção de “participação popular”. Apesar das primeiras sínteses terem sido formuladas no interior do IEPES e do MDB, a concretização da chamada “experiência do orçamento participativo em Porto Alegre” fixou à sigla do PT e aos seus líderes o “pioneirismo”, a “paternidade”, etc., evidentemente não sem resistências e protestos por parte dos militantes do PMDB. Porém, com a “tomada da prefeitura” de Porto Alegre por parte do PPS com a eleição de José Fogaça (que acionou a continuidade e a reformulação do OP como “bandeira de

⁶⁵ Porém é na posição de presidente do diretório estadual do PMDB no final dos anos 80 e durante a década de 90 que adquiriu maior notoriedade, reconhecimento este muitas vezes associado às suas “habilidades” de administração, formulação e negociação tidas como provenientes de uma “qualificação técnica”.

⁶⁶ Ver capítulo anterior.

⁶⁷ No capítulo seguinte é analisado o grande-expediente em homenagem a André Forster promovido na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

campanha”), César Busatto a partir da ocupação do Gabinete de Governança Local passou a participar dos embates acerca da definição, implementação e condução das “experiências de participação popular”. Para tanto, como seus contemporâneos de contestação ao “regime militar”, aliou ocupação de cargos político e “produção intelectual” por meio de um livro (Democracia, Prosperidade e Responsabilidade Social) e de artigos em jornais no qual afirma uma idéia de “governança solidária”, “cogestão”, de inspiração cristã e com uma definição mais tecnicizada, em contraposição às versões mais ligadas ao socialismo, marxismo, etc.

Coradini (2002) traçou alguns elementos de diferenciação quanto às tomadas de posição dos diferentes agentes ligados aos variados “grupos políticos” no estado acerca da participação política. Assim, devido à bipolaridade assumida nos confrontos eleitorais e ao uso da “experiência do OP em Porto Alegre” pelas lideranças ligadas ao PT, teria havido uma ofensiva iniciada ainda durante a implementação do mecanismo de participação popular no governo do PT no estado. Entram em choque e articulam-se princípios centrados na territorialidade e no pertencimento comunitário e na representação individual do cidadão ou no caráter “consultivo” versus “participativo”, etc. A participação de César Busatto na Secretaria Municipal do governo de José Fogaça constitui mais um movimento nas lutas ideológicas e das articulações políticas em torno da “questão da participação política”.

Capítulo 4 – GRANDES EXPEDIENTES COMO LUGARES DE CONSAGRAÇÃO: “MEMÓRIA”, “GERAÇÃO”, “EVENTOS” E “HERÓIS”

Neste capítulo a análise se concentra em um material específico: os pronunciamentos proferidos em Grandes Expedientes da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, propostos por parlamentares com vistas a homenagear diferentes militantes, eventos e “gerações” que atuaram em distintos momentos do “regime militar” brasileiro. Antes da apresentação dos casos examinados, cabe discutir alguns aspectos mais

gerais acerca dos significados e as categorias consideradas relevantes para a apreensão de dinâmicas de consagração deste tipo.

Pode-se facilmente observar que a mera declaração de algum tipo de atuação durante os anos sessenta e setenta acabou se afirmando como trunfo básico de valorização biográfica e tal inscrição conta com a elasticidade da demarcação cronológica oficial (no mínimo de 1964 a 1979). A multiplicidade de domínios politizados (universidades, escolas, sindicatos, igrejas, etc.) e de modalidade de intervenção legítimas naquela conjuntura (desde ser simplesmente simpatizante ou ter um amigo “militante” até “pegar em armas” e ir militar no “exterior”), bem como as generalidades de cunho processual como “atuar na resistência ao regime militar”, na “luta contra a ditadura”, “pela redemocratização do país”, etc. favorecem a fixação de um elenco de critérios de celebração.

Esta valorização é resultado de um trabalho incessante de ativação das singularidades que marcaram o período, mas, além disso, da “excepcionalidade” atribuída às condições históricas que marcaram a *entrada na política* de agentes que, posteriormente, conquistaram posições de destaque em diferentes domínios sociais. Sem falar na gama de registros e objetos compartilhados e disputados forjados nas suas inserções inaugurais – mesmo que tenham ingressado em “fases” diferentes do “regime militar”, extraído recursos diferenciados e com destinos variados – que permitiram aos agentes constituírem um quadro de referências comuns constantemente atualizadas ao longo dos itinerários individuais e coletivos.

Constata-se a configuração de um “sentimento de contemporaneidade” entre os protagonistas que atuaram nas mesmas condições e que – com a colaboração de analistas, simpatizantes, e dos mais diversos agentes – fornecem avaliações e versões retrospectivas sobre o “período” e sobre os “personagens” e assim produzem tal “excepcionalidade” histórica e militante.

Não raro, para as descrições e inscrições “no passado”, os militantes utilizam da idéia de “geração” como referência de síntese para localizar os “contemporâneos”, para diferenciá-los dos demais “atores políticos” e para delimitar um espaço de atuação e de identificação “no presente”. Tem-se que a alusão ao passado permite reconstituir justificadamente o itinerário percorrido e, assim, revelar uma dinâmica

de constituição e fortalecimento de *grupos de pertencimentos* e de fronteiras sociais, de expectativas e desencantos, de complementaridades e oposições irreversíveis (Pollak, 1989). Neste trabalho, os agentes alimentam seus *círculos de reconhecimento* e sustentam alguns dos elementos necessários para manter-se em identificação.

Portanto, a reivindicação da idéia de “geração” atualiza o *círculo de reconhecimento* que confere estatus àqueles que conseguem se situar nas suas fronteiras e dela retiram atributos e trunfos políticos nas suas “lutas” contemporâneas. É preciso frisar que não se está tomando uma idéia de “geração” como grupo homogêneo de pessoas com as mesmas concepções, crenças, desejos, frustrações, tampouco a delimitando por classes de idades, estilos de vida, nem mesmo por um “patrimônio” comum político, intelectual, moral, etc. (Favre, 1989). Entende-se que esta categoria – como outras que são referidas – comporta lógicas específicas de construção de referências comuns que se define por estratégias de pertencimento e de consagração diferentes para aqueles que a utilizam. É na idéia de identificação ou reconhecimento distintivo pela inserção em determinados *eventos* que reside à chave dos vínculos geracionais, isto é, os agentes se identificam e identificam os outros como pertencentes à mesma “geração” e operam a mesma atribuição tanto para os mais próximos como para seus concorrentes (Girardet, 1983:184).

A noção de *evento* aparece, então, como critério de constituição geracional, pois é o fato de ter “compartilhado” determinadas situações que leva os agentes a “experimentar sua contemporaneidade, se apropriar de seu tempo, fundar sua memória coletiva” (Favre, 1989: 309). Isto não significa dizer que o evento “fabrica” uma “geração” – nos termos propostos por Sirinelli (1996) para o qual é a partir de um evento fundador marcante que se constitui a “geração” – “como se o evento gerador fosse exterior aos homens que dele participam”, ao contrário, “são os homens que fundam o evento e que lhe conferem seu valor de evento” (Favre, 1989:312).

No material investigado para esta tese, salientam-se a recorrência de dois elementos como primordiais para a caracterização de “eventos singulares”: a mobilização de agentes com posicionamentos variados em determinadas situações, neste caso a valorização de manifestações, campanhas, espaços de discussão, etc. tidas como excepcionais; e as circunstâncias de violência, principalmente com mortes concebidas

como exemplares. Este último ponto remete a importância de examinar as homenagens aos “mortos” numa lógica da retribuição e de consagração.

Sendo assim, pode-se adotar algumas indicações de Yves Hélias (1979) no sentido de considerar a consagração dos “mortos” como reflexo de uma “estrutura de trocas simbólicas” impulsionada pela crença na função gratificante desempenhada pelo indivíduo (em vida). O “juízo valorizante” das qualificações ou ações do indivíduo legitima a realização de “homenagens” que acaba assumindo o caráter de retribuição suscitada pelo reconhecimento por parte daqueles que permanecem vivos. Este sentimento de “dívida simbólica” com o indivíduo privado de vida, não se funda apenas na consagração de sua “obra” (num sentido bem amplo), mas simultaneamente uma consagração de um universo de significados – no caso de um período de lutas, eventos, feitos, marcas – que, em última instância, consagra os agentes que oferecem a homenagem. Estes, além de “amortizar” uma dívida histórica com o homenageado, retiram do ritual, através dos vínculos atualizados nas falas, trunfos políticos para si mesmos. Deste modo, os elementos articulados à figura dos homenageados permitem a compreensão de “todo um jogo de papéis cujo funcionamento é particularmente esclarecedor”, além das lógicas que tornam o homenageado “credor” e aqueles que homenageiam “devedores” (Hélias, 1979:747)

Para os casos em que a morte ocorre em “combate”, maior é a proporção da dívida e a gama de atributos que são acionados para adjetivar aquele que perde a vida em nome de uma “causa”. Neste caso, a heroicização pode assumir uma feição de gratificação máxima, de eternização e sacralização do agente e de seu “feito”. Conforme Coradini (1998b:212), “o que distingue os agentes sociais considerados como heróis dos meramente dominantes” são os “valores culturais” que os primeiros encarnam e a eles é conferido uma posição na “ordem do sagrado, em oposição ao profano”.

Há uma série de lógicas de consagração social que “substancializam e personificam instituições ou processos coletivos, que não apenas ‘figuras’ individuais, mas também instituições ou categorias podem ser heroicizados, através da reificação de abstrações e personificação de coletivos” (Coradini, 1998b:212-213). E ainda, tais lógicas são operadas por aqueles que ao “heroicizar” (indivíduos, instituições ou categorias) estabelecem a sua própria proximidade com o “objeto sagrado”, revelam os recursos

valorizados, consagram eventos e apresentam-se como detentores do “patrimônio coletivo”.

Evidencia-se uma multiplicidade de formas, agentes, motivos, alvos, espaços condizentes com as estratégias de consagração, não necessariamente racionalizadas como tais. Contudo, a promoção de cerimônias de homenagem adquire um “valor de evento” porque mobilizam agentes autorizados a tomarem a palavra para celebrar os “heróis”, defini-los como tal e, assim, definir a lógica de hierarquização dos agentes segundo aqueles critérios e apresentar-se, de alguma forma, como detentores dos mesmos. Estes princípios, então, emergem em situações “ritualísticas” que ganham uma conotação contundente quando dizem respeito a espaços vinculados ao “mundo político”, consagrados como espaços de consagração.

Nestes momentos, funcionam os ritos de instituição que “consistem em sancionar e santificar um estado de coisas (...) fazendo-a conhecer e reconhecer, fazendo-a existir enquanto diferença social” (Bourdieu, 1996: 99). Os mesmos contam ainda com a consagração oficial (reconhecida pelo estado e por meio da instituição em que ocorre) dos “heróis” e o “direito à eternização” que, em última análise, possibilitam apreender: “princípios de aferição da excelência ‘humana’ e, portanto, de hierarquização social (...)”, assim como as “lutas visando à imposição de critérios específicos de ‘grandeza’, e sua consagração e oficialização” (Coradini, 1998b:211-212).

Cabe destacar que tais disputas pelos “atributos” e “qualidades” a serem celebrados atravessam as fronteiras da própria “geração” (exprimindo posições que nas cerimônias atualizam alianças e rivalidades), mas capturam igualmente o crédito daqueles que foram adversários no momento inaugural e daqueles que ingressaram posteriormente.

“Os lugares onde ela [a memória] se condensa e se exprime têm em comum o fato de serem lugares comuns, centros de participação coletiva, mas passíveis de uma imediata apropriação pessoal... a memória geracional advém de uma sociabilidade de conjunto histórico e coletivo para se interiorizar até as profundezas viscerais e inconscientes que comandam as escolhas vitais e as fidelidades reflexas. O ‘eu’ é ao mesmo tempo um ‘nós’”. (Nora, 1997, p. 3003).

Para o caso em pauta, estes mecanismos da “memória”, de certa maneira, também produzem um *efeito sobre-regenerador*, quer dizer, criam ou redefinem formas de

gratificações (não materiais), baseadas na afirmação de valores como integração social, sentimento de participar de uma “causa justa” e engajamento em uma “aventura rica de sentido” e de “devotamento”, característicos das estruturas militantes (Gaxie, 1977).

4.1 – “Causas”, “heroísmos” e “patrimônio partidário” na homenagem aos “Guerrilheiros do Araguaia”

"À sombra dos tempos vividos,
Semeados pela emoção,
Repousa o guerrilheiro
Que diante da inesperada e violenta
Morte esperada,
Deixou em nós, viva,
A semente do solo araguaio.
Mergulho nas recordações
E na fumaça do cigarro
De marca Continental, sem filtro,
E recordo cada irmão tombado
E não tombado.
E indago sob a névoa fria e sombria:
A que sobrevivemos
Guerreiros sem ilusão?
(...)
Grabois, Arruda, Arroio, Pomar,
Danielli, Drumond
E tantos e tantos irmãos
Para quem por certo à pena valeu
E pesa a angústia de ter sobrevivido, Pesa muito ter escapado.
Pesa e dói fundo.
N'alma de quem restou.
Pesa a rotina da insensibilidade,
O cartão de crédito e a festa vazia,
A saudade dos amigos de antes e do violão,
Do que era simples, forte e transparente
(...)
Na memória e na trilha guerreira
Dos irmãos idos e vindos, perdidos e encontrados,
Do sonho e do pesadelo.
E, apesar de tudo e do ventre da besta imunda,
que do lado de cá seu rastro marcou,
Do martírio de uma época que não se foi,
O sonho não acabou."

O fragmento acima é de um poema, lido pela deputada Jussara Cony no Grande Expediente em homenagem aos “guerrilheiros do Araguaia” e teria sido feito por um militante do partido que assina somente com o seu “nome de clandestinidade”, Daniel.

A “Guerrilha do Araguaia”, como já foi salientado, resultou dos empreendimentos de militantes do PC do B que defendia a luta armada, com base em uma “perspectiva maoísta”, seguindo a “linha” da revolução chinesa que se pautava pela defesa da chamada “Guerra Popular Prolongada”, fundamentada num “exército camponês” mobilizado por “lideranças comunistas”. Para formação desses “quadros guerrilheiros” teriam “enviado” alguns ativistas para a realização de “cursos” na Academia Militar de Pequim em 1964 e, posteriormente, investido na criação de uma “base de treinamento militar” nas margens do rio Araguaia, localizado no estado de Tocantins.

Visavam a “organização” da “guerrilha rural” no Brasil. Sendo assim, os primeiros militantes teriam começado a se deslocar para aquela “área” a partir de 1966, integrando-se à dinâmica local como comerciantes, camponeses, médicos etc. prática esta que, combinada com o proselitismo político, objetivava conquistar aderentes para a composição do “exército revolucionário”. E, paralelamente, desenvolviam atividades relacionadas ao “treinamento militar” propriamente dito, como possibilidades de sobrevivência na mata, estratégias de ataque, exercícios com armas, enfim, todas as táticas de combate que poderiam e deveriam ser ativadas na “guerra popular”.

Teriam, então, sistematizado um conjunto de “reivindicações” que diziam respeito diretamente às condições de existência desfavoráveis da população local constituindo-se, pois, numa tentativa de interpelação dos mesmos para a “luta”. O principal documento de divulgação e mobilização foi produzido pela denominada União pela Liberdade e pelo Direito do Povo (ULDP) em 1972. Abaixo segue o parágrafo final que sintetiza as ênfases utilizadas:

“A UNIÃO PELA LIBERDADE E PELOS DIREITOS DO POVO, surgida para unir as amplas massas, crê que esses vinte e sete pontos sintetizam as reivindicações mais sentidas e imediatas do homem dessa região. Incluem tudo o que ele deseja e tem direito. Representam, contudo, o mínimo exigido por ele nas condições atuais. Por isso, a ULDP o considera um programa em defesa dos pobres e pelo progresso do interior. Em torno dele se unirá o povo sofrido: os lavradores, os castanheiros, os vaqueiros, os garimpeiros, os peões, os barqueiros, os que trabalham na madeira e na quebra de babaçu, os pequenos e médios comerciantes, enfim, todos os que querem o progresso da região e a facilidade de seus habitantes. É hora da decisão, de acabar para sempre com o abandono em que vive o interior e de pôr fim aos incontáveis sofrimentos de milhões de brasileiros abandonados,

humilhados e explorados. A Revolução abrirá o caminho para uma nova vida. Até hoje o povo foi tratado como escravo. Chegou o momento de levantar-se para varrer os inimigos da liberdade, da independência e do progresso do Brasil.” (<http://www.vermelho.org.br/pcdob/80anos>).

Dos militantes gaúchos do PC do B que estiveram no Araguaia, Paulo Mendes Rodrigues teria sido um dos primeiros a se fixar no lugar. Com uma militância anterior à “reorganização” do partido em 1962, nasceu em 1931 em Cruz Alta/RS e era formado em economia, mas, na “região do Caiano” onde teria habitado, desempenhou como ocupação principal a de mascate (www.desaparecidospoliticos.org.br). Ele também teria estado em Porto Franco, no interior do Maranhão, com o “jovem médico” João Carlos Haas Sobrinho, que lá teria fundado um pequeno hospital. E este último depois veio a juntar-se a Mendes Rodrigues e constituir a “Forças Guerrilheiras do Araguaia como responsável pelo Serviço de Saúde do conjunto dessas forças” (Idem) e trabalhando como lavrador na “comunidade” onde residia. Nascido em São Leopoldo/RS em 1944, João Carlos Haas Sobrinho se formou em medicina na segunda metade dos anos sessenta. Foi líder estudantil – chegando a ser presidente do Centro Acadêmico Sarmiento Leite da Faculdade de Medicina da UFRGS –, fez “curso de guerrilha” na Escola Militar de Pequim/China e “escreveu vários trabalhos sobre malária e leishmaniose, fruto de suas pesquisas e experiência”. No depoimento de uma professora da localidade, ela destaca, chamando-o pelo codinome: “Juca, alto e magro como um galã estrangeiro, falava manso e adquiriu fama de bom parteiro, porque, na realidade, era o médico João Carlos Haas Sobrinho” (Idem).

Assim como Paulo Mendes Rodrigues, a militância política de José Humberto Bronca é anterior ao “golpe de 64”. Ele nasceu no início dos anos trinta (1934) em Porto Alegre. Era desportista, formado em Mecânica de Manutenção de Aeronave e trabalhou na VARIG. Assim como Haas Sobrinho esteve em Pequim e, depois de viver clandestinamente no Rio de Janeiro, se deslocou para a região do Araguaia, em meados de 1969. Segundo relatório do Ministério Exército, teria ido para China em 1968 e para Cuba, realizar um “curso de guerrilha urbana e de explosivos” em 1971 (Idem).

Cilon Cunha Brum era o mais jovem dentre os “guerrilheiros” oriundos do Rio Grande do Sul. Natural de São Sepé, nasceu em 1946 e com dezessete anos de idade passou a residir em Porto Alegre, onde estudou no Colégio Nossa Senhora do Rosário e

trabalhou em uma empresa de publicidade. Transferido pela empresa para São Paulo, estudou economia na PUC paulista – tendo sido presidente do DCE daquela universidade – e ali iniciou sua militância política. Teria ido “juntar-se à forças guerrilheiras” no início dos anos setenta (provavelmente em 1972) depois do primeiro ataque das Forças Armadas.

Os guerrilheiros gaúchos em Araguaia

■ João Carlos Haas



Nascido em São Leopoldo, era médico e membro da comissão militar da guerrilha. Foi o primeiro gaúcho a morrer, em 30 de setembro de 1972, aos 31 anos, durante confronto com soldados do Exército. Fez treinamento militar na China. Sua provável ossada foi encontrada em 1996 em Xambioé e ainda está sendo examinada na Universidade de Buenos Aires.

participando de alguns confrontos com o Exército, até ser capturado em 25 de dezembro de 1973, aos 27 anos, no episódio conhecido entre os militares como Chafurdo de Natal, a principal derrota dos guerrilheiros.



Mais tarde, foi deslocado para a comissão militar. Foi capturado vivo no dia 25 de dezembro de 1973, aos 39 anos, e morto provavelmente em meados de 1974.

■ Cilon Cunha Brum

Era vice-comandante de um dos três destacamentos de guerrilheiros. Nascido em São Sepé, especializou-se em tiros e emboscadas.

■ José Humberto Bronca

Depois de sair da Varig, onde trabalhou na manutenção de aviões, passou um tempo na China depois do golpe militar de 1964, até se mudar para o Araguaia, em meados de 1969. O porto-alegrense tomou-se rapidamente vice-comandante do destacamento B.

■ Paulo Mendes Rodrigues

Economista nascido em Cruz Alta, comandou o destacamento C antes de chefiar a guarda da comissão militar. Diferentemente da maioria dos companheiros, preferia atacar a se defender. Foi morto aos 42 anos no Chafurdo de Natal.

Fonte: Zero Hora, 8/3/2004:13

A maior ofensiva contra os “guerrilheiros” teria ocorrido a partir de 1973. Na passagem abaixo, uma descrição do que seria a investida final dos militares que resultou na derrota dos “combatentes”:

“após o total mapeamento da região pelos militares e pelo Serviço Nacional de Informação (SNI) atingindo a população civil. Nas selvas, os guerrilheiros cercados preparavam-se para os combates. No Natal de 1973, após juntarem-se os três destacamentos guerrilheiros, as Forças Armadas lhes impõem a principal derrota, destruindo a Comissão Militar dos guerrilheiros e matando em torno de vinte e cinco deles. A luta durou até janeiro de 1975, mas poucos resistiram e sobreviveram”. (Konrad, 2003:10).

A efetivação de um “levante revolucionário” em nome da “liberdade” e “dos direitos do povo” que redundou na morte de vários militantes que “heroicamente resistiram”, são elementos constantemente acionados para a apresentação da história do partido.

Com efeito, a “Guerrilha do Araguaia”, ao mesmo tempo em que desfalcou o PC do B de algumas das suas lideranças de maior destaque à época, se constitui num dos eventos marcantes da “biografia” do partido posteriormente e, tendo em vista as condições de existência do PC do B, esse recurso é particularmente contundente. Como foi referido em capítulo anterior (3), trata-se de um partido cujos militantes mantêm uma fundamentação “ideológica” calcada em pressupostos marxistas mais “tradicionais”. De tamanho relativamente pequeno, a sigla se ampara nas alianças com partidos maiores e seus dirigentes apostam em candidaturas a cargos proporcionais e investem num número restrito de candidatos.

Não raro, nas reconstituições do itinerário partidário observa-se a ativação de uma idéia de “memória”, como sinônimo imediato de “lembrança”, mas que comporta sempre, no mínimo, uma tripla lógica de retribuição que implica em benefícios e beneficiados: na primeira, encontram-se a homenagem às “causas” em nome das quais os “guerrilheiros tombaram”, neste caso, os “beneficiados” da “luta” seriam as categorias em nome das quais “lutaram” (“trabalhadores”, o “povo”, o “Brasil”) e os “benefícios”, além da própria “luta” e a “vida” que foram “doadas”, referem-se ao conjunto de “conquistas” posteriores às quais podem relacionar as contribuições daqueles militantes (liberdade, democracia, etc.); na segunda encontram-se a celebração dos “heróis” cuja morte procura-se retribuir com a constante prestação de homenagens e formas variadas de consagração, “beneficiando-os” com o reconhecimento da sua “bravura” e “luta”; e na terceira, certamente muito menos explícita e proclamada, encontram-se a fixação dos “porta-vozes” da própria “memória” (das “causas” de dos “heróis”) que podem “beneficiar-se” pela detenção da autoridade legítima de acioná-la e defini-la. Para o caso em pauta, os dirigentes do PC do B tratam de garantir a devida distribuição daqueles “benefícios” aos seus respectivos “beneficiados” abonando, pois, a sua própria condição de depositário ou de guardião da “memória” que ajudam a construir e transmitir.

As homenagens prestadas aos “guerrilheiros do Araguaia” são dos mais variados tipos, desde a sua “eternização” em nomes de ruas, praças, hospitais, centros políticos, etc., passando pela divulgação, comumente utilizando *sites de internet*, de “fatos” e protagonistas de cunho mais “reivindicatório” e/ou denunciativo. E há ainda os acontecimentos ocasionais (e freqüentes) geralmente realizados em ocasiões de datas comemorativas ou com outros pretextos que o justificam.

Conforme Nora (1997:2975), são justamente esses os mecanismos que garantem não apenas a existência de eventos e gerações, como das “interrogações sociológicas, econômicas, demográficas e históricas” sobre eles. Assim, as “relevâncias” nem sempre são desencadeadas simplesmente pelos “acontecimentos”, mas são igualmente tributárias de uma espécie de “fabricação do sacrossanto” que é operada “ao ritmo dos aniversários (...) e em contextos históricos profundamente diferentes”.

Sendo assim, a análise que segue recai sobre um evento de consagração específico: uma sessão de Grande Expediente realizada em 22 de maio de 1996 na Assembléia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul em homenagem aos “guerrilheiros do Araguaia”, promovida pela deputada do PC do B Jussara Cony.

A deputada Jussara Cony é proveniente de uma “família de comunistas” e tem significativa “inserção sindical e política no serviço público”. Foi funcionária pública, cursou a Faculdade de Farmácia e atuou no movimento estudantil, todos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dedicou-se à “militância sindical” tendo sido eleita presidente da Associação Estadual dos Farmacêuticos (Coradini, 2001:87). A partir disso, investiu em múltiplas “esferas de militância, visando sua ‘politização’” (idem:88). Constituiu, então, suas bases eleitorais relacionando tais inserções à “enfrentamentos” mais “universais que, conjugados às referidas identificações, justificam o pertencimento partidário.

Tal pertencimento implica na posse e na administração de um conjunto de recursos que constituem o patrimônio do partido e que são parcialmente e temporariamente transmitidos aos seus membros, ainda que passível de ser ilimitadamente prorrogado e restabelecido (Bourdieu, 1989b:191). A detenção deste *capital delegado* é resultante dos recursos oferecidos pelos agentes que investem das mais variadas forma na “instituição” e,

por isso, são proporcionalmente *investidos* por ela, como nos termos propostos por Bourdieu (idem:192) referindo-se às escolhas de candidaturas:

“a *investidura* – acto propriamente mágico de *instituição* pelo qual o partido *consagra* oficialmente o candidato oficial a uma eleição e que marca a transmissão de um capital político, tal como a investidura medieval solenizava a ‘tradição’ de um feudo ou de bens de raiz – não pode ser senão a contrapartida de um longo *investimento* de tempo, de trabalho, de dedicação, de devoção à instituição” (idem).

Assim concebe-se, pois, as lógicas que autorizam que a deputada Jussara Cony proponha um Grande Expediente em homenagem aos militantes guerrilheiros do PC do B. Mediante a iniciativa a parlamentar reconhece o papel dos militantes, retribuindo a dedicação dos mesmos às “causas”, reforça o patrimônio coletivo, apropria-se de um “legado comum” e, desta forma, reafirma *em nome do partido* a defesa dos mesmos “ideais”. Isto pode ser observado no trecho abaixo que se constitui de algumas passagens do seu pronunciamento de abertura da sessão:

“bravos lutadores pela democracia (...) tombaram na defesa de um país com justiça e com liberdade. (...) O Partido Comunista do Brasil atuava na região do Araguaia desde 1966, organizando a luta dos camponeses. Na luta desigual - cem guerrilheiros versus vinte mil soldados - quase mil moradores da região foram presos e torturados, na tentativa de isolarem-se os guerrilheiros do povo. Poucos, entretanto, morreram no combate (...). Os homens e mulheres que lutaram no Araguaia, a resistência armada são parte do patrimônio de lutas do nosso partido, dos brasileiros e da humanidade, sendo, fundamentalmente, um exemplo a seguir, hoje mais do que nunca, por todos os que dispõem de sua vida para a construção de uma pátria com dignidade para com o seu povo, com soberania, com democracia e com justiça social. (...) Homenagear, hoje, nesta Assembléia Legislativa, a luta araguaia, seus combatentes, os familiares, nossos guerrilheiros gaúchos Cilon Cunha Brum, João Carlos Haas Sobrinho, José Huberto Bronca, Paulo Mendes Rodrigues é dizer que não queremos esquecer o passado: dele nos orgulhamos; não queremos omitir a história: dela participamos; não compactuamos com a impunidade. Homenagear a luta araguaia é resgatar a história de homens e mulheres - pais, mães, irmãs, irmãos, esposo, esposa -, companheiros que buscam os seus desaparecidos, os seus mortos, para, num gesto de amor e de carinho, colocá-los no solo pátrio, com dignidade à altura da vida que viveram, do sonho que sonharam, da história que ajudaram a fazer.”

Alguns dos elementos destacados nesta fala são retomados nos “pedidos de aparte” solicitados pelos líderes das bancadas que desejaram manifestar-se sobre os homenageados. Dentre as mais enfatizadas, princípios ou derivações das idéias de “justiça”, “liberdade”, “democracia” e, especialmente, de “ideais” encerram os valores que, por um lado, fundamentariam os sentidos daquela militância pelas quais “deram a vida”.

Por outro lado, legitimariam a “justa homenagem” oferecida aos “guerrilheiros”, ainda que eventualmente divergindo dos “meios de luta” utilizados e, finalmente, são valores aos quais os agentes buscam, de diferentes formas, associar-se demarcando os seus próprios sentidos de atuação e consagrando as suas próprias biografias militantes.

Cabem, então, algumas referências específicas sobre os depoimentos, salientando que grande parte dos agentes citados atuou no movimento estudantil em algum momento do “regime militar”, combinado ou não à inserção em organizações institucionais ou clandestinas no mesmo período.

“Deputada Jussara Cony, queremos, em nome da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento e essa justíssima homenagem que faz aos lutadores que tombaram no Araguaia. Permita que nos somemos à homenagem aos seus familiares dizendo que o exemplo de fibra, de coragem, de tenacidade, de firmeza de ideais, de combatividade daqueles militantes, é exatamente o que precisa o nosso povo, tão sofrido em meio a tanta desigualdade vivendo num País que marginaliza do processo de desenvolvimento econômico legiões e legiões de brasileiros. (...) Temos certeza de que exemplos históricos como o dos militantes do Partido Comunista do Brasil, que tombaram por seus ideais no Araguaia, contribuem para que um dia tenhamos uma nação muito diferente desta - um Brasil soberano, livre, justo e socialista - para que possamos conviver com igualdade de oportunidades” (Vieira da Cunha/PDT).

Neste “testemunho” observa-se a centralidade da categoria “povo” compatível com o uso priorizado pela “tradição trabalhista” à qual se inscreve o deputado. Vieira da Cunha orienta seu pronunciamento buscando demonstrar a necessidade que o “povo” encarne uma série de qualificações que singularizariam aqueles “lutadores do Araguaia”, tais como a “tenacidade”, a “firmeza de ideais” e a “combatividade”. Sublinha-se, ainda, a utilização de termos que remetem a um repertório usualmente utilizado para a definição de “ícones” da “política gaúcha”, que personalizam qualidades “guerreiras” e que fundem “funções militares” e “políticas”, igualmente inspirada nos marcos daquela “tradição política”. Além disso, ele assume posições próprias de um “ideário de esquerda” e estabelece a aproximação com aqueles “exemplos históricos” mediante a ênfase na crítica social que “marginaliza legiões de brasileiros”.

“(…) só quem escreve história arriscando tudo, ou seja, a sua vida, a sua juventude pelos seus ideais, consegue permanecer da forma como eles o conseguiram. (...) Não escondo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, minha emoção pessoal, pois, além de reconhecer nesses lutadores e nessa geração todo mérito e dedicação que tiveram e o quanto de resgate dos valores éticos e dos valores de ideal, de solidariedade e de capacidade de sacrifícios eles representam - deveriam representar até aos olhos de seus inimigos e adversários (...). (Flávio Koutzii/PT)

No depoimento de Flávio Koutzii evidencia-se a mesma estratégia de consagração geracional comumente por ele acionada nas suas construções retrospectivas sobre o “passado” e que são examinadas detidamente na seção dedicada ao Grande Expediente em que anuncia a sua “aposentadoria” na carreira eletiva. É preciso ressaltar aqui que, diferentemente do caso anterior, a reivindicação de uma gama de qualificações – como “mérito”, “dedicação”, “resgate dos valores éticos e dos valores de ideal”, “solidariedade” e “capacidade de sacrifícios” – é direcionada à categoria “geração”, a qual se inscreve ao demarcar a sua “emoção pessoal” e para qual solicita reconhecimento “até dos adversários”. A idéia de “geração” é, então, concebida como uma síntese de equivalências na infinita diversidade de militantes, eventos e modalidades de intervenção que marcaram os anos sessenta e setenta.

“Deputada Jussara Cony, V Exa. tem sido nesta Casa, a mensageira de uma história, uma guerrilheira da democracia, uma guerrilheira dos seus sonhos socialistas. (...) A coerência do seu discurso trouxe respeito aos seus ideais, mas naturalmente traz a obviedade do reconhecimento de todos nós por esse sonho. E essa homenagem realizada hoje é a pura reverência dos seus sonhos, no dia-a-dia desta Casa. A Deputada Jussara Cony tem esse reconhecimento de todos que dela convergem ou divergem. (...) Todos procuramos nossos úteros na universidade, na imprensa, proximamente à vida pública, mas alguns fizeram sua escolha pelo confronto armado. Pode-se divergir da opção feita por eles; pode-se dizer que tiveram um equívoco de avaliação ou não. Entretanto, não se pode negar que eles foram coerentes, transparentes, verticais na postura e na solução de seus ideais. Em boa parte também deles dependeu a evolução do processo de abertura democrática. (...) Pena que a nossa batalha não teve condições de progredir simplesmente pelo verbo na luta democrática. Pela nossa geração inteira, não poderíamos deixar de nos associar a essa bela, tocante, justa e emocional homenagem. Talvez essa fosse uma dívida que tivéssemos com todos os nossos queridos”. (Paulo Odone/PMDB).

Paulo Odone atuou no movimento estudantil nos anos sessenta e, tendo vinculação com a Ação Popular, chegou a ser vice-presidente da União Gaúcha dos Estudantes (UGES) e, depois, priorizou a atuação no MDB permanecendo no PMDB com a reorganização partidária (Coradini, 2001:175). Na passagem acima há a ênfase no

“elogio” à deputada responsável pelo Grande Expediente e suscita-se uma possível crítica à “opção de luta” privilegiada pelos militantes que fizeram a “guerrilha”. Assim, tais posicionamentos podem ser lidos à luz do itinerário militante do deputado, ou seja, como convergente com a valorização dos “papéis institucionais” e, conseqüentemente, divergentes de meios “clandestinos” ou de “confronto armado”. De qualquer modo, não deixa de também acionar um sentido de “geração” e nela se inscrever. E ainda, atenta-se para uma idéia de “dívida” que estaria sendo “saldada” com a homenagem. Tal avaliação de enceramento da “dívida” só é possível, justamente, porque inexistem objetos de identificação relevantes entre o deputado e os “mortos”, pelo contrário, há distanciamentos significativos. Entre aqueles que possuem tais identificações o ajuste entre “débito” e “crédito” é infinitamente mais exigente.

“Em nome desses amigos, em nome dos mártires e dos heróis que deixaram o seu sangue na nossa Pátria, para que ela fosse livre, parabenizamos V. Exa. pela manifestação. Muitas pessoas passaram pela vida sem sonhos e sem ideais. Outros sonharam, morreram, viveram esta vida. Outros, ainda, tiveram sonhos nobres e deram sua vida por um ideal, por um sonho, pela Pátria. Estes, a história considera heróis. Desculpe-me a emoção, deputada. Muito obrigado”. (Eliseu Santos/PTB).

Neste último pronunciamento predomina a celebração dos “mártires” e “heróis” que “deram sua vida por um ideal, por um sonho, pela Pátria”. Eliseu Santos tem origem na igreja Assembléia de Deus e, segundo Coradini (2001:39), com “origens humildes”, seu “exercício profissional” e atuação política são pautados por uma “ética religiosa” e “filantrópica”. Esses elementos informam, então, as bases que sustentam a ênfase naqueles que se sacrificaram em nome de “idéias” e “sonhos nobres” e, por este motivo, tornaram-se “heróis”. É exatamente este conteúdo místico, adicionado ao distanciamento do deputado em relação ao universo de inserções e posicionamentos que torna seu pronunciamento relativamente desprovido de uma tentativa mais explícita de reorientação da homenagem para outros alvos.

4.2 – “Ode à minha geração”, retribuições e consagração coletiva: a “despedida” de Flávio Koutzii

Um homem sobe sobre suas derrotas
Pede a palavra
Momentos antes de tornar-se louco
Não é um homem,
É um malabarista de uma geração
Não é um homem,
Talvez seja um objeto de diversão,
Um brinquedo comum da história. (...)
Esse homem sou eu.
Mas devo dizer que me tocou nascer no passado
E que não voltarei.
É por isso que um dia me vi no presente
Com o pé lá onde vive a morte
E outro pé suspenso no ar
Buscando lugar,
Reclamando terra do futuro para descansar.
Assim estamos eu e meus irmãos
Com um precipício em equilíbrio.
Agora, quero falar de poetas
E de tantos jovens filhos desta festa
E da tortura de ser eles mesmos.
Porque há que dizer que há quem morra no seu papel (...)
Eu não renego o que me toca.
não me arrependo pois não tenho culpa
mas queria ter podido jogar
toda a morte lá, no passado,
ou toda a vida no futuro que não posso alcançar.
E com isso não quero dizer que me ponho a chorar
Sei que há que seguir navegando
Exigindo-se.
Até poder seguir
Ou rebentar.
 (“Ode à minha geração”. Letra de uma música de Sílvio Rodriguez, tradução feita por Flávio Koutzii)

O trecho da música de Sílvio Rodriguez que abre esta seção foi lido por Flávio Koutzii no encerramento do seu discurso de despedida da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, onde esteve por 16 anos, como deputado estadual. Ao contrário das demais cerimônias examinadas neste capítulo, aqui a iniciativa de proposição do Grande Expediente é do próprio protagonista da contestação do “regime militar” que “se despede” da carreira política homenageando a sua “geração” e, assim, consagrando-se a si mesmo.

Antes da apresentação do evento ocorrido no final de 2006, mais especificamente no dia 12 de dezembro daquele ano, cabem algumas considerações sobre o

momento da *saída da política*, as características ímpares do protagonista em questão e as lógicas das trocas que amparam seus posicionamentos. A partir da análise inter-relacionada destes elementos, é possível perceber alguns dos mecanismos que operam na definição e ativação de uma idéia de “geração”, de suas “lutas”, “causas”, “símbolos”, etc. de um agente que foi vereador, secretário municipal, deputado por quatro legislaturas, secretário em uma das principais pastas do governo do PT no estado e dirigente do partido. Tal itinerário de cargos incide diretamente para o caráter de homenagem ao conjunto de militantes contemporâneos de Flávio Koutzii que a iniciativa do mesmo procura fixar.

Nos demais casos tratados, as homenagens parecem fundadas na lógica do reconhecimento da dívida impagável dos “vivos” em relação àqueles que “deram suas vidas” por “causas justas” ou “legítimas”, ou seja, a celebração dos “Guerrilheiros do Araguaia”, em especial, porque morreram no “enfrentamento” do exército em nome da “liberdade e direito do povo”; de Marcos Klassmann cujo reconhecimento está calcado na biografia militante e na “combatividade”; e de André Forster que no material examinado foi o mais “aclamado” e cujas homenagens grifaram, sobretudo, o posicionamento pela “democratização do país” e a “condução intelectual”. Entretanto, Flavio Koutzii teve sua “vida política e eleitoral” constituída fundamentalmente pela vinculação com personagens (“vivos” e “mortos”) associados às mesmas “causas”, o que justifica o reconhecimento da existência de uma dívida e a tentativa de uma “prestação de contas” no momento em que encerra a sua carreira política (ver itinerário no capítulo 2).

No que tange ao momento da saída, este remete a uma idéia “fechamento de um ciclo” iniciado com a *entrada* em cena via movimento estudantil e “organizações clandestinas” no início da década de sessenta, desdobra-se com “derrotas”, “retiradas”, afirmações, reentradas e conquista de destaque, culminando com a conquista de governos municipais, estaduais e mesmo a presidência da república. Deste modo, a homenagem a “uma geração” se traduz na identificação com uma variedade de elementos, eventos e posicionamentos capaz de abarcar um “patrimônio coletivo”, assim como o sentido de “balanço” que adquire.

A idéia de ciclo remete à interligação entre “nascimento” e “morte” de determinados personagens na política que, por sua vez, refletem as *entradas e saídas* da arena, isto é: “o que é morrer politicamente? O que é morrer numa vida? Apenas

compreende-se bem um espaço estudando os que entram e os que saem. Os trens que partem tão bem quanto aqueles que chegam e as passagens de níveis” (Offerlé, 1996:5).

O primeiro aspecto a ser grifado reside na importância que a participação nos eventos de contestação a “regimes militares” (no Brasil e na Argentina) teve no acúmulo de recursos, trunfos e “troféus”, posteriormente acionados para a ocupação de cargos eletivos. Quer dizer, a *entrada na política* em termos de disputa de cargos eleitorais foi resultante do acúmulo de trunfos na inserção inaugural durante o “regime militar”. Cabe realçar que Flávio Koutzii não havia participado de disputas eleitorais, não contava com a inserção em sindicatos, ou em círculos profissionais, não teve carreira partidária no MDB, não estava presente na fundação do PT e também não estabeleceu vínculos com determinada “região” do estado, etc. que pudesse se converter em bases eleitorais.

Pode-se, portanto, indicar que seu investimento numa carreira política se deu fundamentalmente por meio daqueles recursos acumulados na intensa “militância” prévia e também pelo reconhecimento que conquistou, igualmente na militância, de uma “condição de intelectual” graças à ênfase dada às elaborações e análises “teóricas” das intervenções políticas e aquisição do título de sociólogo em Paris (o que já era resultado de “contatos” como “intelectuais” brasileiros, muitos deles integrantes da mesma “organização de esquerda”, presentes no exterior). Assim, quando retornou para o Brasil, Koutzii inscreveu-se sem dificuldade em espaços privilegiados no PT e contou com uma *rede* de seguidores que o auxiliaram nas disputas internas e na mobilização eleitoral. Uma espécie de retribuição da sua “dedicação às causas” se estabelece. Obviamente que o mesmo conseguiu administrar o “patrimônio pessoal” através da sua atuação de destaque durante o exercício dos cargos como “tribuno”, “debatedor”, “formulador”, “elaborador”, “porta-voz”, etc. Para tanto, contribuiu aquela formação adquirida com a socialização no militantismo e com os investimentos escolares (como foi dito, também vinculados à “militância”)⁶⁸. Logo, ao homenagear a sua “geração” no momento da “despedida da carreira política” reconhece o reconhecimento que adquiriu e retribui as retribuições dadas ao seu militantismo das quais se beneficiou.

⁶⁸ Sobre a especificidade das suas bases eleitorais marcadas pelo militantismo na contestação ao “regime militar” e a dedicação a temas mais universais durante os mandatos, assim como a centralidade do uso dos cargos públicos como trunfo de lutas eleitorais, pode-se recorrer ao trabalho de Coradini sobre reconversão de bases sociais em bases eleitorais (2001:181)

O segundo aspecto a ser sublinhado diz respeito à “conjuntura” na qual decidiu “sair” da carreira política. O impacto da *saída* da cena política-eleitoral de Flávio Koutzii está igualmente marcado pelo significado de “balanço” quanto aos resultados da “experiência do PT” na presidência da República e quanto às redefinições da “esquerda brasileira” atuante nas duas últimas décadas (forjadas durante a contestação ao “regime militar”). “Líder” de uma “tendência” considerada de “esquerda” no espectro de forças no PT e nas próprias “esquerdas”, assim como fortemente ligado ao itinerário de “lutas” que as constituíram, seus posicionamentos adquiriram uma visibilidade importante na “conjuntura”. Por conseguinte, quando anunciou a sua “aposentadoria” no ano de 2006 (muitos meses antes de Grande Expediente aqui analisado), fomentou uma série de especulações e pronunciamentos relativos à “insatisfação com os rumos do governo” ou não.

A matéria do jornal Zero Hora (15/04/2006:06), baseada em entrevista com Flávio Koutzii, intitulada “Brasil: ‘o PT está num processo de mutação genética para pior’” é ilustrativa disso. A própria forma de apresentação do depoimento explicita a valorização das suas posições a partir da biografia militante:

“Flávio Koutzii é um dos mais importantes quadros da história do PT gaúcho. Exercendo mandatos eletivos desde o final dos anos 80, é o líder da bancada na assembléia gaúcha e teve um dos mais destacados papéis no governo Olívio Dutra. Agora, em recente entrevista, anuncia que não vai disputar as próximas eleições e tece críticas corajosas ao partido que ajudou a construir: ‘Chegamos ao governo e produzimos decisões políticas e traições programáticas que agora chamamos de erros. Mas errar é tentar achar um caminho. O que ocorreu foram escolhas que resultaram num acontecimento histórico brutalmente trágico’, sintetiza em entrevista ao jornal Zero Hora. (...) Um parlamentar em quarto mandato consecutivo que decide não tentar a reeleição é uma raridade. Ex-preso político torturado pela ditadura argentina que chegou à chefia da Casa Civil no governo Olívio Dutra (1999-2002), o deputado estadual Flavio Koutzii (PT), 63 anos, se considera sem energia para enfrentar uma eleição dando explicações sobre o escândalo do mensalão. Membro da corrente Esquerda Democrática, ele decidiu criar um ‘mal-estar’ para a ala majoritária do PT. Quer espaço para criticar”.

Na entrevista alguns aspectos se destacam. Flávio Koutzii afirma que o afastamento da política eleitoral não implica em abandono dos seus engajamentos, salientando os novos meios que irá utilizar: “Vou escrever, dar palestras”. Na sequência caracteriza a “crise do PT” como uma “derrota”, situando-a no seu itinerário:

“Sou pós-graduado em derrotas. A primeira foi a partir de 1964, quando a esquerda perdeu o enfrentamento contra a ditadura. Deixo o Brasil em 1970 e entro num projeto na Argentina (...). Sou preso por quatro anos, torturado e expulso do país. É outra derrota, com a morte da metade do meu grupo. Os sentimentos de responsabilidade, de culpa e até de sobrevivência são temas delicados de se lidar. (...). Depois de 14 anos fora do país, recomecei pela terceira vez no PT. O partido foi um caminho com muitas vitórias. A noção de derrota está presente nos últimos 11 meses”.

As derrotas seguidas por recomeços permitem relacionar as etapas da biografia do agente a “mortes” e renascimentos dentro de um itinerário de militantismos e engajamentos. A “derrota” em determinados contextos pode ser, como sugeriu Abélès (2005:10), sinônimo de “morte política”, indicando, na forma que segue:

“a violência que caracteriza todo combate pelo poder. Violência eufemizada (...) mas não por isso totalmente domesticada, como testemunham a intensidade dos ódios que atingem este microcosmo. Metáfora que desenha o laço mais profundo entre o poder, a vida e a morte”. (Idem)

O enfrentamento de situações de *crise* (Dobry, 1992), a porosidade dos espaços sociais e a dinâmica de politização como já foi referido neste trabalho permitem, por sua vez, reinícios constantes em arenas diferenciadas e com instrumentos diversificados, sem ônus para a demonstração de continuidades e coerências. Inclusive adquirindo um acréscimo de legitimidade, uma vez que, embora a “derrota” seja associada à “morte”, pode vincular-se à “combatividade” ou ao “fracasso”.

(...) ser um indivíduo derrotado como combatente é um estado transitório, ser um fracassado é estar fechado numa espiral de derrotas. O fracassado não volta jamais à superfície, ao nível que ele ambicionava atingir, (...). O fracassado se opõe ao combatente. O combatente não ultrapassa a fronteira dos limites em que a disputa ocorre e é capaz de retornar de uma situação desesperada. O fracassado pode ser percebido como um combatente. O combatente pode ser percebido como um fracassado. Mas o fato de ser definido como um combatente [permanente] não ajudará o fracassado, enquanto que o fato de ser percebido como um fracassado [momentâneo] ajudará o combatente. (Abélès, 2005:31)

Na matéria do jornal, Flávio Koutzii finaliza justificando a decisão de não mais concorrer a cargos políticos, e a fundamenta, novamente, mediante o estabelecimento de uma “coerência” com sua biografia militante:

“Há duas razões. A pessoal é a de que não tenho mais a mesma energia. Conheço meus limites, coragem e covardia. São 43 anos de vida pública que me dão experiência para me situar. Recorro ao meu livro sobre o período argentino, cujo título, talvez a única parte literariamente boa, é Pedacos de Morte no Coração. Desta vez, pegou mais um pedaço do coração. O partido que havia antes da crise ajudava a recompor os pedaços que eu havia deixado pelo caminho.(...) Há uma dimensão política mais importante que a pessoal. Não sou um velhinho cansado, com idade de se aposentar. Sou um cara com quatro mandatos e oito anos como líder da bancada. Esse cara, que teria razoável probabilidade de se reeleger, não faz o que 98% dos políticos fariam. Não faz porque não gostou. Porque não pretende assinar embaixo. A crise me tirou o discurso e me colocou numa situação defensiva”.

Como se percebe nos trechos da entrevista não se trata de uma ruptura, mas uma redefinição dos domínios de inscrição, das identificações e dos repertórios em consonância com a busca de continuidade, cuja ativação se faz via expressões como “caminhos”, “pedaços do coração” e “discursos”. Por intermédio delas podem ser reconstituídos trajetos coletivos, laços e posicionamentos. O Grande Expediente analisado a partir de agora traduz este movimento de forma bastante clara.

O pronunciamento de despedida da Assembléia Legislativa de Flávio Koutzii se dividiu em três momentos. Ao longo do tempo que ocupou a tribuna “prestou homenagens”, justificou sua decisão de não concorrer situando-a na “conjuntura” pela qual atravessa o país e as “esquerdas” e afirmou seu pertencimento geracional, ativando símbolos de reconhecimento.

A primeira parte do seu discurso é dedicada à valorização da “casa” (Assembléia Legislativa) como espaço de debates, enfatizando o prestígio conquistado:

“Após todo esse tempo, tenho a honra de sair daqui – e, permitam-me a presunção, talvez seja esta a grande condecoração que levamos daqui, uma Casa plural, uma Casa de todos os partidos, portanto um lugar de todos os pensamentos e ideologias – respeitado e considerado por todos os colegas”.

Prossegue a fala dedicando especial ênfase na bancada do Partido dos Trabalhadores. Combina a apresentação das “qualidades” de cada um dos “colegas” e uma avaliação coletiva das “realizações”. Sobre os atributos associados ao parlamentares, os mesmos referem-se a uma dimensão “intelectual” (“capacidade intelectual”, “inteligência”, “preparo”, “ironia”, etc.) e a uma dimensão de “militância” (sintetizada na maior parte dos casos pela expressão “luta”), sem deixar de mencionar a dimensão das relações pessoais

(“camaradagem”, “amizade”, etc.). Sobre as conquistas coletivas, grifa a incidência de pronunciamentos e proposições de projeto na legislatura então se encerrando, assim como ativa as principais “conquistas” da bancada do PT nos últimos 20 anos (dentre os quais foi por 2 anos coordenador da assessoria da bancada e por 16 anos deputado estadual, muitas vezes também líder da bancada).

O deputado procurou fixar, então, três elementos de distinção: “qualidade dos parlamentares”, “coesão” e “patrimônio de realizações”.

“Somos 13 e somos um grupo muito importante. Achei que deveria voltar a isso porque este é o sentido que tem para mim haver estado aqui. Refiro-me à idéia que é dos nossos pioneirismos e dos nossos começos, a idéia de um grupo solidário, a idéia de uma substância política comum, de paradigmas de conduta exigentes, éticos e partilhados, a idéia de que nos somamos e não nos dividimos, a idéia de que podemos nos construir cada um e cada uma sem necessidade de destruir a nenhum e a nenhuma. (...)Ter confiança e ser leal, além de ser uma virtude humana e ética primordial, é a coisa mais eficaz que existe em política. Quando tenho certeza de que os meus estão comigo e eu com eles, tenho certeza de quanta força temos e de que com força e conteúdo podemos intervir. O nosso crescimento, hoje como um grande partido nacional - começou tão pequeno, tão acossado, tão difícil, tão minoritário - e chegou hoje a governar este País com seus acertos e erros. Chegamos onde chegamos porque éramos assim, não somente no começo, mas por muito tempo. Jogávamos juntos, fazíamos e enfrentávamos nossas metas em comum. (...). O que quero dizer com isso é que nos honra muito, mesmo como minoria – e às vezes éramos muito menos do que 13 deputados –, termos conseguido ajudar a Casa a direcionar-se, a ser cada vez mais sóbria e criteriosa com o uso do recurso público e invulnerável àquilo que tem desgastado toda a esfera da ação pública”.

Neste esforço de valorização da bancada se observa a lógica da retribuição em curso e seu efeito de consagração indissociavelmente coletiva (do “grupo”) e individual (do “líder”). Isto é, o agente investido na condição de líder da bancada faz o grupo existir por intermédio das suas palavras, o que se origina do *fetichismo político* presente no ato de delegação (Bourdieu, 2004), e a celebração do “trabalho coletivo” se constitui em instrumento de retribuir a confiança recebida pelos “colegas” de bancada, “companheiros” de partido e de “prestar contas” com os demais parlamentares e com a “população”.

A segunda parte do seu discurso tem um caráter de “balanço” e de “justificativa” da decisão de não concorrer à reeleição. Localizou a sua *saída* da carreira político-eleitoral como parte integrante de uma avaliação pessoal que admite “vitórias”, mas assume “derrotas”, tendo sempre como referência uma espécie de “legado” de uma “geração” na qual se inscreve. Salientou as vitórias eleitorais (a reeleição do presidente da

república pelo PT e a eleição de vários governadores) e políticas (a escolha de um “projeto de país” vinculado à “esquerda por parte da população” e o enfrentamento da “mídia” com sucesso no plano nacional). Mas, em tom de profecia, e com estilo altamente performático ponderou:

“Tivemos uma vitória, sim, porque o povo nos deu quase 60 milhões de votos e – para usar um termo de que gosto muito e que está presente na literatura e no cinema – uma segunda oportunidade. (...) Sou obrigado a dizer, porque faz parte da minha última fala. Coloco a minha mão na madeira desta tribuna não como das outras vezes, pois não é tão simples. Parece ser um gesto banal, porque já estive tantas vezes aqui, mas, na hora de ir embora, a sensação é muito especial e a vontade de deixar algumas coisas claras é imprescindível e determinante. (...). Temos, com base nessas lições e nessas possibilidades, de comemorar com sobriedade e saber que é preciso voltar a ser crítico dentro do partido, a ser exigente com o governo, a pensar estrategicamente e a unificar nossas forças. Estamos aqui para comemorar a vitória eleitoral não de um partido que tem um grande passado pela frente – frase de efeito de um crítico nacional –, mas de um partido que ainda quer falar e pensar sobre o grande futuro que tem pela frente”.

A autoridade da fala, por sua vez, é buscada fundamentalmente na identificação privilegiada que o agente desfruta com uma “geração” e com um “ideário de esquerda”. Os mesmos elementos são mobilizados para a justificativa da sua decisão de não concorrer. Logo, trata-se de uma possibilidade de ação levantada por Hirschmann (1996:20) em que a *saída* é uma modalidade de protesto, portanto de *voz* como ato que visa reclamar sem implicar no afastamento.

“Tomei essa decisão não para me proteger. Nem foi um lance para ficar bem ou para não sei o quê. No que me concerne, foi uma maneira de dizer, não individualmente, que eu sou dessa raça e não gostei que tenham acontecido determinadas coisas, não por mim, mas por nós. Não gostei, porque não merecíamos; não gostei, porque aprendi que não está certo considerar que todos são culpados porque ninguém assume a responsabilidade da sua culpa. Não somos todos culpados. Somos exatamente o contrário disso. Podemos errar – sim, é verdade, e não é ingênuo –, mas lutamos por um mundo melhor – sim, vale a pena, é um belo lado da vida. Se dedicamos nossas vidas, em diferentes circunstâncias, à luta pela consciência, continuaremos lutando por justiça, por igualdade, para que haja carinho entre as pessoas, e pelas possibilidades dos humanos. Esse é o nosso lado. Durante muito tempo, principalmente nas épocas mais difíceis, a esquerda, antes de chegar ao poder, esteve presente nesse lado. É dessa tradição que viemos, e é, portanto, com dor e com luto que continuamos”.

A terceira e última parte do seu discurso reafirma e o seu pertencimento geracional, na qual faz uso inclusive da letra de uma canção de Silvio Rodrigues intitulada “Ode a uma geração”, reproduzida no início desta seção. Chama a atenção as associações

que ativa no seu pronunciamento entre a idéia de “geração” e a de “síntese” e a identificação acionada de militantismo e de “continuidade” .

“Para pessoas – e são muitas as da minha geração, que começou nos anos 60 – que praticamente dedicaram toda a sua vida política nestas e em outras condições – de clandestinidade, adversidade, exílio, prisão, perseguição, discriminação –, é especialmente significativo que haja momentos como este, de certa síntese, de certo simbolismo. (...). Neste momento e nesta espécie de despedida, diria que somos daquela raça que não acabou, que estará aqui nos próximos 30 anos e em todos os outros anos que virão, porque os nossos ossos são feitos dos gemidos do nosso povo, porque a nossa carne é feita dos nossos melhores amores, porque os nossos olhos são olhos de amanhecer e são olhos de chorar orvalhos, porque os nossos braços e as nossas pernas”.

De outro modo, a crença na continuidade do engajamento é partilhada pelos deputados que solicitaram “os apartes” na sessão. De diferentes partidos e posições ideológicas, os mesmos comungam de uma valorização de uma idéia de “missão” a ser continuada pelo personagem em questão em diferentes domínios e a partir de variados instrumentos. Pertencentes ou não ao “campo de posições” tidas como de “esquerda”, os deputados que se pronunciaram sublinharam a “necessidade” e a “convicção” que Flávio Koutzii continuaria intervindo politicamente. A dupla valorização da atuação militante e da formação intelectual como elementos valorizados pelos militantes da contestação ao “regime militar” reaparece então na apreciação dos adversários e das novas “gerações”. Os trechos abaixo de deputados do PP (vinculado originalmente a Arena), do PFL (este último usando um trecho do livro do próprio Flávio Koutzii), do PDT e do PSB (os dois últimos pertencentes às novas gerações da “esquerda gaúcha”) são exemplares.

“Honra-me sobremaneira, neste momento, como homem público e como político, homenageá-lo nesta que não é a despedida daqueles que labutam na vida pública, pois certamente V. Exa. terá outras missões importantes pela frente”. (Jair Soares).

“Como deputado desta Casa há 1 ano e 11 meses, quero fazer a seguinte referência ao livro Pedacos de Morte no Coração – O depoimento de um brasileiro que passou quatro anos no inferno das prisões políticas da Argentina, de Flávio Koutzii:

‘(...) Mas o importante é que hoje estou muito feliz,

indisfarçavelmente,

por tudo o que a vida me deu: a chance

de voltar a respirar o ar

orvalhado da liberdade;

a possibilidade de sobreviver

e de renovar meus caminhos políticos,

a surpresa de ter vivido

muito mais intensamente

do que meu temperamento anunciava,
de ter podido ser um aventureiro tímido
e não um burocrata audaz;
de ter renovado as oportunidades
de amar e ser amado.

Por isso, no dia de hoje, sou um homem feliz e grato.

Peço perdão aos mortos de minha felicidade
e ao sofrimento do nosso povo.

Eu prometo continuar’.

Fico com as palavras de V. Exa. e não com as minhas. Tenho certeza de que é um até breve, um até mais ver, pois o deputado Flávio Koutzii, o homem, o cidadão, não deixará de continuar a sua luta por todos nós”. (Marcos Lang)

“Esta não é uma despedida, mas um até breve, porque pessoas de bem, que têm convicções, não podem se afastar da política. O Brasil está precisando de pensadores, de homens convictos, com grande idealismo e, principalmente, com lealdade. (...) Faço um apelo para que este seja um até breve. Há muitas missões pela frente nas quais o Brasil precisa de pessoas como V. Exa”. (Kalil Sehbe)

“Sua despedida desta Casa, deputado Flávio Koutzzi, é marcada por algo que, para V. Exa., sempre foi um desafio: recomeçar. Portanto, desejamos-lhe um ótimo recomeço”. (Heitor Schuch).

A renovação do sentido de intervenção e de “missão” se faz presente também, evidentemente, nos parlamentares diretamente vinculados às “lutas”, “organizações” e “eventos” de contestação ao “regime militar”. Nestes casos, no entanto, a valorização da manutenção da postura militante ou engajada se acompanha da ativação das dimensões pessoal (afetiva) e ideológica (os símbolos de contemporaneidade, os pertencimentos aos círculos de reconhecimento, etc.). As passagens abaixo dos pronunciamentos de uma deputada do PC do B e de um deputado do PT (ex-integrante do POC) são elucidativas disso:

“Deputado Flávio Koutzii, companheiro e amigo, entramos juntos nesta Casa, há 16 anos, e não é por acaso que daqui sairemos juntos, não pela vontade do povo do Rio Grande, mas porque, como sempre, no decorrer das nossas vidas, por decisões individuais respaldadas pelo coletivo, assumimos outras tarefas. (...) Quero confessar agora que durante a minha convivência com todas as bancadas e, de forma muito particular, com a bancada do Partido dos Trabalhadores (...) tive três amores: um amor pagão, pelos nossos imensos carnavais e por todos os nossos axés, o Edson Portilho; um amor cristão, pelas lutas dos homens e das mulheres do campo – sintetizadas há bem pouco tempo, por ocasião dos 250 anos da morte de Sepé Tiaraju, herói do povo guarani –, o Frei Sérgio; e um amor (...) acima de qualquer dúvida, o Flávio Koutzii. Esse amor é pela luta, pelos princípios, pela firmeza ideológica e pela história que é exemplo para a nossa geração, para as gerações de hoje e para as gerações de amanhã, que queremos libertárias, cada vez mais. (...) Companheiro e camarada Flávio Koutzii, boa luta! Muito obrigada”. (Jussara Cony/PC do B)

“Companheiro Flávio Koutzii, quero (...) para não perder a tradição, dizer que discordamos do seu longo adeus, pois esperamos tê-lo ao nosso lado, seja militando no partido ou no governo, seja desenvolvendo qualquer outra atividade profissional futura, mas, sem nenhuma dúvida, sempre engajado na luta política. Talvez este deputado seja, dos companheiros da bancada, o que mais longa vida comum tem com o companheiro. Afinal, lá se vão 42 anos, da época em que nós, no Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, começamos o nosso enfrentamento com a ditadura (...). Às vezes distantes fisicamente, outras vezes com projetos não totalmente identificados, nunca tivemos dificuldade de estabelecer lado, de defender o que pensávamos e o que queríamos. Por essa longa experiência comum, posso dizer que conheço um outro aspecto do deputado Flávio Koutzii que não somente o do dirigente político e nosso sempre dirigente partidário, capaz de ter propostas alternativas nos momentos mais difíceis. (...) Muitas vezes após termo-nos encontrado na luta clandestina, na resistência ao regime militar, coexistimos com codinomes, pontos de encontro e uma vida que muitas vezes nos afastava do convívio social, mas sempre conseguimos manter, no Brasil e no exterior, uma relação política fecunda e enriquecedora. Quem ficou no Brasil durante o período mais difícil da ditadura – refiro-me a um grupo significativo de gaúchos e companheiros de outros Estados – tinha como referência o que o Flávio fazia lá fora (...). Nos momentos mais difíceis, era importante saber que o Flávio e outros companheiros também estavam lutando, também estavam resistindo, também estavam conseguindo manter algum grau de produção teórica. (...) Quantas vezes ficamos horas e horas discutindo cinema e outras manifestações de cultura (...). Por isso, a nossa luta prosseguirá na produção intelectual, na atividade sindical ou em qualquer outro trabalho em que nos envolvermos (...)”. (Raul Pont/PT)

4.3 – “Protagonismo militante” e “eventos” de afirmação de geracional: a homenagem a Marcos Klassmann

As homenagens analisadas neste capítulo constituem instrumentos de consagração de determinados personagens, daqueles que se associam aos mesmos por intermédio dos seus pronunciamentos e de certos atributos tidos como relevantes para a intervenção militante e/ou intelectual. Nesta seção é examinado o grande expediente realizado em 9 de novembro de 2006, dedicado à celebração da memória de Marcos Klassmann, proposto pelo deputado do PT Adão Villaverde e com “apartes” de Raul Pont (PT), Carlos Eduardo Vieira da Cunha (PDT), Flávio Koutzii (PT) e Aloísio Classaman (PTB).

Marcos Klassmann, apesar de ser “lembrado” pela ocupação de um mandato na Câmara de Vereadores de Porto Alegre e por reivindicar o pertencimento à “intelligentsia” ou aos “setores pensantes” do PDT, é apresentado fundamentalmente pelos atributos de militante. Como procura-se demonstrar adiante, os adjetivos usados para defini-lo são “abnegado”, “corajoso”, “destemido”, “combatente”, “aguerido”, “solidário”,

etc. Os mesmos acompanham a descrição do itinerário de um militante, filho de operário, que iniciou sua atuação em um “bairro popular” de Porto Alegre, o IAPI, se destacando no movimento estudantil e na presidência do Setor Jovem do MDB.

A campanha para vereador da capital em que concorreu reuniu as principais “forças da esquerda jovem” do estado, o panfleto de divulgação da candidatura intitulado “Vote contra o governo”, as prisões e perseguições que geraram, a cassação do mandato conquistado, o engajamento nas causas da anistia e dos direitos humanos são os principais elementos utilizados para a sua caracterização como “referência de uma geração”.

A opção pelo PDT, a ocupação de cargos de confiança ligados à sigla, a derrotas na eleição de 1982 (quando concorreu a deputado estadual) e nas disputas internas da legenda são elementos biográficos menos destacados. Sua participação na dissidência do PDT que aderiu à candidatura de Tarso Genro à prefeitura de Porto Alegre, em 2000, a filiação ao PT, no ano seguinte, a atuação como assessor do deputado federal Henrique Fontana adquirem para parte dos agentes que se pronunciam como movimentos promotores de um “reencontro”.

A combinação de origem social baixa, intensidade da militância, importância do uso da biografia e dos vínculos para a ocupação de cargos públicos, acompanhados de menor escolarização, compõem um perfil, como já foi destacado, de “especialização militante”. Esta modalidade de atuação é valorizada aqui a partir de um dos casos considerados mais “emblemáticos” do período.

Cabe ressaltar ainda que a iniciativa da homenagem partiu de um parlamentar, filho de funcionário público ligado ao PCB, que pertenceu à última “geração” de militantes que ingressaram na atuação política ainda na vigência da “ditadura militar”. Influenciado diretamente pelos protagonistas que o antecederam e que participaram de eventos cultivados na “memória” pelo “heroísmo” dos personagens, Adão Villaverde busca ativar o “legado” de Klassmann, reconhecer a sua “importância histórica” e registrar os “feitos”, as “lutas”, os “enfrentamentos” dos quais participou.

A inscrição de Villaverde na “história da esquerda gaúcha” atuante na contestação ao “regime militar” é assinalada na sua apresentação no Jornal Zero Hora, quando da sua reeleição à Assembléia Legislativa. A matéria com o perfil do parlamentar

recebeu o seguinte título: “O caçula da geração forjada na ditadura”. E sintetizou seu itinerário da seguinte forma:

“Alçado à política aos 15 anos, quando combateu nas ruas a ditadura em defesa da redemocratização, o deputado estadual reeleito Adão Villaverde pertence a uma geração de militantes que deixaram as bases do velho MDB para fundar o PT no Estado. Ao lado de personagens como Olívio Dutra, Flavio Koutzii e Raul Pont, ajudou a escrever as páginas da esquerda gaúcha na história. Os primeiros passos políticos de Villa, como é conhecido, foram dados nos movimentos estudantis. Natural de Alegrete, na Fronteira Oeste, veio ainda menino à Capital para estudar. Ex-integrante do Grêmio Estudantil do Colégio Julinho, centro de efervescência política da juventude porto-alegrense nos anos 70, também foi dirigente do Centro de Estudantes de Engenharia e do Diretório Central de Estudantes da PUCRS, universidade na qual cursou Engenharia Civil”. (Zero Hora, 9/1/2007:12).

Além da atuação no movimento estudantil na década de setenta, Adão Villaverde participou também do Setor Jovem do MDB e da Tendência Socialista do mesmo partido. Posteriormente se filiou ao PT, foi professor universitário na PUC de Porto Alegre, militou no sindicalismo, nas tendências internas do PT (inicialmente vinculado à Democracia Socialista liderada por Raul Pont e posteriormente às “correntes mais moderadas” reunidas em torno de Tarso Genro). Logo, sua identificação com o homenageado alicerça-se nos alinhamentos comuns no momento inaugural e nos últimos anos (quando Klassmann migrou para o PT).

O pronunciamento de Adão Villaverde se estruturou em dois momentos distintos, nos quais foram destacados, em primeiro lugar, o significado da homenagem e, subseqüentemente, diferentes aspectos biográficos.

Na primeira parte, são apresentados dois objetivos complementares presentes na “cerimônia”: “reverenciar essa personalidade” e “simbolizar o justo apreço a toda uma geração que lutou pela redemocratização”. Na sua avaliação, a “personalidade” seria representante das “idéias da esquerda no nosso país que marcaram os últimos anos do século XX e início deste”. A homenagem, assim, faria a “justiça merecida à figura humana que deixou um legado de coragem e determinação política como poucos” e resistir à “tendência de dar um caráter volátil às idéias de esquerda”.

Como se nota, a exposição do “legado” de Marcos Klassmann é indissociável da ativação de uma série de episódios e posicionamentos dos quais foi protagonista, mas que fixam o “valor” de uma “geração” e buscam a “perenidade” de

determinadas “idéias de esquerda”. Com efeito, combina-se a preocupação de destacá-lo e situá-lo como “um dos artesãos de um protagonismo militante que determinou a redemocratização deste país”.

Na seqüência, os traços biográficos são grifados respeitando a dupla preocupação: apresentar a “personalidade singular” a partir das características pessoais (“despretensioso”, “crítico”, “instigante”, “corajoso”, “abnegado”, etc.) e associá-lo a valores, idéias, eventos, épocas e “geração” que se deseja eternizar.

“A história dos homens que marcaram épocas e gerações está repleta de cerimônias e de rituais. Nós, que conhecíamos muito bem o Marcão, sabemos que ele não tinha nenhuma pretensão ou ilusão de que sua memória fosse associada a uma dessas possibilidades. Mas nos permita, companheiro e amigo Marcão (...) homenageá-lo nesta solenidade. Mesmo com aquela forma crítica e instigante que aprendemos contigo, Marcão, de interpretar a realidade e sobretudo a história, queremos nos permitir conter ou estancar o fluxo natural, interromper, quem sabe, a visão uniforme e, às vezes, acrítica do tempo, para que este instante possa servir de registro e testemunho das realizações humanas. Esta homenagem deve ser entendida (...) como uma espécie de alimento da memória, um selo a ser enviado à posteridade, uma espécie de correspondência de uma época”. (Adão Villaverde/PT).

“Em meados da década de 70, o Brasil vivia uma época muito dura, tempos de obscurantismo, um período de triste memória para todos nós. Isso sem falar da fragmentação que vivia a esquerda à época, depois de duros golpes a ela aplicados pela Ditadura Militar. Mas começava um tempo de rearticulação e recomposição política em torno de uma frente de oposições, e o velho MDB foi o esteio dessa possibilidade. É nessa época que emerge a liderança do então estudante Marcão, com muita força, pois, desde o ensino secundário, já estava engajado na luta contra o Regime Militar, destacando-se não só por ser um abnegado lutador pelas causas sociais, como pela defesa de uma sociedade mais justa e solidária. Sempre foi um militante corajoso na denúncia do desrespeito aos direitos humanos, sabendo utilizar, como poucos, sua inteligência, seu conhecimento e sobretudo a contundência da sua força argumentativa”.(Idem)

Dois elementos do perfil de Marcos Klassmann foram destacados pelo deputado Adão Villaverde e devem ser retomados: 1) sua origem social; 2) a disposição para as ações mais “arriscadas” e “combativas” que marcaram seu trajeto nos anos setenta.

Sobre o primeiro elemento é importante reter a raridade da origem “popular” ou “operária” entre os agentes que participaram da contestação ao “regime militar”. Apesar da centralidade que o componente “classista” assumia nos discursos dos militantes, o pertencimento ou a vinculação concreta ao “operariado” estavam presentes em casos excepcionais e que não tiveram grande êxito nas suas carreiras militantes, profissionais, etc. A importância de Marcos Klassmann como um dos principais

protagonistas dos anos setenta serve como uma renovação deste elo entre “intelectualidade” e “classe trabalhadora”, mesmo que o político não tenha conseguido manter-se na arena dos “profissionais da política”.

“O jovem militante de esquerda (...) veio morar nesta Capital ainda menino e se instalou no Bairro IAPI. (...) Marcão dizia que era uma grande satisfação morar naquele bairro, o que, segundo ele, exerceu uma enorme influência na formação do seu pensamento e na sua visão de mundo, pois ali conviveu com a importância, o significado e a necessidade da organização social, seja de bairro ou de trabalhadores, na luta por suas demandas e reivindicações. Por muitas vezes, ouvi Marcão parafrasear um grande pensador clássico alemão: *A existência e o modo de vida determinaram minha consciência*. Referia-se assim ao fato de ter morado no IAPI, um bairro operário, proletário e popular desta cidade”. (Adão Villaverde/PT).

Quanto ao segundo elemento, a disposição para as ações “arriscadas” e “combativas”, é possível evidenciar nesta valorização uma identificação com as “gerações” anteriores que participaram da clandestinidade, da luta armada, do enfrentamento direto com o “regime militar”. Apesar da autocrítica e da opção pelos canais institucionais feita durante a década de setenta, percebe-se neste universo de militantes a reverência e a dívida em relação aos líderes, aos eventos, às idéias e as iniciativas que marcaram o final da década de sessenta. Permanecem celebrando os “ícones” e resgatando o “romantismo” dos agentes que os antecederam na contestação ao “regime militar”. As posições de Marcos Klassmann, apesar de ser um protagonista dos anos setenta, permitem estabelecer uma ligação com práticas, com valores e com uma espécie de “espírito revolucionário e subversivo” que não cessou de ser valorizado.

São episódios classificados como marcantes por Adão Villaverde: A “fuga” no porta-malas de um opala “da repressão da polícia” que queria prendê-lo quando do um encontro de estudantes, em 1975; o programa da candidatura a vereador “cujo símbolo era um jornal tamanho *standard*, o chamado panfletão, que tinha como *slogan*: *Vote contra o governo*”, sua elaboração coletiva por militantes de várias “forças” como Adelmo Genro Filho, Raul Pont, Sérgio Weigert, Carlos De Ré, Calino Pacheco, sua distribuição clandestina em fábricas, universidade e na periferia, bem como as cinco prisões de Klassmann e companheiro durante a campanha; e a cassação do mandato mediante a realização do primeiro discurso, então como líder da oposição, etc. As passagens abaixo buscam sintetizar como tais ações delinearam um “legado” para a “geração”.

“Do legado deixado pelo Marcão para a nossa geração, mesmo que isso possa ser reducionista, destaco um aspecto que reputo marcar a sua personalidade: a capacidade de crítica, a rebeldia e o inconformismo do saber, da inteligência e da coragem diante de uma realidade que se pretendia sempre indiscutível e portadora da última e também da penúltima palavra (...). Marcão nunca se dobrou; sempre teve coragem para enfrentar tal realidade. (...) Marcão foi um daqueles imprescindíveis, que marcaram uma época enquanto alguns se sujeitavam à realidade, esterilizando sua capacidade crítica, dando naturalidade à vivência sem conflitos com ela, parecendo ser esse o espírito do nosso tempo. Seu inconformismo, sua inteligência, sua visão destemida e seu estilo instigante sempre foram as fontes que alimentavam a sua capacidade de formulação e, sobretudo, a sua capacidade de ação política. (...) A rebeldia, a conduta destemida, os valores éticos e a visão de mundo crítica, fraterna, humanista e coletiva, enfim, aquela visão que todos sabemos que o Marcão sempre teve, serão reafirmados cada vez mais por nós e sobretudo pela sociedade que todos queremos”. (Adão Villaverde/PT)

A vinculação de Marcos Klassmann aos “eventos” e aos atributos do “protagonismo militante” que marcaram os anos setenta são observados igualmente nos apertes de Raul Pont, Vieira da Cunha e Flávio Koutzii.

“Sinto-me comprometido a usar este microfone por ter partilhado, por ter vivido vários desses momentos com o Marcos Klassmann, principalmente na metade dos anos 70, quando o setor jovem do MDB e o IEPES, antigo Instituto de Estudos de Políticas Econômicas e Sociais, iniciaram, nesta cidade, um movimento além da mera resistência, um movimento que buscava recuperar espaços e o direito ao debate, ao diálogo, à reunião pública. (...). A campanha do Marcos Klassmann foi realmente singular. E vejam que se passaram apenas 30 anos. Às vezes, é bom termos a dimensão da história. Trinta anos atrás, era proibido distribuir um manifesto ou um panfleto que pedia para votar contra o governo! Isso dá a dimensão da pouca história democrática e da sociedade extremamente autoritária e oligárquica que sempre tivemos. (...). Partilhei daqueles momentos. Naqueles anos, apesar de estar fazendo pós-graduação em Campinas, sempre que podia vinha a Porto Alegre para me engajar na campanha. Tive a honra de participar da redação daquele panfleto que se transformou no principal manifesto da campanha do Marcão. O título era inocente e hoje poderia ser considerado pueril: *Vote contra o governo*. Esta homenagem nos faz repensar a nossa história e mostra que a nossa ação parlamentar, a nossa ação de luta política deve estar sempre embasada e beber nessas fontes de enfrentamento, ousadia e capacidade de mudança e transformação. (Raul Pont/PT)

Especificamente sobre o fragmento apresentado, observa-se que o deputado associa-se aos mesmos eventos e espaços inaugurais de atuação, situando-os historicamente com vistas a enfatizar os “avanços” e “conquistas democráticas” decorrentes. Além disso, sublinha atributos que são conferidos ao homenageado, tais como “enfrentamento”, “ousadia”, “capacidade de mudança e transformação”, para reivindicar uma determinada “ação parlamentar” e “ação de luta política” compatíveis com as suas

próprias tomadas de posição, sempre vinculadas à posição de dirigente de uma “corrente de esquerda” dentro de um partido “de esquerda”.

“Deputado Adão Villaverde, minhas primeiras palavras são de cumprimentos a V. Exa. pelo pronunciamento, pela merecidíssima e justa homenagem de reconhecimento que faz à trajetória desse lutador, desse militante da causa da esquerda, da causa da democracia, que foi Marcos Klassmann. (...). Na parede do meu gabinete está um panfleto que já é quase histórico – vão-se 25 anos da minha primeira candidatura. A manchete, o título desse panfleto é o seguinte: *Vote contra o governo*. (...) À época, candidato a vereador pela juventude do PDT, este deputado era um dos tantos jovens que se inspiravam nas lições, no exemplo, na contundência, na franqueza e na coragem de Marcos Klassmann. (...) V. Exa. disse e repito: ele se foi, mas ficou o seu exemplo a guiar todos aqueles que querem viver em um país mais justo socialmente, em um país em que imperem os princípios pelos quais ele tanto lutou: da igualdade, da fraternidade e do socialismo”. (Vieira da Cunha/PDT)

No “testemunho” acima o parlamentar procura inscrever-se nos marcos de atuação de Marcos Klassmann estabelecendo, assim, uma continuidade de percursos e “causas” comuns, particularmente legitimados pelo pertencimento a mesma sigla partidária. Adiciona-se a isso a ênfase em determinados valores “de esquerda” – como “igualdade”, “fraternidade” e “socialismo” – cuja a reivindicação para que “imperem no País” constitui-se na afirmação do partido em nome do qual fala como detentor deste posicionamento.

“V. Exa. mencionou um certo ritual e uma certa cerimônia, mas não no sentido formal e por vezes vazio de uma cerimônia, mas, sim, no aspecto emocional e extremamente justo que caracteriza este momento de lembrança, de memória e de reconhecimento. (...). Era absolutamente interessante e fundamental que na sua fala – e assim o fez – V. Exa. contasse a história, não uma história de adjetivos, mas de um comportamento substantivo, sempre corajoso, sempre enfrentando desafios, de Marcos Klassmann, que se fez presente na constituição do MDB, que se armava para enfrentar as lutas pela redemocratização do País. Presente quando recuperada a democracia, planejou e reconstituiu diferentes projetos no campo popular com a construção do PDT. (...). Presente quando, após avançado um certo período, achou que a sua integração ao PT seria fecunda, importante, e tivemos a honra de, desde então, passarmos a ter uma convivência mais estreita. E presente em momentos extremamente desafiadores, conforme aqui historiados, de 1976, de 1977, quando ele foi o nome da coragem e a cara da luta. (...) Quero dizer algo que considero muito importante para este Parlamento sem nenhum intuito de afronta, mas de marcar a dimensão do reconhecimento. Não me lembro, nesses 16 anos, de terem os nossos heróis, os heróis da esquerda – e o Marcos Klassmann é um, mas não é qualquer um – sido reconhecidos aqui, nem mesmo por nós. (Flávio Koutzii/PT).

E, finalmente, no depoimento acima o deputado utiliza categorias de síntese e de identificação retrospectiva para reivindicar o resgate institucional dos principais personagens, assim garantindo sua inscrição histórica. Para tanto, situa Marcos Klassmann em momentos considerados chaves do itinerário coletivo desde as “lutas pela redemocratização do País” até a entrada no PT e, por este intermédio, aponta o “reconhecimento” e as características que justificam defini-lo como um dos “heróis da esquerda”.

4.4 – “Geração”, “intelectualidade” e “democracia”: a ativação de um “legado” e a valorização de um “período”

Os principais personagens da contestação ao “regime militar” retiram trunfos para a sua atuação posterior da capacidade (desigual) de ligarem-se a uma idéia de “geração” e, sobretudo, à defesa de um dos principais valores compartilhados entre eles, mas também entre “adversários na direita” e “herdeiros na esquerda”, qual seja o de “democracia”.

Os agentes tratados ao longo da tese conseguiram legitimar seus recursos em diferentes domínios sociais devido fundamentalmente à constante atualização de práticas, valores e relações (de oposição e similitude) estabelecidas durante o “regime militar”, que sedimentam o pertencimento geracional. A capitalização desses trunfos está associada à reinvenção da excepcionalidade das suas condições inaugurais e excepcionais de aquisição. Rendimento esse maximizado igualmente pela identificação do definhamento do “regime” como o marco de desencadeamento do processo de redemocratização do país, reativação da “sociedade civil”, enfim, como o início de uma “era” de consolidação de valores “democráticos” e “universais”.

Tais valores estão calcados no consenso sobre o convívio regrado e de reconhecimento mútuo que sustentam e regem o arranjo democrático (estabilizadores dos conflitos) bem como na propagação de alternativas (reais ou imaginárias) perseguidas pelos agentes e resultantes de trabalhos de mobilização, incessantes e variados, de grupos e agentes (obstáculos à indiferença ou apatia). A intervenção num processo que teria levado

a essa reconfiguração do modelo de sociedade indicaria, por sua vez, a reconfiguração dos próprios protagonistas capazes de consolidar esse novo arranjo (Braud, 1992).

Conta como crédito aos protagonistas daquele período fundamentalmente “a convicção solidamente estabelecida que a democracia é o melhor, ou o menos pior, dos regimes políticos” (Gaxie, 1993:07) e também “o consenso que se estabeleceu sobre a organização política da sociedade [contribuindo] para reforçar a tendência à sacralização do poder” (Idem). Os militantes da “luta contra a ditadura” conseguem se associar à “defesa da democracia”, até mesmo porque os conteúdos e os significados atribuídos a esta última são extremamente polissêmicos.

Nem todos os militantes, todavia, possuem as mesmas condições de vinculação ao “ideal democrático” que prevalece no período mais recente. A atuação no MDB (IEPES e Setor Jovem) e o destaque adquirido na segunda metade dos anos setenta são fatores de fortalecimento da vinculação entre contestação ao “regime militar” e “defesa da democracia”. Constituem formas privilegiadas de uso do passado aceitas e valorizadas especialmente por agentes externos aos círculos de militantes que lutaram “contra a ditadura”. Um dos personagens que obteve mais êxito em encarnar tais momentos e espaços foi André Forster. Nesta seção localizam-se alguns dos elementos discutidos até então a partir do Grande-Expediente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, realizado no dia 11 de dezembro de 1997, em homenagem ao primeiro ano da morte do mesmo⁶⁹.

Antes de tudo, deve-se ressaltar que o que está em questão aqui é como os depoimentos de celebração de lideranças após seu falecimento possibilitam apreender uma gama de sentidos compartilhados e disputados e como estes se constituem na consagração não apenas do “morto”, mas de categorias como “geração”, “eventos” (momentos ou períodos) e “democracia”, bem como dos próprios agentes que se autorizam a depor sobre o homenageado.

Ademais, deve-se atentar para o trabalho de memória que confere ao personagem trunfos por intermédio de processos de seleção, triagem, escolha e amálgamas.

⁶⁹ O material analisado aqui já fora objeto de estudo em pesquisa anterior (Reis, 2001). Acreditou-se pertinente voltar a ele com outro enfoque e com uma abordagem comparativa. Isto é, cotejando a homenagem a Forster com as homenagens aos “mortos no Araguaia”, a Marcos Klassman e à “geração” de Flávio Koutzii.

O mesmo obedece às propriedades do homenageado, seu itinerário e como foi reconstituindo sua biografia e suas identidades, mas igualmente aos elementos que permitem a associação e a auto-consagração por partes daqueles que fazem a homenagem.

Deste modo, cumpre destacar que André Forster foi líder estudantil em Santa Cruz do Sul (presidente do Grêmio estudantil e da união dos estudantes secundaristas) e em Porto Alegre (secretário-geral e presidente do Centro Acadêmico Franklin Roosevelt, da faculdade de filosofia da UFRGS, e do Diretório Central dos Estudantes da mesma instituição). Sua atuação na década de sessenta incluiu ainda a participação em “organizações” clandestinas como o PCB. Na década de setenta aproximou-se do deputado Pedro Simon, como assessor especial, e do MDB, como secretário-geral do Instituto de Estudos Econômicos, Políticos e Sociais, o IEPES. No mesmo período dirigiu o Sindicato dos Sociólogos do estado. As duas últimas vinculações são responsáveis pela coordenação de atividades que reuniam os principais intelectuais do país para “formular” teses sobre a “sociedade civil”, a “abertura”, a “redemocratização”, o “socialismo”, as “esquerdas”, etc. Organizou sob a sua órbita de liderança um conjunto de militantes que o acompanharam na segunda fase do IEPES (ver capítulo anterior), na candidatura à deputação estadual em 1978, sem sucesso, e na opção pelo PMDB. Já neste partido foi vereador (sendo presidente da Câmara de Porto Alegre), secretário de estado na área de Ciência e Tecnologia e presidente estadual da sigla.

A partir deste manancial de recursos alguns foram exaltados nas apresentações do protagonista em detrimento de outros. Especialmente são ativados os “troféus” acumulados a partir da vinculação com Pedro Simon, simbolizados por sua atuação no IEPES. Em contrapartida são menos evidenciados o trajeto de cargos ocupados nos anos oitenta e menos ainda as adesões anteriores nos anos sessenta, mais associadas aos agentes que tomaram outros destinos partidários.

A importância de André Forster enquanto referência de uma “geração” e o destaque do momento de “abertura política” salientados acima são facilmente constatados nos depoimentos quando de seu falecimento, há 09 de dezembro de 1996. O itinerário fornecido por um dos principais propagadores desta memória e contemporâneo de Forster no MDB e no PMDB, onde o “momento heróico” é localizado nos anos setenta, é exemplar disso:

“A morte de André Forster me fez repensar essas coisas com dor e perplexidade. Poucas pessoas, como ele, m nossa geração, viveram tão intensamente a política. Na Assembléia Legislativa, em meados dos anos 70, quando o país naufragava em meio a um clima de medo e insegurança, André pôs o Rio Grande de pé, liderando o mais expressivo e importante eixo da inteligência política de oposição ao regime militar, o Iepes do Rio Grande do Sul, ao lado de Pedro Simon. (...) O Iepes de André Forster foi a gênese de um processo de mudanças que se tornaria irreversível no Brasil alguns anos depois(...). Convocado a presidir o PMDB do Rio Grande do Sul no início de 1990 (...) com pertinácia, espírito de liderança e vigor extraordinário, em poucos anos conferiu ao partido um nível de organização que não encontra paralelo em nenhum outro estado”. (artigo de José Fogaça, 1/12/2006, jornal Zero Hora).

Deste modo, a utilização do Grande Expediente para homenagear “a memória de André”, proposta pela bancada do PMDB, constitui-se em registro de consagração de um “indivíduo”, mas também de uma “época”, estes viabilizados pela estratégia de celebração do partido “sucedâneo” da sigla da oposição e reivindica a “herança” de sua história e de sua posição no espaço político.

Por tudo isso, as homenagens proferidas ao protagonista, falam muito não apenas dos atributos acumulados que destinaram a ele uma posição de destaque, mas sobre a existência de uma referência comum aos diferentes agentes, das diferentes siglas partidárias, que se manifestaram por meio de representantes para depor sobre o homenageado. Os pronunciamentos destes agentes neste espaço de consagração, falam, então, muito sobre eles mesmos, das suas próprias experiências e referências, da seleção operada quando da leitura sobre eventos marcantes e, para aqueles que não o vivenciaram, da aquisição destes conhecimentos. Pedir um “aparte”, formalidade desta situação institucional, significa, desta forma, confirmar um posicionamento, reconhecer-se com autoridade para posicionar-se, é partilhar de uma *doxa* comum, é reconhecer no homenageado uma pessoa à altura para homenagear-se e inclusive sentir-se incumbido de saldar uma dívida com o homenageado e com a sua obra.

O discurso de Giovani Feltes (deputado estadual do PMDB, organizador da atividade) articulou a valorização das qualidades individuais de André Forster com suas ações e convicções políticas. A reunião dos adjetivos qualificadores da personalidade do militante (“competência”, “profissionalismo”, “dignidade”, “ativismo”, etc.), posteriormente reafirmados nos “apartes”, comporiam o “legado” deixado, ou seja, “um

grande patrimônio ético e político”. Adiciona-se a isso, a ênfase dos primórdios deste capital reside no período ditatorial, que marca a singularidade das ações não de um “jovem”, mas de uma “juventude” ou de uma “geração” que localiza nele, agora com um olhar retrospectivo sobre a história, um parâmetro de conduta, mas igualmente de distinção e singularidade (tal referência, ou reverência, se repete em outros discursos, até nos mais imprevisíveis, com é ilustrado mais adiante).

A heterogeneidade de tendências políticas e ideológicas patentes naquela ocasião se manifesta, como já foi dito, na heterogeneidade dos dirigentes políticos firmando declarações na sessão solene da Assembléia Legislativa: representantes de diferentes partidos⁷⁰ prestaram seu testemunho, num total de 16 pronunciamentos. Para fins de ilustração foram selecionados fragmentos dos seis relatos considerados mais representativos em termos de filiação partidária, e mais exemplares na explicitação de princípios compartilhados.

“Não só como representante de minha bancada mas muito decididamente por meu sentimento pessoal, não poderia deixar de falar hoje...para a geração que compartilhou as etapas das lutas de André Forster, há esta oportunidade de homenageá-lo. E são várias as gerações. Sou talvez da primeira. Fui presidente do Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt da Faculdade de Filosofia em 1963, destituído pelo golpe militar de 64. Se a minha memória não me está traindo, André Forster e eu, quando recuperamos o centro, vencemos, com a candidatura de Clóvis Paim Grivot, que foi o primeiro presidente depois da intervenção – André Forster foi o seu sucessor...As cenas do Bar Alaska, onde eu estava, lembram todo um episódio, toda uma geração....Quando se pode falar de uma pessoa, que, em várias etapas da sua vida, foi capaz de lutar, foi capaz de discernir e, muitas vezes, escolheu o lado mais difícil e, quando aqui se diz que foi um lutador pela redemocratização do País, teve um papel fundamental na organização e na articulação da intelectualidade neste Estado, teve um papel fundamental na articulação do próprio MDB, naquela oportunidade, o centro de aglutinação e de ação política da proposta que tentava trazer o partido à normalidade institucional e democrática – isso significa discernimento, visão e, principalmente, persistência”.(Flávio Koutzii/PT, grifos meus).

“Não desejava me manifestar. Até pensei, como Chico Buarque de Holanda, ‘falando sério, preferia não falar’. Quando o deputado Flávio Koutzii, muito emocionado, não conseguia prosseguir o seu aparte, pedi a ele que continuasse, pois me sentia exatamente na mesma condição, pela amizade, pela identidade política ou por outras razões....André Forster era tão habilidoso com a mente que –muitos deputados devem ter lembrança disso, especialmente o Sr. Rospide Netto -, foi no Rio Grande do Sul, nas promoções do IEPES, que vieram a ser conhecidos Fernando Henrique Cardoso, Francisco Wefort, Chico Lopes e, posteriormente, Fernando Gabeira. Enfim, todos os grandes cientistas políticos brasileiros oriundos do Cebrap, que eram desconhecidos no País, vieram para cá nessa

⁷⁰ Valdir Fraga (PTB), Jussara Cony (PC do B), Vilson Covatti (PPB), Beto Albuquerque (PSB), Onyx Lorenzoni (PFL), Vieira da Cunha (PDT), João Fischer (PPB), Divo do Canto (PTB), Flávio Koutzii (PT), Francisco Appio (PPB), Alcides Vicini (PPB), Eliseu Santos (PTB), José Ivo Sartori (PMDB), Paulo Odone (PMDB), Giovane Feltes (PMDB) e Quintiliano Vieira (PMDB).

época, além do Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns e outros....André Forster nos dá a capacidade de entender que temos que continuar lutando, cada um no seu partido, cada um no seu lugar, para realmente valorizar a atividade política feita com dignidade...” (José Ivo Sartori/PMDB, grifos meus).

Os dois fragmentos acima referidos permitem recuperar algumas discussões precedentes: num primeiro momento, no tocante à idéia de “geração” e às noções nela imbricadas (memória, espaços de socialização, identidade e evento) e, num segundo momento, no que tange à interferência intelectual nos espaços de elaboração política e vice-versa.

Inicialmente, destaca-se a cumplicidade estabelecida entre dois protagonistas, contemporâneos de Forster no momento histórico celebrado como de “luta” “contra a ditadura” ou pela “redemocratização”. Embora atualmente pertencentes a partidos políticos oponentes (PT e PMDB), a situação promove a neutralização (mesmo que parcial) de diferenças formais e revela um nível de solidariedade. Deste modo, evidencia-se um vínculo localizado no passado, mas sempre prestes a interceder no presente, e quando isso acontece, tem-se uma percepção de “geração”: “sentir-se na mesma condição”.

A referência comum constituída pelos agentes é viabilizada por um *enquadramento de memória* (Pollak, 1989) que retira do momento histórico e da experiência vivida em tal momento, elementos que ordenam posições e sentidos retrospectivamente. Termos como “sentimento pessoal”, “laços de amizade”, “identidade”, convivência em espaços lúdicos, unem indivíduos sob a noção de “geração” (ela mesma reivindicada nas falas). Adiciona-se a isso que referidos valores adquirem um sentido político quando articulados a uma idéia de “missão histórica” que sintetiza a mobilização dos agentes pela “luta democrática”.

Os argumentos expostos acima apontam para um processo de identificação. A participação militante produz, então, a valorização comum do engajamento político como algo transcendente à biografia pessoal (Neveu, 1992). No caso analisado observa-se o esforço nesta direção, isto é, a “missão” proclamada pelo pertencimento de “geração” e seus objetivos práticos (a “democratização”) se sobrepõem às individualidades.

Fica patente, igualmente, a importância conferida à interface com os intelectuais. Esta se expressa nas referências à organização da intelectualidade, à presença de intelectuais com notoriedade acadêmica nacional no Rio Grande do Sul e, principalmente, ao papel de André Forster na estruturação do IEPES.

O período de maior intensidade de atividades promovidas pelo IEPES converge com a demarcação dos empreendimentos mais sistemáticos dos intelectuais no campo político (ver capítulo anterior). Ou seja, no início da década de 70, os intelectuais se apresentavam como ator coletivo relevante, encabeçado por lideranças formadas no seu meio, comungando de crenças e fixando estratégias de intervenção. A veemência do processo de abertura política manifestava-se já contando com a integração efetiva destas lideranças universitárias no debate político propriamente dito, através do qual a oposição se fortalecia. Este mergulho na política se cristalizou, inclusive, na revisão do programa do MDB em 1974 (Pécaut, 1990:260).

Assim sendo, o ano de 1974 foi marcado pelo engajamento decisivo dos intelectuais na “causa democrática”. O destaque de Fernando Henrique Cardoso (citado nos relatos) é o mais notável no que tange à gama de investimentos dedicados as formulações teóricas e posturas práticas a serem adotadas pela oposição naquele momento⁷¹. O acúmulo de recursos nos domínios “intelectuais” traduziu-se na legitimidade e êxito no âmbito político⁷².

As formulações coladas na conjuntura definem fortemente o pensamento democrático⁷³ elaborado pelas ciências sociais no Brasil. Após 1973, os textos destinados ao tema da “democracia” (na sua maior parte) se constituíram em formas de intervenções

⁷¹ Para Virgínia Fontes (1996:55), os dois textos que podem ser considerados fundadores, pois que reintroduzem o tema da democracia no interior do universo intelectual são os de Fernando Henrique Cardoso: “A questão democrática” de 1973, e Wanderley Guilherme dos Santos, com a tese da “descompressão gradual” para chegar à democracia, também de 1973. A autora aponta como interlocutores de Cardoso a “elite dirigente (presidente, militares e ideólogos), os “intelectuais”, não mais de formulação de um projeto de salvação nacional e a “oposição”, suggestionando o investimento no espaço político sem mais “sonhar com um via ‘condottiere’ ” ou de apagamento de conflitos .

⁷² Sobre isso ver, Pécaut (1990) e Fontes (1996), Miyamoto (In.: Lamounier, 1980).

⁷³ Segundo Pécaut, este “pensamento democrático” fundamenta-se reativação da “sociedade civil: este é na verdade o lema que se difundirá no quadro de abertura. Ele não comporta quaisquer concessões ao liberalismo ou exaltações à democracia formal” (1990:290). A ordem agora é institucionalizar o dissenso, por uma ação sustentada em um realismo pragmático em detrimento das práticas revolucionárias, estas últimas desvalorizadas pela estratégia dos militares de definir o “golpe de 64” como “revolução”, apresentando um *deslocamento da significação política da palavra* (Fontes, 1996:232). Conforme Fontes, apenas com a reativação dos movimentos sociais no fim da década de 70 é que ocorrerá a revalorização da idéia de “revolução”.

políticas dos intelectuais, informadas pelos eventos em curso e motivadas por novos desdobramentos (aberturas) possíveis (Fontes, 1996:52; Pécaut, 1990:259).

O impacto das formulações produzidas a partir das atuações na universidade, mas conjuntamente informadas, nas ações e concepções políticas dos agentes é inegável tanto quanto os trunfos políticos que a participação em fóruns de debate, como o IEPES, trouxeram para os intelectuais.

As passagens de políticos oriundos da Arena e situados em posições políticas opostas as do homenageado, indicam a relevância do reconhecimento da autoridade do oponente no embate político. O que se observa é a afirmação de eventos históricos que impuseram, por meio das lutas dos seus protagonistas, uma carga simbólica da qual nem os oponentes podem se esquivar.

“Líderes e políticos que realmente praticam política na sua essência, na sua pureza, destacam-se em todos os tempos, e André Forster destacou-se num momento importante da vida política brasileira, liderando muitos jovens, mantendo-se ao lado de muitos jovens de todos os partidos de esquerda...Espero que os jovens que nos acompanham, que militam na política tenham o sucesso e a habilidade política de André Forster” (João Fischer/PPB).

“V. Exa. tenha a absoluta certeza de que não há nenhuma contradição em ver um filho da Arena se manifestar, respeitosamente, para reconhecer o trabalho de um antigo adversário político, André Forster, num escalão bem mais superior ao meu, deu exemplos consolidado, idéias de ações no Rio Grande do Sul que todos nós reconhecemos” (Francisco Appio/PPB)

Assim, devido à importância social e política conquistada por Forster em um evento histórico marcante para todos aqueles nele inseridos (o regime militar e a “luta pela democracia”), o mesmo acaba incorporando o capital simbólico acumulado nas e pelas lutas travadas naquele momento⁷⁴. É ele o referencial de um engajamento ocorrido no momento dos fatos e de uma reivindicação da fidelidade às atitudes adotadas então.

É importante lembrar que os atributos ressaltados na homenagem são o resultado de um longo e incessante trabalho de “recuperação da memória” ou de

⁷⁴ Vale fazer referência às proposições de Bourdieu (1996:60): “o peso dos diferentes agentes depende de seu capital simbólico, isto é, do *reconhecimento*, institucionalizado ou não, que recebem de um grupo: a imposição simbólica, esta espécie de eficácia mágica que a ordem ou a palavra de ordem, mas também o discurso ritual ou a simples injunção, até mesmo a ameaça ou o insulto, pretendem exercer, só pode funcionar enquanto tal quando estiverem reunidas condições sociais inteiramente externas à lógica propriamente lingüística do discurso”.

reconstrução efetuada pela memória dos agentes políticos envolvidos (entre eles o próprio homenageado). A eficácia deste trabalho é tão marcante que, independente das posições políticas, o valor democrático passa a ser patrimônio de protagonistas de uma jornada historicamente situada.

Cabe ainda ressaltar a afirmação de um corte etário que distingue, que classifica e que fornece ao agente-referência uma série de qualificações socialmente reconhecidas e valorizadas, tais como a “pureza na prática política”, “liderança” e “habilidade”, estas evidenciadas em um “momento importante da vida política brasileira”. Observa-se, novamente, a afirmação do momento de *crise* como produtor de efeitos duráveis e de identificação.

A condição de “jovem”, que é afirmada e reafirmada em quase todos os pronunciamentos, é utilizada para informar uma especificidade etária correlacionada a atributos como disposições, voluntarismos, desprendimentos, etc. Cumpre lembrar que a categoria “juventude” adquire diferentes usos e sentidos conforme o espaço de lutas em que ela está inserida. A caracterização feita é indissociável do universo de protestos em que ela foi produzida.

As passagens abaixo corroboram as considerações já feitas, motivadas pelos relatos precedentemente explicitados. No entanto, aqui se expressa um novo elemento, qual seja o da proclamação e reivindicação da “herança” deixada por Forster.

“André Forster, sem dúvida, é merecedor deste registro histórico. Queremo-nos associar à sua conduta pessoal, à sua disposição de não se afastar de suas convicções políticas, como forma de prestar, hoje, aqui, uma homenagem à sua luta política, contribuiu decisivamente, às vezes a duras penas, para que este País fosse redemocratizado, para que houvesse abertura, para que efetivamente nos livrássemos do processo ditatorial, concentrador e até opressor, que vivemos ao longo de trinta anos”. (Beto Albuquerque/PSB).

“Recordamos a época em que fazíamos campanha na universidade e a influência política que o homenageado exercia sobre as lideranças estudantis da época, entre os quais nos incluímos... André Forster pelo papel relevante que desempenhou contra a ditadura militar e, depois, na luta de todos nós pela consolidação do regime democrático...Tomamos caminhos político partidários diferentes, mas tenho absoluta convicção de que nos une ao André o laço do objetivo comum pela construção da sociedade que desejávamos construir, aliás, uma sociedade muito diferente da que está aí”. (Vieira da Cunha/PDT)

A localização e a centralidade facultadas ao homem político para a “abertura” e “consolidação democrática”, sendo enfatizadas por dois políticos que ingressaram na atividade política posteriormente (final da década de 70 e início da década de oitenta), demonstram os resultados dos investimentos empregados pela “geração de André Forster”, no sentido de promover e fixar símbolos de identificações políticas. Numa arena de diversificação partidária (reorganização do sistema partidário), há a permanência do “legado” e dos valores anteriormente construídos e constantemente reatualizados, inclusive com o apoio das novas versões oferecidas pelos novos agentes.

Desta forma, “associar-se a sua conduta” e “incluir-se entre aqueles influenciados” por Forster, assim como “homenagear a luta política” e estabelecer a equivalência do “objetivo comum” (sociedade diferente), significa partilhar das prerrogativas inerentes àqueles que comungam uma causa vivida como transcendental. Muitas vezes estes herdeiros são responsáveis pela atualização da causa e pela construção da sua memória, constituindo sentidos para os seus atos e suas posições na esfera política mediante a organização de uma narrativa e da sua localização nesta narrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração da tese aqui apresentada tomou como ponto de partida a problemática que sustenta, para o caso brasileiro e comparativamente às “dinâmicas ocidentais”, a inexistência de fronteiras rígidas entre esferas sociais que, por este motivo, não contam com lógicas e regras próprias de consagração e disputa. Antes disso, a fluidez do espaço social e a multiplicidade de dimensões em constante articulação e rearticulação nas ações e representações dos agentes, permitem que estes armazenem e acionem conhecimentos e reconhecimentos de diferentes espécies em diversos domínios sociais.

A partir disso, buscou-se apreender os processos históricos e sociais que interferiram na reconfiguração, a um só golpe, dos parâmetros de intervenção política (de militanismos e de engajamentos) e dos elementos que definem o “papel” de “intelectual” no Rio Grande do Sul. Ou seja, procurou-se demonstrar como a eficácia dos empreendimentos posteriores de agentes que participaram dos movimentos de contestação ao “regime militar” no sentido de se constituir como porta-vozes de “causas” legítimas passa pela detenção de um duplo e indissociável reconhecimento: da “capacidade de intervenção” e de uma condição de “intelectual”. O que significa dizer que a maior ou menor eficácia das tomadas de posição dos agentes sobre determinadas “temáticas” sociais ou “políticas” depende, por um lado, do domínio não somente de instrumentos de avaliação e explicação da “realidade”, dados por “conhecimentos específicos”, como também pela posse de “gostos” e “saberes” gerais relacionados à “cultura universal”. E, por outro lado, da atestação de uma biografia de posicionamentos e “experiências” militantes que garantem a relativa credibilidade das “análises” oferecidas pelos agentes e das concepções de “sociedade”, “política” e “cultura” que justificam os referidos posicionamentos.

As idéias de contestação, de engajamento e de militanismo, sublinhadas inclusive no título do trabalho, foram, então, aplicadas com o objetivo de abranger o conjunto de práticas e sentidos compartilhados e disputados por agentes situados em diferentes sites de inscrição e desigualmente posicionados no espaço social. Neste caso, as dinâmicas de afirmação destas práticas e sentidos são conduzidas por militantes com

determinados perfis sociais e interessados em fazer valer seus trunfos distintivos. Ora, ao mesmo tempo em que “lutaram” para estabelecer a legitimidade de “novos” recursos, repertórios e modalidades de atuação, também fixaram os critérios de hierarquização segundo a detenção, acumulação e ativação daqueles trunfos em diferentes domínios de inserção.

O tratamento dos eixos abaixo, que orientaram a operacionalização da pesquisa e a exposição dos dados, permitiu evidenciar alguns dos condicionantes que agiram na afirmação de agentes que atualmente ocupam ou não posições de destaque em âmbitos políticos, intelectuais e profissionais do RS, e que estrearam sua atuação nos movimentos de contestação ao “regime militar” durante as décadas sessenta e setenta, basicamente no interior dos movimentos estudantis, “clandestinos” e partidários.

Destaca-se a ênfase dada às origens sociais e políticas dos agentes (entre as principais variáveis que foram testadas e explicitadas estão a profissão e o grau de escolarização do pai, assim como os vínculos e a atuação política e partidária da família); os variados investimentos operados no decorrer dos itinerários (como o investimento em títulos escolares, “em produção intelectual”, em “experiências” militantes mais ou menos arriscadas, em atividades culturais, em atividades profissionais, em vínculos e contatos qualificados, etc.); os lugares de inserção privilegiados pelos agentes e os itinerários coletivos percorridos (“organizações”, “instâncias”, universidades, sindicatos, igrejas, partidos, etc.); os repertórios de mobilização agilizados (com destaque para as discussões sobre as modalidades e instrumentos de luta mais eficazes para “derrubar a ditadura”, e/ou para a realização da “revolução socialista”, e/ou para a condução do “processo de redemocratização do país”, e/ou para a operacionalização da “participação popular”, etc.) ; as justificações das tomadas de posição apresentadas (de bases afetivas e/ou ideológicas e/ou sociais, etc.); as “conjunturas” e “eventos” históricos mais ou menos favoráveis à utilização de determinado de recursos e repertórios (“golpe de 64”, AI-5, greves, eleições, pluripartidarismo, etc.); bem como a combinação, sempre original, destes aspectos nas trajetórias heterogêneas e sua tradução em termos de referências compartilhadas, objetos disputados e destinos díspares.

O desdobramento desses eixos permitiu, num primeiro momento, abarcar o perfil geral dos militantes e constatar a gama de possibilidades de perfis e carreiras, assim

como estabelecer indicadores mais precisos e determinantes no delineamento dos mesmos. Alguns dados gerais se mostraram significativamente relevantes como a origem geográfica, as ocupações desempenhadas pelos pais e pelos militantes atualmente, a formação universitária dos mesmos e a produção intelectual. Os mesmos permitiram constatar a prevalência de agentes oriundos de uma extração social “intelectualizada”, com passagem pelos grandes municípios do estado (onde havia universidades) e que seguiram destinos profissionais passíveis de compatibilizar a continuidade do engajamento e/ou do militância. Destaca-se ainda a distribuição dos agentes nas diferentes “organizações” no período de contestação. Tal informação serviu de base para a investigação de uma série de posicionamentos e de redes de relações que culminam com as escolhas partidárias (no início da “redemocratização” e no momento subsequente) também captadas em termos quantitativos nesta etapa do trabalho.

Assim, foram explicitadas e discutidas na seqüência seis variáveis (origem social; nível de adesão às “causas” e “organizações” nos anos sessenta e setenta; investimento “cultural”; investimento em títulos escolares; uso da biografia militante; e dependência posterior em relação aos vínculos e contatos constituídos no período inaugural do engajamento político) cujas associações experimentadas no exame de trajetórias revelaram a conformação de quatro padrões representativos das carreiras seguidas pelos militantes: “especialização militante”; “especialização técnico-administrativa”; “especialização política e eleitoral”; “especialização universitária”, sendo que neste último foi abarcado um tipo relacionado aos profissionais liberais que se dedicam igualmente às atividades docentes.

Sobre o exame dos itinerários exemplares, algumas considerações devem ser reforçadas, sobretudo no que tange aos critérios mais potentes de hierarquização dos agentes. Pode-se listar a importância do “patrimônio cultural” e “político” de origem e adquiridos em detrimento do econômico; a adesão às modalidades “arriscadas” de intervenção política bem como sua tradução em prisões, torturas e exílios; o estabelecimento e administração de contatos e aliança, principalmente, a manutenção de elos de fidelidade; e o investimento em títulos escolares com maior peso para aqueles adquiridos ainda no momento inaugural de atuação.

Foi possível observar que os agentes são desigualmente posicionados, segundo a lógica do reconhecimento das “aptidões” intelectuais e “militantes” indiscernivelmente, de acordo com a posse mais ou menos equilibrada daqueles trunfos. Sendo que a variável de escolarização revelou-se uma das mais decisivas para a polarização dos agentes localizados. É possível identificar um *continuum* que apresenta em um extremo a modalidade de carreira “militante” (os menos escolarizados), passando pelos “profissionais da política” (que combinam títulos com outros recursos no patrimônio pessoal), pelos “técnicos administrativos” (para os quais os títulos escolares são decisivos) e culminando no tipo de carreira acadêmica (os mais titulados).

Da mesma maneira, para os respectivos sentidos de “missão” que guiam os agentes e que informam a matriz comum de valorização da “intervenção”, pôde-se constatar a compatibilidade, em um pólo, do “desprovemento” do volume de recursos possuídos com uma idéia de “abnegação” em nome das “causas” e, no outro pólo, a “capacidade de formulação” vinculada ao domínio de um “instrumental teórico” aplicado à “realidade”, abonado por títulos escolares. Mais próximo deste último e imerso no âmbito político administrativo, aqueles que legitimam seus cargos e percursos pela “habilidade” no “planejamento” e “gestão” de determinadas questões “políticas”. E, entre todos, podendo afirmar-se a partir de interpelações específicas, os “representantes” (ou os agentes dedicados às carreiras políticas e eleitorais) não podem deixar de combinar todos aqueles recursos de forma relativamente harmoniosa.

As carreiras dos agentes se desenrolam nas suas relações com outros agentes com os quais compartilham ou disputam uma diversidade de espaços, “experiências” e objetos. Com efeito, as dimensões de análise foram também investigadas numa perspectiva dinâmica e processual de aproximações e inserções dos agentes, atentado para a conformação de lógicas de identificação que contemplam critérios sociais, pessoais e ideológicos de aproximação. Observou-se, pois, que as vinculações ou distanciamentos ocorrem conforme a gama e tipo de recursos e disposições continuamente estocadas, redefinidas e acionadas no decorrer dos trajetos individuais e coletivos dos militantes. Sem deixar de mencionar que os círculos de sociabilidades são alimentados por laços pessoais prévios (parentesco, amizade, colegas de colégio, etc.) ou estabelecidos na própria contestação (namoros, casamentos, amizades, compadrios, etc.). Por fim, as adesões às diferentes “ideologias” atualizam as identificações sociais e pessoais e justificam

alinhamentos ou realinhamentos (muitas vezes decorrentes da inserção em novas redes de relações ou das trajetórias ascendentes e descendentes).

Para tanto, o alvo recaiu (sem perder de vista as diretrizes até então referidas) sobre as *entradas* nos movimentos de contestação ao “regime militar” de um conjunto de militantes localizados em diversas “regiões” do RS; os lugares (“organizações”, “instâncias”, escolas, universidades, partidos, etc.) de atuação privilegiados; os deslocamentos (no tempo e no espaço) dos mesmos e os seus círculos de pertencimento; e os diferentes “eventos” enfatizados nessas “biografias”.

Foram estabelecidos, grosso modo, três momentos cronológicos e características gerais da atuação dos militantes. Os “anos sessenta” foram marcados como uma fase de forte contestação ao “regime” e dispersão dos protagonistas da “luta contra a ditadura” em variadas “organizações” e “agrupamentos”. No decorrer dos anos setenta, mormente a partir de 1973, a participação se deu mais fortemente nos marcos do MDB e foi caracterizada pelos empreendimentos no sentido de afirmarem-se como “novidade política” em âmbito institucional e, no avanço da década, sobressaíram-se as estratégias de distinção, muitas fixadas desde os anos sessenta, entre os contemporâneos. A partir da década de oitenta, com a “redemocratização” em curso, é evidenciada a persistência de “laços” e “sentidos de contemporaneidade” entre os agentes – distribuídos em diferentes agremiações partidárias e domínios profissionais – ora pela agilização de “experiências comuns” ora pela recuperação de rivalidades e disputas forjadas naquelas “conjunturas”.

A opção, neste caso, foi partir de algumas “organizações” e “instâncias” predominantes no estado nos anos sessenta e setenta (AP, PC do B, Ala Vermelha do PC do B, PCB, POC, “Brancaleones”, VAR-Palmares, VPR, IEPES e Setor Jovem do MDB) como “marcos” que permitiram desvendar movimentos, posicionamentos, adesões, cooptações e rupturas. Isto sem perder de vista a preocupação em apreender o acúmulo e uso dos recursos individuais e o trabalho de construção de “patrimônios coletivos” relacionalmente.

Para o primeiro itinerário de posicionamentos apresentado, cujo fio condutor tomou como origem Ação Popular (AP), pode-se ressaltar a heterogeneidade das suas origens sociais; não raro os vínculos políticos dos familiares foram classificados como “de direita”, “conservador” ou “liberal” (referindo-se ao PL); tiveram uma forte inserção

nos meios universitários; e, independentemente dos destinos profissionais (principalmente na academia) ou políticos (que obedecem basicamente à conquista dos títulos escolares durante o “regime militar” ou posteriormente), pode-se indicar a persistência ou a redefinição de princípios relacionados ao catolicismo como a ênfase em determinadas modalidades de atuação e justificativas de intervenção.

No que tange ao segundo itinerário descrito, cuja exposição parte da Ala Vermelha, cabe grifar a predominância das origens sociais situadas nas camadas médias e altas (de comerciantes a empresários); com significativa importância atribuída aos laços familiares com “trabalhistas” ou “nacionalistas”; ficou evidente ainda o destaque da formação jornalística que parece traduzir-se na priorização da produção de textos, de variados tipos, geralmente calcados numa “releitura do pensamento marxista”. Com origem em um núcleo familiar do interior (Santa Maria), do qual saíram as principais lideranças, a maior parte dos agentes tratados no item transita entre domínios partidários, acadêmicos, sindicais, de ocupação de cargos públicos, nos quais o relativo destaque advém do reconhecimento de uma “capacidade de elaboração teórica” conquistado.

No tocante aos militantes reunidos em um trajeto que se inicia no POC, destaca-se uma origem social basicamente nas camadas médias e “intelectualizadas” com um maior número de agentes provenientes da capital, com maior ênfase no capital cultural familiar; as origens políticas são diversificadas (“trabalhismo”, “comunismo”, “liberais”, etc.), contudo não foram tão sublinhadas; do mesmo modo, a formação universitária é diversa com destaque para os cursos ligados às ciências humanas e sociais; constituiu vários “líderes” e estes constituíram várias “tendências” e alguns se distanciaram “ideologicamente”, mormente dentro do PT; menos coesos, portanto, e mais “atingidos” por exílios, prisões, etc., mas igualmente com capacidade de trânsito entre domínios devido aos atributos intelectuais a eles associados.

Dentre os agentes que foram identificados como membros dos “Brancaleones”, o predomínio maior é de origens sociais mais baixas, com peso da inserção sindical e partidária de familiares; nas referências às vinculações políticas dos familiares enfatizaram as aproximações com “comunistas” e com “trabalhistas”; a maioria dos agentes ou não investiu em cursos superiores ou o fizeram tardiamente; a ocupação de

cargos de confiança (em maior número) ou técnico-administrativos foi o destino majoritário dos mesmos.

E, finalmente, os agentes que constituíram a chamada “direção do IEPES” (na “segunda fase”) em sua grande maioria contaram com origens igualmente médias e altas; as origens políticas dos familiares são igualmente diversas; atuaram na capital ou nos maiores municípios do estado; investiram em títulos escolares, principalmente, nos cursos considerados mais “técnicos” ou fizeram usos mais “técnicos” da formação em ciências humanas; tiveram uma maior inserção política nos espaços institucionais; concentraram sua atuação na ocupação de altos cargos administrativos, em alguns casos com uma significativa vinculação com a universidade.

Com este procedimento foi viável apreender alguns fatores produtores de “afinidades” e de divergências, ou da constituição de teias de interdependências tramadas a partir das identificações, inserções e tomadas de posição sobre determinadas “perspectivas”, bem como ressaltar as estratégias de “renovação” de trunfos e repertórios de mobilização política que passaram a pautar alinhamentos e clivagens.

O exame das seqüências de posicionamentos supracitadas trouxe à tona a eficiência do exercício de mediação desempenhado por alguns agentes (não necessariamente premeditado ou calculado como tal). Estes acabaram se constituindo (ou conquistando esse reconhecimento) como “pontos” ou “pontes” de ligação entre “períodos”, “gerações” e “instâncias”.

Entre “períodos” porque estrearam sua atuação ainda nos anos sessenta nos movimentos estudantis e/ou “clandestinos”, ausentaram-se por um curto tempo do cenário regional (por prisões, viagens, exílios relativamente rápidos, entre outros motivos possíveis), integraram-se no MDB nos anos setenta e participaram das manifestações e modalidades de intervenção privilegiadas com vistas à afirmação institucional, mantendo-se militantes depois dos anos oitenta.

Entre “gerações” por justamente terem mantido uma seqüência mais longa e contínua de inserções, sem muitos bloqueios ou por bloqueios menos traumáticos. Puderam, assim, fixar vínculos e contatos com militantes provenientes de variadas faixas etárias, marcados por “eventos” diferenciados e, inclusive, com origens sociais mais diversas, oportunizado pela diversificação do acesso ao ensino superior particularmente

contundente na década de setenta. Observou-se que muitas lideranças centraram sua participação nos movimentos de contestação durante a década de 1960 e, por exemplo, ficaram por longo tempo em exílios, por isso, não estiveram nos momentos que “singularizaram” muitos militantes que ingressaram no pós-1973 e vice-versa. Portanto, os “mediadores” fundaram seu crédito nestas “oportunidades” de acúmulo de “experiências” e de elos duráveis.

Conseqüentemente exerceram a função de ligação entre “instâncias” ou domínios de inscrição, pois, devido esta “credibilidade” desfrutada, aliado ao reconhecimento de outros atributos, sobretudo relacionados à “capacidade intelectual”, eram facilitados os trânsitos, ou mediações em diferentes meios sociais, notadamente os “políticos” e “acadêmicos”. O que, por sua vez, acabava reforçando o papel de mediador e o acréscimo de notoriedade, ou seja, incrementavam seus “conhecimentos” (no duplo sentido de “saberes” e de pessoas, ou melhor, redes de relações) e construíam o reconhecimento da posse dos mesmos e do potencial de intervenção. As lideranças de Raul Pont, Tarso Genro, André Forster, João Carlos Brum Torres, Dilma Roussef, são exemplos pertinentes, entre outros. Poderiam ser associados a pelo menos três dos padrões propostos (eleitoral, técnico-administrativo e acadêmico), todavia interessa confirmar a tradução do cabedal de recursos e referenciais estocados em posições com algum destaque – no mínimo, em meios governamentais, universitários, partidários e sindicais, com possibilidade de circulação entre eles.

A estréia da atuação militante em uma configuração que pode ser caracterizada como de *crise política* favoreceu para que a construção de laços e de “experiências” seja percebida como particularmente excepcionais e valorosas. Um dos efeitos mais duráveis dessas inserções inaugurais foi a constituição de uma gramática e códigos de comportamento comuns que emergem de modo explícito nas situações de cunho mais ritualístico, que trazem à tona, da mesma maneira, os trunfos e “troféus” estimados e detidos pelos agentes que os apreciam. Sendo assim, o reconhecimento conquistado pelos protagonistas da “luta contra a ditadura” é tributário, por um lado, das “escolhas” efetuadas ao longo dos trajetos individuais e coletivos dos agentes, da participação em determinados “eventos” e do acúmulo de determinado conjunto de recursos e, por outro lado, do rendimento e valor dos mesmos em constante redefinição.

Desta forma, uma série de mecanismos de valorização é promovida. “Eventos” como os Grandes Expedientes analisados no último capítulo revelam como, por este intermédio, são renovadas as recompensas materiais e simbólicas que os agentes não cessam de extrair dos seus engajamentos e militanismos, ao mesmo tempo em que atualizam, com a promoção de cerimônias, homenagens, comemorações, publicações, etc. o seu próprio “comprometimento” com determinadas “causas”. Pode-se afirmar que essas dinâmicas de rememoração são reveladoras de estratégias de consagração ou dos ritos de instituição que permitem aos agentes associarem-se aos atributos consagrados, amortizar dívidas com o “passado”, restabelecer os critérios de hierarquização com seus rivais e aliados contemporâneos de luta “hoje” ou no “passado”.

O estudo dos perfis, dos itinerários individuais e coletivos, bem como dos processos de celebração da memória corroboraram a tese de uma multiplicidade de lógicas e registros que atuam simultaneamente em domínios marcados pela mescla de atributos ligados às capacidades de intervenção e de interpretação da “realidade”. Apesar dos padrões de carreiras, apresentado no capítulo 2, apontarem para destinos profissionais díspares, a matriz composta pelo duplo reconhecimento (militante e intelectual) se mostra eficaz como critério de hierarquização no âmbito partidário, eleitoral, governamental e acadêmico. Mesmo com orientações “ideológicas” contrastantes, com redes de relações constituídas em meios sociais variados e a partir de origens diferenciadas, as “organizações”, “grupos” e “instâncias”, apresentados no capítulo 3, comportavam a dupla preocupação, com ênfase variada, da “ação” e da “elaboração”. No que pese os rituais de consagração, examinados no capítulo 4, obedecerem a lógicas distintas e buscarem eternizar personagens com características e destinos desiguais, mantém-se presente uma idéia de “missão” alicerçada na biografia militante e no acúmulo de um “saber intelectual” (acadêmico ou não).

O caráter multidimensional identificado no universo em questão, no entanto, não exclui que a combinação entre os trunfos implique em maior ou menor êxito na ocupação de posições no espaço social, assim como não exerça um efeito de atração maior em determinados agentes por certos domínios sociais e por certas “causas” de militanismos e de engajamentos. As “escolhas” profissionais e as adesões, como foi possível detectar, estão intimamente ligadas à posse de determinados recursos. O que deve ser destacado, entretanto, é que a posição ocupada na carreira de cargos de confiança, na

arena eleitoral, nas altas esferas administrativas, na academia e no âmbito profissional traduzem diferentes possibilidades de uso da mesma mescla de atributos.

Outro elemento a ser grifado é a persistência, ao longo do período analisado, de uma matriz de valorização tanto dos atributos de intervenção como de “interpretação da realidade”, como elementos indissociáveis e como instrumentos para o cumprimento de “missões”. O conjunto de rearranjos, de *crises* e de inovações em vários domínios sociais, evidenciado ao longo da contestação ao “regime militar” e posteriormente, demonstra que há um espaço de hierarquizações, alianças e rivalidades que mantêm fundidos diferentes domínios de intervenção sob lógicas muito semelhantes. Tal espaço é ocupado com especial destaque pelos protagonistas que atuaram na “luta contra a ditadura” que desempenham papéis decisivos ainda no ingresso e na ascensão de novos agentes nos domínios políticos e intelectuais.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ABÉLÈS, Marc. *L'Échec em Politique*. Paris: Circé, 2005.
- ANJOS, José Carlos dos. *Intelectuais, Literatura e Poder em Cabo Verde*. UFRGS, PPGAS, Tese de Doutorado, 1998.
- BADIE, Bertrand & HERMET, Guy. *Política Comparada*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- BADIE, Bertrand. *L'État Importé*. Paris: Fayard, 1992.
- BOURDIEU, Pierre et Saint Martin, Dominique. “Agrégação et ségrégation: le champ des grandes écoles et le champ du pouvoir”. In *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 69, sept. 1987.
- BOURDIEU, Pierre. “Critique de la Raison Théorique”. In: BOURDIEU, Pierre. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. “Un Livre à Brûler?”. In: BOURDIEU, Pierre. *Homo Academicus*. Paris: Minuit, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. “La construcción del objeto”. In: BOURDIEU, Pierre. *El Oficio de Sociólogo*. México: Siglo Veintiuno, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. *Lições de Aula*. São Paulo: Ática, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. “Introdução a uma Sociologia Reflexiva”. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989a.
- BOURDIEU, Pierre. “A representação política. Elementos para uma teoria do campo político”. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989b (pp.163-207).
- BOURDIEU, Pierre. “Le mort saisit le vif. As relações entre história reificada e a história incorporada”. In: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989c (p.75-106)
- BOURDIEU, Pierre. *La Noblesse D'État: grandes ecoles et esprit de corps*. Paris: Les Editions de Minuit, 1989d.
- BRAUD, Philippe. *Le jardin des délices démocratiques*. Paris: Presses de la Fondation nationale des Sciences Sociales, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. “É impossível um ato desinteressado?”. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus, 1996 (pp.137-161).
- BOURDIEU, Pierre. “Compreender”. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do Mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997. (pp. 693-732).
- BOURDIEU, Pierre. “Classificação, desclassificação, reclassificação”. In: NOGUEIRA, M.A. e CATANI, A. *Escritos de Educação. Pierre Bourdieu*. R.J: Vozes, 1998. (pp. 145-183).

- BOURDIEU, Pierre. “Violência simbólica e lutas políticas”. In: BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. (pp.199-251).
- BOURDIEU, Pierre. “A delegação e o fetichismo político”. In: BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (pp. 188-206).
- BRUBAKER, Rogers. “Au-delà de l’identité”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 134, 2001.
- CHARLE, Christophe. *Les Elites de la République (1880-1900) -Introduction-*. Paris : Fayard, 1987. (pp 7-25).
- CHARLE, Christophe. *Naissance des ‘intellectuels’ (1880-1900)*. Paris: éditions de minuit, 1990.
- CHARLE, Christophe. *Les intellectuels en Europe du XIX siècle. Essai d’histoire comparée*. Paris: éditions du seuil, 2001.
- COLLOVALD, Annie. “La République du militant. Recrutement et filières de la carrière politique des députés socialistes, 1981”. In. BIRNBAUN, P. (Dir.) *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris: PUF, 1985. (pp. 11-52).
- CORADINI, Odaci Luiz. “Relações profissionais e disputas eleitorais”. In: PALMEIRA, Moacir e BARREIRA, César. *Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2006. (pp. 267-297).
- CORADINI, Odaci Luiz. *Elites Culturais e Concepções de Política no Rio Grande do Sul entre as décadas de vinte e sessenta*. Relatório de Pesquisa para CNPq. Porto Alegre, 1998a.
- CORADINI, Odaci Luiz. “Panteões, Iconoclastas e as Ciências Sociais”. In: L.O. Feliz et alii (Orgs.). *Mitos e heróis: construção de imaginários*. Porto Alegre:UFRGS, 1998b (pp. 219-240).
- CORADINI, O. L. *Em Nome de Quem? Recursos Sociais no Recrutamento de Elites Políticas*. 1a. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UFRJ, 2001.
- CORADINI, Odaci Luiz. “Escolarização, militância e mecanismos de ‘participação’ política”. In.: Heredia, B (et alii, orgs.) *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2002. (pp. 103-153).
- CORADINI, Odaci Luiz. *Expansão e Internacionalização do Ensino Universitário e Mediação Cultural dos Professores de Ciências Humanas e Sociais* (versão resumida). Relatório de Pesquisa, 2003.
- CORADINI, Odaci Luiz. “A formação e a inserção profissional dos professores de ciências humanas e sociais no Rio Grande do Sul”. In.: ALMEIDA, Ana Maria F. (et. Allii). *Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras*. S.P.:Editora da UNICAMP, 2004 (pp. 213-240).
- CORADINI, Odaci Luiz. “O ensino universitário de teologia, as relações centro/periferia e os usos das ciências humanas e sociais”, 2005.
- DAMAMME, Dominique. *Grandes illusions et récits de vie*. Politix, nº. 27, 1994.
- DEZALAY, Yves et GARTH, Briant. “Droits de l’homme et philanthropie hégémonique”. In.: *Actes de la recherché en sciences sociales*, 121-122, 1998 (pp.23-41).

- DIANI, Mario. "Networks and social movements: a research programme". In.: DIANI, M. and McADAM, D. *Social Movements and networks. Relational approaches to collective action*. OXFORD, Oxford University Press, 2004, (pp. 299-319).
- DOBRY, Michel. *Sociologie des Crises Politiques*. Paris: Presses de la Fondation des Sciences Politiques, 1992.
- DROUIN, Vincent. *Enquêtes sur les générations et la politique (1958-1995)*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- DUFOIX, Stéphane. *Politiques d'exil*. Paris: PUF, 2002.
- DULONG, Delphine. "Quand l'économie devient politique. La conversion de la compétence économique en compétence politique sous la V République". In: *POLITIX*, n.º 35, 1996 (pp. 109-130).
- DUVAL, Julien (et alli). *Le 'décembre' des intellectuels français*. Paris: Éd. Liber-Raisons D'Agir, 1998.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2v. 1993.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- ELIAS, Norbert. *Envolvimento e Alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- ELIAS, Norbert. *Introdução à sociologia*. Portugal: Edições 70, 1999.
- FAVRE, Pierre. "De la question sociologique des générations et de la difficulté à la résoudre dans le cas de la France". In. FAVRE, Pierre e CRÊTE, Jean. *Génération et Politique*. Paris: Economica et PUL, 1989 (pp. 283-321).
- FILLIEULE, Olivier. "Propositions pour une analyse processuelle de l'engagement individuel". Post Scriptum. In. *RFSP.*, vol. 51, nº 1-2, février-avril, 2001. (pp.199-217).
- FILLIEULE, Olivier. "Temps biographique, temps social et variabilité des rétributions". In: FILLIEULE, Olivier (Direc.). *Lê désengagement militant*. Paris:Belin, 2005.
- FONTES, Virginia Mª G. de M. *Démocratie et Révolution: Sciences Sociales et pensée politique ao Brésil contemporain*. Paris, Tese de doutorado, Universidade de Paris X, 1996.
- GARCIA, Marco Aurélio. "Contribuição para uma história da esquerda brasileira". In: Moraes, R. Et alii. *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GARCIA, Marco Aurélio (Coord). "Contribuição à história da esquerda brasileira, 1960-1970". In: *Em Tempo*, São Paulo, 1979-1980.
- GAXIE, Daniel e OFFERLÉ, Michel. "Les militants syndicaux et associatifs au pouvoir? Capital social collectif et carrière politique". In.: BIRNBAUN, P.(Dir.). *Les élites socialistes au pouvoir*. Paris:PUF, 1985.
- GAXIE, Daniel. *La démocratie représentative*. Paris: Montchrestien, 1993.
- GAXIE, Daniel. "Économie des Partis et Rétributions du Militantisme". In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 27, nº 2, fev. 1977.
- GIRARDET, R. "Du concept de génération a la notion de contemporanéité". In: *Revue D'Histoire Moderne*, 1983.

- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRIBAUDI, Maurizio. “Avant-Propos. Réseaux egocentrés et inscriptions sociales: continuités et discontinuités dans les formes de structuration de l’espace parisien”. In: GRIBAUDI, M. (dir.). *Espaces, temporalités, stratifications: exercices sur les réseaux sociaux*. Paris: Éditions de EHESS, 1998.
- GRILL, Igor. *Parentesco, Redes e Partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado em Ciência Política/UFRGS, 2003.
- GUILHOT, Nicolas. “Les professionnels de la démocratie. Logiques militantes et logiques savantes dans le nouvel internationalisme américain”. In: *RFSC*, 2001.
- HAMMAN, P.; MÈON, J-M & VERRIER, B. *Dicours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: l’Hartmattan, 2002.
- HÉLIAS, Yves. “Pour une sémiologie politique des monuments aux morts”. In: *Revue Française de Science Politique*, v. 29, n° 4-5, 1979.
- HIRSCHMAN, Albert. “Saída, voz e o destino da República Democrática Alemã”. In: *Auto-subversão: teorias consagradas em xeque*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- HIRSCHMAN, Albert. “Cerca de la salida, la voz y la lealtad”. In: HIRSCHMAN, A. *De la economía a la politica y mas alla*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.
- HIRSCHMAN, Albert. *Salida, Voz y Lealtad: respuestas al deterioro de empresas, organizaciones y estados*. México: Fondo de Cultura Económica, 1977.
- ISRAEL, Liora. “Redefinir la resistance (judiciaire): problematiques, methodes, ecriture”. In: Communication. Journées AFSP “Science Politique/Histoire” – 4-5 mars, 2004.
- JUHEM, Philippe. “Entreprendre em politique de l’extrême gauche au PS. La professionnalisation politique des fondateurs de SOS-Racisme”. In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 51, n° 1-2, février-avril, 2001.
- KINZO, M^a. D’Alva G. *Oposição e Autoritarismo*. São Paulo: Vértice, 1988.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta, 1992.
- LACROIX, Bernard. “Ordre Politique et Ordre Social: Objectivisme, Objectivation et analyse politique”. In: GRAWITZ, M. & LECA, J. (dir.). *Traité de Science Politique: La Science Politique, Science Sociale; L’Ordre Politique*. V.I.Paris:PUF, 1985.
- LAGROYE, Jacques. “L’espace politique.” In: LAGROYE, Jacques. *Sociologie Politique*. Paris: Presses de Sciences Po et Dalloz, 1997.
- LAHIRE, Bernard. *Retratos Sociológicos*. Porto Alegre : Artmed, 2004.
- LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F.H. (orgs.). *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBRAP e Paz e Terra, 1975.
- LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil, 1970-1979*. Rio de Janeiro: CEBRAP e Vozes, 1980.

- LAMOUNIER, Bolivar. “O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições na abertura política brasileira, 1974-1982”. *DADOS*, vol.29, nº3, Rio de Janeiro, 1986.
- LANDÉ, C.H. “Introduction: the dyadic basis of clientelism”. In: SCHMIDT, S.W. et alii.(Eds.). *Friends, Followers and Factions. A Reader in political clientelism*. Berkeley, University of California Press, 1977.
- LEAL, Murilo. “Crescimento, crise, novas alternativas. As atividades do POR de 1962 a 1966”. In: LEAL, Murilo. *À esquerda da esquerda: trotskistas, comunistas e populistas no Brasil contemporâneo (1952-1966)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (pp. 197 -222).
- LEBARON, Frédéric. *La croyance économique: les économistes entre science et politique*. Paris: Seuil, 2000.
- LENOIR, Remi. “Objeto sociológico e problema social”. In: CHAMPAGNE, Patrick et alii. *Iniciação à prática sociológica*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. (pp. 59- 106).
- MARTINS, Luciano. “A gênese de uma Intelligentsia – os intelectuais e a política no Brasil, 1920 a 1940”. In: *RBSC*, número 4 vol. 2, 1987.
- MATHIEU, LÍlian. “La ‘conscientisation’ dans le militantisme des années 1970”. In: HAMMAN, P.; MÉON, J-M. & VERRIER, B. *Discours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: l’Harmattan, 2002. (pp. 251- 270).
- MATTOS, Marcelo B. « Em busca da revolução socialista : a trajetória da POLOP (1961-1967) ». In: RIDENTI, Marcelo e AARÃO REIS FILHO, Daniel. *História do marxismo no Brasil. Volume V: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas : UNICAMP, 2002.
- MAYER, Adrian C. “A importância dos ‘quase-grupos’ no estudo das sociedades complexas”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. *Antropologia das sociedades contemporâneas*. S.P:Global, 1987.
- McADAM, Doug. “Beyond structural analysis: toward a more dynamic understanding of social movements”. In.: DIANI, M. and McADAM, D. *Social Movements and networks. Relational approaches to collective action*. OXFORD, OXFORD, Oxford University Press, 2004 (pp. 281-298).
- McADAM, Doug. «Specifying the relationship between social ties and activism». In.: *AJS*, vol.99, nº 3, November 1993 (pp. 640-667).
- MICELI, Sergio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial S.A., 1979.
- NASCIMENTO ARAÚJO, Maria Paulo. “A esquerda alternativa no Brasil – anos 1960-70. In: NASCIMENTO ARAÚJO, Maria Paulo. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. (pp. 73 – 96).
- NEIBURG, Federico. “Politização e universidade na Argentina: esboço de uma pragmática histórica da política”. In: *Novos Estudos*, n.º 53, março, 1999 (pp. 119-135).
- NEIBURG, Federico. “O naciocentrismo das ciências sociais e as formas de conceituar a violência política e os processos de politização da vida social”. In: NEIBURG, Federico. Et alii. *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: USP, 1999b. (pp. 37-62).

- NEVEU, Érik. *Sociologie des mouvements sociaux*. Paris: La decouvert, 1992.
- NOIRIEL, Gerard. “Représentation nationale et categories sociaux. L’exemple des réfugiés politiques”. In.: *Genèses*, n° 26, avril 1997. (pp.25-54).
- NORA, Pierre. “La Génération”. In. NORA, Pierre (org.). *Les Lieux de Mémoire*. Vol.2, Paris: Gallimard, 1997.
- OFFERLÉ, Michel. *Les Partis Politiques*. Paris : PUF, 1987.
- OFFERLÉ, Michel. “Entrées en politique” (Présentation).IN: *Politix* n° 35, 1996 (pp. 3-5).
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo:Brasiliense, 1985.
- PASSERON, Jean-Claude. “Biographies, flux, itineraries and trajectories”. In.: *Revue Française de Sociologie*, XXXI, 1990 (pp. 3-22).
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERCHERON, Annick. “Les temps de la socialisation politique”. In.: PERCHERON, Annick. *La socialization politique*. Paris: Armand Colin, 1993 (pp.155-166).
- PIZZORNO, Alessandro. “Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional”. In. Foxley, A. (et alli). *Desenvolvimento e Política*. São Paulo: Vértice, 1988.
- PIZZORNO, Alessandro. “Sur la Rationalité du choix démocratique”. In: BIRNBAUN,P. e LECA, J. *Sur l’individualisme*. Paris: Presses FNSP, 1986.
- POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricos*, vol 2, nº3, Rio de Janeiro: Vértice, 1989.
- POPA, Iona. “Dépasser l’exil”. In.: *Genèses*. Dossier: Figures de l’exil. n° 38, mars 2000 (pp. 5-32).
- PUDAL, Bernard. “Du biographique entre ‘science’ et ‘fiction’. Quelques remarques programmatiques”. In.: *Politix*, n.º 27, 1994.
- PUDAL, Bernard. “La vocation communiste et ses récits”. In.: *La Politisation*. Paris: Belin, 2003 (pp. 147- 161).
- REIS, Eliana T. *Juventude, Intelectualidade e Política: espaços de atuação e repertórios de mobilização no MDB gaúcho dos anos 70*. Dissertação de Mestrado defendida no PPGCP da UFRGS, 2001.
- REIS, Fábio W. (org.). *A lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e FERREIRA de SÁ (Orgs.) *Imagens de Revolução*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- REY, Henri e SUBILEAU, Françoise. *Les Militants Socialistes: à l’épreuve du pouvoir*. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1991.
- RIDENTI, Marcelo. « Ação Popular : cristianismo e marxismo ». In : RIDENTI, Marcelo e AARÃO REIS FILHO, Daniel. *História do marxismo no Brasil. Volume V : Partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas : UNICAMP, 2002.

- SAWICKI, Frédéric. “Les temps de l’engagement. À propos de l’institutionnalisation d’une association de défense de l’environnement”. In.: *La Politisation*. Paris: Belin, 2003 (pp. 123-146).
- SAWICKI, F. *Les Reseaux du Parti Socialiste*. Paris: Belin, 1997.
- SAWICKI, Frédéric et BERLIVET, Luc. “La foi dans l’engagement. Les militants syndicalistes CFTC de Bretagne dans l’après-guerre”. *Politix*, nº27, 1994.
- SIGAL, Silvia. “Introdução: Intelectuales, cultura y política”. In.: SIGAL, Silvia. *Intelectuales y poder em Argentina. La década del sesenta*. Argentina: Siglo veintiuno de Argentina Editores, 2002. (pp. 1-17).
- SIGRIST, J.L. *A JUC no Brasil, evolução e impasse de uma ideologia*. São Paulo:Cortez, UNIMEP, 1982.
- SIMÉANT, Johanna. “Friches, hybrides et contrebendes: sur la circulation et la puissance militantes des discours savants”. In: HAMMAN, P.; MÉON, J-M. & VERRIER, B. *Discours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: l’Harmattan, 2002.
- SIRINELLI, Jean-François. “Os intelectuais”. In. RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ ed. FHV, 1996.
- SIRTORI, Bruna et alii. *CEUE 100 anos: uma história do movimento estudantil*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- TARROW, Sidney. “La contestation Transnationale”. In : *Cultures & Conflits. Sociologie Politique de l’Internationale*. www.conflits.org. Acessado em 26 de novembro de 2004.
- TILLY, C. “Réclamer Viva Voice”. *Cultures & Conflits* (5), 1992.
- TRINDADE, Fernando. “Ernani Maria Fiori e a reforma universitária dos anos 60”. In: *Filosofia Política*, (4), Porto Alegre, 1987.
- VERRIER, Benoît. “Expert, idéologue, militant: la production d’une ressource socialiste (1964-1969)”. In.: HAMMAN, P.; MÉON, J.-M. & VERRIER, B. *Dicours savants, discours militants: mélange des genres*. Paris: l’Harmattan, 2002.
- WEYNE GUTIÉRREZ, Cláudio. *A Guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.
- YMONET, Marie. “Les heritiers du capital. L’invention du marxisme em France au lendemain de la commune”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 55, 1984.

Periódicos e documentos consultados:

- Jornal “A Classe Operária”, março de 2002:02.
- Jornal semanário “*Movimento*” de 1975 a 1978 (93 matérias)
- Jornal *Semanário de Informação Política* de 1975 a 1976 (22 números).
- Jornal *Informação* 22 de julho de 1976 a1977 (23 números)
- Jornal *Em Tempo* de 1977 a 1979 (34 matérias).

“Para não esquecer Araguaia”. Em memória do gaúcho Cilon, 1973-2003. Publicação do Gabinete da deputada Jussara Cony.

“Manifesto da Oposição Jovem”, SJM/MDB de Porto Alegre (08/10/1972)

Ante-projeto da Carta Programática para o Setor Jovem Metropolitano (MDB/Porto Alegre).

“Cartilha nº 1” e carta de princípios do Setor Jovem metropolitano (1º semestre de 1976)

IVª Convenção Ordinária: Relatório Anual da Comissão Executiva do SJM/MDB – Porto Alegre (11/7/1976).

“A luta pela democracia, hoje”, texto de circulação interna do SJM (2ª semestre de 1976)

Revista “Textos & Debates” do SJM/MDB de Porto Alegre (maio de 1977)

Luta Contínua, Boletim Informativo do Setor Jovem.

“O MDB e a Ação Municipalista”: 1º Seminário para candidatos a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador. MDB-IEPES/RS (28 e 29/8/1976)

“O MDB na conjuntura política eleitoral”. Texto de circulação interna do IEPES (1978).

Boletins da Tendência Socialista de 1978.

Programa de Fundação da Tendência Socialista (julho de 1978)

Declaração de Porto Alegre, MDB/RS (25/4/ 1971)

O MDB aproximando o futuro! MDB/RS (24/8/1975)

MDB, 10 anos depois. MDB/RS (não datado).

ANEXOS:

1 – NOTAS BIOGRÁFICAS

1.1 – Perfis dos entrevistados:

1. ANTÔNIO BERND nasceu em Porto Alegre e é filho de um jornalista que ocupou cargos públicos na prefeitura do município e foi vinculado ao PTB. Participou do movimento estudantil no colégio Júlio de Castilhos e na UFRGS na década de setenta, atuando no MDB e no IEPES. Participou das campanhas de Marcos Klassamnn e André Forster e se filiou ao PMDB. Foi líder sindical dos funcionários da Previdência do Estado. Participou da dissidência do PMDB que migrou para o PPS. Concorreu a vereador e chegou a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores já pelo PPS. Seu irmão, Mário Bernd, médico formado pela UFRGS, também militou no MDB, PMDB e PPS, ocupou vários cargos públicos (direção de hospitais, etc.), foi deputado estadual e candidato a senador.
2. ANTÔNIO SIDEKUM nasceu em 1948, numa família de agricultores de São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre. cursou a Faculdade de Filosofia Nossa Senhora da Imaculada Conceição (FAFIMC). Nos anos sessenta e setenta atuou nos movimentos estudantis e políticos vinculados à Igreja Católica e também na “organização clandestina” VAR-Palmares. Em 1978 concluiu o mestrado em Filosofia pela PUC/RS e posteriormente fez doutorado e pós-doutorado, na mesma área, em instituições de ensino alemãs, sendo que o último pós foi realizado em 2000 na University of América nos Estados Unidos. Atualmente é professor universitário na Faculdade de Administração e Ciências Contábeis de Taquara.
3. BENNO ORLANDO BURMANN nasceu em Catuípe e seu pai era pequeno comerciante. Estudou contabilidade em Ijuí e a partir da sua atuação no movimento estudantil secundarista se elegeu vereador, prefeito e deputado estadual no município pelo PTB. Foi cassado e passou a atuar na luta armada. Foi um dos principais responsáveis pela “saída” de militantes para o exílio pela fronteira do Uruguai. Exilado, se aproximou ainda mais de Leonel Brizola. Com o retorno ao país reconquistou seu cargo de deputado estadual pelo PDT em 1982. A partir de 1986 se aproximou dos membros da Unidade Socialista do partido, principalmente por conta do movimento “coliga não”. Não se elegeu deputado federal em 1986. Seu irmão foi vice-prefeito e prefeito de Ijuí pelo MDB e PDT. Seu filho, membro da Unidade Socialista, foi seu chefe de gabinete na Assembléia Legislativa e candidato a deputado estadual em 1986. Seu sobrinho foi vice-prefeito e é deputado estadual pelo PDT.
4. BRIANNE PANITZ BICCA nasceu em Porto Alegre. É filha de uma professora primária e de um sapateiro e dono de uma alfaiataria. Iniciou sua militância no colégio Júlio de Castilhos e aprofundou na faculdade de arquitetura da UFRGS. Namorou e casou com Paulo Bicca (ex-presidente do DA de Arquitetura e membro do POC). Auxiliou em algumas atividades do POC. Trabalhou em Brasília e em 1976 se deslocou para Paris, onde realizou o doutorado. No retorno ao Brasil participou da fundação do PT. Trabalhou junto ao governo federal, junto a Unesco e junto à prefeitura de Porto Alegre (convidada em uma das gestões do PT) na área de patrimônio.
5. CALINO PACHECO nasceu em Cachoeira do Sul e o pai era funcionário dos correios (carteiro). Estudou no Júlio de Castilhos e, depois de pertencer ao PCB, compôs os “Brancaleones” e acompanhou Carlos Araújo na ida para VAR-Palmares e, com o pluripartidarismo, foi para o PDT, onde fez parte do Grupo Unidade Socialista. Em 1990 participou da primeira dissidência que se filiou ao PT e, a partir de 1998, atuou no gabinete de imprensa da então Secretária de Minas e Energia Dilma Roussef durante o governo petista de 1999 a 2002. Economista, é funcionário da Fundação de Economia e Estatística do RS e, entre outras coisas, mantém vínculos pessoais e profissionais com Carlos Araújo.

6. CARLOS ALBERTO DE RÉ nasceu em Jaguari/RS. O pai era trabalhador ferroviário e líder sindical que, depois de preso “pela ditadura”, abriu um comércio de “armarinhos” em Porto Alegre (em 1966). Não tem curso superior. Iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista no colégio Júlio de Castilhos. Constituiu o “grupo” que ficou conhecido como “Brancaleones” e a VAR-Palmares. Depois de um período na prisão, no início dos anos setenta, ingressou no MDB, participou do IEPES e integrou o Setor Jovem Metropolitano. Com o pluripartidarismo, filiou-se ao PDT e neste partido permanece ainda hoje como assessor da bancada na Assembléia Legislativa do RS. Foi candidato a deputado estadual em 1994. Um dos principais porta-vozes das “experiências militantes durante o regime militar”, atualmente é um dos “representantes da sociedade civil” na “Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura”.
7. CARLOS EDUARDO VIEIRA DA CUNHA nasceu em Cachoeira do Sul e é filho de um promotor que foi vereador e candidato a deputado estadual. Começou sua militância na década de setenta no colégio Anchieta e continuou no curso de Direito da UFRGS. No final da década de setenta, juntamente com Romildo Bolzan Jr. (filho de um deputado de MDB e PDT) seu futuro cunhado, participou do movimento de fundação do PDT. Neste partido militou e foi presidente da Juventude Socialista no início da década de oitenta, sendo vinculado à liderança de Carlos Araújo e à esquerda do PDT. Foi vereador e secretário municipal em Porto Alegre, presidente da Companhia de Energia Elétrica do Estado, deputado estadual e atualmente é deputado federal, sempre pelo PDT.
8. CARLOS FRAKLIN PAIXÃO ARAÚJO é advogado trabalhista, assim como o pai e um dos irmãos. Atuante no movimento estudantil desde a década de 50, pertenceu ao PCB, liderou os “Brancaleones”, foi um dos principais dirigentes da VAR-Palmares ao lado da sua então esposa Dilma Rousseff. Ambos foram os principais articuladores de uma facção “esquerdista” no MDB que veio a integrar o movimento pela refundação do PTB e “construir” o PDT no RS. Este mesmo “grupo” constituiu uma “ala” socialista que se definia como “cabeças pensantes” dentro do partido. Apesar de ter participado da dissidência do PDT em direção ao PT, acabou não se filiando ao partido.
9. CARLOS HORÁCIO HERZ GENRO nasceu em Santiago. O pai foi professor de Francês e Português de escola pública, vice-prefeito de Santa Maria e também depois foi advogado. Carlos Horácio fez parte do centro acadêmico da Faculdade de Medicina; em 1966 deu aulas num curso pré-vestibular e se formou em 1968. Foi estagiário em Porto Alegre e em 1969 começou a trabalhar na Santa Casa de Misericórdia da capital. Trabalhou no Hospital Moinhos de Vento e depois no Hospital Conceição. Em 1972 foi trabalhar no Hospital de Clínicas e em 1974 começou a dar aulas na UFRGS. Apesar de nunca ter tido uma “militância orgânica”, foi “próximo” da Ala Vermelha do PC do B, PRC e atualmente é filiado ao PT, assim como seus dois filhos, a esposa e praticamente toda a sua família.
10. CARLOS MENDES RIBEIRO nasceu em 1934 e formou-se em odontologia pela UFRGS, tendo feito especialização, nos anos sessenta, em “higiene e saúde” na USP. Nos anos cinquenta atuou no movimento estudantil universitário. Foi professor assistente de odontologia e professor titular de administração na UFRGS. Atualmente define-se como escritor, consultor e empresário. Foi filiado ao PDT e atualmente é filiado ao PT.
11. CARLOS WINCKLER nasceu em Ijuí e o pai era médico com vinculação ao PCB. Em Ijuí participou do semanário de Informação Política. No final dos anos sessenta Winckler foi estudar em Porto Alegre no colégio Anchieta e depois ingressou nas faculdades de Direito e Letras da UFRGS. Fez mestrado na mesma instituição em Sociologia e o trabalho de dissertação foi sobre “elites regionais”. Durante os anos setenta atuou no MDB (IEPES) e com o pluripartidarismo filiou-se ao PMDB, mas trocou de partido em 1986, filiando-se ao PT. Por este último partido foi suplente de vereador. Atualmente é professor da PUC/RS e funcionário da Fundação de Economia e Estatística do RS.

12. CARMEN CRAIDY nasceu Ijuí/RS e seu pai era comerciante e fora filiado ao PSD e Arena. Ela se formou em pedagogia na Universidade do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, em 1964. Atuou e ocupou cargos de direção na Juventude Estudantil Católica, Juventude Universitária Católica e Ação Popular, sendo que depois participou de uma “dissidência” desta que formou o Movimento Revolucionário dos Trabalhadores. Foi para o exílio em Paris onde fez mestrado em Ciências da Educação na Universidade de Paris V. Retornou para o Brasil em janeiro de 1979. Trabalhou como assessora de educação da direção da Fundação Estadual do Bem-estar do Menor e depois foi assessora do juizado da infância e da adolescência. Durante a segunda metade dos anos oitenta coordenou alguns programas vinculados ao governo federal tendo como temáticas freqüentes “criança e adolescente” e “educação”. No início dos anos noventa ingressou na UFRGS, instituição pela qual realizou seu doutoramento na mesma década. Mantém sua intervenção desenvolvendo pesquisas, assessorias e consultorias com as mesmas temáticas supracitadas. Coordenou oficinas no Fórum Social Mundial e participa, igualmente, das reuniões do Instituto Brasileiro de Ação Popular (IBRAP).
13. CECÍLIA HIPÓLITO nasceu em Pelotas e é filha de funcionário público. Iniciou sua militância na Universidade Federal de Pelotas na década de setenta como dirigente do Diretório Acadêmico de Educação Artística. Seus irmãos eram líderes estudantis e membros da Tendência Socialista em Pelotas. No início da década de oitenta os três participaram da fundação do PT e militaram na Democracia Socialista. Trabalhou com professora da rede municipal com pós-graduação, sendo líder sindical. Foi vereadora, deputada estadual e suplente de deputada federal, além de candidata a prefeita em 1992. Passou a se engajar em “causas ambientais” e ocupou um cargo na “área” no governo Lula.
14. CÉSAR AUGUSTO TEJERA DE RÉ nasceu em Alegrete, filho de pai ferroviário e líder sindical. Iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista em Santa Maria, tendo tido vínculos com AP e Ala Vermelha do PC do B. Mudou-se para Porto Alegre no final de 1967 e ingressou na “dissidência” do PCB, depois atuou junto com os chamados “Brancaleones” e também se vinculou à VPR. Em 1971 foi preso e, quando saiu, em 1972, trabalhou na Embratel, numa loja do “Baú da Felicidade”, do Silvío Santos, na Riocel e na Bannisul processamento de dados. Iniciou a faculdade de administração em 1973, no início dos anos oitenta foi lecionar na PUC e, tendo passado num concurso para professor da UFRGS, começou a lecionar em 1987. Apenas oficializou uma filiação partidária nos anos noventa no PPS “mais por saudosismo” e incentivado pelo amigo Cláudio Gutierrez.
15. CÉSAR BUSATTO nasceu em Veranópolis e é filho de comerciantes. Ligado à Igreja Católica, foi líder estudantil secundarista em Caxias do Sul e na faculdade Economia da UFRGS. Fez parte do IEPES na década de setenta, esteve no México cursando o mestrado em economia e foi militante do MR8. Ocupou cargos técnicos no governo de Pedro Simon e elegeu-se deputado estadual pelo PMDB. Foi secretário de Estado no governo de Antônio Britto. Participou da dissidência para o PPS e, com a vitória de Fogaça, passou a ocupar a direção do Gabinete de governança local na prefeitura de Porto Alegre.
16. CÉSAR TERRA BURMANN nasceu em Ijuí e é filho do técnico em contabilidade e ex-vereador, prefeito e deputado estadual Beno Orlando Burmann. Passou a atuar politicamente quando cursava a faculdade de engenharia aproximando-se de lideranças de esquerda do estado. No final da década de setenta passou a atuar no movimento sindical, como engenheiro, aproximando-se sobretudo do “grupo” liderado por Carlos Araújo. Com a redemocratização ingressou no PDT, acompanhando os familiares com forte liderança em Ijuí (principalmente pai e tio). Integrou um “núcleo” do PDT que auto-denominava-se de “setores pensantes” da sigla liderado por Carlos Araújo e Dilma Rousseff, auxiliando na elaboração do plano de governo do PDT para as eleições de 1982. Na década de oitenta foi militante da “Unidade Socialista” e atuou no movimento “Coliga não”. Ocupou a chefia de gabinete no mandato do seu pai na Assembléia Legislativa e foi candidato a deputado estadual em 1986.

17. CLÁUDIO WEYNE GUTIÉRREZ nasceu em Porto Alegre. O pai era comerciante (dono de um bar no bairro Bom Fim em Porto Alegre) e não possuía vínculos políticos. A militância foi iniciada no movimento estudantil secundarista, tendo integrado o PCB, a “dissidência” desse partido, o “grupo” chamado “Brancaleones” sobre os quais escreveu um livro publicado em 1999, e também integrou a ALN. Foi exilado e preso no Uruguai e esteve também no Chile, onde se vinculou à VPR e participou do “grupo de guerrilheiros” do “Exército de Libertação Nacional”. Retornou para o Brasil em 1979. Com a Anistia, se filiou ao PDT, mas logo aciona seus contatos com o PCB. Em 1989 ocupou o cargo de assessor do vereador Lauro Hagemann. Participou da fundação do PPS em 1992 e da dissidência ocorrida em 2000. Também em 2000 deixou de trabalhar com o vereador e filia-se ao PT. Em 2003 foi o responsável pelas relações comunitárias da Prefeitura de Porto Alegre (PT) no Projeto de loteamentos populares vinculado à Secretaria do Planejamento Municipal e, atualmente, compõe como “representante da sociedade civil”, a “Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura”.
18. CLÓVIS ILLGENFRITZ DA SILVA nasceu em Ijuí e o pai era empresário, tendo sido ainda prefeito do município. Formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela faculdade de arquitetura da UFRGS (1965-1969), universidade onde deu aulas (1972-1977). Trabalhou numa empresa de “Arquitetura e Planejamento” de Porto Alegre (1965-1989), atuou no Instituto dos Arquitetos do Brasil, fundador e presidente do Sindicato dos Arquitetos/RS por três gestões, presidente da Federação Nacional dos Arquitetos, vice-presidente do CREA/RS e fundador e dirigente da CUT. Foi dirigente estudantil e atuou no PCB e POC. Ingressou no PT e foi secretário-geral (1982-1983 e 1984-1985), e presidente (1995-1997) deste partido, entre outros cargos partidários ocupados. Também pelo PT se elegeu vereador por três vezes (1989; 1992; e 1996) e deputado federal (de 2001-2002). Foi do Conselho da Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS), cargo este que renunciou, em 2006, para ocupar o de Diretor financeiro da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).
19. CRISTIANO TATCH nasceu em Porto Alegre e o pai é industrial. Formou-se em economia pela UFRGS e foi professor universitário. Participou do grupo da economia dedicado às discussões sobre o marxismo e economia brasileira e foi presidente do diretório acadêmico da economia. Atuou na direção do IEPES e no Gabinete de Assessoria Superior da Assembléia Legislativa. Com a reorganização partidária optou pelo PMDB participando das coordenações de campanha para o governo do estado (Simon e Britto) e ocupou cargos nesses governos, entre eles, ocupou presidência da CRT. Trabalhou na FIERGS (Fundação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul). Atualmente é Secretário Municipal da Fazenda do governo José Fogaça.
20. DANIEL KOSLOWSKI HERZ nasceu em Porto Alegre e é filho de empresários. Formou-se em jornalismo, com mestrado, foi professor universitário, publicitário, empresário e líder sindical na “categoria”. Integrou o SJ de Santa Maria durante a década de 70 e em 1976 colaborou para a reativação do jornal semanário “Informação” em Porto Alegre sendo diretor do mesmo e também da sucursal do “jornal alternativo” de circulação nacional “Movimento” no RS. Pertenceu ao PRC e ao PMDB antes de filiar-se ao PT no início dos anos oitenta. Foi um dos promotores da criação do CEFIP e da revista “Práxis”, ambos coordenados por Adelmo Genro Filho. Foi um dos primeiros professores da faculdade de jornalismo da UFSC. Faleceu em maio de 2006 e em setembro do mesmo ano foi lançado o “Prêmio Daniel Herz de Comunicação” pela Federação Nacional de Jornalistas (da qual foi diretor) e pelo Fórum Nacional de Professores de Jornalismo, em abril de 2007 foi lançado o “Prêmio Daniel Herz de Projetos Pedagógicos, TCCs e Reportagens sobre Democratização da Comunicação” pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (do qual foi um dos fundadores).
21. DILZA DE SANTI nasceu em Uruguaiana. O pai era comerciante com posicionamentos classificados por ela como “de direita”. Tendo participado da JEC, quando se deslocou para Porto Alegre em 1965 para cursar a faculdade de filosofia, integrou a AP e foi uma liderança estudantil, chegando a ocupar a vice-presidência de cultura do DCE da UFRGS. Nos anos sessenta passou um período em São Paulo, participando das atividades de militância da AP, e na USP concluiu a faculdade. Em 1971 casou com um “colega de militância”, Mario de Santi, que era então jornalista da revista Veja. Também foi em São Paulo que começou a trabalhar numa agência de pesquisa e publicidade. Até hoje trabalha em pesquisa de opinião, porém agora tem sua própria empresa.

- Voltou para Porto Alegre em 1978. Participou das reuniões do IEPES, da campanha de André Forster e se filiou ao PMDB, mas não se manteve militante. Atualmente tem aproximação maior com o PC do B e participa dos encontros do Instituto Brasileiro de Ação Popular (IBRAP).
22. ELIEZER PACHECO nasceu em Rosário do Sul. Seu pai (apesar da origem humilde, filho de “peão de estância”) estudou no colégio militar como bolsista e teria adquirido uma “formação marxista”. Começou sua militância em 1962 pela “mocidade trabalhista” em Santa Maria, já com contatos com o PCB. Entrou na UFSM em 1965 e passou a se aproximar da AP. Preso duas vezes, passou a viver em Porto Alegre na clandestinidade, trabalhando como operário. Retomou o curso de História na UFSM e posteriormente passou a lecionar em Ijuí. Neste período se vinculou ao MR8 e posteriormente ao PCB, atuando também no IEPES do MDB, sendo inclusive candidato a deputado estadual pelo partido em 1978. Com a redemocratização se filiou ao PMDB, mantendo a vinculação com o PCB. Manteve-se neste último até a mudança da sigla para PPS, quando ingressou no PT. Nas últimas décadas ocupou cargos na prefeitura de Porto Alegre e no governo federal (já ligado ao PT). Foi ainda dirigente no sindicalismo dos professores do estado, quando conheceu e casou-se com uma liderança dos professores que foi vereadora de Porto Alegre pelo PCdoB e posteriormente migrou para o PT. Sua esposa foi deputada estadual e atualmente é deputada federal pela sigla.
 23. ENED BACKES nasceu em Santa Cruz do Sul e é filha de um médio empresário que trabalhou com transportes, comércio de bebidas, etc. Depois do deslocamento da “família” para capital, cursou Ciências Sociais na UFRGS a partir do início dos anos setenta, militou no movimento estudantil, no movimento pela Anistia (convidada por uma colega de Ciências Sociais, Lícia Peres) e depois passou a atuar no “movimento comunitário”. Participou do MDB e da fundação do PT, chegando a ser candidata a deputada federal em 1982. Durante as gestões do PT na prefeitura de Porto Alegre ocupou vários cargos públicos.
 24. FLÁVIO COSWIG nasceu em Pelotas, município que reside e atua ainda hoje. É originário de uma família de comerciantes ligada ao PSD. Seu pai rompeu com a liderança de um primo e migrou para o PTB. Por este partido concorreu à vereança, sem sucesso. É formado em agronomia. No início dos anos 70 militou no grêmio estudantil do Colégio Agrícola, no diretório acadêmico da faculdade de Agronomia da UFPEL, foi fundador do Setor Jovem do MDB e um dos articuladores do IEPES naquela localidade. Em 1976 se elegeu vereador, em 1982 se reelegeu já pelo PMDB, em 1986 é o candidato a deputado estadual mais votado do RS pelo PCB, em 1988 é candidato a prefeito de Pelotas pelo PT e em 1990 a deputado estadual pelo mesmo partido. Foi assessor da prefeitura entre 1990 e 1992. Na década de 90 se elegeu mais duas vezes vereador pelo PDT e pelo PSDB, tendo sido presidente da Câmara de Vereadores. Atualmente é filiado ao PSB e atuou como assessor na gestão do PT na prefeitura de Pelotas (2001-2004).
 25. INDIO VARGAS nasceu em São Sepé e é filho de proprietários rurais. Trabalhou como jornalista em Porto Alegre e se formou na PUC na década de cinquenta. Sua iniciação na militância ocorreu na campanha da legalidade já durante aos anos sessenta e com 26 anos. Na seqüência ingressou no PTB e veio a ser vereador de Porto Alegre no final da década de sessenta, quando também cursou e concluiu filosofia na UFRGS. Tendo o mandato de vereador cassado, entrou na clandestinidade. Posteriormente foi preso e ficou recluso no “presídio da ilha”, onde reforçou laços com futuros companheiros no PDT como Carlos Araújo, Calino Pacheco e Carlos de Ré. Foi professor na Unisinos. Com a redemocratização entrou no PDT e concorreu a deputado federal, já formado em direito. Escreveu suas memórias sobre o período de prisão e tortura no livro “Guerra é Guerra, dizia o torturador”. Militou no PDT nas últimas décadas e atuou como advogado trabalhista.
 26. IVAN BRAESCHER nasceu em Porto Alegre e é filho de um advogado. Iniciou sua atuação no colégio Júlio de Castilhos na década de cinquenta e na campanha “O petróleo é nosso”. No movimento estudantil universitário, como estudante de odontologia, chegou à presidência da UEE e atuou no “movimento da legalidade”. Embora tenha se aproximado do “maoísmo” por um período não comungava com as idéias “comunistas” das principais organizações de esquerda em ação nos anos sessenta. Foi filiado ao PTB antes do golpe militar. Na década de sessenta concorreu a vereador com uma proposta de ler “O manifesta da Guerrilha urbana”. Com a redemocratização se filiou ao PDT e concorreu a vereador em 1982. Ocupou um cargo público na secretaria de saúde no governo de Alceu Collares. Foi diminuindo paulatinamente sua militância partidária.

27. JANDIR ZANOTELLI nasceu em Encantado/RS, o pai era agricultor e chegou a ser vereador pelo PTB. Fez Faculdade de Filosofia e Teologia em Viamão (seminário), iniciou o curso de Direito na Universidade de Passo Fundo e concluiu em Pelotas. O mestrado em “antropologia filosófica” foi realizado na PUC de Porto Alegre no final dos anos setenta. Participou da fundação de diretórios acadêmicos, atuou na UNE, UEE e AP. Entre outros cargos, foi diretor de escola normal e ginásio do estado em Piratini, trabalhou em Canguçu na Fundação do primeiro curso de magistério, depois foi para Pelotas, onde trabalhou como coordenador do curso de filosofia da Universidade Católica. Foi vice-reitor (1978 a 1981) e reitor da universidade (1987 a 1996). A primeira filiação partidária foi no PMDB, em 1983, esteve no PDT e atualmente é filiado ao PSB. Foi secretário municipal de educação e responsável pelo programa “todo poder emana do povo” (experiência de participação popular no orçamento realizado em Pelotas no início da década de 80).
28. JOÃO BAPTISTA AVELINE Nasceu em 1919 em Porto Alegre e exerceu a profissão de jornalista (sem a título de curso superior). Sempre foi militante e dirigente do Partido Comunista (desde o início dos anos cinquenta). Trabalhou por muito tempo, em diferentes momentos para o Grupo RBS (sobretudo jornal e rádio) e também para várias instâncias ligadas ao PCB, como o jornal Tribuna Gaúcha (quase sempre como redator ou ocupações relacionadas à redação). Faleu em novembro de 2005 com 82 anos.
29. JOÃO CARLOS BONA GARCIA formou-se em Direito pelas Faculdades Integradas Ritter dos Reis/RS somente em 1994. Nos anos setenta, em ocasião do exílio na França estudou no Instituto de Estudos de Desenvolvimento Econômico e Social (IEDES) da Universidade de Paris I. Nos anos setenta atuou em várias “organizações clandestinas de esquerda” e “luta armada”, saindo para o exílio no Chile numa troca por um embaixador e passando também um período na Argélia. Aspectos que justificam sua atuação na “comissão do acervo da luta contra a ditadura” e a posição de porta-voz dos militantes daquele período, refletida na frequência com que é solicitado a testemunhar sobre o período. Entre tantas coisas, na década de oitenta, trabalhou como professor de estatística e técnicas comerciais da Universidade de Lajeado, foi secretário Municipal de Obras e Viação de Passo Fundo, foi professor da Universidade de Passo Fundo na Faculdade de Economia e Administração e assessor Superior da Assembléia Legislativa do Estado do RS. Nos anos noventa foi diretor-presidente da Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos do RS, diretor do Banco do Estado do RS, e em 1998 foi presidente do Sindicato dos Bancos e Chefe da Casa Civil do Governo do Estado do RS. Desde 1998 é Juiz do Tribunal Militar do Estado do RS, tornando-se Juiz Presidente a partir de 2002, entre outros cargos correlatos. Em 2003 foi homenageado com a Ordem do Mérito do Ministério Público do RS e em 2004 recebeu a Medalha Governador Ernesto Dornelles, “pelos relevantes serviços prestados ao estado do RS”. Ocupava a Presidência da Comissão do Acervo da Luta Contra a Ditadura, órgão ligado à pasta estadual. No entanto, com o início da gestão de Mônica Leal como Secretária de Cultura, filha de Pedro Américo Leal, um dos militares envolvidos em episódios de “repressão” aos estudantes no RS, pede demissão do cargo. Fonte: Entrevista e matérias publicadas em meios jornalísticos no mês de maio de 2007.
30. JOÃO CARLOS BRUM TORRES nasceu em Porto Alegre. Formou-se em filosofia (1967), Direito (1968), ambos pela UFRGS e é doutor em Ciência Política pela USP. Como resultado do “expurgo” da universidade sofrido no final da década de 60, em 69 viaja para França onde se dedicou ao estudo da obra de Karl Marx e desenvolveu estudos sobre política e economia no Brasil. Retornando ao Brasil em 1974, participou da direção do IEPES, trabalhou no Gabinete de Assessoria Superior na Assembléia Legislativa junto à bancada do MDB. Filiou-se ao PMDB. Foi Secretário de Captação de Recursos do Município de Porto Alegre (na gestão de Tarso Genro), e duas vezes Secretário de Estado da Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul (nos governos do PMDB). É ex-diretor do Banco de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (BADESU). Atualmente é diretor-presidente do Instituto Ulysses Guimarães (antigo Pedroso Horta) e é professor universitário do curso de Filosofia da UFRGS.
31. JOÃO CARLOS GASTAL JR. é natural de Pelotas e seu pai era advogado, juiz, promotor, professor universitário, prefeito e deputa estadual pelo PTB e MDB. Gastal Jr. é formado em Direito pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), onde atuou no movimento estudantil e no Setor Jovem. Em 1976 foi candidato a vereador nesta cidade, ocupando a primeira suplência, chegando a atuar no legislativo. Sendo fundador do Partido dos Trabalhadores, foi o primeiro vereador por esta

legenda em Pelotas, entre 1979 e 1980. Foi vinculado inicialmente à “Tendência Socialista” e depois à “Democracia Socialista”. Atualmente é assessor do Senado e filiado ao PT.

32. JOSÉ IVO SARTORI é natural de Farroupilha e o pai era borracheiro dono de um pequeno comércio. É formado em Filosofia pela Universidade de Caxias do Sul. Nesta cidade atuou politicamente. Participou da juventude estudantil católica, estudou em seminário formando neste um grêmio estudantil. Foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Caxias do Sul e, em 1974, entra para o MDB e participa do Setor Jovem e do IEPES na sua cidade. Eleito vereador em 1976, concorreu a deputado estadual em 1978. Foi vice-presidente do PMDB e coordenador do Instituto Pedroso Horta. Exerceu cinco mandatos como deputado estadual pelo PMDB e atualmente é prefeito de Caxias do Sul.
33. JOSÉ VIEIRA LOGUÉRCIO nasceu em Bagé filho de um trabalhador ferroviário, vinculado ao Partido Libertador. A família (seis irmãos) veio para Porto Alegre em 1963. José Loguércio atuou e ocupou posições de direção na Juventude Estudantil Católica, na Juventude Universitária Católica, na Ação Popular e depois no PC do B, partido ao qual pertence ainda hoje. Preso e torturado, Loguércio passou um longo período “na clandestinidade”. Assim, a formação superior foi iniciada em 1968 no curso de filosofia e somente foi retomada em 1995, no curso de ciências sociais da UFRGS. Realizou o mestrado e é doutorando, ambos em Ciência Política, pela mesma universidade. É funcionário público e membro do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Rio Grande do Sul - Sintrajufe RS.
34. LÍCIA PERES nasceu em Salvador e é filha de usineiro no nordeste. Passou a atuar politicamente quando cursava Ciências Sociais na UFRGS. Seu deslocamento para Porto Alegre se deu devido ao casamento com Glênio Peres (que veio a ser vereador pelo MDB e depois fora cassado) Ingressou no movimento estudantil no final dos anos sessenta. Participou do movimento pela anistia, do movimento feminista e da fundação do PDT (formando um “grupo” juntamente com o marido, Carlos Araújo e Dilma Rouseff) durante os anos setenta. Neste partido ocupou vários cargos de direção (inclusive sendo membro do Diretório Nacional em várias ocasiões) e cargos de confiança. Fez parte da Comissão do Acervo da Luta contra a Ditadura.
35. LUIZ ANTÔNIO GRASSI nasceu em Santa Maria e o pai, funcionário público, era gerente da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) e filiado ao PSD. Grassi pertenceu a JEC, JUC e AP. Realizou a faculdade de engenharia na UFRGS (1961-1965) e depois iniciou a de História nas Faculdades Porto-alegrenses (1969-1973). Quando concluiu o curso de História, começou a dar aulas na mesma instituição. Nesse período também trabalhava como engenheiro civil na Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). No final da década de setenta começou a participar de atividades do IEPES, tendo colaborado nas campanhas de André Forster (1978 e 1982) e se filiou ao PMDB. Em 1984 foi “convidado” por pessoas da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan) a participar do Instituto Brasileiro do Planejamento, do qual André Forster foi presidente e ele um dos vices. Coordenou as políticas de saneamento no governo de Pedro Simon. Foi presidente da Associação dos Engenheiros da Corsan quando Pedro Bisch Neto era presidente do CREA. Saiu do PMDB no final dos anos oitenta. Aposentado há alguns anos, tem se dedicado a discutir o “sistema brasileiro de recursos híbridos”.
36. LUIZ CARLOS MORAES é filho de um desenhista de sapatos e pequeno empresário. Começou a militância no início dos anos setenta na UFSM, onde cursou Direito, como membro do POC. Preso duas vezes, se deslocou para Porto Alegre. Passando a atuar como advogado trabalhista juntamente com Tarso Genro. Filiou-se ao MDB, participou das campanhas de Marcos Klasmann e André Forster e se aproximou de um “grupo chamado “oposições sindicais”. Nas últimas décadas militou no PT e esteve engajado nas questões sindicais como advogado. Sua esposa, Margareth Moraes, que participou do Jornal Informação em Santa Maria, foi secretaria de cultura em Porto Alegre e vereadora.

37. LUIZ ILLAFONT CORONEL nasceu em Quaraí/RS filho de uma professora primária e de um comerciante. Coursou medicina na UFSM (1968-1972), depois foi residir em Porto Alegre. Trabalhou como médico psiquiatra da Associação dos Funcionários Municipais da capital, atuou na Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEP) e na Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS). Desde 1984 é professor do curso de especialização em grupo terapias da Fundação Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre (FFFCMPA) e, entre 1995 e 1997, fez o mestrado em psiquiatria, psicanálise e saúde mental na UFRJ. Foi diretor geral da Secretaria de Justiça e de Segurança Pública do RS de 1999 a 2002 (governo Olívio Dutra). Dentre outras coisas, desde 2005, coordena o Anteprojeto de lei desenvolvido em convênio com o departamento de psiquiatria da FFFCMPA e desde 2006 é presidente da Associação Brasileira de Psicoterapia de Grupo. No final dos anos sessenta ingressou na “dissidência” do PCB, em Santa Maria, POC e depois “Tendência Socialista” do MDB, já em Porto Alegre. Foi filiado ao PT.
38. LUIZ MIRANDA é filho de um militar. Formou-se em economia pela UFRGS, onde é professor universitário. Ministrou cursos Estudos do Homem na Unisinos na década de 70. Ingressou no MDB, em 1972, como assessor do então deputado Pedro Simon, participou do grupo de estudantes de economia que estudava Marx e da organização e direção do IEPES. Permaneceu no PMDB até 1986 e posteriormente se vinculou ao PT, partido que o indicou para o conselho da AGERGS (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul).
39. LUIZ PAULO DAUDT nasceu em Porto Alegre e é filho de um militar. Estudou no colégio militar e posteriormente no colégio Parobé, onde iniciou sua militância a partir da AP. Na seqüência integrou o PC do B. Foi preso no início da década de setenta e passou a trabalhar com cinema. Em 1976 ingressou na faculdade jornalismo da PUC. Já formado trabalhou na assessoria de sindicatos e no jornal Zero Hora. Foi ainda professor do Curso de Comunicação da PUC. Trabalhou ainda na secretária de imprensa no governo do estado e na Assembléia Legislativa em governos de diferentes partidos (PMDB, PDT e PT).
40. LUIZ PAULO PILLA VARES é formado em filosofia e direito, mas se define como jornalista. O pai era advogado. Pertenceu à Polop, ao PCB, e ao POC. Com o pluripartidarismo teve uma passagem pelo PSB, mas logo em seguida ingressou no PT. Foi presidente do partido em Porto Alegre, Secretário da Cultura de Porto Alegre e Secretário de Estado da Cultura do RGS. Tem vários livros publicados sobre o marxismo, autores marxistas, anarquismo e etc. É articulista do jornal Zero Hora e, dentre suas atividades, está a de crítico literário.
41. LUIZ ROBERTO SIMON DO MONTE nasceu em São Pedro do Sul e foi estudar jornalismo na UFSM, onde iniciou sua militância estudantil. Pertenceu ao Setor Jovem do MDB, à “equipe” do jornal “Informação” e foi residir o jornal em Porto Alegre no início dos anos setenta. Integrou o PRC e o PMDB no início dos anos oitenta, tendo sido vereador de Santa Maria em 1982 por este partido. Concorreu à reeleição em 1988, mas não teve êxito. Ingressou no PT e participou da direção estadual. Foi assessor da Casa Civil do governo estadual deste partido. Atualmente é diretor da Secretaria Geral do Governo da Prefeitura de Santa Maria, cujo prefeito é igualmente vinculado ao PT.
42. MARCOS KLASSMANN nasceu em Lajeado e o pai era operário. A família se mudou para Porto Alegre e Klassmann foi estudar no colégio Dom João Becker, onde iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista. Muito jovem foi presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundários e do Setor Jovem Metropolitano do MDB da capital. Também foi um dos fundadores do Comitê de Defesa dos Direitos Humanos e eleito vereador representante da “juventude” em 1976. No primeiro pronunciamento, em 1977, teve seu mandato e seus direitos políticos cassados. No final da década de 70, os mesmos foram readquiridos exercendo a vereança até 1982, quando concorreu, sem sucesso, à deputação estadual pelo Partido Democrático Trabalhista. Foi um dos fundadores da corrente socialista, interna ao PDT, liderando em 1986 o “Coliga-não”, movimento contrário à coligação do PDT com o PDS (Partido Democrático Social). Foi assessor na década de oitenta de prefeituras do PDT no interior e foi assessor de imprensa da Secretaria de Minas e Energia, no governo de Olívio Dutra. Participou da “dissidência” que ingressou no PT em 2000, e sua última filiação foi no PT. Não completou os cursos de Ciências Jurídicas e

Sociologia. Lecionou Estudos Sociais no colégio São Francisco de Porto Alegre. Era chefe de gabinete do deputado federal Henrique Fontana (PT) quando faleceu em 2005.

43. MARIA DA GRAÇA BULHÕES nasceu no Rio de Janeiro, o pai era militar e a mãe era professora da rede estadual e gaúcha. Em 1973 concluiu sua formação em letras na UFRGS e, em 1974, iniciou a graduação em ciência sociais. Foi líder estudantil com vinculação com a Ação Popular. O mestrado foi realizado em Sociologia na UFRGS (1978-1980) e a dissertação foi sobre o “movimento do magistério público estadual do RS de 1977 a 1982”. O doutorado, feito na USP teve a mesma temática, ou seja, tratou do “movimento do professores gaúcho de 1972 a 1991: a difícil trajetória da questão democrática”. Trabalhou como assessora do Sindicato dos Professores Estaduais (CPERS/Sindicato) durante a década de oitenta e atualmente é professora do departamento de sociologia do IFCH/UFRGS.
44. MARIA REGINA PILLA nasceu em Porto Alegre e o pai era corretor da bolsa. Ingressou na faculdade de jornalismo da UFRGS em 1966, mas não concluiu. Atuou no PCB, “dissidência”, POC e “POC Combate” em Paris, onde residiu por 22 anos. Em 1971 chegou a ir para Argentina fazer “treinamento militar” e integrar o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e depois a Fracción Roja, com Flávio Koutzii e seu então namorado Paulo Paranaguá. Foram presos e Maria Regina Pilla foi libertada em 1977. Voltou para França onde residiu até os anos noventa quando decidiu voltar para o Brasil. Filiou-se ao PT, fez trabalhos gráficos para campanhas de alguns candidatos do partido, também algumas traduções de artigos em francês. Atualmente está cursando a faculdade de Letras e é membro do núcleo pró-Attac no Brasil (Movimento Internacional “com o objetivo genérico de combater as políticas neoliberais e de reconquistar o espaço perdido pelas democracias face à esfera financeira”)
45. MARIA RITA ASSIS BRASIL nasceu em Porto Alegre, mas ainda criança foi morar em Santa Maria. O pai era médico-militar e ela também realizou a faculdade de medicina na UFSM. Neste curso participou do Diretório Acadêmico dos alunos e do Diretório Central dos Estudantes, ao lado de Adelmo Genro Filho e Sérgio Weigert, tendo sido casada, neste período, com este último. Em 1976 se elegeu vereadora por Santa Maria e investe na atuação no Setor Feminino do MDB e atua na articulação de um grupo de feminista “germinal” que acaba resultando na criação do grupo “Gêmina” em Pelotas e “Fêmina” em Porto Alegre. Ela também participa do PRC, filia-se ao PMDB e depois ao PT. Hoje é médica do Grupo Hospitalar Conceição e vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul.
46. MARIZA GRASSI é natural de Porto Alegre e o pai era militar “getulista”. Atuou no movimento de estudantes católicos JEC, JUC e AP. Iniciou os cursos de Direito e Filosofia em 1962 na UFRGS. O curso de Direito foi concluído em 1966 e, em 1971, fez concurso para Procurador do Estado. Ingressou no MDB e participou das reuniões da “2ª fase” do IEPES. Nos anos oitenta iniciou seu engajamento na Ordem dos Advogados e também se filiou ao PMDB. Em 1986 foi coordenadora do plano de governo e das questões jurídicas do governo de Pedro Simon e também foi Vice-Procuradora Geral. Saiu do governo e do partido em 1988. Atualmente advoga e participa de algumas atividades promovidas pelo IBRAP.
47. NILTON BALLIS SANTOS nasceu em 1945 em Porto Alegre. Cursou arquitetura (iniciada na UFRGS nos anos sessenta e concluída na UFRJ nos anos oitenta). Fez pós-graduação em Paris em Aménagement d’espace et du territoire edoutorado na UFRJ em Ciência da Informação. Nos anos sessenta e setenta atuou nas seguintes “organizações”: PC, POC, COM, FBP e ainda no “movimento de emancipação do proletariado”. Com a reorganização partidária filiou-se ao PT (até 1985), tendo pertencido à direção regional e executiva deste partido. Além de arquiteto e “cientista da informação”, também se define como jornalista e editor.
48. PAULO BICCA é natural de Alegrete e o pai era funcionário público e depois foi trabalhar na “área de automóveis” em Uruguaiiana. No início de 1961, Paulo Bicca foi para Porto Alegre e, em 1963 ingressou na faculdade de arquitetura da UFRGS. Logo se aproximou de Clóvis Ilgenfritz e do PCB. Em 1967 participou da “dissidência” do partido e da fundação do POC. Tendo concluído a faculdade em 1968, trabalhou durante dois anos na Secretaria de Obras Públicas e, em 1971, foi convidado pelo diretor da faculdade de arquitetura da Universidade de Brasília, que era gaúcho, para

- “compor o quadro de professores”. No final da década de setenta foi para França realizar o doutorado. Com a reorganização partidária, filiou-se ao PT e chegou a ser “pré-candidato” à vaga para o governo do Distrito Federal, perdendo “nas prévias” para Cristóvão Buarque. Em Brasília também foi presidente do diretório municipal. Aposentado na UNB, depois de 30 anos voltou para o Rio Grande do Sul e dentre suas principais atividades estão as aulas, especialmente de História da arquitetura, ministrada na PUC/RS.
49. PAULO D’ÁVILA é natural de Passo Fundo e o pai era contador. No início dos anos 70 D’Ávila participou do movimento estudantil na UFRGS, dentro do “agrupamento” ou “chapa” universitária chamada “Nova Proposta”. Com o “grupo” ingressou no MDB, participando das atividades do IEPES e do Setor Jovem Metropolitano. Foi um dos principais “articuladores” da Tendência Socialista, criada no final dos anos setenta naquele partido. Também participou da fundação do PT no Rio Grande do Sul, foi da direção estadual deste partido e da cúpula da tendência interna denominada “Democracia Socialista”. Formado em Ciências sociais, funcionário público previdenciário, e hoje desvinculado do PT, atua no Sindicato dos Previdenciários e dos Sociólogos.
50. PEDRO BISCH NETO nasceu em Alegrete e é filho de comerciantes. Formou-se em engenharia pela UFRGS (1970-1974). Iniciou sua atuação no movimento estudantil universitário, tendo sido primeiro vice-presidente do diretório acadêmico da Engenharia. Trabalhou como engenheiro de aciaria na Siderúrgica Riograndense (1975), como engenheiro de obras no Sul Riograndense de Eletricidade (1975), como engenheiro projetista de iluminação pública da Secretaria Municipal de Obras e Viação (1976 -1981), como assessor e gerente do “projeto Porto Seco” da Secretaria do Planejamento Municipal (1982-1987), como assessor técnico da Agência Regional do Conselho Nacional de Pesquisas (1987-1990), membro do conselho de administração da Companhia Riograndense de Saneamento (1987-1990). Ocupou postos de direção no sindicato dos engenheiros e foi presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do RS. Participou do MDB (Setor Jovem e IEPES), sempre esteve filiado ao PMDB e por este partido foi diretor do Trensurb (Trens Urbanos de Porto Alegre) (1993-1995), presidente da Companhia Rio-grandense de Mineração (1995-1997), presidente e membro do Conselho de Administração da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE). No governo Germano Rigotto, foi diretor Superintendente da Fundação de Planejamento Metropolitano (Metroplan), Chefe da Casa Civil Adjunto e, posteriormente, Chefe da Casa Civil, no qual permaneceu até 2006. Desde 1990 é diretor da Fundação Ulisses Guimarães.
51. PEDRO FAGUNDES RUAS nasceu em Porto Alegre e é descendente de uma “família de trabalhistas”. Seu pai atuou como jornalista e foi ligado ao PTB, MDB e PDT. Sua militância iniciou na década de setenta no colégio Júlio de Castilhos e continuou na UFRGS, no curso de direito. Advogado, especializado em direito trabalhista, cursou também Ciências Sociais, sem concluir. Militou na OAB da capital e na Juventude Socialista do PDT. Participou do movimento de fundação da sigla, sendo ligado ao grupo “Unidade Socialista”. Foi vereador de Porto Alegre e secretário estadual no governo de Olívio Dutra (representando o PDT). Concorreu a deputado federal pelo PDT (ficando na terceira suplência). Foi ainda secretário municipal de um município da “região metropolitana”. Filiou-se ao PSOL e concorreu a deputado estadual nas últimas eleições.
52. RAUL ANGLADA PONT é natural de Uruguaiana e o pai fora secretário executivo do sindicato do comércio varejista, dono de uma padaria (herdada pela mãe) e “historiador autodidata”. É formado em História pela UFRGS com mestrado em Ciência Política pela Unicamp. Foi professor universitário da Unisinos (Universidade do Vale dos Sinos, RS). No final dos anos 60 pertenceu ao POC (Partido Operário Comunista), uma dissidência do PCB, dirigiu o “Movimento Universidade Crítica” na UFRGS e articulou a proposta de organização do “DCE Livre” nesta universidade. Ainda no movimento estudantil foi um dos articuladores da “corrente política” universitária chamada “Nova Proposta” e participou do grupo de estudantes da economia que se reunia para ler Karl Marx e aplicá-lo à “realidade brasileira”. Pertenceu à direção do IEPES e atuou no Setor Jovem Metropolitano do MDB de Porto Alegre. Também participou da formação do “jornal alternativo” Em tempo e de seu conselho editorial. Foi militante do Sindicato dos Professores do RS, um dos principais articuladores da “Tendência Socialista” do MDB, do Partido dos Trabalhadores e da corrente “Democracia Socialista” no Rio Grande do Sul. Em 1982 foi candidato ao senado, foi secretário-geral do Diretório Regional do PT no RS, membro da direção estadual, em 1986 se elegeu

- deputado estadual, depois se elegeu deputado federal, vice-prefeito em 1992, prefeito em 1996, candidato em 2001 à presidência nacional do PT. Atualmente é deputado estadual (reeleito em 2006) e Secretário Geral do PT gaúcho.
53. RAUL CARRION nasceu em Porto Alegre, se formou em História pela UFRGS e fez uma especialização em História afro-asiática na FAPA. O pai era professor universitário e membro do Partido Social Democrata, tendo sido, inclusive, presidente do diretório desse partido, deputado estadual e secretário de educação de Porto Alegre. Carrion militou na AP e ingressou no PC do B no final dos anos sessenta. Pertenceu ao “comitê regional” e “secretariado” deste último partido. Depois do exílio no Chile, com estada na Argentina, retornou para o Brasil em 1976, trabalhou como técnico eletrônico e atuou no sindicato dos metalúrgicos. Nos anos oitenta foi chefe de gabinete da vereadora Jussara Cony em Porto Alegre, em 1988 concorreu à prefeitura da capital e, em 1990, à suplência do Senado. Em 1996 assumiu como vereador e, entre outras coisas, também é “militante do movimento comunitário” desde a década de setenta quando passou a integrar a FRACAB (Federação de Associações de Moradores de Bairros de Porto Alegre). Em 2000 elegeu-se vereador, reelegendo-se em 2004. Em 2006 é eleito deputado estadual. É um dos principais dirigentes do PC do B gaúcho. É presidente do Instituto Maurício Graboys/RS e integra a coordenação do Centro de Debates Econômicos, Sociais e Políticos do Rio Grande do Sul e do Centro de Estudos Marxistas.
54. RENATO DE OLIVEIRA nasceu em 1954 em Turvo/Santa Catarina e o pai era sapateiro. Concluiu o curso de Ciências sociais na UFRGS, fez especialização em filosofia e depois o doutorado em sociologia na École des Hautes Études em Sciences Sociales/Paris. Foi liderança no movimento estudantil na década de setenta, estando vinculado à “Nova Proposta”. Foi presidente do diretório acadêmico das Ciências sociais e do DCE. Também integrou o Setor Jovem e participou da criação da “Tendência Socialista” do MDB. Em 1979 foi assessor parlamentar do MDB na Assembléia Legislativa do Estado e também foi secretário geral e vice-presidente da Associação de Docentes da Unisinos, universidade na qual deu aulas de 1978 a 1984. Em 1998 passou a integrar o corpo docente do departamento de sociologia da UFRGS (era vinculado ao departamento de odontologia). Ocupou vários cargos como líder sindical de professores (dirigente da Adurgs e da Andes) e é filiado ao PT desde sua criação. Por este partido, foi diretor-presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do RS em 2000, Secretário de Estado na Secretaria da Ciência e Tecnologia entre 2001 e 2002. Em 2002 passou a exercer a função de avaliador externo do Programa Management of Social Transformation (MOST) junto à UNESCO na França.
55. SÉRGIO BITTENCOURT nasceu em Porto Alegre e é filho de um funcionário público e descendente de uma família vinculada ao trabalhismo. Estudou nos colégios Parobé e Júlio de Castilhos, onde iniciou sua militância em um “grupo” voltado para atividades culturais (liderado por Antonio Britto que posteriormente foi governador do Rio Grande do Sul). Na seqüência começou a participar de reuniões com estudantes para discussão do marxismo e se afastou do seu círculo original, aproximando-se das lideranças da AP e passando atuar na “organização”. Preso no início da década de setenta, depois de dois anos se aproximou do MDB, do IEPES e passou a trabalhar na IBM. No início da década de oitenta se filiou ao PDT e na seqüência se aproximou de Pedro Ruas, indo então trabalhar no PROCEMPA a convite do último. Com o rompimento estabelecido com Pedro Ruas no final da década de noventa passou a atuar junto aos movimentos de direitos humanos.
56. SÉRGIO WEIGERT: nasceu em Santa Maria, é jornalista e professor universitário de Comunicação Social e Sociologia. O pai era farmacêutico e teria sido o “primeiro livre docente da Universidade de Santa Maria”. Weigert foi Secretário Geral e presidente do Diretório Central dos Estudantes e do Setor Jovem do MDB, ambos em Santa Maria. Pertenceu ao jornal “Informação” em Porto Alegre e, nesta cidade, trabalhou no Gabinete de Assessoria Superior (GAS) por indicação de André Forster. Foi membro fundador do Partido Revolucionário Comunista (PRC) e filiado ao PMDB. Na metade dos anos oitenta ingressou no PT e, em 1986, foi assessor do então deputado federal José Genuíno. Participou das coordenações de campanhas dos candidatos do PT vinculados às correntes identificadas como “nova esquerda”, “PT amplo e democrático” e outras denominações assumidas, pelas quais ocupou cargos na direção do partido. É professor da faculdade de jornalismo da UFSC, ministrou cursos no Centro de Filosofia e Política (CEFIP), dirigido por Adelmo Genro Filho, e foi

articulista da revista *Práxis*, também dirigida por este último. Fez doutorado em Sociologia em Paris e escreveu artigos sobre fascismo, stalinismo, marxismo, etc.

57. SOLON VIOLA nasceu em Uruguaiana, o pai era ferroviário com vínculo no PCB. Iniciou sua militância no movimento estudantil secundarista, foi presidente da União de Passo Fundo de estudantes (o vice era João Carlos Bona Garcia) em 1967, aproxima-se da AP e, no final de 1968, vai morar em Porto Alegre e é preso, durante dois meses, em 1969. Trabalhou no teatro de Arena e, em 1971, entrou no curso de História e passou a dar aulas no “cursinho supletivo para funcionários”, do diretório acadêmico, cujo dono era Sergius Gonzaga, também vinculado à AP. Deu aulas durante 10 anos no colégio Israelita (entre outras instituições privadas) e depois em universidade particulares, sendo que há mais de vinte anos é professor da UNISINOS. Participou do IEPES e com a reorganização partidária não se filiou a nenhum dos partidos políticos. Atualmente, além de professor, é membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, seguindo, entre outras coisas, a teoria da “aprendizagem” de Paulo Freire.
58. SÔNIA PILLA nasceu em Porto Alegre e o pai era professor da faculdade de engenharia da UFRGS. Concluiu a faculdade de Letras na UFRGS em 1965, em 1966 foi para França e em 1968 se casou com Luiz Paulo Pilla Vares. Depois de uma temporada na “clandestinidade” no Rio de Janeiro, voltou para Porto Alegre no início dos anos setenta, foi trabalhar na Secretaria de Educação em 1974 e, entre 1976 e 1978 realizou o mestrado em planejamento da educação na UFRGS. Participou dos movimentos pela anistia e feministas. Tendo integrado o PCB, “dissidência” e POC, filiou-se ao PT com o pluripartidarismo. Foi militante do CPERS/Sindicato (Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul), tendo sido eleita representante do Conselho Estadual de Educação e também representante do executivo no conselho municipal de educação. Em 1992, trabalhou como Secretária de Educação de Porto Alegre (o prefeito era Tarso Genro) e, em 2006, foi convidada pelo Ministro Tarso Genro para atuar num programa de formação dos dirigentes municipais ligado ao governo federal. Atualmente é aposentada.
59. SUIMAR BRESSAN nasceu em Santiago/RS numa família de agricultores e comerciantes. Ele estudou neste município até o início da década de setenta quando foi para Santa Maria fazer a Faculdade de Agronomia na UFSM. Teria iniciado sua militância neste período, chegando a ser presidente do diretório acadêmico do centro de Ciências Rurais. Ainda sem atuação e “organizações”, era “simpático” aos “grupos trotskistas” e, depois, vinculou-se ao MR-8 e atuou no MDB. Concluída a graduação em 1974, em 1975 iniciou o mestrado em Sociologia Rural na UFRGS, cujo trabalho de dissertação foi sobre “sindicalismo rural e sociedade: relações e história”. Professor da Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (Universidade de Ijuí/RS) é atuante na Associação dos Docentes de Ijuí e foi presidente da comissão provisória de fundação do sindicato dos professores de Ijuí, no qual até hoje é filiado. Com a reorganização partidária filiou-se ao PMDB, tendo sido secretário e vice-presidente do partido (1982-1985), diretor administrativo e depois presidente da Emater (1987) e diretor do departamento de pesquisa agropecuária da Secretaria da Agricultura. Concorreu por duas vezes à prefeitura de Ijuí. Em 1994 saiu do PMDB e se filiou ao PT.
60. UBIRATAN DE SOUZA nasceu em Cachoeira do Sul. O pai era médio proprietário rural e foi vinculado ao PTB. Naquele município Ubiratan atuou no movimento estudantil secundarista e deu continuidade quando se deslocou para Porto Alegre em 1968. Fez parte do PCB, “dissidência”, “Brancaleones” e VPR. A atuação nesta última organização foi prosseguida no Chile, Cuba e França, países onde morou durante o exílio nos anos setenta. Retornou para o Brasil em 1979, com a anistia, e retomou a realização do curso universitário, formando-se em economia no final dos anos oitenta. Com o pluripartidarismo ingressou no PDT, fez parte do Grupo de Unidade Socialista e, em 1990, migra para o PT. Neste último partido, ao qual se mantém filiado, foi coordenador do núcleo dos economistas (1992); Secretário do Gabinete de Planejamento de Porto Alegre na gestão de Tarso Genro (1993 a 1998); coordenador do gabinete de planejamento do Orçamento Participativo (1999 a 2002); e concorreu à deputado estadual, mas não obteve êxito. Atualmente é assessor do deputado Raul Pont.

1.2 – Perfis analisados:

61. ADELMO GENRO FILHO nasceu em São Borja, mas morou desde o início dos anos cinquenta até o início dos oitenta no município de Santa Maria. Porém com algumas estadas em Porto Alegre, principalmente no decorrer dos anos setenta. O pai foi professor de Francês e Português de escola pública, foi vice-prefeito de Santa Maria, depois foi advogado. Adelmo Filho se formou em jornalismo em 1975 pela UFSM, em 1976 foi eleito vereador em Santa Maria e, com o fim do mandato em 1982, foi para Florianópolis trabalhar como professor do Curso de Jornalismo da UFSC e nesta instituição realizou o mestrado em Ciências sociais, concluído em 1986, cuja dissertação resultou na publicação de um livro intitulado “O segredo da pirâmide”. Em 1987 licenciou-se da UFSC e foi para Porto Alegre fundar o Centro de Estudos de Filosofia e Política (CEFIP). Em 1988 faleceu em Florianópolis. Durante o “regime militar”, participou da Ala Vermelha do PC do B, fundou o “jornal alternativo Informação” e produziu “documentos” divulgados em “jornais alternativos” de circulação nacional. Com a reorganização partidária ingressou no PMDB, participou do PRC e, na metade dos anos oitenta, foi para PT. Publicou sete livros, sendo que três em conjunto com outros autores, e também vários artigos em jornais e revistas. Atualmente existe o prêmio Adelmo Genro Filho de Pesquisa em Jornalismo em sua homenagem.
62. ANDRÉ CECIL FORSTER nasceu em Santa Cruz do Sul. Em 1964 ingressou na Faculdade de Ciências sociais da UFRGS e passou a residir em Porto Alegre. No mesmo ano, trabalhou no Instituto Brasileiro de Reforma Agrária como assessor técnico. Durante o período universitário foi secretário-geral do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFRGS (1965-1966) e seu presidente (1966-1967). No início dos anos 70, assumiu a presidência da Associação Gaúcha dos Sociólogos, exercendo o cargo até o ano de 1977. Lecionou sociologia e ciência política na Unisinos (1972-1982). Ainda no início da década de setenta foi assessor do então deputado estadual Pedro Simon, na época presidente do partido, e se filiou ao MDB. Em 1972 foi um dos principais fundadores e condutores do IEPES e em 1978 foi candidato a deputado estadual, representando o Instituto, sem obter êxito. Em 1982 foi eleito vereador exercendo o mandato até 1986. Nesse período, de 1982 a 1984, foi líder da bancada e de 1984 a 1986 exerceu o cargo de presidente da Câmara de Vereadores. Com a conquista do governo do estado por Pedro Simon, em 1986, Forster se tornou Superintendente da Fundação Metropolitana de Planejamento (METROPLAN) e Secretário de Ciência e Tecnologia. Em 22 de março de 1996 recebeu, na Câmara de Vereadores, o título de Cidadão Honorário de Porto Alegre e reativou a Fundação Pedrosa Horta (Atual: Ulysses Guimarães) do PMDB/RS, tendo sido presidente do conselho curador. Foi ainda candidato a deputado estadual constituinte em 1986 e presidente estadual do PMDB na década de 90 (três mandatos). Faleceu em dezembro de 1996.
63. ANTÔNIA MARA VIEIRA LOGUÉRCIO, nasceu em 1947, em Bagé, filha de um trabalhador ferroviário. Juíza do trabalho com atuação na Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho, na Associação Latino-Americana de juízes do trabalho e no Instituto Opinião Iuris de Pesquisa Jurídica (do qual foi presidente na gestão 2005-2007). Além disso, e entre outras coisas, ela publicou um livro sobre a “Lei Trabalhista da República Popular da China”, participou de oficinas do Fórum Social Mundial em várias ocasiões e também participa das reuniões do Instituto Brasileiro de Ação Popular (IBRAP).
64. CÉSAR SCHIRMER é formado em direito e atuou como professor universitário. Fez movimento estudantil universitário em Santa Maria. Neste município fundou o Setor Jovem do MDB e foi eleito vereador pelo mesmo partido no início dos anos 70. Depois disso foi eleito cinco vezes deputado estadual pelo MDB e PMDB e três vezes deputado federal pelo último. Além disso, também foi Secretário da Fazenda do RS em 1987; Secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil em 1989; e Secretário da Agricultura e do Abastecimento do RS entre 1995-1998, sempre filiado ao PMDB.
65. CILON CUNHA BRUM nasceu em São Sepé. Residiu Porto Alegre desde 1963 onde estudou no Colégio Nossa Senhora do Rosário e trabalhou numa empresa de publicidade. Em 1967 foi trabalhar

numa filial da mesma empresa em São Paulo e naquele estado cursou Ciências Econômicas na PUC. Teria iniciado sua militância neste período, tendo sido presidente do DCE daquela universidade. Vinculado ao PC do B, viajou para o norte do país e se incorporou às Forças Guerrilheiras do Araguaia. “Desapareceu” no início dos anos setenta.

66. DILMA ROUSSEF é economista com doutorado em Teoria Econômica pela Unicamp. Natural de Belo Horizonte (MG), foi por duas vezes Secretária Estadual de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul, de 1993 a 1994 (governo de Alceu Collares, PDT) e em 1999 (governador Olívio Durtra, PT). Deixou a secretária estadual de Minas e Energia e Comunicação do Rio Grande do Sul, em outubro de 2002, para compor a equipe de transição do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Desde 2003 é integrante do “governo Lula”, em 2003 foi Ministra de Minas e Energia e a partir de 2005 passou a ser Chefe da Casa Civil. Durante os anos sessenta se destacou pela atuação nas “organizações revolucionárias” Polop, Colina e VAR-Palmares. Nesta última atuou ao lado do então marido, o gaúcho Carlos Araújo, responsável por sua vinda para o Rio Grande do Sul no início dos anos setenta. Nesse período destacou-se pela participação no Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (IEPES) e na Fundação de Economia e Estatística (FEE).
67. ELISABETH DE SOUZA LOBO GARCIA nasceu em Porto Alegre/RS e se formou em Letras pela UFRGS em 1965. Sua formação foi concluída na França, na Universidade de Paris, em 1979, e no CNRS, em 1984, realizou o pós-doutorado. Como docente, trabalhou na Universidade de Santiago do Chile, em 1973, e em 1978, na Universidade de Paris VIII. Este percurso seguido ao lado de Marco Aurélio Garcia, seu marido. De volta ao Brasil, entre 1981 e 1990, trabalhou na UNIMEP, na UNESP-Marília e na UNICAMP. Em 1989 lecionou também na Universidade de Québec, Canadá. A sua produção intelectual é quase exclusivamente dedicada à questão do trabalho feminino e das relações de gênero da sociedade capitalista. Pertenceu ao PCB, POC e PT. Faleceu em 1991.
68. ERNILDO JACOB STEIN é graduado em Filosofia pela UFRGS (1964) e em Direito na mesma universidade (1965). Doutor em Filosofia fez uma série de seis pós-doutoramentos (iniciado no final dos anos sessenta) na Alemanha. Especializou-se no pensamento de Heidegger e na análise do “círculo hermenêutico”, temas sobre os quais tem muitas publicações e orientações na PUC/RS onde é professor de filosofia. Dentre os livros publicados está “Órfãos de utopia - melancolia da esquerda” de 1996. Foi uma importante liderança estudantil nos anos sessenta, então vinculado à Ação Católica.
69. ESTILAC XAVIER nasceu em Santa Maria e é formado em engenharia elétrica. Começou sua militância no movimento estudantil, em 1975, na UFSM, onde presidiu diretório acadêmico. Em 2000 elegeu-se vereador no mesmo município e, em 2001, foi líder da bancada do PT e do Governo na Câmara Municipal. Foi Secretário municipal de Obras e Viação, membro do Diretório Nacional do PT por três mandatos consecutivos e deputado estadual entre 2003 e 2006. Hoje integra o diretório estadual do PT.
70. FÁBIO OSCAR MARENCO DOS SANTOS estudou no colégio Júlio de Castilhos na metade dos anos sessenta e depois, devido a sua expulsão da instituição, foi estudar no Emílio Meyer. “Militou no PCB e depois foi da Dissidência Leninista, que originou o POC (1966/67). Esteve exilado no Chile em 1970, voltando ao Brasil em 1971. Foi preso em Agosto de 1971 em Porto Alegre. Esteve preso em Porto Alegre (1971/1972) e São Paulo (1973/1977) até 1977. Foi do Comitê Central da ORM-DS, de 1979 a 1985. Morreu em Curitiba, em junho de 1995, devido a assalto em sua casa”.
71. FRANCISCO FERRAZ é professor de Ciência Política na UFRGS, pós-graduado em Ciência Política pela Universidade de Princeton. Foi uma importante liderança estudantil no final dos anos cinquenta e início dos sessenta, vinculados à Ação Católica. Foi Reitor da UFRGS (1984-1988). Trabalha com consultoria política a empresas e a corporações, e assessoria política a autoridades públicas. Atualmente é diretor presidente da empresa de assessoria política “Política para Políticos”.
72. HÉLGIO HENRIQUE CASSES TRINDADE estudou no colégio Anchieta, concluiu a graduação em Ciências Jurídicas e Sociais na Pontifícia Universidade Católica do RS em 1964. Fora professor titular e ocupou cargos administrativos (foi vice-diretor do Instituto de estudos Sociais, Políticos e Econômicos, membro da câmara de Pós-Graduação, coordenador do curso de sociologia industrial,

- entre outros) na PUC até o início da década de oitenta. Atualmente é professor titular da UFRGS e entre suas linhas de pesquisa estão o estudo do “fascismo”, da “Internacionalização das Elites e Ciências sociais na América Latina”, de “políticas públicas” e da “avaliação e educação superior”. Dentre os cargos administrativos ocupados na Universidade Federal está o de Pró-Reitor de pesquisa (1985-1988) e o de Reitor (1991-1996). Preside a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES/MEC).
73. JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO iniciou sua militância no movimento estudantil, tendo sido presidente do Centro Acadêmico Sarmiento Leite em 1964. Como integrante do PC do B e formado em medicina, foi residir e trabalhar no Maranhão em 1967 e, depois, foi morar com o militante Paulo Mendes Rodrigues às margens do Araguaia. Ingressou, então, nas Forças Guerrilheiras do Araguaia como responsável pelo Serviço de Saúde do conjunto dessas forças. Foi morto em 1972 em um “combate”. Escreveu vários trabalhos sobre malária e leishmaniose.
74. JOSÉ CARLOS OLIVEIRA nasceu em São Luiz Gonzaga. É filho de Jauri Gomes de Oliveira, ex-prefeito de São Luiz Gonzaga (pelo MDB), ex-deputado estadual (pelo PMDB) e novamente prefeito de São Luiz (pelo PSB). José Carlos foi morar em Porto Alegre e ingressou no Setor Jovem Metropolitano do MDB do qual foi secretário geral e depois presidente. Foi assessor do deputado estadual Porfírio Peixoto e do também deputado estadual Américo Copetti. Participou da articulação da Tendência Socialista no MDB do Rio grande do Sul na segunda metade da década de 70 e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores no estado. Em 1982, concorreu à vereador pelo PT, não conseguindo se eleger. Destacou-se ainda pela militância e liderança da Democracia Socialista (tendência do PT). Faleceu no início da década de 90.
75. JOSÉ FOGAÇA nasceu em Porto Alegre e o pai era farmacêutico e proprietário de uma farmácia localizada num bairro de classe média alta na capital. É formado em direito pela PUC/RS, foi professor de curso pré-vestibular, apresentador de TV e rádio na década de setenta e compositor. Em 1978 elegeu-se deputado estadual pelo MDB, em 1982 a deputado federal pelo PMDB e, em 1984, foi um dos coordenadores da campanha das Diretas Já. Em 1985 concorreu como vice-prefeito de Porto Alegre e em 1986 elegeu-se senador pelo estado, sendo reeleito em 1994. Disputou o governo do estado em 1990 pelo PMDB, sem obter êxito. Em 2001 acompanha o grupo liderado pelo ex-governado Antônio Britto na dissidência em direção ao PPS. Sem conseguir reeleger-se ao senado, leciona a disciplina de direito constitucional nas Faculdades Rio-Grandenses e escreve uma coluna para o jornal Zero Hora, do grupo RBS. Em 2004, elegeu-se no segundo turno como prefeito de Porto Alegre pelo PPS.
76. JOSÉ HUMBERTO BRONCA nasceu em Porto Alegre, formou-se em Mecânica de Manutenção de Aeronaves e trabalhou na Varig. Sua militância política é anterior ao “regime militar” e, depois do “golpe de 64”, foi para a China. Viveu “clandestinamente” no Rio de Janeiro entre 1966 e 1969, mais ou menos, quando foi para o Araguaia, tendo sido um dos primeiros a chegar lá. Teria sido morto em 1973 “após um ataque das Forças Armadas”.
77. LUIZ EURICO TEJERA LISBOA nos anos sessenta foi militante da Juventude Estudantil Católica, do PCB, da dissidência e dos “Brancaleones” e, visando inserir-se na “luta armada”, vai para VAR-Palmares e ALN. Estudante do Júlio de Castilhos foi expulso com outros integrantes do Grêmio Estudantil devido aos protestos pelo fechamento da entidade e por outras medidas proibitivas aplicada no colégio. Também chega a integrar diretoria da União Gaúcha dos Estudantes Secundários. No final dos anos sessenta casou-se com Susana Keniger Lisboa, mas foi condenado a seis meses de prisão, o que o conduziu para “a clandestinidade”. Viajou para Cuba e retornou em 1971 com o intuito de “organizar” a ALN no estado. Desapareceu em 1972 durante uma estada em São Paulo e em 1979 é localizado enterrado com outro nome no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Desde então sua esposa, Suzana Lisboa, é uma ativista da “memória” dos militantes mortos e desaparecidos. Em 1994, a editora Tchê!, com o Instituto Estadual do Livro do Rio Grande do Sul, publicou o livro de poesias e cartas de Luiz Eurico intitulado: "Condições Ideais para o Amor". Fonte: . Fonte: www.torturanuncamais.org.br
78. MARCO AURÉLIO GARCIA nasceu em Porto Alegre e o seu pai era advogado. No final dos anos sessenta se formou nas faculdades de Direito e Filosofia da UFRGS. Foi uma das principais

lideranças estudantis como integrante do PCB, “Dissidência Leninista”, POC e POC Combate, este último constituído no início dos anos setenta em Paris. Esteve exilado no Chile e depois foi para França com sua esposa Elisabeth Souza Lobo (igualmente militante e formada em letras). Naquele país realizou a Pós-graduação na École des Hautes Études em Sciences Sociales e foi professor nas Universidades de Paris 8 e Paris 10. Também foi professor na Universidade do Chile, na Faculdade Latino-Americana de Ciências sociais (Chile). Em 1967 elegeu-se vereador em Porto Alegre. É professor licenciado do Departamento de História da Unicamp. Filiado ao PT desde sua criação, foi secretário de Relações Internacionais, vice-presidente do partido, Secretário de Cultura de Campinas (1989-1990) e de São Paulo (2001-2002), Assessor-chefe da Assessoria Especial do presidente da República e coordenou o programa de governo do presidente Lula nas eleições de 1994, 1998 e 2006. Atualmente é assessor especial de política externa da Presidência da República.

79. MARCOS FAERMAN era jornalista sem curso superior (Direito incompleto). Pertenceu ao POC nos anos sessenta, estudou no colégio Júlio de Castilhos do qual participou do grêmio estudantil. Aos 17 anos foi convidado por Flávio Tavares para trabalhar no jornal Última Hora. Também trabalhou no jornal Zero Hora como secretário de redação e criador do Caderno de Cultura. Foi preso em São Paulo, em 1971. Conhecido pelo tipo de jornalismo “combativo” atuou na sucursal do Pasquim e, entre outras coisas, foi repórter especial do Jornal da Tarde, dirigiu o departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura de São Paulo e lecionou no departamento de jornalismo da faculdade Cásper Líber. Morreu em 1999, vítima de um ataque cardíaco.
80. MARCOS ROLIM nasceu em Santa Maria/RS e o pai era engenheiro civil e professor. O avô foi prefeito e o tio deputado federal, ambos ligados ao PTB. Formou-se em Jornalismo pela UFSM, tendo sido, na década de oitenta, secretário-geral do diretório acadêmico do Centro de Ciências sociais e Humanas (1980-1981), secretário-geral do DCE (1981-1982) e vice-presidente da UEE (1981-1982). Durante os anos oitenta também atuou como repórter em vários jornais e revistas de Santa Maria. Foi vinculado à Ala vermelha do PC do B, em 1975 filiou-se ao MDB, em 1981 ao PMDB (tendo sido eleito vereador por este partido em 1982 em Santa Maria), foi dirigente do PRC e, em 1984, filiou-se ao PT. Neste último partido ocupou vários cargos de direção e foi, por duas legislaturas, eleito deputado estadual (1991-1995, 1995-1999) e deputado federal (1999-2000). Constituiu-se como um dos principais porta-vozes da defesa dos direitos humanos no estado e, atualmente, presta assessorias na área de direitos humanos e segurança pública.
81. MARGARETE COSTA MORAES nasceu em Iraí, é professora de Artes, formada pela UFSM. Em 1982, se especializou em Artes Plásticas Suportes Científicos e Praxis, pela PUC. Atuou no movimento estudantil da década 70 em Santa Maria, “contribuía” para o jornal “Informação” e, com a reorganização partidária, ingressou no PT. Participou da constituição do CPERS Sindicato, sendo eleita, em 1987, para integrar o seu Conselho de Representantes. Em 1995 foi Secretária Municipal da Cultura (quando Tarso Genro era prefeito), permanecendo no cargo na gestão de Raul Pont. Em 2000, elegeu-se vereadora de Porto Alegre, mas a convite do prefeito Tarso Genro, em 2001, assumiu novamente a direção da Secretaria da Cultura. Em 2003 assumiu como vereadora e apresenta como temáticas privilegiadas por seu mandato: “cultura”, “educação”, “lazer”, “esportes”, “direitos das mulheres”, “direitos Humanos”, entre outras.
82. MERCEDES LOGUÉRCIO CÁNEPA nasceu em Bagé filha de um trabalhador ferroviário que foi transferido para Porto Alegre em 1963. Foi vinculada aos movimentos de Ação Católica, realizou a graduação em ciências sociais durante a segunda metade dos anos sessenta e uma de especialização em PPG em Antropologia, Ciência Política e Sociologia de 1973 a 1974. Além da docência, ocupou vários cargos administrativos e técnicos, tendo realizado o doutorado no final dos anos noventa. Além de artigos em revistas acadêmicas e jornais, em 2005 publicou o livro: “Partidos e Representação Política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)”.
83. NELSON ROLIM DE MOURA nasceu em Bagé e era filho de um coronel. Em 1969 ingressou na Faculdade de Engenharia da UFRGS. Foi líder estudantil, tendo sido presidente do Centro de Estudantes de Engenharia da Universidade de Engenharia e do Diretório Central dos Estudantes. Também foi representante dos alunos no Conselho Universitário e ligado à União Nacional dos

- Estudantes (UNE). Atualmente reside em Santa Catarina e é presidente da Câmara Catarinense do Livro.
84. NILCE AZEVEDO CARDOSO é paulista e teria sido responsável pelo setor operário da AP no RS. Foi uma das principais “articuladoras” da Ação Popular no Rio Grande do Sul. Em 1972 foi presa e torturada e, depois, participou do MDB e IEPES. Reside em Porto Alegre onde atualmente trabalha como psicopedagoga e analista. Participa das atividades do Instituto Brasileiro de Ação Popular (IBRAP) e constituiu-se numa das principais porta-vozes autorizadas da “resistência” durante o “regime militar” no estado.
 85. PAULO DE TARSO VIEIRA LOGUÉRCIO se especializou na “questão agrária” tendo pertencido ao INCRA e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Produziu uma dissertação de mestrado intitulada: “Questão familiar e questão camponesa na agricultura capitalista: uma velha novidade” e também escreveu um texto sobre reforma agrária cujo título é “Análise da estrutura fundiária brasileira”.
 86. PAULO MENDES RODRIGUES era economista, participou da “reorganização” do PC do B em 1962 e atuou na “Guerrilha do Araguaia”. Teria sido morto em 1972 pelas Forças Armadas.
 87. PAULO PIMENTA é jornalista formado pela UFSM e técnico agrícola pela mesma instituição. Foi presidente do Grêmio do Colégio Agrícola da UFSM (1981) e do Diretório Central dos Estudantes (1985-86), foi vice-presidente da União Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul em 1987. Elegeu-se vereador pelo PT em Santa Maria em 1988 e foi reeleito com uma das maiores votações da cidade em 1992. Em 1989, presidiu o PT de Santa Maria e posteriormente integrou diversas direções municipais. Participou do Diretório Estadual por mais de uma gestão. Assumiu, em 1997, a vice-presidência do PT gaúcho, e atualmente continua integrando o Diretório Estadual do partido. Em 1998, elegeu-se deputado estadual e, em 2000, foi vice-prefeito de Santa Maria. Além de vice-prefeito, foi secretário-geral de Governo e secretário de Finanças do município. Em 2002, Paulo Pimenta foi eleito deputado federal com a maior votação já obtida por um candidato da região central do Estado e foi o candidato mais votado do PT no interior gaúcho. Na Câmara dos Deputados, é vice-líder da bancada do PT e membro titular da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.
 88. RAUL ELLWANGER nasceu em Porto Alegre. Iniciou e não concluiu os cursos de direito, na PUC (Porto Alegre), sociologia na Universidade do Chile (Santiago) e na Universidade Nacional de Buenos Aires. Também estudou no Instituto de Belas Artes. É compositor, cantor e Instrumentista. Estudante do colégio Júlio de Castilhos, pertenceu aos “Brancaleones” e VAR-Palmares, chegando a realizar viagens com Carlos Araújo. Esteve exilado no Chile nos anos setenta e, desde o retorno para o Brasil, dedica-se à música e à administração de uma pousada em uma praia em Santa Catarina.
 89. TARSO GENRO nasceu em São Borja e é formado em Direito pela UFSM. O pai foi professor de Francês e Português de escola pública, foi vereador e vice-prefeito de Santa Maria, pelo “antigo PTB” e depois de “cassado pelo regime militar” passou a atuar como advogado. Em 1968 Tarso Genro elegeu-se vereador em Santa Maria pelo MDB, tendo seu mandato cassado pelo regime militar, exilou-se no Uruguai e quando retornou para o Brasil, na década de 70, radicou-se em Porto Alegre. Na capital especializou-se em Direito Trabalhista. Pertenceu ao MDB e, com a reorganização partidária, foi para o PMDB e, na metade da década de 80, filiou-se ao PT. Por este último partido, foi 1º suplente de deputado federal (1986), vice-prefeito (1988) e prefeito eleito de Porto Alegre (1992 e 2000) e também candidato à governador do estado do RS (1990 e 2002). Pelo governo federal petista, ocupou os postos de comando no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Ministério da Educação, Presidência Nacional do Partido dos trabalhadores, no Ministério das Relações Institucionais e atualmente é o Ministro da Justiça do governo de Luís Inácio Lula da Silva.